

**UNIVERSIDADE DO PORTO**

**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**Antecipação da conciliação dos papéis familiares  
e profissionais na transição para a idade adulta:  
estudo diferencial e intergeracional**



**Maria Cláudia Perdigão S. M. Andrade**

**2006**



TD  
AND/ANT

**Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na  
transição para a idade adulta: estudo diferencial e intergeracional**

*Dissertação orientada pela Professora Doutora Anne Marie Fontaine*

*Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
da Universidade do Porto para a obtenção do Grau de Doutor em Psicologia*

UNIVERSIDADE DO PORTO  
Faculdade de Psicologia  
e de Ciências da Educação  
N.º de Entrada 25854  
Data 25 / 7 / 2006

**Maria Cláudia Perdigão S. M. Andrade**  
**2006**

## Resumo

Nas últimas décadas assistiu-se a um conjunto de alterações sociais surgindo uma etapa do ciclo vital com características próprias do ponto de vista do desenvolvimento psicológico e social que se designa por adultez emergente. Esta transição para a idade adulta tende a ser vivida, cada vez mais, num contexto de coabitação com os pais, onde a influência destes ao nível das atitudes e dos modelos de actuação pode sofrer uma extensão dando lugar à transmissão intergeracional de pais para filhos de atitudes em relação aos papéis de adulto e sua conciliação.

O presente estudo pretendeu analisar junto de um grupo de universitários e de jovens trabalhadores em que medida as diferenças de estatuto ocupacional e de género se traduziam nas atitudes em relação aos papéis de género, em relação à família, ao trabalho, ao conflito e às estratégias de conciliação papéis. Pretendeu-se também observar diferenças ao nível de um conjunto de variáveis psicológicas, mais concretamente dos estatutos de identidade, do auto-conceito e da construção da autonomia em relação aos pais sendo também estudadas, as relações entre as atitudes e as variáveis psicológicas e as estratégias antecipadas de conciliação dos papéis familiares e profissionais também de acordo com o género e o estatuto dos sujeitos. Este estudo envolveu 709 universitários e trabalhadores licenciados tendo-se encontrado diferenças significativas ao nível do desenvolvimento psicológico, das atitudes e das estratégias antecipadas para a conciliação de papéis de acordo com o género e com o estatuto. Os resultados permitem, por um lado, sustentar a hipótese da presença das características da adultez emergente para o caso dos trabalhadores, sendo esta questionada para os estudantes. Destaca-se, ainda, que as variáveis em estudo e os modelos para a conciliação de papéis familiares são diferentes de acordo com o género e estatuto ocupacional e apontam para modelos de influências diferentes. O segundo estudo realizado junto de 101 famílias (pai, mãe e filho/filha) pretendeu analisar diferenças entre gerações de pais e filhos nas atitudes em relação aos papéis de género, à família, ao trabalho, ao conflito e às estratégias de conciliação de papéis e efectuar um estudo comparativo das influências das atitudes nas estratégias de conciliação da vida familiar e profissional, tanto para os pais como para os filhos de acordo género do progenitor e do descendente. Na linha de estudo da transmissão intergeracional e com base num modelo de relações entre atitudes de pais e filhos analisam-se as influências das atitudes dos progenitores nos descendentes. Os resultados permitem identificar, numa primeira fase, um conjunto de diferenças nas atitudes entre pais e filhos apontando para a existência de diferenças geracionais e diferenças de género intrageracionais. Por último, o teste do modelo de transmissão intergeracional de pais para filhos permitiu obter resultados que apoiam, em geral, a hipótese da transmissão geracional, ao nível mãe-filha, mãe-filho e pai-filho, não tendo sido encontradas influências de pais para filhas.

Globalmente, os resultados obtidos são discutidos e analisados no quadro conceptual do estudo da transição para a idade adulta, da transmissão intergeracional de atitudes no contexto dos papéis de adulto e sua conciliação e dos modelos de influências de atitudes nas estratégias antecipadas de conciliação de papéis. A análise destaca ainda, em qualquer um dos estudos a importância do género enquanto variável diferenciadora destes processos. Os limites metodológicos de presente estudo bem como algumas implicações decorrentes do mesmo para a análise da transição para a idade adulta e a conciliação de papéis familiares e profissionais são apresentadas.

### Abstract

During the last decades major social changes have introduced some special features into the transition to adulthood. The range of young adults' choices in all spheres has increased in terms of complexity and the balance of important projects in family and occupational settings is faced as a common challenge during the transition to adulthood. In this context, emergent adulthood arises as a developmental period from the late teens to the late twenties, where attitudes towards adult roles are explored and planned. Considering that the transition to adulthood is lived in cohabitation with parents, their influence in the offspring attitudes and behaviours can have an extended influence. The process of intergenerational transmission from parents' to offspring, concerning attitudes towards gender, work and family roles and their reconciliation, can be prolonged in time. However, this process could be different according to both parents and offspring gender. Taking into account that the reconciliation of family and work roles should be considered under their cultural backdrop, the most prevalent models for the Portuguese reality are described and analysed.

The present study aimed to analyse the differences, according to gender and occupational status, on the gender role attitudes, family and work attitudes and strategies to reconcile work and family roles. We also aimed to observe the differences in the psychological variables, such as status identity, self-concept and the autonomy towards parents. Relations among attitudes, psychological variables and the strategies to reconcile work and family were also analysed, according to the gender and occupational status. This study involved 709 university students and young workers and significant differences were found between the two groups, both on the attitudes and the strategies to reconcile work and family. The results allow, on one hand, to support the hypothesis of the presence of the emergent adulthood characteristics in the group of the workers, and also to question it for the students group. It is noted, too, that the variables and the models of the reconciliation found presented differences according to gender and occupational settings.

The second study was conducted in 101 families (father, mother and son/daughter) and aimed to analyse the generational differences between parents and offspring, on attitudes towards gender roles, family and work and their influences in the strategies to reconcile work and family, for both generations and according to gender. The results provided evidence about the differences on the attitudes towards the two groups. The comparison of the models of the strategies to reconcile work and family of the parents' and the offspring revealed some differences according to gender and to the generation. In this study line of the intergenerational transmission of the influences of parental attitudes on their descendents were analysed, based on a theoretical model on the relations between parents and offspring of attitudes. The results showed, in a first stage, several differences on attitudes between them. The comparison of the models of reconciliation of family and work roles revealed some differences for each generation, both according to generation belonging and to gender.

Finally, the test of intergenerational transmission model according to gender, supports its occurrence from mother-daughter, mother-son and father-son. No influences were found from father-daughter. The overall results point out the importance of gender as a moderate variable in this process.

The methodological limits of this study are also discussed. At least, suggestions for further research are pointed out. Implications for the research on the transition to adulthood and the anticipation of the reconciliation of work and family roles are presented.



## Résumé

Durant les dernières décennies on a assisté à un ensemble de changements sociaux qui donnent de nouveaux contours à la transition vers l'âge adulte. La prolongation des études, les difficultés d'insertion dans le marché d'emploi et le régime de cohabitation prolongée avec les parents posent des nouveaux défis à la façon dont les jeunes vivent cette transition. Or c'est durant cette phase de transition que ces jeunes, qualifiés d'adultes émergents, anticipent leurs futurs rôles d'adultes, développent des attitudes positives ou négatives face à ceux-ci et prévoient des stratégies pour concilier leurs exigences parfois conflictuelles.

Si les différences de socialisation, qui dominent encore l'éducation des garçons et des filles au sein de nos sociétés, marqueront le développement des jeunes, leurs rôles de genre et l'anticipation de ceux-ci à l'âge adulte, l'exercice effectif de l'un des rôles adultes stimulera aussi ce développement et influencera plus particulièrement les attitudes face à aux rôles familiaux et professionnels et les stratégies anticipatoires en vue de leur conciliation. Ainsi, une première étude, portant sur 709 universitaires, jeunes gens et jeunes filles, étant encore aux études ou exerçant déjà une activité professionnelle, a comparé certains indicateurs du développement psychologique (identité, concept de soi, autonomie), les attitudes face aux rôles de genre, face à la famille et au travail, la perception de conflits entre rôles familiaux et professionnels, ainsi que l'anticipation de stratégies en vue de leur conciliation. Des différences significatives ont été observées en fonction du genre et du statut (étudiant vs. travailleur) qui ne se limitent pas à l'intensité de manifestation de ces variables, mais portent aussi sur le type de relation qu'elles maintiennent entre elles. Ces résultats confirment l'impact différentiel du genre et de l'expérience effective des rôles adultes sur la valorisation de ceux-ci, l'anticipation de conflits potentiels et la prévision de stratégies pour en réduire l'importance.

En outre, le maintien de la cohabitation avec les parents prolonge l'influence socialisatrice de la famille d'origine. L'étude de la transmission intergénérationnelle des attitudes et stratégies de conciliation permettra de mieux cerner ce processus dans le contexte social portugais. Une seconde étude, menée auprès de 101 triades (père, mère et fils/fille), a comparé les mêmes attitudes et stratégies de conciliation au sein de générations de parents et d'enfants, ainsi que l'influence des attitudes sur les stratégies, en distinguant le genre du parent et de son descendant. Afin d'analyser le processus de transmission intergénérationnelle, l'influence des attitudes et des stratégies des parents sur celles de leurs enfants a été observée. Les résultats ont identifié l'existence de différences intergénérationnelles et de différences de genre intragénérationnelles mais soutiennent, en général, l'hypothèse de transmission générationnelle des attitudes et stratégie des mères tant vis-à-vis de leurs filles comme de leurs fils, alors que la transmission des pères n'est visible que pour les fils; aucune influence pères-filles n'a été observée.

Ces études ont mis en évidence l'impact du genre et de l'expérience professionnelle sur le développement des attitudes des jeunes face à leurs futurs rôles familiaux et professionnels et à l'anticipation de stratégies pour leur conciliation. S'ils soulignent l'importance de la transmission de ses attitudes et stratégies par la génération antérieure, ils reconnaissent également les limites de cette influence. De plus ils ouvrent de nombreuses perspectives d'études et d'intervention dans le domaine de la conciliation des rôles familiaux et professionnels auprès de jeunes adultes.

## Agradecimentos

Diversas pessoas me apoiaram no percurso da realização deste trabalho.

Desejo manifestar o meu mais profundo agradecimento à Professora Doutora Anne Marie Fontaine, enquanto orientadora do presente estudo, pelo modo paciente e encorajante com que nos acompanhou ao longo das diversas etapas deste projecto, na exigência do rigor conceptual e metodológico, proporcionando-nos um enriquecimento pessoal e profissional, ao qual aliou sempre o melhor do seu excepcional relacionamento e amizade.

Aos meus amigos e família que, duma ou doutra forma, partilharam, generosamente, momentos deste trabalho o nosso reconhecimento pelo apoio e estímulo sem os quais, com toda a certeza, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus tios pelos preciosos contributos na melhoria do texto que aqui se apresenta bem como o constante incentivo para a realização deste trabalho.

À Susana Coimbra pelo apoio incondicional, pelos constantes incentivos, pelas suas críticas precisas e oportunas e pela interessada e cuidadosa leitura do texto.

Ao Nuno por ter disponibilizado tempo para contribuir na parte gráfica ao nível da realização de alguns dos esquemas deste trabalho.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia agradecemos o apoio financeiro concedido no âmbito do estudo "Projectos Familiares e de Carreira: alguns determinantes das opções de vida femininas na adolescência e no princípio da idade adulta" (Projecto P/HM/P/PSI/15112/1999) - Projectos de Investigação Científica no Domínio das Relações Sociais de Género e das Políticas para a Igualdade entre Homens e Mulheres em Portugal", na pessoa dos bolseiros de investigação que permitiu efectuar a recolha de dados para o presente estudo.

Agradecemos, ainda, à Fundação da Ciência e Tecnologia o apoio financeiro concedido no âmbito da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/5153/2001 que constituiu um precioso auxílio para a realização deste estudo.

Os meus sinceros agradecimentos vão também para todas as pessoas que voluntariamente participaram neste trabalho. Foi graças à sua disponibilidade para partilharem connosco as suas atitudes que esta investigação foi possível.

Finalmente, aos meus pais exprimimos a nossa gratidão pelo apoio afectivo, material e por acreditarem que um dia este trabalho chegaria ao fim.

*Fundação da Ciência e Tecnologia, Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/5153/2001*

Ciência, Inovação  
2010 Programa Operacional Ciência e Inovação 2010



## ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>I PARTE.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 1. TRANSIÇÃO PARA A IDADE ADULTA: FACTORES SOCIAIS E PSICOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
<b>1. Transição para a idade adulta.....</b>	<b>27</b>
1.1. <i>Características e representações da idade adulta.....</i>	27
1.2 <i>Importância das atitudes e do género na antecipação dos papéis de adulto e na sua conciliação.....</i>	31
<b>2. Mudanças sociais e implicações para a transição para a idade adulta.....</b>	<b>35</b>
2.1. <i>O papel profissional.....</i>	36
2.1.1. Entre o prolongamento dos estudos e as dificuldades de inserção profissional.....	36
2.1.2. Dependências em relação à família de origem: económica, residencial e emocional .....	38
2.2. <i>Papel familiar e parental.....</i>	43
2.3. <i>Transição para a idade adulta: o conceito de adulto emergente.....</i>	45
<b>3. Desenvolvimento psicológico: implicações relativas à transição para a idade adulta.....</b>	<b>52</b>
3.1. <i>A identidade e o auto-conceito.....</i>	52
3.1.1. A identidade segundo Erikson.....	52
3.1.2. A identidade segundo Márcia.....	55
3.1.3. Diferenças de género e formação da identidade e do auto-conceito.....	60
3.2. <i>A autonomia.....</i>	62
3.2.1. Desenvolvimento da autonomia.....	62
3.2.2. Diferenças de género na autonomia.....	63
<b>Síntese.....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 2. TRANSIÇÃO PARA A IDADE ADULTA: FACTORES FAMILIARES.....</b>	<b>69</b>
<b>1. A família e sua influência na transição para a idade adulta.....</b>	<b>69</b>
<b>2. Modelos que acentuam as semelhanças de valores e atitudes entre pais e filhos.....</b>	<b>71</b>
2.1. <i>A transmissão intergeracional.....</i>	71
2.1.1. Atitudes relativas ao papel familiar e profissional.....	73
2.1.2. Atitudes relativas aos papéis de género e sua relação com os papéis profissionais e familiares.....	76
2.2. <i>Transmissão intergeracional selectiva: efeito do género.....</i>	78
2.2.1. A importância da figura materna.....	78

2.2.2. A importância da figura paterna.....	80
2.2.3. Atitudes relativas aos papéis de género, profissionais, familiares e na conciliação de papéis nas relações mãe- filha e pai-filho.....	81
<b>3. Compensação e reconstrução social das atitudes: modelos que acentuam as diferenças de valores e atitudes entre pais e filhos.....</b>	<b>84</b>
3.1. <i>Compensação de atitudes relativas ao papel familiar e profissional..</i>	84
3.2. <i>Compensação de atitudes relativas aos papéis de género e à conciliação de papéis profissionais e familiares.....</i>	89
<b>Síntese.....</b>	<b>91</b>
<b>CAPÍTULO 3. A CONCILIAÇÃO DOS PAPÉIS FAMILIARES E PROFISSIONAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>1. O conflito entre os papéis profissionais e familiares.....</b>	<b>96</b>
1.1. <i>Aspectos gerais.....</i>	96
1.2. <i>Diferenças de género no conflito entre papéis profissionais e a divisão do trabalho doméstico.....</i>	99
1.3. <i>Diferenças de género no conflito entre papéis profissionais e o papel parental.....</i>	101
<b>2. Interferências positivas entre papéis.....</b>	<b>104</b>
2.1. <i>O equilíbrio entre papéis profissionais e familiares.....</i>	104
2.1.1. <i>Aspectos gerais.....</i>	104
2.1.2. <i>Percepção das diferenças de género no equilíbrio de papéis.....</i>	105
2.2. <i>Modelo da facilitação entre papéis profissionais e familiares.....</i>	107
<b>3. A conciliação dos papéis profissionais e familiares.....</b>	<b>109</b>
3.1. <i>Mobilização de recursos externos: o apoio institucional e o apoio familiar.....</i>	110
3.2. <i>Mobilização de recursos internos: individuais e familiares.....</i>	112
<b>4. Conciliação da vida familiar e profissional no contexto português: ontem e hoje.....</b>	<b>116</b>
<b>Síntese.....</b>	<b>122</b>
<b>II PARTE.....</b>	<b>125</b>
<b>CAPÍTULO 4. DETERMINANTES DA ANTECIPAÇÃO DOS PAPÉIS DE ADULTO: FACTORES INDIVIDUAIS E INTERPESSOAIS.....</b>	<b>127</b>
<b>1. Objectivos e questões de investigação.....</b>	<b>127</b>
<b>2. Modelo conceptual.....</b>	<b>128</b>

2.1. Características gerais do contexto.....	128
2.2. Repercussões psicológicas e atitudinais.....	129
2.3. Variáveis psicológicas, atitudinais e conciliação de papéis.....	130
2.4. O papel da experiência.....	131
2.5. Influência parental.....	132
<b>3. Metodologia.....</b>	<b>134</b>
3.1. Considerações metodológicas gerais.....	134
3.2. Operacionalização das variáveis.....	135
3.2.1. Autonomia.....	135
3.2.2. Estatutos de identidade.....	136
3.2.3. Auto-conceito.....	137
3.2.4. Atitudes em relação aos papéis de género.....	138
3.2.5. Conflito trabalho-família.....	139
3.2.6. Atitudes em relação ao trabalho e carreira, família e parentalidade e estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais.....	140
<b>4. Instrumentos: processo de adaptação/construção e avaliação das qualidades psicométricas.....</b>	<b>141</b>
4.1. Estudos preliminares.....	141
4.1.1. Considerações gerais.....	141
4.1.2. Amostra e procedimento.....	143
4.2. Inventário de separação psicológica das figuras parentais (ISP, Hoffman, 1994).....	144
4.2.1. Análise factorial exploratória.....	144
4.2.2. Análise factorial confirmatória.....	146
4.2.3. Fiabilidade: consistência interna.....	149
4.3. Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2 Bennion & Adams, 1986).....	151
4.3.1. Análise factorial exploratória.....	151
4.3.2. Análise factorial confirmatória.....	155
4.3.3. Fiabilidade: consistência interna.....	157
4.4. Adult Self-Perception Profile (Harter, 1988), Perfil de auto- percepção para adultos, Pacific Attitudes Toward Gender Scale (Vaillancourt and Leaper, 1997)- Escala de atitudes perante o género e Multidimensional Measure of Work-Family Conflict (Carlson, Kacmar and Williams, 2000), Escala de conflito trabalho- família.....	159
4.4.1. Tradução e reflexão falada.....	159
4.4.2. Capacidade de discriminação dos itens.....	159
4.4.3. Perfil de auto-percepção para adultos.....	160
4.4.3.1. Análise factorial exploratória.....	160
4.4.3.2. Análise factorial confirmatória.....	162
4.4.3.3. Fiabilidade: consistência interna.....	166
4.4.4. Escala de atitudes perante os papéis de género.....	166
4.4.4.1. Análise factorial exploratória.....	166
4.4.4.2. Análise factorial confirmatória.....	168
4.4.4.3. Fiabilidade: consistência interna.....	169
4.4.5. Escala de conflito trabalho-família.....	171

4.4.5.1. <i>Análise factorial exploratória</i> .....	171
4.4.5.2. <i>Análise factorial confirmatória</i> .....	173
4.4.5.3. <i>Fiabilidade: consistência interna</i> .....	174
4.5. <i>Escala de avaliação de atitudes perante a família e a parentalidade, Escala de avaliação de Atitudes perante o trabalho e a carreira profissional e Escala de avaliação de atitudes perante a conciliação da vida familiar e profissional</i> .....	175
4.5.1. Entrevistas.....	176
4.5.2. Estudos preliminares: elaboração e teste inicial dos itens das escalas.....	177
4.5.3. Selecção dos itens das escalas.....	178
4.5.4. Capacidade de discriminação dos itens.....	178
4.5.5. Qualidades psicométricas da Escala de atitudes perante a família e a parentalidade.....	179
4.5.5.1. <i>Análise factorial exploratória</i> .....	179
4.5.5.2. <i>Análise factorial confirmatória</i> .....	180
4.5.5.3. <i>Fiabilidade: consistência interna</i> .....	183
4.5.6. Qualidades psicométricas da Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira profissional.....	183
4.5.6.1. <i>Análise factorial exploratória</i> .....	183
4.5.6.2. <i>Análise factorial confirmatória</i> .....	185
4.5.6.3. <i>Fiabilidade: consistência interna</i> .....	186
4.5.7. Qualidades psicométricas da Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional.....	187
4.5.7.1. <i>Análise factorial exploratória</i> .....	187
4.5.7.2. <i>Análise factorial confirmatória</i> .....	190
4.5.7.3. <i>Fiabilidade: consistência interna</i> .....	191
<b>Síntese</b> .....	193
 <b>CAPÍTULO 5. DETERMINANTES DA ANTECIPAÇÃO DOS PAPEIS DE ADULTO: INFLUÊNCIA DO ESTATUTO OCUPACIONAL E DO GÉNERO NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO, NAS ATITUDES E NAS ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO DA VIDA FAMILIAR E PROFISSIONAL...</b>	197
<b>1. Objectivos do estudo empírico</b> .....	197
<b>2. Hipóteses diferenciais e correlacionais</b> .....	198
<b>3. Modelo de relação entre variáveis</b> .....	213
<b>4. Amostras e procedimento</b> .....	218
4.1. <i>Características sócio-demográficas das amostras</i> .....	219
4.1.1. Género.....	219
4.1.2. Idade.....	219
4.1.3. Nível sócio-económico.....	219
4.1.4. Estado civil.....	220
4.1.5. Domínio de formação académica ou de actividade profissional.....	220
4.1.6. Autonomia residencial.....	220
4.1.7. Motivos para viver em casa dos pais.....	221

4.1.8. Idade em que saiu de casa dos pais.....	222
4.1.9. Motivos para sair de casa dos pais.....	222
<b>5. Tratamentos estatísticos.....</b>	<b>223</b>
<b>6. Resultados de estudo 1.....</b>	<b>227</b>
6.1. Comparação de médias de acordo com o estatuto.....	227
6.2. Identificação da capacidade de discriminação das variáveis.....	228
6.3. Análise da função discriminante.....	229
6.4. Diferenças em função do género.....	230
6.5. Análise da função discriminante.....	233
6.6. Relações entre variáveis.....	236
6.6.1. Diagramas causais para os estudantes.....	238
6.6.2. Diagramas causais para os trabalhadores.....	241
<b>7. Discussão.....</b>	<b>246</b>
7.1. Diferenças de acordo com o estatuto: estudantes e trabalhadores.....	246
7.2. Diferenças de género.....	259
<b>Síntese.....</b>	<b>267</b>
<b>CAPÍTULO 6. DIFERENÇAS GERACIONAIS E TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DAS ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO DA VIDA FAMILIAR E PROFISSIONAL.....</b>	<b>271</b>
<b>1. Objectivos do estudo.....</b>	<b>271</b>
<b>2. Hipóteses diferenciais.....</b>	<b>271</b>
<b>3. Modelo teórico de relações entre variáveis.....</b>	<b>277</b>
3.1. Determinantes das estratégias de conciliação dos filhos.....	278
3.2. Determinantes das estratégias de conciliação dos pais.....	280
3.3. Estudo das influências dos pais nos filhos.....	281
<b>4. Amostra.....</b>	<b>283</b>
4.1. Características sócio-demográficas.....	283
<b>5. Resultados.....</b>	<b>284</b>
5.1. Comparação entre pais e filhos: diferenças de atitudes em relação aos papéis de género, à família e parentalidade, ao trabalho e carreira e às estratégias de conciliação de papéis.....	285
5.2. Análise da função discriminante.....	288
5.3. Determinantes das estratégias de conciliação em função das gerações e do género: modelos das mães, pais, filhas e filhos.....	289
5.4. Modelos de influência de pais nos filhos.....	293
<b>6. Discussão.....</b>	<b>298</b>

## ÍNDICE

6.1. Diferenças inter e intrageracionais.....	298
6.2. Modelo de relações causais para as estratégias de conciliação de papéis, familiares e profissionais: modelo das mães, pais, filhas e filhos.....	306
6.3. Influência dos pais (mãe e pai) nas filhas.....	308
6.4. Influência dos pais (mãe e pai) nos filhos.....	311
<b>Síntese.....</b>	<b>313</b>
<b>Conclusão Geral.....</b>	<b>317</b>
1. A antecipação da conciliação da vida familiar e profissional na adultez emergente: diferenças de acordo com o estatuto ocupacional e o género.....	326
2. Mudanças geracionais.....	333
3. Influências dos pais nos filhos.....	336
4. Algumas implicações.....	340
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>349</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>373</b>



## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.....</b>	<b>144</b>
Inventário de separação psicológica das figuras parentais (Hoffman, 1994): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 2.....</b>	<b>152</b>
Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 3.....</b>	<b>160</b>
Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em três factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 4.....</b>	<b>167</b>
Escala de atitudes perante os papéis de género: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 5.....</b>	<b>172</b>
Escala de conflito trabalho-família: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 6.....</b>	<b>177</b>
Temas desenvolvidos pelos sujeitos no âmbito das entrevistas	
<b>Quadro 7.....</b>	<b>179</b>
Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 8.....</b>	<b>184</b>
Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira profissional: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 9.....</b>	<b>188</b>
Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: Saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (rotação <i>varimax</i> )	
<b>Quadro 10.....</b>	<b>220</b>
Distribuição dos inquiridos por área de licenciatura	
<b>Quadro 11.....</b>	<b>221</b>
Distribuição dos inquiridos de acordo com quem habitam	
<b>Quadro 12.....</b>	<b>222</b>
Distribuição dos inquiridos de acordo com os motivos para viverem em casa dos pais	

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 13.....</b>	<b>223</b>
Distribuição dos inquiridos de acordo com os motivos para sair de casa dos pais.	
<b>Quadro 14.....</b>	<b>228</b>
Médias e desvios padrão das variáveis em estudo	
<b>Quadro 15.....</b>	<b>230</b>
Análise da função discriminante: coeficientes discriminantes estandarizados	
<b>Quadro 16.....</b>	<b>230</b>
Análise da função discriminante: estudo preditivo da pertença ao grupo	
<b>Quadro 17.....</b>	<b>232</b>
Médias e desvios-padrão para as variáveis dos estudantes e trabalhadores de acordo com o sexo	
<b>Quadro 18.....</b>	<b>234</b>
Análise da função discriminante para o grupo de estudantes, em função do sexo	
<b>Quadro 19.....</b>	<b>234</b>
Análise da função discriminante para o grupo de estudantes: médias e desvios padrão em função do sexo	
<b>Quadro 20.....</b>	<b>235</b>
Análise da função discriminante para o grupo de estudantes: estudo preditivo de pertença ao grupo em função do sexo	
<b>Quadro 21.....</b>	<b>235</b>
Análise da função discriminante para o grupo de trabalhadores, em função do sexo	
<b>Quadro 22.....</b>	<b>236</b>
Análise da função discriminante para o grupo de trabalhadores: médias e desvios padrão em função do sexo	
<b>Quadro 23.....</b>	<b>236</b>
Análise da função discriminante para o grupo de trabalhadores: estudo preditivo de pertença ao grupo em função do sexo	
<b>Quadro 24.....</b>	<b>284</b>
Características sócio-demográficas das famílias	
<b>Quadro 25.....</b>	<b>285</b>
Médias e desvios-padrão para as variáveis nos dois grupos (filhos e pais) de acordo com o sexo	
<b>Quadro 26.....</b>	<b>286</b>
Análise da variância das escalas para os grupos (mães, pais, filhas e filhos)	

<b>Quadro 27.....</b>	<b>288</b>
Análise da função discriminante: filhos e pais	
<b>Quadro 28.....</b>	<b>289</b>
Análise da função discriminante: médias nas variáveis de filhos e pais	

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.....</b>	<b>133</b>
Modelo conceptual geral do estudo	
<b>Figura 2.....</b>	<b>147</b>
Inventário de separação psicológica, (Hoffman,1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência ideológica	
<b>Figura 3.....</b>	<b>147</b>
Inventário de separação psicológica, (Hoffman,1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência emocional	
<b>Figura 4.....</b>	<b>148</b>
Inventário de separação psicológica, (Hoffman,1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência funcional	
<b>Figura 5.....</b>	<b>148</b>
Inventário de separação psicológica, (Hoffman,1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência conflitual	
<b>Figura 6.....</b>	<b>150</b>
Inventário de separação psicológica (Hoffman,1994): estrutura factorial da escala completa após análise confirmatória	
<b>Figura 7.....</b>	<b>155</b>
Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial após análise confirmatória do factor estatuto de identidade vicariante	
<b>Figura 8.....</b>	<b>156</b>
Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial após análise confirmatória do factor estatuto de identidade moratória e difusão	
<b>Figura 9.....</b>	<b>157</b>
Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial após análise confirmatória do factor estatuto de identidade construída	
<b>Figura 10.....</b>	<b>158</b>
Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial para a escala completa após análise confirmatória	
<b>Figura 11.....</b>	<b>163</b>
Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): estrutura factorial após análise confirmatória do factor auto-conceito global e competência no trabalho	

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 12.....</b>	<b>164</b>
Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): estrutura factorial após análise confirmatória do factor competência para cuidar dos outros	
<b>Figura 13.....</b>	<b>164</b>
Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): estrutura factorial após análise confirmatória do factor competência para gerir as tarefas domésticas	
<b>Figura 14.....</b>	<b>165</b>
Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória	
<b>Figura 15.....</b>	<b>168</b>
Escala de atitudes perante os papéis de género: estrutura factorial após análise confirmatória do factor divisão tradicional dos papéis de género	
<b>Figura 16.....</b>	<b>169</b>
Escala de atitudes perante os papéis de género: estrutura factorial após análise confirmatória do factor divisão igualitária dos papéis de género	
<b>Figura 17.....</b>	<b>170</b>
Escala de atitudes perante os papéis de género: estrutura factorial da escala global após análise confirmatória	
<b>Figura 18.....</b>	<b>173</b>
Escala de conflito trabalho-família: estrutura factorial após análise confirmatória do factor conflito trabalho-família-trabalho	
<b>Figura 19.....</b>	<b>174</b>
Escala de conflito trabalho-família: estrutura factorial após análise confirmatória do factor conflito família-trabalho	
<b>Figura 20.....</b>	<b>175</b>
Escala de conflito trabalho-família: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória	
<b>Figura 21.....</b>	<b>181</b>
Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes positivas perante a família e a parentalidade	
<b>Figura 22.....</b>	<b>181</b>
Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes negativas perante a família e a parentalidade	
<b>Figura 23.....</b>	<b>182</b>
Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória	

<b>Figura 24.....</b>	<b>185</b>
Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes negativas perante o trabalho e a carreira	
<b>Figura 25.....</b>	<b>186</b>
Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes positivas perante o trabalho e a carreira	
<b>Figura 26.....</b>	<b>187</b>
Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória	
<b>Figura 27.....</b>	<b>190</b>
Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: estrutura factorial após análise confirmatória para o factor concessão ao nível pessoal, familiar e profissional	
<b>Figura 28.....</b>	<b>191</b>
Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: estrutura factorial após análise confirmatória para o factor negociação no casal e partilha de papéis	
<b>Figura 29.....</b>	<b>192</b>
Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória	
<b>Figura 30.....</b>	<b>215</b>
Modelo teórico-conceitual do estudo 1	
<b>Figura 31.....</b>	<b>238</b>
Diagrama causal: modelo de pistas causais para os estudantes	
<b>Figura 32.....</b>	<b>240</b>
Diagrama causal: modelo de pistas causais para as estudantes do sexo feminino	
<b>Figura 33.....</b>	<b>241</b>
Diagrama causal: modelo de pistas causais para os estudantes do sexo masculino	
<b>Figura 34.....</b>	<b>243</b>
Diagrama causal: modelo de pistas causais para os trabalhadores	
<b>Figura 35.....</b>	<b>244</b>
Diagrama causal: modelo de pistas causais para as trabalhadoras do sexo feminino	
<b>Figura 36.....</b>	<b>245</b>
Diagrama causal: modelo de pistas causais os trabalhadores do sexo masculino	

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 37</b> .....	282
Modelo teórico-conceptual do estudo 2	
<b>Figura 38</b> .....	290
Diagrama causal: modelo de pistas causais para as mães	
<b>Figura 39</b> .....	291
Diagrama causal: modelo de pistas causais para os pais	
<b>Figura 40</b> .....	292
Diagrama causal: modelo de pistas causais para as filhas	
<b>Figura 41</b> .....	293
Diagrama causal: modelo de pistas causais para os filhos	
<b>Figura 42</b> .....	295
Diagrama causal: modelo de influências dos pais (pai e mãe) nas filhas	
<b>Figura 43</b> .....	297
Diagrama causal: modelo de influências dos pais (pai e mãe) nos filhos	

## INTRODUÇÃO

"Studying is a searching in everything, in the smallest, in the most hidden, in good and bad. Then somehow a light ignites, and a single right way is pursued."

Paul Klee (1957) , *Tagebucher. Stuggart: Deutscher Bucherbund*, p. 59.

Classicamente, os papéis de adulto eram essencialmente definidos pelo exercício de uma actividade profissional e pela constituição de uma família. Contudo, as mudanças sociais dão novos contornos tanto à transição para a idade adulta, como ao assumir dos papéis de adulto. Se por um lado, surge o prolongamento dos estudos, por outro, uma marcada instabilidade profissional dificulta a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Estas mudanças sociais colocam novos desafios ao modo como os jovens vivem a transição para a idade adulta e antecipam os seus futuros papéis de adulto. Para além disto, os processos de transição para a idade adulta tendem a ser vividos, cada vez mais, num contexto de coabitação com os pais.

É o que se propõe analisar o presente estudo ao eleger a antecipação da conciliação dos papéis profissionais e familiares na transição para a idade adulta, bem como as influências de pais para filhos ao nível das atitudes em relação aos papéis de adulto.

Este trabalho considera à partida que o prolongamento do período de "moratória" que constitui a transição para a idade adulta (permanência na residência parental, dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e adiamento dos projectos familiares por parte dos jovens) torna também menos normativo o assumir de papéis de adulto. Surge, uma nova figura de adulto "em transição", o chamado adulto emergente. É provável que as tarefas desenvolvimentais do início da idade adulta, consideradas indispensáveis para se assumir a adultez, apresentem contornos diferentes onde a construção da identidade e a conquista da autonomia face às figuras parentais orientarão as atitudes do jovem face ao género, à família e à profissão. Para além disso, e dadas as alterações sociais que implicam uma participação generalizada das mulheres no mundo profissional os casais de duplo emprego são o modelo normativo de família em Portugal. Neste quadro, se por um lado, as mudanças



## INTRODUÇÃO

ideológicas no sentido de uma maior igualdade de género introduziram novos padrões quanto ao exercício e à conciliação dos papéis familiares e profissionais, por outro lado, a manutenção de certos estereótipos tradicionais pode criar conflitos de papéis e gerar assimetrias na responsabilidade dos dois elementos do casal na resolução de tais conflitos. A força dos papéis tradicionais de género permite antever que homens e mulheres não se situarão de modo idêntico face a esta problemática. Este estudo procurará analisar, de forma sistemática, as diferenças de género na conciliação dos papéis familiares e profissionais, nas atitudes que as determinam e nas características psicológicas que estão na sua origem.

Este trabalho divide-se em duas partes, uma que apresenta o quadro teórico de pesquisa a partir de uma revisão aprofundada da literatura e uma segunda parte dedicada aos estudos empíricos.

A antecipação da necessidade de conciliação dos papéis de adulto e das estratégias de resolução de problemas e conflitos neste âmbito é importante para que, em termos futuros, os jovens possam lidar, de uma forma mais eficaz, com os múltiplos papéis de vida. Ora, as experiências que os jovens têm oportunidade de vivenciar podem moldar as suas atitudes e a sua percepção de competência no domínio e, em consequência, as formas privilegiadas de resolução de conflitos de papéis. Considera-se experiência relevante o exercício efectivo de uma actividade profissional. Estes aspectos são tratados do ponto de vista conceptual ao longo do Capítulo 1.

Contudo, a influência da família de origem, das suas atitudes e dos modelos que transmite é também extremamente importante nas opções ou orientações dos jovens. De facto, os modelos familiares são marcantes na formação das atitudes das gerações futuras. Assim, o Capítulo 2 é dedicado à análise das abordagens que constituem os processos de influência intergeracional. Serão analisadas as modalidades de influência global entre gerações bem como as diferenças observadas de acordo com o género do progenitor e do descendente. Este capítulo permite enquadrar do ponto de vista teórico o modo como a família de origem influencia as atitudes dos jovens face aos papéis de género, à família e à profissão, ao conflito e à conciliação de papéis e em que medida os modelos da família de origem se reproduzem na família de orientação. Deste modo, e como as atitudes parentais se transmitem tanto pelas práticas educativas como pelos modelos de actuação que são

adoptados pela família em relação aos papéis de adulto e à conciliação dos mesmos, é ainda analisado, no âmbito do Capítulo 2, um conjunto de estudos que versa a temática do exercício dos papéis familiares e profissionais nas famílias portuguesas.

O Capítulo 3 é dedicado, inteiramente, ao tema da conciliação de papéis familiares e profissionais. Este inicia-se como uma revisão teórica da temática do ponto de vista da sua pertinência ao longo de um percurso histórico social, que se inicia com o estudo do conflito entre papéis familiares e profissionais até às abordagens mais recentes que apontam para um modelo de facilitação na conciliação de papéis. Não só são comparados os diferentes modelos e estratégias de conciliação de papéis, como são, ainda, analisadas as suas particularidades em função do exercício dos papéis de género de cada geração. Novamente, e porque se trata de uma temática que deve ser analisada à luz de valores eminentemente culturais, são abordadas em mais detalhe as práticas de conciliação da vida familiar e profissional das famílias portuguesas.

A segunda parte deste trabalho, da qual constam 3 capítulos, dá lugar à apresentação e discussão dos estudos empíricos que procuram analisar as estratégias antecipadas de conciliação da vida familiar e profissional em jovens com experiências diferentes assim como observar em que medida as atitudes dos pais em relação aos papéis de adulto e a conciliação dos mesmos influenciam as dos seus filhos.

Mais concretamente, o Capítulo 4 é dedicado à delimitação do objecto de estudo e à definição e operacionalização das variáveis. Além disso, procede-se igualmente à descrição da metodologia, designadamente no que diz respeito à construção e adaptação de instrumentos de auto-relato. Este capítulo contempla um conjunto de estudos realizados para a validação dos mesmos com recurso a análises exploratórias e confirmatórias, de modo a definir as suas propriedades psicométricas.

O Capítulo 5 apresenta e discute as diferenças observadas entre homens e mulheres universitários e trabalhadores, no que diz respeito às atitudes em relação aos papéis de género, em relação à família, ao trabalho, ao conflito e às estratégias de conciliação papéis. As diferenças ao nível de um conjunto de variáveis psicológicas, mais concretamente os estatutos de identidade, o auto-conceito e a separação psicológica das figuras parentais serão consideradas de modo a analisar as relações entre as variáveis psicológicas e as variáveis atitudinais e as estratégias de

## INTRODUÇÃO

conciliação dos papéis familiares e profissionais de acordo com o gênero e o estatuto ocupacional dos sujeitos.

O Capítulo 6 é dedicado à perspectiva geracional. Observa as diferenças entre gerações de pais e filhos nas atitudes em relação aos papéis de gênero, à família, ao trabalho, ao conflito e às estratégias de conciliação de papéis. Analisa também com recurso a modelos de equações estruturais, as influências das atitudes ao nível das estratégias de conciliação da vida familiar e profissional dos pais nos filhos, de acordo com o gênero do progenitor e do descendente.

Este trabalho termina com um conjunto de conclusões que procuram, simultaneamente, integrar os resultados obtidos no quadro conceptual da transição para a idade adulta e da antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais, apontando também os limites do estudo e identificando futuras pistas de investigação em torno desta temática.

## I PARTE

### CAPÍTULO 1

#### TRANSIÇÃO PARA A IDADE ADULTA: FACTORES SOCIAIS E PSICOLÓGICOS

Este primeiro capítulo abordará, em primeiro lugar, o problema geral da transição para a idade adulta para se debruçar de seguida sobre o impacto das mudanças sociais recentes nesta transição, para finalmente analisar as suas implicações para o desenvolvimento dos jovens.

#### 1. Transição para a idade adulta

##### *1.1. Características e representações da idade adulta*

Na fase do ciclo vital que corresponde à passagem da adolescência para a idade adulta, ocorrem transições traduzidas no desenvolvimento, realização e consolidação da identidade pessoal e social do sujeito, que culminarão com a aquisição do estatuto social de adulto. Este último é sustentado pelo alcance de uma posição social decorrente do desempenho de papéis profissionais e familiares, que simultaneamente assinalam o final da juventude e caracterizam a idade adulta.

Estas transições implicam um conjunto de alterações, tanto ao nível psicológico como social. A conclusão da formação académica e o início do desempenho de papéis profissionais e familiares próprios, de uma actividade profissional que permita uma vida autónoma do ponto de vista económico-social e o envolvimento na criação de uma ligação afectiva sólida, com possibilidade de vir a gerar descendência, são indicadores tradicionalmente referenciados para a legitimação social do papel de adulto.

Contudo, no contexto social actual, a autonomia e a liberdade associadas ao período de transição para a idade adulta podem influenciar o modo como estes jovens representam e antecipam o que é ser adulto. Assim, as representações do papel de adulto adquirem hoje uma configuração própria, não isenta de aspectos negativos, sobretudo quando comparada com a tradicional representação do estado adulto que apontava para uma estabilidade pessoal, familiar e profissional. Para ilustrar esta

realidade, destaca-se o estudo realizado por Nilsen (1998), onde se analisaram as atitudes e representações dos jovens sobre o que significa ser adulto tendo sido identificados, como aspectos menos agradáveis da vida adulta, as obrigações familiares e profissionais e a monotonia daí decorrente. As circunstâncias que caracterizam esta monotonia variam desde ficar em casa a tempo inteiro com os filhos pequenos, até ao facto de estarem sempre no mesmo emprego. Como aspectos mais positivos do papel de adulto, estes jovens referiram, acima de tudo, actividades que são essencialmente características da fase de transição para a idade adulta, como, por exemplo, conhecer novas pessoas, viajar, encontrar ocupações, com a condição de poder abandoná-las logo que se "tornem aborrecidas" ou quando aparece algo mais interessante, prosseguir os estudos em domínios interessantes e desafiantes, mesmo que não conduzam a um trabalho bem remunerado, ter um emprego onde se aprendam coisas novas e se enfrentem novas situações, seguindo sempre, em qualquer dos casos, os próprios desejos e aspirações. Para além destes aspectos, estes jovens destacaram ainda que a noção de "assentar na vida" é frequentemente associada à constituição de família com filhos, o que implica um emprego permanente para assegurar um rendimento fixo e, portanto, garantir a independência económica da família. Embora nenhum dos jovens desejasse o mesmo estilo de vida da geração anterior, ou seja, da geração dos seus pais, muitos pensam que, de algum modo, podem vir a acabar numa situação algo semelhante (Nilsen, 1998).

Como consequência indirecta destas representações, destaca-se a coexistência de expectativas elevadas e de representações negativas, em relação ao papel de adulto. Todavia, se as representações da vida adulta continuam associadas a um emprego estável e a um aumento crescente do nível de vida, na actualidade, este critério não é considerado determinante para se ser adulto (Arnett, 1998). Já a parentalidade é considerada como um factor decisivo para se ser considerado adulto. Os jovens, independentemente da idade e do género, assumem que ser pai ou mãe implica ter uma responsabilidade sobre outra pessoa e sobre si próprio, o que é característica da idade adulta (Arnett, 1998; Greene & Wheatley, 1992).

Num estudo retrospectivo sobre as representações do papel de adulto, efectuado junto de jovens mães, Aronson, Kimberly & Schaler (2001) confirmam que é determinante para se ser adulto, o facto de ter sido mãe, a par da independência económica. Estas jovens mulheres, aliás, não consideram nem o emprego, nem o casamento como marcos importantes para se verem a si mesmas como adultas. Contudo, apesar da ênfase mais recente atribuída ao papel parental, os outros papéis

de trabalhador e esposo(a) promovem também o acesso a uma identidade social normativa sobre o que significa ser adulto (Arnett, 1998; Greene & Wheatley, 1992). Outro estudo sobre o significado da vida adulta indicou que os jovens adultos distinguem categorias fundamentais para se analisar o significado de ser adulto: ao nível das relações familiares e com os amigos; do trabalho através do envolvimento na formação ou profissão; do bem-estar pessoal, associado a uma orientação individualista, com a procura hedónica do prazer e a manutenção da saúde (física e/ou mental); e da auto-realização, através da concretização de objectivos e do consequente desenvolvimento das competências psicológicas (Reitzle, 2006).

Apesar disto, na actualidade, as menores exigências de responsabilidade associada à assumpção destes papéis dominam a vida de muitos jovens, pelo que estes se encontram numa situação de “semi-adultos”, onde se perspectiva uma entrada na idade adulta progressiva, sem a pressão do compromisso com os tradicionais papéis de adulto nos domínios do trabalho e da família (Reitzle, 2006).

Com efeito, e de um modo consensual, os estudos mais recentes têm identificado características pessoais como sendo prioritárias para se ser considerado adulto, das quais se destacam ser responsável, ser capaz de tomar decisões e ser capaz de sustentar-se a si próprio financeiramente (Arnett, 1998; Greene & Wheatley, 1992; Facio & Micocci, 2003). De facto, tais estudos apontam para a importância da percepção de “auto-suficiência”, do ponto de vista psicológico e instrumental, como característica fundamental da idade adulta (Arnett, 1998; Greene & Wheatley, 1992). Também o recente estudo de Gordon, Holland, Lahelma & Thompson (2005) sobre representações da idade adulta, que inclui jovens mulheres inglesas e finlandesas, refere a independência do ponto de vista psicológico e social como a principal característica do adulto. A importância desta auto-suficiência foi também observada em outras culturas. Jovens universitários argentinos consideram que ser capaz de formar e sustentar uma família é o critério mais importante para que se seja considerado adulto, havendo diferenças de género, já que as raparigas valorizam mais este aspecto do que os rapazes (Facio & Micocci, 2003). Do mesmo modo, Mayseless & Scharf (2003), a partir de um estudo conduzido em Israel, consideraram que a responsabilidade sobre os seus próprios actos, a capacidade de decidir sobre as suas próprias crenças, o estabelecimento de uma relação igualitária com os pais são critérios mais importantes para se ser considerado adulto. Neste caso, verifica-se que o ser capaz de renegociar e reconstruir um relacionamento entre pais e filhos é um indicador de maturidade psicológica, que se reporta à conquista da autonomia.

É de salientar, no entanto que o “ser adulto” é algo de dinâmico que não corresponde a um estatuto estável (Reitzle, 2006). Mesmo os jovens que se consideram adultos continuam a achar que ainda não o são na sua plenitude, e que isto nem sempre depende de uma escolha pessoal, mas pode ser fruto de constrangimentos sociais. A posição dos jovens é marcada pela ambiguidade e pela ambivalência. Por um lado, os jovens assumem, facilmente, uma imagem idealizada da vida adulta, que passa por representações positivas da mesma. Arnett (2001) constatou, com base num inquérito nacional para o Estados Unidos, que 96% dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos afirmam que a vida adulta lhes iria proporcionar a possibilidade de “virem a obter aquilo que sonharam para as suas vidas”. Por outro lado, não parecem querer entrar rapidamente e totalmente na idade adulta, se as circunstâncias o permitirem e não se vêem a si próprios para já como adultos. Nesta linha, o estudo de Reitzle (2006), por exemplo, revelou que muitos jovens não se percebem a si mesmos nem, como adolescentes tardios, nem como jovens adultos, mas sim como estando numa fase situada entre estas duas categorias. A autora concluiu que a percepção subjectiva de ser adulto só estava associada aos papéis normativos de adulto para os jovens de classe baixa e pouco escolarizados. Para os restantes, as restrições no acesso ao emprego e a uma vida independente, bem como a instabilidade das relações afectivas fazem com que vivam o presente numa perspectiva de “hedonismo dos tempos modernos”, onde os papéis de adulto não têm um significado muito importante.

Para o contexto nacional, e no que se refere especificamente às transições para os papéis de adulto, de acordo com Guerreiro e Abrantes (2004) estas efectuam-se em dois tempos: um primeiro período, caracterizado pela liberdade, pelas experiências e pela ausência de compromissos; um segundo período, caracterizado pela responsabilidade, estabilidade e compromissos. A vivência de uma transição para a idade adulta “livre” contrasta com as atitudes relativas à vida adulta considerada rotineira, aborrecida e desinteressante (Guerreiro & Abrantes, 2004). Este estudo revelou ainda que, quando os jovens portugueses falam dos seus planos a longo prazo, revelam, de forma mais ou menos unânime, a intenção de aderir num primeiro momento, a esse modelo de vida hedonista, como “trajecto natural da vida”, onde os 30 anos parecem ser a fronteira para “assentar e assumir compromissos”.

Globalmente, os estudos apresentados levam-nos a assumir que a representação partilhada pelos jovens sobre o que significa ser adulto está impregnada de alguma ambiguidade, dado que nela são integrados simultaneamente

aspectos característicos da juventude e da idade adulta. Contudo, parecem assumir consensualmente que ser adulto implica entrar numa fase diferente daquela em que se encontram.

### **1.2. Importância das atitudes e do género na antecipação dos papéis de adulto e na sua conciliação**

Se as condições sociais implicam alterações nos projectos de vida e no modo como os jovens efectuam a transição para a idade adulta, parece importante analisar em que medida estas alterações se reflectem nas atitudes perante o trabalho, a família e a conciliação de papéis. O trabalho e a família são domínios de vida fundamentais nas culturas ocidentais, entre os quais os indivíduos dividem o seu tempo e a sua energia (Greenhaus & Beutell, 1985). Os planos que os jovens efectuam em relação ao seu futuro incluem, na maioria dos casos, a intenção de ter um envolvimento activo tanto no papel familiar como no papel profissional (Guerreiro & Abrantes, 2004; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Kulik, 1998; Peake & Harris, 2002). De acordo com alguns autores e para o contexto norte-americano, o envolvimento activo, e estável com os papéis profissionais e familiares ocorre em média 10 anos depois do abandono dos estudos, correspondendo à fase de constituição de uma família de dupla-carreira, no caso dos jovens com formação universitária (Arnett, 2000; Barnett *et al.*, 2003). Deste modo, para melhor compreender os problemas e conflitos no desempenho dos papéis sociais de adulto, é importante analisar as antecipações que os jovens fazem em relação ao modo como, no futuro, pretendem vir a conciliar a vida familiar e profissional (Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Kulik, 1998; Peake & Harris, 2002). Alguns autores defendem mesmo que a análise das atitudes, em relação à futura conciliação de papéis familiares e profissionais, deverá ser integrada nos programas de desenvolvimento de carreira e de apoio psicossocial, facultado pelas instituições universitárias, dada a sua importância para que os jovens explorem informação e efectuem planos de vida mais realísticos em relação à vida adulta (Barnett *et al.*, 2003; Cinamon & Rich, 2002a; Riele, 2004; Scanzoni & Fox, 1980; Terenzini & Pascarella, 1991).

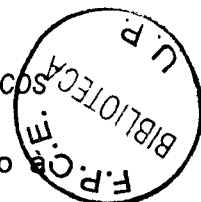
No contexto da gestão de múltiplos papéis de vida as exigências associadas ao exercício concomitante dos papéis profissionais e familiares, no início da idade adulta, podem desencadear dificuldades na compatibilização dos mesmos, dando origem ao conflito trabalho-família, que frequentemente tem efeitos nefastos, tanto ao nível individual como ao nível do exercício dos papéis profissionais e familiares (Greenhaus



& Beutell, 1985; Frone, 1997; Padavic & Reskin, 1990; Perry-Jenkins, 1988; Perry-Jenkins & Serry, 1992). Alguns estudos demonstraram que, para estudantes universitários, a antecipação de um potencial conflito de papéis gera expectativas negativas em relação aos papéis profissionais e familiares, levando-os a estar pouco motivados quer para investir em cada um destes papéis, quer nos dois em simultâneo (Cinamon & Rich, 2002b; Kerperman & Schvaneveldt, 1999; Cinamon, 2006). A análise das atitudes associadas a expectativas de concretização de cada papel, no contexto da antecipação da conciliação dos papéis de adulto, permite assim compreender o modo como os jovens planeiam o seu futuro, no que diz respeito ao trabalho e à família (Barnett *et al.*, 2003).

Em qualquer dos casos, os benefícios do planeamento, em relação à futura participação nos papéis familiares e profissionais têm sido documentados por diversos estudos, que destacam os aspectos positivos decorrentes deste planeamento ao nível da escolha do momento para ter filhos, da redução do conflito trabalho-família e do aumento da satisfação com o papel profissional e com a vida em geral (Steffy & Jones, 1988; Kossek & Ozeki, 1998; Weitzman, 1994). De acordo com Friedman & Weissbrod (2005), a análise das atitudes dos jovens em relação ao trabalho e à família pode contribuir para a compreensão do processo de desenvolvimento da sua identidade de adulto, num contexto social e cultural contemporâneo. Permite ainda assumir uma perspectiva crítica, ao nível da avaliação que cada indivíduo pode fazer dos seus objectivos para esse papel, podendo mesmo estar na origem da análise antecipada das relações familiares e profissionais (Edwards & Rothbard, 2000). De facto, as atitudes que estão subjacentes aos diferentes papéis, tanto na vida familiar como na vida profissional, vão não só determinar a importância que esse papel tem para a pessoa, como os diferentes níveis de envolvimento com esses papéis, determinando variações ao nível dos processos de conciliação dos mesmos (Edwards & Rothbard, 2000). Assim, o valor intrínseco associado ao papel pode revelar-se ao nível das atitudes que os indivíduos têm em relação a esse papel. Estas podem actuar como um possível indicador, do significado e da importância que esse papel tem tanto para o indivíduo como para a definição dos seus objectivos de vida (Brown & Kelly, 1996).

A partir dos anos 80, os jovens têm vindo a atribuir uma grande importância ao domínio profissional que se traduz numa avaliação pormenorizada, quer dos aspectos positivos, quer dos aspectos negativos do mesmo (Baber & Monaghan, 1988). O estudo de Vasconcelos (1998) evidencia uma valorização antecipada do papel profissional nos jovens portugueses universitários e com formação universitária. Já



para o domínio familiar, o estudo de Torres (1996) sobre atitudes em relação conjugalidade indica que os jovens portugueses, apesar de considerarem que o mais importante é o bom relacionamento entre duas pessoas, continuam a manifestar uma preferência por formar uma família com filhos no quadro do casamento. Se os jovens continuam a querer ter filhos, ou seja, se não recusam a parentalidade, os estudos efectuados por Vasconcelos (1998) indicam que pretendem que esta seja programada, não só em termos do número de filhos, como da qualidade das condições gerais de vida (socio-económicas, de guarda e de cuidados às crianças) e do ambiente familiar e social necessária para os enquadrar. Assim, de um modo geral os jovens portugueses apresentam atitudes favoráveis em relação à formação da sua própria família, preferencialmente com filhos. A família e a parentalidade assumem-se como fazendo parte do projecto de vida a longo prazo, que envolve a necessidade de uma certa segurança socio-económica, de modo a assegurar um desenvolvimento sadio e harmonioso dos filhos (Vasconcelos, 1998).

Neste contexto, o género exercerá certamente uma influência importante. Por exemplo, alguns estudos demonstram que as jovens mulheres, que planeiam ter um envolvimento activo, tanto com o papel profissional, como com o papel familiar, tendem a manifestar intenção de ter um número reduzido de filhos (Baber & Mongham, 1988), a ter atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, esperando vir a partilhar as tarefas domésticas com os seus companheiros (Hallet & Gilbert, 1997). Outros estudos demonstram que as raparigas têm mais dificuldade em antecipar o seu envolvimento com o papel profissional, porque desejam também investir no papel familiar (Novack & Novack, 1996), revelando níveis mais elevados antecipação do conflito trabalho-família e família-trabalho do que os jovens rapazes (Cinamon, 2006).

No que diz respeito aos estudos que se referem especificamente ao papel das atitudes na antecipação da futura conciliação de papéis são escassos. Alguns autores referem que a maioria das jovens universitárias continua a esperar um padrão de participação descontínua no mercado de trabalho, ou seja, prevêem interromper as carreiras para cuidar dos filhos (Galejs & King, 1983; Greenglass & Devins, 1982; Goldscheider & Goldscheider, 1992; Lewis, Smithson, & Guerreiro, 2001; Machung, 1989; Schroeder *et al.*, 1992). Como principal motivo, surge a valorização do papel familiar e parental em determinadas etapas do ciclo de vida. Kulik (2000) encontrou dados que apontam também para o facto das jovens universitárias rejeitarem empregos em que consideram que as condições de trabalho são adversas (ex.:

horários de trabalho nocturnos, localizados em zonas de acesso complexo, etc. ...). Na opinião do autor, o comportamento dessas jovens parece ser influenciado por um processo de antecipação da função familiar e parental, ou seja, as suas opções profissionais estão desde logo condicionadas pelos seus projectos relativos à família e à maternidade. Nestes dois estudos, fica patente a importância dos papéis de género na antecipação da conciliação da vida familiar e profissional.

No entanto, estes estudos apenas se debruçaram sobre grupos femininos. Para efectuarem comparações sobre as atitudes em relação aos papéis de género de um modo mais abrangente, Slevin & Wingrove (1983) e Loo & Thorpe (1998) recorreram a uma escala de avaliação de atitudes perante o género, que tem vindo a ser utilizada ao longo de 20 anos. Os resultados indicaram que, em geral, os estudantes universitários estão progressivamente mais igualitários do que a geração que os precedeu, independentemente do género. De facto, a presença das mulheres no ensino superior é percebida e vivenciada pelos estudantes de ambos os géneros como um contexto que permite um nivelamento das assimetrias de género (Haber, 1980; Morais & Carvalho, 1993). Apesar disto, o estudo de Kulik (1999) sobre os papéis de género em estudantes universitários indicou que, de um modo geral, as estudantes apresentaram atitudes relativas aos papéis de género mais liberais do que os seus colegas masculinos, tanto para o domínio familiar como para o domínio social. Será importante lembrar que o género é considerado como um factor dominante na formação de atitudes e comportamentos que cada um apresenta no contexto social. Assim, os estudos sobre os papéis de género e a sua relação com o papel profissional indicaram que as estudantes percebem a existência de algumas barreiras, e mesmo de alguma diferenciação entre géneros no acesso a determinadas carreiras profissionais, embora acreditem que a formação superior pode contribuir para minimizar esta diferenciação, se optarem por determinadas áreas que permitam a independência económica, assim como a possibilidade de autonomia, de realização pessoal e de compatibilização da profissão com a vida pessoal (Hartung & Rogers, 2000; Kulik, 1999; Morais & Carvalho, 1993; O'Connor, Smithson & Guerreiro, 2001). Quando a escolha se faz por áreas tradicionalmente mais masculinas, aí as estudantes expressam a necessidade de se lutar por uma igualdade, que pensam não ter sido ainda alcançada, pelo menos na sua plenitude (Morais & Carvalho, 1993).

As atitudes dos universitários podem ser atribuídas, pelo menos em parte, às expectativas sociais generalizadas para os papéis de género. Parece haver indicadores que apontam para que tanto os rapazes como as raparigas ajustem as

suas próprias expectativas em função destes, antes de desempenharem os papéis profissionais e familiares, o que poderia explicar a tendência de manutenção das atitudes tradicionais perante os papéis de género, pelo menos em algumas sub-culturas (Vasconcelos, 1998).

Nesta linha, e no que se refere à antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais em função do género, os resultados obtidos por Peake & Harris (2002) indicam que quando as raparigas antecipam o futuro integram muito mais do que os rapazes os vários papéis de vida. Também um estudo recente de Friedman & Weissbrod, (2005) que compara a antecipação do papel familiar em jovens adultos, indicou que os rapazes reconheciam frequentemente nunca ter antecipado o seu papel familiar, enquanto as raparigas afirmavam que já o tinham feito e já tinham tomado decisões sobre aquele papel, que podiam traduzir tanto no seu adiamento, como na possibilidade de, no futuro, fazerem restrições no investimento profissional, a favor do papel na família. Também no contexto português, Vasconcelos (1998) refere que a grande maioria dos jovens tenta reconhecer às mulheres a possibilidade de afirmação social, valorizando os projectos individuais de vida, associados à realização profissional. No entanto, quando inquiridos sobre a especialização feminina nas tarefas reprodutivas, os resultados foram claros e vão num sentido tradicional: para a maioria dos jovens, independentemente do género, as mulheres devem dar primazia ao papel de mãe sobre a realização profissional.

No seu conjunto, os estudos apresentados sublinham a relevância assumida pelas atitudes e pelos papéis de género na antecipação de cenários de conciliação de papéis familiares e profissionais, realçando a importância, desta temática em quadros culturais de referência, que podem ser bastante diversos. Porém, de um modo geral, parece que as atitudes em relação aos papéis familiares, profissionais e aos papéis de género surgem revestidas de especial interesse para a análise da antecipação dos cenários de vida futura dos jovens.

## **2. Mudanças sociais e implicações para a transição para a idade adulta**

Este segundo ponto vai tratar, essencialmente, das implicações e mudanças sociais e suas repercussões para o assumir dos papéis profissionais e familiares, na transição para a idade adulta.

## **2.1. O papel profissional**

### **2.1.1. Entre o prolongamento dos estudos e as dificuldades de inserção profissional**

Um dos aspectos que mais tem sido destacado na literatura sobre as novas configurações de transição para a vida adulta está relacionado com os investimentos prolongados dos jovens na formação escolar, originados pelo desenvolvimento do mercado de trabalho. De um modo geral, pode constatar-se, através dos indicadores sociológicos, que a melhoria generalizada das condições de vida e a modificação progressiva dos padrões culturais do país, associados à integração na União Europeia se, traduziram tanto no incremento dos níveis de formação escolar, como na ampliação das expectativas de realização profissional que lhes estão associadas. Os jovens são, assim, incentivados a investir na educação, a prosseguir os seus projectos vocacionais com vista à aquisição futura de uma profissão, que lhes possibilitará não só a realização pessoal, como a obtenção de autonomia económica. Isto implica, por si só, que a entrada no mercado de trabalho se faça mais tardiamente. Além disso, as modificações no mercado de trabalho vieram também introduzir alterações no tradicional processo de continuidade entre estudos e inserção profissional. A outrora previsível sequência de *terminus* dos estudos e posterior integração na vida activa vê-se hoje abalada por desajustamentos e fracturas, consequência sobretudo da instabilidade laboral. Geram-se, assim, percursos de transição para a vida activa mais diversificados, que evidenciam as transformações do sistema educativo e do mundo laboral como, por exemplo, opções de formação que não eram inicialmente desejadas pelos jovens ou dificuldades de encontrar um emprego compatível com a formação adquirida (Elejabeitia, 1997). Estas alterações afectam todos os jovens e, particularmente, os jovens licenciados, para os quais frequentemente as expectativas associadas ao investimento na formação académica não têm correspondência no mercado de trabalho, tanto em termos de estabilidade de emprego, como em termos de estatuto profissional (Elejabeitia, 1997). Apesar destas dificuldades, é cada vez maior o número de jovens de ambos os sexos que prossegue estudos universitários.

A par desta tendência generalizada, denota-se ainda a existência de algumas especificidades para os designados países do Sul da Europa, nos quais Portugal se inscreve. Estes tendem a apresentar percursos escolares extensos, durante os quais a maioria dos jovens está totalmente afastada do mercado de trabalho, contribuindo assim para o prolongamento do referido estatuto social de "não produtivo" (Cavalli,

1997). Para esta realidade, contribuem factores de natureza sociológica e cultural. Se, no contexto norte-americano, o número de jovens a trabalhar em tempo parcial enquanto estudam é elevado, para, por exemplo, ter mais recursos económicos a fim de usufruir de actividades de lazer, diversos estudos têm salientado que, na maioria dos casos estes trabalhadores, não implicam o desenvolvimento de competências que possam ser transferidas para futuras actividades profissionais (Greenberger & Steinberg, 1986; Steinberg & Cauffman, 1995). Contudo, mais tarde torna-se mais frequente o jovem procurar actividades que proporcionem experiências pessoais, como actividades de voluntariado ou actividades mais próximas daquelas que gostariam de vir a desempenhar no futuro, como, por exemplo, a realização de estágios.

De acordo com Arnett (2000), às vezes experiências semelhantes em jovens adultos servem também para identificar áreas e actividades para as quais estes jovens se sentem ou não vocacionados. Reportando-se ao contexto social europeu, algumas diferenças tendem a surgir. Cavalli (1997) refere que muitas vezes os estudantes preferem instituições de educação/formação perto da residência dos seus pais, o que lhes permite evitar o confronto com custos de vida elevados, que os levariam, com maior probabilidade, a ter de se inserir, mesmo que temporariamente, no mercado de trabalho. Deste modo, estão também mais apoiados e incentivados para prosseguir a sua formação por períodos cada vez mais longos. Paralelamente, o estatuto de estudante é socialmente encarado como uma actividade à qual o jovem se deve dedicar “a tempo inteiro”, contribuindo a família de origem para que tal seja possível. A par deste processo, a escassez de oportunidades, em determinados países, para os jovens terem experiências profissionais como, por exemplo, programas de emprego a tempo parcial que fomentem o desenvolvimento de competências profissionais, contribui também para a dificuldade em abandonar este estatuto de estudante “a tempo inteiro” (Cavalli, 1997).

Outro aspecto documentado por Cavalli (1997) diz respeito ao facto de grande parte dos jovens ingressarem no mercado de trabalho após um período relativamente longo de emprego precário ou de desemprego. A estabilidade no mercado de trabalho só é alcançada progressivamente e tardiamente em termos etários (Cavalli, 1997; Arnett, 2004). A esta realidade acresce ainda a necessidade de realização pessoal através do trabalho. De acordo com Arnett (2006) o trabalho é hoje visto pelos jovens não apenas como uma tarefa que lhes deve permitir a autonomia económica, mas também como um lugar de realização pessoal. Esta visão do trabalho pode também,

de algum modo, exigir um período mais longo de “ajustamento” ao mercado de trabalho, ou seja, pode ser necessário mudar algumas vezes de trabalho, ou mesmo de profissão, até se encontrar uma actividade considerada gratificante (Arnett, 2006).

Em resumo, existe algum consenso nos estudos, tanto no contexto norte-americano como no contexto europeu, quanto à individualização dos percursos de transição entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho para os jovens, que envolvem muitas incertezas (Arnett, 2006; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997). Para esta realidade contribuem, por certo, factores de natureza cultural, onde o incentivo para o prosseguimento de estudos e a manutenção do estatuto de estudante “a tempo inteiro”, suportado pela família de origem, mantêm os jovens afastados do mercado de trabalho por períodos cada vez mais longos. Paralelamente, as dificuldades do mercado de emprego também contribuem para a necessidade de investimento em formação cada vez mais extensa, prévia ao ingresso no mercado de trabalho. No seu conjunto, estes factores contribuem para percursos de inserção profissional tardios, onde as alterações nos projectos profissionais e de carreira, assim como a alternância entre períodos de emprego e desemprego, também tendem a surgir. Para esta realidade, contribui ainda a valorização do trabalho enquanto fonte de realização pessoal. Deste modo, os jovens estão mais disponíveis para procurarem empregos não só que se aproximem da sua formação, como aqueles que lhes proporcionarem realização pessoal. Esta busca contribui, de forma activa, para a existência de percursos de ajustamento ao mercado de trabalho, mais extensos e irregulares, em termos do exercício permanente de uma profissão.

#### **2.1.2. Dependências em relação à família de origem: económica, residencial e emocional**

As transformações estruturais dos sistemas de ensino e de formação e do mundo do trabalho induzem também a períodos mais longos de coabitação entre pais e filhos adultos (Cordon, 1997; Rossi, 1997), facilitados por mudanças culturais, que permitem, hoje em dia, aos jovens optar pela “coabitação entre gerações” (Rossi, 1997). Apesar desta ser uma realidade socialmente variável, vimos que, para os países do Sul da Europa, o prolongamento da educação não levou os jovens a sair de casa para frequentar o ensino superior. Pelo contrário, a descentralização e o alastramento das instituições de formação permitiu a permanência dos jovens em casa dos pais, enquanto realizam a sua formação (Rossi, 1997). Quando o jovem se

desloca para prosseguir os seus estudos noutra cidade ou região, a situação não se modifica substancialmente, na medida em que o afastamento da habitação parental é temporário.

Nesta linha, Tang (1997) efectuou um estudo que versou a temática da saída de casa dos pais como factor de aquisição da independência social face à família de origem. O autor utilizou o critério etário, para comparar jovens que saíram de casa cedo (antes dos 17 anos), "na altura certa" ("on-time" no original), ou seja, entre os 18 e os 24 anos, e tardiamente, entre os 25 e os 30 anos. Verificou que, no que se refere aos jovens que saíram cedo de casa, as principais determinantes para essa saída estiveram associados a composições familiares que envolviam situações de recasamento ou de adopção, parecendo que tais situações promovem a saída de casa dos jovens ou a redução do apoio socioeconómico que lhes é concedido (Tang, 1997).

Quanto aos jovens que saem na "altura certa", o cumprimento do serviço militar, a constituição de sua própria família e a ruptura no casamento dos progenitores parecem ser os factores com maior influência. Já para os jovens que saíram de casa mais tarde, a idade apresenta-se como o principal desencadeador da saída. Neste estudo, destaca-se que factores externos à dinâmica familiar, como o prosseguimento de estudos ou a inserção no mercado laboral, numa área geográfica diferente da de residência da família de origem, nunca surgem como factores decisivos para a saída de casa dos pais. Importante é ainda o facto de que, para o grupo dos jovens que saem tarde, o factor idade ser o mais referenciado, e não qualquer outro como, por exemplo, o desejo de ser independente ou de constituir uma família. De facto, este último grupo personifica o fenómeno de permanência prolongada em casa dos pais, que parece definir uma nova categoria social de jovens adultos (Cordon, 1997; Rossi, 1997; Tang, 1997).

Esta situação de coabitação, encarada como fruto de circunstâncias sociais, não é alvo de "penalização social", para o jovem adulto, sobretudo para as culturas da Europa do Sul. Num estudo efectuado sobre as diferenças culturais entre estes países e os chamados países da Europa do Norte, verificou-se que, apesar do desemprego ou do emprego precário, os jovens nos países da Europa do Norte mantêm a independência residencial, enquanto que o oposto se verifica nos países do Sul da Europa, onde a família partilha a sua residência com os filhos.

Mesmo assim, as dificuldades de emprego constituem um outro factor importante para o prolongamento da coabitação. Nos países europeus que partilham problemas de desemprego ou emprego precário, observa-se um aumento da



dependência residencial dos jovens, relativa à família de origem (Cordon, 1997). Apesar deste estudo não ter incluído dados relativos a Portugal, pensamos que, no nosso país, a situação é muito semelhante à dos outros países da Europa do Sul. Rossi (1997) indica que os jovens preferem optar pelo estatuto e pelo bem-estar que a residência familiar lhes proporciona, em detrimento da autonomia, uma vez que, na maioria dos casos, o seu nível de vida fora de casa dos pais tenderia a ser consideravelmente inferior. De facto, tanto os pais como os filhos adultos sentem-se confortáveis num processo onde aqueles concordam em apoiar residencialmente os filhos, até que estes consigam atingir a independência económica que lhes permita uma vida autónoma. Deste modo, também a própria família de origem não assume um papel de incentivo para o abandono do lar familiar e para a aquisição da autonomia económica.

Um dos aspectos menos positivos da dependência residencial é, de acordo com Arnett (2000), o facto desta proporcionar aos estudantes universitários percursos educacionais muitas vezes demasiado extensos e instáveis, mudando de curso com alguma frequência ou deixando de estudar e retomando os estudos mais tarde. Esta situação pode, na opinião do autor, implicar um processo de exploração demasiado livre e mesmo "interminável", dado que não apresenta qualquer custo para o jovem, retardando assim a definição do seu percurso académico, profissional e mesmo pessoal (Arnett, 2000).

No contexto nacional pensamos que existem, contudo, algumas diferenças. Apesar da independência residencial ser muito pouco frequente durante o ensino universitário, porque a maioria dos estudantes não exerce nenhuma actividade profissional que o permita, também as interrupções dos estudos não são muito frequentes. Mesmo que essa independência se verifique quando os jovens estudam em localidades distantes da residência dos pais, não se pode esquecer que ela serve apenas essa finalidade e que os jovens regressam a casa dos pais durante as férias escolares ou quando terminam os seus estudos superiores.

Neste quadro, Cavalli (1997) considera que a dependência residencial dos jovens reflecte uma escolha racional por parte destes e recorda que a melhoria generalizada das condições económicas, particularmente da classe média, consequência da modernização, repercute-se ao nível das condições habitacionais. Nesta classe social, os jovens têm frequentemente, no lar dos seus progenitores, um espaço próprio, muitas vezes personalizado ao seu gosto, onde a vinda de colegas e amigos se efectua sem criar tensões. Assim, podem beneficiar de uma "semi-

autonomia" residencial, na medida em que têm um espaço que é considerado como seu, mas que não necessitam de suportar do ponto de vista económico.

Apesar de, no contexto norte-americano, a idade mais frequente de deixar a casa dos pais seja os 18/19 anos, a independência residencial é também muitas vezes efectuada de acordo com este estatuto de "semi-autonomia", na medida em que tem um carácter temporário, ou seja, ocorre durante os estudos ou para viver uma relação afectiva. Mesmo no contexto norte-americano, os jovens que ingressam no ensino superior tendem a depender de bolsas de estudos e das suas actividades profissionais em tempo parcial, e também mantêm, na maioria dos casos, o apoio económico dos seus pais (Furstenberg *et al.*, 2003). No entanto, uma vez terminados os estudos ou após experiências mal sucedidas ao nível afectivo, tendem a regressar a casa dos pais. Este regresso pode ainda ser provocado por experiências de desemprego, emprego precário ou sub-emprego que impedem a manutenção da residência (Arnett, 2000). Estas flutuações ao nível da independência/dependência residencial reflectem também instabilidades decorrentes da exploração e experimentação ao nível educacional e até profissional. Uma vez concluídos os estudos, face às dificuldades do mercado de trabalho e à escassez de apoios sociais, os jovens acabam por perpetuar a sua dependência económica face aos pais, uma vez que a sua actividade profissional não lhes permite ter uma vida economicamente independente. Assim, a sua dependência é acima de tudo justificada por factores económicos.

Todavia, também existem jovens que, mesmo exercendo uma profissão que lhes poderia permitir viver de forma independente optam por continuar a ser apoiados pelos pais. Nestes casos, estes jovens vêem as principais despesas relativas à habitação, aos estudos e à alimentação, entre outras, ser garantidas pelos pais, o que lhes permite continuar a usufruir dos recursos económicos de que a família dispõe (e muitas vezes ainda lhes oferece sob a forma de mesada). Os seus recursos económicos próprios podem, assim, ser canalizados para actividades de lazer ou para bens mais diferenciados (férias, despesas pessoais, etc...), permitindo-lhes ter uma qualidade de vida muito superior à que teriam, se vivessem de forma economicamente independente, pois não há dúvida de que o estabelecimento e a manutenção de um lar independente implica, na maioria dos casos, um decréscimo significativo no nível de vida. É nesta sequência que se situa o paradoxo da dependência *versus* independência, que leva Cavalli (1997) a considerar que, nestes casos, os jovens tomam uma decisão racional, dado o valor que atribuem ao seu próprio bem-estar, em

detrimento da autonomia: a decisão de serem apoiados economicamente pelos pais é perfeitamente racional e baseada numa perspectiva utilitária de vida.

É ainda importante salientar que o convívio residencial não implica necessariamente proximidade psicológica entre pais e filhos. Estudos efectuados no contexto norte-americano evidenciaram que os adultos que apresentavam uma proximidade física elevada com os pais, ou seja, que residiam em casa dos pais ou próximo da mesma, apresentavam indicadores muito fracos de ajustamento psicológico e de proximidade com os pais (Dubas & Pertersen, 1996). Já os dados relativos a estudos europeus indicam que os jovens que permanecem em casa dos pais, não só estão satisfeitos com a sua situação, como continuam a considerar os pais como uma fonte de apoio económico e emocional, embora manifestem elevados níveis de autonomia na sua vivência em família (Chisholm & Hurrelman, 1995).

A este nível, Cavalli (1997) argumenta que, apesar dos padrões de apoio económico e social terem sido mais marcantes para as chamadas famílias de classe média e alta, este modelo depressa se popularizou nas outras classes, pelo que se apresenta na actualidade como dominante. Na verdade, muitas vezes o facto dos jovens de famílias modestas terem um nível mais elevado de escolaridade do que os seus pais, leva-os a invocarem as suas responsabilidades escolares e profissionais para legitimar a necessidade de apoio por parte daqueles. De igual modo, quando negociam com eles as condições de coabitação demarcam o seu direito à "liberdade", ou seja, à sua independência no seio da vida familiar. Esta situação gera, na opinião do autor, um aparente paradoxo, que se traduz no facto de que, quanto mais autonomia os jovens sentem em relação à sua família, mais dependentes da mesma aceitam tornar-se. Na realidade, as próprias alterações nos contextos familiares e nos processos de socialização, nomeadamente na relação pais-filhos, tem reduzido os conflitos entre gerações, limitando assim a necessidade de saída da família para procurar a autonomia (Cavalli, 1997).

Os valores culturais associados às famílias do Sul da Europa, que tendiam a exigir comportamentos semelhantes dos seus membros, através do exercício do poder paternal, está hoje a ser alterado, dando lugar a uma progressiva redução da autoridade parental e das clivagens associadas ao género e à idade. Esta transformação efectua-se sem que a família ponha em causa a sua função primordial de apoio emocional e económico aos jovens. Para além disso, as famílias podem constituir-se como recursos para os jovens em dois sentidos: por um lado, podem, quando dispõem de recursos económicos para tal, apoiar a escolha vocacional dos

filhos, independentemente do curso ser leccionado numa instituição pública ou privada, nacional ou estrangeira. Por outro lado, no caso de pais com formação académica superior, podem não só disponibilizar aos filhos um leque mais alargado de informações relativas ao mercado de trabalho, mas ajuda-os a ponderar os benefícios e custos potenciais das suas escolhas vocacionais. Isto não significa que estes jovens vejam o apoio familiar como isento de “obrigações”. Não só respeitam os conselhos dados pelos pais, como tentam integrá-los nas suas decisões e opções educacionais, profissionais e mesmo pessoais. No nosso país, um estudo efectuado por Pappámikail (2004), revelou que, do ponto de vista dos jovens, a família funciona como uma rede de apoio, até que consigam posicionar-se no mercado de trabalho. Este apoio é não só de natureza instrumental, com forte incidência no apoio económico, mas também de natureza emocional, que apesar de ser de grande importância, não intervém, de forma restritiva nas suas escolhas pessoais, educacionais e profissionais (Pappámikail, 2004).

Assim, o processo de transição para o estatuto de adulto parece hoje menos previsível e mais complexo (Pais, 1996; Pais, 1998a, Pais, 2005). A condição de adulto parece passar essencialmente pelo desenvolvimento de competências pessoais que caracterizam a autonomia psicológica e a maturidade, sendo menos dependente de marcadores sociais, como o exercício de um papel profissional ou familiar. Os pais contribuem também para este processo, já que preferem manter o apoio, de modo a garantir que os filhos invistam na aquisição de competências de natureza escolar, profissional e relacional, que lhes permitam “estar preparados para a vida de adulto” actuando enquanto rede de apoio instrumental e emocional dos filhos (Pais, 1996; Pappámikail, 2004). Estas modificações terão implicações ao nível das atitudes em relação ao papel parental.

## **2.2. *Papel familiar e parental***

Em termos de projectos de futuro relativos ao papel familiar e parental, o padrão tradicional de família com filhos parece continuar a ser valorizado pelos jovens, sobretudo nos países de Europa do Sul (Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998; Torres 1996). Contudo, uma das mudanças mais significativas a este respeito reporta-se às idades em que os jovens adultos estão dispostos a encarar a constituição de uma família. Esta faz-se cada vez mais tarde, ou seja, para lá dos 25 anos, embora com algumas variações de acordo com a classe social dos jovens (Rossi, 1997;

Vasconcelos, 1998; Torres 1996). Neste domínio, também as alterações dos padrões sociais levam a que os jovens façam as suas escolhas pessoais de uma forma mais autónoma, pelo menos em termos afectivos, adaptando-se a novos padrões de conjugalidade e de realização pessoal que, até há algumas décadas, não eram tão frequentes (Cavalli, 1997; Vasconcelos, 1998, Torres 1996). Apesar disto, na maioria dos países do Sul da Europa, o casamento persiste como um dos principais motivos pelo qual os jovens abandonam a casa dos pais (Cavalli, 1997, Vasconcelos, 1998). A coabitação antes do casamento tem aumentado de forma marcante, relativamente ao passado, mas tende a ser limitada a alguns segmentos populacionais, que incluem as classes com maior escolaridade e maioritariamente urbanas (Cavalli, 1997). Centra-se na exploração de possibilidades relativas à conjugalidade, ou mesmo em relação ao papel familiar, de modo a que, durante esta fase, os jovens têm como principal objectivo a exploração de sentimentos e afinidades, havendo, por isso, ausência ou adiamento de compromissos (Arnett, 2000). Do ponto de vista do relacionamento afectivo e da evolução dos papéis conjugais, o controlo da fertilidade implica que os jovens possam viver as suas relações afectivas de forma mais espontânea, ou seja, sem o receio de ter que assumir compromissos duradouros (Arnett, 2006). Assim, a exploração no domínio afectivo pode ser mais prolongada, fazendo com que a escolha definitiva do parceiro e, acima de tudo, a opção pelo papel parental, se faça cada vez mais tarde, tal como é referido pelos dados de natureza demográfica.

Para esta realidade contribui também, de forma definitiva, o investimento crescente na educação e formação, que leva os jovens a evitar compromissos duradouros ou que possam colidir com o investimento nesta área. Contudo, como refere Arnett (2006), a concepção de vida também se alterou. De facto, para os jovens na casa dos 20 anos, casar, ter filhos e mesmo ter uma casa, não são comportamentos vistos como marcos da idade adulta, mas sim aspectos que devem ser evitados e adiados até aos 30 anos. Nesta óptica, a preocupação central, aos 20 anos, não é assumir as responsabilidades de adulto relativas à estabilidade afectiva, que daria origem ao papel familiar, mas sim aproveitar ao máximo esta etapa da vida. Para estes jovens, a conjugalidade e a parentalidade, são, sem dúvida, associadas a um período de estabilidade e segurança, mas também vistas como uma etapa de "fechar portas" à independência e à espontaneidade no domínio relacional e afectivo. Querem assumir o papel familiar e parental, mas "para já não" (Arnett, 2006). Este posicionamento revela-se num adiamento do casamento e da procriação para cada vez mais tarde.

De acordo com Guerreiro & Abrantes (2004), os jovens com formação superior, que efectuaram percursos escolares longos, revelam ambições crescentes de cariz hedonista ou consumista, onde a hipótese de casar ou ter filhos antes dos 30 anos não parece adequada. Alguns constrangimentos de natureza social podem reforçar as opções destes jovens. Por exemplo, os custos elevados da habitação implicam que os jovens casais só pensem em formar a sua própria família quando tiverem alguma estabilidade de emprego, que lhes permite ter os rendimentos necessários para tal. No seu conjunto, estes factores parecem contribuir para um adiamento da parentalidade e para uma redução do número de filhos, tal como é documentado nos dados demográficos. Neste contexto, isto pode corresponder apenas a uma “meia-opção”: é para uns uma “escolha” que permite usufruir dos novos padrões de vida e, para outros, um destino, perante a impossibilidade de assumir a independência mais cedo (Cavalli, 1997).

Assumindo uma perspectiva diferente das gerações anteriores, os jovens portugueses parecem hoje mais cépticos e mais inseguros quanto ao desempenho do papel familiar, particularmente o papel parental. Justificam este receio não só pela sedução de novos estilos de vida, ainda relativamente raros nos jovens portugueses (como viver sózinho ou com colegas/amigos/namorados(as)) (Guerreiro & Abrantes, 2004), mas sobretudo pela ênfase dada à insegurança profissional e à precariedade económica, principais obstáculos à realização dos seus planos de constituição de família (Bartley & Robitschek, 2000; Carreira, 1997; Fontaine & Matias, 2003; Vasconcelos, 1998). Assegurar, tanto para si próprios como para as suas famílias, em especial para os filhos uma vida desprovida de privações económicas, é essencial na determinação da “idade para ter filhos” (Brannen & Smitson, 1998; Chase-Lansdale, Brooks-Gun & Paikoff, 1991; Cook, 1999; Greenberg, Steinberg, Vaux & McAuffille, 1980). Nestas opções, coexistem a tomada de consciência do risco que acarreta a parentalidade, assim como a importância da responsabilidade em assegurar o bem-estar dos descendentes (Brannen & Smitson, 1998; Guerreiro & Abrantes, 2004).

Assim, a parentalidade e o exercício dos papéis familiares, apesar de serem socialmente valorizados pelos jovens, tendem a ser planeados e adiados.

### **2.3. Transição para a idade adulta: o conceito de adulto emergente**

Numa tentativa de especificação desta etapa do ciclo vital, que se situa entre o final da adolescência e o início da idade adulta, surge, com alguma frequência na

literatura psicológica, a designação de adolescência tardia. Falar em adolescência implica reportarmo-nos a um período desenvolvimental onde ocorrem mudanças tanto ao nível físico, como ao nível psicológico. Do ponto de vista do estatuto social, os adolescentes, na maioria dos casos, encontram-se a frequentar o sistema de ensino secundário e residem com os seus pais, de quem são dependentes do ponto de vista instrumental (dependência económica e social) e afectivo (mantêm relações de grande proximidade afectiva com os progenitores). Aliando os aspectos de natureza desenvolvimental aos aspectos de natureza social será, na opinião de Arnett (2000), pouco adequado chamar adolescentes tardios aos jovens universitários, ou mesmo àqueles que já exercem uma actividade profissional, por exemplo, na medida em que estes se encontram numa fase claramente distinta da adolescência. Se nos reportarmos ao desenvolvimento físico, as diferenças são notórias entre os adolescentes e estes jovens, na medida em que estes últimos se encontram numa fase de maturidade física ainda não alcançada pelos primeiros. Ao nível psicológico, a tarefa da construção da identidade faz-se agora com recurso à exploração, e muito menos numa óptica de reprodução de modelos ou de indecisão, que caracteriza a adolescência (Arnett, 2000; Arnett, 2006). Por outro lado, na maioria dos casos, estes jovens são responsáveis pelas suas opções e decisões, tanto no domínio das relações afectivas como no domínio da educação e das escolhas profissionais. Ainda do ponto de vista da autonomia, e dado que são estudos que se referem ao contexto norte-americano, muitos destes jovens já não residem com a família de origem (por exemplo, porque estão a estudar ou trabalhar longe de casa dos pais) ou, quando o fazem, mantêm um estilo de vida independente. Por último, do ponto de vista social existem diferenças marcantes entre os adolescentes e estes jovens, como, por exemplo, a possibilidade de tirar a carta de condução ou mesmo de votar, para referir algumas que são tarefas socialmente construídas como indicadores do estatuto adulto. Com base nestes argumentos, parece inadequado tratar estes jovens como adolescentes tardios, visto que estão, em termos do desenvolvimento psicológico e do estatuto social, numa etapa claramente distinta da adolescência (Arnett, 2000).

Também comum na literatura psicológica é designar esta fase como transição para a idade adulta. Na perspectiva de Arnett (2000), é necessário especificar o que se entende por transição para a idade adulta, dado que esta designação assume que estes jovens estão ainda a transitar para a idade adulta, e não são adultos de facto, até alcançarem alguma das etapas que de modo mais ou menos normativo, são marcadores da entrada nessa fase de vida. Apesar da aceitação comum desta

designação, tanto por parte dos estudos sociológicos como dos psicológicos, fica na opinião de Arnett (2000), por perceber, de facto, quais são as alterações e como se caracteriza o processo de desenvolvimento, que culmina com a aquisição do estatuto social de adulto. Na verdade, está-se a assumir-se que é uma etapa de passagem e não uma etapa da vida com características próprias. Do mesmo modo, a designação "juventude" para categorizar esta etapa do ciclo de vida encerra, numa mesma categoria, uma pluralidade demasiado abrangente de indivíduos com características muito diversificadas, tanto ao nível etário como ao nível do seu desenvolvimento psicológico e do seu estatuto social e consequentemente, difícil de analisar (Arnett, 2000; Arnett, 2001). Essa designação reporta-se a um período da História em que eclodiram os movimentos juvenis, mais ou menos institucionalizados, pelo que, na opinião de Arnett (2000), será mais apropriada do ponto de vista sociológico, uma vez que permite estabelecer uma fronteira entre a infância e a idade adulta, mas inadequada do ponto de vista psicológico.

Mais recentemente, nos anos 90, este período foi popularizado como "Geração X", designação inspirada na obra de David Coupland, de 1991, que tinha precisamente este título. Contudo, não parece corresponder a um fenómeno temporário. Esta etapa veio para ficar na vida dos jovens, sobretudo em determinadas culturas, e na opinião de Arnett (2004), mercê de uma designação própria, dado que apresenta também características específicas.

Para caracterizar este período de desenvolvimento, Arnett (2000) propôs a designação "adulter emergente", que analisaremos mais pormenorizadamente de seguida, identificando os aspectos associados e salientando as suas implicações nos domínios familiares e profissional. A adulter emergente é a designação proposta para os jovens que se situam entre os 18 e os 24 anos (embora este critério etário possa ser variável, o que corresponderia a um período desenvolvimental com características próprias do ponto de vista psicossocial) (Arnett, 2000). Deste modo, a designação incorpora aspectos de natureza social, que se repercutem directamente ao nível do desenvolvimento psicológico.

A primeira característica da adulter emergente diz respeito ao facto de ser uma fase de exploração ao nível da identidade, onde se ensaiam opções, nomeadamente em relação aos domínios familiar e profissional. Para o domínio profissional, as crescentes exigências do mundo laboral implicam não só uma maior necessidade de investimento ao nível da formação, como são acompanhadas por períodos de trabalho em tempo parcial (trabalho e estudo), habitualmente em áreas diversificadas. Se bem



que estes aspectos possam apresentar diferentes configurações, consoante o país/cultura a que cada um se refere, Arnett (2000) destaca o carácter exploratório destas actividades laborais, servindo sobretudo para a identificação de áreas e actividades em que os jovens sentem que a sua vocação não se iria concretizar. Estas experiências no domínio profissional são caracterizadas tanto por fracassos e frustração, embora orientadas pela ausência de pressão social, para que seja alcançada a estabilidade que caracteriza a idade adulta. Assim, este período de vida foi designado por Arnett (2000) de "idade da instabilidade", pois as explorações na adultez emergente fazem com que este período seja dedicado à construção de um projecto de vida adulta. De facto, se este projecto acaba por se definir, na maioria dos casos, ainda está sujeito a múltiplas revisões, que se traduzem em alterações nas áreas de estudo ou no abandono temporário dos estudos, bem como no ingresso no mercado de trabalho, com alterações de actividade profissional, ou mesmo no retorno ao sistema educativo. Também no campo das relações afectivas podem surgir compromissos mais ou menos duradouros, com períodos de emancipação residencial relativa à família de origem, que nem sempre se estabilizam, podendo haver um regresso a casa dos pais ou o início de um novo período de coabitação com outro parceiro. Em qualquer dos casos anteriormente apresentados, estamos perante uma etapa clara de exploração, relativa aos papéis conjugais, familiares e profissionais e como salienta Arnett (2000), exploração e instabilidade são dois aspectos que estão intimamente associados.

A adultez emergente é também classificada como uma idade de "auto-centração". Se bem que tanto a infância como a adolescência também apresentem esta característica, a verdade é que nestes períodos existe sempre o espectro da vigilância parental, familiar ou mesmo institucional, por parte da escola, por exemplo. Na adultez emergente, este controlo dissipa-se, sendo as opções mais dependentes de uma decisão individual e com consequências para o próprio, como, por exemplo, será "devo estudar e trabalhar?" ou "deveria deixar a casa dos meus pais e ir viver com colegas?" ou "vou trabalhar para fazer umas férias?". Estas e outras questões, que se colocam na adultez emergente, fazem com que o jovem se torne mais centrado em si próprio. Esta auto-centração não deve ser entendida só como um período de insegurança e incerteza, na medida em que, embora isto possa acontecer em alguns casos, na maioria das vezes implica que o jovem efectue reflexões aprofundadas sobre as diferentes opções e as siga de modo autónomo (Arnett, 1999; Arnett, Ramos

& Jensen, 2001). Esta reflexão é mesmo um pressuposto para o desenvolvimento da autonomia que caracteriza a idade adulta.

Destaca-se ainda, na adultez emergente, o sentimento de estar parcialmente na adolescência e parcialmente na idade adulta, expresso por cerca de 60% dos adultos emergentes no estudo de Arnett (2000), que indicam, como principais critérios para se considerarem adultos, serem responsáveis pelos seus actos, serem capazes de tomar decisões de forma autónoma e serem economicamente independentes. Dentro destes critérios, o último é aquele que é assinalado como o principal responsável por não se sentirem completamente adultos.

Arnett (2000) faz alusão a um inquérito nacional para o contexto norte-americano, onde 96% dos jovens entre os 18 e os 24 anos afirmavam que esperavam um dia “vir a obter aquilo que sonharam para as suas vidas”. Como é notório, trata-se de um período onde as expectativas em relação à vida adulta são elevadas e positivas. Isto compreende-se pelo facto de estes jovens ainda não se terem confrontado, na maioria dos casos, com dificuldades ou responsabilidades que implicassem restrições dos possíveis desejos e uma visão menos optimista do futuro. É uma idade que se caracteriza por uma imagem idealizada do futuro e onde se acredita que várias possibilidades de sucesso estão em aberto. Contudo, de acordo com Tanner (2006), podem ser identificados estádios desenvolvimentais dentro da adultez emergente. Assim, existe um estádio em que os adultos emergentes estão a investir na sua formação académica onde existem explorações frequentes no domínio afectivo e profissional. Nesta etapa, eles questionam-se se devem tomar decisões, de acordo com as directivas dos seus pais, dado que, nesta fase, o seu apoio financeiro e residencial é necessário, o que poderá fomentar a tendência para respeitarem as directrizes parentais. Nesta etapa, as escolhas e os compromissos que efectuam têm dois tipos de efeitos: estão a dar-se os primeiros passos para futuros compromissos mais duradouros, que caracterizam a idade adulta e, por outro lado, estão a estabelecer-se fronteiras mais claras e definitivas em relação aos pais. Na etapa seguinte, a aproximação ao estatuto de adulto torna-se mais clara: surgem os compromissos, nomeadamente no domínio profissional. Os efeitos da entrada num dos papéis de adulto fazem-se sentir ao nível de uma identidade construída, que vai progressivamente substituir a identidade de moratória da etapa anterior da adultez emergente. Progressivamente, o envolvimento com as escolhas e os compromissos vai sendo crescente, dando lugar ao exercício dos papéis de adulto, assim como à criação da independência emocional e residencial em relação aos pais.

Contudo, como defendem alguns autores, este período de vivência sem grandes compromissos é visto pelos jovens de ambos os géneros como um período transitório, que é seguido por uma certa estabilização nos padrões de vida mais convencionais (Brannen & Smitson, 1998; Read, Adams & Dobson, 1984).

Já outros jovens caracterizam-se por um longo período pós-adolescente, destinado a viver a vida de forma descontraída, emocionante e sem grandes preocupações. A sua prioridade é conhecer novos locais e países, conviver com os amigos, sair à noite, procurar novas experiências, aprender e divertir-se, antes de assentar e assumir responsabilidades e compromissos duradouros. Estes jovens podem apresentar trajectos escolares longos, que incluem a frequência de cursos e de formação pós-graduada, com inserções precárias e/ou temporárias no mercado de trabalho. Estas transições estão marcadas pelo carácter lúdico e hedonista da vida.

Surgem ainda outros jovens incluídos num período que os autores designam por "transições experimentais" (Guerreiro & Abrantes, 2004). Estas caracterizam-se por uma sucessão de configurações de vida temporárias e imprevisíveis, como opção de vida ou como período de experimentação, antes de "assentar", casar e ter filhos. Tal como acontece, de forma notória, em alguns países, viver sózinho, em coabitação ou com um grupo de amigos tornam-se modelos culturalmente valorizados, pelo menos até à parentalidade, sendo esta opção muito característica dos jovens mais escolarizados (Amatea, Cross, Clark & Bobby, 1986; Guerreiro & Abrantes, 2004; Nurmi, 1994; O'Connel, Betz & Kurth, 1989). Todavia, de acordo com Guerreiro e Abrantes (2004), em Portugal, não só existe alguma resistência de natureza cultural, por parte da sociedade em geral e dos próprios jovens, como a insuficiência de apoio público e o desenvolvimento dos modelos de apoio familiar tornam esta opção minoritária.

Apesar destas características poderem ser encontradas em qualquer jovem que se situe no contexto de transição para a idade adulta, o conceito de "adultez emergente" reporta-se, na maioria dos casos, a uma "classe" de jovens urbanos, de classe média e a frequentar ou que frequentaram o ensino superior (Arnett, 2000). Para além disso, esta concepção deve ser analisada do ponto de vista da especificidade de cada cultura; sendo culturalmente construída não é, portanto, universal. Na opinião do autor, esta etapa, com as características que lhe foram apontadas, é mais visível nos países industrializados, nomeadamente na América do Norte, Europa, Austrália e nalguns países asiáticos, como o Japão e a Coreia do Sul e em contextos familiares de classe média e urbana (Arnett, 1998; Arnett, 2000).

Todavia, de acordo com Guerreiro & Abrantes (2004), em Portugal, não só existe alguma resistência de natureza cultural, por parte da sociedade em geral e dos próprios para assumirem este tipo de opção, como a insuficiência de apoio público e o desenvolvimento dos modelos familiares de apoio tornam a opção minoritária.

Em suma, a vantagem da introdução do conceito de adultez emergente prende-se com o facto de ser um período de exploração de opções, tanto no domínio afectivo como ocupacional, vivido longe do “controlo” das normas sociais relativas à vida adulta. Este período de transição, conforme vimos, implica sentimentos de insegurança e auto-centração que se manifestam em cenários de oportunidades e de desafios face ao futuro. São aquilo que Arnett (2000) designa por “anos voláteis”, no sentido em que são vividos com alguma instabilidade. Contudo, aspectos de natureza cultural têm influência no limitar ou prolongar da adultez emergente, ou de algumas das suas características, para a etapa seguinte. Mesmo já tendo alcançado alguma das tarefas desenvolvimentais que demarcam o início da idade adulta, vimos que factores de natureza cultural fazem com que muitos dos jovens adultos permaneçam ainda numa situação que não configura, na sua plenitude, o estatuto de adulto. De facto, como questiona Cavalli (1997), porquê antecipar a passagem para a vida adulta, com o esforço que esta requer, se é algo que pode ser adiado a favor de um bem-estar diário? Esta perspectiva é corroborada por mensagens do tipo “goza a juventude enquanto puderes”, que são muito frequentes na nossa cultura e traduzem um reforço evidente de que a vida adulta não irá ser tão satisfatória como a vida na juventude, perspectiva que traduz uma valorização extrema da etapa do ciclo de vida da adultez emergente. Isto é ainda reforçado por mensagens que indicam claramente aos jovens que os pais estão dispostos a efectuar sacrifícios pelos seus filhos e, por isso, irão certamente tentar corresponder às expectativas dos mesmos, enquanto estes permanecerem no seu domicílio. Deste modo, e tal como tem sido efectuado para outros países/culturas, parece-nos importante analisar em que medida a adultez emergente também ocorre nos jovens portugueses e se constitui como uma etapa de exploração e expectativas em relação aos papéis de adulto e uma oportunidade de desenvolvimento psicológico e social.

### **3. Desenvolvimento psicológico: implicações relativas à transição para a idade adulta**

A entrada na adultez implica a resolução de algumas tarefas desenvolvimentais clássicas, para poder construir progressivamente um projecto pessoal, num quadro de autonomia psicológica e social. A construção da identidade e o desenvolvimento do auto-conceito vão integrar vivências pessoais e prolongam-se além da adolescência, dando sentido ao percurso de vida do indivíduo. Assim, o adulto emergente vai construir os valores e atitudes próprios e assumir comportamentos, sem necessitar constantemente do apoio emocional e instrumental dos pais. Este processo, designado por “separação psicológica das figuras parentais”, aparece associado à conquista da autonomia por parte do jovem, que lhe conferirá uma melhor capacidade de adaptação às exigências sociais do futuro papel de adulto. Em ambos os processos, dadas as suas estreitas relações com os contextos sociais de desenvolvimento dos jovens, o género apresenta-se como uma das variáveis moderadora deste desenvolvimento, que também deve ser destacada. De acordo com Côté (2002) e Tanner (2006), o comportamento regulado pelos outros passa a ser regulado pelo próprio, o que se opera de acordo com dois processos desenvolvimentais: o processo de separação-individuação e a construção da identidade.

Deste modo, passamos a apresentar algumas das características psicológicas que mais contribuem para a transição para a idade adulta, no quadro da adultez emergente e que são, respectivamente, o desenvolvimento da identidade e do auto-conceito e a conquista da autonomia em relação às figuras parentais.

#### **3.1. A identidade e o auto-conceito**

##### **3.1.1. A identidade segundo Erikson**

O conceito de identidade tem sido alvo de alguma controvérsia na sua definição conceptual, dado que, como refere Costa (1991) “os termos identidade, *self*, carácter e personalidade têm sido usados para definir a unicidade que diferencia o indivíduo dos outros; uma distinção clara entre os termos é, no entanto, difícil de estabelecer (...) enquanto um autor fala de identidade, outro fala de personalidade ou de *self-concept*, parecendo referir-se à mesma coisa” (p.20). Todavia, apesar destas dificuldades, tem havido uma preocupação dos diferentes autores em clarificar e compreender o

processo de construção da identidade, procurando a identificação dos acontecimentos, etapas e elementos que intervêm, com maior relevo, neste processo.

Erik Erikson é consagrado, na literatura psicológica, como o primeiro autor a analisar em profundidade o fenómeno da identidade, tanto ao nível conceptual como ao nível da sua formação e desenvolvimento, tendo o seu trabalho sido inspirado pela perspectiva freudiana de desenvolvimento da personalidade (cf. Costa, 1991). Erikson (1968) define identidade de uma forma integrada, em que a dimensão biológica, a vivência pessoal das experiências e o meio cultural dão sentido aos percursos do indivíduo. A sua teoria emergiu maioritariamente da reflexão sobre o seu trabalho de prática clínica, a partir da observação de pacientes que tinham perdido a noção da identidade pessoal e de continuidade histórica, no decurso da II Guerra Mundial, que levou o autor a identificar neles um fenómeno que designou por "crise de identidade" (Costa, 1991). Posteriormente, identificou um tipo de perturbação com características semelhantes em adolescentes e jovens adultos, cujo sentimento de confusão se devia mais a uma luta consigo próprios e com o mundo (Erikson, 1968, cit *in* Costa, 1991). Deste modo, de acordo com Costa (1991), "a identidade foi definida primeiramente pela sua ausência, como algo que foi perdido e dava um sentido de unidade e continuidade à vida do indivíduo" (p.261). Segundo esta autora, Erikson, para descrever este processo de desenvolvimento, baseia-se "num princípio epigenético em que o crescimento se efectua de acordo com um plano contínuo no tempo e no espaço onde o desenvolvimento psicossocial se efectua a partir da organização de experiências, que permite uma reestruturação da identidade desde a infância e a incorporação de papéis sociais" (Costa, 1991, p.22).

Assim, Erikson postula a existência de um desenvolvimento sequencial para a identidade, que se distribuiu em estádios desenvolvimentais, a cada um dos quais corresponde não só uma idade cronológica, como uma capacidade específica para integrar experiências, no sentido do desenvolvimento de novos papéis sociais, assistindo-se a um processo de reestruturação da identidade (Costa, 1991). Cada um destes estádios é ainda caracterizado por um dilema particular, em que o jovem desenvolve atitudes básicas, que contribuem para o seu desenvolvimento psicossocial. Estas apresentam-se como orientações polarizadas, dado que resultam de conflitos em momentos de crise, cruciais para a reestruturação do eu. O jovem posiciona-se, assim, perante situações contraditórias, sobre as quais terá que tomar decisões, onde se ponderam vários factores de desenvolvimento, nomeadamente a maturidade cognitiva. Nesta teoria de Erikson, a emergência de um estágio é

independente da resolução bem sucedida do estágio anterior, embora a qualidade da resolução esteja dependente da qualidade da resolução de estágios precedentes (Costa, 1991). A construção da identidade é, assim, considerada como a tarefa mestra do desenvolvimento durante a adolescência e início da idade adulta, dado que é neste processo que se procura uma definição de si próprio, do seu papel e função no mundo, dos projectos para o futuro, integrando as experiências passadas e presentes e procurando um sentido para o futuro (Costa, 1991). A formação da identidade apresenta uma dupla função desenvolvimental: psicológica e social. Ao nível psicológico, surge da necessidade do jovem proceder a uma tentativa de compreensão da sua individualidade, de uma forma inequívoca, o que se torna possível graças ao desenvolvimento das capacidades cognitivas e à aquisição de novas competências psicossociais, iniciadas na adolescência e que se estendem até ao início da vida adulta. Nesta última etapa, surge um período social de moratória, onde se procede à redefinição desses elementos em termos de individualidade. Adquire-se, assim, de uma forma mais consistente, um sentido subjectivo de si, integrando o passado e o presente e projectando-se no futuro. É deste modo que o desenvolvimento da identidade cumpre a sua função social, na medida em que permite delinear projectos relativos ao futuro desempenho de papéis de adulto.

No entanto, quando as pressões sociais são muito marcantes, ao nível da urgência da definição destes papéis de adulto, pode surgir a chamada "confusão da identidade", que se caracteriza por uma incapacidade, por parte do jovem, em construir a sua identidade, quando a sobreposição de diversas imagens de si próprio e a incerteza quanto aos papéis actuais tendem a surgir. Alguns dos factores que habitualmente são considerados como directamente responsáveis pelo desenvolvimento da confusão da identidade são, entre outros: uma separação emocional mal sucedida, em relação às suas figuras de ligação, nomeadamente parentais; o conflito entre as expectativas próprias e as expectativas dos pais, do grupo de pares ou da sociedade em geral; a perda de laços familiares e ou a falta real de apoio ao crescimento durante a adolescência; as dificuldades em lidar com as mudanças, não só ao nível do eu como da vida em geral; o facto do jovem não conseguir desenvolver novas ligações e uma definição satisfatória de si próprio. Este processo, embora seja mais frequente durante a adolescência, pode prolongar-se durante mais alguns anos. Neste caso, o jovem, como refere Costa (1991), "quando não adquire a identidade, permanece num estado de confusão de identidade, sem um sentido em relação ao passado e ao futuro, como um estranho no seu próprio corpo" (p.264). Assim, o

desenvolvimento da identidade, enquanto princípio integrador do eu pessoal e social, assume-se como uma variável determinante para a transição para a idade adulta. Contudo, esta tarefa é especialmente complexa, dado que “por um lado, é necessário possuir um desenvolvimento psicológico adequado à realização desta tarefa e, por outro, a construção da identidade tem de ser realista e adaptada à sociedade onde está inserido e que está em constante mudança” (Costa, 1991, p.262).

No seu conjunto, a teoria de Erikson baseia-se globalmente no desenvolvimento e integração de três competências fundamentais. A primeira diz respeito ao estabelecimento de uma unidade entre várias concepções de si próprio, em diferentes contextos e situações, ou seja, a capacidade de gerir e integrar os diferentes papéis sociais. Por outro lado, é fundamental o desenvolvimento de um sentido de continuidade na concepção do eu, ao longo do tempo, independentemente de alterações nos contextos ou mesmo na personalidade do indivíduo. Por último, o sentido de mutualidade em relação aos outros, isto é, a relação e a interdependência entre a sua auto-percepção e a que os outros têm de si.

Globalmente, a teoria da identidade de Erikson postula, por um lado, a importância primordial do processo de desenvolvimento psicológico, enquanto pilar de sustentação da identidade, à qual se vão acrescentar elementos estruturantes fundamentais, que permitem a formulação de uma concepção pessoal única, reconhecida pelo próprio e que lhe permite assumir um projecto de vida que envolve o desempenho dos múltiplos papéis sociais que caracterizam o estatuto de adulto. Deste modo, pode afirmar-se que, apesar da construção da identidade ser uma tarefa desenvolvimental característica da adolescência, esta não se confina a este período e estende-se ao longo do ciclo de vida.

### **3.1.2. A identidade segundo Marcia**

Baseando-se na perspectiva de Erikson, Marcia (1966, 1986) procurou identificar quais os critérios psicossociais associados à aquisição da identidade. Marcia assume que a emergência da identidade resulta das escolhas provenientes das experiências do passado e dos investimentos nos vários domínios da existência futura, sendo o seu período desenvolvimental mais sensível a adolescência e a transição para a idade adulta. Para Marcia, a identidade pode ser definida de acordo com aspectos fenomenológicos, comportamentais e estruturais. Ao nível fenomenológico, a identidade é vivida como um conceito de si próprio, que estabelece uma continuidade



entre o passado, o presente e o futuro, com um sentido de unidade para o indivíduo. Ao nível comportamental, a identidade reporta-se à exploração de alternativas, à tomada de decisão e ao subsequente investimento em determinados valores, crenças e objectivos no domínio profissional, ideológico e sexual-interpessoal. Por último, a identidade constitui-se como uma estrutura psicossocial, que determina a forma como o indivíduo percepção o mundo e organiza o seu comportamento. Como refere Costa (1991), na tomada de decisões sobre os aspectos mais importantes da vida do indivíduo, a estrutura da identidade funciona como uma espécie de ponto de referência.

Marcia aponta para a existência de quatro estatutos de identidade, que representam diferentes estilos de lidar com esta tarefa psicossocial e que são definidos pela presença ou ausência de exploração e de investimento em áreas específicas: profissional, ideológica (religiosa e política), interpessoal/sexual (atitudes sobre os papéis sexuais e sobre a participação em relações sexuais) (Costa, 1991). Por exploração entende-se o questionamento sistemático na tomada de decisões e alcance de objectivos, onde se desenvolvem actividades prévias de recolha de informação, fundamentais para este processo. Refere também a existência de três modalidades relativamente à actividade de exploração: a ausência de exploração, durante a exploração, após a exploração. Para diferenciar estes momentos, o autor indica que na ausência de exploração, o indivíduo não sente necessidade de escolher alternativas nem de tomar decisões, quer porque já estão definidos por outrem, quer porque foram aceites sem questionamento; o indivíduo está em exploração quando sente necessidade de questionar e reflectir sobre as dimensões referentes à sua identidade, com o objectivo de tomar decisões. Para tal, analisa as várias opções, tomando progressiva consciência do conteúdo e implicações de cada uma delas. Após a exploração, o indivíduo integra a identidade, apresentando um sentido de direcção para o futuro, ou seja, projectando-se num conjunto de papéis sociais que tenciona vir a desempenhar. O investimento implica, por um lado, opções e escolhas relativas ao futuro e, por outro lado, a sua tradução em comportamentos que conduzem potencialmente à sua concretização. O investimento caracteriza-se não só pela capacidade de enunciar valores e atitudes socialmente apropriados, como pela manifesta influência dos mesmos nos projectos de vida do indivíduo, originando um sentido de continuidade entre o passado, o presente e o futuro.

Partindo destes dois construtos (exploração e investimento), Marcia define quatro estilos que os indivíduos podem assumir perante a tarefa da identidade, sendo

que cada um deles é definido pela presença ou ausência de períodos de exploração e de investimento nas áreas específicas acima referidas. Estes estilos são designados por estatutos de identidade: identidade construída, moratória, vicariante e difusão. O estatuto de identidade construída surge quando o indivíduo passou por um período de exploração e realizou investimentos, que lhe permitem apresentar uma identidade consolidada. O estatuto de identidade moratória surge em sequência de uma vivência actual de exploração activa das alternativas, para a posterior tomada de decisões. O estatuto de identidade vicariante surge quando não há indícios de existência de nenhum período de exploração anterior ou actual, mas existe, contudo, um investimento que, normalmente, é fruto de escolhas e projectos de outras figuras significativas ou de autoridade. O estatuto de identidade difusão surge quando o indivíduo não tem, nem pretende ter, qualquer investimento, nem passou por qualquer período de exploração prévia, levando a que as questões desenvolvimentais que foram levantadas não sejam resolvidas ou tenham sido abandonadas. Esta classificação refere-se a formas de resolução de tarefa de construção da identidade. Como afirma Costa (1991), "Os estatutos da identidade, para além de se referirem a produtos ou resultados, uma vez a definição de si próprio atingida, podem ainda ser considerados relativamente aos processos seguidos pelos sujeitos face a essa tarefa" (p. 270). Assim, a autora acrescenta que "diriam mais respeito ao modo de funcionar do eu sujeito do que ao conceito de si próprio: o sujeito que não explora nem investe, permanecendo em situação difusa face à existência; o que investe nos projectos outorgados pelos outros para si, passando por cima do questionar crítico daqueles e do trabalho de construção de projectos pessoais; o que questiona e que explora hipóteses para si, mas nunca acaba por investir; o que investe em projectos permanentes de construção de si próprio no seguimento de questionamento crítico dos projectos dos outros ou de elaboração de projectos próprios" (Costa, 1991, p.270).

Deste modo, e apesar da transição para a idade adulta se constituir como uma etapa do ciclo vital, determinante para a consolidação da identidade, a diversidade de experiências pessoais, assim como a variabilidade dos contextos sociais em que os jovens se inserem, explicam a existência de diferentes estatutos de identidade, mesmo em classes etárias semelhantes. A identidade difusão, geralmente considerada como o estatuto mais imaturo e, como tal, menos complexo, reflecte-se numa apatia e ausência de reflexão acerca do futuro, onde os compromissos não são estáveis ou não se mantém a longo prazo. Ora para Coté (1996), este tipo de identidade é muito característico das sociedades actuais, onde nada é definitivo e tudo parece muito

mutável. Também o é a identidade moratória, que implica uma ausência de compromissos, apesar de ser um estatuto mais complexo, na medida em que o indivíduo se questiona e assume uma certa pró-actividade na busca da sua autonomia e na exploração de diversas opções para o seu futuro. É um estatuto que pode encerrar, em si mesmo, níveis elevados de ansiedade e incerteza (Craig-Bray, Adams & Dobson, 1988; Côté & Swartz, 2002). Nesta perspectiva, os estatutos de identidades difusão e moratória têm muito em comum e podem ser “funcionalmente adaptativos”, num mundo que está em mutação. A identidade construída é considerada como a que revela um maior grau de maturidade, já que os compromissos foram estabelecidos pelo próprio. Implica que o indivíduo seja capaz de estabelecer relacionamentos interpessoais maduros, por exemplo com os pais, e que seja capaz de pensar na sua vida, tendo em consideração diversos papéis e na conciliação dos mesmos (Côté & Swartz, 2002; Côté, 2006). Também a identidade vicariante permite a construção de planos em relação à vida adulta, tomando como referência clara os modelos sociais, nomeadamente os modelos parentais, com o objectivo de serem reproduzidos em termos futuros.

Se a identidade representa o *self* enquanto sujeito, o auto-conceito pode ser definido como um conjunto de pensamentos e sentimentos que se referem ao *self* enquanto objecto, sendo formado a partir das experiências e das interpretações que efectuar do ambiente que o rodeia, ou seja, permite percepcionarmo-nos como indivíduos dotados de atitudes, valores e comportamentos (Adamson & Lyxel, 1996; Rosenberg & Simmons, 1975; Shavelson *et al.*, 1976). Será, contudo, importante clarificar que o auto-conceito não constitui necessariamente uma visão “objectiva” do que cada um é, sendo reflexo do modo como nos percepcionamos a nós próprios. Para Shavelson *et al.* (1976), o auto-conceito não é uma entidade em si mesma. É um construto hipotético, que é particularmente útil ao nível da predição dos comportamentos, enquanto variável mediadora para a explicação dos comportamentos dos indivíduos. Apesar da sua natureza de construto hipotético, constitui-se como uma unidade de coerência do comportamento individual, dando ao indivíduo a noção de continuidade e de identidade no tempo e actuando como regulador da vida pessoal (Yount, 1986; Vaz Serra, 1986a).

O desenvolvimento do auto-conceito, segundo Rosenberg & Simmons (1975), efectua-se de acordo com processos específicos. Depende das avaliações reflectidas, quando o indivíduo se vê a si próprio de acordo com o modo como pensa que os outros o vêem: a comparação social, na medida em que o indivíduo se vê por

comparação com outros considerados significativos; as auto-atribuições, dado que a descrição que o indivíduo faz de si mesmo resulta da interpretação das causas de acontecimentos pessoais, que resultam ou não das suas acções. Esta abordagem destaca a importância das relações sociais para a formação do auto-conceito, já que Rosenberg & Simmons (1975) salientam que, mesmo as auto-atribuições que parecem estar centradas na estrutura psicológica de cada indivíduo, são produtos sociais, dado que só podem ser construídas a partir de contextos sociais de referência.

O auto-conceito é, deste modo, considerado como um sistema de crenças, multidimensional e dinâmico, onde o desenvolvimento das diferentes dimensões pode seguir diferentes padrões ou trajectórias, desde a infância até a idade adulta. A maioria das perspectivas sobre o desenvolvimento do auto-conceito assume, contudo, que este se vai tornando progressivamente mais estável ao longo do processo de desenvolvimento (Cole *et al.*, 2001). No final da adolescência e início da idade adulta, as transformações psicológicas no indivíduo (ao nível físico, cognitivo e mesmo social) tendem a ser menores, o que explica o facto desta fase ter sido menos estudada (Cole *et al.*, 2001). Ao nível do desempenho de papéis sociais, Harter (1983) indica que as diferentes áreas da vida podem assumir mais ou menos importância na definição do auto-conceito, e que esta importância relativa varia com a idade. No adulto, a competência profissional, a sociabilidade e as relações de amizade e familiares ocupam um lugar central (Harter, 1983). Assim, importa avaliar no adulto os julgamentos de competência de forma autónoma, em cada um destes domínios. Para aquela autora, as competências do indivíduo, reconhecidas pelo próprio em relação a uma determinada aptidão num domínio específico da sua vida, associam-se intimamente ao seu sentido de valor pessoal nesse domínio e ao facto do indivíduo se considerar competente em domínios que considera relevantes para a sua vida. Contudo, este julgamento de competências é influenciado não só pela apreciação da aptidão específica, como pela importância que o domínio tem para o indivíduo. Nesta situação particular, o indivíduo tende usualmente a desenvolver estratégias protectoras, em que se mostra propenso a atribuir a si a maior responsabilidade pelos êxitos do que pelos fracassos (Cella, DeWolfe & Fitzgibbon, 1987; Harter, 1983; Juhasz, 1982; Giddens, 1991; Keltikangas-Jarvinen, 1990; Kroger & Haslett, 1988). Ao proceder deste modo, continua a preservar o sentido do seu valor pessoal, independentemente dos resultados das circunstâncias em que está envolvido. Na medida em que as diferentes experiências e contextos de desenvolvimento podem

determinar diferenças na formação destes dois construtos, é previsível que a sua construção varie em função do género.

### **3.1.3. Diferenças de género e formação da identidade e do auto-conceito**

O estudo da identidade de acordo com os estatutos de Marcia foi alvo de críticas, pelo facto da maioria dos dados empíricos que levaram à formulação da sua teoria têm sido obtidos a partir de grupos do sexo masculino. Os seus resultados levaram-no a concluir que os rapazes que apresentavam uma identidade construída ou moratória se revelam mais maduros e mais bem adaptados socialmente do que os que foram classificados com uma identidade em difusão ou vicariante. Porém, os resultados obtidos para as raparigas mostraram-se mais ambíguos, sobretudo ao nível da identidade vicariante. Este estatuto de identidade caracteriza-se pela conformidade com as perspectivas familiares e pela ausência de questionamento dos valores, nomeadamente parentais. Por outras palavras, as raparigas classificadas com uma identidade vicariante parecem reproduzir os valores familiares na construção de uma identidade, tanto em termos ideológicos como nas perspectivas de futuro, questionando menos estes valores do que os rapazes (Marcia, 1986). Ora esta forma de identidade não só é mais frequente nas raparigas, como também parece ser uma forma de identidade mais adaptativa para este sexo. Marcia aponta para o facto das raparigas que apresentam uma identidade de moratória terem, de um modo geral, níveis de auto-estima e de conflitos intra-psíquicos superiores, logo níveis de adaptabilidade relativamente baixos. Estes dados levaram-no a questionar as diferenças de género na formação da identidade, sobretudo devidas às pressões externas, nomeadamente as influências diferenciais da família, sobre rapazes e raparigas, ao nível da transmissão de valores. De facto, tanto as raparigas como os rapazes enfrentam questões psicossociais semelhantes, mas parecem diferir na forma como as negociam: nos rapazes destaca-se a instrumentalidade e o investimento nas ocupações profissionais, enquanto que a das raparigas enfatiza a importância das relações interpessoais e dos assuntos relacionados com o domínio familiar (Archer, 1989; Leslie, 1986; Cooper & Grotevant, 1987).

O estudo de Archer (1989) evidenciou também a ligação entre diferentes estatutos de identidade e a antecipação dos papéis de adulto. Foram encontradas diferenças de género no domínio das expectativas de desempenho simultâneo dos papéis profissionais e familiares, sendo que os rapazes apresentam maioritariamente

uma identidade difusão, enquanto que as raparigas apresentam maioritariamente com uma identidade Vicariante ou Moratória. Este estudo e outros que se seguiram permitiram concluir que os rapazes não antecipam conflitos entre os papéis familiares e profissionais, enquanto que as raparigas reconhecem este problema e percebem-no como seu (Archer, 1989; Eagly & Wood, 1991; Davey, 1998; Guerra & Braungart-Rieker, 1999; Giesbrecht, 1998; Lytle, Bakken & Romig, 1997).

Globalmente, estes resultados podem, de algum modo, ser indicadores da importância dos factores culturais na construção da identidade. A integração dos papéis familiares com as opções relativas ao exercício dos papéis profissionais parece ser um dos aspectos que diferencia os jovens, na medida em que estes constituem uma preocupação sentida apenas pelas raparigas. Parece, assim, que os rapazes não estarão tão disponíveis para questionar ou antecipar o possível conflito do desempenho de papéis profissionais, nem os papéis familiares, logo a sua identidade apresenta-se como um reflexo deste sentimento, ou seja, apresenta-se em difusão.

No entanto, outros estudos recentes centrados na importância da família e dos contextos sociais na formação dos estatutos de identidade dos jovens, encontraram dados que não apoiam as diferenças de género na formação dos estatutos de identidade, mas antes sugerem que as diferenças na formação dos estatutos de identidade em jovens adultos surgem correlacionadas com as características da própria família. Por exemplo, a adaptabilidade e coesão desta podem estar correlacionadas com a qualidade do desenvolvimento da identidade (Andrade & Fontaine, 2005; Bernard, 1981; Robinson, 2000), ou ainda observa-se uma relação entre os valores familiares e os contextos de inserção profissional, como, entre outros, ser estudante, estar empregado ou desempregado, independentemente do género (Danielsen, Lorem, & Kroger, 2000). No percurso de desenvolvimento do auto-conceito, a influência das relações sociais e dos contextos de experiência é relativamente consensual (Arnett & Tanner, 2006; Davey, 1998; Deux & Kite, 1985; Cole *et al.*, 2001).

Finalmente, alguns estudos têm revelado que as raparigas tendem a revelar níveis mais elevados de conceito de competência social do que os rapazes, sendo que estas diferenças tendem a ser maiores durante a infância (Eccles *et al.*, 1989; Marsh *et al.* 1985; 1989). Outros autores encontraram dados empíricos que revelavam que, de um modo geral, as raparigas tendiam a ter um auto-conceito global mais baixo do que os rapazes (Archer, 1985; Rosenberg & Simmons, 1975). As diferenças no auto-conceito de acordo com o género parecem, de algum modo, resultar da influência de

padrões de socialização. Dado que o auto-conceito depende da influência das relações sociais que se estabelecem ao longo do desenvolvimento do sujeito, é de esperar que as variáveis sócio-culturais e familiares influenciem a génese do auto-conceito de forma diferente em rapazes e raparigas. Alguns estudos identificaram, diferenças de género no auto-conceito, sendo estas mediadas pela família, onde as diferentes formas de transmissão dos papéis de género, através da socialização familiar, desempenham um papel fundamental neste processo (Archer, 1985; Davey, 1998; Deux & Kite, 1985; Wylie, 1979). De facto, os pais, ao actuarem como modelos e como fontes de reforço de determinados comportamentos referentes aos papéis de género, influenciam, de forma decisiva, os valores e comportamentos considerados como típicos de cada género, o que irá traduzir-se em diferentes formas de desenvolvimento do auto-conceito. No início da idade adulta, os domínios do auto-conceito diversificam-se, incluindo, entre outros, a percepção de competência nos papéis familiares (gerir as tarefas domésticas, cuidar dos outros) e profissionais (sustentador económico do lar).

O auto-conceito aparece assim como uma dimensão psicológica fundamental para a construção dos projectos profissionais e familiares de jovens (Archer, 1985; Betz & Fitzgerald, 1987; Matsui, Tsuzuki & Onglatco, 1999; Malmberg & Trempala, 1998; Mauritti, 2002).

### **3.2. A autonomia**

#### **3.2.1. Desenvolvimento da autonomia**

A conquista da autonomia constitui a outra tarefa desenvolvimental fundamental na transição para a idade adulta. Exige a separação psicológica das figuras parentais que ocorre, segundo Blos (1979), ao longo do processo de separação-indivuação, durante a passagem da adolescência para a idade adulta. É, progressivamente, que se processa a separação dos objectos infantis internalizados e que se adquire uma maior independência/autonomia em relação aos pais (Blos, 1979). De acordo com esta perspectiva, a separação psicológica das figuras parentais é uma condição para a construção da autonomia por parte do jovem. De um modo geral, aparece associada a uma melhor capacidade de adaptação em relação às exigências sociais, já que o desenvolvimento da autonomia permite que o jovem se afirme ao nível do desempenho do seu papel de adulto. Baseando-se na Teoria de Blos, Hoffman (1984) descreve o processo de separação psicológica das figuras parentais

de acordo com quatro dimensões: a autonomia funcional, que se caracteriza pela capacidade de o adolescente ou jovem adulto tratar dos seus próprios assuntos sem a ajuda do pai ou da mãe; a autonomia ideológica, que corresponde ao grau de diferenciação entre o adolescente ou jovem adulto e os seus pais no domínio dos valores, crenças e atitudes; a autonomia emocional, que é definida como uma relativa liberdade do adolescente ou jovem adulto em relação à necessidade excessiva de aprovação, proximidade e apoio emocional por parte dos pais; e, por último, a autonomia conflitual, definida como liberdade em relação a uma culpa excessiva, ansiedade, responsabilidade, inibição, ressentimento e raiva em relação ao pai e à mãe (Dias, 1996).

A conceptualização teórica de Hoffman foi também analisada ao nível empírico, com resultados bastante abonatórios do modelo. As diversas investigações, utilizando o instrumento de avaliação psicológica desenvolvido por Hoffman (1984), sugerem que a ansiedade, associada às emoções negativas de zanga, ressentimento, conflito, relativas à separação, ou seja, a falta de independência conflitual, tem uma importância maior para a adaptação global dos jovens aos diferentes contextos sociais do que as independências funcional, emocional e ideológica (Hoffman, 1984; Lopez, Campbell & Watkins, 1988, 1989). Assim, as dificuldades ao nível da aquisição da independência conflitual parecem traduzir-se em dificuldades de inserção social dos jovens, levando à emergência de sentimentos de insegurança e de falta de autonomia em geral. Outros estudos corroboraram ainda esta perspectiva, na medida em que a ausência de sentimentos de ansiedade relacionados com a separação psicológica das figuras parentais aparece associada à resolução, com sucesso, de várias tarefas de desenvolvimento psicológico dos jovens, tais como a realização profissional, o estabelecimento bem sucedido de relações extra-familiares e ainda um generalizado sentimento de bem-estar (Levitz-Jones & Orlosfsky, 1985; Leondari & Kiosseoglou, 2000).

### **3.2.2. Diferenças de género na autonomia**

Se considerarmos tanto as expectativas sociais como os processos de socialização de acordo com o género, facilmente se evidencia, na nossa cultura, uma tendência para uma maior valorização da autonomia para o género masculino (Dias, 1996; Matos, 2002). De facto, apesar da teoria de Blos apontar para que os ajustamentos saudáveis, que decorrem do processo de separação e individuação



durante a adolescência, sejam independentes do género, Surrey (1985) propõe um modelo de desenvolvimento alternativo. Na sua teoria, designada por “eu-em-relação”, a organização do *self* é diferente para rapazes e raparigas, o que apresenta implicações para a separação psicológica das figuras parentais (Surrey, 1985, cit *in* Allen & Stoltenberg, 1995). O autor defende que as raparigas organizam o seu *self* sobretudo através das relações de afiliação, e não tanto através da separação psicológica das figuras parentais. Aliás, convém destacar que Surrey defende também que a proximidade relacional com os pais é socialmente mais encorajada nas raparigas do que nos rapazes.

Já um estudo anterior tinha revelado que as raparigas valorizam mais a afiliação e a proximidade com familiares, enquanto que os rapazes valorizavam mais a necessidade de independência em relação aos pais (McDermott *et al.*, 1983). Allen & Stoltenberg (1995) apontam também para o facto de que, apesar de tanto raparigas como rapazes passarem de forma idêntica pelo processo de separação-indivuação em relação aos pais, as raparigas tendiam a manter mais relações de proximidade e de apoio com os pais. Estes dados são abonatórios do modelo de Surrey, já que a manutenção de maior proximidade ao nível relacional com os seus pais parece ser a característica que se afigura como tendencialmente dominante no género feminino.

Outros estudos, em que as independências em relação ao pai e à mãe foram analisadas separadamente, constataram que os rapazes apresentavam níveis mais elevados nas independências funcional, emocional e ideológica em relação à mãe, do que as raparigas, embora não fossem encontradas diferenças de género nas mesmas escalas, mas em relação ao pai (Lopez *et al.*, 1989). De acordo com Dias (1996), a análise destes resultados deverá ser cautelosa, dado que podem não traduzir diferenças reais de autonomia, mas apenas espelhar as diferentes sensibilidades de rapazes e raparigas: estas últimas podem ser mais sensíveis do que os rapazes às problemáticas relacionais e, portanto, referir mais do que eles preocupações nas suas relações com os pais, sem isto significar maiores problemas relacionais ou menor independência.

Um estudo recente de Leondari & Kiosseoglou (2000) apresentou resultados que apontam para uma co-ocorrência de níveis elevados de autonomia e de proximidade nas relações familiares, como determinantes da independência emocional em jovens adultos universitários, não sendo observadas diferenças de género significativas. Na mesma linha, o estudo de Lee & Hughey (2001), que procurou relacionar a separação psicológica das figuras parentais com a maturidade para a

exploração de aspectos relacionados com a carreira profissional em jovens universitários, não encontrou diferenças de género significativas. Estes resultados, que apontam para uma ausência na diferenciação de género na separação psicológica das figuras parentais, podem também indicar uma tendência mais ou menos homogeneizadora relativa às atitudes perante os papéis de género para os jovens universitários, uma vez que os estudos são efectuados maioritariamente nestes grupos. De facto, neste contexto educativo em particular, pode pensar-se que a autonomia é valorizada independentemente do género, podendo estes grupos apresentar níveis de separação psicológica mais homogéneos, por estarem envolvidos em percursos e contextos sociais idênticos.

Em síntese, aludindo aos estudos apresentados destaca-se que os resultados não são convergentes e parecem, assim, depender fortemente do contexto em que foram realizados.

### **Síntese**

Como destacam diversos autores, a “estrada para a idade adulta” é cada vez mais longa e a tarefa de “ser adulto”, do ponto de vista psicológico e social, aparece como sendo mais exigente na actualidade, passando muitas vezes por ser, ou adiada em termos temporais e a ser completada mais tardiamente, em termos etários (Arnett, 2004; Arnett, 2006; Garrido & Requera, 1996; Rossi, 1997). É assim que as chamadas mudanças “normativas” para a aquisição do estatuto de adulto, nas quais se inscrevem o desempenho do papel profissional e familiar, perdem progressivamente este seu carácter normativo, na medida em que o seu adiamento surge cada vez com uma maior frequência. Entre o final da adolescência e o início da idade adulta, são exploradas uma série de possibilidades, tanto ao nível das relações afectivas como ao nível das preferências profissionais, que apenas gradualmente se irão transformar em opções. Esta liberdade de exploração e de escolha faz com que esta etapa se caracterize por alguns paradoxos. Se, por um lado, é uma etapa de vida constituída por sonhos e desejos em relação à idade adulta, é também um tempo de incerteza e ansiedade, sendo assim simultaneamente um tempo de novas liberdades e novos receios (Arnett, 2004). Parece claro que as tomadas de decisão relativas ao desempenho dos papéis de adulto se inscrevem num processo mais amplo de desenvolvimento ao longo do ciclo vital, onde, seguramente, o desenvolvimento psicológico interage com as condições sociais e ambos propiciam diferentes opções de vida, que vão originar o desempenho dos papéis de adulto. É precisamente nesta

articulação, entre o desenvolvimento psicológico e social dos jovens e alguns dos novos contextos em que os jovens se movem, que radica a problemática central do capítulo.

Considerando que a existência de uma sequência de marcadores sociais que caracterizavam, de forma linear, a transição para a idade adulta (com o final dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho, a independência residencial e casamento e a formação de uma família com filhos), se assume hoje através de trajectórias diferenciadas, é de esperar que estas se inter cruzem com aspectos do desenvolvimento psicológico dos jovens. Deste modo, se as experiências na transição para a idade adulta têm uma grande importância para a futura vida de adulto, isto deve-se, sobretudo, ao carácter transitório, de moratória, desta fase do ciclo vital. Não esquecendo que o desenvolvimento ao longo do ciclo vital é um processo contínuo e que cada fase de desenvolvimento tem a sua importância, a transição para a idade adulta apresenta-se como uma das etapas em que as mudanças ao nível individual maiores modificações introduzem ao nível psicossocial. Deste modo, parece-nos que a separação psicológica das figuras parentais, a par da construção da identidade e da formação do auto-conceito, enquanto tarefas fundamentais para a conquista da autonomia e posterior obtenção do estatuto social de adulto, merece uma análise mais detalhada durante este período.

A construção da identidade pessoal e social do jovem adulto, que se legitima através do exercício dos papéis sociais de adulto, constitui-se como uma tarefa de tal modo importante que corresponde a “um segundo nascimento”, ou seja, “a um nascimento social” (Cavalli, 1997). A adultez emergente implica que algumas tarefas desenvolvimentais devam ser previamente asseguradas, numa busca da autonomia psicológica e social. O adulto emergente vai configurando valores e atitudes e assumindo comportamentos, sem necessitar constantemente do apoio emocional e instrumental por parte dos pais. De facto, para facilitar o processo de transição para a idade adulta, em algumas culturas a instituição familiar promove o desenvolvimento de um espaço de liberdade e de moratória, que pretende fomentar a adaptação colectiva e individual dos jovens a uma sociedade que se afigura como progressivamente mais complexa. Este apoio instrumental e afectivo vai tornar a construção da autonomia, na qual se inscreve a separação psicológica das figuras parentais, num processo progressivo que favorece uma melhor adaptação do jovem, em relação às futuras exigências sociais associadas ao desempenho do futuro papel de adulto. A construção da identidade e do auto-conceito envolvem, de uma forma integrada, aspectos que se

reportam a essas vivências pessoais das provenientes do meio sócio-cultural, dando sentido aos percursos do indivíduo. Tanto na construção da autonomia como na construção da identidade, as estreitas relações com os contextos sociais de desenvolvimento dos jovens e o género apresentam-se como factores de desenvolvimento diferencial que também merecem um especial destaque.

No capítulo seguinte procuramos explorar o modo como a convivência familiar, que tende a ser prolongada no tempo, influencia ou não a formação das atitudes em relação aos papéis de adulto dos adultos emergentes.

## CAPÍTULO 2

### TRANSIÇÃO PARA A IDADE ADULTA: FACTORES FAMILIARES

No capítulo anterior, demos conta das alterações sociais e dos efeitos que estas têm na transição para a idade adulta, salientando o conceito de adulto emergente. Nesta linha, procurou-se explorar a importância do apoio da família neste processo, assinalando a cada vez mais frequente permanência, em regime de coabitação, de pais e filhos adultos. Esta coabitação faz com que a transição para a idade adulta possa agora ocorrer no seio da família de origem e com uma relativa dependência em relação à mesma. Para além disto a antecipação dos papéis de adulto pelos jovens pode sofrer influências mais prolongadas por parte dos modelos parentais. Assim, neste capítulo, analisaremos algumas perspectivas teóricas, que realçam para a importância das relações pais-filhos adultos na transmissão intergeracional de valores e atitudes entre gerações. Faremos uma abordagem focada nos aspectos relacionados com a transmissão de atitudes em relação ao trabalho e à família, à conciliação dos mesmos e aos papéis de género.

#### 1. A família e sua influência na transição para a idade adulta

A maioria dos estudos sobre as dinâmicas familiares tende a limitar a sua análise às famílias com filhos adolescentes. Destacam a importância das relações familiares e da própria família enquanto unidade sustentadora e estruturante da formação da personalidade e do auto-conceito do jovem, sobretudo através da transmissão de valores, atitudes e modelos de comportamento de pais para filhos e realçam também oposição entre pais e filhos, no que respeita aos valores e atitudes perante a vida, ou seja, no chamado confronto de gerações. Sem perder de vista esta perspectiva que caracteriza o período da adolescência, quando os filhos estão na fase de transição para a idade adulta, ou já são filhos adultos, as dinâmicas familiares podem apresentar algumas especificidades. Embora os estudos sobre este tipo de famílias em particular sejam relativamente escassos, duas tendências podem ser evidenciadas na abordagem desta questão. Para os defensores da perspectiva que aponta para uma extensão do designado período da adolescência, tanto as funções como o tipo de relacionamento entre pais e filhos típico da adolescência mantêm-se nesta nova fase

do ciclo vital. Consideram que não existem grandes diferenças no funcionamento familiar, ao longo das várias fases da adolescência, e a transição ou início da idade adulta corresponderia somente à última fase desta. Outra perspectiva, contudo, defende que as famílias com filhos adultos, sobretudo quando estes já desempenham um dos papéis de adulto, como o exercício de uma actividade profissional, constituem-se como uma realidade social específica, que acarreta consequências e mudanças ao nível das atitudes e dos comportamentos entre pais e filhos. A realidade familiar apresenta-se, assim, com uma dinâmica própria e distinta, ao nível relacional e funcional, relativamente àquela das famílias com filhos adolescentes.

Nesta perspectiva, alguns autores realçam que a permanência em regime de coabitação, de pais e filhos adultos, não implica só níveis de dependência instrumental, de natureza residencial e económica (Arnett, 1998; Rossi, 1997; Tang, 1997). Pode também gerar fenómenos de dependência afectiva mais prolongada em relação à família de origem, com repercussões ao nível do desenvolvimento psicossocial do jovem adulto (Chrisholm, 1997; Tang, 1997). Neste caso a transição para a idade adulta deverá efectuar-se no seio da família de origem, apesar da relativa dependência dos jovens em relação à mesma, o que lhe confere algumas especificidades. Mais recentemente, estudos salientam que a ambivalência da visão que os filhos têm da família e mais especificamente dos pais, pode ter implicações ao nível psicológico e social. Se, por um lado, a família e a manutenção das relações familiares próximas podem ser encaradas como um impedimento para a aquisição "plena" do estatuto de adulto autónomo, por outro lado a família é frequentemente reconhecida como um recurso fundamental para lidar com as necessidades instrumentais e, muitas vezes, emocionais de adulto (Wyn & White, 2000; Tang, 1997). Já do ponto de vista dos pais, a manutenção das relações próximas com os filhos é encarada como meio de apoio fundamental para maximizar as oportunidades de inserção social destes, ajudando-os, por exemplo, ao nível da procura de trabalho ou garantindo o suporte instrumental e afectivo, para que estes possam investir no desenvolvimento da sua carreira profissional. Este apoio é, como vimos, reconhecido pelos filhos, embora considerem que, em alguns casos, pode retardar a sua vida social e o seu crescimento pessoal enquanto adultos (Wyn & White, 2000; Tang, 1997).

De um modo geral, parece que o desenvolvimento psicológico deste tipo de adultos se caracteriza por uma semi-autonomia, onde a permanência da influência parental, quer através dos valores, quer directamente nas opções de vida no início da idade adulta, tende a persistir. O estudo de Rossi (1997) permitiu identificar três tipos

de relacionamento familiar entre pais e filhos adultos que coabitam, designados por “modelos educativo-relacionais”. O primeiro, o modelo “participativo”, é sustentado pelo diálogo contínuo entre pais e filhos, numa perspectiva de valorização da aprendizagem mútua; o segundo corresponde ao modelo “demonstrativo”, onde os valores e a coerência comportamental são valorizados, tanto pelos pais como pelos filhos, e onde os exemplos dos pais deverão servir como fonte de inspiração para os filhos; no terceiro, o modelo “fusional”, a interdependência afectiva recíproca, que domina as relações pais-filhos, permite que as fronteiras entre os papéis de pais e de filhos possam ser ultrapassadas. Em qualquer dos casos, os modelos apresentados por Rossi (1997) salientam mecanismos de influência recíproca, no âmbito das relações entre pais e filhos, onde os pais permanecem uma fonte de influência significativa para a construção das atitudes e das práticas relativas à vida adulta.

Em suma, a importância da socialização familiar ao nível dos valores e atitudes, destacada pela literatura, no quadro das relações familiares até à adolescência, pode prolongar-se, no caso da coabitação com os pais e manter-se para além da adolescência. Para além disso, novas experiências que configuram a transição para a idade adulta, como por exemplo, o exercício da actividade profissional, vão ser vividas no âmbito da família de origem. De facto, o alcance das influências parentais, nos jovens que permanecem no domicílio familiar, no período de transição para a idade adulta, aparece como um domínio ainda relativamente novo na literatura e que é abordado no quadro das influências intergeracionais. Essas influências intergeracionais serão analisadas de seguida, mais particularmente no que diz respeito às atitudes face aos papéis de adulto.

## **2. Modelos que acentuam as semelhanças de valores e atitudes entre pais e filhos**

### **2.1. A transmissão intergeracional**

A análise da transmissão intergeracional de valores e atitudes gerais perante a vida, entre pais e filhos, tem sido alvo de numerosos estudos internacionais e também nacionais (Gecas & Seff, 1990; Vollebergh, Iedema & Raaijmakers, 2001). Assim, a crença de que as gerações mais jovens assumem valores e adoptam comportamentos que tendem a afastar-se das gerações anteriores, nem sempre se verifica. Estudos que comparam valores e atitudes de gerações de pais e filhos encontram mais semelhanças do que diferenças, tanto durante a adolescência como durante a idade

adulta (Acock, 1984; Glass *et al.*, 1986; Bronfenbrenner, 1986; Gecas & Seff, 1990; Barnett *et al.*, 1991).

Esta semelhança entre gerações ao nível das atitudes tem sido atribuída, desde o início, aos efeitos da socialização da família. É deste modo que, a partir dos anos 80, se destaca a importância do conceito de transmissão intergeracional. Este conceito agrupa processos através dos quais são transmitidos valores e atitudes de pais para filhos, no decorrer da vida quotidiana (Acock, 1984; Arditti, Godwin & Scanzoni, 1991; Vollebergh, Iedema & Raaijmakers, 2001). Esta transmissão intergeracional processa-se a dois níveis: por um lado, surge indirectamente, através do estatuto social e das posições sociais partilhadas por pais e filhos. Mais especificamente, os valores e atitudes socialmente partilhados por um grupo social são veiculados enquanto modelos sociais a reproduzir para as jovens gerações. Além desta, a transmissão intergeracional opera de forma directa quando corresponde à influência dos valores e das atitudes, dos pais sobre os filhos através dos processos de socialização familiar. Para melhor o compreender estes processos, a literatura tem-se referido à importância da teoria da aprendizagem social de Bandura (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura & Adams, 1977; Bandura 1986). Esta teoria salienta que a observação e a imitação de modelos é um dos mecanismos responsáveis pela retenção, pelo indivíduo, de representações e experiências significativas, durante o seu ciclo de desenvolvimento. A adopção de atitudes e de comportamentos que se assemelham aos observados nos modelos, nomeadamente nos pais, é tanto mais provável quanto mais os modelos são valorizados pelos filhos. A teoria da aprendizagem social defende, ainda, que a antecipação de consequências positivas ou negativas da adopção das atitudes e dos comportamentos observados nos modelos, determina os aspectos que os indivíduos retêm, relativamente a esse mesmo modelo, activando a mobilização ou a inibição da reprodução de padrões comportamentais semelhantes (Bandura, 1977a). Este processo, designado por “modelação”, ocorre muitas vezes de um modo automático, logo a tomada de consciência activa inerente ao processo de aprendizagem pode não ser muito evidente para o próprio sujeito (Bandura, 1977a; 1977b; Bandura & Adams, 1977; Bandura, 1986). Assim, a modelação comportamental aparece como sendo o mecanismo que melhor explica a transmissão intergeracional. Nesta linha, alguns autores analisam aspectos deste processo, que, de facto, salienta a importância da aprendizagem social, enquanto mecanismo que contribui para que a transmissão intergeracional ocorra. Esta aprendizagem tem destacado não só a modelação de comportamentos,



mas também a transmissão de crenças de uma geração para a outra, procurando compreender o impacto dos valores e atitudes da família de origem nos filhos (Gadsden & Hall, 1996; Figueiredo, 2001). Assim, a modelação corresponde a um mecanismo de transmissão intergeracional, que se reflecte nos elevados níveis de concordância entre valores e atitudes manifestadas por pais e filhos (Chen & Kaplan, 2001; Figueiredo, 2001; Gadsden & Hall, 1996; Moen, Erickson & Dempster-McClain, 1997, Vollebergh, Iedema & Raaijmakers, 2001). Tem-se mesmo verificado que a influência dos pais nos filhos é crescente, à medida que estes se aproximam da idade adulta (Barnett *et al.*, 1991). No contexto nacional, os estudos de Pais (1998) e de Figueiredo (2001) mostraram que as diferenças entre gerações de pais e filhos não produzem, de um modo geral, grandes conflitos ou rupturas ao nível dos valores. Os autores salientam que as duas gerações parecem partilhar os mesmos valores, embora atribuam diferentes significados e vivam de forma diferente esse conjunto de valores.

Se se considerar que os valores e as atitudes possibilitam a definição de uma orientação para a vida, actuando como uma dimensão sustentadora do processo de socialização em qualquer contexto social, facilmente se compreende que, através dos processos de transmissão intergeracional, os valores dominantes dos pais sejam assimilados pelos filhos, sendo posteriormente reconstruídos e organizados por estes, de acordo com a importância que cada um lhes confere e com o seu quadro social de referência. Nesta linha de pensamento, parece que as semelhanças entre os valores de cada geração poderiam traduzir uma forma de cooperação entre gerações, de modo a que as mais novas possam lidar, da melhor forma possível, com os papéis de adulto. A actualização destes valores nas gerações mais novas reflecte apenas as mudanças sociais e as mudanças nos papéis e estilos de vida, não sendo substancialmente diferentes da geração anterior (Giddens, 1988; Giddens, 1991; Figueiredo, 2001; Pais, 1998; Pais, Cairns & Pappamikail, 2005).

### **2.1.1. Atitudes relativas ao papel familiar e profissional**

Se os valores e as atitudes estão na base da construção social dos modelos de vida adulta, a análise dos mesmos serve de enquadramento preferencial para o estudo das opções relativas ao exercício dos papéis de adulto, entre gerações de pais e filhos. As atitudes em relação aos papéis de adulto, nomeadamente as que dizem

respeito aos papéis familiares, podem, assim, ser equacionadas avaliando a importância que estas assumem na vida da família de origem, uma vez que este será o modelo a ser observado pelas novas gerações. A apoiar esta ideia, Barnett *et al.* (1991) salienta que os jovens universitários tendem, à medida que se aproximam da idade adulta, a regressar aos valores em que foram educados. Partilham atitudes e expectativas, em relação aos papéis familiares e profissionais que tenderão a aproximar-se das assumidas pelos pais, mesmo que isso possa não ser notório nas primeiras etapas da transição para a idade adulta.

Deste modo, os modelos relativos aos papéis parentais e a sua influência no exercício da parentalidade dos descendentes têm sido alvo de alguns estudos que evidenciaram, de forma mais ou menos sistemática, que para os jovens que assumem o desempenho de papéis familiares, e que o modo como concretizam estes papéis adquire semelhanças com os dos seus pais (Aquilino, 1997; Baruch & Barnett, 1983; Vollebergh, Iedema e Raaijmakers, 2001). As semelhanças entre pais e filhos têm sido também estudadas ao nível das atitudes e expectativas, em famílias com filhos adolescentes e jovens adultos universitários, quanto à futura concretização dos papéis familiares (Smith & Self, 1980; Starrels, 1992; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999). As semelhanças entre pais e filhos são igualmente notórias, ou seja, as atitudes em relação aos papéis familiares são idênticas: estes jovens pretendem de um modo geral, concretizar os papéis parentais, tal como os seus pais o fizeram (Smith & Self, 1980; Starrels, 1992; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999).

Para o domínio profissional, os modelos familiares também têm sido analisados, destacando-se a sua importância na formação de atitudes relativas ao trabalho, em gerações mais novas. No quadro da transmissão intergeracional, e para ilustrar a importância do mecanismo de aprendizagem social, o estudo de Robinson & Post (1995) evidenciou que as atitudes positivas e a prioridade dada ao papel de trabalhador, relativamente ao papel familiar, por parte dos pais, são assumidas pelos filhos, que tendem também a considerar o trabalho como prioritário nas suas vidas. De facto, a aprendizagem social defende que as atitudes positivas relativas a um determinado papel, neste caso o papel profissional, são parcialmente determinadas pelo modo como este é vivido e transmitido na sua faceta mais positiva (Bandura, 1977). Assim, os pais que se envolvem activamente no papel profissional e o traduzem na sua relação com os filhos, transmitem um modelo que valoriza este papel, independentemente de outros que possam desempenhar de modo concomitante. Esta atitude pode contribuir para que os seus filhos formem uma representação positiva

deste papel, levando-os a ter atitudes muito positivas relativas ao futuro exercício profissional. Neste caso, ressalta a importância do mecanismo de imitação de um modelo considerado positivo, que motiva os filhos a desejar reproduzi-lo no seu futuro. Para além deste aspecto, Barnett *et al.* (1991) referem que, para o domínio profissional, os pais tendem também a transmitir directamente as atitudes que consideram essenciais para o sucesso profissional dos filhos, por exemplo, através das suas práticas educativas. Neste quadro, os factores de natureza sócio-económica, que envolvem os critérios de desempenho e a valorização da actividade profissional, vão também influenciar, de forma diferencial, o processo de transmissão intergeracional, relativo às atitudes perante o trabalho. Para ilustrar esta ideia, alguns autores fazem referência ao facto dos pais das classes mais elevadas, onde o sucesso profissional depende da iniciativa pessoal e da tomada de decisão, valorizarem a autonomia dos filhos; pelo contrário, os pais das classes mais baixas, onde o sucesso profissional pode depender da capacidade de se conformar com os critérios estabelecidos por uma autoridade, valorizam a obediência na educação dos filhos (Barnett *et al.*, 1991). Estas diferenças nas práticas educativas têm, em ambos os casos, o objectivo de transmitir valores, atitudes e, de desenvolver comportamentos nos filhos, que permitam uma melhor integração na actividade profissional. Isto poderá também contribuir para uma semelhança de atitudes relativas ao papel profissional de pais e filhos.

Em qualquer dos casos, diversos estudos têm revelado que os jovens apresentam grandes semelhanças com os seus pais nas atitudes perante o trabalho (Aquilino, 1997; Vollebergh, Iedema e Raaijmakers, 2001) e nas expectativas quanto à futura concretização dos papéis profissionais (Smith & Self, 1980; Starrels, 1992; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999). Todos eles apresentam resultados que apoiam a hipótese da transmissão intergeracional para o domínio do trabalho.

Por último, não podemos deixar de referir que o facto de estes jovens estarem a antecipar os seus papéis de adulto e de não terem, por isso, experiência nos mesmos, os pode levar a adoptar atitudes ainda mais próximas daquelas que são defendidas e valorizadas pelos seus progenitores. Contudo, parece haver consenso na literatura sobre o facto das atitudes tomadas pelos progenitores em relação aos papéis profissionais (por exemplo, o tempo que dedicam a actividades em casa, o tipo de projectos familiares que são condicionados por factores profissionais) terem consequências no funcionamento da família e dos descendentes. Deste modo, pressupõe-se que os pais vão actuar enquanto fontes de influência para os seus filhos,

transmitindo, de forma directa ou indirecta, valores e atitudes relativas ao papel familiar e profissional (Schroeder, Blood & Maluso, 1992; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Vollebergh, Iedema e Raaijmakers, 2001), isto apesar das diferenças, em termos dos contextos sociais que existem necessariamente entre duas gerações (Schroeder, Blood & Maluso, 1992).

### **2.1.2. Atitudes relativas aos papéis de género e sua relação com os papéis profissionais e familiares**

Os valores e as atitudes relativas ao exercício dos papéis familiares e profissionais estão na nossa sociedade estreitamente associados aos papéis de género. A análise destes, associada às imagens diferenciais do feminino e do masculino, merece um destaque especial, devido ao significado normativo que eles assumem nos comportamentos de homens e mulheres, o que se reflectirá no exercício dos papéis familiares e profissionais. A constituição dos papéis de género faz-se com recurso a crenças acerca de papéis apropriados para homens e mulheres, onde estão não apenas aspectos que se referem à caracterização de cada género, mas também às relações entre estes. Os estereótipos são crenças, a propósito dos vários papéis e actividades que se considera serem característicos dos homens e das mulheres (Ashmore & Del Boca, 1979; Lima, 1993; Thompson, 1991; West & Zimmerman, 1987). De acordo com uma revisão efectuada por Amâncio (1994), os estudos que analisam as fronteiras entre os papéis de género revelam uma assimetria masculino-feminino, onde certas subcategorias de mulher reúnem um maior consenso nas descrições efectuadas pelos inquiridos, como é o exemplo da representação de mulher-dona de casa (Clifton, McGrath & Dewick, 1976, cit *in* Amâncio, 1994; Helwig, 1998). Referindo o estudo de Deaux, Winton, Crowley & Lewis (1985), Amâncio (1994) mostrou que as categorias femininas diferentes do papel tradicional das mulheres, como mulher-empresária e mulher-atleta, continham, na sua caracterização, uma sobreposição de traços masculinos e femininos. Não deixa de ser curioso verificar que, apesar das modificações sociais e culturais, a determinação ideológica que estabelece esta assimetria entre os papéis de género parece persistir.

As modificações sociais, como, por exemplo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e em actividades que, até há poucos anos, eram desempenhadas exclusivamente por homens, vieram introduzir alguns ajustamentos na definição dos papéis de género. Contudo, tais ajustamentos foram mais visíveis no

domínio público, como é o caso do trabalho remunerado, do que no domínio privado, onde a ausência mais ou menos generalizada da partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças se mantêm. Deste modo, o exercício concomitante de múltiplos papéis não tem as mesmas consequências para homens e mulheres, dado que estas são muito mais solicitadas pelos membros da família e dedicam-lhes muito mais tempo (Pleck, 1976, cit *in* Amâncio, 1994). É importante realçar que, de acordo com Amâncio (1994), “o alargamento dos papéis de género no âmbito social não faz com que uma mudança num dos domínios, neste caso o público, implique necessariamente uma mudança generalizada, nem no plano dos comportamentos, nem no plano subjectivo e que, portanto, a entrada das mulheres no mundo do trabalho não seja suficiente para a mudança nas representações relativas aos sexos, porque os seus significados se estendem tanto aos valores do mundo do trabalho e às expectativas dos comportamentos de homens e mulheres nesse contexto, como à divisão sexual do trabalho no seio da família e às expectativas associadas ao desempenho da parentalidade pelos pais e pelas mães” (p. 72 e 73). A diferenciação de papéis de género traduz, deste modo, uma divisão entre a esfera pública e a esfera privada no seio da vida familiar e profissional (Amâncio, 1994).

Para além disto, as ideologias de género igualitárias são mais comuns em indivíduos com níveis educacionais superiores, na medida em que estes grupos têm também acesso a recursos económicos e a competências que vão para além da divisão tradicional de papéis, de acordo com o género (Leaper & Valin, 1996; West & Zimmerman, 1987). A divisão das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças têm sido referidas como tendo um papel fundamental ao nível do exercício dos papéis de género na família, servindo como modelo para os filhos (Apparala, Reifman & Munch, 2003; Coltrane, 2000; Deutsch & Saxon, 1998). Alguns autores têm demonstrado empiricamente que os jovens provenientes das famílias mais igualitárias tendem, eles próprios, a ser mais igualitários e a aderir menos aos estereótipos associados aos papéis de género (Deutsch, 1999; Myers, 2002). De facto, os resultados de uma meta-análise para este domínio evidenciam uma correlação positiva entre as atitudes, em relação aos papéis de género de pais e filhos (Tenenbaum & Leaper, 2002). Os progenitores que são mais igualitários em relação aos papéis de género, não só tendem a transmitir directamente estas atitudes aos seus descendentes, como os transmitem indirectamente, pondo em prática estas atitudes através de comportamentos que servem de modelos para os filhos (Sabatinni & Leaper, 2004). O estudo de Kulik (2000) procurou comparar as atitudes de pais e

filhos perante os papéis de género, concluiu que havia semelhanças entre as atitudes relativas aos papéis de género referentes à família e ao trabalho. Também Cunningham (2001), num estudo longitudinal, verificou que as influências do modelo familiar e dos comportamentos dos pais, em relação aos papéis de género, se fazem sentir tanto durante a infância como no início da idade adulta: rapazes e raparigas provenientes de famílias onde o pai participava mais activamente no papel familiar apresentavam atitudes mais igualitárias, em relação aos papéis de género, no trabalho e na família. Os resultados desses estudos confirmam a hipótese da importância da transmissão intergeracional de atitudes relativas aos papéis de género.

De facto, os estudos anteriores apontam para a importância da relação entre o exercício dos papéis de género e o modo como estes configuram os papéis familiares e profissionais, que tipificam modelos transmitidos de pais para filhos. As mudanças actuais ao nível familiar e social permitiram estruturar os papéis de género com mais flexibilidade e fazê-los reproduzir de geração em geração (Kulik, 2000). Contudo, a repartição de papéis de género não tem a mesma expressão em todas as famílias. Como salientam Sabatini & Leaper (2004), as famílias podem ter, de algum modo, modelos relativos ao exercício de papéis mais partilhados e mais igualitários, ou menos partilhados e mais assimétricos, sendo este o modelo familiar a que os filhos destas famílias vão estar expostos e que determinará as suas atitudes em relação ao futuro exercício destes papéis.

No entanto, envolvimento diferentes das mães e dos pais nos papéis profissionais e familiares levantam a questão da socialização diferenciadora das atitudes face à família e ao trabalho, de acordo com o género do progenitor.

## **2.2. Transmissão intergeracional selectiva: efeito do género**

### **2.2.1. A importância da figura materna**

A figura materna tem sido associada, no quadro das relações de género, à família e ao cuidado dos filhos, o que lhe confere um papel de destaque na sua socialização. Ao nível da transmissão de modelos sócio-educativos, a figura da mãe surge associada à sua capacidade para a transmissão dos conteúdos que estão ligados essencialmente ao papel familiar e, no caso de ter um papel profissional, à conciliação entre ambos (Baruch & Barnett, 1983; Booth & Amato, 1994; Debats, 1999; Franco, Sabatini & Crosby, 2004; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997). Deste modo, a mãe pode influenciar, de forma significativa, tanto os valores como as atitudes

dos seus filhos, quando exerce o seu papel educativo e quando actua enquanto modelo. Esta perspectiva é corroborada por alguns estudos, onde a mãe surge como a figura familiar considerada mais influente, tanto para os filhos como para as filhas (Knaub, 1986; Kerpelman & Smith, 1999; Tang, 1997). Assim sendo, é a actividade profissional da mãe que preocupou os investigadores numa primeira fase, por se recear um deficit no exercício da função maternal, devido ao envolvimento com o trabalho fora do lar. Esta realidade teria consequências negativas no desenvolvimento dos filhos que, desde logo, iriam ficar sem a figura central do seu processo de socialização, temendo-se que isto pudesse ter repercussões negativas no seu desenvolvimento. Face ao aumento do número de famílias de duplo-emprego, ao longo dos anos 80, esta perspectiva pessimista sobre as consequências do emprego maternal foi abandonada. Assim, a preocupação passa a estar centrada no possível impacto do emprego materno na estruturação dos papéis familiares e profissionais e na influência deste ao nível dos valores e atitudes dos filhos em relação a esses papéis. Deste modo, as repercussões do exercício do papel profissional da mãe, ao nível dos papéis de género na família e dos seus efeitos nas atitudes dos filhos, em relação ao género, foram analisadas por alguns autores.

Certos estudos têm documentado que os filhos (de ambos os sexos) de mães que exercem uma actividade profissional revelam atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género, quando comparados com jovens de famílias em que a mãe não tem actividade profissional (Aquilino, 1991; Willetts-Bloom & Nock, 1994; Tuck, Rolfe & Adair, 1994). Destes estudos, destaca-se que o papel da mãe é central para a organização do modelo familiar e parece mesmo ser determinante para a estruturação de papéis de género mais igualitários, tanto na família como no trabalho.

Contudo, certos estudos que analisam o efeito moderador de variáveis de natureza social, como o nível sócio económico, indicam que os jovens da classe média, em que a mãe exerce uma actividade profissional, são menos tradicionais em relação aos papéis de género do que os jovens de classe baixa na mesma situação (Menaghan & Parcel, 1995). Outros autores sugerem que, nas famílias em que ambos os elementos do casal têm níveis educacionais superiores, quando a mãe tem uma actividade profissional exigente, o seu marido ou parceiro é mais cooperante nas actividades familiares, ou seja, menos tradicional, no que se refere aos papéis de género (Pryor, 1990). Neste contexto, o modelo de família é mais flexível, relativamente aos papéis de género, nomeadamente no que diz respeito a quem assume as responsabilidades domésticas e a quem é o sustentador económico. Este

modelo faz com que os descendentes tenham atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género (Pryor, 1990).

### 2.2.2 A importância da figura paterna

Apesar do crescente interesse pelos efeitos do papel do pai na transmissão intergeracional de valores e atitudes, os estudos que analisam esta questão permanecem subrepresentados na literatura, quando comparados com os que destacam a influência materna. Classicamente, o papel de pai tem sido associado à promoção do bem-estar da família proporcionando segurança e apoio ao bom desenvolvimento afectivo dos filhos e promovendo o investimento destes no domínio académico (Gadsden & Hall, 1996). Ao nível da relação pai-filho(a), alguns estudos indicam que os pais se envolvem mais do que as mães no reforço respectivo da masculinidade e da feminilidade dos filhos e das filhas (Biller & Weiss, 1970). Contudo, estudos mais recentes indicam que os pais se sentem mais responsáveis pela socialização dos seus filhos do que das suas filhas (Gilbert & Brownson, 1999; Nydegger & Mitteness, 1991). Partilham com estes o mundo masculino, tanto ao nível das atitudes como ao nível dos comportamentos, ou seja, ao nível dos papéis de género. Já em relação às filhas, a sua preocupação está mais centrada na protecção, na valorização do investimento na educação e na valorização do papel profissional. Assim, em relação à socialização, os pais revelam posturas bastante diferenciadas e de acordo com o género dos filhos, ou seja, centradas sobre o domínio académico e profissional para as filhas, e sobre a típica transmissão e reforço dos papéis de género masculinos para os rapazes (Eccles, 1994; Gilbert & Brownson, 1999).

Contudo, anteriormente Gadsden & Hall (1996) indicaram que os resultados não são necessariamente indicadores de relações privilegiadas entre pais e filhos, mas sim da actualização do “modelo de pai sustentador económico da família” (de acordo com uma perspectiva mais tradicional) associado a uma participação reduzida na vida familiar. Os pais que se assumem como “chefes de família” ou “sustentadores económicos da família” tendem a transmitir este modelo aos seus filhos, mas não às suas filhas (Gadsden & Hall, 1996). Assim, apesar de os jovens de sexo masculino apresentarem atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género do que os homens da geração anterior, estes resultados devem, na opinião de Zuo (1997), ser analisados com alguma precaução. De facto, se os jovens rapazes apresentam actualmente atitudes igualitárias para a esfera profissional, ou seja, concordam com a



igualdade entre homens e mulheres quanto ao exercício de uma profissão quando se reportam ao domínio da família, continuam a considerar-se exclusivamente como o seu principal sustentador económico e não estão dispostos a abdicar deste papel, para partilharem mais as tarefas domésticas ou o cuidado com as crianças. O autor salienta o facto da importância das atitudes mais igualitárias em relação ao género poder manifestar-se de forma selectiva, de acordo com a área a que se referem, e serem reforçadas, de um modo mais evidente, na relação pai-filho (Zuo, 1997). Apesar disto, a valorização do papel profissional é, para este autor, uma actividade típica da socialização pai-filha (Zuo, 1997), o que questiona a convicção anteriormente apresentado de ser a mãe o principal modelo e agente de socialização das filhas. De facto, se o papel profissional é partilhado pelo pai e pela mãe, a diferença reside no envolvimento do pai ao nível do papel familiar. A este propósito, em famílias onde o pai investe mais no papel parental e em que os papéis de género são partilhados de um modo mais igualitário, os pais têm valores e regras que se reflectem no desenvolvimento de atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género, nos filhos e filhas (Bailey, 1994; Deutsch, Lussier & Servis, 1993; Nydegger & Mitteness, 1991; Tang, 1997). Mais uma vez, em famílias em que a partilha dos papéis profissionais e familiares é mais equitativa, a flexibilidade e a necessidade de envolvimento em ambos os papéis familiares e profissionais, por parte de ambos os cônjuges é transmitida aos filhos, independentemente do género dos progenitores e dos descendentes (Bailey, 1994; Dancer & Gilbert, 1993; Deutsch, Lussier & Servis, 1993; Pryor, 1990; Dancer & Gilbert, 1993; Crouter & Manke, 1997; Tang, 1997; Zuo, 1997).

### **2.2.3. Atitudes relativas aos papéis de género, profissionais, familiares e na conciliação de papéis nas relações mãe-filha e pai-filho**

Os estudos anteriormente apresentados têm em comum o facto de considerarem o exercício de papéis de género como elementos-chave do processo de transmissão intergeracional. Para além disso, e como já foi mencionado anteriormente, raparigas e rapazes sofrem processos de socialização diferentes em função do seu género, dado que são tratados pelos pais de forma diferente, ou seja, a socialização de género faz-se pela adopção gradual de comportamentos próprios para "o seu género", que são reforçados desde a infância até à idade adulta (Cook, 1999; Dancer & Gilbert, 1993; Cunningham, 2005). Nesta linha, a transmissão intergeracional pode, de algum modo,

ser influenciada por modelos educativos que podem diferenciar-se de acordo com o género dos filhos. Se aludirmos à teoria da socialização familiar, alguns autores defendem que esta assume uma maior relevância quando se analisam a transmissão de valores e atitudes entre pais e filhos, de acordo com o sexo (mãe-filha e pai-filho) (Blair, 1992; Curtis, 1991). Os defensores da transmissão intergeracional indicam, também, que os pais se constituem como uma fonte de influência primária para o desenvolvimento de atitudes relativas aos papéis de género, familiares e profissionais e que a transmissão intergeracional se pode efectuar de modo diferente, de acordo com o género de pais e filhos (Eggbeen, Snyder & Manning, 1996; Erel & Brurman, 1995; Glass *et al.*, 1986; Greenberger & Goldberg, 1989; Moen *et al.*, 1997).

Assim, apesar dos primeiros estudos sobre a influência intergeracional considerarem a família como uma unidade, na actualidade muitos são os estudos que diferenciam a influência de acordo com o género do progenitor e do descendente, numa óptica intra-género, ou seja, assume-se que existe uma influência mais marcante entre mães-filhas e entre pais-filhos.

No âmbito da transmissão intergeracional mãe-filha, no estudo de Smith & Self (1980) ficou evidenciado que as atitudes das mães, em relação aos papéis de género, apareceram como o melhor preditor das atitudes das filhas para este mesmo domínio. Assim, defendem que a relação mãe-filha é sempre importante, embora possa ter um papel ainda mais relevante nas culturas de influência matriarcal, nas quais esta relação é valorizada de modo notório, permitindo a aquisição dos papéis de género femininos. Estes autores obtiveram dados que revelaram que, para as estudantes universitárias e jovens licenciadas na idade adulta, a mãe continua a ser uma figura de referência. Em qualquer dos casos, diversos autores têm encontrado semelhanças evidentes entre as atitudes de mães e filhas, ou seja, mães com atitudes menos tradicionais em relação aos papéis de género tinham filhas também pouco tradicionais para este domínio (Barak Feldman & Noy, 1991; Moen, Erickson & Dempster-McClain, 1997). Para o domínio do papel profissional os resultados que indicam que, quando as mães têm atitudes positivas em relação ao papel profissional, as filhas tinham também atitudes positivas em relação a esse papel. Para além disso, demonstrou que filhas de mães que trabalham fora de casa têm atitudes menos tradicionais em relação ao papel profissional. Já no que se refere ao exercício do papel parental, Dancer & Gilbert (1993) encontraram semelhanças mãe-filha notórias na determinação da idade "ideal" para o casamento e para encarar a parentalidade. No que concerne às relações entre os papéis de género e os papéis familiares e

profissionais, constaram que, quando as mães conciliam um papel profissional e um papel familiar de modo satisfatório, influenciam as suas filhas, dado que estas apresentam atitudes favoráveis em relação à conciliação de papéis. No seu conjunto, os estudos demonstram a importância da relação mãe-filha, através da sua função socializadora ou actuando enquanto modelo, na transmissão de atitudes relativas aos papéis de género bem como aos profissionais e familiares.

Tal como a mãe, o pai é também apontado como um dos primeiros e principais modelos de influência para o desenvolvimento de atitudes em relação aos papéis de género, familiares e profissionais. Contudo, os estudos que analisam a importância da relação pai-filho na transmissão intergeracional dos papéis de adulto são escassos, quando comparados com os estudos que analisam as relações mãe-filha. Destaca-se o estudo de Baruch & Barnett (1986), que procurou analisar a presença de estereótipos de género comuns entre pais e filhos. Os autores concluíram que, em famílias em que os pais tinham menos estereótipos associados aos papéis de género, os filhos também apresentavam poucos estereótipos de género. Destaca-se ainda que estas semelhanças são superiores em famílias de classe média e em famílias em que tanto pais e filhos afirmavam ter um bom relacionamento familiar (Gadsen & Hall, 1996). Também Thorn & Gilbert (1998) referem que, em famílias onde os pais têm um nível educacional superior e apresentam atitudes igualitárias, em relação aos papéis de género, os rapazes tendem a ser menos tradicionais nas suas atitudes em relação ao género e à partilha de papéis familiares e profissionais. No quadro da socialização familiar relativa aos papéis de género, os estudos destacam, assim, o papel diferencial dos pais na importância do desenvolvimento de competências associadas à capacidade de relacionamento interpessoal, para as raparigas, e à autonomia, para os rapazes (Gadsen & Hall, 1996; Moen, Erickson & Dempster-McClain, 1997). O estudo de Leaper *et al.* (1989), sobre as interações pais-filhos e o desenvolvimento dos papéis de género, revelou que os pais usam estratégias comunicacionais com as filhas, de modo a promover a intimidade e a proximidade, e com os filhos enfatizam a importância da separação. Para além disso, os autores encontraram dados que suportam a ideia de que pais e mães desempenham papéis diferentes na socialização de género dos filhos e filhas. As mães desempenham um papel importante no desenvolvimento das filhas e, mesmo para os filhos, a proximidade para a discussão de assuntos relacionados com a família é maior em relação à mãe. Já o pai parece ser responsável por aspectos relacionados com a vida fora da família e são sobretudo fonte de influência para os filhos e filhas como, por

exemplo, nas opções escolares e profissionais (Barling, Kelloway & Bremermann, 1991; Barling, Dupre & Hepburn, 1998; Eccles, 1994; Leaper *et al.*, 1989).

No seu conjunto, os estudos remetem para a importância da transmissão intergeracional intra-género. Contudo, a relativa escassez de estudos neste domínio, sobretudo nas relações pai-filho, levam a que seja difícil apoiar, de forma consistente, hipóteses de transmissão intergeracional diferenciada de acordo com o género. É com base neste pressuposto que alguns autores defendem que, mais importante do que as relações pais-filhos de carácter intra-género, o exercício diferenciado de papéis na família, por parte da mãe e do pai, vai contribuir não só para o exercício de modelos educativos diferentes, como podem também influenciar os filhos, independentemente do género dos progenitores e dos descendentes. Assim, no exercício dos papéis familiares e profissionais, tanto os pais como as mães vão desencadear um modelo de organização e dinâmica familiar, que irá ser a base do relacionamento entre pais e filhos. Este contexto torna-se um lugar potencial de exploração dos conteúdos de cada papel, ao qual o género está necessariamente associado, através da importância das atitudes verbalizadas e ensinadas pelos pais.

### **3. Compensação e reconstrução social das atitudes: modelos que acentuam as diferenças de valores e atitudes entre pais e filhos**

#### **3.1. Compensação de atitudes relativas ao papel familiar e profissional**

Algumas dúvidas já tinham surgido sobre a aplicação dos mecanismos de aprendizagem social e da modelação para a maioria das famílias, no quadro da transmissão intergeracional de atitudes perante os papéis familiares. Gadsen & Hall (1996) destacaram que essa transmissão, baseada na aprendizagem social e na modelação, se apresentava como um mecanismo primário para a transmissão intergeracional, que estava na base das semelhanças, nas atitudes e comportamentos, entre pais e filhos.

Isto não é, contudo, aceite de forma consensual. Alguns autores, baseando-se em dados de natureza empírica, contestam a aplicação generalizada da hipótese da transmissão intergeracional de atitudes entre pais e filhos através de mecanismos de aprendizagem social e de modelação comportamental, para todo o tipo de situações familiares. Assim, quando se procurava analisar as diferenças entre pais e filhos, os

efeitos desses mecanismos pareciam menos claros, assim como os factores que lhe estavam subjacentes. Para ilustrar esta assunção teórica, referiam-se a estudos que revelaram que, para o desempenho do papel de pai, a maioria dos jovens adultos do sexo masculino não encontrava, nos seus próprios pais, os desejados modelos positivos e que tinham expectativas de se tomarem melhores pais do que os seus próprios tinham sido (Gadsen & Hall, 1996). Estes autores sugerem a existência de um processo concorrente designado por “compensação” (Fine, Voydanoff & Donnelly, 1993; Floyd & Morman, 2000; Chen & Kaplan, 2001; Zuckerman, 1981) que parte do princípio de que as atitudes e os modelos transmitidos pelos pais aos filhos nem sempre são avaliados por estes últimos como sendo positivos. Deste modo, os filhos desenvolveriam uma tendência para compensar os padrões relacionais, ou experiências de vida negativas a que teriam estado expostos na família de origem. Com efeito, algumas atitudes dos pais, relativas ao desempenho dos seus papéis familiares e profissionais, podem não constituir modelos de referência atractivos para os filhos. A compensação levaria, assim, à construção de atitudes e modelos de vida de adulto, que se distanciam claramente do que foi vivido na família. Estes autores destacaram que a qualidade da relação pais-filhos desempenhava, neste caso, um papel central na transmissão intergeracional das atitudes associadas ao futuro desempenho do papel parental, não se podendo falar propriamente em transmissão intergeracional na sua verdadeira concepção. De acordo com Floyd & Morman (2000), enquanto que a modelação tenderia a emergir como processo de transmissão intergeracional, em contextos de experiências relacionais essencialmente positivas entre pais e filhos, a compensação tenderia a aparecer associada a situações de insatisfação, face às atitudes e ao comportamento parental na família de origem. O processo de compensação permitiria a reconstrução de atitudes e de comportamentos desejados por parte das gerações mais novas, seleccionando os aspectos que consideraram como mais positivos, a partir da exposição a modelos parentais ou outros e havendo modificação das atitudes consideradas menos positivas.

A hipótese da existência da compensação, para situações em que os modelos familiares são avaliados como pouco positivos, foi apresentada como alternativa para as explicações baseadas nos mecanismos de aprendizagem social e modelação, tendo sido apoiada pelos resultados. Floyd & Morman (2000), por exemplo, analisaram as atitudes e comportamentos relativos à parentalidade em duas gerações de famílias, tendo-se verificado a existência de uma relação entre o afecto recebido pelos filhos e o afecto transmitido por estes aos seus próprios filhos. No entanto, quando este afecto

era avaliado como insuficiente, estes jovens adultos consideravam que deviam ser mais afectivos com os seus próprios filhos. Os autores assinalam a possibilidade da hipótese da modelação e da compensação se combinarem entre si, em função da avaliação mais ou menos favorável que os filhos fazem da relação com os pais. Assim, os padrões de relacionamento avaliados como positivos são alvo de reprodução através da modelação, enquanto que os padrões de relacionamento avaliados como negativos são compensados posteriormente, no tipo de relacionamento que estabelecem com os seus próprios filhos (Floyd & Morman, 2000; Phalet & Schonpflug, 2001; Zuckerman, 1981). Estes resultados foram confirmados pelo estudo longitudinal realizado por Chen & Kaplan (2001), sobre a transmissão intergeracional da parentalidade, a continuidade intergeracional nas atitudes e nos estilos parentais, embora com uma expressividade considerada fraca. De novo, a compensação terá emergido em situações avaliadas como menos favoráveis, logo alterando as atitudes e os estilos parentais entre pais e filhos. No seu conjunto, estes dois estudos destacam a importância da compensação e de uma reconstrução, ao nível das gerações mais novas, das atitudes relativas ao futuro exercício dos papéis parentais. Assim, parece que o processo de compensação pode, de facto, actuar de uma forma mais abrangente onde as gerações mais novas tendem a construir as suas atitudes, seleccionando o que, de acordo com a sua opinião, de melhor lhes foi transmitido e reconstruindo os aspectos que avaliam como menos desejáveis.

Todavia, algumas reflexões devem ser efectuadas. Neste processo, convém salientar que a conceptualização dos modelos parentais, ao nível da transmissão de atitudes relativas à família, pode revestir-se de alguns aspectos contextuais que convém ter em linha de conta. Os modelos parentais, assim como as atitudes relativas à família e à parentalidade, podem, por constrangimentos de natureza social, não se traduzir nos comportamentos de facto desejados. Para clarificar esta ideia, podemos aludir ao facto de, muitas vezes, as exigências dos papéis de vida, como, por exemplo, os papéis profissionais, poderem, de algum modo, actuar como barreiras ou obstáculos à concretização dos papéis parentais. Ainda na análise das diferenças entre pais e filhos, convém não esquecer que a formação de atitudes, que se efectua no domínio da família, é também influenciada por factores exteriores à mesma. De facto, e apesar da incontestável influência da família, documentada pelos estudos anteriormente apresentados, também não será de esquecer que as diferenças nas realidades sociais vividas pelas diferentes gerações podem contribuir para que as atitudes entre pais e filhos, no domínio da família, possam divergir. Como exemplo

ilustrativo, os resultados de Figueiredo (2001) comparam, entre outros, os valores e atitudes perante a família entre estudantes universitários e os seus progenitores. Apesar do modelo de família com filhos ser dominante para ambas as gerações, a geração dos filhos atribui-lhes menos importância, o que acaba por se traduzir em atitudes menos favoráveis dos filhos em relação à parentalidade em geral. Os diferentes contextos sociais de vida podem exercer uma influência moderadora neste processo, determinando uma alteração das atitudes das gerações mais novas. Assim, os modelos de valorização da parentalidade, transmitidos de pais para filhos, estão efectivamente presentes na geração mais jovem, embora os novos contextos de vida não permitam a sua plena concretização.

A diferenciação de atitudes, em relação ao papel profissional, entre pais e filhos, em geral, tem sido alvo de diversas análises. O exercício do papel profissional surge, na grande maioria dos casos revestido de um conjunto de exigências pessoais em termos de tempo, disponibilidade psicológica e/ou a necessidade de investimento, que apresentam, quase sempre, implicações para a vida familiar. A actividade profissional condiciona muitas vezes a vida familiar, não apenas ao nível temporal, mas também ao nível psicológico e, sobretudo, ao nível da disponibilidade para exercer o papel parental, tal como ele foi idealizado. Este modelo acaba por ser transmitido às gerações mais novas através da relação pais-filhos. Encontrou-se, por exemplo, uma relação entre a satisfação com o papel profissional das mães e atitudes mais positivas em relação ao papel profissional das filhas. Mesmo em famílias onde a mãe não obteve grande sucesso ao nível escolar e profissional, as estratégias de mobilidade ascendente parecem estar mais presentes nas filhas, por meio do investimento na educação e formação (Boyd, 1989; Wait, Farnes & Witsberger, 1986; Weeks & Botkin, 1987; Torres, 2004). Neste caso, o modelo que realça a dependência económica e social da mãe, com expressões de dominação masculina, é suficientemente saliente nas jovens para as levar a investirem na conquista da sua autonomia, através do referido investimento na educação e formação. As atitudes das mães e das filhas relativamente ao trabalho podem não ser coincidentes neste domínio (Botkin, Weeks & Morris, 2000; Wilkie, 1993; Torres, 2004).

Outros estudos recentes têm-se debruçado sobre a análise das tensões associadas ao desempenho do papel profissional, ao nível das dinâmicas familiares, mais concretamente dos efeitos psicológicos, tanto do próprio como dos restantes elementos da família (Almeida, Wethington & Chandier, 1999; Bolger & Amato, 1994; Carson & Parke, 1996; Inman-Amos, 1993; Larson & Almeida, 1999; Rollins & White,

1982). De um modo geral, parece existir alguma evidência empírica que apoia a hipótese de que o stress profissional se faz sentir ao nível da relação pais-filhos, através do aumento da tensão e do número de conflitos. Esta imagem está impregnada de atitudes negativas perante o trabalho, sendo muitas vezes o papel profissional encarado pelos filhos como algo que os pais têm que fazer, mas que os impede de estar mais tempo com a família. Deste modo, as atitudes que são veiculadas pelos pais relativas ao trabalho acabam por fazer emergir alguma ambiguidade, na medida em que é algo que tem que ser feito, mas que não parece ser gratificante do ponto de vista da relação pais-filhos. As alterações psicológicas decorrentes da sobrecarga no papel profissional, assim como a exposição dos filhos às flutuações de humor dos pais em virtude desse facto, podem desencadear nestes últimos a tomada de consciência de que o papel profissional se reveste de aspectos negativos para o bem-estar subjectivo da família. Neste caso, não desenvolverão atitudes positivas relativas ao investimento no papel profissional, mesmo se os seus progenitores o fazem, desenvolvendo mesmo atitudes e representações negativas em relação ao trabalho (Almeida, Wethington & Chandier, 1999; Cohen, Burt & Bjorck, 1987; Cohen, Coven & Duvall, 1996; Larson & Almeida, 1999; Repetti & Wood, 1997; Roeske & Pleck, 1983).

Este tipo de situações justifica a emergência de um processo de compensação, relativamente à actividade profissional. Estes jovens nem têm atitudes tão positivas quanto os seus pais, nem desejam assumir o mesmo tipo de compromissos que observam nos seus progenitores. De facto, na transmissão intergeracional, é necessário distinguir os conteúdos da transmissão, que correspondem aos valores e atitudes relativas ao desempenho dos papéis profissionais, dos canais de transmissão, que reportam directamente à relação pais-filhos e são influenciadas por variáveis sócio-demográficas, como o nível educacional e sócio-económico dos pais (Gadsen & Hall, 1996; Schonpflug, 1997). Com efeito, na construção das atitudes perante o trabalho, o jovem parte de uma posição originária, constituída pelas imagens herdadas do seu meio de origem (Shapiro & Crowley, 1982). A esta acrescentam-se as experiências decorrentes da sua posição presente, construída a partir das experiências pessoais adquiridas (Pais, 1991; Pais, 1998; Pais & Cabral, 1998). Neste contexto, deve salientar-se que o facto de os jovens terem, entre outros, um nível mais elevado de escolarização do que os seus pais, pode levá-los a desenvolver atitudes perante o trabalho diferentes das dos seus progenitores. Esta situação será ainda mais marcante, na medida em que a posição esperada no



futuro, em termos profissionais, poderá ser bastante diferente das herdadas, quando o jovem está envolvido numa trajectória de mobilidade social ascendente (Pais, 1998; Pais, 2003). Nesta situação, a compensação tenderá a emergir, sobretudo para dar resposta a uma nova realidade laboral, que estes jovens deverão encarar e que pode distanciar-se, em alguns aspectos, tanto dos modelos como das atitudes e valores relativos ao trabalho que lhes foram transmitidos pela família.

Tal como foi anteriormente referido para as atitudes relativas à família, o domínio profissional é provavelmente um dos sectores da vida social que mais se tem alterado ao longo dos últimos anos. Assim, também será previsível que as gerações mais novas tenham que enfrentar novos cenários sociais relativos ao trabalho e ao emprego, o que poderá implicar a necessidade de ajustamento das atitudes relativas àqueles que foram observadas e transmitidas na família, em contextos diferentes. De facto, um estudo efectuado no nosso país compara as atitudes perante o trabalho entre pais e filhos estudantes universitários. Os pais viam o trabalho como um meio de realização pessoal, veiculando atitudes muito positivas relativamente ao exercício do papel profissional, enquanto os filhos apresentavam atitudes menos favoráveis, considerando que aquele era, acima de tudo, uma via de obtenção de rendimentos indispensáveis à vida de adulto (Figueiredo, 2001). Parece evidente que estas modificações de atitudes não podem ser apenas explicadas por um processo de compensação, na medida em as atitudes dominantes são claramente distintas para as duas gerações, sem serem totalmente opostas. Exemplifica, contudo, uma das situações em que se verifica, de facto, uma mudança geracional das atitudes de pais para filhos. Sem omitir a importância da realização pessoal que o trabalho possibilita, e que lhes foi veiculada pelos seus pais, os filhos nem apresentam atitudes tão favoráveis em relação ao trabalho, nem consideram a realização pessoal como principal benefício do mesmo. No quadro deste estudo, a alteração geracional das atitudes entre pais e filhos relativas ao trabalho traduz uma nova postura das gerações mais jovens, em relação ao domínio profissional.

### ***3.2. Compensação de atitudes relativas aos papéis de género e à conciliação de papéis profissionais e familiares***

Se a alteração dos papéis familiares e os movimentos sociais a favor da igualdade vieram introduzir novos conceitos, como, por exemplo, a justiça na

distribuição e no acesso aos diferentes papéis sociais, suscitaram, também, uma necessidade de reflexão em torno dos papéis de género, sobretudo para as gerações mais novas. Assim, e apesar de ainda ser frequente os homens acreditarem que o trabalho doméstico e os cuidados das crianças são maioritariamente tarefas da responsabilidade feminina, que correspondem a um papel de género feminino, a verdade é que as gerações mais novas consideram importante, e desejam mesmo ter, uma família onde os papéis profissionais e familiares seriam partilhados (Thorn & Gilbert, 1998; Torres, 2004). Estas perspectivas, aparentemente contraditórias, podem ter as suas origens nos processos de socialização. As teorias da socialização de género, referentes ao desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade, salientam não só a influência dos modelos familiares, mas também a importância dos contextos de vivência dos indivíduos. Ao analisar a influência dos modelos familiares, importa ter em atenção alguns aspectos. De facto, alguns autores referem que, em qualquer geração, as mulheres são sempre tendencialmente menos tradicionais em relação ao género do que os homens (Chow & Berheide, 1988; Etaugh & Moss, 2001; Famwork Project, 2002; Famwork Project, 2004; Scott, Alwin & Braun, 1996). Diferenças notórias surgem também quando se comparam gerações de pais e filhos, onde estes últimos são, independentemente do género, menos tradicionais do que os seus pais (McBroom, 1987; Scott, Alwin & Braun, 1996; Zuo, 1997). Certos autores explicam esta realidade pelo facto dos pais, muitas vezes, socializarem os seus filhos com atitudes que divergem das suas, o que impede a transmissão intergeracional linear de atitudes em relação a determinados papéis (Acock & Demo, 1984).

Com efeito, existem estudos que não encontram provas de transmissão intergeracional das atitudes perante os papéis de género dos filhos (de ambos os sexos) e de mães que exercem uma actividade profissional, e daquelas que são domésticas, considerando estas últimas como mais tradicionais, em relação aos papéis de género. Nestes estudos, os filhos de ambos os sexos tinham sempre atitudes mais igualitárias, em relação aos papéis de género, do que as mães (Corder, Stephan, 1984; Kiecolt & Acock, 1988). Parece, assim, existir uma influência de outros agentes de socialização, nomeadamente o contexto de pares, os contextos escolares e dos irmãos, só para referir alguns, que exercem uma influência socializadora muito difícil de ser avaliada ao nível empírico (Acock & Demo, 1984).

Além disso, os constrangimentos de ordem social podem, de algum modo, dificultar a implementação de comportamentos que traduzam atitudes mais igualitárias em relação ao género e justificar as diferenças encontradas entre atitudes e

comportamentos. Assim, no domínio dos papéis familiares e profissionais, mulheres com atitudes igualitárias em relação ao género tinham famílias com comportamentos não igualitários, onde os homens pouco participavam ao nível dos papéis familiares (Deutsch, 1999). Também famílias de duplo-emprego, com atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, tendem, na prática diária, a apresentar uma divisão tradicional no que se refere aos papéis familiares e profissionais (Fine, Voydanoff & Donnelly, 1993). Algumas famílias com atitudes tradicionais em relação aos papéis de género acabam por partilhar algumas tarefas, nomeadamente em relação ao cuidado das crianças (Deutsch, 1999). Para além disto, em famílias com um nível educacional elevado associado a um nível económico superior, existe uma tendência para que as tarefas domésticas não sejam efectuadas por nenhum dos progenitores, mas sim por outra pessoa que tem essa função (empregada doméstica).

Pode concluir-se que o facto da mãe trabalhar fora de casa é de tal modo frequente que é visto como normal e, como tal, não é suficientemente saliente para suscitar uma alteração de atitudes mais tradicionais relativas aos papéis de género na família. Estas questões de relativa incongruência entre atitudes e práticas acabam por se revelar nos modelos familiares de divisão de tarefas. Permanece então a questão: serão mais as atitudes dos pais ou mais as práticas familiares que influenciam as atitudes dos descendentes destas famílias? O recente estudo de Sabattini & Leaper (2004) não encontrou diferenças nas atitudes em relação aos papéis de género, de acordo com o modelo de família, onde aqueles são mais ou menos partilhados. O crescente desenvolvimento, tanto das instituições de apoio como do trabalho contratado, tem um papel fundamental para a conciliação das tarefas, sobretudo para as famílias de classe média alta e alta. Assim, e sabendo que o papel profissional é partilhado pelo pai e pela mãe, a tão aclamada referência à partilha de tarefas domésticas, como sendo um modelo para a transmissão de atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género entre pais e filhos, parece pouco relevante, enquanto fonte de influência para a socialização dos papéis de género ao nível familiar (Sabattini & Leaper, 2004).

## **Síntese**

As Ciências Sociais, nos seus diferentes ramos, têm apresentado várias definições de família que se interceptam, por um lado, na diversidade de conceitos específicos de cada disciplina e, por outro lado, na sobreposição conceptual que a

definição de família envolve. Na Psicologia, a tradição de inspiração sistémica assume que a família se apresenta como um grupo de indivíduos interdependentes que partilham uma história de vida ou, parafraseando Vicente (1998), “a família é uma daquelas instituições àcerca da qual todos e todas fazemos uma representação, que identificamos com facilidade, mas que depois temos dificuldade em encontrar uma definição (...) penso ser difícil definir família se não como um espaço de pertença relacionalmente significativo” (p.28).

Uma das principais funções da família consiste na transmissão de valores e atitudes, através do processo de socialização das gerações mais jovens. De igual modo, a exposição dos filhos aos modelos parentais, adoptados pela sua família, acaba por se constituir como uma das principais formas de aprendizagem dos papéis de adulto. Assim, surge o designado “processo de transmissão intergeracional”, que permite a formação dos valores e atitudes necessários à promoção do desenvolvimento psicológico dos jovens e ao desenvolvimento das suas atitudes relativas ao futuro papel de adultos.

Apesar de a adolescência ser a mais importante fase do desenvolvimento e formação de atitudes, será conveniente questionar a importância e a influência dos modelos de transmissão intergeracional que se estabelecem no final dela e início da vida adulta. Recorde-se o que escrevemos no Capítulo 1, sobre a dependência dos jovens relativamente aos pais, até idades mais avançadas, perspectivando-se uma tendência para o adiamento de tarefas psicossociais, que tradicionalmente eram encarados como marcadores da transição para a idade adulta. Tanto no que diz respeito às atitudes subjacentes ao estabelecimento de objectivos de vida como, inclusivamente, ao nível do planeamento dos papéis característicos da idade adulta, podem surgir não apenas novas opções, como algumas delas podem resultar da interacção das dinâmicas sociais com os níveis de desenvolvimento psicológico do próprio jovem, e do jovem relativamente à sua família de origem. Por outro lado, a posição social independente que se adquire no início da idade adulta é, de uma forma clara, um factor de predição tanto da posição social, como do estatuto social que se irá alcançar no futuro, enquanto adulto, o que de igual modo se aplica à formação de orientações de valores e atitudes relativas aos papéis de adulto. Deste modo, a transmissão intergeracional pode ilustrar, ao nível da comparação de valores e atitudes entre gerações de pais e filhos, o modo como cada uma delas qualifica tanto os valores, atitudes e comportamentos mais favoráveis, como uma integração dos diferentes papéis de vida. Contudo, e apesar de, num quadro de reprodução social,

existir uma relativa harmonia entre estas diferentes posições sociais herdadas na família, uma vez que os destinos prováveis (imagens projectadas) são linearmente determinados pelas imagens herdadas e adquiridas (posições originárias que também determinaram as posições presentes) nas sociedades de mobilidade social mais marcada, estas imagens podem entrar em conflito e os projectos de vida não serem uma tradução mecânica dos modelos herdados ou adquiridos. Torna-se, então, necessário caracterizar os jovens de acordo com os seus diversos padrões de socialização, ou seja, de acordo com os associados ao seu meio de origem e ao seu meio de orientação.

Apesar do tipo de influências da família nos seus descendentes poder ser encarado de acordo com diferentes perspectivas, é praticamente inquestionável o facto de permitirem, nas suas práticas diárias e ao longo do seu ciclo vital, enfrentar tarefas de construção das temáticas familiares, por meio da transmissão aos seus membros. Esta efectua-se num quadro de referência baseado na contextualização social das normas, dos valores e das atitudes, que promove o estabelecimento de uma congruência satisfatória das imagens individuais na família e sua integração nos modelos sociais mais valorizados. Existem, deste modo, particularidades nas relações familiares, que se traduzem em modelos de transmissão intergeracional, que, no contexto das famílias com filhos adultos, se assumem com características específicas. A constituição das atitudes está intimamente ligada a processos de regulação social, onde a família tem um papel determinante nas opções de vida das gerações mais novas.

Ao nível dos processos de transmissão familiar, convém destacar que os modelos não são nunca repetíveis, podendo ter uma maior ou menor proximidade com os modelos parentais. No entanto, assumindo uma perspectiva menos determinista, destaca-se que, em qualquer contexto social, o processo de transmissão intergeracional não conduz necessariamente a uma replicação constante da cultura nas gerações seguintes. Este processo tende para uma posição intermédia, entre uma forma de transmissão de carácter mais reprodutivo, ou seja, com pequenas alterações, até quase uma negação dessa transmissão, onde a geração mais nova apresentaria um quadro cultural completamente distinto do dos seus progenitores. De facto, é na intercessão destas duas perspectivas que encontramos a possibilidade de renovação e mudança, assim como a possibilidade da manutenção de valores-âncora, que permitem uma continuidade cultural entre gerações. O papel da família assume, aqui, um posicionamento ímpar, ao nível do exercício de capacidade de envolvimento da

geração mais nova, de modo a possibilitar a emergência de uma orientação de vida baseada simultaneamente em valores que permitam o desenvolvimento da identidade dos descendentes e na capacidade de assumir atitudes e opções de vida, com níveis de funcionalidade elevados para lidar com as contingências sociais.

### CAPÍTULO 3

#### A CONCILIAÇÃO DOS PAPÉIS FAMILIARES E PROFISSIONAIS

O interesse pelas relações entre o desempenho de papéis profissionais e familiares surge após a segunda Guerra Mundial, em consequência do incremento do número de mulheres que começou a aliar ao seu papel na família um papel ao nível do mercado de trabalho (Edwards, 2001). Na origem desta realidade estão, por um lado, um aumento de oportunidades de emprego para as mulheres e, por outro lado, as crescentes exigências económicas para a manutenção da família, que se traduziram na necessidade de ambos os elementos do casal contribuírem para obter o bem-estar económico da família. Deste modo, o tipo de família em que só o elemento masculino tinha o papel de “ganha-pão” e o elemento feminino tinha um papel exclusivo de manutenção da família e do lar, deu progressivamente lugar a um modelo em que o rendimento familiar provém do exercício de uma actividade profissional, por parte dos dois elementos do casal (Edwards, 2001). Esta nova configuração familiar levou os cientistas sociais a preocupar-se com as possíveis consequências da competição, para as mulheres, entre o exercício de uma actividade profissional e a organização da vida familiar, sobretudo ao nível dos cuidados com o lar, mais concretamente na execução das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. O estudo das relações entre os papéis profissionais e familiares surge, deste modo, pela primeira vez na literatura científica, por volta dos anos 60, com os trabalhos de Rapoport. Nestes estudos, que posteriormente foram designados por “estudos sobre famílias de duplo-emprego e dupla-carreira”, a temática central prendia-se com a análise do conflito entre o trabalho e a vida pessoal em casais britânicos. Na época, o trabalho e a família eram encarados como domínios separados, existindo apenas uma ligação conceptual entre estas duas áreas de vida dos sujeitos.

Posteriormente, surge a necessidade de se considerar que estes dois domínios são interdependentes e estão sob a influência dos papéis de género, dado que estes definem a divisão de papéis, tanto na família como no trabalho. Nesta linha, em 1977, Kanter elabora uma revisão de estudos sobre as interacções entre o exercício dos papéis profissionais e familiares na sociedade americana, contribuindo, de forma decisiva, para a divulgação desta temática enquanto domínio de investigação. Inaugura-se, assim, uma nova vaga de estudos, que se centram na identificação das

bases culturais que orientam tanto a vida familiar como os contextos de trabalho e que tipificam as relações entre estes dois contextos de vida. Surge, ainda, a preocupação com as práticas de equidade de género, tanto no trabalho como na família, temática também largamente explorada pelas correntes feministas, a partir dos anos 80. Nesta época, aparece também, pela primeira vez, o estudo do conflito entre trabalho e vida familiar.

Estes estudos, na sua globalidade, vieram dar às relações trabalho-família uma ênfase particular enquanto objecto de estudo científico, o que não tardou a traduzir-se em intervenções sociais em áreas específicas. Para exemplificar, no domínio sócio-político, o interesse pelas relações entre trabalho e família manifestou-se, a partir dos referidos anos 80, pela publicação das leis da igualdade de oportunidades. É, contudo, de realçar que as práticas sociais nem sempre acompanharam os esforços legislativos e, em termos práticos, ainda hoje, a igualdade não está completamente garantida, nem no domínio do trabalho, nem no domínio da família. No domínio do trabalho, as investigações continuam a evidenciar desigualdades, por exemplo, ao nível do acesso a certos tipos de actividade e do progresso nos contextos de trabalho, com situações de salários desiguais e desigualdade na profissão e nas carreiras profissionais, situação em geral desfavorável para as mulheres. De um modo geral, estes estudos documentam o facto dos estereótipos de género permanecerem ao nível dos contextos profissionais. No domínio familiar, igualmente a persistência mais ou menos generalizada de modelos culturais que identificam a mulher com o seu papel na família e no lar, acaba por gerar assimetrias na participação de homens e mulheres na vida familiar e tende a sobrecarregar estas últimas, sobretudo em virtude da acumulação dos papéis profissionais e familiares, criando por vezes o chamado dilema trabalho-família (Edwards, 2001). Não restam dúvidas de que as relações entre o desempenho de papéis profissionais e familiares continuam a ser uma temática de particular interesse na actualidade.

No ponto que se segue vamos analisar com maior detalhe o conflito entre papéis familiares e profissionais e suas implicações ao nível pessoal, familiar e profissional.

## **1. O conflito entre os papéis profissionais e familiares**

### **1.1. Aspectos gerais**

Uma das perspectivas mais referenciadas na literatura, pelo seu carácter precursor no estudo das relações entre papéis familiares e profissionais, é a análise do conflito de papéis. De facto, a maioria das famílias tem os dois elementos do casal a



trabalhar fora do lar, o que por um lado permite que a família usufrua de um conjunto de benefícios, por outro faz com que a gestão das obrigações familiares e profissionais pode não esteja isenta de conflito (Frone, Russel & Cooper, 1992; Frone, Yardley & Markley, 1997a; Frone, Russel & Cooper, 1997b; Frone, 2000a; Frone, 200b; Greenhaus & Beutell, 1985; O'Neil, Greenberger, & Marks, 1994).

Esta perspectiva considera que o exercício dos papéis de vida, como os papéis profissionais e familiares, está interligado. Assim, os aspectos negativos, associados ao desempenho de um dos papéis de vida do sujeito, não podem deixar de ter um impacto no exercício dos outros papéis, através de um efeito de contaminação negativa (*negative spillover effect*). É o que sucede quando o desempenho de um dos papéis dificulta o desempenho do outro que suscita um conflito entre eles (Greenhaus & Beutell, 1985). Os estudos sobre este conflito têm-se centrado, tanto na transmissão de atitudes, ou “estados de humor negativos”, de um domínio para o outro (Parry, 1987; Grzywacz, Almeida & McDonald, 2002), como nos efeitos da competição na utilização dos recursos, como, por exemplo, o tempo disponível para o exercício concomitante dos vários papéis de vida (Carlson, 1999; Carlson & Kacmar, 2000; Frone, Russel & Cooper, 1992; Frone, Yardley & Markley, 1997a; Frone, Russel & Cooper, 1997b; Frone, 2000a; Frone, 200b; Greenhaus & Beutell, 1985; O'Neil, Greenberger, & Marks, 1994). De entre as análises mais recentes sobre esta temática, destaca-se o modelo de Edwards & Rothbard (2000), que descreve a existência de três tipologias de conflito: o conflito baseado no tempo, que surge quando os sujeitos não dispõem do tempo que consideram suficiente para o cumprimento satisfatório das obrigações associadas a cada um dos papéis de vida; o conflito baseado na pressão associada ao exercício concomitante de papéis, que ocorre quando a insatisfação no exercício de um papel dificulta a resposta às exigências do outro papel. Por último, o conflito comportamental, que surge quando os comportamentos aprendidos e mesmo reforçados no exercício de um dos papéis não são válidos para o desempenho de outros papéis, sendo mesmo disfuncionais, pois o indivíduo tem dificuldades em adaptar-se às novas exigências do outro papel. No primeiro tipo de conflito, baseado no tempo, integra-se o estudo de O'Neil, Greenberger, & Marks (1994) que concluiu que, quando o indivíduo dedica muito tempo ao exercício de um dos papéis, seja profissional, familiar ou outro (por exemplo, um papel de carácter social ou político), surgem sentimentos de esgotamento ou sobrecarga, que vão influenciar o desempenho dos outros papéis de vida. Este sentimento de sobrecarga, associado ao desempenho de um dos papéis, é apontado como um dos principais factores

responsáveis pelo desencadear do conflito de papéis (Greenhaus & Beutell, 1985; O'Neil, Greenberger, & Marks, 1994) e pode fazer-se sentir tanto no exercício do papel profissional, como no exercício do papel familiar, o que desencadeará um conflito, que se direcciona do trabalho para a família ou da família para o trabalho. Contudo, e independentemente da origem do conflito se situar no trabalho ou na família, os estudos indicam que o conflito de papéis é sentido de forma mais notória quando se exerce uma actividade profissional a tempo inteira (Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Crouter, Bumpus, Maguire, & McHale, 1999; Moen & Dempster-McClain, 1987).

Frone (2000a) acrescenta que tantas as exigências de cada um dos papéis (por exemplo, em termos de tempo disponível para exercer o papel e tempo desejado pelo sujeito para o envolvimento psicológico com o papel), como as características do próprio sujeito (por exemplo, níveis elevados de neuroticismo e depressão) são variáveis que contribuem para o aumento da conflitualidade entre papéis. Em qualquer dos casos o conflito entre papéis profissionais e familiares apresenta consequências ao nível do bem-estar individual, familiar e profissional (Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Carlson & Frone, 2003; Crouter, Bumpus, Maguire, & McHale, 1999; Frone, 2000b).

Além disso, quanto à direcção das consequências do conflito de papéis, torna-se importante distinguir dois tipos. Quando este ocorre ao nível do trabalho e se repercute na vida familiar, os autores identificam tanto consequências ao nível do indivíduo (onde se destacam o desenvolvimento de depressão, baixa auto-estima, fraca saúde física e consumo de substâncias aditivas) (Frone, 2003a), como ao nível da dinâmica familiar (insatisfação geral com a família e com a relação conjugal, fraca participação nas actividades familiares, ausência em momentos importantes da vida familiar e dificuldades de interacção com os filhos) (Crouter *et al.*, 1999; Frone, 2003a). Quando o conflito se manifesta da família para o trabalho, destacam-se consequências como baixo desempenho profissional, insatisfação profissional, elevado absentismo e mudanças frequentes de actividade profissional, bem como problemas de saúde física e mental (Carlson & Kacmar, 2000; Carlson & Frone, 2003; Frone, 2000a; Michaels, Edwards & Acock, 1994). Estas consequências são cumulativas quando o conflito é bidireccional, ou seja, trabalho-família e família-trabalho, ou quando o sujeito apresenta determinadas características de personalidade, como, por exemplo, introversão, elevado neuroticismo e baixa auto-estima (Carlson & Frone, 2003; Lewis & Cooper, 1983; Frone, 2000a).

Em síntese, pode constatar-se que os efeitos do conflito de papéis não só se

manifestam ao nível do desempenho dos próprios papéis, como podem ter consequências ao nível do bem-estar individual, no desempenho desses papéis e ainda ao nível da vida da família em geral e dos filhos em particular. Por isso é importante analisar a direcção do conflito, como o efeito que este pode desencadear tanto ao nível individual, como familiar e profissional.

A crescente atenção que a literatura tem dedicado ao estudo das relações, muitas vezes conflituosas, entre o trabalho e a família, assim como o destaque que a comunicação social dá à temática, são testemunhas das responsabilidades crescentes e muitas vezes competitivas entre o trabalho e a família, e facto do equilíbrio constituir um dos maiores desafios na vida das famílias de duplo-emprego e de dupla-carreira. Apesar das alterações sociais e das diversas modificações ao nível do trabalho e da vida familiar, o conflito entre papéis familiares e profissionais parece manter-se como uma temática de grande actualidade (Edwards & Rothbard, 2000, Grzywacz, Almeida & McDonald, 2002; Frone, 2000b; Milkie & Peltola, 1999; Voydanoff, 1999).

Contudo, e como sugeriram os estudos anteriores, as exigências dos papéis profissionais e familiares, sobretudo destes últimos, podem ser diferentes para homens e mulheres. Assim, cruzamo-nos com um dos aspectos que poderá diferenciar este processo: o impacto do género exercício dos papéis de género no conflito entre papéis profissionais e familiares.

### ***1.2. Diferenças de género no conflito entre papéis profissionais e a divisão do trabalho doméstico***

Apesar das alterações que os papéis de género têm sofrido por força das alterações sociais, o género é ainda visto como uma base legítima e ideologicamente aceitável para a distribuição dos direitos, poder e responsabilidades no exercício dos papéis profissionais e familiares (Bielby & Bielby, 1989; Gutek, Nakamura & Nieva, 1981; Franks, 1999; Hoffman & Pasley, 1984; Hughes & Galinsky, 1988; Jackson, 1997; Major, 1993; Poeschl, 2002). Tal como foi evidenciado no início deste capítulo, o género, desde sempre, diferenciou o exercício dos papéis profissionais e familiares por parte de homens e mulheres. No entanto, nos contextos de trabalho actuais, a mulher não só tende a exercer actividades em quase todos os sectores, como os horários de trabalho e as exigências inerentes ao mesmo são, na maioria dos casos, idênticas para homens e mulheres (Cabral-Cardoso, 2003; Gianakos, 2000; Gutek, Searle & Klepa, 1991; Inglez, 1997; Peterson & Gerson, 1993). Pode, assim, falar-se, na

maioria dos casos, de igualdade em termos de exigências de disponibilidade para o papel profissional. Já que a participação das mulheres no mercado de trabalho constituiu uma grande mudança para os papéis de género neste domínio, seria esperado que esta transição afectasse a organização da vida familiar, mais concretamente a realização das tarefas domésticas (Arrighi & Maune, 2000; Baxter, 2000; Stier & Lewin-Epstein, 2000). Porém, a literatura aponta para duas evidências contraditórias neste campo: por um lado, as atitudes relativas aos papéis de género mudaram no sentido de uma ideologia de género mais igualitária mas, por outro lado, a divisão das tarefas e responsabilidades domésticas não se modificou na mesma extensão. Historicamente, a família foi-se constituindo como uma “fábrica de género”, onde a polarização do masculino e do feminino foi desenvolvida e, de algum modo é, mantida até aos dias de hoje (Mikula & Freudenthaler, 2002; Risman & Johnson-Sumerford, 1998). De facto, numa análise pormenorizada da vida familiar, facilmente se observa que as mulheres efectuem a maioria das tarefas ligadas à casa e aos filhos, o que se relaciona com o facto de as mesmas terem sido definidas culturalmente como femininas. No campo das relações entre papéis de género e do exercício de actividades ligadas com o lar, o trabalho doméstico aparece como um dos domínios mais explorados pela literatura. Tanto nos primeiros estudos que versam as famílias de duplo-emprego e de dupla-carreira, como em alguns mais recentes, não foram encontradas famílias em que existisse uma divisão igualitária do trabalho doméstico (Gupta, 1999; Helms-Erikson, 2001; Lavee & Katz, 2003; Mikula, 1998; Mereder, 1993; Pittman, Kerpelman, Solheim & Wei, 1999; Kluwer, Ester & Mikula, 2002; Kullik & Raynan, 2003; Risman & Johnson-Sumerford, 1998). Contudo, na época, foi avaliado como positivo pelas mulheres o facto de os maridos lhes permitirem ter um emprego e uma carreira, sendo considerado excessivo esperar que estes dessem um contributo para o trabalho doméstico (Risman & Johnson-Sumerford, 1998). É assim que a divisão assimétrica, no que se refere às responsabilidades familiares, tem sido alvo de análise, na medida em que parece suscitar sentimentos de sobrecarga e tornar conseqüentemente, o conflito de papéis, mais notórios nas mulheres do que nos homens. Mintz & Mahalik (1996) identificaram três tipologias familiares para famílias de duplo-emprego, baseadas na distinção dos papéis de género femininos e masculinos no contexto intrafamiliar. Designam-se, respectivamente, por “famílias tradicionais”, “famílias participativas” e “famílias com partilha de tarefas”. Especificando um pouco mais o tipo de dinâmica subjacente a cada uma delas, constata-se, que nas famílias tradicionais, apesar das mulheres

trabalharem fora do lar, tal como os homens, são elas as responsáveis exclusivas pela realização das tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças. Já nas famílias participativas, o homem participa na educação das crianças, enquanto a mulher efectua as tarefas domésticas. Nas famílias com partilha de tarefas, como a própria designação indica, ambos os elementos do casal estão envolvidos quer na educação das crianças, quer nas tarefas domésticas. Esta tipologia descreve as famílias ao longo de um contínuo, que vai dos papéis de género tradicionais, onde cada papel é visto como distinto para homens e para mulheres, até uma perspectiva que se lhe opõe, designada por “não tradicional”, que se caracteriza pela flexibilidade e a partilha total dos papéis entre homens e mulheres no âmbito familiar, já que, no âmbito profissional, isso está garantido (Mintz & Mahalik, 1996). Todavia, os autores sustentam que a partilha efectiva de papéis, que seria a perspectiva em que o conflito entre eles se mostraria menor para as mulheres, tende a ser a perspectiva que se encontra com uma menor frequência nas unidades familiares. Se bem que o envolvimento dos homens no trabalho doméstico apresente variações consideráveis entre países e nos diferentes níveis sócio-económicos, em cada país, ainda está, na maioria dos casos, longe de ser idêntico ao das mulheres (Famwork Project, 2004; Rachlin, 1987; Stier & Lewin-Epstein, 2000). Esta realidade é também válida para o contexto nacional (Famwork Project, 2004; Poeschl, 2000; Torres, 2004). Deste modo, a acumulação de papéis familiares e profissionais torna-se mais susceptível de gerar sentimentos de sobrecarga e de conflito nas mulheres. Tal facto foi documentado por vários autores, que identificaram nelas, mais do que nos homens, sintomas de mal-estar físico e psicológico, tais como níveis elevados de depressão e ansiedade associados ao conflito de papéis (Parry, 1987), e ainda níveis mais elevados de sobrecarga e conflito de papéis do que aqueles (Grzywacz, Almeida & McDonald, 2002).

Já que os desafios da conciliação aumentam ainda mais quando o casal tem filhos, os parágrafos que se seguem analisam a importância da parentalidade na participação dos homens e das mulheres nas tarefas da vida familiar.

### ***1.3. Diferenças de género no conflito entre papéis profissionais e o papel parental***

Também no domínio dos cuidados e da educação das crianças, tradicionalmente, as mães e os pais assumem diferentes papéis. O papel da mãe tem

sido associado aos cuidados primários e o papel do pai à providência dos bens materiais de que a criança necessita. A continuidade da diferenciação do envolvimento dos progenitores nos cuidados da criança pode ser devido a factores de natureza cultural, factores que influenciam tanto as expectativas dos próprios relativamente ao seu papel parental como as expectativas relativamente ao papel do seu cônjuge (Parry, 1987).

Contudo, na actualidade o modelo tradicional dos papéis parentais pode estar a sofrer algumas alterações, não só pelo facto de ambos os progenitores exercerem uma actividade remunerada, como também por questões de natureza cultural e social, que alertam e valorizam cada vez mais o envolvimento de ambos os pais no acompanhamento dos filhos (Willie, 1995). A partir do início dos anos 80, de acordo com Risman & Johnson-Sumerford (1998), surgem estudos em que os casais consideram que partilham os papéis familiares relativos aos filhos, embora, na verdade, esta partilha seja mais a nível ideológico do que prático. De facto, nestes estudos foram referenciados que muitos destes homens, partilham a ideologia dos anos 60 e 70, defensora de valores não discriminatórios relativos aos sexos, raças e não violência para o bom desenvolvimento de todos, inclusivamente das crianças. Além disso, os elementos destes casais eram, na sua grande maioria universitários, e trabalhavam em actividades ligadas à educação e à solidariedade social (Risman & Johnson-Sumerford, 1998). No final dos anos 80, alguns estudos já documentavam a divisão igualitária do papel parental em casais que desejavam promover um ambiente familiar harmonioso para o crescimento dos seus filhos, embora esta divisão fosse limitada à partilha de algumas actividades de acompanhamento dos filhos (por exemplo, acompanhamento escolar). Não será por acaso que um grande número de estudos tem dedicado a sua atenção às experiências e consequências do denominado "segundo turno" (*Second Shift*) que as mulheres que exercem uma actividade profissional têm que desempenhar, depois da sua actividade laboral, e que inclui, entre outras coisas, cuidar das crianças (Milkie & Peltola, 1999).

Passou-se desta fase centrada nas repercussões psicossociais da actividade profissional feminina no desenvolvimento das crianças e adolescentes para, a partir dos anos 80, se desenvolver um novo campo de estudos da parentalidade, focalizado nos efeitos da actividade profissional, ao nível individual e da dinâmica familiar. Nesta linha, destaca-se um conjunto de estudos acerca dos sentimentos de sobrecarga das mulheres, quando acumulam o papel parental com o papel profissional (Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Ingersoll-Dayton, Neal & Hammer, 2001), assim como

estudos que dão conta de uma relação negativa entre a necessidade de investimento no trabalho e o envolvimento no papel parental, por parte das mulheres (Greenberger & Goldberg, 1989).

Outros estudos centram-se na importância de variáveis de natureza social, que contribuem para a diminuição do conflito trabalho-família nas mulheres, como por exemplo, a existência das redes de apoio social (Chen & Kaplan, 2001). Em qualquer dos casos, e apesar de alguns estudos relatarem que os casais de dupla-carreira, e com níveis educacionais superiores, tendem a ser mais equitativos nos cuidados com as crianças (Dancer & Gilbert, 1993; Rosenbaum & Cohen, 1999; Shelton & Dauphne, 1996), as mães continuam a investir mais fortemente no seu papel parental que os pais. Consideram-se as principais prestadoras de cuidados aos filhos e mesmo quando exercem uma actividade profissional a tempo inteiro, sentem, com alguma frequência, um conflito entre os seus papéis familiares e o profissional (Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Ingersoll-Dayton, Neal & Hammer, 2001).

Quanto ao exercício do papel parental por parte dos homens, não há estudos que realçam a existência de conflitos entre o exercício do papel parental e do papel profissional. Contudo, o estudo de Coltrane (2000) revelou que o envolvimento dos homens no papel parental, apesar de promover activamente sentimentos de bem-estar subjectivo se traduz num certo desinvestimento ao nível do seu papel profissional.

Por último, as diferenças identificadas pelos estudos ao nível da conciliação dos papéis familiares e parentais, de acordo com o género, variam também em função das etapas do ciclo de vida familiar, o que pode traduzir-se em momentos de maior ou menor dificuldade neste processo. Certamente que a chegada de um descendente, por exemplo, pode determinar um investimento maior nos papéis familiares mas, passado o período de adaptação a esta mudança, a gestão habitual dos papéis familiares e profissionais pode ser retomada. Será também nestes períodos de mudança que as dificuldades de conciliação, ou mesmo o conflito entre papéis, poderão fazer-se sentir com maior intensidade, em ambos os progenitores, independentemente do género. Contudo, mesmo tendo em consideração estas variações, o conflito de papéis parental só foi claramente documentado na literatura no caso das mulheres (Almeida, Wethington & Chandler, 1999; Ingersoll-Dayton, Neal & Hammer, 2001; Sthos, 2000).

## **2. Interferências positivas entre papéis**

### **2.1. O equilíbrio entre papéis profissionais e familiares**

#### **2.1.1. Aspectos gerais**

Mesmo existindo uma quantidade apreciável de estudos centrados sobre o conflito de papéis e suas consequências, a análise das relações entre papéis profissionais e familiares não se esgota nesta perspectiva. A "Teoria da Valorização do Papel" (*Theory of role enhancement*) constitui-se como um dos primeiros quadros teórico, que parte do pressuposto de que o trabalho profissional pode influenciar positivamente a família, e vice-versa (Sieber, 1974). A tese fundamental do autor baseia-se no princípio segundo o qual o desempenho simultâneo de vários papéis, ou a acumulação de papéis, facilita o acesso a recursos, que podem ser úteis para o desempenho de outros papéis (por exemplo, os recursos económicos provenientes do exercício de uma actividade profissional podem ser utilizados na melhoria das condições de vida familiar). Assim, os recursos obtidos, bem como, as competências individuais desenvolvidas no exercício concomitante de vários papéis, podem desencadear resultados positivos, tanto no domínio familiar, como no domínio profissional. Alguns estudos demonstraram a influência positiva do exercício de uma actividade profissional remunerada, no exercício mais satisfatório do papel parental (Orthner & Pittman, 1986; Kirchmeyer, 1992; Hughes & Galinsky, 1994). Outros estudos comprovaram que os sentimentos de bem-estar físico e psicológico, decorrentes do exercício do papel profissional, têm repercussões positivas na vivência do papel familiar (Barnett & Hyde, 2001). Parece, portanto, que a possibilidade de investir em vários papéis de vida pode ser vista como um estímulo e um desafio, que potencia o desenvolvimento do indivíduo e do casal.

Assim, o conceito de equilíbrio de papéis (*role balance*) de Marks & McDermid (1996) realça que, apesar do mesmo indivíduo poder estar intensamente envolvido num ou noutro papel, consoante as circunstâncias, o "equilíbrio dos papéis" apresenta-se como uma orientação geral, ou corresponde a uma certa predisposição para integrar os múltiplos papéis de vida. Esse equilíbrio organiza-se, deste modo, em torno de comportamentos que actuam transversalmente em todos os papéis de vida e que permitem alcançar um equilíbrio satisfatório, ao nível da concretização de cada um deles (Marks & McDermid, 1996). De acordo com esta perspectiva, o indivíduo faz ajustamentos constantes, transferindo aspectos positivos de um papel para outro, tanto na profissão como na família, de modo a que o resultado final traduza um



sentimento de equilíbrio. Contudo, é de realçar que este equilíbrio é dinâmico e sustentado pelas experiências e aprendizagens que são transferidas do trabalho para a família, e vice-versa. Para a análise da conciliação da vida familiar e profissional, um equilíbrio satisfatório entre os papéis podem ter repercussões no bem-estar psicológico dos indivíduos, tal como foi encontrado nos estudos de Marks & MacDermid (1996).

### **2.1.2. Percepção das diferenças de género no equilíbrio de papéis**

Se o género representa, como foi visto anteriormente, um factor de diferenciação na análise do conflito entre papéis profissionais e familiares, também seria, de algum modo, esperado que o mesmo pudesse acontecer ao nível da percepção de equilíbrio no exercício desses papéis e dos seus efeitos. Assim, e dado que o conceito de equilíbrio de papéis está associado ao sentimento de harmonia no seu desempenho, se retomarmos as questões associadas à distribuição do trabalho pago e do trabalho não pago na família, as crenças acerca do equilíbrio de papéis podem ser diferentes para homens e mulheres. Apesar dos estudos não serem abundantes, destacam-se algumas que comparam as percepções de homens e de mulheres sobre o equilíbrio de papéis e que identificam os factores que estão associados ao seu sucesso para uns e para outros (Milkie & Peltola, 1999; Marks, Huston, Johnson & McDermid, 2001). Por um lado, o facto das responsabilidades familiares das mulheres tenderem a ser maiores às quais acrescem as suas responsabilidades profissionais, leva-as a apresentarem percepções de equilíbrio de papéis inferiores às dos homens (Milkie & Peltola, 1999). Algumas mulheres afirmam, que o trabalho e a família surgem frequentemente como domínios competitivos, os quais, exercendo pressões constantes, as levam a ter dificuldade em sentir o equilíbrio de papéis (Milkie & Peltola, 1999).

Marks, Huston, Johnson & McDermid (2001) sugerem que o equilíbrio de papéis familiares e profissionais pode variar em função da ideologia àcerca dos papéis de género. Os autores partiram do pressuposto de que a percepção de equilíbrio de papéis nas mulheres será maior, quando as suas atitudes relativas ao género forem menos liberais, portanto mais tradicionais. Na sua perspectiva o ajustamento é mais fácil nas famílias tradicionais, porque existe uma divisão clara entre o papel feminino e masculino. Também no caso masculino, os autores postulam

a existência de uma relação negativa entre o liberalismo perante os papéis de género e o equilíbrio nesses papéis, uma vez que um maior liberalismo significaria renunciar aos benefícios do contexto social de género tradicional, onde o papel masculino de sustentador económico da família é valorizado e dispensa a participação noutros papéis familiares. As hipóteses dos autores foram aliás confirmadas.

O mesmo estudo permitiu ainda destacar dois aspectos particularmente inovadores. O primeiro diz respeito à influência do factor económico: quando aumentam os constrangimentos económicos, o sentimento de equilíbrio diminui, sendo esta realidade verificada em ambos os géneros. Um segundo relaciona-se com o domínio da partilha de tarefas, dado que o sentimento de equilíbrio aumenta, tanto para homens como para mulheres, quanto maior envolvimento existe nas actividades com as crianças. Este aspecto é de especial importância para as mulheres, que salientaram que o envolvimento dos seus companheiros no cuidado das crianças contribui para o seu sentimento de equilíbrio de papéis. Deste estudo, destaca-se ainda a importância, para a percepção de equilíbrio de papéis das mulheres, de conciliarem o seu papel maternal e profissional de uma forma satisfatória. Apesar de este tema ter sido analisado desde os anos 80, parece que ainda hoje se torna relevante encontrar respostas concretas sobre o modo de conciliar a maternidade com a actividade profissional remunerada, ou de obter reconhecimento pelo trabalho que a maternidade implica sobre a forma a por um lado, ultrapassar algumas discriminações que são documentadas pela literatura assim como para fomentar e melhorar o empenho dos homens na sua tarefa parental (Hare-Mustin & Marecek, 1989; Matlár, 2002; Unger, 1998; Voydanoff, 1999). Assim, sem negar a influência positiva do feminismo igualitário que pretendia uniformizar os sexos, levando as mulheres a imitar os homens, o feminismo de género dos nossos dias assenta no desenvolvimento condições sociais que preservem a igualdade de género para as esferas do trabalho e da família tendo em conta as especificidades de homens e mulheres (Ferreira, 1993, Ferreira & Tavares, 2000; Fontaine *et al.*, 2004; Matlár, 2002; Unger, 1998; Ridgeway & Smith-Loven, 1999). A este propósito, Matlár (2002) refere: “tendo vivido a minha vida adulta num ambiente social e político dominado pelo feminismo igualitário, considero que, em termos gerais, ele foi muito positivo para as mulheres e penso que os homens aprenderam muito sobre a co-responsabilidade na família e a igualdade no trabalho” (p. 18). Em síntese, verifica-se que o género, enquanto ideologia, influencia a participação diferencial dos homens e mulheres nos papéis profissionais e familiares

e, aparece, desde logo, associado a uma maior dificuldade em perceber o equilíbrio de papéis, por parte das mulheres, quando comparadas com os homens.

## **2.2. Modelo da facilitação entre papéis profissionais e familiares**

Apesar dos efeitos promissores do equilíbrio dos papéis para o bem-estar individual e familiar, parecem existir poucos estudos que investiram na identificação dos mecanismos de transferência entre papéis (comportamentos, atitudes ou mesmo valores) que são responsáveis pelo sentimento de equilíbrio (Marks, Huston, Johnson & McDermid; 2001). Pelo contrário, na literatura, numerosos autores defendem a possível existência dos efeitos positivos e experiências positivas, que ocorrem ao nível de um dos papéis de vida o outro (*positive spillover effect*) (Edwards & Rothbard, 2000). Greenberg, O'Neil, & Nagel (1994) referem que, em geral, os aspectos positivos do trabalho (como, por exemplo, trabalhos com elevados níveis de complexidade nas relações com pessoas, actividades que envolvem desafios e estimulação) apareceram associados a comportamentos parentais que se caracterizam pela flexibilidade na disciplina e frequentes demonstrações de carinho. Os resultados apoiam o facto de que as condições de trabalho afectam directamente o exercício do papel parental, sobretudo ao nível do humor, e podem contribuir directamente o desenvolvimento de competências parentais. Outros estudos documentam a importância das experiências e sentimentos de apoio familiar, mais concretamente do cônjuge, para se lidar melhor com as exigências do papel profissional (Grzywacz & Marks, 2003).

Recentemente, o modelo de Edwards & Rothbard (2000) salienta que as interacções entre os papéis são contínuas, logo, os aspectos positivos do desempenho de um papel, traduzidos em atitudes e comportamentos, podem influenciar positivamente o desempenho de outros papéis.

Baseando-se neste modelo, Klute, Crouter, Sayer, & McHale (2002) efectuaram um estudo, junto de 167 famílias de duplo emprego, onde analisaram a influência das experiências de trabalho e das atitudes acerca dos papéis familiares ao nível da partilha de tarefas domésticas. Os resultados confirmam que, tanto os homens como as mulheres que assumiam valores elevados de autonomia no exercício da sua profissão apresentam atitudes menos tradicionais relativamente aos papéis na família, independentemente do nível educacional ou do número de horas de trabalho. Estes resultados contribuíram para sustentar a hipótese de que as experiências de trabalho

podem socializar os indivíduos através da modelação dos seus valores, os quais estão ligados a um tipo de relacionamento e de prática mais igualitária na vida do casal, verificando-se, por conseguinte, uma interferência positiva entre papéis. Mais recentemente, e na mesma linha, o estudo de Rogers & May (2003), de carácter longitudinal, dá conta da relação positiva, existente ao longo do tempo, entre a satisfação com a vida conjugal e a satisfação com o papel profissional, sugerindo, assim, a existência de uma influência positiva do papel familiar, neste caso conjugal, no exercício do papel profissional.

Ainda na tentativa de clarificar as relações positivas estabelecidas no exercício de papéis profissionais e familiares, surge o modelo da facilitação trabalho-família concebido por Grzywacz & Bass (2003). Trata-se também de um fenómeno bidireccional, em que o envolvimento de cada indivíduo num papel pode facilitar o envolvimento no outro papel. Recuperando este aspecto do modelo de Edwards & Rothbard (2000) e de Campbell-Clark (2000) assume, contudo, que a combinação das características individuais e das características do contexto, que tipificam cada papel, vai gerar uma estrutura causal através da qual pode emergir o processo de facilitação entre trabalho e família. Este consiste essencialmente na transferência de aspectos positivos de um papel para outro papel. Este modelo assume, assim, a existência de dois pressupostos relativos à influência de um papel sobre o outro: primeiro, a própria conceptualização do modelo defende que o trabalho e a família são domínios interligados e que se beneficiam mutuamente. Segundo, deve ser concebido de forma independente, relativamente ao conflito trabalho-família. Para clarificar este último pressuposto, Grzywacz & Bass (2003) indicam, que, do mesmo modo que saúde é mais do que a ausência de doença, também a facilitação entre trabalho-família é mais do que ausência de conflito. Para o autor, trata-se de um processo mais complexo, que não se esgota em conceitos como compensação, ajustamento ou estabelecimento de fronteiras flexíveis. É um processo adaptativo, de ajustamentos dinâmicos do indivíduo enquanto parte de um sistema geral onde se integram os papéis profissionais e familiares.

Um dos principais interesses deste modelo, relativamente aos anteriormente apresentados, prende-se com o facto de ser uma tentativa para encontrar uma conjugação entre o conflito e a conciliação de papéis. Pretende, assim, encontrar uma combinação optimizada, que constitui um estímulo ao nível do desempenho individual, profissional e familiar. Contudo, a aplicação deste modelo de análise ao contexto empírico da conciliação de papéis é ainda escassa, dado o pouco tempo de existência

da teoria. Apenas o estudo de Grywacz & Bass (2003) aponta para a diminuição de problemas de ansiedade, de depressão e de comportamentos aditivos (consumo de álcool) em famílias nas quais a facilitação excede o conflito de papéis. Contudo, seriam necessários mais estudos para corroborar a validade empírica deste modelo.

Para concluir, duma forma geral, os estudos que tiveram a preocupação de analisar os efeitos da transferência positiva entre papéis são ainda bastante escassos. Fazem uma análise global da vida do casal e não se preocupam com as diferenças de género. De facto, no que diz respeito ao modelo da facilitação de papéis, muito provavelmente pelo facto de ser ainda uma linha de investigação recente, poucos são também os estudos que tentam sustentar empiricamente o modelo teórico apresentado. Também não encontramos estudos que documentem diferenças de género nesse processo.

### **3. A conciliação dos papéis profissionais e familiares**

Conforme ficou documentado nos pontos anteriores, a análise da conciliação dos papéis profissionais e familiares deve ser enquadrada numa perspectiva de ciclo da vida, onde se realce o papel dos contextos e das estruturas temporais e sociais que fornecem um enquadramento de referência indispensável ao estudo das relações entre papéis profissionais e familiares, ao longo da vida adulta. Se as interações entre os papéis são contínuas, podem surgir momentos de sinergia ou homeostasia, ou seja, momentos que se traduzem por um incremento da satisfação com a vida, para além do que seria esperado se os papéis fossem desempenhados de forma independente. Contudo, podem também surgir momentos de entropia, que se traduz numa menor satisfação com a vida do que seria de esperar, se desempenhasse apenas um papel (Grywacz & Bass, 2003).

De acordo com Grzywacz, Almeida & McDonald (2002), dois conceitos relacionados com o contexto temporal, ao nível do ciclo de vida, são particularmente significativos para a análise da conciliação entre papéis. Por um lado, a acumulação de experiências e competências e o desenvolvimento pessoal (ontogénico) promovem, na maioria dos casos, uma conciliação mais satisfatória dos papéis profissionais e familiares. Por outro lado, existem os chamados “acontecimentos geracionais” que, implicando níveis elevados de sobrecarga associada, por exemplo, à crescente responsabilidade a nível profissional, ao crescimento dos filhos e ao envelhecimento das famílias de origem, desencadeiam momentos de crise específicos, que implicam

especificidades na conciliação de papéis (Grzywacz, Almeida & McDonald, 2002).

Deste modo, na análise da conciliação da vida familiar e profissional, é particularmente importante a mobilização de recursos nas diferentes etapas do ciclo vital da família, pela sua influência potencial no processo de conciliação de papéis (Batalova & Cohen, 2002; Grzywacz, Almeida & McDonald, 2002; Risman & Ferree, 1995; Silveberg & Steinberg, 1990). Assim, passamos a apresentar alguns aspectos relativos à mobilização de recursos externos, de natureza social, cujo papel, ao nível da conciliação de papéis profissionais e familiares, tem sido documentado na literatura.

### ***3.1. Mobilização de recursos externos: o apoio institucional e o apoio familiar***

Nas sociedades modernas, as exigências associadas ao mercado de trabalho e à vida familiar são, conforme já documentámos, por vezes difíceis de conciliar. De facto, apesar das medidas estruturais, de carácter sócio-político que regularem as actividades laborais e que defenderem o apoio à família, verifica-se que, muitas vezes, essas medidas só ocorrem em determinados períodos da vida familiar (como, por exemplo, licenças de maternidade/paternidade, apoio económico às crianças ou licenças para acompanhar os filhos em caso de doença, etc). É assim que, apesar do esforço legislativo que incentiva a definição de políticas sociais “amigas da família” (*Family-Friendly Policies*), a conciliação de papéis é efectuada no dia-a-dia e ultrapassa, em muito, os períodos em que se recebe apoio. Ao nível do mercado de trabalho, a aposta em opções relativas aos horários de trabalho flexíveis, ou trabalho em tempo parcial, tem sido apontada como recursos de extrema importância, em termos práticos, para a conciliação de papéis. Para ilustrar esta realidade, podemos referir o estudo de Milkie & Peltola (1999), em que a recusa de efectuar trabalho em regime extraordinário só, a passagem a horário de trabalho a tempo parcial ou a aceitação de trabalho extraordinário em determinados momentos, foram apontadas como ajustamentos fundamentais para a conciliação da vida familiar e profissional. Também o recurso à flexibilidade prevista pelo contexto de trabalho, como, por exemplo, passar a trabalhar mais em casa com o auxílio de novas tecnologias e usar licenças previstas na legislação laboral constituem outros recursos que permitem a conciliação de papéis. No que se refere a famílias com filhos, o “sucesso” na conciliação é frequentemente associado ao recurso a instituições de apoio para as crianças, como creches e jardins de infância. Estas instituições são, aliás, cada vez

mais assumidas, não como um complemento à educação dada pelos pais, mas elas próprias como agentes primários de socialização das crianças. Face a esta assumption, e apesar de ser reconhecida a sua incontestável importância na conciliação da actividade profissional e das responsabilidades familiares dos pais, não se pode esquecer que estes serviços são raramente disponíveis para a população em geral, sendo muitas vezes uma opção que depende dos recursos económicos da família (Risman & Ferree, 1995). Outra solução, também nem sempre acessível a todas as famílias, consiste na contratação de uma pessoa para tomar conta das crianças (Risman & Ferree, 1995). A maioria das investigações neste âmbito, feitas em famílias com filhos pequenos, tem-se centrado na expansão deste tipo de serviços.

Contudo, uma outra fonte de apoio à família no cuidado das crianças é o recurso a familiares, nomeadamente avós. O estudo de Baydar & Brooks-Gunn que (1998) analisou as características das avós que ajudavam a cuidar dos netos utilizando dados representativos da população norte-americana, concluindo que as que o faziam de forma regular eram as avós mais jovens, com melhores condições de vida, níveis de educação mais elevados e sem problemas de saúde. Este estudo identificou mesmo uma tipologia de avós baseada nos cuidados prestados aos netos. Assim, foram diferenciadas as “avós donas de casa”, que não trabalhavam fora do lar e que, com alguma frequência viviam com os netos; as “avós jovens e relacionadas”, que se caracterizavam por serem jovens e terem quase todas uma actividade profissional regular, cuidando dos netos de uma forma também regular; as “avós-remotas”, que não trabalhavam fora do lar, mas prestavam apenas cuidados pontuais aos netos e, por último, as “avós-frágeis”, normalmente idosas com debilidade ao nível da saúde, pelo que normalmente cuidam dos netos apenas em situações pontuais.

Também ao nível do apoio social intergeracional, Ikkink, Tilburg & Knipscheer (1999) documentam a importância da assistência e ajuda dada pelos pais aos seus filhos adultos, como, por exemplo, no transporte e no cuidado com as crianças. Riley & Glass (2002) destacam que a maioria das mães da sua amostra preferia que os filhos ficassem ao cuidado de um familiar, sendo o pai o elemento preferencial, embora, na prática, poucas tivessem possibilidade de o fazer, sobretudo porque tanto pais como avós exerciam uma actividade profissional. Neste estudo verificou-se ainda que a utilização de cuidados familiares acontecia muitas vezes, porque os horários de trabalho, sobretudo o trabalho por turnos ou em horário incompatível com o horário das instituições, era assumido como mobilizador do recurso a um familiar ou a uma ama domiciliária para cuidar das crianças. Se bem que a ajuda familiar, sobretudo da

família de origem, esteja mais documentada quando se refere ao cuidado das crianças, esta pode, contudo, estender-se a outros domínios da vida familiar. Ikkink, Tilburg & Knipscheer (1999) relatam a importância da ajuda da família de origem ao nível da execução das tarefas domésticas, do apoio económico ou ainda do alojamento temporário, entre outras.

Ainda ao nível da mobilização de recursos externos, também a contratação de apoio para as tarefas domésticas ou mesmo a aquisição de serviços, (por exemplo, para tratar da roupa ou tratar do jardim) é uma modalidade que surge, com alguma frequência (South, Scott & Spitze, 1994; Torres, 2004). De facto, esta modalidade depende, de novo, da disponibilidade de recursos, sobretudo de natureza económica, mas tem a particularidade de ser referida como um recurso fundamental para famílias com e sem filhos, e tanto para famílias que trabalham a tempo inteiro como para aquelas em que um dos elementos trabalha a tempo parcial (Torres, 2004).

Em síntese, os estudos centram-se, na sua maioria, tanto ao nível da mobilização de apoios vigentes nos contextos de trabalho, como do uso de instituições, de familiares e a contratação de serviços, sendo considerados como recursos fundamentais para a conciliação de papéis profissionais e familiares. No caso de famílias com crianças, tanto as opções laborais, sobretudo as licenças, como o apoio das instituições escolares e da família de origem, surgem como os principais agentes de apoio externo para a conciliação de papéis.

### **3.2. Mobilização de recursos internos: individuais e familiares**

Mais recentemente, e na mesma linha dos estudos sobre os recursos sociais que apoiam a conciliação de papéis, tem havido alguma preocupação em descrever as estratégias individuais e familiares que contribuem para essa conciliação. Se bem que algumas das estratégias estejam também associadas a especificidades dos contextos sociais e laborais destas famílias, a principal particularidade reside no facto de serem fruto de escolhas individuais e familiares, ou de negociação no âmbito da família, com vista à conciliação de papéis. Apesar de haver poucos estudos que relatam esta preocupação de forma independente da existência de recursos externos, existem dois aos quais faremos alusão, não só pelo seu carácter pioneiro, como pela importância das conclusões para este estudo.

Começamos pelo estudo efectuado por Risman & Johnson-Sumerford (1998) junto de 15 famílias com crianças, que partilham concepções igualitárias relativas aos



papéis de género. Este estudo conduzido através de entrevistas e de observações da vida familiar e das actividades profissionais fora do lar. Procurou identificar-se como estes casais desenvolvem as suas práticas de conciliação de papéis, de acordo com um modelo que os autores designam de "pós-género". Esta designação corresponde aos casais que, apesar de viverem num mundo moldado pelo género, não têm o género como referência na sua negociação dos papéis familiares e nas responsabilidades que assumem neste campo. Por outras palavras, estes casais situam-se numa posição de igualdade no exercício do papel profissional e do papel familiar.

Como resultados do estudo, foram identificadas algumas estratégias para a conciliação de papéis profissionais e familiares. A maioria das famílias da amostra eram famílias de dupla-carreira, mas consideravam que o investimento no trabalho deve ter como objectivo obter o rendimento necessário para proporcionar bem-estar à família. O seu foco de atenção prendia-se essencialmente com a qualidade do tempo dedicado à família e com a amizade e a partilha no casal. Ao assumirem uma partilha igualitária tanto ao nível profissional como familiar, afirmam que não se comparam com outras famílias.

Igualmente pelo seu carácter inovador, vale a pena destacar o estudo de Zimmerman, Haddock, Current & Ziemba (2003), que se baseia em experiências de conciliação consideradas satisfatórias, por parte de casais de duplo-emprego e/ou dupla-carreira, com crianças. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, com recurso a entrevistas e questionários, que decorreu junto de 47 casais com uma média de 13 anos de casamento, com profissões e níveis educacionais variados e pertencentes a etnias diferentes. Estes casais tinham em média dois filhos, com idades compreendidas entre os 6 meses e os 23 anos. Os resultados foram reveladores de um conjunto de linhas de orientação que, mesmo não sendo implementadas de forma constante, se revelaram importantes para alcançar uma conciliação satisfatória dos papéis. Novamente, colocar a família como prioridade nas suas vidas aparece como um aspecto crítico para regular o esforço e o envolvimento no trabalho, sendo, inclusive, um factor de grande importância na escolha de uma actividade profissional compatível com as exigências familiares. Estes casais manifestaram o seu compromisso relativamente à manutenção do controlo sobre o trabalho, não permitindo que as suas carreiras profissionais interferissem com as suas vidas familiares e estabelecendo claramente um conjunto de limites, relativos tanto ao trabalho como ao envolvimento em actividades profissionais. Referem também a

importância do orgulho que sentem em serem casais de duplo emprego, o que, na sua opinião, se torna benéfico para todos os elementos da família. Assim, contrariam alguns autores, que consideram que estes casais manifestam sempre sentimentos de culpa por não terem o tempo de que gostariam para o exercício dos múltiplos papéis, sobretudo os ligados à família. Pelo contrário, estes casais não revelam sentimentos de culpa por não despenderem cada minuto para brincarem, com a qualidade necessária, com as crianças, ou para efectuarem as tarefas domésticas, uma vez que acreditam que conseguem encontrar um bom equilíbrio entre o tempo que dispensam às crianças, ao trabalho, às tarefas domésticas e ao casal. Para além destes aspectos, revelam ainda a importância de terem uma vida que qualificam de simples, limitando, por exemplo, o tempo passado em outras actividades que poderiam restringir o tempo passado em família, especialmente o tempo passado a ver televisão e em actividades extra-familiares. A par destes aspectos indicam, também a importância de exercerem um controlo sobre os aspectos financeiros, para evitarem ter que enfrentar dificuldades económicas, que os levariam a ter que investir mais no trabalho. Utilizam estratégias de tomada de decisões, que consideram ser pró-activa, ou seja, em vez de permitirem que o tempo decida sobre a sua vida, mantêm-se atentos e activos, tanto no controlo como nas tomadas de decisão relativas às diversas responsabilidades nos diferentes domínios da sua vida. Isto permite-lhes manter bem definidas as prioridades que estabeleceram para as suas vidas, que lhes servem de “mapa”, à luz do qual tomam decisões relativamente ao seu casamento, às crianças, à família e à carreira profissional. Para além destes aspectos, instauraram deliberadamente rotinas de tomada de decisões nas quais ambos os cônjuges participam, estabelecendo as prioridades de vida através de processos comunicacionais, que ocorrem na vida em casal. Atribuem uma grande importância ao que designam por “enquadramento geral”, ou seja, têm consciência activa das consequências das suas decisões, mantendo a orientação das suas vidas e uma imagem ideal dos resultados esperados para a família. Valorizam a importância do tempo em geral e vêem-no como uma dimensão a ser usada em favor da felicidade e da compatibilização de actividades. Assim, tendem a maximizar o uso do tempo, considerando-o como um recurso que deve ser bem gerido e utilizado, através de um planeamento efectuado com muita sensibilidade.

Deste modo, adquirem e desenvolvem estratégias partilhadas para o uso do seu tempo, atribuindo-lhe significado e retirando recompensas especiais do seu uso.

Apesar da importância destas estratégias para uma conciliação bem sucedida dos papéis profissionais e familiares, Zimmerman, Haddock, Current & Ziembra (2003),

pedem prudência na extrapolação destes resultados, dadas as limitações inerentes às características da amostra, maioritariamente de classe-média e com níveis educacionais elevados. Deste modo, questionam, por exemplo, se as famílias que apresentam rendimentos elevados e profissões ou carreiras de elevado estatuto, onde predomina a flexibilidade e a autonomia, não terão elas próprias mais recursos sociais e uma maior acessibilidade a instituições de apoio à família do que as famílias com menos recursos económicos e com profissões menos autónomas. Para além deste aspecto, os autores enfatizam também a possível limitação inerente ao facto de que, para participar no estudo, ambos os cônjuges tiveram que assumir que se sentiam bem sucedidos na conciliação dos papéis profissionais e familiares, o que limita certamente a participação a casais que, à partida, apresentam características de partilha e de cooperação tendencialmente igualitárias. Deste modo, seria importante efectuar estudos com casais portadores de outras características, embora os autores acreditem que algumas das estratégias evidenciadas também poderão ser válidas para outros casais, como, por exemplo, a utilização de um espaço de lazer familiar, embora possam ser operacionalizadas de forma diferente (por exemplo, em actividades que promovam o divertimento, mas com custos mais baixos). Também o estudo de Hill & Holzer (2006), que envolve apenas mulheres que optaram, no contexto da família, por assumir mais as responsabilidades familiares, utilizando a possibilidade de trabalhar em regime de tempo parcial durante algum tempo, relata a importância de clarificação dos valores, valorizando a família como uma prioridade para a conciliação de papéis. Estas mulheres falam ainda de estabelecer prioridades e gerir o tempo de forma eficaz, dedicando-o ao trabalho, à família e também a si próprias, para conciliar os papéis profissionais e familiares. Estes resultados têm o mérito de contribuir para desmistificar alguns estereótipos associados às famílias de dupla-emprego (por exemplo, a crença de que as crianças destas famílias passam menos tempo com os pais, e recebem menos atenção e envolvimento deles na educação, ou ainda que estas famílias delegam muitas das tarefas familiares em instituições ou na aquisição de serviços especializados). Por outro lado, os resultados contribuem para evidenciar que a conciliação de papéis é possível, mesmo quando as exigências profissionais e familiares são elevadas, e que existem famílias que se consideram competentes nesta tarefa. Em qualquer dos casos, as estratégias apontadas passam muito pela equidade e pela cooperação no casal, o que permite não só ter soluções para a conciliação dos papéis profissionais e familiares, como

desenvolver estratégias de adaptação, de manutenção e de melhoramento, numa postura criativa e activa face a esta temática e aos problemas que coloca.

Em síntese, as opções e as estratégias de conciliação, no seu conjunto, assentam no pressuposto de uma participação mais equitativa e de um envolvimento mais efectivo ao nível do papel familiar de ambos os elementos do casal. Paralelamente, o casal decide quais os ajustamentos que podem ser feitos em relação ao papel profissional, verificando-se também que estes ajustamentos são feitos, na maioria dos casos, pelas mulheres. Ao nível individual e do casal, constata-se também que existe uma definição de valores que assume a família como prioridade, o que os leva a organizar o tempo e a hierarquizar as diferentes solicitações em função desta valorização. Uma segunda estratégia apontada pelos casais foi o desenvolvimento de uma relação de parceria conjugal, que se traduz por uma participação equitativa nas tarefas familiares. Apesar das diferenças evidenciadas pelos vários casais, de um modo geral foram indicados princípios subjacentes à equidade conjugal: a partilha das decisões associadas ao trabalho fora e dentro do lar, e a importância da relação de casal ser baseada no respeito, estima e apoio mútuos.

Sem dúvida que estes casais evocam também a importância dos recursos de natureza institucional (por exemplo, a possibilidade de ajustar o horário de trabalho e o recurso a instituições de apoio às crianças), assim como a aquisição de determinados serviços, como um apoio fundamental para conciliar os papéis. Contudo, de novo se salienta que a decisão de utilizar este tipo de apoios é feita por negociação, no âmbito da vida de casal.

#### **4. Conciliação da vida familiar e profissional no contexto português: ontem e hoje**

Para analisar o modo como a conciliação da vida profissional e familiar tem vindo a ser efectuada pelas famílias portuguesas, torna-se necessário efectuar um breve enquadramento sociológico. De facto, apesar de existirem poucos estudos que se reportem especificamente à conciliação dos papéis profissionais e familiares nas famílias portuguesas, existe um conjunto de indicadores de natureza sociológica que, conjuntamente, nos permitem inferir o modo como a conciliação de papéis se efectua no nosso país. Começamos por fazer referência às importantes modificações sociais operadas no contexto nacional, como consequência da progressiva inserção das

mulheres no mercado de trabalho. Tal como noutros países europeus, esta realidade traduziu-se na visibilidade social do trabalho feminino, onde progressivamente o modelo ideal da mulher dedicada à casa e aos filhos perde a sua expressão, enquanto único papel social feminino (Wall, 1995; Torres, 2004). Este processo de generalização da actividade feminina nos diversos sectores profissionais foi mais marcante, no nosso país, a partir de Abril de 1974 (Wall, 1995; Torres, 2004). As famílias sofrem, sobretudo a partir desta data, uma alteração na sua estrutura e no seu funcionamento, dado que ambos os elementos do casal passam a trabalhar fora de casa, ficando os filhos em instituições de guarda ou ao cuidado de familiares. A imagem social da mulher passa também a ser menos condicionada pelos papéis de género tradicionais, tanto no domínio da família como no domínio profissional. Contudo, os padrões tradicionalistas, em especial no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos, parecem permanecer inalterados em Portugal. A disponibilidade da mulher para participar no sustento económico do lar através do exercício de uma profissão não se fez acompanhar, tal como noutros países, da mesma disponibilidade, por parte dos homens, para contribuírem de forma mais significativa nas tarefas da vida familiar.

Com base em dados do Inquérito Nacional do Uso do Tempo, realizado em 1999, Perista (2002) destaca que o trabalho doméstico permanece, assim, largamente feminizado, sobretudo nas tarefas de carácter mais rotineiro, de um maior dispêndio de tempo e confinadas ao espaço da família (preparação de refeições, limpeza regular da casa, cuidados com roupa). Já as tarefas masculinas não só implicam um menor dispêndio de tempo global, como são de natureza esporádica (reparações, assuntos administrativos e económicos).

Assim, a distribuição assimétrica, tanto das tarefas domésticas como dos cuidados com os filhos, aparece como desfavorável às mulheres, levando-as a cenários e a sentimentos de sobrecarga de trabalho (Perista, 2002). O estudo efectuado por Torres (2004) junto de famílias com mais de 20 anos de casamento revelou que, para as mulheres, o facto de contribuírem para o sustento da família não implicou uma abordagem diferente do trabalho familiar. Este continuou a ser maioritariamente da sua responsabilidade. Realmente, o trabalho feminino exterior terá trazido mais poder, protagonismo, reconhecimento social e maior rendimento, mas reconhecem que houve um preço significativo que tiveram que pagar, ou seja, o "sobretabalho". Os dados relativos aos homens, o mesmo estudo confirmam estas revelações. Estes indicam que, no domínio da família, as tarefas tendem a ser

delegadas nas mulheres, embora para eles a família seja tão ou mais valorizada do que a profissão (Torres, 2004). Estes resultados espelham, de algum modo, a vivência familiar e os modos de conciliação de papéis nas famílias portuguesas de classe média. São famílias de duplo-emprego, ou mesmo de dupla-carreira (sobretudo nas famílias com níveis educacionais superiores), onde o papel profissional é exercido a tempo inteiro pelos dois cônjuges, ficando as tarefas domésticas e do cuidado dos filhos sob a responsabilidade feminina, podendo eventualmente ser delegadas, parcialmente (através da contratação de serviço doméstico) nas famílias com uma maior poder económico (Wall, Vasconcelos, Aboim & Cunha, 2001).

No que se refere às famílias jovens, também as alterações sociológicas têm tido o seu impacto ao nível da participação nos papéis profissionais e familiares. O aumento progressivo da escolaridade na população feminina traduziu-se, com alguma expressão nos últimos dez anos, ao nível da frequência de estudos universitários, que vêm possibilitar uma maior autonomia e independência das mulheres, que se reflecte nas suas opções relativas ao trabalho, à carreira profissional e à vida familiar (Cabral-Cardoso, 2003). Contudo, se as taxas de actividade profissional de homens e mulheres com níveis educacionais superiores, são próximas, por decréscimo das primeiras e forte crescimento das segundas (Cabral-Cardoso, 2003), a realidade da conciliação de papéis familiares e profissionais apresenta algumas diferenças. No contexto nacional, o estudo efectuado por Torres (2004) analisa, entre outros aspectos, as soluções encontradas por jovens famílias para a guarda das crianças e a análise dos apoios existentes em termos de rede familiar. Analisa, ainda, a actividade profissional dos membros da família e a divisão do trabalho não pago (cuidados com os filhos e tarefas domésticas).

Quanto à primeira questão, os autores concluem que, nos cuidados a prestar às crianças, a mobilização das redes familiares traduz-se essencialmente pelo recurso ao apoio prestado pelos avós, embora os recursos exteriores à família (como creches, amas, infantários, jardins de infância, prolongamentos nas escolas, colégios ou centros de actividades de tempos livres) sejam utilizados, de forma largamente predominante para a guarda das crianças quando as mães trabalham profissionalmente. Nesta linha, curiosamente, as mais altas taxas de actividade das mães com filhos pequenos, não é apoiada pela existência de redes familiares alargadas, nem pelas redes de equipamentos públicos ou apoiados pelo Estado, mas faz-se à custa do esforço financeiro das famílias que não possuem outros recursos (Torres, 2004). Como consequências deste tipo de situação, os autores coligiram

dados que revelam que o recurso a soluções de tipo institucional envolvem custos não só no orçamento familiar e envolvem custos, como também no cansaço físico, além de culpabilizar as mulheres, face às suas dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar de forma sistemática.

Quanto à repartição da actividade profissional entre os membros da família e do trabalho não pago (cuidados com os filhos e tarefas domésticas), a autora relata que nas famílias de duplo-emprego, a defesa do modelo simétrico observa-se em famílias com níveis educacionais superiores, e a defesa de um modelo assimétrico tradicional nas classes menos favorecidas, tanto ao nível educacional como sócio-económico. A título ilustrativo, pode referir-se a partir que 58% dos inquiridos afirma que "na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham uma actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem as tarefas domésticas". Considerando apenas as respostas dos inquiridos que exercem uma profissão, são as mulheres que mais defendem esta posição (67% contra 55% dos homens). Por outro lado, 33% dos homens e 25% das mulheres afirmam que "na família, o ideal é que a mulher tenha uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem, de modo a que possa assegurar uma grande parte dos cuidados com os filhos e o essencial das tarefas domésticas". Apenas 10% dos inquiridos considera que "na família, o ideal é que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos", verificando-se que são os homens quem mais defendem este modelo (homens 12%; mulheres 8%). (Torres, 2004)

Para explicar estes resultados, a autora fala da importância da subida dos níveis de escolarização em geral no nosso país, acompanhada pelas mudanças sociais de integração das mulheres no mercado de trabalho e da defesa de valores cada vez mais igualitários em todos os domínios da vida. No entanto, de uma maneira geral as práticas familiares estão ainda longe de serem igualitárias. A mulher continua a estar mais envolvida com as tarefas domésticas e o cuidado das crianças, referindo com maior frequência sentimentos de sobrecarga de papéis e de injustiça em relação à divisão destes. O modo de conciliação da vida familiar e profissional, parece ser, mais a resultante de uma adaptação aos constrangimentos do que a de uma opção, dado que a maioria destas mulheres afirma que gostaria de ter mais tempo para as suas responsabilidades familiares, nomeadamente para o cuidado das crianças (Torres, 2004).

Ainda para o contexto nacional, outros estudos efectuados junto de jovens famílias apontam também para diferenças de género, tanto na participação nas tarefas

domésticas como na prestação de cuidados familiares. Num estudo conduzido por Perista (2002) de novo, as mulheres são mais responsáveis do que os homens pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos. A participação dos homens na prestação de cuidados às crianças, ou seja, nas chamadas tarefas parentais, apenas tem expressão num conjunto restrito e bem delimitado de actividades, de carácter menos rotineiro e mais relacional, como o acompanhamento das crianças em actividades desportivas, de lazer e entretenimento (Amâncio, 2004; Perista, 2002). Para além disso, os jovens pais, quando prestam o cuidado às crianças, fazem-no muitas vezes em situação de participação conjunta com as mães (Amâncio, 2004; Perista, 2002). Poeschl (2000) realça aliás que o ingresso das mulheres no mundo profissional não alterou significativamente a organização familiar. A autora conduziu um estudo onde procurou identificar, entre outras, as representações da divisão do trabalho nas famílias, de modo a examinar a influência relativa dessas representações nas práticas adoptadas nos casais. De um modo geral, os resultados evidenciaram que os sujeitos têm representações muito diferenciadas das práticas familiares, considerando, de uma forma consensual, que as mulheres trabalham mais em casa do que os homens, embora tenham um poder inferior no que se refere a actividades como o lazer e o orçamento familiar (Poesch & Serôdio, 1998; Poeschl & Silva, 2001). Contudo, o seu poder de decisão é superior ao dos homens nas actividades ligadas aos filhos e ao lar em geral. Globalmente, são veiculadas representações bastante tradicionais das funções do cônjuge, em que o homem é o principal responsável da família perante o exterior e a mulher é responsável pela família no seu interior. Estes dados vêm, assim, ao encontro do que foi documentado noutros países e são, portanto, indicadores efectivos de uma divisão desigual de poder e das tarefas domésticas também nas famílias portuguesas.

Esta realidade é um indicador de uma reprodução dos estereótipos de género nas práticas de afectação de tempos ao trabalho não pago, nas jovens famílias (Costa, 1992; Perista, 2002). Não é de estranhar que a questão da conciliação de papéis familiares e profissionais seja uma questão que se coloca sobretudo às mulheres. O estudo de Torres (2004) indica que quando ambos os membros do casal têm formação universitária e independentemente das necessidades económicas, as jovens mulheres querem exercer uma actividade profissional que lhes permita aumentar o seu nível de autonomia e de capacidade de decisão no contexto conjugal. Mesmo se a imagem da mulher doméstica aparece bastante desvalorizada, a divisão assimétrica do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças mantém-se nas famílias de duplo-emprego



(Poeschl, 2000). Torres (2004) constatou igualmente que as jovens mulheres com formação universitária, com filhos pequenos e que exercem profissões intelectuais e científicas, com filhos pequenos, trabalhavam o mais que podiam, mas com inevitáveis limitações ao seu envolvimento, dadas as responsabilidades familiares que assumiam. Paralelamente, identificou também alguns dos constrangimentos à participação dos homens na vida familiar, que não nascem necessariamente da sua vontade, mas dos efeitos de género que actuam nos próprios contextos profissionais. Acontece, por exemplo, que, para cumprirem o que lhes é pedido no início da carreira profissional, eles são considerados pela entidade patronal como homens sem família e com possibilidades de dedicação ilimitada à empresa. A consequência é o óbvio impedimento à maior participação em casa, situação que fica desculpabilizada, aliás, porque os constrangimentos são reais e não imaginários (Torres, 2004).

Assim, no contexto familiar, é a clara a divisão desigual de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres, que limita o maior investimento feminino na profissão é reforçada por mecanismos externos à vida familiar, como os que se geram no contexto profissional que limitam o investimento masculino na vida familiar. Surge assim reforçada a consistência teórica da proposta que considera a existência uma divisão sexual e social do trabalho, definidora e condicionadora dos lugares ocupados por homens e por mulheres nos diferentes domínios da vida social. Essa realidade encontra-se amplamente documentada em estudos sociológicos recentes, que destacam o facto das mulheres portuguesas cumprirem uma “dupla jornada de trabalho” (Torres, 2004).

Nesse sentido, a realidade portuguesa, quanto às relações de género, é muito particular no quadro europeu, dado que apresenta em simultâneo características tradicionais e modernas. O estudo de Guerreiro & Abrantes (2004) assinalou que a assimetria no desempenho das tarefas domésticas é referida pelas jovens mulheres casadas, com formação superior, como um foco de insatisfação conjugal e de conflito de papéis. Já os jovens homens casados, e igualmente com formação superior, se referem o recurso às “empregadas domésticas” como solução satisfatória, face às dificuldades e à injustiça decorrente do facto do trabalho doméstico ser apenas assegurado pelas mulheres. Quando se reportam ao seu papel a este nível, indicam que “ajudam” ou “irão ajudar” as mulheres nas tarefas domésticas. Não se pode esquecer que, nesta perspectiva, não só estão a assumir que uma ajuda será suficiente, como está implícito nestas afirmações que as mulheres continuam a ser responsáveis pelo desempenho da maioria das tarefas domésticas.

Em síntese, a questão da conciliação de papéis continua a ser uma questão que preocupa essencialmente as mulheres.

### **Síntese**

O interesse pelas relações entre o exercício concomitante de papéis profissionais e familiares surgiu por volta dos anos 60, como consequência do aumento do número de mulheres que começou a aliar ao seu papel na família a um papel activo ao nível do mercado de trabalho. Esta realidade alterou o funcionamento familiar, onde o tradicional modelo do elemento masculino como “ganha-pão” e do elemento feminino como responsável pela manutenção da harmonia da família e do lar, deu lugar a um modelo onde ambos os elementos do casal são sustentadores económicos da casa. Este novo modelo familiar levou os cientistas sociais, numa primeira fase, a preocuparem-se com as possíveis consequências negativas da competição, para as mulheres, entre o exercício de uma actividade profissional e a organização da vida familiar, ao nível da execução das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos. Assim, os primeiros estudos sobre a temática salientam as repercussões negativas do conflito entre papéis familiares e profissionais, com especial incidência para o conflito de papéis sentido pelas mulheres. Estes estudos apontaram para a necessidade de se considerar que os domínios profissionais e familiares são interdependentes e estão sob a influência dos papéis de género, dado que estes definem a divisão de papéis, tanto na família como no trabalho.

Surge, de seguida, uma nova vaga de estudos, que se centra na identificação das influências culturais que orientam tanto a vida familiar como os contextos de trabalho e que tipificam as relações entre estes dois contextos de vida. De um modo geral, estes estudos confirmam a influência dos estereótipos de género tanto ao nível dos contextos profissionais, como no domínio familiar. A persistência, mais ou menos generalizada, de modelos culturais que identificam a mulher com o seu papel na família e no lar acabam por gerar assimetrias na participação de homens e mulheres na vida familiar e tendem a sobrecarregar estas últimas, sobretudo em virtude da acumulação dos papéis profissionais e familiares. Apesar do tema do conflito de papéis e das interferências negativas entre o exercício do papel familiar e profissional ter sido largamente estudado, continua a ser de grande actualidade.

Mais recentemente foi inaugurada uma nova linha de estudos que, versa continuar a análise das relações entre os papéis familiares e profissionais,

identificando a existência de processos de interferência positiva entre papéis, dos quais se destacam os processos de facilitação. Estes estudos assumem que o exercício de um dos papéis pode beneficiar o exercício de outro papel de vida, por meio da aquisição de competências específicas que podem ser transferidas de um domínio para outro. Por outro lado, também é possível, por força das mudanças sociais e em alguns países, através de mudanças políticas, encontrar famílias onde a conciliação de papéis assenta, cada vez mais, em pressupostos de igualdade na divisão do trabalho familiar e profissional.

Mas esta realidade é socialmente determinada e, como tal, importa analisar a realidade nacional, para melhor enquadrar a temática da conciliação de papéis no nosso país. Devemos reconhecer de acordo com Vicente (1998), que “a construção social de género é questão muito pouco discutida no nosso país, para a qual a sensibilidade é praticamente nula” (p.69). Apesar disto, as transformações na família e no mercado laboral são particularmente interessantes e configuram realidades muito específicas, que pensamos ser importante destacar. Por um lado, a elevada taxa de emprego feminino a tempo inteiro e a quase ausência do modelo de emprego a tempo parcial, assim como as dificuldades de obtenção de emprego em determinadas áreas, são factores de mudança social que implicam uma conceptualização um pouco diferente das dinâmicas familiares. Apesar de, em Portugal, a participação feminina no mercado de trabalho ser muito elevada e assemelhar-se às taxas registadas nos países do norte da Europa, a perpetuação social de assimetrias de género, tanto no âmbito das actividades familiares, como também ao nível do mercado laboral, contribuem para a constituição de modelos familiares onde a sobrecarga feminina é notória. Para além disso, a insuficiência de estruturas sociais de apoio à família e a generalizada tendência para que a família de orientação se apoie na família de origem ou em estratégias pessoais, quando o factor económico o permite, dá às famílias portuguesas uma configuração específica. Deste modo, e também ao nível das famílias mais jovens, o modelo parece, de algum modo, perpetuar-se, ou seja, se o envolvimento dos dois elementos do casal no mercado de trabalho faz-se a tempo inteiro, mas o trabalho doméstico e o cuidar dos filhos é da responsabilidade feminina, com a eventual ajuda de terceiros. Assim, e apesar das mudanças sociais, a conciliação de papéis familiares e profissionais parece permanecer diferente para homens e mulheres. Nesta linha mantendo até um certo ponto a repartição tradicional dos papéis e tarefas da geração anterior a análise do modo como as gerações mais novas formam as suas atitudes e estratégias em relação à conciliação de papéis, não

pode ser efectuada fora do quadro social de vivência desta temática pelas suas famílias de origem. Esta perspectiva é a que será abordada nos estudos empíricos apresentados na segunda parte deste trabalho.

## II PARTE

### Introdução

Se as mudanças sociais permitem antever modificações no exercício dos papéis de adulto também a conciliação dos mesmos pode apresentar especificidades que importa analisar. Deste modo, a antecipação dos papéis de adulto e da sua conciliação poderá, de algum modo, contribuir para uma perspetivação de diferentes cenários que irão ocorrer durante a idade adulta. Esta antecipação poderá ser, contudo, diferenciada tanto de acordo com as características psicológicas de cada jovem como em função dos contextos sociais de vivência de cada um. Aqui, destaca-se o papel da experiência de trabalho e da coabitação com a família de origem. Se esta exerce sempre uma função socializadora ao nível de atitudes e de comportamentos em relação aos papéis de adulto, os contextos de maior proximidade entre pais e filhos podem contribuir para que esta influência se exerça de um modo mais marcante.

Esta segunda parte do trabalho vai apresentar dois estudos empíricos conduzidos de modo a melhor compreender o processo de antecipação da conciliação da vida familiar e profissional em jovens adultos sendo constituído por três capítulos. No 4º capítulo estão enunciados os objectivos gerais dos estudos, bem como as hipóteses em análise e operacionalização das variáveis.

O 5º capítulo é dedicado ao primeiro estudo e incide sobre as diferenças no desenvolvimento psicológico e das atitudes entre grupos de jovens em função do estatuto ocupacional (estudante e trabalhador) e em função do género. São ainda comparados modelos de influências das variáveis psicológicas e atitudinais nas estratégias antecipadas para a conciliação de papéis, novamente em jovens com estatuto ocupacional e de género diferentes.

O 6º capítulo apresenta o segundo estudo onde se efectua uma análise comparativa de duas gerações de pais e filhos ao nível das variáveis atitudinais e do seu contributo para as estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais respectivamente. Este capítulo termina com as análises dos modelos de influências intergeracionais dos pais nos filhos em função do género (tanto dos progenitores como dos descendentes). Os resultados serão finalmente discutidos de acordo com o quadro de referência teórica apresentada na primeira parte deste trabalho.

## CAPÍTULO 4

### DETERMINANTES DA ANTECIPAÇÃO DOS PAPÉIS DE ADULTO: FACTORES INDIVIDUAIS E INTERPESSOAIS

#### 1. Objectivos e questões de investigação

Tal como foi apresentado e defendido ao longo da primeira parte deste trabalho, na transição para a idade adulta o desenvolvimento psicológico e as atitudes organizam o modo como se antecipam o futuro desempenho dos papéis de adulto e as suas modalidades de conciliação. Assim, o objectivo geral deste estudo é caracterizar a antecipação da conciliação da vida familiar e profissional no contexto criado pelas mudanças sociais recentes da transição para a idade adulta. Pretende-se, ainda, evidenciar o papel de alguns factores individuais, familiares e sociais susceptíveis de influenciar as características desta antecipação.

As preocupações que nortearam a investigação empírica, ao nível da sua concepção, da sua realização e da interpretação dos resultados serão explicitadas nesta segunda parte, situando-se na extensão das posições e considerações de natureza teórica feitas na primeira parte deste trabalho. Assumem o papel das atitudes e do desenvolvimento psicológico na conceptualização dos papéis de adulto, considerando-os resultado de um processo de construção social. Ora esta construção social ela própria depende das experiências de vida, entre as quais o exercício real de actividade profissional parece relevante. Mais especificamente pretende-se analisar o impacto do desenvolvimento psicológico e da formação de atitudes na construção de cenários de antecipação da conciliação da vida familiar e profissional em função do estatuto profissional. Além disso, e assumindo uma linha inscrita no quadro da transmissão intergeracional de tais cenários, procura-se analisar as possíveis influências das atitudes parentais nas atitudes dos filhos em relação à família, ao trabalho, aos papéis de género, bem como ao conflito e à conciliação de papéis familiares e profissionais. Finalmente, como assumimos que na sociedade as experiências vividas pelos jovens se diferenciam em função do género de cada um, os resultados de homens e mulheres serão sistematicamente comparados.

As questões de ordem geral a que procurámos dar resposta ao longo do primeiro estudo são as seguintes:

- Em que medida o desenvolvimento psicológico e a formação de atitudes em relação aos papéis familiares e profissionais contribuem para a compreensão das diferenças na antecipação destes últimos e da sua conciliação?
- Em que medida certas experiências de vida introduzem modificações na antecipação da conciliação de papéis familiares e profissionais?
- Mais especificamente podem ser observadas diferenças em função da experiência do exercício de uma actividade profissional assim como diferenças de género neste processo de influência?
- Existem diferenças geracionais ao nível das atitudes relativas ao trabalho, à família, aos papéis de género e ao conflito e à conciliação de papéis?
- Em que medida as atitudes dos pais relativas aos papéis de adulto influenciam as atitudes dos filhos tanto em relação aos papéis de adulto como em relação à conciliação dos mesmos?
- Será que as influências diferem de acordo com o género dos pais e dos filhos?

No primeiro estudo comparar-se-á um grupo de estudantes universitários com jovens licenciados que exercem uma actividade profissional (designados ao longo do texto por "trabalhadores"). Num segundo estudo, no quadro de uma análise intergeracional, procurar-se-á identificar as semelhanças e diferenças de atitudes sobre a conciliação dos papéis familiares e profissionais entre pais e filhos. Procurar-se-á, ainda, analisar as possíveis influências das atitudes dos progenitores nas atitudes dos descendentes.

Seguidamente passamos a apresentar o modelo conceptual geral que constitui o quadro hipotético do nosso estudo.

## **2. Modelo conceptual**

### **2.1. Características gerais do contexto**

Para permitir uma leitura integradora tanto das opções metodológicas como dos respectivos estudos avançamos, primeiramente, com a apresentação do modelo conceptual hipotético do estudo. Apresentar-se-ão, de seguida as hipóteses, bem como as opções relativas às variáveis a incluir no estudo. Posteriormente são

apresentados os estudos efectuados para a validação dos instrumentos seleccionados para a avaliação de tais variáveis.

O modelo conceptual proposto foi constituído a partir da revisão dos estudos efectuados ao longo dos três capítulos teóricos anteriores. Salientamos aqui os aspectos que permitem observar as repercussões possíveis das alterações do desenvolvimento psicológico dos jovens em transição para a idade adulta, na formação de atitudes em relação aos domínios profissional e familiar, das relações de género, bem como na antecipação do conflito e da conciliação de papéis.

O aumento das exigências do mercado de trabalho, aliado ao crescimento dos níveis de desemprego e a precariedade laboral no mercado de emprego, sobretudo relativamente ao emprego qualificado, levam a que os jovens invistam na educação com vista a melhorar a sua posição no mercado social de emprego. Esta realidade que configura o contexto social português e é comum a alguns países da Europa do sul, tem levado ao surgimento de alguns fenómenos sociais que passamos a destacar. Implica uma coabitação prolongada entre pais e filhos, com o consequente adiamento quer da constituição de uma família própria, quer do papel parental: mais jovens têm formação universitária mas casam e têm filhos cada vez mais tarde. De facto, apesar de haver um investimento inicial no papel profissional, a transição para a idade adulta fica marcada por percursos profissionais não lineares que originam um adiamento tanto da autonomia residencial como do papel familiar e parental. Surge, então, um período de vida que se situa entre a formação universitária e a plena assumpção dos papéis de adulto, que apresenta características sociais e psicológicas próprias: a adulez emergente.

## **2.2. Repercussões psicológicas e atitudinais**

Ao nível da construção da identidade, estes adultos emergentes parecem ter ficado, na sua maioria, num período de moratória na medida em que estão imersos num contexto social onde se afiguram um conjunto de possibilidades e oportunidades que abrem um leque de escolhas possíveis mas também implicam constrangimentos. Dado que o questionamento e a reflexão para a tomada de decisão os poderá levar a atribuírem maior ou menor importância às diferentes áreas da sua vida, os domínios académico e profissional do auto-conceito poderão ser, de certo modo, o centro das suas preocupações, levando-os a questionar-se sobre o seu sentido de competência mais nestes domínios do que noutros possíveis, mais associados à família. Além



disso, pode-se prever que os períodos de coabitação prolongada com os pais tornem a conquista da autonomia mais difícil, com os problemas que decorrem desta situação para o exercício pleno de papéis de adulto. A separação psicológica das figuras parentais poderá apresentar características específicas que poderão implicar a negociação de espaços de autonomia funcional a par da manutenção de um certo apoio parental, que por sua vez poderá dificultar a aquisição da independência emocional e conflitual.

Contudo, repercussões das mudanças de natureza sociológica não se limitam aos aspectos associados ao desenvolvimento psicológico dos jovens mas abrange também a formação de atitudes. De facto, pensamos que também poderão surgir algumas especificidades ao nível das atitudes desses adultos emergentes em relação aos papéis de adulto. No que diz respeito ao futuro profissional, se por um lado, os jovens investem na educação e têm expectativas positivas acerca da obtenção de um emprego que seja gratificante, o que estaria por certo associado a atitudes de valorização do trabalho e da carreira profissional, a verdade é que as dificuldades do mercado de trabalho podem fazer emergir atitudes menos positivas para esta área. Também no que se refere à família e à parentalidade, apesar da unanimidade dos estudos nacionais confirmar que a família com filhos se mantém como o modelo desejado pela maioria dos jovens, o que traduz uma clara valorização do papel familiar e parental, também se constata que estes jovens adiam a constituição da sua própria família até obterem os recursos materiais que julgam necessários para tal ou, simplesmente, até se sentirem psicologicamente preparados para assumirem este tipo de compromisso. Deste modo, poderemos ter a coexistência de atitudes positivas e negativas, quer em relação à profissão, quer em relação à família e parentalidade, que provavelmente variam em função da etapa da transição para a idade adulta em que estes jovens se situam. Neste quadro pode-se prever a antecipação de um conflito entre papéis familiares e profissionais. Este pode ser antecipado na medida em que a articulação destes papéis, especialmente no início da vida adulta, tende a ser particularmente difícil devido às exigências de investimento nos dois domínios que os torna por vezes pouco compatíveis.

### ***2.3. Variáveis psicológicas, atitudinais e conciliação de papéis***

No seu conjunto pensamos que as variáveis atitudinais ajudarão a compreender o modo os jovens antecipam a futura conciliação de papéis familiares e

profissionais e que as variáveis psicológicas, por sua vez, influenciarão essas variáveis atitudinais. Se se considerar que as atitudes têm tradicionalmente sido definidas como envolvendo crenças, sentimentos e disposições para agir, mais recentemente considera-se que também envolvem uma dimensão valorativa (Lima, 1993). Assim, as atitudes revelam a valorização de um determinado domínio de vida, o que pode, do ponto de vista conceptual, aumentar a probabilidade da ocorrência de um determinado comportamento. Neste sentido, a análise das atitudes em relação aos domínios profissionais, familiares, de papéis de género, bem como em relação ao conflito potencial entre papéis profissionais e familiares permitirá antever em que medida a valorização maior ou menor destes domínios se relaciona com as estratégias antecipadas para a futura conciliação de papéis. Por sua vez, irão por certo contribuir para o tipo de atitudes que os jovens apresentam em relação aos domínios dos papéis de adulto assim como para as estratégias antecipadas de conciliação de papéis.

De facto, e de um modo geral, as atitudes surgem como padrões de referência que permitem aos indivíduos julgarem-se a si próprios e que influenciarão os seus planos de vida (Lima, 1993). Dado que a conciliação dos papéis familiares e profissionais é analisada, no quadro deste estudo, em termos da sua antecipação parece-nos fundamental observar em que medida as atitudes em relação aos domínios em causa para a conciliação se relacionam com as estratégias antecipadas nesta conciliação futura de papéis.

#### **2.4. O papel da experiência**

Consideramos também importante para a antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais, ter em conta a etapa de ciclo de vida em que os adultos emergentes se encontram. Parece-nos que, apesar de tanto estudantes como os trabalhadores estarem num processo de transição para a idade adulta, a experiência decorrente do exercício do papel profissional e a vivência mais comprometida das opções para o domínio da vida afectiva poderá levar a que estes jovens apresentam não só diferenças ao nível da sua maturidade psicológica, como também ao nível das atitudes em relação aos papéis de género, aos domínios profissional e familiar e à conciliação de papéis. Pelo exposto parece-nos importante efectuar uma análise comparativa de estudantes e jovens trabalhadores. Por último, teremos também em conta o género nesta análise, na medida em que o género define o contexto de existência particular que influencia o desenvolvimento dos sujeitos e as

suas opções e que os resultados dos estudos não convergem quanto às semelhanças e diferenças de género ao nível do desenvolvimento psicológico e das atitudes em relação aos papéis de adulto.

### **2.5. Influência parental**

A função socializadora da família é incontestável. Assim, assumimos que existe uma transmissão intergeracional das atitudes em relação à família, trabalho, papéis de género, conflito e conciliação de papéis. Deste modo, consideramos também, no modelo teórico, a influência da família nesta transição para a idade adulta. A literatura tem sugerido que os pais acabam por se constituir como fortes modelos de influência dos seus filhos para estes domínios, independentemente da alteração dos contextos sociológicos. Os defensores desta perspectiva assumem que a aprendizagem em família está na origem do processo de transmissão intergeracional de atitudes e comportamentos.

Nesta linha existem desde logo um conjunto de estudos que destacam também que o processo de transmissão intergeracional se efectua de modo diferente de acordo com o género do progenitor e do descendente. Contudo, a perspectiva da reprodução intergeracional não é consensual na literatura, e alguns estudos apontam para a existência de um distanciamento ou diferenciação das atitudes de pais e filhos nos domínios da família, do trabalho, do género e da conciliação de papéis. Deste modo, a influência de outro tipo de variáveis que reconfiguram as atitudes das gerações mais jovens não pode ser excluída.

É assim que no presente modelo, será analisada a influência da transmissão intergeracional de pais para filhos com o objectivo de testar a sua importância para a formação das atitudes das gerações mais novas nos domínios referidos (família, trabalho, papéis de género, conflito e conciliação de papéis). Para melhor se perceber o impacto das influências potenciais entre pais e filhos, iremos também testar essas mesmas influências de acordo com o género do progenitor e do descendente.

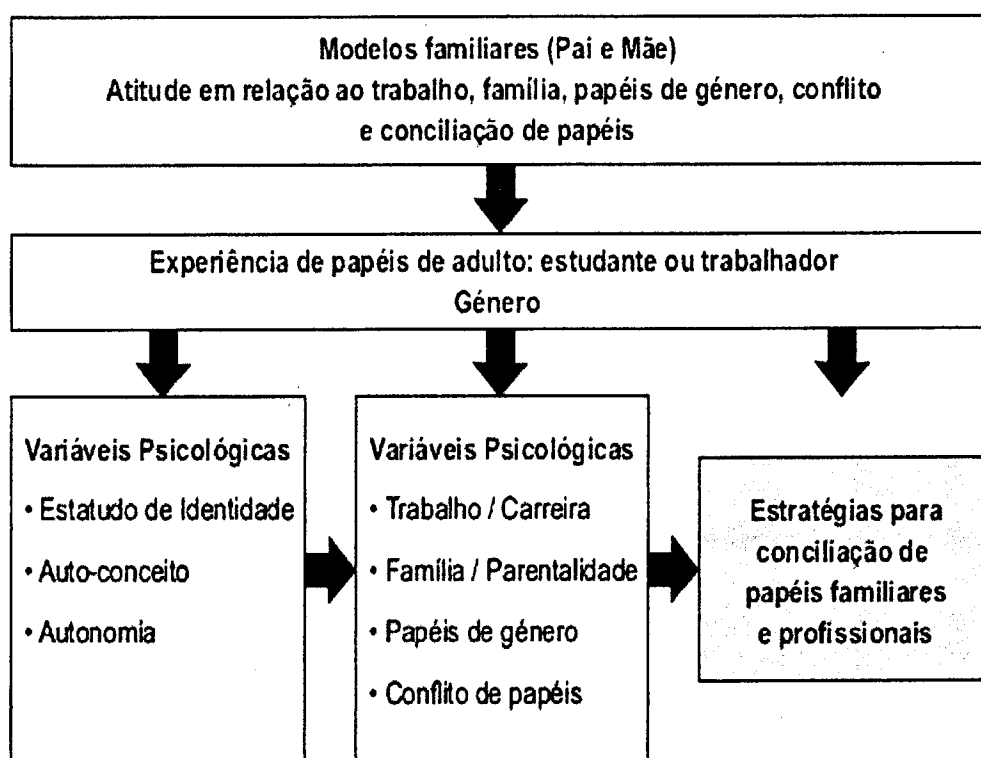
Um esquema geral do estudo a ser desenvolvido está presente na Figura 1. Dada a relativa complexidade deste modelo conceptual efectuaram-se dois estudos: o estudo 1 compara as variáveis do desenvolvimento psicológico, as variáveis atitudinais, as estratégias relativas à antecipação da conciliação da vida familiar e

profissional bem como a articulação entre essas variáveis de acordo com o estatuto ocupacional dos jovens e de acordo com o género.

O estudo 2 procura caracterizar as atitudes em relação aos papéis de género, ao trabalho, à família, e ao conflito e à conciliação de papéis em duas gerações, de pais e de filhos, também de acordo com o género de ambos. Pretende-se, ainda, explorar o processo de transmissão intergeracional das atitudes em relação aos papéis de género, à família, trabalho e ao conflito e conciliação de papéis dos pais em relação aos seus filhos e filhas.

A explicitação do modelo e dos objectivos específicos de cada estudo, assim como as hipóteses enunciadas constam da introdução a cada um dos capítulos. A secção seguinte será dedicada à operacionalização das variáveis referidas no modelo teórico (ver Figura 1). Os instrumentos foram seleccionados ou construídos para a avaliação de cada variável e foram apreciadas as suas qualidades psicométricas.

**Figura 1**  
Modelo conceptual geral do estudo



### **3. Metodologia**

#### **3.1. Considerações metodológicas gerais**

Privilegiam-se nesta pesquisa o uso de escalas de avaliação de auto-relato. As investigações que recorrem à utilização de escalas para a avaliação de atitudes e constructos psicológicos comportam vantagens e desvantagens relativamente a outras abordagens metodológicas. Ao nível das vantagens associadas à utilização de metodologias desta natureza contam-se a possibilidade de obter um leque de informação mais vasto e completo relativamente ao domínio em estudo, num período de tempo mais curto ultrapassando certas limitações temporais dos métodos de observação directa. Para além disso permite recolher informação acerca da opinião do sujeito acerca da realidade e não informação de carácter objectivo sobre a realidade externa. A observação directa seria desadequada para este estudo. Para além disto, a opção pelo recurso a instrumentos preenchidos pelo próprio sujeito salvaguarda de modo mais efectivo o anonimato do respondente, evitando uma certa reactividade do mesmo e garantindo uma interferência mínima do investigador, quando comparado com a entrevista com outras metodologias qualitativas (Tabachnick & Fidell, 1989). Ao nível das desvantagens, destaca-se a impossibilidade de assegurar a compreensão inequívoca ao nível tanto das instruções como ao nível dos itens e das modalidades de resposta. No entanto esta desvantagem pode ser minimizada ou pelo menos reduzida de tal forma a que seja considerada sem importância enquanto interferência na investigação, se forem efectuados estudos preliminares ou ainda se os instrumentos forem utilizados em grupos onde os níveis educacionais são elevados, como é o caso do presente estudo. Mesmo nestes casos o recurso a estudos preliminares é recomendado, tendo como objectivo a correcção das eventuais ambiguidades iniciais (Hair, Anderson, Tatham & Black, 1995; Maroco, 2003; Tabachnick & Fidell, 1989).

Sem perder de vista as questões de natureza metodológica enunciadas e os passos necessários no sentido de minimizar as eventuais desvantagens desta opção serão apresentadas, na secção 4, as qualidades psicométricas dos instrumentos utilizados tendo em conta que o estudo se inscreve numa linha de descrição e análise de variações entre grupos. Serão paralelamente explicitados os critérios que levaram à operacionalização de cada uma das variáveis.

### 3.2. Operacionalização das variáveis

No sentido de satisfazer os objectivos explicitados anteriormente, e para as variáveis identificadas no modelo teórico (ver Figura 1), passamos a descrever o modo como cada uma foi operacionalizada.

#### 3.2.1. Autonomia

Tal como foi evidenciado ao longo do Capítulo 1 a construção da autonomia em relação às figuras parentais apresenta-se como uma tarefa desenvolvimental fundamental para a transição para a idade adulta no quadro da adultez emergente. De acordo com a teoria de Blos (1979) a autonomia constrói-se no decurso de um processo de separação (individuação) em relação aos pais. Este processo pode ser diferenciado de acordo com diversas vertentes da autonomia psicológica que se traduzem em dimensões específicas de independência psicológica do jovem adulto em relação aos seus pais. Para avaliar estas dimensões da autonomia foi escolhido o Inventário de separação psicológica das figuras parentais, de Hoffman, 1994. Conceptualizado por Hoffman (1984), este instrumento baseia-se na teoria de Blos (1979) sobre processo de separação (individuação) em relação aos pais, segundo a qual a autonomia do jovem se manifesta em quatro dimensões da separação relativa às figuras parentais que são, por sua vez, associadas a quatro dimensões de independência psicológica do adolescente: independência funcional que corresponde à capacidade do jovem para tratar dos seus próprios assuntos; a independência ideológica caracterizada pela diferenciação nas atitudes, valores, crenças entre o jovem e os pais; independência emocional que se revela pela liberdade relativamente à necessidade excessiva de aprovação, proximidade e apoio dos pais, e a independência conflitual que corresponde à liberdade em relação a uma culpa excessiva, ansiedade, responsabilidade, inibição, ressentimento e raiva em relação ao pai e à mãe. Com base nestas dimensões de independência, Hoffman desenvolveu o *Psychological Separation Inventory*, no qual a separação psicológica em relação aos pais é avaliada através de quatro escalas de independência, respectivamente independência funcional, emocional, ideológica e conflitual, sendo a separação em relação ao pai e à mãe consideradas independentemente, dadas as suas implicações distintas na adaptação pessoal do jovem. Este instrumento construído para

adolescentes e jovens adultos, parece perfeitamente adaptado para jovens universitários.

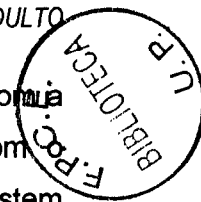
Na sua forma final o *Psychological Separation Inventory* compreende um total de 138 questões, 69 correspondentes ao pai e 69 correspondentes à mãe, com um formato de resposta tipo *Likert*, numa escala de cinco níveis. Hoffman (1984) e Lopez *et al.* (1988) levaram a cabo estudos de validação deste inventário que permitiram, por um lado, concluir sobre a validade deste instrumento, assim como relacionar os vários tipos de independência com outras variáveis psicológicas (como o bem-estar psicológico, o tipo de relações familiares, os problemas dos estudantes universitários e ainda sua adaptação à universidade) e variáveis do desenvolvimento diferencial (como o sexo e a idade).

A versão portuguesa do inventário foi testada numa população de universitários (Almeida, Dias & Fontaine, 1996) e apresentou uma estrutura em quatro factores que correspondem às quatro dimensões teóricas tanto para os dados relativos à mãe (que explicaram 38.4% da variância total) como para os dados relativos ao pai (que explicaram 41.9% da variância total). Todas as sub-escalas ficaram constituídas por 11 itens com bons índices de consistência interna ( $>.80$ ). Contudo, nesta versão do inventário os níveis de resposta foram reduzidos para quatro níveis, tendo-se também assinalado (com um \*) as questões que pressupunham claramente que o estudante não vivia em casa dos pais durante o período de aulas. Nas instruções para o preenchimento do inventário e no que se refere a estas questões, pediu-se ao estudante que responda imaginando-se a viver longe dos pais durante a época de aulas, caso isso não aconteça realmente. Parece que esta escala é adequada para os propósitos deste estudo porque está adaptada para uma população universitária e apresenta boas qualidades psicométricas.

De um modo geral, os dados dos estudos desenvolvidos que se prendem com a avaliação da autonomia em jovens adultos em que este instrumento foi incluído abonaram a favor do mesmo para a avaliação deste constructo pelo que será utilizado no presente estudo.

### 3.2.2. Estatutos de Identidade

A par da conquista da autonomia, a construção da identidade afigura-se, de acordo a revisão da literatura efectuada no Capítulo 1, como uma das variáveis mais relevantes para a análise da transição para a idade adulta e para a antecipação dos



papéis de adulto. Por este motivo decidimos analisar esta dimensão de acordo com a teoria do desenvolvimento psicossocial de Eric Erickson (1950, 1968) e com o paradigma dos estatutos de identidade de Marcia (1966). Para este último existem quatro estatutos de identidade: a identidade construída, a identidade moratória, a identidade vicariante e a identidade difusa. Cada um destes estatutos pressupõe que se podem avaliar domínios diferenciados da identidade ao nível ideológico ou interpessoal. O domínio ideológico inclui áreas como o trabalho, a religião, a política e a filosofia de vida e procura ser a operacionalização de valores e de uma orientação geral para a vida. O domínio interpessoal inclui áreas como a amizade, o namoro, os papéis sexuais e os tempos livres e diz respeito à componente da identidade que se constrói no âmbito das relações interpessoais. Para a avaliação dos estatutos de identidade neste estudo optou-se por fazer recurso ao *EOMEIS-2 – Extended Version of the Objective Measure of Ego Identity Status* na sua versão portuguesa (Matos, Barbosa & Costa, 1999). Este instrumento foi adaptado para a população portuguesa por Matos, Barbosa & Costa (1999) sendo constituído por 64 itens, organizados nos quatro estatutos de identidade definidos por Marcia (1966): identidade construída, identidade moratória, identidade vicariante e identidade difusa onde as alternativas de resposta se situam ao longo de uma escala de *Likert* de 6 pontos (de concordo fortemente a discordo fortemente). A fiabilidade do instrumento foi analisada pelas autoras a partir das dimensões originais do EOMEIS-2 numa amostra portuguesa de 530 jovens tendo os valores de *alfa* de Cronbach variado entre .54 e .71. Estes valores de consistência interna apesar de serem fracos, a sua maioria são aceitáveis para a comparação de grupos. Contudo, podem ser um indicador de alguma fragilidade do instrumento. Desde logo a opção pelo recurso a este instrumento no âmbito do presente estudo vai requerer a realização de análises complementares para atestar sobre a sua fiabilidade.

### 3.2.3. Auto-Conceito

O sentido de competência pessoal em relação a determinados domínios da vida adulta é uma das dimensões associadas ao desenvolvimento de atitudes em relação aos papéis de adulto. Embora o auto-conceito seja tipicamente construído a partir de experiências de desempenho de diversos domínios, optámos por avaliar o auto-conceito antecipado pelos jovens relativamente a domínios que podem, em nosso entender, estar associados às atitudes em relação aos papéis de adulto. Para tal,



recorremos ao *Adult Self-Perception Profile* desenvolvido por Messer & Harter (1986) dado tratar-se de um instrumento que efectua uma abordagem diferenciada das componentes do sentido de competência dos adultos. De facto, apesar do auto-conceito ser reconhecidamente um constructo multidimensional, os instrumentos de medida encontrados no momento da construção deste instrumento não captavam adequadamente essa complexidade. Deste modo, Harter (1986) construiu o Perfil de auto-percepção para adultos procurando responder à necessidade de desenvolvimento de um instrumento psicométrico que reflectisse adequadamente a complexidade do auto-conceito multidimensional do adulto. Baseando-se na própria conceptualização teórica do auto-conceito, o *Adult Self-Perception Profile* (Harter, 1986) comporta uma abordagem multidimensional do auto-conceito que se reflecte na concepção que os indivíduos, na maioria dos casos, não se vêem como igualmente competentes em todos os domínios. A autora incluiu no instrumento 11 domínios específicos e um de auto-conceito geral, a saber: sociabilidade, competência no trabalho, competência para cuidar dos outros, habilidades atléticas, aparência física, capacidade para sustentar os outros, moralidade, competência para a gestão das tarefas domésticas, competência nos relacionamentos íntimos, inteligência, sentido de humor e uma dimensão do auto-conceito global. A escala possui um total de 50 itens, sendo que cada uma das sub-escalas possui quatro itens, exceptuando a escala referente ao auto-conceito global que é constituída por seis itens. A consistência interna das escalas varia entre .64 e .89. Relativamente ao modo como os itens são enunciados em cada sub-escala, metade dos itens estão enunciados de forma a que a primeira parte da afirmação reflecta um elevado sentido de competência, estando a outra metade elaborada de forma oposta. Considerando o propósito do nosso estudo, recorreremos apenas às escalas directamente relacionadas com o nosso objecto de estudo, respectivamente, sociabilidade, relacionamentos íntimos, competência no trabalho, competência para cuidar dos outros, capacidade para sustentar os outros, competência para a gestão das tarefas domésticas e auto-conceito global. O estudo do instrumento estudado junto de uma amostra portuguesa será apresentado mais adiante neste trabalho.

#### **3.2.4. Atitudes em relação aos papéis de género**

Sabendo que as atitudes em relação aos papéis de género apresentam, conforme vimos no Capítulo 1, ponto 1.2., relações com as atitudes que os jovens desenvolvem em relação aos papéis familiares e profissionais e aos modos de

conciliação dos mesmos na idade adulta pensou-se que a inclusão desta variável seria importante. Deste modo, pretende-se avaliar de que modo as atitudes face à igualdade de direitos e de papéis para homens e mulheres, se traduzem em actividades e comportamentos associados aos papéis de género, dos quais se destacam os relacionamentos interpessoais, os papéis conjugais e parentais, no trabalho e na carreira profissional e nos contextos sociais em geral. Para efectuar esta avaliação e dados os objectivos já enunciados foi seleccionado a *Pacific Attitudes Toward Gender Scale* de Vaillancourt & Leaper (1997). De facto e após uma análise de diversos instrumentos que avaliam a igualdade de género em contextos sociais, seleccionou-se este instrumento por ser aquele que nos pareceu abordar de uma forma mais equilibrada a temática da igualdade de papéis de género tanto para o domínio das relações sociais em geral como para os domínios específicos do trabalho e da família. Esta escala de atitudes perante o género é constituída por 28 itens tendo sido construída a partir de uma revisão e actualização de diferentes instrumentos de avaliação psicológica que pretendiam medir as atitudes perante o género e os papéis de género no contexto social. O seu objectivo é efectuar uma avaliação das atitudes de cada um face à igualdade de direitos e de papéis para homens e mulheres, no quadro dos papéis de género. As respostas são avaliadas numa escala de tipo *Likert* e cotadas de 1 a 4 de modo a que quanto maior for a pontuação global obtida, mais positivas são as atitudes em relação à igualdade de papéis de género. Na sua versão original os valores de consistência interna obtidos pelos autores ao longo dos estudos efectuados com o instrumento variam entre .74 e .91. Dado o exposto, a inclusão deste instrumento de avaliação no presente estudo mostrou-se importante pelo que se procedeu ao seu estudo junto de amostras portuguesas conforme documentamos mais à frente neste trabalho.

### 3.2.5. Conflito Trabalho-Família

Se a antecipação do potencial conflito entre papéis familiares e profissionais pode, tal como foi anteriormente explicitado ao longo do Capítulo 1 (ponto 1.2.), influenciar as atitudes em relação à conciliação de papéis a avaliação antecipada deste conflito parece-nos pertinente no presente estudo. Assim, optou-se por recorrer ao *Multidimensional Measure of Work-Family Conflict* de Carlson, Kacmar & Williams (2000), dado que é um instrumento que permite a avaliação psicológica de diferentes dimensões do conflito do trabalho e da família classicamente referidas na literatura.

Além disso, incluiu também três dimensões ou formas de conflito a saber: baseadas no tempo, baseadas na pressão dos papéis e baseadas nos comportamentos assumidos no exercício de cada papel. O instrumento incluiu duas possíveis direcções de interferência, do trabalho para a família e da família para o trabalho. Esta escala de conflito trabalho-família é constituída por 18 itens, tendo na base da sua construção uma revisão e actualização de diferentes instrumentos de avaliação psicológica que pretendiam avaliar diferentes dimensões do conflito entre o trabalho e a família. As análises factoriais exploratórias e confirmatórias efectuadas pelos autores permitiram a extracção de seis factores que correspondem às dimensões teóricas: a interferência do trabalho com a família baseados no tempo, a interferência da família com o trabalho baseado no tempo, a interferência do trabalho com a família baseado na pressão do exercício do papel, a interferência da família no trabalho baseado na pressão do exercício do papel, a interferência do trabalho na família por via dos comportamentos e a interferência da família no trabalho por via dos comportamentos. As respostas são avaliadas numa escala de tipo *Likert* e cotadas de 1 a 4 de modo a que quanto maior for a pontuação global obtida, menos é sentido pelo sujeito o conflito do trabalho na família. O coeficiente *alfa* de Cronbach que foi calculado para avaliar a consistência interna das escalas no instrumento original apresentou os seguintes valores que vão de .78 a .87. Globalmente, dado o interesse do instrumento e as suas qualidades psicométricas, optou-se pela sua utilização. Para tal será conduzido um conjunto de estudos de forma a avaliar as suas qualidades psicométricas junto de amostras portuguesas.

### **3.2.6. Atitudes em relação ao trabalho/carreira, família/parentalidade e estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais**

A inexistência de instrumentos de avaliação das atitudes perante a família e parentalidade, trabalho e carreira profissional e conciliação da vida familiar e profissional, que satisfizesse os nossos propósitos para serem adaptados ao contexto português, conduziu-nos à construção de instrumentos junto de adultos portugueses. A decisão pela construção destes instrumentos tornou-se inevitável.

Na opção pela criação dos instrumentos englobou-se as dimensões das atitudes face à família e à parentalidade num instrumento, as atitudes face ao trabalho e à carreira profissional noutro e as estratégias relativas à conciliação da vida familiar e profissional num terceiro.

De seguida passamos a descrever com mais pormenor os estudos que foram conduzidos para adaptar ou construir os instrumentos escolhidos deste estudo, bem como para analisar as qualidades psicométricas.

#### **4. Instrumentos: processo de adaptação/ construção e avaliação das qualidades psicométricas**

##### **4.1. Estudos preliminares**

##### **4.1.1. Considerações gerais**

Relativamente ao Inventário de separação psicológica das figuras parentais, de Hoffman e à Escala de avaliação dos estatutos de identidade, Bennion & Adams, foram utilizadas versões que já utilizadas em amostras portuguesas. Apesar disto e dado que as qualidades dos instrumentos foram estudados junto de adolescentes e jovens adultos, e que estas dependem das características da amostra optou-se por confirmar as suas qualidades psicométricas no quadro deste estudo.

Para o Perfil de auto-percepção para adultos, a Escala de atitudes em relação aos papéis de género e para a Escala de conflito trabalho-família foi necessário, conforme já apontámos anteriormente adaptar a versão original em amostras portuguesas. Finalmente, os últimos instrumentos referidos, as Escalas de atitudes em relação ao trabalho e carreira, em relação à família e parentalidade e de estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais, foram construídos no âmbito do presente estudo. Deste modo, as diversas etapas de adaptação e construção destes instrumentos serão apresentadas nesta secção.

Contudo a metodologia geral seguida e as amostras a que se recorreu para testar as qualidades psicométricas dos diversos instrumentos foi a mesma para todos os instrumentos. Serão descritas com mais detalhe de seguida.

Numa primeira fase, a avaliação das qualidades psicométricas dos instrumentos compreendeu, a análise da sua estrutura recorrendo a análises factoriais exploratórias (em componentes principais) onde se excluíram itens que apresentaram saturações baixas nos factores, mais concretamente saturações inferiores a .30. Procedeu-se também à avaliação da consistência interna das escalas daí resultantes através do cálculo do coeficiente *alfa* de Cronbach.

Posteriormente, e com objectivos de verificação da estabilidade da estrutura factorial encontrada, procedeu-se a uma análise complementar de carácter

confirmatório numa outra amostra. Assim, a estrutura de dados obtida através da análise em componentes principais foi sujeita a confirmação mediante uma análise factorial confirmatória. O motivo central que está subjacente a esta opção prende-se com o facto da análise factorial confirmatória, ou modelação de estruturas covariantes, não só tomar em consideração os erros de medida, mas confirmar um modelo de estrutura definido *à priori*. Tornando-se uma modalidade de avaliação da estrutura da escala mais completa, a análise factorial confirmatória é uma técnica de análise multivariada que apresenta os mesmos requisitos básicos que todas as técnicas multivariadas (linearidade, normalidade, ausência de multicolinearidade e homocedasticidade das variâncias residuais). Recomenda, que as amostras sejam extensas, superiores a 100 sujeitos, dependendo do número de variáveis incluídas na análise (Reis, 1997). A modelação de estruturas covariantes, permite assim testar a plausibilidade de um modelo teórico baseado na assumpção de variáveis inferidas estimadas a partir de variáveis observadas (os itens de uma escala). Para além disso, permite incluir nos modelos, quer os erros associados a variáveis observadas, quer os erros associados a variáveis latentes. Destaca-se que o número de factores do modelo teórico, assim como a relação entre eles são decididos pelo investigador com base em critérios de ordem substantiva ou teórica (Reis, 1997; Reis & Ferreira, 2000). Assim, o modelo final é normalmente escolhido com base nas formulações teóricas e num conjunto de índices que permitem ter uma ideia da adequação do modelo aos dados. Estes índices são designados por índices de ajustamento global onde os mais referenciados pela literatura são o ACFI (*Adjusted Comparative Fit Index*), o GFI (*Goodness of Fit Index*) e o RMSEA (*Root Mean Square Error of Aproximation*). O ACFI permite comparar o modelo estimado com um modelo completamente independente, no qual não existe nenhuma relação entre variáveis com base no procedimento da máxima verosimilhança. Este índice deve variar entre 0 e 1, onde os valores acima de .90 indicam um ajustamento aceitável. O CFI é um índice que compara a matriz de covariância da amostra utilizada com a matriz de covariância estimada para a população. Tal como o índice anterior o seu valor deve estar compreendido entre 0 e 1 e deve ser superior a .90 para que o ajustamento seja considerado aceitável. O RMSEA é um indicador do erro de ajustamento que compara a matriz da amostra estudada com a matriz da população. Deste modo, quanto menor for o seu valor, mais pequena é a diferença entre as matrizes e mais aceitável é o modelo. Os valores variam entre 0 onde não há diferenças e 1 que corresponde à diferença máxima. Os valores inferiores a 0.05 indicam um ajustamento aceitável. Por

último como índice de ajustamento global, utiliza-se o  $X^2$  (Qui-Quadrado) que exprime, tendo em conta os graus de liberdade (gl), a distância entre o modelo hipotético especificado e o modelo sugerido pelos dados. Dado que o valor de  $X^2$  é sensível ao tamanho da amostra, utiliza-se muitas vezes o rácio  $X^2/\text{gl}$  considerando-se um ajustamento aceitável quando este valor é inferior a 5.

#### **4.1.2. Amostra e procedimento**

A estrutura factorial dos instrumentos, em termos exploratórios foi apreciada a partir de dados recolhidos junto de uma primeira amostra, chamada amostra de calibração de 385 estudantes universitários de universidades e institutos superiores do Norte e Centro do país e de jovens licenciados em diferentes áreas com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos. A idade média foi de 21.05 anos com um desvio-padrão de 3.45. A distribuição por sexos apresentou 68% de sujeitos do sexo feminino e 32% do sexo masculino. A segunda amostra, chamada amostra de validação, foi constituída por 361 alunos do ensino superior também provenientes de Universidades e Institutos Superiores da região do grande Porto com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, com uma média de idades de 21.47 com um desvio-padrão de 2.59. Para esta amostra a distribuição por sexos foi de 56% de sujeitos do sexo feminino e 44% de sujeitos do sexo masculino. Esta segunda amostra foi utilizada para a realização das análises factoriais confirmatórias.

Para instrumentos que foram já estudados em amostras portuguesas tais como o Inventário de separação psicológica e a Escala de avaliação dos estatutos de identidade, julgou-se desnecessário efectuar a reflexão falada. Assegurou-se contudo, junto de um grupo de 10 sujeitos que as instruções para o preenchimento das opções de resposta eram compreendidas de forma inequívoca. Para todos os instrumentos, num primeiro passo, procedeu-se à verificação da existência de questões com um menor poder discriminativo, sendo consideradas inadequadas e eliminadas quando mais de 70% das respostas se concentrava numa das duas metade de opções (Concordo Totalmente, Concordo) ou na metade de resposta desfavoráveis à afirmação (Discordo e Discordo Totalmente).

De seguida, são apresentados os resultados das análises que permitirão avaliar as qualidades psicométricas de cada um dos instrumentos, assegurando a sua validade e estabilidade factorial. Apresentam-se, também, as avaliações efectuadas à consistência das suas escalas.

## 4.2. Inventário de Separação Psicológica das Figuras Parentais, de Hoffman, 1994 (I.S.P.).

### 4.2.1 Análise factorial exploratória

A versão portuguesa do Inventário de separação psicológica é formada por 88 itens (44 relativos à mãe e 44 relativos ao pai). A análise factorial exploratória em componentes principais (feita conjuntamente para os itens relativos ao pai e à mãe), após a rotação *varimax*, permitiu encontrar uma solução de quatro factores, (tendo sido eliminados 44 itens). As contribuições proporcionais dos quatro factores para a variância explicada são, respectivamente, 19.5%, 10%, 6% e 5%.

#### Quadro 1.

Inventário de separação psicológica das figuras parentais (Hoffman, 1994): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação *varimax*).

Itens I.S.P.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	h2
26. A minha atitude em relação à obscenidade é semelhante à do meu pai.	.71	-.10	.10	.06	.53
44. A minha atitude para com o sexo é semelhante à do meu pai.	.67	-.10	.21	-.10	.52
29. As minhas opiniões acerca do papel das mulheres são semelhantes às do meu pai.	.66	-.10	.36	-.12	.48
32. As minhas opiniões acerca do papel dos homens são semelhantes às do meu pai.	.65	-.06	.34	-.16	.58
42. As minhas crenças sobre o que acontece às pessoas quando morrem são semelhantes às do meu pai.	.64	-.01	.16	.10	.44
41. As minhas crenças acerca do começo do universo são semelhantes às do meu pai.	.62	-.09	.10	-.01	.40
10. As minhas opiniões acerca do papel dos homens são semelhantes às da minha mãe.	.61	-.12	.06	.27	.47
19. A minha atitude em relação ao sexo é semelhante à da minha mãe.	.58	.05	-.01	.26	.41
35. As minhas convicções religiosas são semelhantes às do meu pai.	.56	-.02	.21	.18	.39
15. As minhas crenças acerca do começo do universo são semelhantes às da minha mãe.	.56	.09	.06	.13	.34
24. As minhas ideias acerca da igualdade racial são semelhantes às do meu pai.	.54	-.17	.19	-.02	.36
5. A minha atitude em relação à obscenidade é semelhante à da minha mãe.	.53	-.10	-.11	.28	.39
1. As minhas opiniões acerca do papel das mulheres são semelhantes às da minha mãe.	.47	-.19	.01	.33	.37
2. As minhas ideias acerca da igualdade racial são semelhantes às da minha mãe.	.46	-.12	.03	.34	.35
27. Por vezes, o meu pai é um peso para mim.	-.02	.69	-.28	.05	.57
39. Sinto que tenho obrigações para com o meu pai que não gostava de ter.	-.07	.65	-.09	-.11	.46

**Quadro 1. (continuação)**

Inventário de separação psicológica das figuras parentais (Hoffman, 1994): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação *varimax*)

Itens I.S.P.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	$h^2$
47. Por vezes, o meu pai é para mim origem de embaraço.	-.02	.65	-.26	.01	.49
36. Gostava que o meu pai não tentasse manipular-me.	-.07	.64	.04	-.13	.44
30. Culpo o meu pai de muitos problemas que tenho.	-.04	.61	-.32	.07	.43
33. Gostava que o meu pai não fosse excessivamente protector.	-.04	.57	.06	.07	.34
22. Por vezes, a minha mãe é para mim origem de embaraço.	-.05	.55	.02	-.29	.40
14. Gostava que a minha mãe não tentasse manipular-me.	.01	.51	.10	-.22	.32
6. Por vezes, a minha mãe é um peso para mim.	.03	.49	.04	-.45	.45
49. Fico irritado(a) quando o meu pai me critica.	-.09	.48	-.02	.05	.24
20. Desejava que a minha mãe não tentasse que eu tomasse o partido dela.	-.03	.45	.06	-.24	.27
11. Gostava que a minha mãe não fosse excessivamente protectora.	-.02	.42	.09	-.26	.25
47. Por vezes, o meu pai é para mim origem de embaraço.	-.02	.65	-.26	.01	.49
23. Fico irritado(a) quando a minha mãe me critica.	-.03	.41	.09	-.14	.20
16. Desejo muitas vezes que a minha mãe me trate mais como um(a) adulto(a).	-.10	.39	.25	-.10	.24
45. Peço conselhos ao meu pai quando planeio as minhas férias.	.19	.04	.71	.09	.55
34. Não faria uma compra importante sem a aprovação do meu pai.	.09	.07	.70	.15	.53
43. Pergunto ao meu pai o que hei-de fazer quando me encontro numa situação difícil.	.26	-.27	.66	.02	.59
37. Em geral, consulto o meu pai quando faço planos para um fim-de-semana fora.	.08	.05	.66	.11	.46
40. Consulto o meu pai quando decido sobre um emprego em part-time.	.17	.03	.64	.10	.45
28. Em geral, peço ajuda ao meu pai para me livrar de sarilhos.	.23	-.13	.53	.05	.35
50. Às vezes, penso que sou demasiado dependente do meu pai.	-.10	.33	.49	.21	.40
31. Peço frequentemente ao meu pai que me ajude a resolver os meus problemas pessoais.	.37	-.16	.49	-.01	.40
48. Gosto que o meu pai me ajude a escolher a roupa que compro para ocasiões especiais.	.29	.07	.40	.05	.26
9. Estar longe da minha mãe faz-me sentir só.	.06	-.03	.23	.70	.55
4. Tenho saudades se estou muito tempo longe da minha mãe.	.18	-.23	.10	.64	.52
12. Quando estou longe de casa, às vezes telefono só para ouvir a voz da minha mãe.	.07	-.07	.10	.64	.43
7. A minha mãe é a pessoa mais importante do mundo para mim.	.06	-.14	.05	.61	.41
21. Julgo ter uma relação mais próxima com a minha mãe do que a maioria das pessoas da minha idade.	.21	-.12	-.07	.50	.32
8. Gosto de mostrar a fotografia da minha mãe aos meus amigos.	.07	-.06	.22	.46	.27
17. As minhas crenças sobre o que acontece às pessoas quando morrem são semelhantes às da minha mãe.	.25	-.11	.05	.31	.42
% de Variância Total	19.5	10.0	6.0	5.3	
Valor Próprio	9.758	5.012	3.034	2.688	



No Quadro 1 indicam-se as saturações factoriais e as comunalidades dos 44 itens. O factor 1 integra itens referentes tanto ao pai como à mãe que correspondem à independência ideológica (itens 26, 44, 29, 32, 42, 41, 10, 19, 35, 15, 24, 5, 1 e 2), o factor 2 corresponde à independência emocional (itens 27, 39, 47, 36, 30, 33, 22, 14, 6, 49, 20, 11, 23 e 16), o factor 3 corresponde à independência funcional (itens 45, 34, 43, 37, 40, 28, 50, 31 e 48) e, por último, o factor 4 que diz respeito à independência conflitual (itens 9, 4, 12, 7, 21, 8 e 17).

Nesta fase, numa primeira avaliação da consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .89 para o factor 1, de .84 para o factor 2, de .83 para o factor 3 e de .81 para o factor 4.

#### 4.2.2. Análise factorial confirmatória

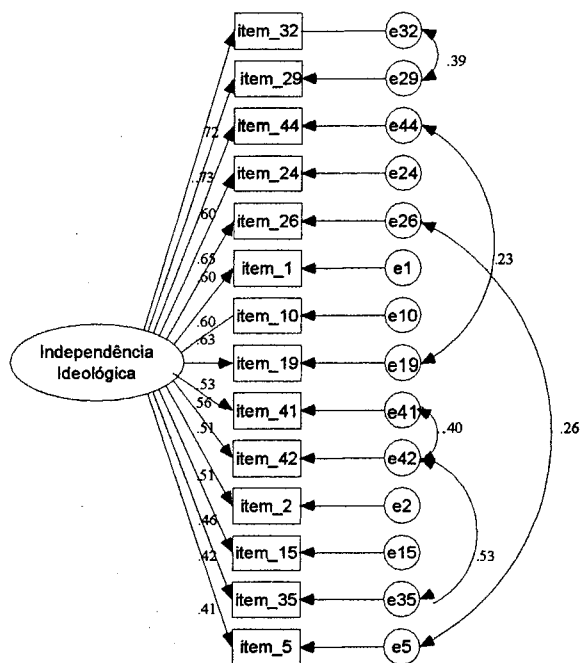
Para confirmar a estrutura factorial e avaliar as relações entre escalas, já que alguns dos itens presentes apresentavam valores de saturação muito próximos e relativamente elevados para mais do que um factor, efectuou-se uma análise factorial confirmatória. Como assinalámos, esta nova avaliação tem a vantagem de considerar a componente de erro associada à saturação de cada item no respectivo factor. Num primeiro momento, as análises factoriais foram efectuadas para cada factor separadamente, de modo a poder apreciar a necessidade de eliminação de um ou de outro item para garantir um melhor ajustamento ao modelo (Figuras 2, 3, 4 e 5).

De seguida foi realizada uma análise factorial confirmatória das quatro escalas no seu conjunto (Figura 6).

Para o factor 1 todos os itens apresentam bons níveis de saturação sendo os indicadores de ajustamento do modelo de  $\chi^2/g.l.=3.17$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.91$ ,  $AGFI=.86$ ,  $CFI=.92$  e  $RMSEA=.07$  (ver Figura 2). Para o factor 2 os valores são de  $\chi^2/g.l.=3.69$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.92$ ,  $AGFI=.86$ ,  $CFI=.90$  e  $RMSEA=.08$  (ver Figura 3); para o factor 3 os valores são  $\chi^2/g.l.=2.11$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.96$ ,  $AGFI=.93$ ,  $CFI=.96$  e  $RMSEA=.05$  (ver Figura 4); e por último para o factor 4 são  $\chi^2/g.l.=1.63$ ,  $p=.016$ ,  $GFI=.97$ ,  $AGFI=.95$ ,  $CFI=.97$  e  $RMSEA=.04$  (ver Figura 5).

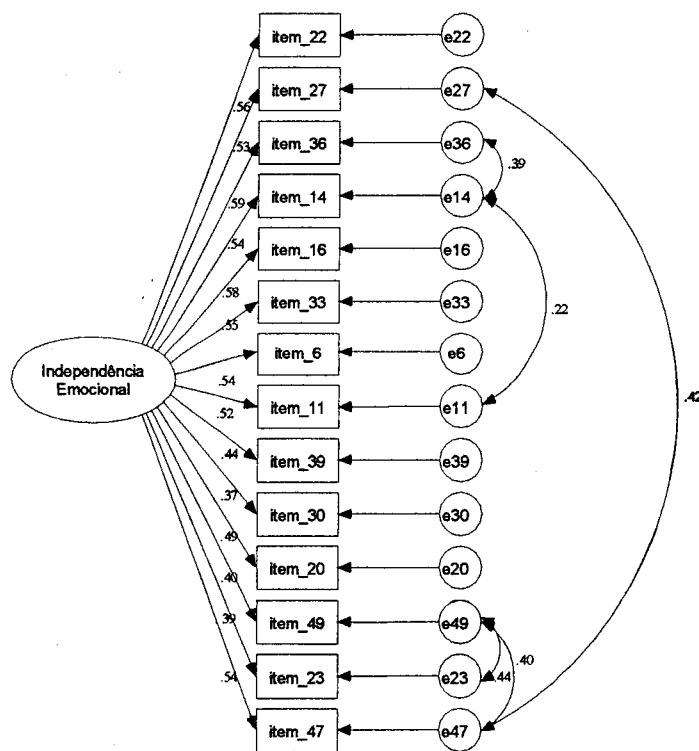
**Figura 2**

Inventário de separação psicológica, (Hoffman, 1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência ideológica



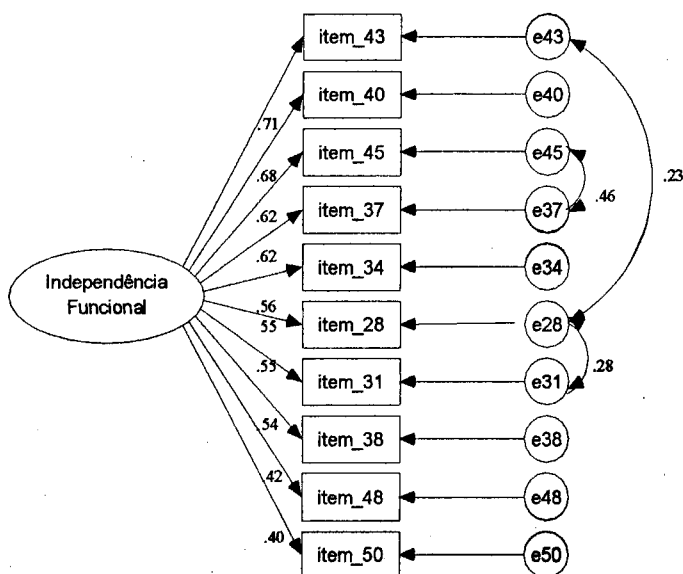
**Figura 3**

Inventário de separação psicológica, (Hoffman, 1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência emocional



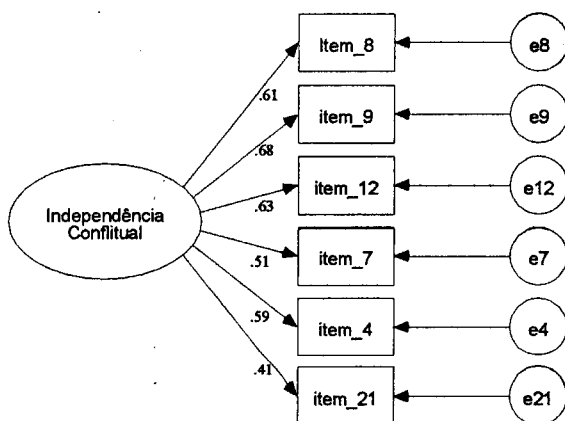
**Figura 4**

Inventário de separação psicológica, (Hoffman, 1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência funcional



**Figura 5**

Inventário de separação psicológica, (Hoffman, 1994): estrutura factorial após análise confirmatória do factor independência conflitual



Os resultados são, assim, globalmente satisfatórios destacando-se o factor 4 com os melhores valores de ajustamento global do modelo. Mantivemos os itens resultantes da análise factorial exploratória, para a análise factorial confirmatória do conjunto do instrumento. Assumimos *à priori* a existência de uma estrutura factorial com os quatro factores estejam provavelmente correlacionados (ver Figura 6).

Na Figura 6 estão representados os valores de saturação dos itens para cada factor no conjunto da escala. Nota-se a baixa acentuada na saturação do item 47, assim as relações entre 3 dos 4 factores da escala. Observa-se também relações entre certos itens de uma mesma escala que são teoricamente explicáveis devido à proximidade dos tópicos ou ao paralelismo entre a independência relativamente ao pai e à mãe.

Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são  $\chi^2=2672.206$  (g.l.=1059)  $p=.000$ , GFI=.76, AGFI=.73, CFI=.76 e RMSEA=.06, ou seja, estes valores de ajustamento são mais fracos do que quando se considera cada factor separadamente.

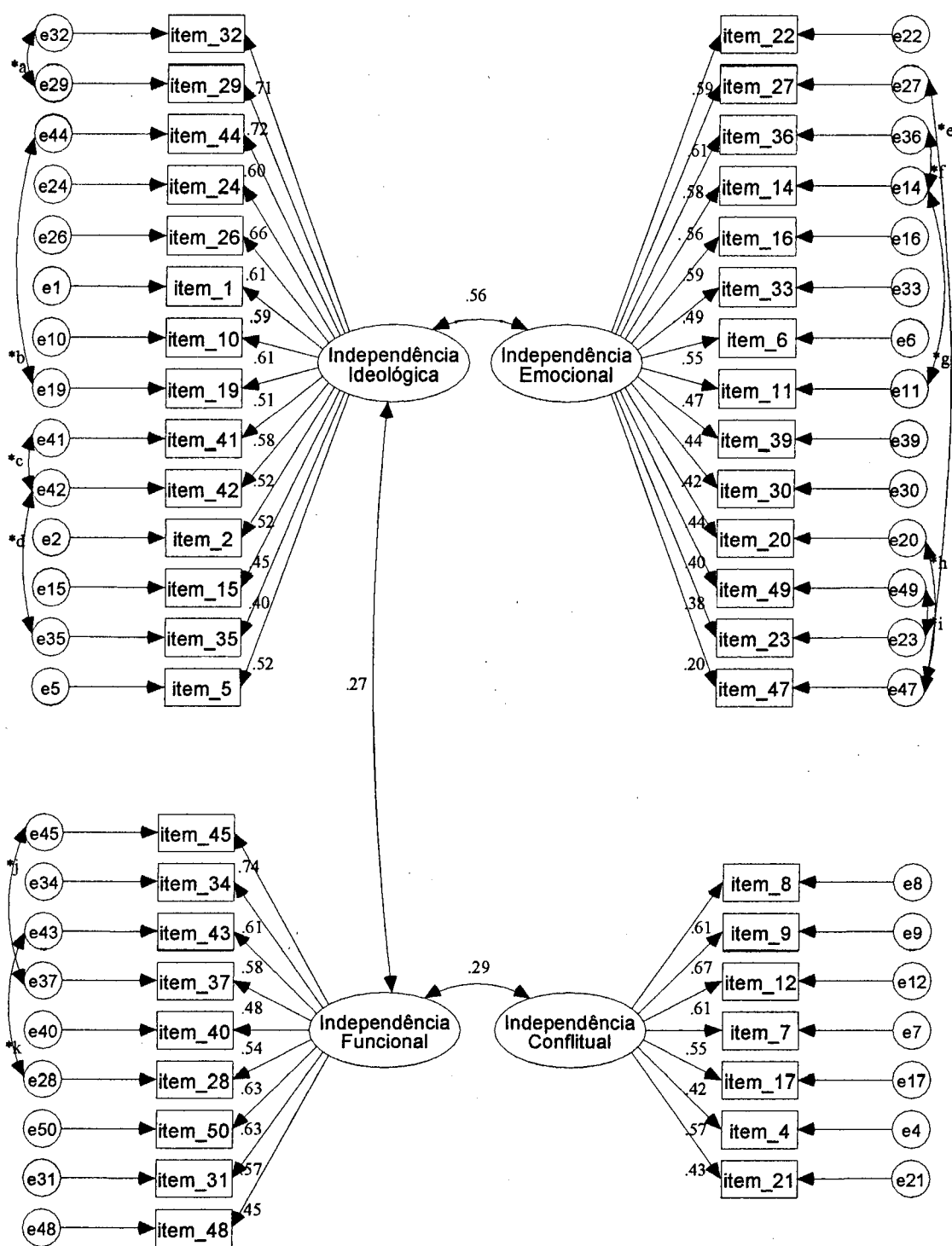
Apesar dos valores encontrados serem um pouco mais fracos para a escala global considerou-se, a partir da análise de cada factor isoladamente, que tanto as saturações dos itens como os valores de ajustamento para cada factor eram satisfatórios, pelo que se optou por não alterar a estrutura factorial encontrada na análise exploratória.

#### 4.2.3. Fiabilidade: consistência interna

A consistência interna dos factores para esta amostra foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach para cada uma das dimensões factoriais finais, sendo de .89 para o factor 1, de .84 para o factor 2, de .83 para o factor 3 e de .79 para o factor 4. Estes resultados coincidem com os resultados da consistência interna obtidos para a amostra de calibração utilizada na análise exploratória.

No seu conjunto os valores obtidos nas análises factoriais como na avaliação da consistência interna são considerados bastante satisfatórios pelo que se optará pelo uso deste instrumento no presente estudo.

**Figura 6**  
Inventário de separação psicológica (Hoffman, 1994): estrutura factorial da escala completa após análise confirmatória



\*a=.40; \*b=.37; \*c=.28; \*d=.38; \*e=.32; \*f=.22; \*g=.34; \*h=.27; \*i=.44; \*j=.55; \*k=.32

### **4.3. Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986)**

#### **4.3.1. Análise factorial exploratória**

Conforme se referiu anteriormente, no ponto 3.2.2. deste capítulo, o estudo junto de uma amostra portuguesa da Escala de avaliação dos estatutos de identidade levou as autoras a chamar a atenção para a importância de serem efectuados mais estudos sobre o instrumento (Matos, Barbosa & Costa, 1999).

Deste modo, dado que a nossa amostra se reporta a estudantes universitários, o que faz variar as características etárias e contextuais do grupo em relação ao estudo conduzido pelas referidas autoras e, considerando que os estatutos de identidade tendem a variar em função da etapa desenvolvimental, optou-se pela condução de análises exploratórias e confirmatórias para este instrumento.

Numa primeira etapa procedemos a análise factorial exploratória (análise em componentes principais) que permitiu a identificação de três factores, após rotação *varimax* com a seguinte saturação por factor: factor 1 (itens 42, 27, 37, 40, 61, 24, 60, 28, 17, 55, 21, 3, 48, 36, 29, 24, 13, 47, 3, 55, 18, 42, 23, 4 e 17), factor 2 (itens 35, 53, 31, 16, 14, 56, 12, 45, 41, 30, 54, 26, 6, 11, 5, 50, 9, 19, 25, 33, 58 e 7), factor 3 (itens 51, 23, 46, 57, 49, 34, 20, 32, 43, 47, 15, 38, 52 e 13), tendo sido eliminados dez itens que apresentavam saturações inferiores a .30.

Assim, no factor 1 saturam itens referentes ao estatuto de identidade vicariante, no factor 2 saturam itens referentes ao conjunto de estatutos de moratória e de difusão e no factor 3 saturam itens referentes ao estatuto de identidade construída. O 1º factor contribui para 14% da variância explicada, o 2º factor 9% e o 3º factor 5%. No seu conjunto os três factores explicam 28% da variância.

A consistência interna das dimensões factoriais foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .85 para o factor 1, de .83 para o factor 2, de .78 para o factor 3.

**Quadro 2.**

Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação *varimax*).

Itens E.O.M.E.I.S.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	$h^2$
42. A visão dos meus pais sobre a vida parece-me suficientemente boa para mim. Não preciso de mais nenhuma.	.60	-.46	-.08	.44
27. A minha ideia acerca do que é ser homem e do que é ser mulher foi-me transmitida pelos meus pais e não tenho necessidade de a pôr em causa.	.56	-.02	.03	.31
37. Nos tempos livres sinto-me bem a fazer o que os meus pais costumam fazer.	.55	.12	-.32	.17
40. Os meus pais sempre tiveram projectos para mim, em termos profissionais, e eu penso seguir os planos deles.	.55	-.01	-.24	.36
61. A minha família tem convicções morais e políticas sobre determinados temas, que têm sido decisivas na formação das minhas opiniões.	.52	.18	-.12	.23
24. Os meus pais tiveram uma influência decisiva nas minhas opções políticas.	.52	.18	-.16	.33
60. Só me sinto bem a ter uma relação amorosa com pessoas que os meus pais aprovem.	.52	-.08	-.40	.44
28. O estilo de vida que desejo para mim é aquele que os meus pais sempre valorizaram.	.51	.01	-.09	.27
17. Eu podia ter pensado numa série de profissões para o meu futuro mas, realmente, os meus pais tiveram um papel decisivo na minha escolha.	.51	.08	-.08	.13
55. Nunca senti necessidade de questionar verdadeiramente a minha religião. Se está bem para os meus pais, também está bem para mim.	.48	-.08	-.27	.26
21. Os meus pais sabem bem o que é melhor para mim no que se refere à escolha dos meus amigos.	.45	-.04	.01	.20
3. As ideias que eu tenho sobre as diferenças entre os homens e as mulheres são fortemente influenciadas pelos meus pais.	.45	-.24	-.04	.26
48. Pratico a mesma religião que a minha família. Nunca me questioneei verdadeiramente porquê.	.44	.31	-.03	.29
36. É muito importante que os meus pais aprovem os amigos com quem ando.	.43	.18	-.10	.46
29. Não tenho grandes amigos e não sinto necessidade de nenhum neste momento.	.42	.05	-.34	.28
24. Os meus pais tiveram uma influência decisiva nas minhas opções políticas.	.42	.04	-.03	.17
13. Sei bem quais são os amigos com que me sinto melhor.	.40	.17	-.07	.20
47. Demorei bastante tempo a decidir, mas agora estou bastante certo(a) da direcção a tomar em relação ao meu futuro profissional.	.40	.06	.11	.28
3. As ideias que eu tenho sobre as diferenças entre os homens e mulheres são fortemente influenciadas pelos meus pais.	.39	.22	.20	.24
55. Nunca senti necessidade de questionar verdadeiramente a minha religião. Se está bem para os meus pais, também está bem para mim.	.39	.32	-.23	.37
18. A fé é algo único. Eu próprio(a) penso várias vezes sobre a questão e tenho uma posição acerca dela.	.36	.20	-.20	.22

**Quadro 2. (continuação)**

Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação varimax).

Itens E.O.M.E.I.S.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	$h^2$
42. A visão dos meus pais sobre a vida parece-me suficientemente boa para mim. Não preciso de mais nenhuma.	.35	.03	.06	.12
23. Eu não penso muito em ter uma relação amorosa. Aproveito as oportunidades que me surgem.	.34	.26	.24	.24
4. Não me identifico com nenhum estilo de vida em particular.	.34	.04	-.20	.16
17. Eu podia ter pensado numa série de profissões para o meu futuro mas, realmente, os meus pais tiveram um papel decisivo na minha escolha.	.34	.04	-.20	.16
35. Tenho-me interrogado acerca do que espero da vida, mas ainda não tenho nenhuma posição.	.06	.70	-.08	.34
53. Nunca me envolvi suficientemente em política para ter uma opinião formada sobre o assunto.	-.16	.66	-.05	.12
31. Há muitos partidos e ideias políticas diferentes. Não consigo optar por nenhum até ter uma ideia mais clara acerca de cada um deles.	.04	.64	.15	.44
16. Nunca pensei verdadeiramente em política. Simplesmente não me interessa muito.	.23	.60	.09	.44
14. Tenho experimentado várias actividades de tempos livres, mas ainda não me decidi por nenhuma em particular.	-.04	.58	.16	.37
56. Hoje me dia, os papéis do homem e da mulher parecem bastante confusos, por isso, não penso muito nesta questão.	.26	.58	-.09	.37
12. Tenho pensado no estilo de vida que gostaria de ter, mas ainda não cheguei a uma conclusão.	.24	.58	.15	.32
45. Tenho vindo a pensar acerca do que espero de uma relação amorosa, embora ainda não tenha uma ideia clara.	.18	.57	.07	.37
41. Não tenho ainda uma opinião formada acerca de como marido e mulher devem distribuir responsabilidades no casamento, mas tenho pensado acerca disso.	.08	.56	-.01	.28
30. Tenho tido várias relações amorosas, mas ainda não estou seguro(a) do que quero para mim.	-.33	.53	.07	.42
54. Não consigo decidir que curso ou que profissão escolher. Existem muitas alternativas que me atraem.	.36	.39	.07	.29
26. Tenho-me interrogado acerca do significado da religião para mim, mas ainda não me defini.	.36	.39	-.31	.18
6. Não costumo tomar a iniciativa de fazer qualquer coisa nos tempos livres. Vou para onde me levam.	.12	.38	.19	.31
11. Há diferentes maneiras de dividir responsabilidades e tarefas no casamento. Tenho pensado acerca disso e ainda não sei bem como gostaria que acontecesse comigo.	-.03	.38	-.13	.13
5. Tenho tido diferentes tipos de amigos e ainda não sei bem com qual deles me sinto melhor.	.22	.36	-.27	.32
50. Não tenho grandes amigos. Prefiro andar por aí com as pessoas e divertir-me.	.13	.35	.12	.38
9. Tenho pensado acerca das minhas escolhas vocacionais e ainda estou a tentar definir o meu projecto de carreira.	-.20	.34	.23	.26
19. Na verdade, eu nunca pensei seriamente na distribuição dos papéis masculinos e femininos no casamento. É um assunto que não me preocupa.	.25	.34	.24	.21



**Quadro 2. (continuação)**

Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em quatro factores (após rotação *varimax*).

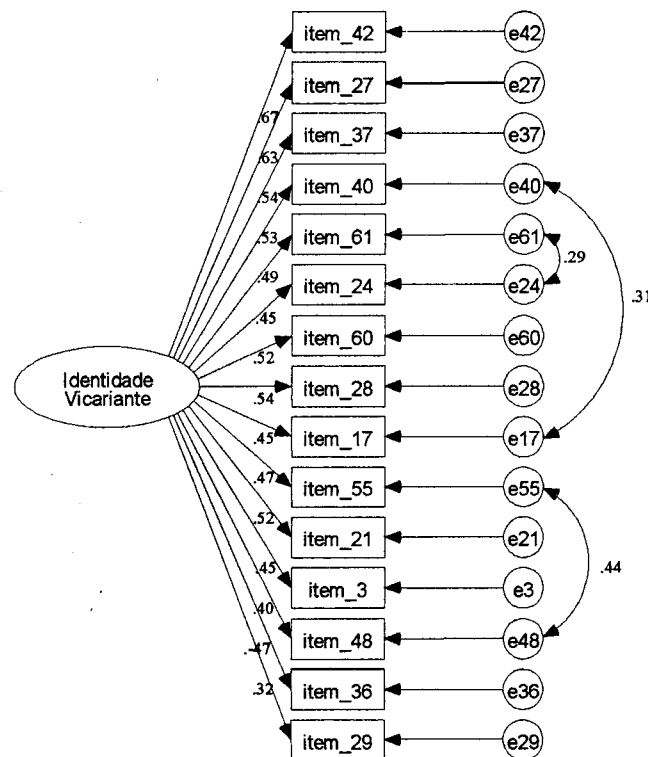
Itens E.O.M.E.I.S.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	$h^2$
25. Não estou muito preocupado(a) com o meu futuro profissional	.30	.32	-.31	.16
33. Actualmente a religião é um tema confuso para mim. Estou sempre a mudar as minhas opiniões acerca dele.	.11	.32	.19	.31
58. Tenho-me interrogado acerca do valor da amizade, e ainda não estou certo(a) do seu papel na minha vida.	.12	.31	-.11	.13
7. As relações amorosas são um assunto com o qual não me preocupo muito.	.21	.30	-.27	.42
51. Tenho experimentado várias actividades recreativas na esperança de encontrar uma (ou mais) que realmente me agrade(m).	.13	.03	.60	.38
23. Eu não penso muito em ter uma relação amorosa. Aproveito as oportunidades que me surgem.	-.20	.01	.58	.32
46. Estou a tentar definir-me politicamente.	.25	.02	.58	.23
57. Depois de reflectir bastante, tenho uma ideia mais clara de como gostaria que fosse o meu estilo de vida.	-.08	.07	.57	.43
49. Há muitas formas de um casal dividir as responsabilidades familiares. Tenho pensado em muitas delas e acho que sei o que desejo para mim.	.36	.06	.57	.38
34. Tenho pensado sobre os papéis do homem e da mulher no casamento e acho que sei como gostaria que acontecesse comigo.	-.11	.12	.56	.22
20. Tenho pensado bastante acerca do estilo de vida que gostaria de ter. Já cheguei a algumas conclusões.	-.19	.06	.49	.22
32. Demorei algum tempo a decidir, mas agora sei que rumo dar à minha vida em termos profissionais.	-.15	-.01	.48	.25
43. Tive várias amizades diferentes, agora tenho uma ideia clara do tipo de pessoas com quem gosto mais de estar.	.41	.05	.46	.38
47. Demorei bastante tempo a decidir, mas agora estou bastante certo(a) da direcção a tomar em relação ao meu futuro profissional.	.02	.12	.46	.30
15. Como já tive vários(as) namorados(as), sei o que procuro numa relação amorosa.	.27	.23	-.38	.27
38. É muito importante para mim que os meus pais aceitem o(a) meu (minha) namorado(a) ou companheiro(a).	-.35	.14	.36	.27
52. Namorei com diferentes tipos de pessoas, por isso já sei o que espero de uma relação amorosa.	-.01	.09	.34	.34
13. Sei bem quais são os amigos com que me sinto melhor.	-.14	-.02	.31	.12
% de Variância Total	14.1	9.4	5.2	
Valor Próprio	8.661	5.782	3.207	

### 4.3.2. Análise factorial confirmatória

Para testar a estabilidade factorial da escala e a relação entre as sub-escalas visto que alguns itens apresentam valores de saturação muito próximos e elevados para mais do que um factor, efectuámos uma análise confirmatória junto de amostra de validação, considerando-se nesta nova avaliação a componente de erro associada a saturação de cada item no respectivo factor. A análise factorial confirmatória indicou valores baixos de saturação para alguns dos itens que foram deste modo eliminados ( $\leq .30$ ).

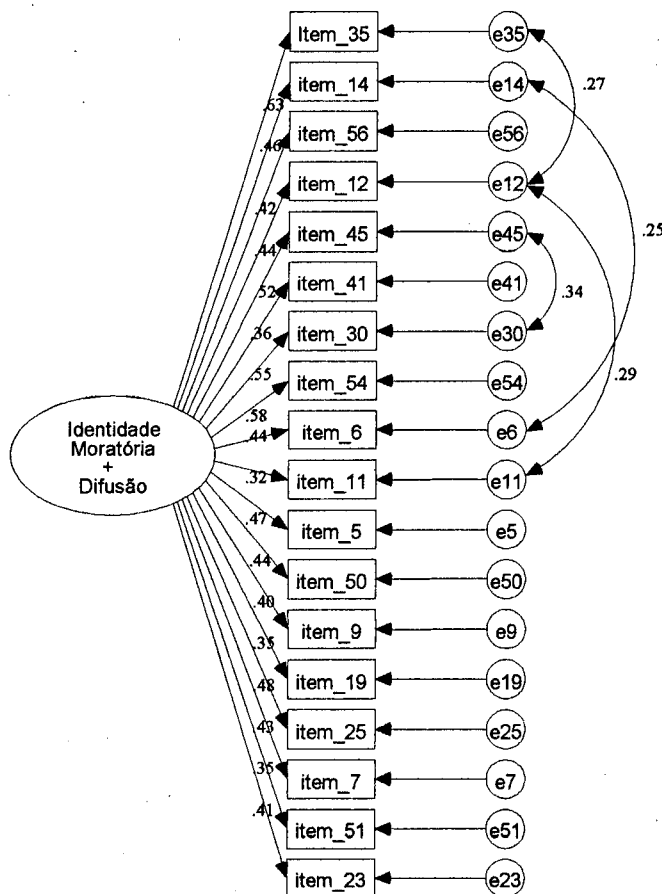
**Figura 7**

Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial após análise confirmatória do factor estatuto de identidade vicariante



**Figura 8**

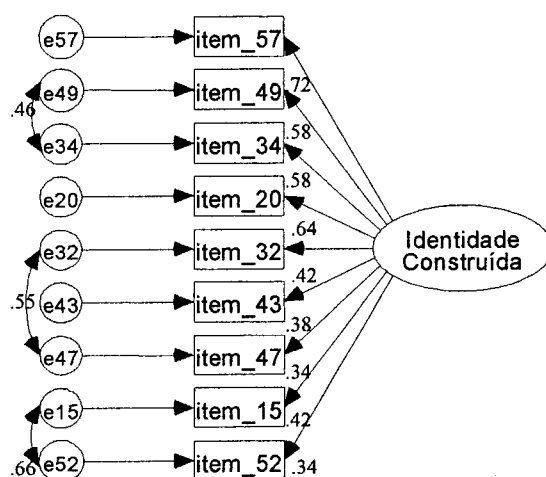
Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial após análise confirmatória do factor estatuto de identidade moratória e difusão



Assim, os factores ficam saturados pelos seguintes itens: factor 1 que corresponde ao estatuto de identidade vicariante (itens 42, 27, 37, 40, 61, 24, 60, 28, 17, 55, 21, 3, 48, 36 e 29), factor 2 que corresponde ao estatuto de identidade moratória e difusão (itens 35, 14, 56, 12, 45, 41, 30, 54, 6, 11, 5, 50, 9, 19, 25, 7, 51 e 23), factor 3 que corresponde à identidade construída (itens 57, 49, 34, 20, 32, 43, 47, 15 e 52). Os indicadores de ajustamento do modelo para o factor 1 são de:  $\chi^2/g.l.=2.05$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.94$ ,  $AGFI=.92$ ,  $CFI=.92$  e  $RMSEA=.05$  (ver Figura 7); para o factor 2 os valores são de  $\chi^2/g.l.=2.78$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.90$ ,  $AGFI=.87$ ,  $CFI=.81$  e  $RMSEA=.07$  (ver Figura 8); para o factor 3  $\chi^2/g.l.=1.54$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.98$ ,  $AGFI=.96$ ,  $CFI=.99$  e  $RMSEA=.03$  (ver Figura 9). Os resultados são globalmente satisfatórios destacando-se o factor 3 com os valores de ajustamento global do modelo mais satisfatórios.

**Figura 9.**

Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial após análise confirmatória do factor estatuto de identidade construída



Na Figura 10 estão representados os valores de saturação dos itens para cada factor na escala global, bem como as relações entre as escalas. Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são  $\chi^2/g.l.=2.23$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.80$ ,  $AGFI=.78$ ,  $CFI=.76$  e  $RMSEA=.05$ .

#### 4.3.3. Fiabilidade: consistência interna

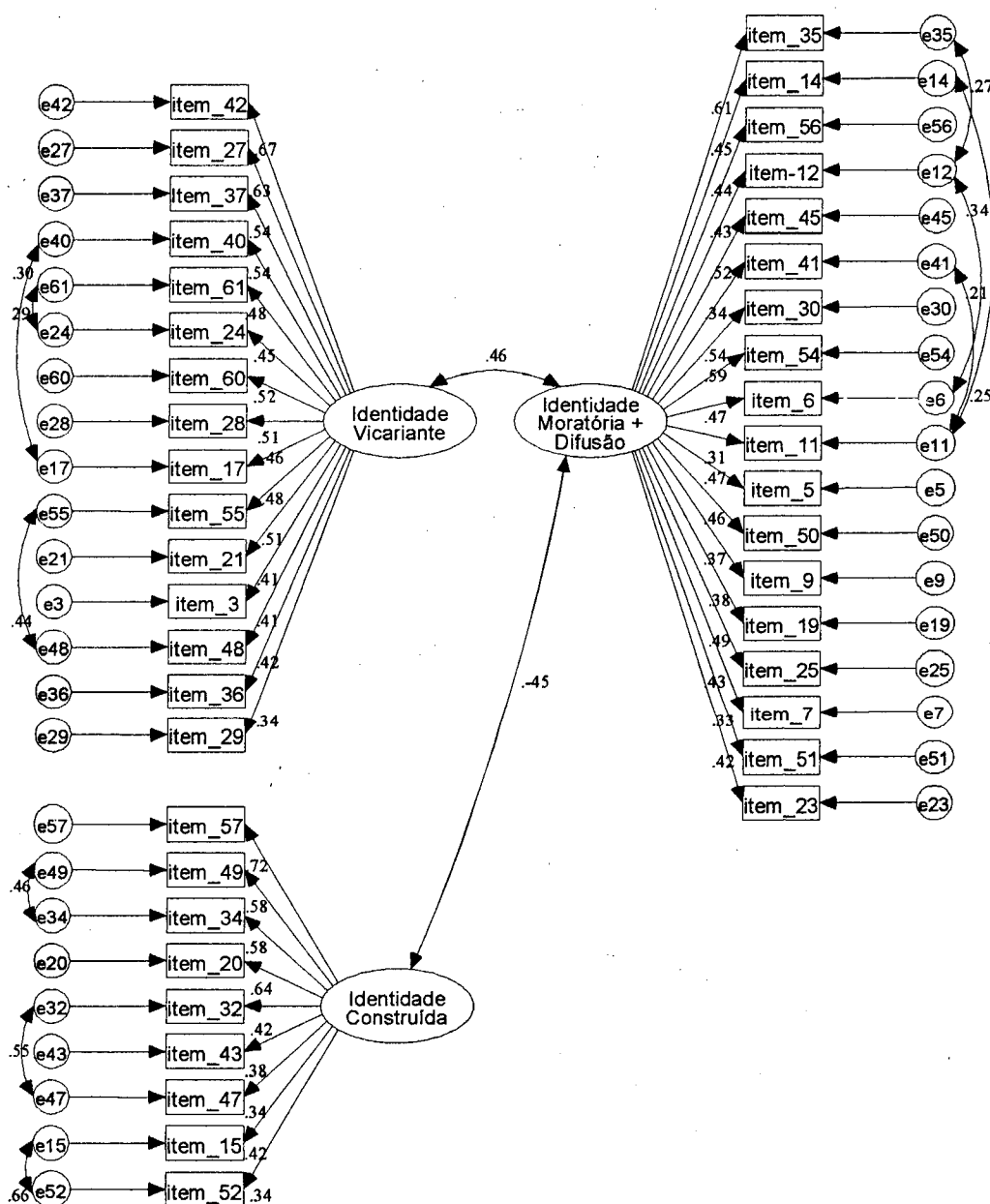
A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .84 para o factor 1, de .83 para o factor 2, de .76 para o factor 3. Como previsto, os factores estão correlacionados e a relação entre a identidade construída e a identidade moratória é negativa. Contrariamente às expectativas, contudo, verifica-se uma relação positiva entre a identidade vicariante e a identidade moratória e difusão. Uma possível interpretação para este resultado reside no facto de na adultez emergente se adoptarem atitudes que coincidem com as dos pais e dos modelos sociais vigentes não impede a exploração de outras opções que se traduz na manifestação de uma identidade moratória. Para além disso destaca-se ainda que, apesar do segundo factor da escala integrar itens que se reportam tanto ao estatuto de

identidade de moratória como de difusão em relação a este último estão apenas presentes quatro itens na versão final da escala pelo que este factor espelha maioritariamente a identidade de moratória.

No seu conjunto as análises factoriais conduzidas assim como os indicadores de consistência interna obtidos permitem destacar o interesse deste instrumento para a avaliação dos estatutos de identidade, pelo que será incluído neste estudo.

**Figura 10**

Escala de avaliação dos estatutos de identidade (EOMEIS-2, Bennion & Adams, 1986): estrutura factorial para a escala completa após análise confirmatória



**4.4. *Adult self-perception profile (Harter, 1983), Perfil de auto-percepção para adultos; Pacific attitudes toward gender scale (Vaillancourt & Leaper, 1997), Escala de atitudes perante os papéis de género e Multidimensional measure of work-family conflict (Carlson, Kacmar & Williams, 2000), Escala de conflito trabalho-família.***

Dado que estes instrumentos não tinham sido utilizados em estudos portugueses, o seu processo de adaptação para este estudo seguiu um conjunto de etapas que passamos a descrever. As duas primeiras etapas, idênticas para três instrumentos, pelo que serão apresentadas conjuntamente nesta secção.

#### **4.4.1. *Tradução e reflexão falada***

A primeira fase da adaptação dos instrumentos consistiu na tradução e retroversão dos itens de inglês para português e do português para o inglês de modo a verificar a qualidade e fiabilidade da tradução de cada item. Após esta fase, as escalas foram submetidas a uma reflexão falada, com um grupo de 20 adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos, de ambos os sexos, solteiros e casados, com filhos e sem filhos e com diferentes níveis de escolaridade.

Esta reflexão tinha o objectivo de apreciar a adequação geral dos itens para o contexto sócio-cultural português, assim como testar a sua compreensão unívoca e a adequação das alternativas de resposta. A realização da etapa de reflexão falada não conduziu à alteração da formulação portuguesa dos instrumentos.

#### **4.4.2. *Capacidade de discriminação dos itens***

A segunda etapa teve como objectivo avaliar a capacidade de discriminação dos itens. Procedeu-se à verificação da existência de questões com um menor poder discriminativo, sendo para tal consideradas quando mais de 70% das respostas se concentrava no pólo positivo ou negativo das opções (Concordo Totalmente, Concordo ou Discordo e Discordo Totalmente). Dado que não foram encontrados itens nas referidas circunstâncias não houve necessidade de suprimir itens nesta fase de análise.

Para a análise factorial exploratória e confirmatória, o estudo da consistência interna, através do cálculo do coeficiente *alfa* de Cronbach os resultados relativos a cada instrumento serão apresentados em separado.

#### 4.4.3. Perfil de auto-percepção para adultos

##### 4.4.3.1. Análise factorial exploratória

A avaliação das qualidades psicométricas do instrumento compreendeu a realização de análise factorial exploratória que permitiu a exclusão de 5 itens que apresentaram saturações inferiores a .30 e evidenciou, após a rotação *varimax*, uma solução em três factores saturados pelos seguintes itens factor 1 (itens 1, 13, 7, 6, 20, 15, 18, 10, 22, 8, 24 e 12), factor 2 (itens 17, 5, 23, 11, 9, 21 e 3) e o factor 3 (itens 25, 4, 19, 14, 16 e 2). O 1º factor contribui para 24% da variância explicada, o 2º factor 9% e o 3º factor 7%, sendo o total da variância explicada de 39%. Do ponto de vista conceptual os factores obtidos são de interpretação difícil na medida em que incluem itens provenientes de várias das escalas originais. Assim, o primeiro factor é constituído por itens tanto do auto-conceito-global, como do sentido de competência no trabalho, nas relações íntimas e do factor de sustentador adequado. O segundo factor integra itens da competência para gerir as tarefas domésticas, cuidar dos outros e sustentador adequado. Por último, o terceiro factor integra itens do auto-conceito-global, da competência no trabalho e para cuidar dos outros. A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .79 para o factor 1, de .74 para o factor 2, de .69 para o factor 3. Estes valores, não muito elevados, apesar de aceitáveis para a comparação de grupos, podem de algum modo espelhar a diversidade de itens que compõem cada factor.

#### Quadro 3.

Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em três factores (após rotação *varimax*).

Itens A.S.P.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	H2
1. Alguns adultos gostam do tipo de pessoas que são MAS Outros adultos gostavam de ser outra pessoa.	.68	.03	-.24	.51
13. Alguns adultos são felizes como são Mas Outros adultos gostariam de ser diferentes.	.67	-.06	-.20	.50
7. Alguns adultos estão satisfeitos com a forma como sustentam as pessoas importantes na sua vida Mas Outros adultos estão insatisfeitos com a forma como sustentam essas pessoas.	.63	-.03	-.15	.43

**Quadro 3. (continuação)**

Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em três factores (após rotação *varimax*).

Itens A.S.P.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	$h^2$
6. Alguns adultos não gostam de proteger/auxiliar os outros Mas Outros adultos gostam de proteger auxiliar os outros.	.55	-.05	-.03	.31
20. Alguns adultos estão orgulhosos do seu trabalho Mas Outros adultos não estão muito orgulhosos daquilo que fazem.	.54	-.13	-.24	.37
15. Alguns adultos sentem que são bons a cuidar dos outros Mas Outros adultos não têm muito jeito para cuidar dos outros.	.53	-.34	.08	.40
18. Algumas pessoas procuram relações próximas/chegadas Mas Outras pessoas evitam relações próximas/chegadas.	.52	-.22	.22	.37
10. Alguns adultos estão satisfeitos com a forma como sustentam as pessoas importantes na sua vida Mas Outros adultos estão insatisfeitos com a forma como sustentam essas pessoas.	.46	-.15	-.25	.29
22. Alguns adultos sentem que podem sustentar adequadamente as necessidades daqueles que são importantes para si Mas Outros adultos sentem que não podem sustentar adequadamente essas necessidades.	.46	-.36	-.18	.37
8. Alguns adultos sentem que são muito bons no seu trabalho Mas Outros adultos preocupam-se se conseguem ou não fazer o seu trabalho.	.39	.38	-.21	.34
24. Alguns adultos, em relacionamentos próximos, têm muitas dificuldades em comunicar abertamente Mas Outros adultos, em relacionamentos próximos, sentem que é fácil comunicar abertamente.	-.34	.18	.31	.24
12. Alguns adultos acham difícil estabelecer relacionamentos íntimos Mas Outros adultos não têm dificuldade em estabelecer relacionamentos íntimos.	-.33	.09	.27	.20
17. Alguns adultos não são muito eficazes na gestão das actividades em casa Mas Outros adultos são muito eficazes na gestão das actividades em casa.	.04	.70	.27	.57
5. Alguns adultos não são muito organizados na realização das tarefas domésticas Mas Outros adultos são muito organizados na realização das tarefas domésticas.	.12	.67	.25	.53
23. Alguns adultos usam o seu tempo de forma eficiente nas actividades domésticas Mas Outros adultos não usam o seu tempo eficientemente nas actividades domésticas.	.26	-.66	.09	.51
11. Alguns adultos conseguem gerir as tarefas domésticas sem dificuldades Mas Outros adultos têm problemas a gerir as tarefas domésticas.	.26	-.62	-.10	.46
9. Alguns adultos não gostam de proteger/auxiliar os outros Mas Outros adultos gostam de proteger auxiliar os outros.	-.24	.51	.19	.35
21. Alguns adultos não gostam de cuidar de outras pessoas Mas Outros adultos gostam de cuidar dos outros.	-.30	.43	.26	.35
3. Alguns adultos veem o cuidado e atenção pelos outros como uma forma de contribuição para o futuro Mas Outros adultos não veem nenhum sentimento de contribuição para o futuro através do cuidado dos outros.	.35	-.37	.14	.28
25. Alguns adultos estão decepcionados com eles próprios Mas Outros adultos estão satisfeitos com eles próprios.	-.39	-.02	.65	.58



**Quadro 3. (continuação)**

Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1988): saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em três factores (após rotação *varimax*).

Itens A.S.P.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	$h^2$
4. Alguns adultos sentem que não estão a sustentar-se muito bem a si mesmos, nem àqueles que são importantes para eles Mas Outros adultos sentem que estão a sustentar-se adequadamente a si mesmos e aos outros.	-.10	.11	<b>.63</b>	.42
19. Alguns adultos, às vezes, questionam-se se serão pessoas com valor Mas Outros adultos sentem que são pessoas com valor.	-.10	-.07	<b>.60</b>	.38
14. Alguns adultos não são muito produtivos no seu trabalho Mas Outros adultos são muito produtivos no seu trabalho.	-.13	.18	<b>.54</b>	.35
16. Alguns adultos sentem que não podem sustentar adequadamente as necessidades materiais da vida Mas Outros adultos sentem que podem sustentar adequadamente as necessidades materiais da vida.	-.09	.41	<b>.48</b>	.41
2. Alguns adultos não estão satisfeitos com a forma como trabalham Mas Outros adultos estão satisfeitos com a forma como fazem o seu trabalho.	-.04	.21	<b>.47</b>	.27
% de Variância Total	23.9	8.8	6.8	
Valor Próprio	5.986	2.203	1.718	

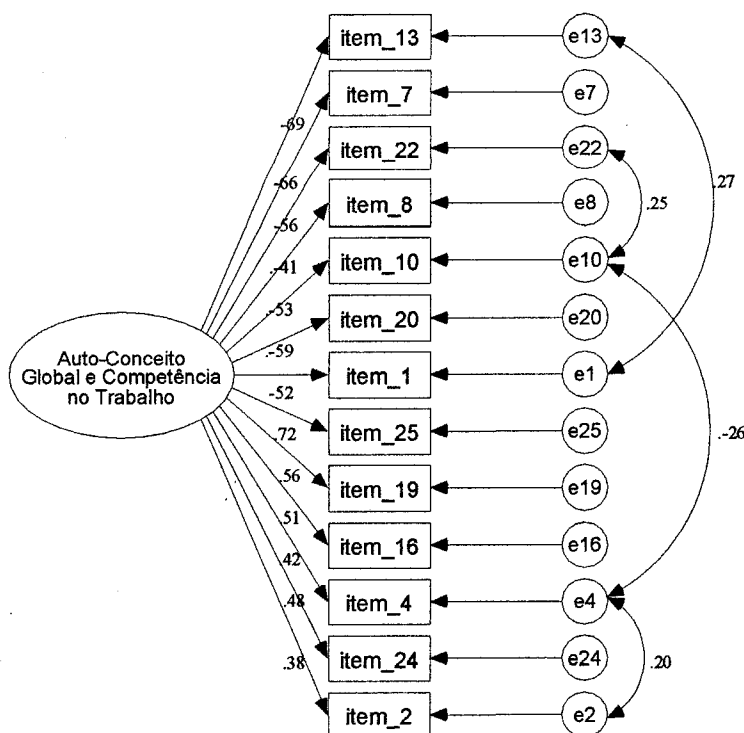
**4.4.3.2. Análise factorial confirmatória**

A análise confirmatória com objectivo de testar esta estrutura factorial junto de outra amostra, indicou valores baixos de saturação para alguns itens ( $\leq .30$ ) que por esta razão foram suprimidos. Para além disso, também as saturações de alguns dos itens incluídos nos factores obtidos na análise exploratória também apresentavam valores insatisfatórios. De facto, tal como referimos a versão obtida através da análise factorial exploratória revela-se de difícil interpretação ao nível dos conteúdos de cada factor. Deste modo, na análise factorial confirmatória, evidenciou-se uma nova configuração de agrupamento dos itens nos factores de acordo com a seguinte estrutura: no factor 1 saturam os itens 13, 7, 22, 8, 10, 20, 1, 25, 19, 16, 4, 24 e 2, no factor 2 saturam os itens 9, 21, 15, 3, 14 e 6, e no factor 3 saturam os itens 5, 17, 11 e 23. Esta estrutura, obtida através da análise dos indicadores do modelo que sugeriam modificações, já que determinados itens saturavam com valores mais elevados outros factores do que aqueles em que estavam inicialmente previstos na versão da análise factorial exploratória. Esta modificação na estrutura factorial conduziu contudo, a uma melhoria ao nível da interpretação conceptual dos factores. Deste modo, o factor 1, em termos conceptuais, é saturado por itens referentes ao auto-conceito global e competência no trabalho e da capacidade para sustentar o lar, no factor 2 itens que correspondem à competência para cuidar dos outros e no factor 3 itens que dizem

respeito à competência para gerir as tarefas domésticas. Embora esta nova configuração não permita confirmar a estrutura anterior, revela-se mais próxima da obtida pela autora do instrumento. Para além disso, (ver Figura 11) para o factor 1 os indicadores de ajustamento do modelo são  $\chi^2/\text{g.l.}=2.13$ ,  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.95$ ,  $\text{AGFI}=.92$ ,  $\text{CFI}=.94$  e  $\text{RMSEA}=.05$ ; para o factor 2 os valores são de  $\chi^2/\text{g.l.}=2.6$ ,  $p=.004$ ,  $\text{GFI}=.98$ ,  $\text{AGFI}=.94$ ,  $\text{CFI}=.95$  e  $\text{RMSEA}=.06$  (ver Figura 12); para o factor 3  $\chi^2/\text{g.l.}=1.34$ ,  $p=.261$ ,  $\text{GFI}=.99$ ,  $\text{AGFI}=.98$ ,  $\text{CFI}=.99$  e  $\text{RMSEA}=.03$  (ver Figura 13). Os resultados são, desta nova configuração, globalmente satisfatórios destacando-se o factor 3 com valores de ajustamento global do modelo muito satisfatórios.

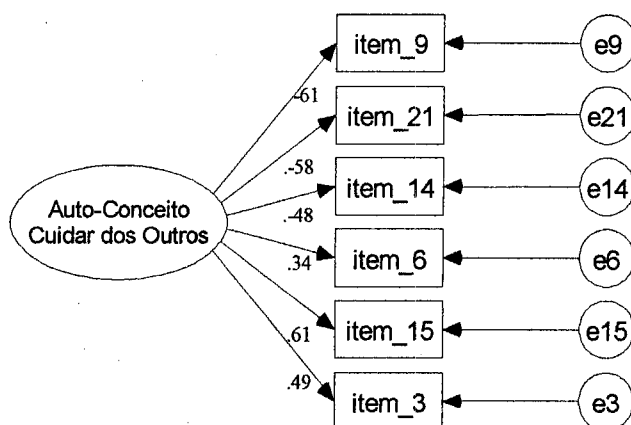
**Figura 11**

Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1983): estrutura factorial após análise confirmatória do factor auto-conceito global e competência no trabalho



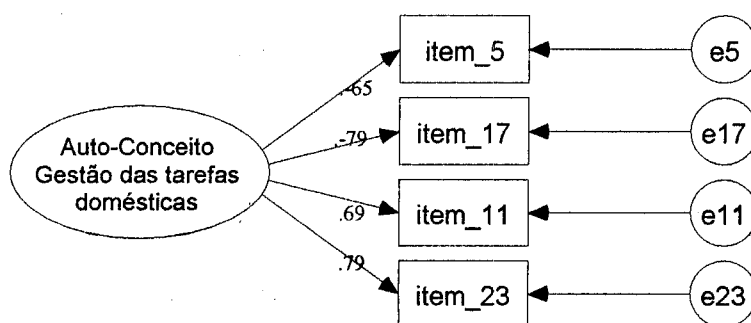
**Figura 12**

*Perfil de auto-percepção para adultos: estrutura factorial após análise confirmatória do factor competência para cuidar dos outros*



**Figura 13**

*Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1983): estrutura factorial após análise confirmatória do factor competência para gerir as tarefas domésticas*



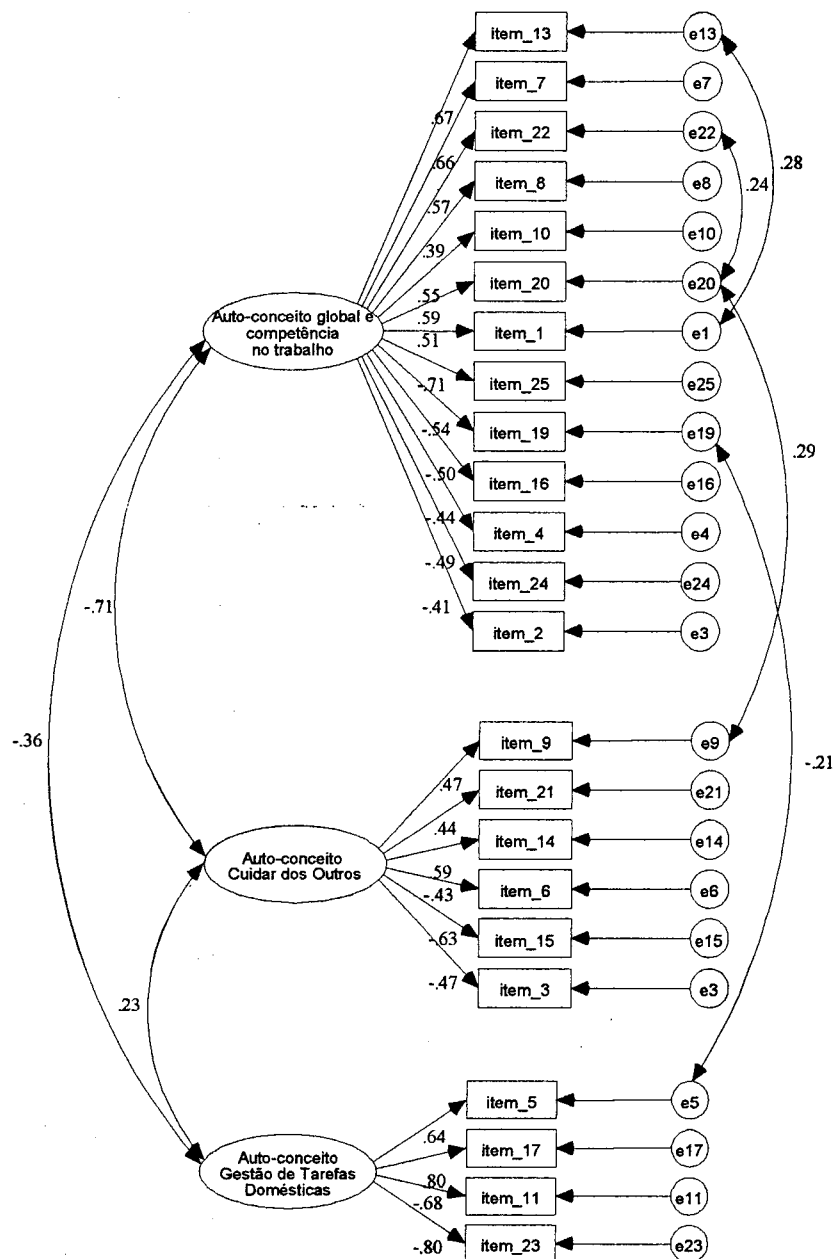
Na Figura 14 estão representados os valores de saturação dos itens para cada factor na escala global. Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são  $\chi^2/g.l.=2$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.91$ ,  $AGFI=.88$ ,  $CFI=.90$  e  $RMSEA=.05$ .

O facto de considerarmos que os 3 factores não são independentes levou-nos a testar o modelo global tendo-se verificado a existência de relações negativas entre o

auto-conceito global e de trabalho e o sentido de competência para cuidar dos outros e para a gestão das tarefas domésticas. Parece-nos que estes resultados poderão ser um indicar de existência de percepções diferenciadas e categorias para domínios também diferenciados, nomeadamente, o primeiro que diz respeito ao papel profissional e o segundo que diz respeito ao papel familiar.

**Figura 14**

Perfil de auto-percepção para adultos (Harter, 1983): estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória



#### **4.4.3.3. Fiabilidade: consistência interna**

A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .85 para o factor 1, de .69 para o factor 2, de .82 para o factor 3.

Apesar da consistência interna do segundo factor ser relativamente fraca os valores obtidos nas análises efectuadas permitem, por um lado, afirmar que este instrumento é fiável para a avaliação das dimensões do auto-conceito em causa globalmente considerada. Por outro lado, a pertinência das temáticas abordadas no instrumento para a antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais faz com este seja integrado no presente estudo.

#### **4.4.4. Escala de atitudes perante os papéis de género**

##### **4.4.4.1. Análise factorial exploratória**

A Escala de atitudes perante os papéis de género é formada por 25 itens e é considerada multifactorial pelos seus autores.

A avaliação das qualidades psicométricas do instrumento iniciou-se com a realização de uma análise factorial exploratória que revelou, após rotação *varimax*, uma solução em dois factores saturados pelos seguintes itens factor 1 (itens 2, 3, 23, 1, 21, 17, 7, 6, 4, 18, 19, 15, 25, 13 e 9) e factor 2 (itens 20, 10, 22, 8, 12, 24, 16 e 19), tendo um dos itens apresentado uma saturação inferior a .30 o que levará a sua exclusão na versão final do instrumento. Os itens que constituem o factor 1 traduzem uma atitude de valorização da divisão tradicional (assimétrica) dos papéis de género, enquanto que os itens do factor 2 traduzem uma atitude de valorização da divisão igualitária dos papéis de género. No seu conjunto, estes dois factores explicam 31% da variância total, com o factor 1 a explicar 16% e o factor 2 a explicar 15% dessa variância.

A consistência interna dos factores foi, obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, é de .80 para o factor 1 e de .77 para o factor 2.

**Quadro 4.**

Escala de atitudes perante os papéis de género: saturações factoriais e comunialidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação *varimax*).

Itens P.A.T.G.S.	Factor 1	Factor 2	$h^2$
2. O homem deve ter a principal responsabilidade no que diz respeito ao suporte económico da família.	.64	-.26	.49
3. Usar linguagem obscena é pior numa rapariga do que num rapaz.	.64	-.17	.44
23. As mulheres devem preocupar-se mais com a maneira de vestir e a aparência do que os homens.	.63	-.10	.42
1. É mais adequado, para ama ou educador de infância, uma mulher do que um homem.	.62	-.15	.41
21. É mais difícil para uma mulher arranjar trabalho do que para um homem.	.57	-.14	.34
17. Existem alguns empregos que não são adequados para as mulheres.	.54	-.37	.33
7. Deve ser o homem a pagar as despesas, quando tem um encontro com uma mulher.	.53	-.15	.30
6. Só os homens deveriam poder participar em combates militares.	.49	-.23	.30
4. As mulheres ofendem-se muito facilmente com certas brincadeiras.	.48	.33	.34
18. As raparigas devem ter mais limites quando saem de casa do que os rapazes.	.47	.03	.42
19. No mercado de trabalho, as mulheres estão a tirar o lugar aos homens que precisam mais de emprego.	.45	.14	.39
15. É errado os rapazes brincarem com bonecas.	.43	.21	.32
25. Quando ambos os pais estão empregado e quando o seu filho adoece na escola, deve ser primeiro chamada a mãe e só depois o pai.	.34	.23	.31
13. Deveria ser igualmente aceitável para uma mulher e para um homem ficar em casa a tomar conta das crianças enquanto o cônjuge trabalha.	-.32	.01	.21
9. Deveria ser igualmente aceitável para as raparigas e para os rapazes praticar desportos duros como o hóquei em patins ou o futebol.	-.32	.21	.32
20. Quando os homens demonstram cortêsias às mulheres (como abrir a porta), é sinal que são superiores.	-.35	.56	.44
10. É aceitável ser a mulher a tomar a iniciativa para começar uma relação afectiva com um homem.	-.09	.45	.28
22. Os homens e as mulheres deveriam poder fazer escolhas sobre a sua vida sem serem limitados pelo seu sexo.	-.28	.51	.34
8. O assédio sexual no local de trabalho é um problema grave.	-.02	.50	.25
12. A discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho já não é um problema.	-.19	.31	.13
24. É igualmente aceitável para os homens e para as mulheres chorar à frente de outras pessoas.	.22	.31	.33
16. A mulher deve ter o cuidado de não parecer mais inteligente do que o homem, quando namora	-.19	-.31	.13
19. No mercado de trabalho, as mulheres estão a tirar o lugar aos homens que precisam mais de emprego.	.22	.30	.33
% de Variância Total	16.0	15.0	
Valor Próprio	3.764	3.764	

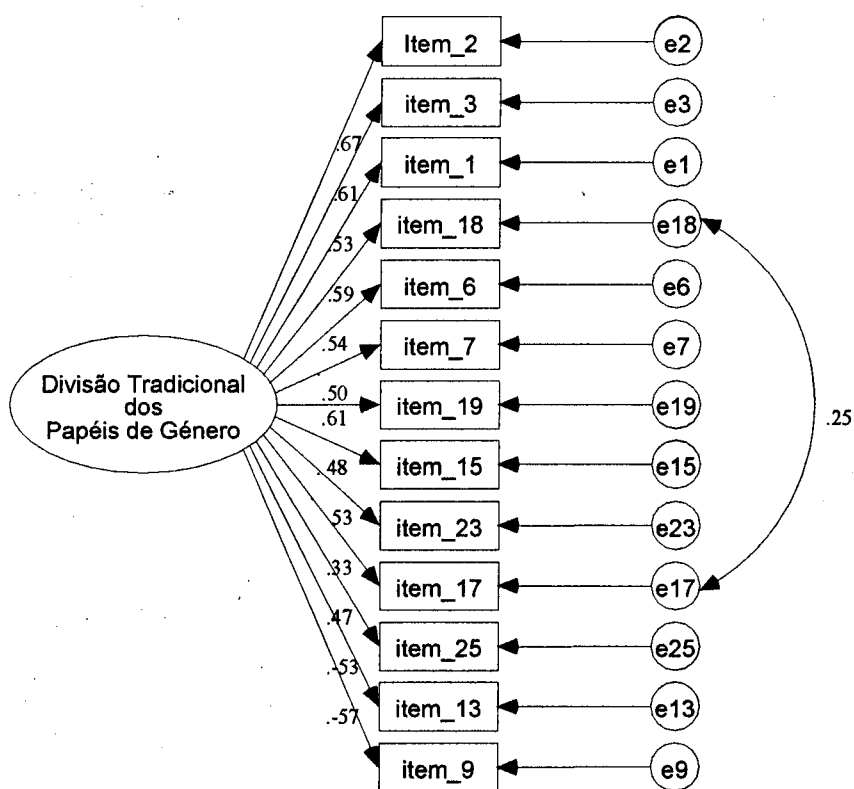
#### 4.4.4.2. Análise factorial confirmatória

A análise confirmatória junto de outra amostra, confirmou, globalmente a pertença dos itens encontrados na análise exploratória para cada um dos factores tal como se ilustra nas Figuras 15, Figura 16 e Figura 17 para a escala global.

Apenas três itens não revelaram valores de saturação nos factores satisfatórios pelo que foram retirados ficando a escala final, constituída por 20 itens.

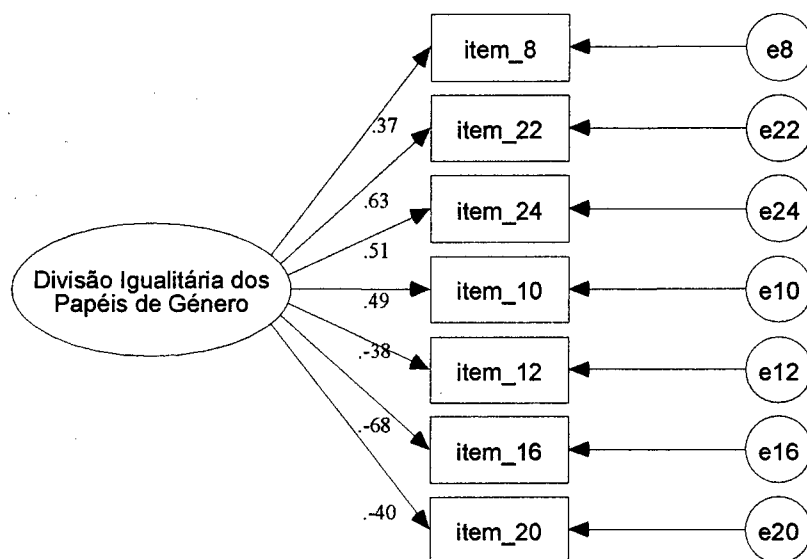
**Figura 15**

Escala de atitudes perante os papéis de género: estrutura factorial após análise confirmatória do factor divisão tradicional dos papéis de género



**Figura 16**

Escala de atitudes perante os papéis de género: estrutura factorial após análise confirmatória do factor divisão igualitária dos papéis de género



Os indicadores de ajustamento do modelo são para o factor 1:  $\chi^2/g.l.=1.96$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.95$ ,  $AGFI=.93$ ,  $CFI=.94$  e  $RMSEA=.05$  (ver Figura 15) e para o factor 2 os valores são de  $\chi^2/g.l.=1.85$   $p=.023$ ,  $GFI=.98$ ,  $AGFI=.96$ ,  $CFI=.96$  e  $RMSEA=.04$  (ver Figura 16). Os resultados são assim muito satisfatórios para os dois factores.

De seguida, foi conduzida uma análise factorial confirmatória para o conjunto da escala assumindo-se a presença de uma relação negativa entre factores.

Na Figura 17 estão representados os valores de saturação dos itens para cada factor na escala global. Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são  $\chi^2/g.l.=2.25$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.92$ ,  $AGFI=.89$ ,  $CFI=.90$  e  $RMSEA=.03$ , sendo também bastante satisfatórios.

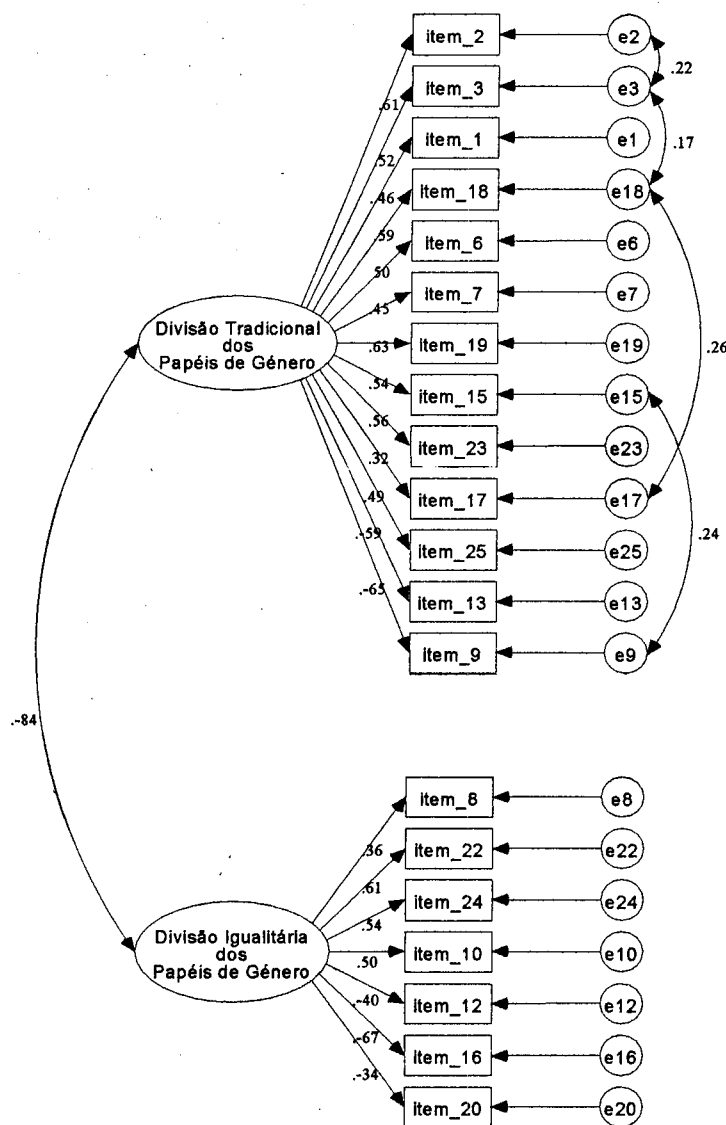
#### **4.4.4.3. Fiabilidade: consistência interna**

A consistência interna dos factores, obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, é de .79 para o factor 1 e de .68 para o factor 2. Este último índice apesar de não ser muito elevado é próximo de .70, considerado suficiente para efeitos de comparação de grupos.



O conjunto das análises efectuadas ao instrumento autorizam a sua aceitação como medida fiável para a avaliação das atitudes em relação aos papéis de género pelo que será incluído neste estudo.

**Figura 17**  
Escala de atitudes perante os papéis de género: estrutura factorial da escala global após análise confirmatória



#### 4.4.5. Escala de Conflito Trabalho-Família

##### 4.4.5.1. Análise factorial exploratória

A escala de conflito trabalho-família (*Multidimensional Measure of Work-Family Conflict*, Carlson, Kacmar & Williams, 2000) é um instrumento constituído por 18 itens que avalia três dimensões ou formas de conflito baseadas no tempo, na pressão e nos comportamentos assumidos, nas duas possíveis direcções de interferência, de trabalho para a família e da família para o trabalho.

As análises factoriais exploratórias e confirmatórias efectuadas pelos autores permitiram a extracção de seis factores a saber: de interferência do trabalho com a família baseados no tempo, interferência da família com o trabalho baseado no tempo, interferência do trabalho com a família baseado na pressão do papel, interferência da família no trabalho baseado na pressão do papel, interferência do trabalho na família por via dos comportamentos e interferência da família no trabalho por via dos comportamentos.

A análise factorial exploratória que efectuámos para este instrumento permitiu encontrar, após a rotação *varimax*, uma solução em quatro factores saturados pelos seguintes itens factor 1 que corresponde ao conflito trabalho-família-trabalho baseado no comportamento (itens 16, 17, 18, 15, 14, 13 e 20), factor 2 que corresponde ao conflito trabalho-família-trabalho baseado na pressão associada ao desempenho do papel (itens 11, 10, 12, 8 e 7), factor 3 que corresponde ao conflito trabalho-família-trabalho baseado na falta de tempo (itens 3, 2, 1 e 9) e factor 4, conflito trabalho-família-trabalho baseado na falta de tempo e pressão do papel (itens 6, 5 e 4).

No seu conjunto, estes quatro factores explicam 58% da variância total, com o factor 1 a explicar 25%, o factor 2 a explicar 15%, o factor 3 a explicar 10% e o factor 4 a explicar 8% dessa variância.

A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .82 para o factor 1, de .76 para o factor 2, de .72 para o factor 3 e de .72 para o factor 4.

## Quadro 5

Escala de conflito trabalho-família: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação *varimax*)

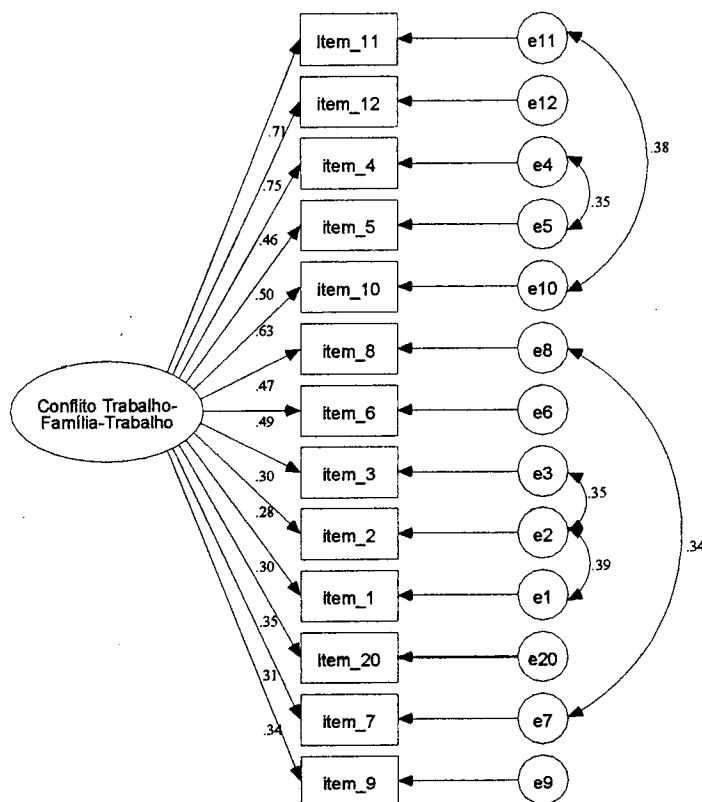
Itens W.F.C.S.	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	$h^2$
16. Os comportamentos que parecem resultar em casa, não parecem resultar no trabalho.	.86	.04	.03	.03	.74
17. O comportamento que é eficaz e necessário para mim em casa não o é no trabalho.	.86	.01	.01	-.06	.74
18. O modo de resolver os problemas que funciona para mim em casa não parece ser útil no trabalho.	.85	.06	.12	.03	.74
15. Os comportamentos que tenho e que me tomam eficaz no trabalho não me ajudam a ser um(a) melhor pai (mãe) ou esposo(a).	.69	.04	.07	.09	.50
14. Os comportamentos que são eficazes e necessários no trabalho não devem ser usados em casa.	.64	.18	.01	-.10	.46
13. A maneira de resolver problemas que uso no meu trabalho não é eficaz para resolver problemas em casa.	.43	.07	.11	.09	.21
20. Os comportamentos que são eficazes e necessários em casa não devem ser usados no trabalho.	.34	.07	.13	.23	.21
11. Porque estou frequentemente com stress devido as responsabilidades familiares, tenho dificuldade em concentrar-me no trabalho.	.09	.80	.05	.12	.66
10. Devido ao stress em casa estou frequentemente preocupado(a) com assuntos de família no trabalho.	.06	.76	.05	.22	.64
12. A tensão da vida familiar deixa a minha capacidade de trabalho enfraquecida.	.07	.74	.05	.16	.59
8. Estou frequentemente tão cansado(a) quando chego a casa do trabalho que isso me impede de estar bem com a minha família.	.09	.55	.28	.05	.39
7. Quando chego a casa do trabalho estou habitualmente demasiado cansado(a) para participar nas actividades responsabilidades familiares.	.16	.49	.35	.13	.40
3. Tenho que faltar a actividades familiares devido ao tempo que tenho que despende com as minhas responsabilidades no trabalho.	.06	.06	.80	.22	.70
2. O tempo que tenho que dedicar ao trabalho impede-me de participar, de forma igualitária, nas tarefas e responsabilidades domésticas.	.08	.13	.75	.09	.65
1. O meu trabalho afasta-me das minhas actividades familiares mais do que eu gostaria.	.13	.12	.71	-.01	.53
9. Devidos as pressões do trabalho, as vezes chego a casa com demasiado stress para fazer as coisas que realmente gosto.	.03	.39	.50	-.19	.44
6. Tenho que faltar a actividades no trabalho devido ao tempo que tenho que despende com as responsabilidades familiares.	.05	.12	-.02	.81	.68
5. O tempo que passo com a família impede-me de ter tempo para actividades de trabalho que poderiam ser úteis para a minha carreira.	.07	.25	-.01	.75	.64
4. O tempo que gasto nas minhas responsabilidades familiares interfere com as minhas responsabilidades no trabalho.	-.03	.11	.33	.75	.69
% de Variância Total	25.4	15.2	9.5	8.0	
Valor Próprio	4.572	2.754	1.713	1.450	

#### 8.4.5.2. Análise factorial confirmatória

A análise confirmatória com objectivo de testar esta estrutura factorial junto de outra amostra, veio introduzir uma nova configuração factorial à escala na qual foram também retirados alguns itens que revelavam saturações factoriais inferiores a .30. Esta ficou reduzida a 16 itens e organizada em dois factores saturados pelos seguintes itens factor 1 (itens 11, 12, 4, 5, 10, 8, 6, 3, 2, 1, 20, 7 e 9) e factor 2 (17, 18 e 16).

Ao nível conceptual o factor 1 é constituído por itens que são indicadores do conflito trabalho-família-trabalho com base na pressão dos papéis e na escassez de tempo para o seu desempenho adequado enquanto que o factor 2 é constituído por itens que o conflito família-trabalho com base nos comportamentos assumidos nos dois domínios da vida do sujeito.

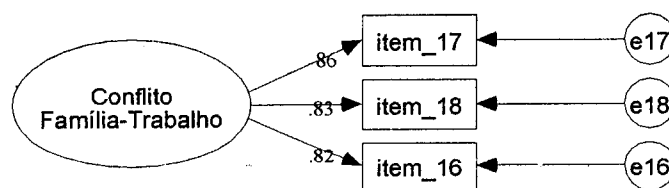
**Figura 18**  
Escala de conflito trabalho-família: estrutura factorial após análise confirmatória do factor conflito trabalho-família-trabalho



Para o modelo obtido e para o factor 1 (ver Figura 18) os indicadores de ajustamento do modelo são:  $\chi^2/\text{g.l.}=3.19$ ,  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.91$ ,  $\text{AGFI}=.87$ ,  $\text{CFI}=.87$  e  $\text{RMSEA}=.07$  e para o factor 2 os valores são de  $\chi^2/\text{g.l.}=1.6$ ,  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.99$ ,  $\text{AGFI}=.96$ ,  $\text{CFI}=.99$  e  $\text{RMSEA}=.02$  (ver Figura 19). De facto, os resultados são muito satisfatórios essencialmente para o factor 2.

Prevemos que as duas dimensões do instrumento estejam relacionadas na análise efectuada para a escala no seu conjunto (Figura 20).

**Figura 19**  
Escala de conflito trabalho-família: estrutura factorial após análise confirmatória do factor conflito família-trabalho



Na Figura 20 estão representados os valores de saturação dos itens para cada factor na escala global. Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são  $\chi^2=232.619$  (g.l.=109)  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.93$ ,  $\text{AGFI}=.89$ ,  $\text{CFI}=.93$  e  $\text{RMSEA}=.03$ , sendo também considerados bastante satisfatórios.

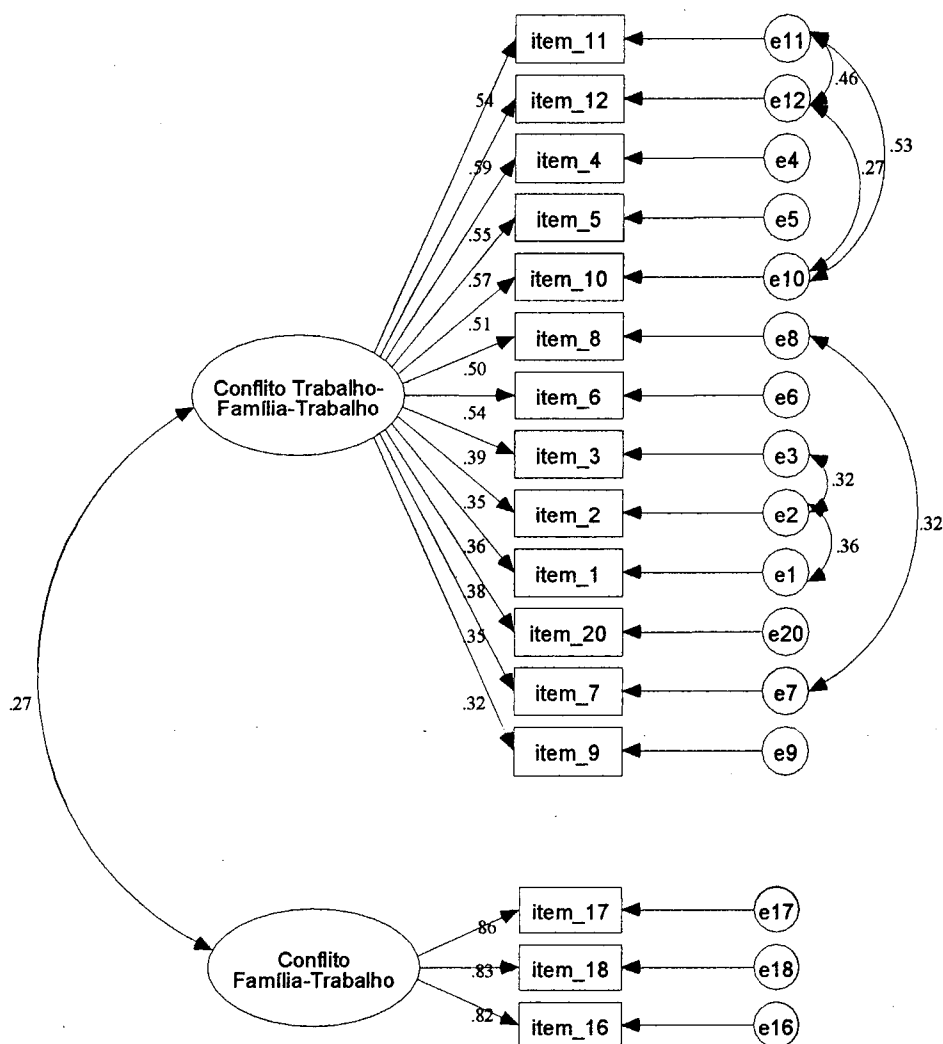
#### 4.4.5.3. *Fiabilidade: consistência interna*

A consistência interna dos factores obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .81 para o factor 1 e de .88 para o factor 2. Constatamos, assim, que o reagrupamento dos certos itens e a eliminação de outros aumentou a consistência interna da escala.

Os resultados obtidos através dos estudos efectuados com o instrumento permitem revelar através dos indicadores obtidos que é um instrumento fiável para a avaliação do conflito trabalho-família-trabalho pelo que será incluído neste estudo.

**Figura 20**

Escala de conflito trabalho-família: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória



**4.5. Escala de avaliação de atitudes perante a família e a parentalidade, Escala de avaliação de atitudes perante o trabalho e a carreira profissional e Escala de avaliação de atitudes perante a conciliação da vida familiar e profissional.**

A inexistência de instrumentos de avaliação das atitudes perante a família e parentalidade, trabalho e carreira profissional e conciliação da vida familiar e profissional, adaptados ao contexto português, conduziu-nos à construção de

instrumentos específicos para este estudo. Para a elaboração destas escalas, seguimos uma metodologia sequencial, cujas etapas são descritas com algum pormenor.

Dado que as primeiras etapas foram as mesmas para os três instrumentos e com o intuito de evitar desnecessárias repetições, estas são descritas conjuntamente, passando-se posteriormente à descrição separada dos estudos conduzidos para a avaliação das qualidades psicométricas de cada dos instrumentos.

#### **4.5.1. Entrevistas**

Um primeiro estudo, de âmbito exploratório, teve por objectivo identificar e analisar as dimensões atitudinais e representações da família, do trabalho e da conciliação dos papéis familiares e profissionais, que surgem espontaneamente de discursos de jovens adultos.

A opção por um estudo desta natureza deve-se à ausência de estudos específicos e de instrumentos de avaliação psicológica sobre o mesmo objecto. Deste modo, o objectivo das entrevistas foi a recolha de elementos para definir as dimensões que deveriam constar na construção de instrumentos para avaliar e descrever a realidade psicológica e sociológica, antecipada e vivida, da conciliação entre a família e o trabalho. Assumimos que este seria um requisito elementar para prosseguir o estudo neste domínio.

Partimos da revisão bibliográfica dos estudos que versam a mesma temática ou temáticas afins, de modo a orientar a exploração das vivências dos jovens e recolher informação “no terreno” sobre as dimensões que pretendemos avaliar.

As entrevistas semi-estruturadas tiveram como objectivo explorar as perspectivas dos jovens relativamente à conciliação dos papéis ao nível da vida familiar e ao nível do contexto de trabalho e da carreira profissional. Os temas explorados no quadro destas entrevistas constam do Quadro 6 e foram efectuadas com jovens estudantes universitários, jovens licenciados trabalhadores, de proveniência diferente (rural e urbana), com idades compreendidas entre os 20 e 32 anos, pertencentes a níveis sócio-económicos diversificados e com trajectórias profissionais diversificadas.

A análise detalhada do conteúdo destas entrevistas encontra-se no Anexo 1.

**Quadro 6**  
Temas desenvolvidos pelos sujeitos no âmbito das entrevistas

<b>Família e Parentalidade</b>	<b>Trabalho e Carreira Profissional</b>	<b>Conciliação da Vida Familiar e Profissional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de família</li> <li>- Significado da família</li> <li>- Importância da família</li> <li>- Motivos inerentes à intenção manifesta ou subjacente sobre a importância de constituir a sua própria família</li> <li>- Caracterização da relação com a(s) família(s) de origem</li> <li>- Problemáticas da relação em família</li> <li>- Relação entre família e parentalidade</li> <li>- Significado da parentalidade</li> <li>- Importância da parentalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Significado atribuído ao trabalho</li> <li>- Importância do trabalho na vida do sujeito</li> <li>- Relação do trabalho com outros domínios da vida do sujeito</li> <li>- Significado da carreira profissional</li> <li>- Importância da carreira profissional</li> <li>- Barreiras e oportunidades associadas à carreira profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Significado dos papéis familiares e profissionais</li> <li>- Importância da conciliação dos papéis familiares e profissionais</li> <li>- Motivos inerentes à intenção manifesta ou subjacente sobre a importância de conciliar os papéis familiares e profissionais</li> <li>- Caracterização dos obstáculos e barreiras inerentes à conciliação dos papéis familiares e profissionais</li> <li>- Caracterização das estratégias e benefícios da conciliação dos papéis familiares e profissionais</li> <li>- Relação entre recursos pessoais e sociais e conciliação dos papéis familiares e profissionais</li> </ul>

#### 4.5.2. Estudos preliminares: elaboração e teste inicial dos itens das escalas

Partindo do conteúdo das entrevistas em conjunto com revisão bibliográfica sobre a temática das atitudes e dos valores relativos à família e parentalidade, ao trabalho e carreira profissional e à conciliação da vida familiar e profissional, elaborou-se o primeiro *pool* de itens para cada instrumento.

Efectuou-se, de seguida, um estudo de reflexão falada dos itens produzidos, junto de um grupo de 12 adultos (com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos, de ambos os sexos solteiros e casados, com filhos e sem filhos, com diferentes níveis de escolaridade).



De seguida, foi efectuada uma administração dos questionários-piloto. Na folha de rosto da escala, explicou-se aos sujeitos o objectivo do trabalho, solicitou-se a colaboração e assegurou-se a confidencialidade dos dados. Os sujeitos foram convidados a fazer comentários sobre os itens e sua ordenação, a manifestar as dificuldades encontradas no preenchimento do questionário, bem como a assinalar aspectos que julgavam repetidos ou não contemplados. Como resultado, introduziram-se mudanças formais em palavras e expressões, bem como no formato de apresentação de alguns itens.

Para efeitos de cotação cada item foi pontuado numa escala de tipo *Likert* ao longo de um contínuo de quatro pontos: *Concordo Totalmente*, *Concordo*, *Discordo* e *Discordo Totalmente*, sendo a pontuação mais elevada no sentido da valorização da temática da família e parentalidade; trabalho e carreira profissional e conciliação de papéis familiares e profissionais e a pontuação mais baixa à menor valorização dessa mesma temática. A opção por um número par de alternativas de resposta, não superior a quatro, teve o intuito de, por um lado, se evitar a tendência à atribuição de uma resposta central, e por outro não tornar as possibilidades de opção demasiado parecidas o que implicaria uma sobrecarga desnecessária de reflexão por parte do sujeito de modo a as discriminar. As opções tomadas não devem ter prejudicado a capacidade discriminativa de auto-avaliação.

#### **4.5.3. Selecção dos itens das escalas**

A Escala de atitudes perante a família e a parentalidade foi constituída na sua primeira versão por 34 itens; a Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira profissional por 44 itens e a Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional por 43 itens.

#### **4.5.4. Capacidade de discriminação dos itens**

Num primeiro passo, eliminaram-se os itens com um menor poder discriminativo, sendo para tal consideradas enquanto tal quando mais de 70% das respostas se concentrava numa das duas metade de opções (*Concordo Totalmente*, *Concordo* - traduzindo a metade de resposta favoráveis à afirmação e *Discordo* e *Discordo Totalmente* - traduzindo a metade de resposta favoráveis à afirmação). Deste modo, foram eliminados da 3 itens da escala original de atitudes perante a família e

parentalidade; 16 itens da Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira profissional e nenhum item foi retirado da escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional.

Passa-se agora a apresentar as análises efectuadas para cada uma das escalas separadamente.

#### 4.5.5. Qualidades psicométricas da Escala de atitudes perante a família e a parentalidade

##### 4.5.5.1. Análise factorial exploratória

A análise factorial exploratória efectuada permitiu encontrar, após rotação *varimax*, uma solução em dois factores saturados pelos seguintes itens: factor 1 (itens 4, 1, 2, 3, 20, 7, 5, 14, 21, 9, 11, 6, 8) e factor 2 (itens 16, 19, 13, 18, 15, 17, 12, 22, 10) tendo nove itens apresentado saturações inferiores a .30 o que levou à sua exclusão do instrumento. Ao nível conceptual os itens do factor 1 traduzem uma valorização da visão tradicional de família e os itens do factor 2 traduzem uma atitude de valorização dos aspectos negativos da vida familiar. No seu conjunto, estes dois factores explicam 36% da variância total, com o factor 1 a explicar 19% e o factor 2 a explicar 13% dessa variância.

A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .72 para o factor 1 e de .70 para o factor 2.

#### Quadro 7

Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação *varimax*).

Itens E.A.F.P.	Factor 1	Factor 2	$h^2$
4. O casal só está completo quando gera a sua própria família, ou seja, quando tem filhos.	.80	-.00	.64
1. Os filhos são indispensáveis para a felicidade do casal.	.74	-.70	.55
2. Os filhos prolongam a vida do casal e da família.	.67	-.02	.45
3. Os filhos devem ser uma prioridade para a vida de qualquer casal.	.66	-.12	.45
20. A família corresponde a um casal com filhos.	.54	.26	.36
7. Não ter filhos pode ser uma opção correcta.	-.52	.14	.29

**Quadro 7 (continuação)**

Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação *varimax*).

Itens E.A.F.P.	Factor 1	Factor 2	$h^2$
5. Quando se pensa constituir família (casar e ter filhos) deve-se pensar que é para a toda a vida.	.51	-.17	.45
14. As pessoas que não constituem família são menos felizes.	.44	.24	.20
21. A realização pessoal não passa por ter filhos.	-.38	.18	.18
9. Constituir família permite que se seja considerado(a) adulto.	.36	.12	.14
11. É na família que se recebe a educação para se enfrentar a sociedade.	.34	-.13	.14
6. A família é um apoio económico.	.34	.21	.16
8. A família de origem é um lugar de realização pessoal.	.34	-.07	.12
16. Os filhos tiram muito tempo ao casal.	.01	.64	.41
19. A família traz-nos preocupações e aborrecimentos.	.09	.63	.41
13. Os filhos são, muitas vezes, fonte de mal-estar entre os elementos do casal.	-.18	.56	.35
18. A família é uma fonte de pressão, quando se têm que tomar decisões importantes.	.13	.55	.33
15. Nem sempre nos identificamos com a nossa família.	-.32	.55	.41
17. Nem sempre podemos contar com a nossa família.	-.26	.51	.33
12. A família é um lugar de disputa de bens económicos.	.10	.51	.27
22. Os filhos são uma responsabilidade acrescida para o casal.	.00	.41	.17
10. A família pode ser substituída pelos amigos.	-.24	.37	.20
% de Variância Total	19	13	
Valor Próprio	4.184	2.808	

**4.5.5.2. Análise factorial confirmatória**

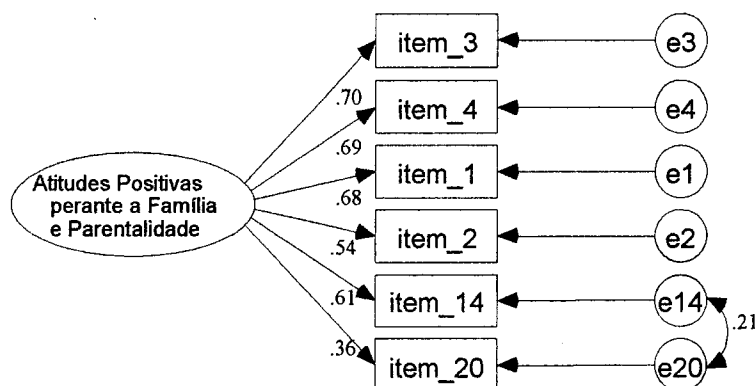
A análise factorial confirmatória que teve, num primeiro momento, o objectivo de testar esta estrutura factorial junto de outra amostra revelou fracos índices de ajustamento dos modelos levando-nos a retirar 7 itens que revelavam saturações factoriais inferiores a .30 e observou-se a mudança do item 7 para o segundo factor. Esta nova versão ficou assim organizada em dois factores saturados pelos seguintes itens: factor 1 (itens 3, 4, 1, 2, 14 e 20) e factor 2 (itens 19, 18, 13, 16, 15, 17, 12, 10 e 7). O factor 1 é revelador de atitudes positivas em relação à família e à parentalidade numa perspectiva tradicional enquanto que o factor 2 diz respeito a atitudes negativas tanto em relação à família como à parentalidade.

O modelo obtido para factor 1 os indicadores de ajustamento do modelo são:  $\chi^2/g.l.=2.62$ ,  $p=.007$ ,  $GFI=.98$ ,  $AGFI=.95$ ,  $CFI=.97$  e  $RMSEA=.06$  (ver Figura 21) e para

o factor 2 os valores são de  $\chi^2/g.l.=2.4$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.97$ ,  $AGFI=.94$ ,  $CFI=.92$  e  $RMSEA=.06$  (ver Figura 22), sendo estes indicadores considerados satisfatórios.

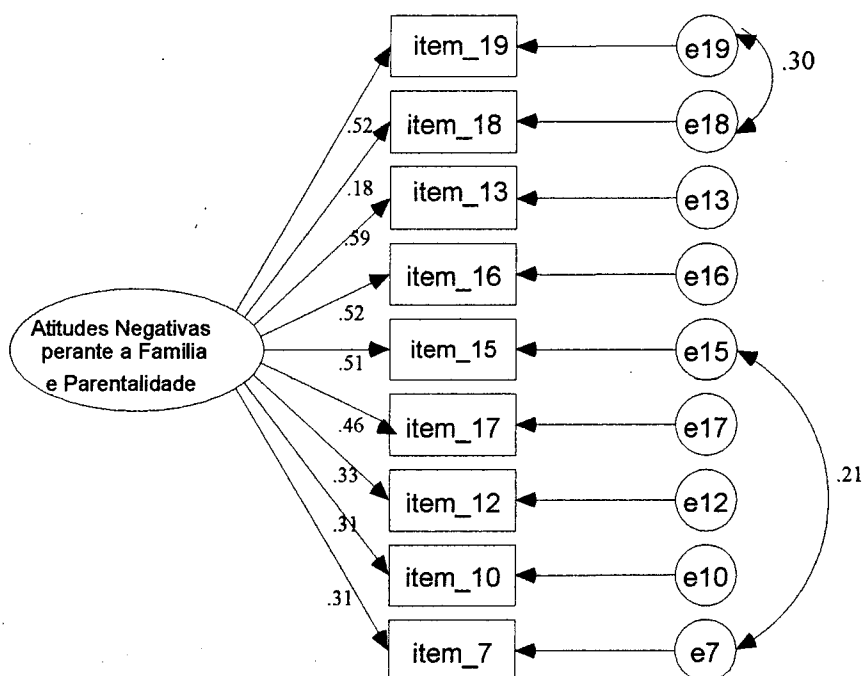
**Figura 21**

Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes positivas perante a família e a parentalidade



**Figura 22**

Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes negativas perante a família e a parentalidade

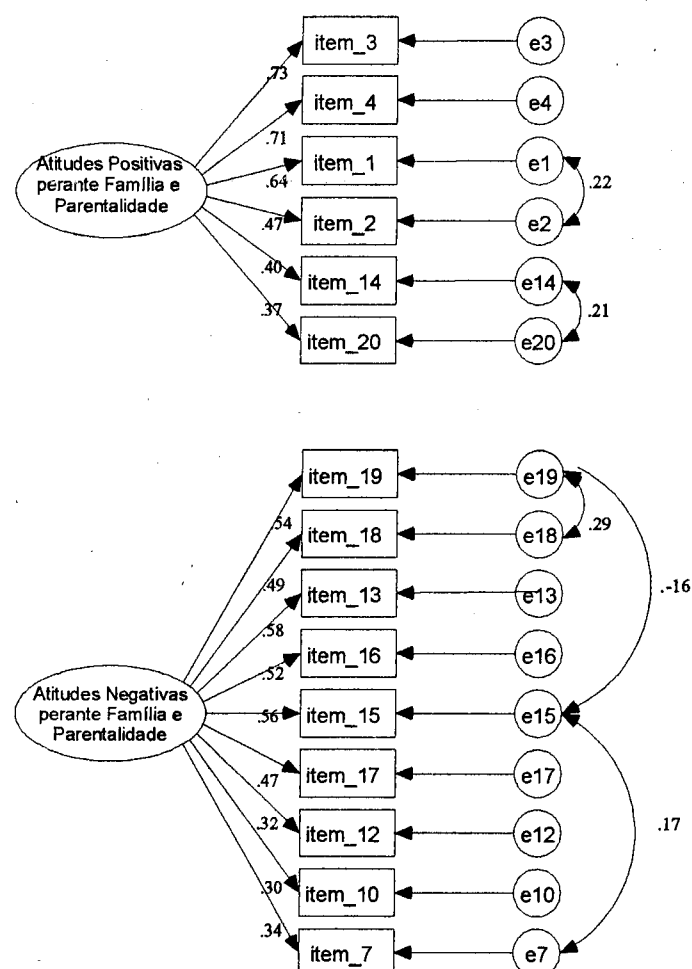


Ao nível conceptual e para a escala global podia-se prever a presença de uma relação negativa entre estes factores na medida em que reportam a domínios opostos, respectivamente de valorização e desvalorização da família. Porém tal não aconteceu. Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são:  $\chi^2=175.854$  (g.l.=84)  $p=.000$ , GFI=.94, AGFI=.91, CFI=.90 e RMSEA=.05 (ver Figura 23).

Constata-se que os dois factores são independentes. Todos os valores se apresentam como bastante satisfatórios.

**Figura 23**

Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória



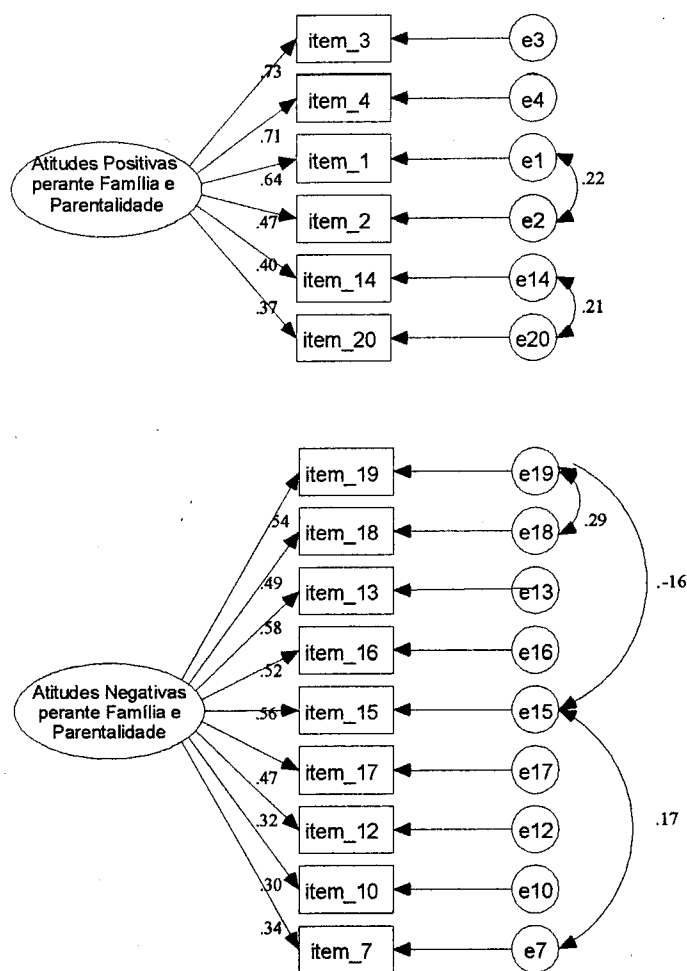
Ao nível conceptual e para a escala global podia-se prever a presença de uma relação negativa entre estes factores na medida em que reportam a domínios opostos, respectivamente de valorização e desvalorização da família. Porém tal não aconteceu.

Os valores de ajustamento global do modelo para a escala globalmente considerada são:  $\chi^2=175.854$  (g.l.=84)  $p=.000$ , GFI=.94, AGFI=.91, CFI=.90 e RMSEA=.05 (ver Figura 23).

Constata-se que os dois factores são independentes. Todos os valores se apresentam como bastante satisfatórios.

**Figura 23**

Escala de atitudes perante a família e a parentalidade: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória



**Quadro 8.**

Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira profissional: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (após rotação *varimax*).

Itens E.A.T.C.	Factor 1	Factor 2	$h^2$
22. O trabalho impede as pessoas de fazer muitas coisas interessantes.	.56	-.15	.34
10. É normal as pessoas não gostarem de trabalhar.	.55	-.07	.30
18. O trabalho é, muitas vezes, fonte de mal-estar.	.52	-.19	.31
19. O trabalho, em geral, não proporciona realização pessoal.	.48	.10	.24
17. A carreira é um investimento que nem sempre permite ter tempo para a família.	.48	.28	.31
13. A carreira profissional não pode ser decidida por nós porque não se sabe o que o mundo de trabalho nos reserva.	.47	-.08	.22
16. A carreira profissional é para as pessoas que querem dedicar a sua vida apenas ao trabalho.	.46	.09	.22
7. A maioria das pessoas, se tivesse possibilidades económicas, nunca trabalharia.	.45	.04	.21
5. De um modo geral, o trabalho serve apenas para nos mantermos ocupados.	.42	.05	.18
20. A carreira profissional só existe para algumas profissões.	.40	-.02	.16
9. Existem trabalhos que não promovem a realização pessoal.	.38	-.25	.21
21. Só é importante trabalhar se isso proporcionar bem-estar financeiro.	.36	.05	.13
15. Para se ter uma carreira profissional, é preciso conhecer as pessoas certas.	.35	.08	.13
14. É difícil ter sempre trabalho ao longo da vida.	.34	.05	.12
8. Para se ter uma carreira profissional, é preciso fazer sacrifícios ao nível pessoal e familiar.	.32	.24	.16
12. Perante as várias alternativas de trabalho, é difícil escolher uma carreira profissional.	.32	.02	.09
2. Os objectivos de vida devem ser orientados pelos objectivos do trabalho.	.03	.73	.54
3. A vida é melhor quando estamos muito ocupados com o trabalho.	.01	.73	.53
1. O trabalho deve ocupar a maior parte da vida de cada pessoa.	-.04	.73	.51
11. As coisas mais importantes que acontecem na vida estão relacionadas com o trabalho.	.18	.59	.38
4. O trabalho deve ser considerado como um aspecto central na vida de cada pessoa.	-.03	.45	.20
6. O trabalho não é a única forma de tornar uma pessoa útil à sociedade.	.00	-.43	.18
% de Variância Total	14	12	
Valor Próprio	3.176	2.609	

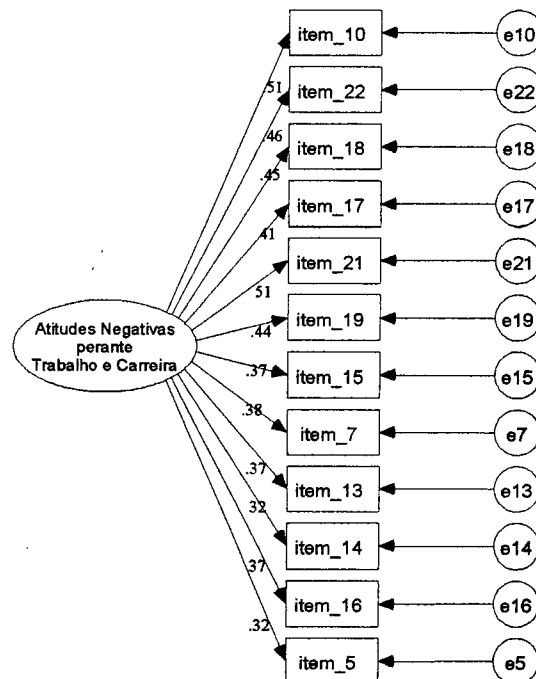
#### 4.5.6.2. Análise factorial confirmatória

A estabilidade desta estrutura foi confirmada por análise factorial confirmatória. Os índices de ajustamento inicialmente obtidos não foram satisfatórios mas melhoraram bastante após a eliminação de alguns itens que revelavam saturações factoriais inferiores a .30. Esta ficou assim organizada em dois factores saturados pelos seguintes itens: no factor 1 (itens 10, 22, 18, 17, 21, 19, 15, 7, 13, 14, 16 e 5) e no factor 2 (itens 2, 3, 1, 4 e 11). Do ponto de vista conceptual o factor 1 corresponde a atitudes negativas relativamente ao trabalho e à carreira profissional, enquanto que o factor 2 corresponde a atitudes positivas em relação ao trabalho, considerado como objectivo de vida.

Como se pode verificar pela análise da Figura 24, para o factor 1 os indicadores de ajustamento do modelo são de  $\chi^2/\text{g.l.}=2.22$ ,  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.95$ ,  $\text{AGFI}=.92$ ,  $\text{CFI}=.84$  e  $\text{RMSEA}=.05$  para o factor 1 e para o factor 2 os valores são de  $\chi^2/\text{g.l.}=1.1$ ,  $p=.482$ ,  $\text{GFI}=.99$ ,  $\text{AGFI}=.99$ ,  $\text{CFI}=.99$  e  $\text{RMSEA}=.01$  (ver Figura 25).

**Figura 24**

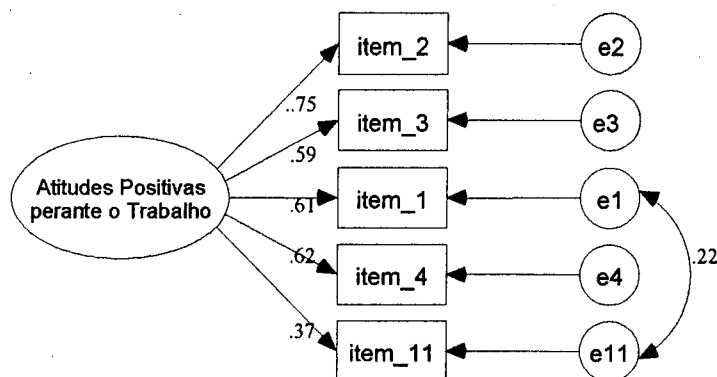
Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes negativas perante o trabalho e a carreira profissional





**Figura 25**

Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira: estrutura factorial após análise confirmatória do factor atitudes positivas perante o trabalho e a carreira profissional



Prevendo-se a presença de uma relação negativa entre as duas dimensões factoriais testou-se o ajustamento global do modelo (ver Figura 26) para a escala globalmente considerada. Os valores de ajustamento são  $\chi^2/g.l.=3.36$ ,  $p=.000$ , GFI=.93, AGFI=.90, CFI=.86 e RMSEA=.05. Todos os valores se apresentam como bastante satisfatórios.

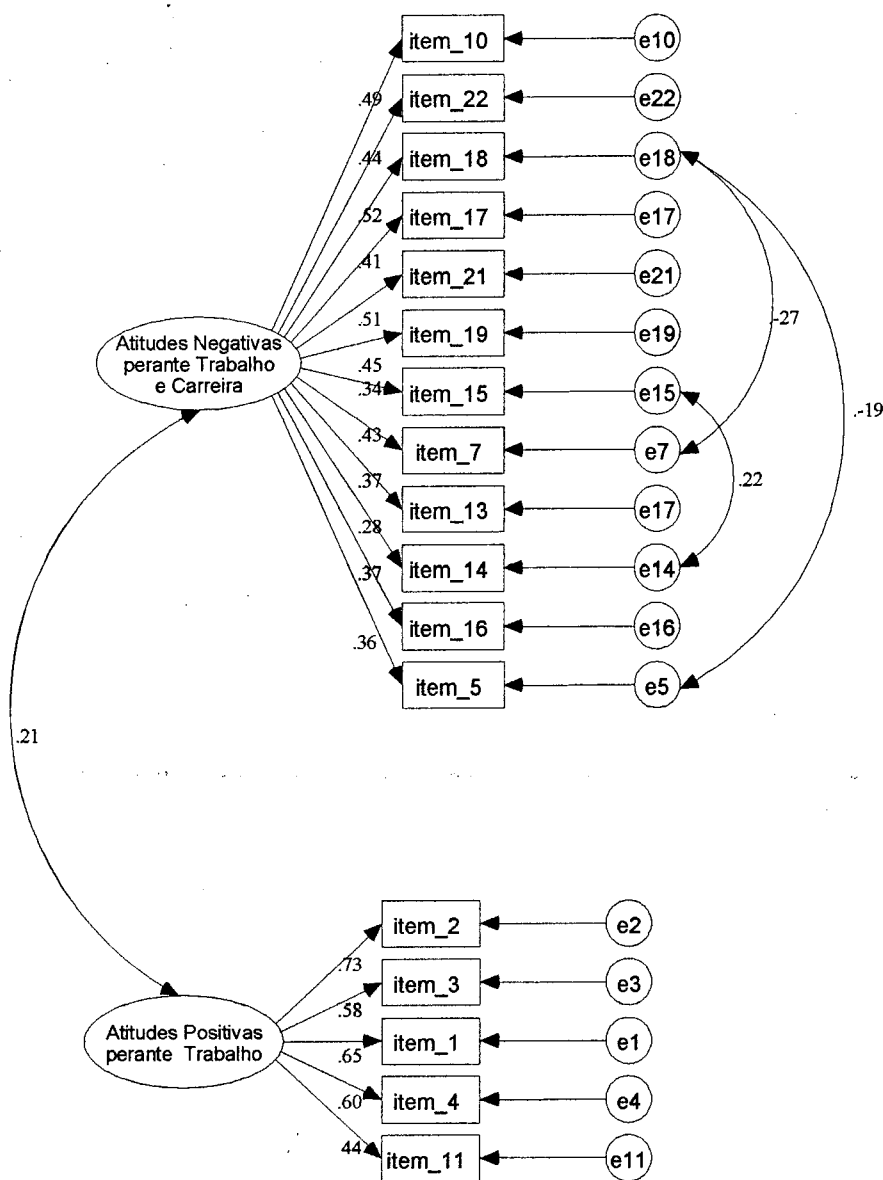
#### 4.4.6.3. Fiabilidade: consistência interna

A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .72 para o factor 1 e de .69 para o factor 2.

A versão final do instrumento ficou assim constituída por 17 itens que se organizam em duas dimensões, apresentando índices de consistência interna aceitáveis e índices satisfatórios de ajustamento na análise factorial confirmatória. Deste modo, o instrumento aparece como fiável para a medição das atitudes em relação ao trabalho e carreira profissional pelo que será incluído no estudo.

**Figura 26**

Escala de atitudes perante o trabalho e a carreira: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória



#### 4.5.7. Qualidades psicométricas da Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional

##### 4.5.7.1. Análise factorial exploratória

Apesar da escala inicial ser composta por 43 itens na análise factorial exploratória foram retirados 9 itens que apresentavam saturações inferiores a .30. Após a rotação *varimax*, foi encontrada uma solução em dois factores saturados pelos

seguintes itens factor 1 (itens 13, 7, 26, 17, 8, 14, 23, 20, 30, 12, 2, 3, 4 e 31) e factor 2 (itens 10, 16, 22, 6, 1, 33, 5, 28, 18, 19, 25, 24, 9, 27, 29, 15, 11, 21, 32, 34). No seu conjunto, estes dois factores explicam 45% da variância total, com o factor 1 a explicar 34% e o factor 2 a explicar 11% dessa variância.

A consistência interna dos factores foi obtida através do cálculo do *alfa* de Cronbach, sendo de .84 para o factor 1 e de .80 para o factor 2. O factor 1 corresponde ao nível conceptual a estratégias para conciliar a vida familiar e profissional que se baseiam na necessidade de efectuar concessões ao nível pessoal, familiar e profissional. Já no factor 2 saturam itens que apontam para uma estratégia de conciliação de papéis baseada na necessidade de negociação no casal e partilha de papéis.

#### Quadro 9.

Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (rotação *varimax*).

Itens E.E.C.V.F.P.	Factor 1	Factor 2	$h^2$
13. Que a mulher abdique da carreira profissional.	.75	-.16	.59
7. Que o homem abdique da carreira profissional.	.75	-.12	.57
26. Que um dos cônjuges/parceiros não trabalhe.	.74	-.11	.56
17. Que um dos elementos do casal não trabalhe a tempo inteiro.	.64	.15	.44
8. Que existam instituições de apoio social para as crianças e idosos.	.64	-.15	.20
14. Que exista uma definição constante de papel de cada elemento do casal no lar.	.57	.11	.32
23. Que cada um dos elementos do casal dedique pouco tempo ao trabalho fora do lar.	.55	.23	.30
20. Que se passe pouco tempo com os amigos.	.55	.13	.30
30. Que se aproveita a vida sem grandes compromissos familiares ou profissionais dando pouca importância à conciliação dos papéis no trabalho e na família.	.54	-.21	.34
12. O apoio do cônjuge ou parceiro para as tarefas domésticas.	-.51	.48	.49
2. Que os elementos do casal não dediquem muito tempo à família de origem.	.48	-.23	.23
3. Que a mulher tenha um trabalho que não a ocupe a tempo inteiro.	.46	.30	.30
4. Considerar que a conciliação só se torna complexa quando o casal tem filhos.	.41	.12	.17
31. Que não se seja muito exigente em relação ao trabalho e à carreira profissional.	.38	.18	.18
8. Que existam instituições de apoio social para as crianças e idosos.	.64	-.15	.20
14. Que exista uma definição constante de papel de cada elemento do casal no lar.	.57	.11	.32
23. Que cada um dos elementos do casal dedique pouco tempo ao trabalho fora do lar.	.55	.23	.30

**Quadro 9. (continuação)**

Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: saturações factoriais e comunalidades ( $h^2$ ) para a solução em dois factores (rotação *varimax*).

Itens E.E.C.V.F.P.	Factor 1	Factor 2	$h^2$
20. Que se passe pouco tempo com os amigos.	.55	.13	.30
30. Que se aproveita a vida sem grandes compromissos familiares ou profissionais dando pouca importância à conciliação dos papéis no trabalho e na família.	.54	-.21	.34
12. O apoio do cônjuge ou parceiro para as tarefas domésticas.	-.51	.48	.49
2. Que os elementos do casal não dediquem muito tempo à família de origem.	.48	-.23	.23
3. Que a mulher tenha um trabalho que não a ocupe a tempo inteiro.	.46	.30	.30
4. Considerar que a conciliação só se torna complexa quando o casal tem filhos.	.41	.12	.17
31. Que não se seja muito exigente em relação ao trabalho e à carreira profissional.	.38	.18	.18
10. Que a família de origem dê apoio ao casal.	.10	.56	.33
16. Organizar o tempo que se dedica ao trabalho e à família.	-.36	.52	.41
22. Que se estabeleçam prioridades em cada momento da vida familiar..	-.30	.52	.36
6. Ter um horário de trabalho flexível.	.15	.52	.29
1. Que exista uma boa relação entre os elementos do casal.	-.22	.50	.29
33. Que a família de origem dê apoio ao casal, sobretudo na educação e cuidado dos filhos.	.18	.49	.25
5. Haver disponibilidade para cada elemento do casal mudar os hábitos de vida anteriores.	-.26	.47	.22
28. Evitar que a carreira profissional interfira com os deveres familiares.	-.10	.47	.22
18. Pedir ajuda a amigos para as tarefas domésticas.	.15	.47	.22
19. Que o homem organize bem as tarefas domésticas.	-.22	.46	.23
25. Ter amigos para apoiar o casal, sobretudo quando têm filhos.	.10	.45	.31
24. A existência de alguém no lar (ex. empregada doméstica) que faça algumas tarefas ou que possa cuidar das crianças.	-.36	.45	.21
9. Abdicar de ter filhos.	.23	.45	.44
27. Que a conciliação seja vista como natural, desde que os dois elementos do casal dividam igualmente as tarefas ou que possa cuidar das crianças.	-.40	.45	.36
29. Que o casal decida sobre o tempo que quer dedicar à família e ao trabalho.	-.15	.44	.21
15. Abdicar dos tempos livres passados em hobbies ou lazer.	-.23	.43	.32
11. Ser responsável e não deixar nada por fazer, nem em casa, nem no trabalho.	-.12	.43	.20
21. Haver negociação com o parceiro sobre o que cada um faz .	-.33	.38	.25
32. Que os horários de trabalho de cada elemento do casal sejam flexíveis.	.12	.38	.16
34. Que, no caso de haver dificuldades nos recursos económicos, o casal dê prioridade ao trabalho tendo filhos mais tarde.	-.12	.33	.12
% de Variância Total	34	11	
Valor Próprio	3.456	2.361	

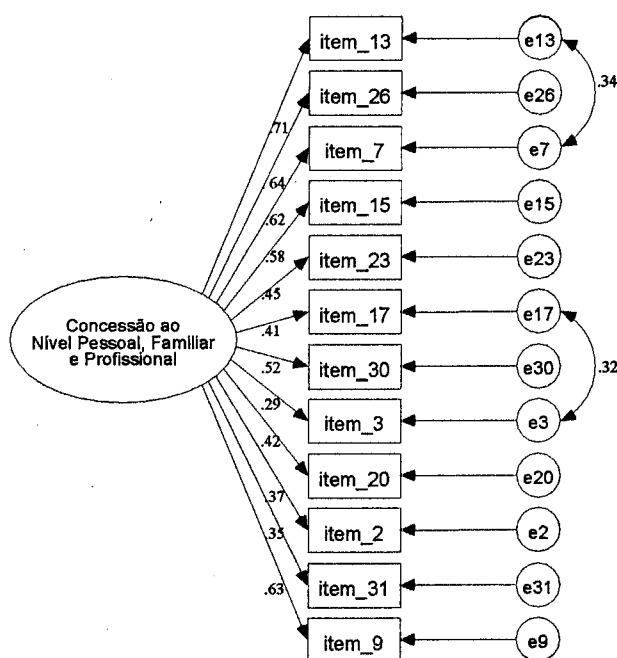
## 4.5.7.2. Análise factorial confirmatória

A análise factorial confirmatória revelou índices de ajustamento que, numa primeira fase, não foram satisfatórios. Foram então retirados alguns dos itens do primeiro um factor ficando agora saturado pelos seguintes itens: itens 13, 26, 7, 15, 23, 17, 30, 3, 20, 2, 31 e 9. Ao nível conceptual, este conjunto de itens remete para uma estratégia de conciliação da vida familiar e profissional que se baseia na necessidade de efectuar concessões importantes ao nível pessoal, familiar e profissional. O factor 2 é saturado por itens que apontam para uma estratégia de conciliação de papéis que se baseia na negociação e partilha de papéis no casal (itens 16, 21, 5, 28, 11, 12, 27, 22 e 14).

Tanto para o factor 1 como para o factor 2 os indicadores de ajustamento do modelo são satisfatórios:  $\chi^2/\text{g.l.}=3.14$ ,  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.91$ ,  $\text{AGFI}=.87$ ,  $\text{CFI}=.86$  e  $\text{RMSEA}=.07$  (ver Figura 27) e  $\chi^2/\text{g.l.}=2.28$ ,  $p=.000$ ,  $\text{GFI}=.96$ ,  $\text{AGFI}=.93$ ,  $\text{CFI}=.91$  e  $\text{RMSEA}=.06$  respectivamente (ver Figura 28).

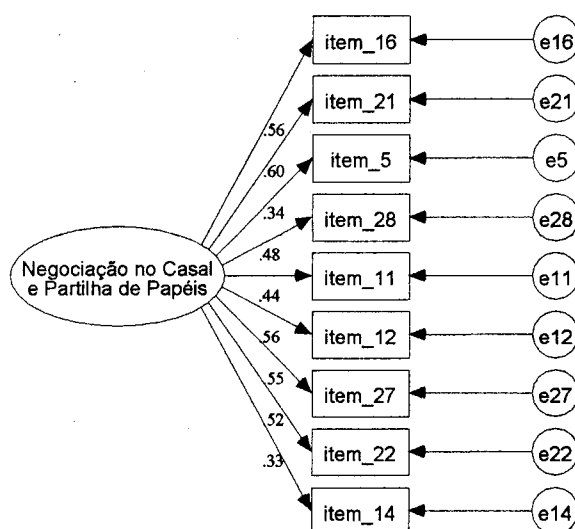
Figura 27

Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: estrutura factorial após análise confirmatória para o factor conciliação: concessão ao nível pessoal, familiar e profissional



**Figura 28**

Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: estrutura factorial após análise confirmatória para o factor conciliação: negociação no casal e partilha de papéis



Prevvia-se também a possibilidade de existir uma relação negativa entre os factores na medida em que apontam para modalidades de conciliação de papéis bastante diferentes o que se confirmou. De facto, os valores de ajustamento global do modelo (ver Figura 29) para a escala globalmente considerada são  $\chi^2/g.l.=1.68$ ,  $p=.000$ ,  $GFI=.91$ ,  $AGFI=.89$ ,  $CFI=.91$  e  $RMSEA=.04$ . Os valores obtidos são considerados bastante satisfatórios.

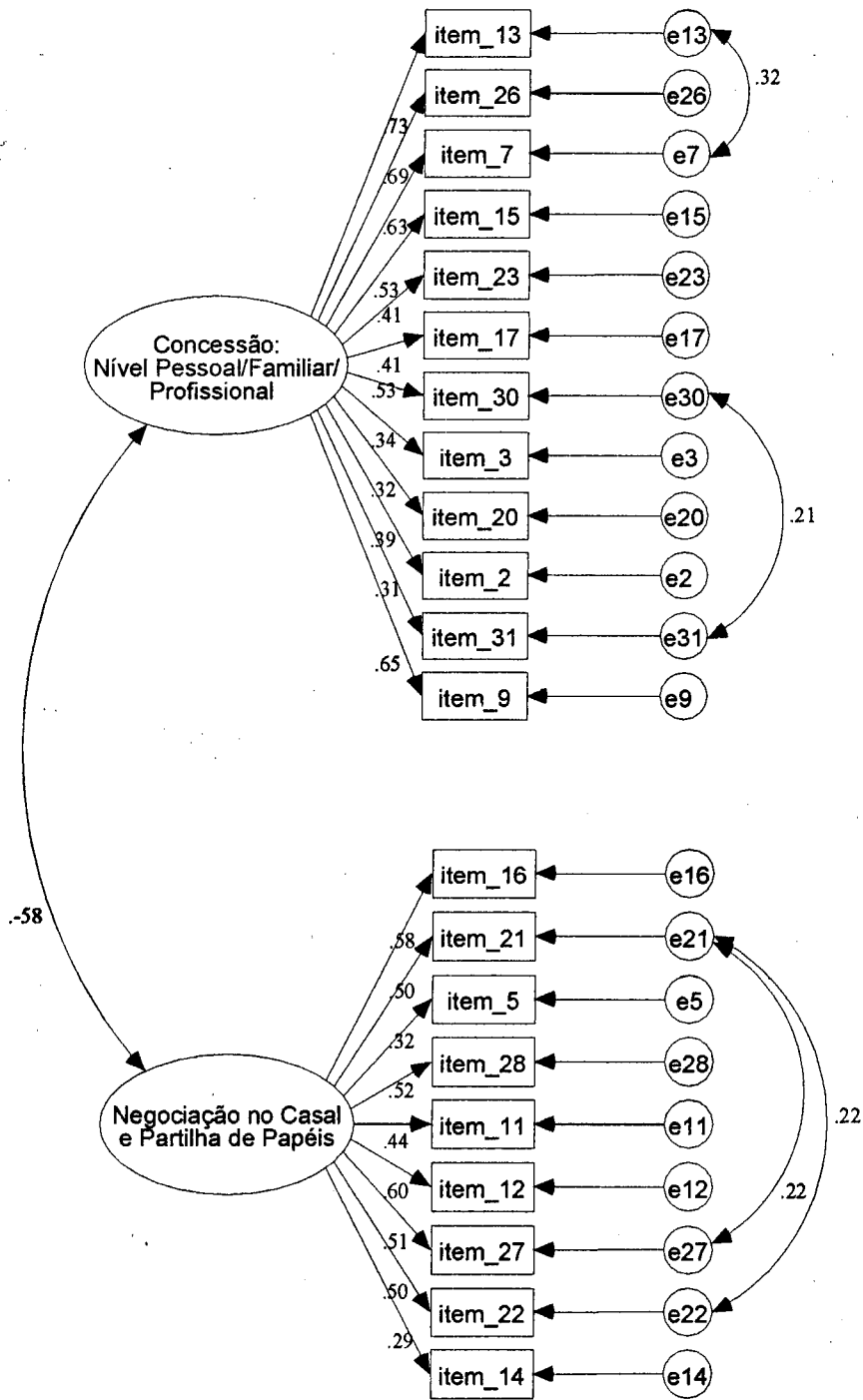
#### 4.5.7.3. Fiabilidade: consistência interna

A consistência interna dos factores obtida através do cálculo do alfa de Cronbach, sendo de .82 para o factor 1 e de .78 para o factor 2.

A escala ficou, na sua versão final constituída por 21 itens com bons índices de ajustamento e de consistência interna. Deste modo, este instrumento será incluído no estudo.

Por último destaca-se que uma versão das escalas administradas se encontram no Anexo 2 deste trabalho.

**Figura 29**  
Escala de estratégias para a conciliação da vida familiar e profissional: estrutura factorial para a escala global após análise confirmatória



Uma vez efectuada a selecção das variáveis e os estudos preliminares das escalas que as permitem avaliar passam-se, no capítulo seguinte a descrever os dois estudos que formam a parte empírica deste trabalho.

### Síntese

Este capítulo foi dedicado à adaptação, construção e análise das qualidades psicométricas de instrumentos de modo a avaliar, de modo fiel e válido, as variáveis em estudo.

No trabalho de avaliação das qualidades psicométricas dos instrumentos que já haviam sido estudados junto de amostras portuguesas, considerou-se que o facto destes instrumentos terem sido estudados em populações de adolescentes, assim como a convicção de que o processo de validação de instrumentos é um processo contínuo e, como tal, deve ser reavaliado periodicamente. Estes pressupostos conduziram-nos a efectuar um conjunto de novas análises para estes instrumentos. Deste modo, para a avaliação das dimensões da autonomia em relação aos pais e para a avaliação dos estatutos de identidade foram seleccionados, respectivamente, o Inventário de separação psicológica das figuras parentais e a Escala de avaliação dos estatutos de identidade. As suas qualidades psicométricas foram avaliadas através da análise factorial exploratória e confirmatória. A análise da consistência interna foi efectuada através do *alpha* de Cronbach. Para o Inventário de separação psicológica das figuras parentais, a análise conjunta nos dois momentos de avaliação revelou uma estrutura em quatro factores (autonomia ideológica, autonomia funcional, autonomia emocional e autonomia conflitual) com índices de consistência interna satisfatórios, demonstrando este instrumento ter boas capacidades para a avaliação dos constructos em causa. Para a Escala de avaliação dos estatutos de identidade, foram também conduzidas análises factoriais exploratórias e confirmatórias, que evidenciaram uma estrutura organizada em três factores. Esta configuração não corresponde à configuração original da escala, que se organiza em quatro factores, apresentando a nossa versão um factor misto, que integra itens do estatuto de identidade de moratória e de difusão. Em nosso entender a presença deste factor pode ser consequência da dificuldade e da volatilidade das escolhas e das opções em relação à vida adulta com que os jovens se deparam, tal como foi documentado ao longo do Capítulo 1 do presente trabalho. Para além deste factor, foram evidenciados, de forma clara, dois outros factores que correspondem ao estatuto de identidade



construída e vicariante, tal como na versão original do instrumento. A análise da consistência interna dos factores foi obtida através do *alpha* de Cronbach, revelou resultados considerados satisfatórios pelo que se considerou pertinente o recurso ao instrumento no presente trabalho.

Foram ainda escolhidos, através da revisão bibliográfica sobre a temática das atitudes em relação aos papéis de género e em relação ao conflito entre papéis familiares e profissionais dois instrumentos que pareciam adequados aos propósitos do presente estudo. O mesmo se verificou para a escolha de um instrumento para a avaliação do auto-conceito. Assim, o estudo da validação e adaptação do Perfil de auto-percepção para adultos, da Escala de atitudes em relação aos papéis de género e da Escala de conflito trabalho-família envolveu, inicialmente, uma reflexão falada, a par de uma primeira administração colectiva dos instrumentos, junto de 385 universitários. O estudo das qualidades psicométricas das escalas foi realizado a partir das análises factoriais exploratórias e confirmatórias e da análise de consistência interna, através do *alpha* de Cronbach. Os resultados do estudo revelaram, globalmente, uma estrutura para o Perfil de auto-percepção para adultos, que engloba três factores, respectivamente, auto-conceito global e competência no trabalho, competência para a gestão das tarefas domésticas e competência para cuidar dos outros, com índices de consistência interna aceitáveis para cada um dos factores. No caso da Escala de atitudes em relação aos papéis de género, esta revelou ser constituída por dois factores que correspondem a atitudes igualitárias e a atitudes tradicionais em relação aos papéis de género. Estes factores apresentam-se como independentes e com bons índices de consistência interna. Por último, a Escala de conflito trabalho-família ficou constituída também por dois factores, com bons índices de consistência interna, que correspondem ao conflito trabalho-família-trabalho e ao conflito trabalho-família. Na sua globalidade, e devido à pertinência das temáticas avaliadas pelos referidos instrumentos em conjunto com as boas qualidades psicométricas encontradas, optou-se por fazer recurso, no presente trabalho, dos mesmos.

Finalmente, e dado não terem sido encontrados, através da revisão da literatura, instrumentos que permitissem avaliar, de forma satisfatória, junto de jovens adultos as atitudes em relação ao trabalho, família e as estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais optou-se pela construção dos mesmos. Para tal, foram inicialmente conduzidas um conjunto de entrevistas que, a par da revisão bibliográfica, permitiram construir um primeiro *pool* de itens. De seguida, foi efectuada uma reflexão

falada e uma administração colectiva junto de 385 universitários que permitiu seleccionar os itens mais relevantes e avaliados como discriminativos pelos sujeitos. O estudo das qualidades psicométricas para cada um dos três instrumentos construídos, envolveu duas análises factoriais de natureza exploratória e confirmatória e a análise da consistência interna com recurso ao *alpha* de Cronbach. Os três instrumentos construídos visaram, assim, a avaliação das Atitudes em relação à família e parentalidade, Atitudes face ao trabalho e carreira profissional e Estratégias de conciliação da vida familiar e profissional. O primeiro foi constituído por dois factores, que dizem respeito a Atitudes positivas e negativas em relação à família e parentalidade, tal como o segundo, também com dois factores que se reportam a Atitudes positivas e negativas em relação ao trabalho e carreira profissional. Os valores de consistência interna obtidos para cada factor dos dois instrumentos revelaram-se satisfatórios. Foi ainda construído e avaliado um instrumento sobre Estratégias de conciliação da vida familiar e profissional. Este evidenciou a presença de dois factores, que se reportam à conciliação de papéis baseada na concessão pessoal, familiar e profissional e à conciliação de papéis baseada na negociação e na partilha de papéis no casal. Ambos os factores apresentaram bons índices de consistência interna.

No seu conjunto estes instrumentos serão utilizados para a avaliação das variáveis e dos modelos de relações entre as mesmas ao longo dos dois capítulos que se seguem que correspondem, respectivamente, aos dois estudos que integram este trabalho.

## CAPÍTULO 5

### **DETERMINANTES DA ANTECIPAÇÃO DOS PAPÉIS DE ADULTO: INFLUENCIA DO ESTATUTO OCUPACIONAL E DO GÉNERO NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO, NAS ATITUDES E NAS ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO DA VIDA FAMILIAR E PROFISSIONAL**

#### **1. Objectivos do estudo empírico**

As questões de ordem geral a que procurámos dar resposta ao longo do estudo empírico são seguintes: em que medida o desenvolvimento psicológico da identidade, da autonomia e do auto-conceito e as atitudes em relação aos papéis de adulto contribuem para a antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais? Será que a manifestação do desenvolvimento psicológico e das atitudes varia somente em função do género dos sujeitos ou depende também de experiências de vida relevantes (ser ainda estudante universitário ou estar já a exercer uma actividade profissional como licenciado)? Para além destas potenciais diferenças este estudo pretende também observar se o contributo das mesmas para a antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais varia em função dos factores apresentados. Estão são as questões centrais a que se procura responder com o estudo 1.

Assim, de seguida, passamos a apresentar as hipóteses que formulámos para o estudo e que serão organizadas do seguinte modo: começaremos por apresentar as hipóteses diferenciais relativas às dimensões do desenvolvimento psicológico e das atitudes primeiro de acordo com o estatuto ocupacional dos sujeitos (ser estudante ou ser trabalhador) e depois em relação ao género.

Num segundo momento serão expostos os modelos de relação entre as variáveis de acordo com a seguinte sequência: primeiro são apresentadas as relações entre as variáveis psicológicas e as variáveis atitudinais (*cf.* Figura 1). Posteriormente são explicitadas as possíveis relações entre as variáveis de desenvolvimento psicológico e as variáveis atitudinais e as estratégias relativas à conciliação de papéis. Estes modelos serão analisados de acordo com o estatuto ocupacional e o género dos sujeitos.

## 2. Hipóteses diferenciais e correlacionais

### Estatutos de Identidade

*Hipótese 1a: Os estudantes apresentam valores mais elevados nos estatutos de identidade vicariante e moratória/difusão, enquanto que os trabalhadores apresentam valores mais elevados na identidade construída (H1a).*

Os estudos que abordam a ligação entre os estatutos de identidade e a antecipação dos papéis de adulto têm evidenciado a presença notória e dominante do estatuto de identidade construída nos jovens que frequentavam os últimos anos da formação universitária e que planeavam a sua carreira profissional e opções relativas ao futuro papel familiar (Archer, 1989, Giesbrecht, 1998). Todavia, dadas as alterações sociais das últimas décadas, os estatutos de identidade nos jovens na fase de transição para a idade adulta tem sido reanalisados. De facto, um conjunto de estudos aponta para que a vivência universitária e os primeiros anos após esta formação correspondam a uma fase de transição para a vida adulta que, voltada para as novas experiências, implica liberdade para o desenvolvimento pessoal, sem se assumirem responsabilidades e compromissos definitivos em relação ao futuro (Danielsen, Lorem & Kroger, 2000). Sendo assim um período “instável” suscita reflexão sobre si próprio e sobre as várias opções de vida (Arnett, 2000). Este período caracteriza-se, assim, pelo desenvolvimento de um projecto de vida adulta que, na maioria dos casos, deve estar sujeito a múltiplas revisões e ajustamentos, o que se traduz na presença da identidade de moratória (Arnett, 2000). Além disso, a capacidade de viver autonomamente, enquanto característica da idade adulta não está presente nestes jovens. Este critério para a aquisição do estatuto de adulto não é reconhecido visto que a maioria dos estudantes e recém-licenciados por motivos sociais afirmam que esta fase ainda não chegou às suas vidas e eles ainda se encontram a ponderar diferentes opções para o futuro (Arnett, 2000; Guerreiro & Abrantes, 2004). Assim, de um modo geral, parece-nos que os estudantes e os trabalhadores podem estar imersos num contexto social comum de transição que valoriza mais as explorações do que os compromissos, estimula o adiamento de compromissos e se coaduna com o estatuto de identidade de moratória. Contudo, o confronto com as exigências do mercado de trabalho, e o estabelecimento de relações afectivas mais duradouras, aliados à procura de uma vida

mais autónoma, poderão ter reflexos ao nível da construção da identidade, tornando-a mais voltada para a concretização de planos de vida de acordo com objectivos. Deste modo, assumimos que, enquanto os estudantes apresentarão um predomínio do estatuto de identidade moratória, os trabalhadores apresentarão um predomínio da identidade construída. Relativamente ao estatuto de identidade vicariante, este não surge na literatura associado aos planos relativos ao exercício de papéis de adulto. Todavia, pelo facto de ser um estatuto em que o sujeito se rege por modelos de orientação vigentes, não questionando as suas opções, parece-nos que, de algum modo, poderá estar mais presente nos estudantes do que nos trabalhadores na medida em que a sua falta de experiência no exercício de papéis familiares e profissionais, a par de uma representação idealizada dos mesmos, pode levar a que as suas atitudes e expectativas estejam mais em conformidade com os modelos que lhes foram sugeridos durante o processo de socialização.

*Hipótese 1b: As raparigas apresentam valores mais elevados nos estatutos de identidade moratória e vicariante, enquanto que os rapazes apresentam valores mais elevados nos estatutos de identidade construída (H1b).*

No que se refere a possíveis diferenças de género ao nível dos estatutos de identidade, os estudos efectuados junto de universitários indicam que as raparigas apresentam, com maior frequência, uma identidade vicariante ou moratória quando comparadas com os rapazes (Archer, 1989; Costa, 1991; Guerra & Braungart-Rieker, 1999). Estes resultados poderão, de algum modo, ser indicadores da importância dos factores culturais na construção da identidade onde os espaços de exploração das opções que contestam ou modificam os valores vigentes parecem ser especialmente reduzidos nas raparigas. Como defende Matos *et al.* (1999), o contexto social e familiar português tende a fomentar a autonomia e a independência dos rapazes e a proteger as raparigas dos “riscos” inerentes aos processos de exploração. Como exemplo disto é o facto da integração dos papéis familiares com as opções relativas ao exercício dos papéis profissionais parecer ser um problema quase exclusivamente sentido pelas raparigas que não parecem ter questionado os valores subjacentes à divisão tradicional de papéis (Guerreiro & Abrantes, 2004). Para aquelas que questionam menos os valores sociais vigentes, o peso relativo dos modelos sociais que abonam a favor da integração dos papéis familiares tradicionais com os

profissionais tende a ser encarada como uma problemática essencialmente feminina, o que poderá levar estas jovens a assumir que este modelo se irá reproduzir nas suas vidas revelando-se na presença de um estatuto de identidade vicariante.

Todavia, explorar as diferentes modalidades de conciliação de papéis poderá traduzir-se na presença mais notória de uma identidade moratória, ou seja, as raparigas que valorizam a exploração das várias opções, em relação ao futuro exercício de papéis familiares e profissionais, podem ter dificuldade em encontrar situações ou cenários em que possam assumir compromissos de forma equilibrada. Isto é particularmente relevante quando tentam integrar aspectos e valores mais tradicionais, em relação aos papéis de género, e atitudes mais igualitárias a conciliação de papéis familiares e profissionais.

Para os rapazes, o facto de não serem, do ponto de vista social tão estimulados, a reflectir sobre a temática da conciliação de papéis, pode levar a pensar que esta não constituirá um problema. Assim, não só não estão tão disponíveis para questionar ou antecipar o futuro desempenho de papéis profissionais e familiares como se orientam para objectivos de vida que passam pela valorização apenas do papel profissional. Isto pode reflectir-se na presença de uma identidade construída. Para isto contribui também o facto de serem socialmente valorizados, nos rapazes, a autonomia e o desempenho ao nível profissional, o que poderá levá-los a explorarem e valorizarem essencialmente o papel profissional (Matos *et al.*, 1999; Matos, 2002; Guerreiro & Abrantes, 2004).

Em síntese, de acordo com os estudos apresentados, pensamos que poderá haver diferenças significativas ao nível dos estatutos de identidade em função do género, com as raparigas, tanto estudantes como trabalhadoras, a apresentar valores mais elevados nos estatutos de identidade moratória e vicariante, enquanto que os rapazes, também de ambos os grupos, apresentarão valores mais elevados nos estatutos de identidade construída.

### **Auto-Conceito**

*Hipótese 2a: Os estudantes apresentam valores mais elevados no auto-conceito geral e de competência profissional do que os trabalhadores. Não haverá diferenças entre grupos no auto-conceito relativo ao cuidar dos outros e à gestão das tarefas domésticas (H2a).*

As competências do indivíduo, reconhecidas pelo próprio, em relação a uma determinada aptidão, num domínio específico da sua vida, associam-se intimamente ao seu sentido de valor pessoal nesse domínio e ao planeamento dos papéis de adulto (Betz & Fitzgerald, 1987; Harter, 1983). Assim, a antecipação do desempenho de papéis sociais, como os papéis familiares e profissionais, influencia e é influenciada pelo auto-conceito de competência nestes domínios (Cole *et al.*, 2001). Contudo, a escassez de estudos sobre esta temática leva-nos a apresentar hipóteses exploratórias: o exercício de uma actividade profissional, tendo em conta as necessidades de ajustamento e dificuldades inerentes às actividades e carreiras profissionais, poderão levar os sujeitos a questionar mais o seu conceito de competência para este domínio. Deste modo, os trabalhadores poderão apresentar valores mais baixos na sua avaliação do auto-conceito que remete para a competência profissional quando comparados com os estudantes, que tiveram apenas a oportunidade de construir uma imagem idealizada da sua competência profissional. Apesar disto, ao nível da avaliação da competência própria para o papel familiar, onde se incluem aspectos relativos à gestão das tarefas domésticas e ao cuidado dos outros, pensamos que não deverão existir diferenças entre estudantes e trabalhadores. O nosso pressuposto baseia-se no facto de que nenhum deles ter experiência do papel familiar (ao nível da constituição da sua própria família), nem sequer de vida autónoma e de gestão das tarefas domésticas. As oportunidades de realizar essas tarefas na família de origem não nos parecem susceptíveis de distinguir estudantes e trabalhadores, o que nos leva a esperar que sejam equivalentes neste aspecto.

*Hipótese 2b: As raparigas apresentam valores mais elevados no auto-conceito relativo ao cuidar dos outros e à gestão das tarefas domésticas, enquanto que os rapazes apresentam valores mais elevados no auto-conceito global e de competência no trabalho (H2b).*

Considerando o percurso de desenvolvimento do auto-conceito, assim como a influência dos modelos sociais sobre o mesmo, é de esperar que as diferenças tradicionais nos papéis de género se reflectam no domínio do auto-conceito. Alguns estudos têm revelado que as raparigas tendem a revelar níveis mais elevados de competência social e específica para lidar com as questões familiares do que os

rapazes. Estes últimos apresentam valores mais elevados no sentido de competência para o domínio profissional, tanto na adolescência como no início da idade adulta (Eccles *et al.*, 1989; Cole *et al.* 2001; Marsh *et al.*, 1985; Wylie, 1979), como consequência da já referida valorização do trabalho e do papel profissional para os rapazes por parte da família e da sociedade em geral (Dias & Fontaine, 1996; Matos *et al.*, 1999; Matos, 2002; Vasconcelos, 1998). Por outro lado, os valores e o treino de competências, associados à capacidade de cuidar dos outros, como preparação para a função materna e a capacidade de realizar as tarefas domésticas, são socialmente transmitidos e encorajados junto das raparigas (Dias & Fontaine, 1996; Guerreiro & Abrantes, 2004; Matos *et al.*, 1999; Vasconcelos, 1998). Assim, por via da socialização de género, as raparigas terão tendência para apresentar valores mais elevados do que os rapazes, ao nível do auto-conceito, para domínios onde adquiriram já uma certa mestria, como é o caso da gestão das tarefas domésticas e do cuidado dos outros. Do mesmo modo, os rapazes, tanto os estudantes como os trabalhadores, poderão apresentar níveis de auto-conceito mais elevados para o domínio profissional, quando comparados com as raparigas, visto corresponder, assim, ao papel socialmente esperado e mais valorizado para o seu género.

### **Separação Psicológica das Figuras Parentais**

*Hipótese 3a: Os estudantes universitários apresentam valores mais baixos do que os trabalhadores na independência conflitual, ideológica, emocional e funcional (H3a).*

Apesar das alterações sociais que conduzem a uma maior dependência dos jovens em relação à família de origem (Arnett, 2000; Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998), poucos são os autores que têm analisado as implicações desta situação ao nível da conquista da autonomia e da separação psicológica das figuras parentais, na sua relação com a antecipação de papéis de adulto. Assim, apesar de não encontrarmos referências a estudos que comparem a separação psicológica das figuras parentais de universitários e de trabalhadores, pensamos, a título exploratório que a inserção no mercado de trabalho e o exercício do papel profissional promovem a autonomia do jovem adulto, não apenas em termos funcionais, mas também aos níveis ideológico, emocional e conflitual. Parece-nos, também, a título exploratório que os estudantes, pela sua situação de dependência em relação à família de origem, poderão apresentar níveis mais fracos de independência emocional, funcional e ideológica, quando



comparados com os trabalhadores. Além disso, este contexto de dependência dos estudantes será mais susceptível de gerar algumas tensões entre pais e filhos, menos desdramatizadas, o que poderá conduzir a níveis mais baixos de independência conflitual por parte dos estudantes, quando comparados com os trabalhadores.

*Hipótese 3b: As raparigas apresentam valores mais elevados de independência ideológica, emocional, conflitual enquanto que os rapazes apresentam valores mais elevados de independência funcional (H3b).*

No que se refere a possíveis diferenças de género ao nível da construção da autonomia, os estudos geram pouco consenso. Se Lucas (1997) encontrou diferenças na independência funcional e emocional a favor dos rapazes, estudos mais recentes, também com universitários, não encontraram diferenças de género em nenhuma das dimensões da autonomia provavelmente como consequência de uma tendência para uma educação mais homogénea para as raparigas e para os rapazes, que leva a uma valorização igualitária dos papéis profissionais, independentemente do género (Leondari & Kiosseoglou, 2000; Lee & Hughey, 2001).

Enquadrando estes resultados, nos contextos sociais e culturais respectivos, pensamos que as experiências de socialização familiar, em conjunto com a permanência prolongada na residência dos pais podem fomentar práticas educativas mais restritivas e mais conflitos com as raparigas, embora estas possam também apresentar, uma melhor capacidade de adaptação a estes conflitos, considerando-os naturais e aceitáveis (Dias & Fontaine, 1996; Matos *et al.*, 1999; Matos, 2002). Deste modo, estas poderão apresentar níveis de independência conflitual mais elevados do que os rapazes. Pensamos também que a desdramatização dos conflitos com os pais, por parte das raparigas, permitirá questionar com mais facilidade tanto a autoridade parental como os valores e normas transmitidos pelos mesmos, levando ao desenvolvimento de níveis de independência emocional e ideológica superiores aos dos rapazes. Por último, parece-nos, embora de novo a título exploratório, que o facto da autonomia comportamental ser fomentada de forma mais activa nos rapazes do que nas raparigas (Dias & Fontaine, 1996; Matos *et al.*, 1999) se poderá traduzir em níveis de independência funcional superiores para eles do que para elas.

### **Atitudes em relação aos papéis de género**

*Hipótese 4a: Não haverá diferenças nos grupos em relação às atitudes relativas aos papéis de género (H4a).*

Estudos longitudinais têm revelado que, em geral, as gerações mais jovens estão progressivamente mais igualitárias em relação aos papéis de género quando comparadas com as gerações anteriores (Slevin & Wingrove, 1983; Loo & Thorpe, 1998).

Não tendo sido encontrados estudos que comparem, de forma sistemática, as diferenças nas atitudes em relação aos papéis de género entre grupos de estudantes e de jovens trabalhadores, espera-se que a vivência em contextos sociais semelhantes, a par de efeitos de natureza geracional, possam contribuir para uma representação homogénea dos papéis de género nesta geração de jovens com formação universitária. Deste modo, a título exploratório, não antecipamos diferenças nas atitudes em relação aos papéis de género entre estudantes e trabalhadores. Pensamos, que a existência de atitudes quer mais tradicionais e quer mais igualitárias, reflexo das vivências e da socialização familiar, podem estar presentes nos dois grupos.

*Hipótese 4b: As raparigas têm atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género do que os rapazes, que têm atitudes mais tradicionais para o mesmo domínio (H4b).*

De um modo geral, a maioria dos estudos apontam para o facto das raparigas universitárias tenderem a ter atitudes menos tradicionais perante o género do que os estudantes rapazes (Covin & Brush, 1991; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999), ou das raparigas serem mais liberais do que os seus colegas masculinos nos domínios familiar e social (Kulik, 1999). Porém, os estudos realizados fora da cultura norte-americana apontam resultados diferentes e menos consensuais: o estudo de Macri & Mullet (2003), por exemplo, concluiu que os rapazes gregos antecipam que serão os principais sustentadores económicos da casa, enquanto as raparigas vêem o seu papel unicamente como “co-sustentadoras” do lar. Ambos têm atitudes que valorizam claramente a divisão assimétrica dos papéis de género. Também no contexto nacional,

Vasconcelos (1998) refere que a grande maioria dos jovens tende a reconhecer às mulheres a possibilidade de afirmação social, valorizando os projectos individuais de vida, associados à realização profissional. No entanto, quando inquiridos sobre a especialização feminina nas tarefas de apoio à família, os resultados vão no sentido tradicional: para maioria dos jovens, independentemente do género, as mulheres devem dar primazia ao seu papel de mãe sobre a sua realização profissional. Contudo, são também as raparigas que mais invocam a importância de terem no mercado de trabalho uma participação tão expressiva e satisfatória como a dos rapazes. Tendo em conta estes resultados, espera-se, que as raparigas, independentemente do seu estatuto de estudantes e trabalhadoras, apresentem atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género, quando comparadas com os rapazes.

### **Atitudes perante o trabalho e a carreira**

*Hipótese 5a: Os estudantes têm atitudes mais positivas em relação ao trabalho e à carreira profissional, enquanto que os trabalhadores têm atitudes mais negativas para o mesmo domínio (H5a).*

Apesar da literatura apontar para uma tendência, por parte dos jovens em geral para atribuírem uma grande importância ao domínio profissional, revelando atitudes e expectativas positivas em relação ao papel profissional (Arnett, 2000; Baber & Monaghan, 1988; Vasconcelos, 1998), a verdade é que a diferentes etapas do percurso académico e profissional estão associadas atitudes e representações do trabalho que implicam uma valorização maior ou menor, tanto dos seus aspectos positivos como dos negativos (Arnett, 2000; Vasconcelos, 1998). Considera-se que a representação antecipada do exercício de uma actividade profissional ou de uma carreira deve destacar, acima de tudo, os aspectos positivos do trabalho e da carreira. Ora, o investimento actual que os estudantes estão a efectuar na sua educação/formação, para garantir a concretização da sua vocação e uma posição favorável no mercado de trabalho, pode conduzir a uma representação mais idealizada do seu futuro profissional. Para além deste aspecto, o trabalho é visto, pelos estudantes universitários, não só como fonte de realização pessoal, mas também como uma via de aquisição da autonomia económica que dá acesso a uma vida independente (Arnett, 2000; Vasconcelos, 1998). Para além disto, como defende

Arnett (2000) em relação aos estudantes, o papel instrumental das experiências de trabalho ao longo do seu percurso académico, mesmo quando foram menos positivas, acaba por não influenciar negativamente as suas atitudes em relação ao trabalho e à carreira profissional. Pelo contrário, pode até reforçar as atitudes positivas em relação ao trabalho, na medida em que antecipam que a actividade profissional que irão exercer tem pouco em comum com as experiências de trabalho que estão a ter e será, por certo, muito mais gratificante ao nível da realização pessoal e da recompensa económica (Arnett, 2000).

Já no que se refere aos trabalhadores (com formação universitária), a sua integração nas condições actuais do mercado de trabalho pode ter um impacto negativo nas suas atitudes perante o trabalho e a carreira profissional. Como foi documentado ao longo do Capítulo 1, no ponto 2.1.1, as alterações no mercado de trabalho, tendem a penalizar fortemente os jovens licenciados e reduzem as suas expectativas de correspondência entre o investimento na formação académica, a posição esperada a correspondência no mercado de trabalho, a estabilidade de emprego e o estatuto profissional (Arnett, 2000; Elejabeitia, 1997). Por outro lado, longos períodos de “ajustamento” a este mercado, com frequentes mudanças de actividade ou com actividades em regimes precários (sem vínculo laboral, com longas horas de trabalho, remunerações baixas e incertas, entre outras) actuam como condicionantes sociais que alteram as expectativas e representações do trabalho e da carreira profissional e fazem emergir os aspectos mais negativos (Arnett, 2000; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997). Efectuando um balanço dos estudos anteriormente apresentados, prevemos a manifestação de atitudes diferentes perante o trabalho e a carreira profissional por parte de estudantes e os trabalhadores. Os primeiros deverão ter atitudes mais positivas em relação ao trabalho e à carreira profissional, enquanto que os segundos deverão partilhar atitudes mais negativas para o mesmo domínio.

*Hipótese 5b: As raparigas têm atitudes mais negativas em relação ao trabalho e à carreira do que os rapazes que têm atitudes mais positivas para este domínio (H5b).*

Se alguns autores advogam que a valorização do trabalho e da carreira enquanto fonte de autonomia e de realização pessoal, é partilhada pelos jovens independentemente do género (Arnett, 2000; Vasconcelos, 1998), outros indicam que a identidade de género masculina está impregnada de exigências de realização onde

o trabalho e a carreira são esferas fundamentais para a sua afirmação social (Tolson, 1983).

A valorização do papel profissional e de carreira por parte das universitárias implica a consideração de aspectos menos positivos do mesmo (como, por exemplo, horários de trabalho alargados, necessidade de investimento em termos de tempo). Diversos estudos demonstram que estes aspectos negativos do trabalho levam as raparigas a antecipar a necessidade de reduzir o seu investimento na actividade profissional, ou mesmo a interromper as suas carreiras profissionais, durante algum tempo, para investirem, entre outros, no papel familiar e integrar os múltiplos papéis de vida (Greenglass & Devins, 1982; Kulik, 2000; Schroeder *et al.*, 1992). Outros estudos revelam que os estudantes rapazes não sentem estas preocupações, valorizando o trabalho e a carreira profissional como forma de realização pessoal e social evidenciando sistematicamente atitudes positivas para este domínio (Arnett, 2000; Baber & Monaghan, 1988). Nesta linha, e ao nível nacional, os estudos indicam que, apesar da valorização dos aspectos positivos do trabalho e da carreira estar presente nos universitários em geral, as raparigas demonstram simultaneamente atitudes menos positivas em relação ao trabalho, quer por acharem que a igualdade no mercado laboral ainda não foi alcançada na sua plenitude (Moraes & Carvalho, 1993), quer por acharem que, mais tarde ou mais cedo, o trabalho vai impedir ou dificultar a concretização de outros papéis de vida (Guerreiro & Abrantes, 2004; Vasconcelos, 1998). Em síntese, baseando-nos neste conjunto de estudos, pensamos que poderão surgir diferenças de género nas atitudes em relação ao trabalho e à carreira profissional: as raparigas apresentarão atitudes mais negativas do que os rapazes em relação a este domínio, quer sejam estudantes ou trabalhadores.

### **Atitudes perante a família e parentalidade**

*Hipótese 6a: Os estudantes têm atitudes mais negativas em relação à família e parentalidade, enquanto que os trabalhadores têm atitudes mais positivas para o mesmo domínio (H6a).*

Apesar dos estudos sobre os projectos futuros relativos ao papel familiar e parental indicarem que o padrão de família com filhos parece continuar a ser valorizado e desejado pelos jovens, sobretudo nos países de Europa do Sul (Guerreiro

& Abrantes, 2004; Macri & Mullet, 2003; Torres, 1996; Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998), a sua concretização obedece a pré-requisitos socialmente determinados (por exemplo, ser antecedido de exploração no domínio afectivo). Assim, a opção pela constituição de família faz-se cada vez mais tarde em termos etários, sendo esta realidade especialmente visível para os jovens com formação superior (Arnett, 2000; Rossi, 1997; Torres, 1996). A parentalidade é assumida como um projecto programado, não só em termos do número de filhos, mas também no que se refere à qualidade das condições gerais de vida exigidas para a sua concretização: o investimento na formação e na actividade profissional, propiciará boas condições sócio-económicas que, por sua vez, assegurará os recursos necessários para a educação das crianças (Guerreiro & Abrantes, 2004). Este investimento vai assim determinar o ambiente familiar e social no qual esses filhos vão nascer e crescer (Guerreiro & Abrantes, 2004; Macri & Mullet, 2003; Rossi, 1997; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998).

No seu conjunto estes estudos, embora não versassem directamente a temática das atitudes em relação à família e à parentalidade, parecem apontar no sentido da valorização destes papéis passar pelo investimento prévio nas condições necessárias para o seu bom desempenho. Nesta linha de análise, o período que corresponde à vivência universitária deverá corresponder ao período de exploração afectiva, com ausência de compromisso em relação ao futuro papel familiar e parental. Será, assim, de esperar que estes jovens tenham atitudes pouco positivas em relação à família e à parentalidade, dado que decidiram adiar qualquer compromisso neste domínio a favor do aprofundamento de aspectos da sua identidade e da sua inserção no mercado laboral. Do mesmo modo, pelo facto dos trabalhadores se encontrarem numa etapa posterior do ciclo de vida, as explorações no domínio afectivo terão tendência a ser menos frequentes e substituídas pela procura de um parceiro estável ou pela vivência com um parceiro com objectivos de viver a conjugalidade, com vista a futuras opções relativas a esses papéis familiares e parentais. Além disso, se a família e a parentalidade se assumem como fazendo parte do projecto de vida que envolve a necessidade de uma certa segurança sócio-económica, os trabalhadores dispõem, até um certo ponto, de recursos económicos para planearem uma vida que passa por esses compromissos. Assim sendo, será de esperar que, em geral, os trabalhadores apresentem atitudes mais favoráveis em relação ao papel familiar e parental, quando comparados com os estudantes.

*Hipótese 6b: As raparigas têm atitudes mais negativas em relação à família e à parentalidade do que os rapazes que têm atitudes mais positivas para este domínio (H6b).*

Apesar de não terem sido encontrados estudos que incidam especificamente sobre as diferenças de género, nas atitudes e expectativas em relação ao papel familiar e parental, alguns autores apontam para o facto das universitárias e trabalhadoras com formação superior estarem dispostas e motivadas para investir no seu papel parental, considerando mesmo a possibilidade de interromper a sua actividade profissional, aceitar certos empregos menos exigentes ou mesmo de deixar de trabalhar, para cuidar dos seus filhos (Greenglass & Devins, 1982; Machung, 1989; Kulik, 2000). Deste modo, pode inferir-se, de acordo com os referidos autores, que estas raparigas estão a antecipar as exigências do seu envolvimento com o papel familiar e parental que antevêm como sendo pouco compatível com o investimento simultâneo no papel profissional.

Contudo, como é sabido, as atitudes e os projectos de concretização dos papéis familiares e parentais dos jovens sofrem influências de factores de natureza social e cultural. De acordo com estudos nacionais, apesar dos jovens (independentemente do sexo ou do nível de formação académica) manifestarem o interesse de formar uma família com filhos, destaca-se uma tendência generalizada para os papéis familiares e parentais serem considerados maioritariamente da responsabilidade das mulheres (Guerreiro & Abrantes, 2004; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998). Disso são exemplo os casais jovens com formação superior onde as interrupções na actividade profissional para cuidar das crianças são quase sempre feitas pelas mulheres (Torres, 1996; Vasconcelos, 1998). Este tipo de decisão, originada muitas vezes pelo receio de penalização profissional, acaba por colocar as mulheres numa situação de sobrecarga de papéis sobretudo quando os filhos nascem. Face ao exposto, e também pelo facto destas licenças serem claramente restringidas ao período que segue ao nascimento dos filhos, pode prever-se que esta realidade poderá ter reflexos numa maior expressão de atitudes negativas em relação à família e à parentalidade por parte das raparigas, tanto das estudantes como das trabalhadoras, quando comparadas com os rapazes. De facto para estes últimos, a tarefa da parentalidade não será encarada como algo que irá colidir com as suas actividades profissionais, nem em termos de tempo, nem em termos de investimento, tornando-se, assim, mais fácil a manutenção de atitudes positivas em relação à família e parentalidade.

### **Atitudes em relação ao conflito de papéis familiares e profissionais**

*Hipótese 7a: Os estudantes apresentam valores mais baixos nas atitudes em relação ao conflito de papéis familiares e profissionais do que os trabalhadores (H7a).*

Os poucos estudos sobre a antecipação de conflito de papéis indicam que os universitários o consideram como possível, embora associem a sua ocorrência ao nascimento dos filhos (Greenglass & Devins, 1982; Guerreiro & Abrantes, 2004; Schroeder *et al.*, 1992;). No caso dos trabalhadores, pelo facto de exercerem uma actividade profissional e já terem mais experiência de interferências entre o papel profissional e a vida em família, terão mais tendência para antecipar o conflito de papéis do que os estudantes que se encontram mais distantes desta realidade. De facto, para este último grupo, a temática do conflito de papéis, de acordo com os estudos apresentados, apenas apareceria com o nascimento dos filhos, logo só se perspectivaria a longo prazo. Deste modo, os estudantes deverão apresentar valores mais baixos nas atitudes associadas à antecipação da possibilidade de ocorrência de um conflito de papéis, quando comparados com os trabalhadores.

*Hipótese 7b: As raparigas apresentam valores mais elevados nas atitudes em relação ao conflito de papéis do que os jovens rapazes (H7b).*

Os estudos com universitários apontam para a maior capacidade das raparigas por comparação com os rapazes, para anteciparem possíveis conflitos entre papéis familiares e profissionais, sobretudo quando o papel familiar engloba o exercício da parentalidade (Greenglass & Devins, 1982; Guerreiro & Abrantes, 2004; Schroeder *et al.*, 1992). Os rapazes pensam que a possibilidade de vir a existir tal conflito ocorrerá apenas em situações excepcionais e pontuais (Peake & Harris, 2002). Do mesmo modo, enquanto as raparigas acreditam que o conflito de papéis poderá ter repercussões fortes nas suas vidas (como, mudar de emprego; abandonar a carreira profissional, deixar de ter tempo livre, entre outros), os rapazes acreditam que serão capazes de evitar tais situações, fazendo pequenos ajustamentos nas suas vidas (por exemplo, ao nível dos horários de trabalho ou ajudando no cuidado com os filhos) (Guerreiro & Abrantes, 2004). Os resultados destes estudos apontam, assim, para diferentes perspectivas no modo como se encara a possibilidade do conflito de papéis,



bem como a sua resolução. Colocamos então como hipótese a existência de diferenças de género ao nível das atitudes em relação ao conflito de papéis. Espera-se que as raparigas, estudantes e trabalhadoras antecipam mais a possibilidade de ocorrência de conflito entre papéis familiares e profissionais do que os rapazes.

### **Estratégias relativas à conciliação de papéis familiares e profissionais**

*Hipótese 8a: Os estudantes têm atitudes mais positivas que os trabalhadores em relação à estratégia de conciliação “negociação e partilha de papéis”. Os trabalhadores têm atitudes mais positivas em relação à estratégia de conciliação “concessão pessoal, familiar e profissional” do que os estudantes (H8a).*

Os estudos anteriormente apresentados apontam para o facto dos jovens valorizarem quer o papel profissional, quer o papel familiar. Para que tal seja possível, a conciliação de papéis torna-se relevante. Apesar de alguns autores terem destacado os benefícios de uma antecipação da conciliação dos papéis profissionais e familiares como factor de sucesso no futuro equilíbrio de papéis e satisfação global com a vida (Steffy & Jones, 1988), ou como fonte de influência positiva no sucesso da integração futura de múltiplos papéis de vida (Granrose, 1985; Weitzman, 1994) esta é uma temática relativamente pouco explorada pela literatura. Mesmo que na antecipação do futuro, os jovens integram sempre os papéis profissionais e familiares (Weitzman, 1994), nem sempre se torna claro o modo como o pretendem fazer. Neste quadro, o estudo de Chrisholm (1997), que avaliou o modo como jovens entre os 18 e os 30 anos, de cinco países europeus, antecipam a futura conciliação dos papéis familiares e profissionais, concluiu que estes valorizam, acima de tudo, a qualidade de vida, tanto no trabalho como para além dele, ou seja, ao nível pessoal e familiar. Contudo, o trabalho é apontado pela maioria como sendo o papel prioritário, seguido do papel conjugal e familiar.

Embora no seu conjunto estes estudos se debrucem essencialmente sobre a importância da temática da conciliação de papéis para os projectos de vida dos jovens, raramente tornam claro o modo como as possíveis estratégias ou opções para que esta conciliação se tornam possíveis e nem sempre identificam as atitudes face a estas opções. Em qualquer dos casos pensamos que a experiência do exercício de um papel profissional pode ter reflexos na antecipação de estratégias de conciliação

de papéis. Assim, postulamos, a título exploratório, a existência de diferenças entre os estudantes e os trabalhadores para este domínio. As nossas hipóteses baseiam-se no pressuposto segundo o qual o distanciamento relativo com que os estudantes analisam a conciliação futura de papéis os levará a ser mais optimistas, ou a ter uma visão mais idealizada das possibilidades de sucesso desta conciliação. Assim sendo, deverão privilegiar atitudes que passam pela negociação e partilha de papéis, sobretudo porque este é dos modelos mais desejados e valorizados por uma sociedade que se pretende progressivamente mais igualitária. Por seu turno, os trabalhadores, pelo facto de já terem experiência do papel profissional, podem ter sido forçados, nas práticas diárias, a fazer ajustamentos, opções ou mesmo concessões que se afastam desta visão ideal da conciliação de papéis. Sabe-se que a fase de vida em que se encontram, ou seja o início do trajecto de inserção profissional, é particularmente exigente em termos de horários, de disponibilidade, de capacidade de mudança, entre outras, que podem, de uma forma mais notória, interferir com a disponibilidade e o desejo de investir no papel familiar. Face a este conjunto de motivos, pensamos que os trabalhadores podem apresentar atitudes mais positivas em relação à necessidade de efectuar concessões pessoais, familiares e profissionais para conciliar os papéis familiares e profissionais, enquanto os estudantes poderão pensar que, com a negociação e a partilha de papéis, poderão resolver todos os problemas.

*Hipótese 8b: As raparigas têm atitudes mais positivas do que os rapazes em relação à estratégia de conciliação "concessão pessoal, familiar e profissional", enquanto que os rapazes têm atitudes mais favoráveis em relação à estratégia de conciliação "negociação e partilha de papéis" do que as raparigas (H8b).*

Tanto os estudos sobre a antecipação da conciliação de papéis, como sobre as diferenças de género para este domínio, são escassos. Contudo, alguns estudos com universitárias encontraram diferenças de género nas estratégias escolhidas para conciliar os papéis de vida: as estudantes estão dispostas a interromper a sua actividade e carreira profissional, como forma de conciliação do papel familiar e profissional, sobretudo quando nascem os filhos, efectuando escolhas profissionais que lhes facilite a conciliação. Já os estudantes rapazes não só têm dificuldade em antecipar eventuais problemas, como rejeitam a possibilidade de interromper a sua actividade profissional para responder a exigências da vida familiar (Greenglass &

Devins, 1982; Schroeder *et al.*, 1992; Weitzman, 1994; Kulik, 2000). A problemática da conciliação de papéis surge assim como uma temática mais relevante para as raparigas, preocupadas com o facto de terem de escolher ou de abdicar de algo para conciliar os papéis de vida quando comparadas com os rapazes (Guerreiro & Abrantes, 2004). Outros estudos indicam que os rapazes com formação superior pensam que, quando nascerem os filhos, o seu papel profissional deve ser intensificado para assegurar o sustento económico do lar de que se sentem como o principal ou único responsável de modo a que a estratégia antecipada para conciliar os papéis, quando nascem filhos, passa pela intensificação da divisão de papéis na família (Peake & Harris, 2002). Contudo, surgem também antecipações da conciliação por parte dos rapazes que passam pelo conceito de partilha e ajustamento de papéis. De facto, alguns rapazes esperam vir a partilhar o papel familiar e o trabalho doméstico, embora em situações pontuais, com o objectivo de “dar uma ajuda” (Guerreiro & Abrantes, 2004). De um modo geral, estes estudos apontam para diferentes perspectivas no modo como se encara a conciliação de papéis de acordo com o género. Parece então, tal como é defendido por Guerreiro & Abrantes (2004), que os papéis familiar e profissional são independentes para os homens e interdependentes para as mulheres. Assim, espera-se a existência de diferenças de género, ao nível das estratégias antecipadas para a conciliação de papéis, onde as raparigas terão atitudes mais favoráveis que os rapazes em relação à necessidade de fazer concessões para conciliar os papéis, enquanto os rapazes terão atitudes mais favoráveis em relação à negociação e partilha de papéis.

Uma vez apresentadas as hipóteses diferenciais, a compreensão da complexidade e das consequências das mesmas torna necessário ter em conta as relações que estas variáveis podem apresentar entre si. A segunda secção será, como foi referido anteriormente, consagrada à apresentação de modelos de relação entre variáveis psicológicas e atitudinais e as estratégias antecipadas de conciliação dos papéis familiares e profissionais.

### **3. Modelo de relação entre variáveis**

Conforme se destacou ao longo do Capítulo 1 deste trabalho a transição para a idade adulta constitui-se como uma fase durante a qual os jovens pensam acerca do seu futuro, revelando preocupações relativas ao exercício profissional e ao possível

compromisso no domínio das relações afectivas. Estas preocupações traduzem-se em expectativas relativas à vida adulta, situadas numa confluência de recursos individuais e experiências desenvolvimentais com factores de natureza social/cultural, que configuram o desenvolvimento psicológico e se reflectem num conjunto de atitudes em relação aos papéis de adulto (Tremppala & Malmberg, 1998). Neste quadro, a transição para a idade adulta parece ser uma fase decisiva ao nível das opções familiares e profissionais.

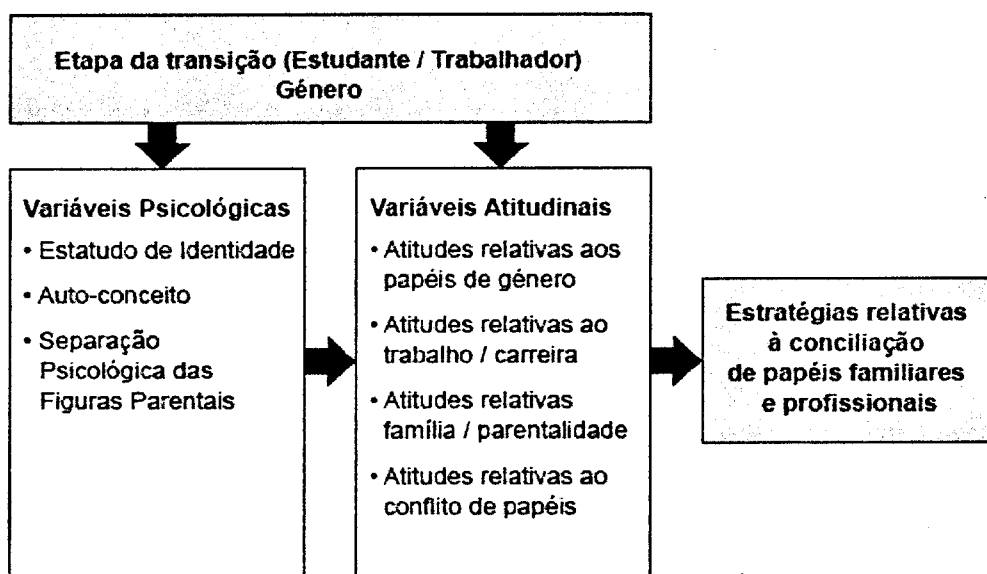
Nesta linha, apresentamos um modelo hipotético integrativo das relações psicológicas e de atitudes em relação aos domínios profissional, familiar, dos papéis de género, do conflito e da conciliação de papéis que pretendemos testar empiricamente. O modelo integra as características psicológicas que espelham o “trabalho” que estes jovens fizeram, a propósito das suas opções de vida (desenvolvimento dos estatutos de identidade), o seu grau de independência psicológica face à família de origem (independência em relação às figuras parentais) e os seus conceitos de competências, em domínios relevantes na idade adulta (auto-conceito). Estas características pessoais influenciarão necessariamente as suas atitudes face aos papéis de género, as suas atitudes em relação à família/parentalidade, trabalho/carreira profissional e conflito entre papéis familiares e profissionais. Estas atitudes influenciarão, por sua vez, as estratégias em relação à conciliação de papéis familiares e profissionais.

Sintetizando, o problema que pretendemos analisar diz respeito à influência das variáveis psicológicas e das variáveis atitudinais na antecipação de estratégias de conciliação da vida familiar e profissional.

Deste modo, pretendemos testar o modelo teórico-conceptual, representado na Figura 30. Antes disso, passaremos a justificar as possíveis relações entre as variáveis propostas no modelo de acordo com a revisão da literatura efectuada. Contudo, gostaríamos de destacar que, por um lado, algumas das relações que se antevêm são colocadas ao nível hipotético na medida em que os estudos empíricos nem sempre permitem perspectivar, com a solidez desejada algumas delas. Na mesma linha, não será apresentado um esquema mais detalhado com o sentido positivo ou negativo das relações entre variáveis na medida em que a revisão da literatura não apresenta também resultados suficientemente consistentes para os definir.

Figura 30

Modelo teórico-conceitual do estudo 1



Iniciamos com a explicitação das possíveis relações entre os estatutos de identidade e as atitudes perante o trabalho e a carreira. Tem sido constatado que a um nível mais elevado de maturidade na construção da identidade (ou seja, o estatuto de identidade construída) aparece associada, de forma sistemática, a construção de um projecto vocacional, que passa pela valorização dos aspectos positivos do trabalho e da carreira profissional (Blustein, Devenis & Kidney, 1989; Holland, Gottfredson & Power, 1980; Lucas, 1997). Contudo, o contexto universitário e os anos que correspondem às tentativas se lhe seguem até à inserção no mercado de trabalho e à emancipação da residencial parental são, conforme se documentou, marcados pela instabilidade, de redefinição de projectos de vida que se revelam na presença de uma identidade de moratória. O estudo de Danielsen, Lorem & Kroger (2000), indicou que a maioria dos universitários apresentava um estatuto de identidade de moratória, que envolvia a antecipação tanto de aspectos negativos como positivos relacionados com o trabalho e carreira. Ainda o mesmo estudo, e para as atitudes em relação à família e parentalidade, constatou igualmente que o contexto universitário propicia explorações ao nível afectivo, nomeadamente a definição dos aspectos importantes na escolha do companheiro, exigindo necessariamente uma reflexão sobre valores e interesses

peçoais antes de fazer a escolha daquele e de se considerar a hipótese de ter filhos. Novamente se constata a presença notória da identidade de moratória, associada ao espaço de ponderação de aspectos positivos e negativos relativamente a futuros compromissos para o domínio da família e da parentalidade (Danielsen, Lorem & Kroger, 2000). Todavia, alguns autores que defendem que o estatuto de identidade moratória corresponde a uma fase de exploração de opções de vida salientam que esta pode centrar-se em aspectos mais pertinentes para o contexto de vida actual dos universitários, como é o caso das opções profissionais. Deste modo, o domínio da família pode apresentar-se como pouco relevante e, em vez de serem destacados os aspectos positivos e negativos deste papel, apenas ficarem salientes os aspectos negativos da família (Arnett, 2000; Rossi, 1997). Em ambos os casos, existe uma relação entre o estatuto de identidade moratória e a ponderação dos aspectos negativos e positivos do trabalho. No caso da família, este estatuto apenas se relaciona com os aspectos negativos desta.

Contudo, na perspectiva de Côté & Swartz (2002) esta reflexão permite ao indivíduo ser capaz de pensar na sua vida tendo em consideração diversos aspectos e papéis de vida e definindo objectivos para os mesmos. Isto corresponderia ao desenvolvimento de uma identidade construída. Assim, no que se refere às atitudes relativas ao trabalho/carreira profissional e à família/parentalidade, estes indivíduos estarão numa posição que lhes permitirá efectuar avaliações mais completas sobre os aspectos positivos e negativos destas duas componentes dos futuros papéis de adulto. Sem menosprezar os aspectos menos positivos destes papéis, existirá uma tendência para os jovens que apresentam um estatuto de identidade construída, se preocuparem com o planeamento do seu futuro ao nível profissional e familiar, destacando a presença de atitudes positivas para estes dois domínios como foi revelado por alguns estudos (Arnett, 2000; Nilsen, 1998). Da mesma maneira, e no que se reporta à conciliação e ao conflito de papéis, a capacidade de avaliação dos aspectos envolvidos na conciliação de papéis levará estes jovens possivelmente a terem uma orientação que se baseia mais na possibilidade de negociação e partilha de papéis e provavelmente menos centrada na antecipação de uma conciliação que implique apenas efectuar cedências e renúncias a título individual, familiar e profissional. O conflito antecipado entre papéis tenderá a ser avaliado como menor por estes jovens, na medida em que a sua reflexão sobre esta problemática os poderá levar à definição de prioridades e a efectuar escolhas em função do que consideram prioritário, ou a antecipar estratégias para lidar com a gestão dos diferentes papéis de adulto.

No que se refere às relações entre o estatuto de identidade vicariante e as atitudes perante o trabalho, família, papéis de género, conflito e conciliação de papéis não encontramos nenhum estudo que evidenciasse de forma clara estas relações. Assim, postulamos a título hipotético que as relações entre o estatuto de identidade vicariante e as atitudes negativas e positivas em relação ao trabalho e família devem evidenciar quer os aspectos positivos, quer negativos. A razão pela qual apontamos o destaque dos aspectos positivos nos dois domínios reside no facto de, por um lado, a família ser bastante valorizada no contexto português, assim como o trabalho enquanto forma de emancipação social dos jovens. Contudo, não esquecendo que o modelo social de conciliação de papéis se baseia numa óptica de acumulação de papéis, pensamos que a identidade vicariante também poderá associar-se a atitudes negativas perante o trabalho e família. Estas por sua vez podem ainda apresentar relações com um esperado conflito de papéis e estratégias de conciliação baseadas na renúncia pessoal, familiar e profissional. Também em relação às atitudes face aos papéis de género é esperado que haja, por parte dos jovens com estatuto de identidade vicariante um predomínio de atitudes tradicionais em relação aos papéis de género, dado ser este o modelo social mais frequente no contexto português. Estas relações mantêm-se, contudo, claramente ao nível hipotético.

Além das possíveis ligações entre as variáveis que dizem respeito ao desenvolvimento da identidade e a formação de atitudes em relação à família, trabalho, papéis de género, conflito e conciliação de papéis, estas também mantêm relações com o auto-conceito e a autonomia, embora não se tivesse encontrado estudos empíricos capazes de as suportar de modo inequívoco. Parece-nos que um auto-conceito elevado para o domínio profissional, poderá estar relacionado com o desenvolvimento de atitudes positivas em relação ao trabalho e à carreira profissional enquanto baixos níveis de auto-conceito profissional poderão estar associados a atitudes negativas para este domínio. No caso da avaliação de competência relativas ao cuidar e à gestão das tarefas domésticas, parece-nos que um sentido de competência elevado para estas áreas se pode associar a atitudes positivas em relação à família e à parentalidade, enquanto que valores baixos neste tipo de competências se poderão traduzir em atitudes negativas para este domínio.

Também não foram encontradas evidências empíricas que permitam suportar, com clareza, as possíveis relações entre as atitudes para os domínios já explicitados e a formação de estratégias antecipadas, em relação à conciliação dos papéis familiares e profissionais, mas considerando a sua importância potencial, estas foram incluídas

no modelo teórico-conceitual (ver Figura 30) para serem analisadas a título exploratório.

Passamos, de seguida, a apresentar as características das amostras e o procedimento utilizado no estudo 1.

#### **4. Amostras e procedimento**

O estudo empírico incide sobre 361 alunos do ensino superior (de Universidades e Institutos Superiores da Região do Grande Porto) e 348 jovens licenciados trabalhadores (provenientes na grande maioria dos casos da Região do Grande Porto e em alguns casos da Região Centro do país) que foram convidados a participar num estudo sobre a temática da conciliação da vida familiar e profissional em jovens adultos. A maioria dos estudantes universitários e alguns jovens trabalhadores foram contactados em instituições de ensino universitário. Os restantes estudantes universitários bem como a maioria dos jovens trabalhadores foram contactados individualmente ou em pequenos grupos, em diferentes locais, com especial predomínio pelos locais de trabalho. Pretendeu-se equilibrar os grupos ao nível do estatuto profissional e do género, visto ser essencial a comparação de estudantes e trabalhadores do sexo masculino e feminino. O nível sócio-económico e a área de formação da licenciatura também foram equilibradas como forma de controlo destas variáveis. As características sócio-demográficas desta amostra serão apresentada no ponto 4.1.

Os questionários foram preenchidos em sessões colectivas, na sua maioria administradas no início ou no termo das aulas de uma das disciplinas do respectivo plano de estudos, após acordo do respectivo docente da disciplina e da Direcção da Instituição em causa. Noutros casos foram administrados individualmente. Foram dados os esclarecimentos necessários para o preenchimento do questionário e sobre o carácter individual e anónimo das respostas. As instruções escritas gerais e específicas para o preenchimento dos questionários, bem como um exemplar do questionário constam do Anexo 2. A duração média de preenchimento dos questionários foi de uma hora.

No parágrafo seguinte apresentar-se-á mais pormenorizadamente as características da amostra.



#### **4.1. Características sócio-demográficas das amostras**

##### **4.1.1. Género**

O primeiro estudo incluiu uma amostra de 709 estudantes universitários e jovens licenciados. A distribuição de acordo com o sexo é relativamente equilibrada embora exista um ligeiro predomínio do sexo feminino em ambos os grupos, com 201 sujeitos (55.7%) para o sexo feminino no grupo de estudantes e 160 sujeitos (44.3%) do sexo masculino. O grupo de trabalhadores é constituído por 202 sujeitos (58.0%) do sexo feminino e 160 sujeitos (42.0%) do sexo masculino. Podemos considerar que as amostras dos rapazes e raparigas são proporcionais nas amostras de estudantes e de trabalhadores.

##### **4.1.2. Idade**

A média das idades para o grupo de estudantes é ligeiramente mais baixa que a dos trabalhadores como seria de esperar: 21.47 anos com um desvio-padrão de 2.59 para o grupo de estudantes enquanto que para o grupo de trabalhadores foi de 27.09 anos com um desvio-padrão de 3.09. Em ambos os grupos as idades estiveram compreendidas entre os 18 e os 35 anos.

##### **4.1.3. Nível sócio-económico**

O nível sócio-económico foi avaliado a partir das percepções dos próprios sujeitos tendo-se pedido a estes que se situassem de acordo com cinco categorias: nível alto, nível médio alto, nível médio, nível médio baixo e nível baixo. Houve um predomínio de sujeitos da categoria central, ou seja, da classe média, com 230 sujeitos (66.9%) no grupo de estudantes e com 196 (61.3%) no grupo de trabalhadores. No que se refere à representação de outras categorias sócio-económicas surge para o grupo de estudantes a seguinte distribuição: 4 (1.2%) sujeitos na classe alta; 66 (1.2%) na classe média alta, 40 (11.6%) na classe média baixa e 4 (1.2%) na classe baixa. Quanto ao grupo de trabalhadores surgem 3 (0.9%) sujeitos na classe alta, 89 (27.8%) na classe média alta, 27 (8.4%) na classe média baixa e 5 (1.6%) na classe baixa. Embora o objectivo inicial fosse tentar obter sujeitos com igual representatividade de todas as classes sociais tal não foi possível.

**4.1.4. Estado civil**

Os inquiridos são maioritariamente solteiros em ambos os grupos, respectivamente, 354 (98.1%) dos estudantes universitários e 255 (93.5%) dos trabalhadores. A proporção de sujeitos casados ou a viver em união de facto é assim minoritária.

**4.1.5. Domínio de formação académica ou de actividade profissional**

No Quadro 10, apresentamos a distribuição da totalidade dos inquiridos por área de licenciatura. A partir da leitura do mesmo, e tal como tinha sido o objectivo inicial, constata-se a presença mais ou menos equitativa de sujeitos de diversas áreas de formação, mais conseguido para o grupo de estudantes do que para o grupo de trabalhadores, no qual se verifica uma representação superior de licenciados nas áreas de Ciências Económicas e Ciências Jurídicas e inferior nas áreas de Ciências do Desporto e de Artes.

**Quadro 10**  
Distribuição dos inquiridos por área de licenciatura.

Área de Licenciatura	Estudantes (n=361)		Trabalhadores (n=348)	
	N	%	N	%
Ciências Médicas e da Saúde	52	14.4	38	10.9
Letras e Educação	54	15.0	40	11.5
Ciências Sociais e Humanas	65	18.0	67	19.3
Engenharia	55	15.2	46	13.2
Ciências do Desporto	45	12.5	24	6.9
Ciências Económicas e Ciências Jurídicas	36	10.0	107	30.8
Artes	54	15.0	26	7.5

**4.1.6. Autonomia residencial**

No que se refere à coabitação, e tal como se observa no Quadro 11, verifica-se que tanto os estudantes como os trabalhadores vivem preferencialmente com os pais, respectivamente 61.5% e 62.5%. Com amigos/colegas habitam 24.2% dos estudantes enquanto que 14.9% dos trabalhadores habitam com o cônjuge. Convém contudo

destacar que no que se refere aos estudantes, aqueles que habitam com colegas/amigos fazem-no durante o período escolar, regressando a casa dos pais quando este termina.

No caso dos trabalhadores destaca-se que dos 14.9% que vivem com o cônjuge alguns referem que o fazem em regime de coabitação também com os pais. Neste sentido, consideramos que a maioria dos jovens deste estudo vive em coabitação com os pais.

**Quadro 11**  
Distribuição dos inquiridos de acordo com quem habitam.

Com quem vive	Estudantes	Trabalhadores
Cônjuge	1.2%	<b>14.9%</b>
Amigos/Colegas	<b>24.2%</b>	5.1%
Namorado/a	4.9%	7.9%
Sozinho	4.0%	6.7%
Pais	<b>61.5%</b>	<b>62.5%</b>
Outros Familiares	4.2%	2.9%

#### 4.1.7. Motivos para viver em casa dos pais

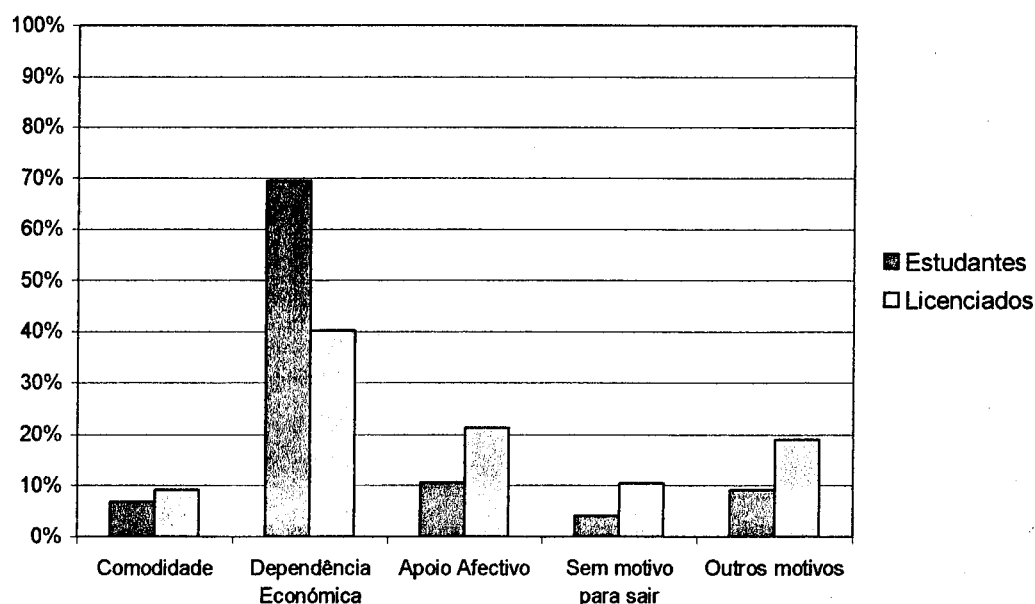
Os jovens que habitam na casa dos pais explicitaram os motivos para o fazer. O principal motivo é a dependência económica (para 69.4% dos estudantes e para 40.2% dos trabalhadores) seguido do apoio afectivo (10.5% para os estudantes e 21.3% para os trabalhadores) e finalmente por outros motivos (9.1% dos estudantes e 18.9% dos trabalhadores) tais como “gostar de viver com os pais”, “sentir-se bem em casa dos pais”, “apoio à família”, “nunca ter pensado no assunto” e “só se houver necessidade por motivos de trabalho” e “só quando casar”.

A comodidade que a coabitação com os pais proporciona é referida como motivo para ficar para 6.8% dos estudantes e para 9.1% dos trabalhadores.

Por último, a referência de não haver nenhum motivo para sair de casa dos pais é a principal razão para nela permanecer para 4.1% dos estudantes e 10.4% dos trabalhadores.

**Quadro 12**

Distribuição dos inquiridos de acordo com os motivos para viverem em casa dos pais



#### 4.1.8. Idade em que saiu da casa dos pais

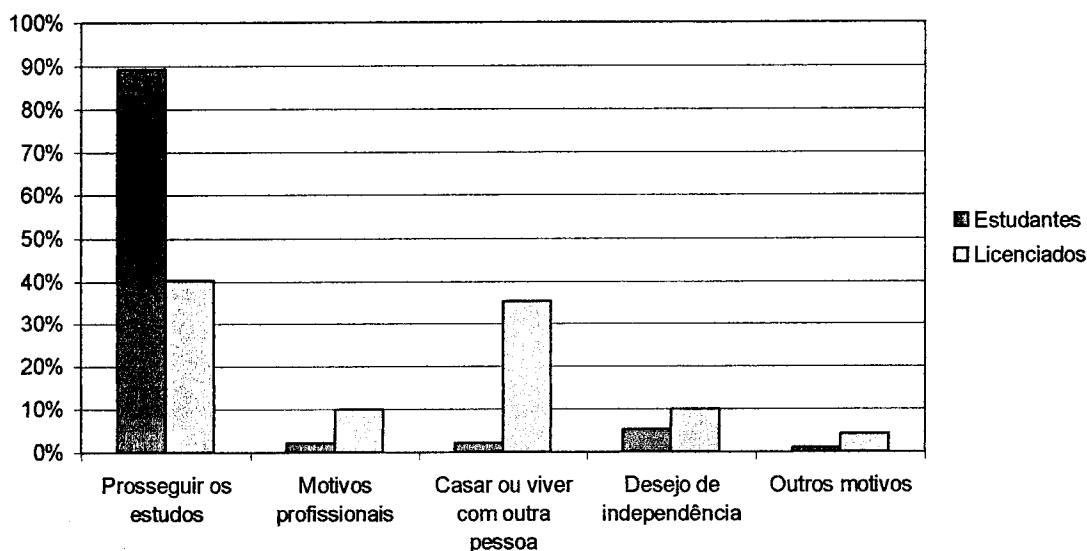
Para quem já saiu de casa dos pais, a idade em que o que isto aconteceu varia, para os estudantes, entre os 15 e os 25 anos de idade, embora para a grande maioria de se situe entre os 17 e os 19 anos (os 17 anos, 15.7%; aos 18 anos 55.1% e aos 19 anos 13.5% anos). Para os trabalhadores, a idade de saída de casa dos pais situa-se entre os 18 e os 33 anos, sendo contudo as idades mais frequentes de saída os 18 anos para 23.8% seguida dos 24 anos com 12.6%. Destaca-se que estas idades correspondem, na sua maioria, à idade média de entrada no ensino superior e de conclusão dos estudos universitários.

#### 4.1.9. Motivos para sair de casa dos pais

Os principais motivos que levaram os estudantes e trabalhadores a sair de casa dos pais foram o prosseguimento dos estudos (89.2% para os estudantes e 40.3% para os trabalhadores) seguido do casamento ou partilha da vida com outra pessoa para 35.3% dos trabalhadores. Este último motivo surge apenas para 2.2% dos estudantes. Outros motivos de natureza profissional e o desejo de independência surgem respectivamente para 2.2% e 5.4% dos estudantes e para 10.1% para os jovens licenciados.

**Quadro 13**

Distribuição dos inquiridos de acordo com os motivos para sair de casa dos pais.



## 5. Tratamentos estatísticos

Para tratar os dados recolhidos utilizaram-se os seguintes testes estatísticos:

a) Comparação de médias, correlações, análise de variância simples e múltiplas (ANOVAs e MANOVAS) e análises da função discriminante<sup>1</sup>, bem como as análises de adequação dos modelos de pistas causais<sup>2</sup>.

Antes de efectuarmos qualquer análise estatística, verificámos se existiam valores omissos, sendo estes substituídos pela média do sujeito para a escala, de modo a garantir a possibilidade de incluir todos os sujeitos nas análises que nos propusemos efectuar. Num exame prévio dos dados, não se verificou a existência de desvios significativos nas distribuições em relação à normalidade estatística.

Para avaliar as diferenças entre grupos (em função do estatuto profissional e do género) utilizaram-se Anovas. Recorreu-se à Análise da Função Discriminante para

<sup>1</sup> O estudo estatístico foi efectuado utilizando o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 11.0.

<sup>2</sup> O estudo estatístico foi efectuado utilizando o programa estatístico *Analysis of Moment Structure* (AMOS) versão 5.

completar esta análise. Esta técnica estatística é utilizada para o estudo multivariado das diferenças entre grupos e permite examinar a forma como múltiplas variáveis preditoras se relacionam com uma variável dependente e a pertença ao grupo. Deste modo, é particularmente útil quando se pretende avaliar quais são, de uma série de variáveis, aquelas que diferenciam melhor grupos de indivíduos ou quando se pretende prever a pertença a um determinado grupo. Neste tipo de análise estatística, podem usar-se duas ou mais variáveis para dois ou mais grupos. As variáveis a introduzir na análise são aquelas que o investigador considera como podendo ser, potencialmente, importantes para a compreensão da natureza das diferenças entre os grupos. Usualmente, são utilizadas variáveis contínuas, mas também podem ser introduzidas variáveis discretas, nomeadamente variáveis nominais, como o sexo ou outras.

Nesta técnica estatística, as variáveis são chamadas variáveis "discriminantes" ou "discriminadoras", uma vez que se usam para prever a pertença a um determinado grupo, embora sejam equivalentes a variáveis preditoras ou independentes. A informação que a análise global nos fornece é relativa à relevância estatística da função formada pelo conjunto das variáveis consideradas, como um todo, e às contribuições das variáveis individuais para este função. Os resultados, assim obtidos, podem ser utilizados com fins explicativos. Para fins preditivos, determinam-se as probabilidades de pertencer a cada um dos grupos. Esta análise permite-nos prever a que grupo cada indivíduo da amostra teria mais probabilidades de pertencer em função da sua posição nas variáveis discriminantes. A previsão da "pertença" ao grupo pode, então, ser comparada com a "pertença" observada ao grupo, na amostra na qual foi calculada a função. Pode comparar-se, ainda, a percentagem de casos correctamente classificados com a percentagem de classificações baseadas apenas no acaso.

A análise da Função Discriminante, enquanto teste multivariado, apresenta algumas vantagens, em relação aos testes univariados, na medida em que, o exame simultâneo de um conjunto de variáveis discriminantes permite controlar o risco geral de erros de tipo 1 (que consistem em encontrar um efeito estatisticamente significativo, quando este não existe), controlando a redundância devida às relações entre as variáveis dependentes.

Para analisar os resultados obtidos com a Análise da Função Discriminante, começa-se por averiguar a relevância estatística da função discriminante obtida. Para esse efeito, pode utilizar-se o teste Lambda de Wilks (sendo o Lambda de Wilks, que

varia entre 1 e 0 avalia a percentagem da variância dos valores discriminantes que não é explicada pela pertença ao grupo) e o F multivariado

Se a função geral é estatisticamente significativa (com um F multivariado significativo e um Lambda de Wilks não muito elevado), pode, então, analisar-se as contribuições individuais de cada uma das variáveis para discriminar os grupos. Um dos métodos para testar a significância dos pesos discriminantes é o cálculo do F univariado para cada variável (que é igual ao valor de F da ANOVA com o mesmo número de grupos).

Para se interpretar a direcção das diferenças entre os grupos, observam-se as médias das variáveis contínuas de cada um dos dois grupos e tem-se em consideração a codificação que foi usada para as variáveis discretas.

No nosso estudo, utilizámos sempre como variáveis discriminadoras ou preditoras, as variáveis contínuas seguintes extraídas da análise factorial confirmatória: identidade vicariante (IDENF1); identidade moratória e difusão (IDENF2); identidade construída (IDENF3); auto-conceito global e de competência no trabalho (AUTOPF1); percepção de competência para cuidar dos outros (AUTOPF2); percepção de competência na gestão das tarefas domésticas (AUTOPF3); independência ideológica (ISPF1); independência emocional (ISPF2); independência funcional (ISPF3) e independência conflitual (ISPF4); atitudes tradicionais em relação aos papéis de género (GENF1); atitudes igualitárias em relação aos papéis de género (GENF2); atitudes positivas em relação à família e parentalidade (FPF1); atitudes negativas em relação à família e parentalidade (FPF2); atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF1); atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF2); conflito trabalho-família-trabalho (CTFTF1); conflito família-trabalho: exigências comportamentais (CFT2); conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional (CONF1), conciliação baseada negociação no casal e na partilha dos papéis (CONF2).

Para a análise do modelo de relações entre variáveis foram efectuadas análises com base em modelos de equações estruturais para avaliar os modelos de relação entre variáveis. Os modelos de equações estruturais são essencialmente técnicas confirmatórias que permitem, por um lado, estimar de relações de dependência múltiplas e inter-relações entre variáveis latentes não observadas, a partir dos indicadores observáveis (Salgueiro, 1995). As relações entre indicadores observáveis e variáveis latentes constituem o modelo de medida, ao passo que as relações teóricas entre constructos representam o "modelo de relação" (Salgueiro, 1995). Deste modo, e

de acordo com Salgueiro & Reis (2000) podem-se combinar os procedimentos estatísticos subjacentes à análise factorial e à análise de regressão múltipla e estimar, conjuntamente, todos os parâmetros de um sistema de equações simultâneas, em que uma mesma variável pode aparecer como dependente numa equação e, ao mesmo tempo, independente noutras. Estas análises podem ser feitas a partir de variáveis observáveis ou de variáveis latentes, incorporando uma componente de erro de medida no modelo.

Tendo aplicação em vastas áreas, estes modelos são particularmente úteis em ciências sociais e comportamentais, em que a maior parte das teorias é formulada em termos de constructos hipotéticos, que não podem ser observados nem medidos directamente, e em que a ênfase não é posta em observações individuais mas em estruturas de relações que necessitam de uma resposta integrada.

No presente trabalho procura-se ilustrar como os modelos estruturais permitem estudar o conjunto de relações entre variáveis em análise e variáveis da conciliação nos vários grupos. Dado que não existe na literatura um consenso acerca de uma medida que seja considerada melhor para apreciar a adequação global do modelo, optámos por recorrer a cinco dos índices utilizados com maior frequência neste tipo de análise: o valor de  $\chi^2/df$ , o índice de ajustamento global (*Goodness of Fit Index*, GFI), o índice ajustado de ajustamento (*Adjusted Goodness of Fit Index*, AGFI), o índice de ajustamento comparativo (*Comparative Fit Index*, CFI) e o erro de ajustamento (*Residuals*, RMSEA).

O Qui-Quadrado, mais do que um teste estatístico, é aqui utilizado como medida de adequação global do modelo. O Qui-Quadrado mede a distância entre o modelo teórico e os dados. Nesse sentido um qui-quadrado pequeno corresponde a um bom ajustamento enquanto que um Qui-Quadrado elevado corresponde a um mau ajustamento (Jöreskog & Sörbom, 1989). Contudo, dado que o Qui-Quadrado é sensível ao número de sujeitos e ao número de parâmetros do modelo, alguns autores sugerem que se utilize a ratio Qui-Quadrado/graus de liberdade como guia para a comparação durante a exploração da adequação dos modelos. Valores progressivamente maiores para este índice são indicadores de uma adequação progressivamente mais fraca do modelo. Embora a análise do Qui-Quadrado seja essencial para se aceitar a adequação global do modelo, é conveniente complementar essa análise com outras medidas de adequação global, tais como os GFI, AGFI e CFI e erros de ajustamento RMSEA (ver com mais detalhe Capítulo 4, ponto 4.1.1.).



## 6. Resultados de estudo 1

### 6.1. Comparação de médias de acordo com o estatuto

Considerando as hipóteses anteriormente enunciadas que na sua globalidade apontam para possíveis diferenças entre os jovens, de acordo com o estatuto (estudantes ou trabalhadores) e de acordo com o género apresentam-se, num primeiro momento, uma análise de diferenças de médias com recurso ao teste *Manova*. Esta revelou um efeito principal de acordo com o estatuto ( $F(2, 701)=9.435, p\leq 0.001$ ). As diferenças significativas e as médias e os desvios padrões de cada grupo são apresentados no Quadro 14. Diferenças significativas observadas indicam que estudantes esperam menos conflito trabalho-família-trabalho que os trabalhadores ( $F(1, 701)=4.902, p\leq 0.001$ ) e menos conflito família-trabalho do que trabalhadores ( $F(1, 701)=2.778, p\leq 0.006$ ). Ao nível das atitudes em relação aos papéis de género constata-se que os trabalhadores apresentam atitudes significativamente mais favoráveis em relação à igualdade de papéis do que os estudantes  $F(1, 701)=-7.751, p\leq 0.001$ ). No que se refere à independência, os estudantes apresentam uma maior independência emocional do que os trabalhadores  $F(1, 701)=-11.498, p\leq 0.001$ ) enquanto que estes últimos apresentam uma maior independência funcional do que os estudantes  $F(1, 701)=4.790, p\leq 0.001$ ).

Em relação à auto-percepção verifica-se que os estudantes apresentam um auto-conceito global e de competência no trabalho mais elevado do que os jovens trabalhadores ( $F(1,701)=-4.340, p\leq 0.001$ ), enquanto que os trabalhadores percebem-se como maior competência para cuidar dos outros  $F(1, 701)=2.499, p\leq 0.013$ ) e para gerir as tarefas domésticas do que os estudantes  $F(1, 701)=2.212, p\leq 0.028$ ). Nos estatutos de identidade os trabalhadores apresentam-se mais em moratória e difusão do que os estudantes ( $F(1, 701)=5.614, p\leq 0.001$ ). Os trabalhadores apresentam mais atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional do que os estudantes ( $F(1, 701)=-1.692, p\leq 0.001$ ) e os estudantes apresentam atitudes mais positivas em relação ao trabalho e carreira  $F(1, 701)=-1.692, p\leq 0.042$ ). Por último, os trabalhadores apresentam valores mais elevados na estratégia de conciliação da vida familiar e profissional que se baseia na concessão ao nível pessoal, familiar e profissional do que os estudantes ( $F(1, 701)=3.946, p\leq 0.001$ ).

Não foram observadas diferenças significativas nas variáveis GENF1 (atitudes tradicionais em relação aos papéis de género), ISPF1 (independência ideológica),

IDENF1 (identidade vicariante), IDENF3 (identidade construída) e CONF2 (conciliação baseada negociação no casal e na partilha dos papéis).

**Quadro 14**  
Médias e desvios padrão das variáveis em estudo

Factores das Escalas	Estudantes		Trabalhadores	
	Média	D.P.	Média	D.P.
CTTF1 - Conflito trabalho-família-trabalho	38.18	4.16	39.86	4.18
CFTF 2 - Conflito família-trabalho	7.24	1.65	7.58	1.49
GENF2 - Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	11.38	2.42	13.04	3.20
ISPF2 – Independência emocional	39.18	6.27	34.13	5.55
ISPF3 – Independência funcional	26.09	4.87	28.00	5.27
AUT0PF1 - Auto-conceito global e de competência no trabalho	29.26	6.72	26.94	5.78
AUT0PF2 - Competência para cuidar dos outros	18.30	2.94	18.90	3.00
AUT0PF3 - Competência na gestão das tarefas domésticas	10.44	2.72	10.93	2.69
IDENF2 - Identidade moratória e difusão	52.64	6.29	55.43	6.69
TCF1 - Atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional	31.40	3.38	32.47	3.61
TCF2 - Atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional	14.94	2.16	14.66	2.17
CONF1 – Conciliação: concessão pessoal, familiar e profissional	44.85	4.61	46.26	4.91

## 6.2. Identificação da capacidade de discriminação das variáveis

Na análise discriminante, como noutras análises multivariadas, é necessário controlar as possíveis relações entre as variáveis. Considerando o tipo de características das variáveis preditoras que se destinam a entrar na análise da função discriminante, podemos antever a existência de relações entre elas. O conhecimento das intercorrelações entre as variáveis preditoras permite contribuir para detectar eventuais fenómenos de multicolinearidade estatística. Para tal, avaliamos as correlações entre as variáveis observadas (ver Anexo 3). De um modo geral, podemos constatar que as variáveis preditoras não apresentam uma associação demasiado forte entre si, uma vez que nenhum dos coeficientes de correlação excede o valor de .80 que alguns autores consideram como limite acima do qual o problema da multicolinearidade se coloca (Bryman & Cramer, 1990). Embora algumas variáveis apresentem correlações significativas com níveis moderados ( $\geq .30$ ), nomeadamente

multicolinearidade se coloca (Bryman & Cramer, 1990). Embora algumas variáveis apresentem correlações significativas com níveis moderados ( $\geq .30$ ), nomeadamente entre as duas dimensões da escala de avaliação de atitudes em relação ao género (GENF1 e GENF2,  $r=-.575$ ), este valor está longe dos valores de .80 defendidos por Bryman e Cramer (1990). Não foi então necessário eliminar nenhuma das variáveis previstas para a análise discriminante.

### 6.3. *Análise da Função Discriminante*

Através da análise da função discriminante pretendemos averiguar, como referimos anteriormente, qual o conjunto de variáveis avaliadas que diferencia melhor os grupos (estudantes e trabalhadores). Esta prova estatística efectua uma primeira análise do conjunto das variáveis (MANOVA) que permite controlar as relações entre as variáveis independentes e apreciar em que medida, elas são capazes, no seu conjunto, de diferenciar significativamente os grupos de rapazes e de raparigas.

Os resultados desta análise revelaram que, globalmente, existem diferenças significativas entre os grupos, nas variáveis consideradas (Coeficiente Lambda de Wilks = .566;  $F(20,701)=13.456$ ;  $p<.001$ ). Por outro lado, o valor de Lambda de Wilks (.56), que permite também avaliar a relevância da Função Discriminante: indica que a percentagem de variância dos valores discriminantes que não é explicada pela pertença ao grupo é de 56% concluindo-se que a percentagem da variância que é explicada pela pertença ao grupo será de 44%. Deste modo, é possível concluir que os grupos diferem significativamente entre si, já que a percentagem de variância explicada pela função é boa. A análise dos valores de F univariados, permite identificar as variáveis que discriminam melhor os grupos ou seja que melhor caracterizam a função discriminante. Constatamos, assim, através da leitura do Quadro 15 que ISPF2, GENF2, TCF2, IDENF2 e AUTOPF1 são as variáveis que melhor caracterizam a função discriminante. Para poder avaliar em que sentido se opera a diferenciação entre os grupos, observámos os valores das médias das variáveis discriminantes ao nível de cada um dos deles para o grupo de estudantes e de trabalhadores tal como consta do Quadro 14. A análise da função discriminante permite ainda avaliar em que medida o conjunto de variáveis em estudo é capaz de prever a qual dos grupos (estudantes e trabalhadores) pertencia cada um dos sujeitos da amostra, através da análise da percentagem de casos classificados correctamente, em cada um dos grupos (ver Quadro 16). Com efeito, o conjunto das variáveis discriminantes avaliadas permitiu

uma classificação correcta de 85.3% dos casos, sendo de 83.3% para os grupo dos estudantes e de 91.9% para o grupo dos trabalhadores. Estes resultados assinalam que a função discriminante apresenta uma boa capacidade de classificar os sujeitos nos respectivos grupos o que se apresenta como um indicador que reforça a pertinência das variáveis escolhidas para o presente estudo.

#### Quadro 15.

Análise da função discriminante: coeficientes discriminantes estandarizados

Variáveis	F(1,701)	P	Lambda
ISPF2 . Independência emocional	36.46	<.0001	.815
GENF2. Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	30.919	<.0001	.767
TCF2 . Atitudes positivas em relação ao trabalho	8.23	<.0001	.734
IDENF2. Identidade moratória e difusão	6.47	<.0001	.723
AUTOPF1. Auto-conceito global e de competência no trabalho	5.67	<.0001	.721

#### Quadro 16.

Análise da função discriminante: estudo preditivo da pertença ao grupo

Grupo Observado	Grupo Predito Estudante	Grupo Predito Trabalhador	Total N
Estudantes			
n	300	60	360
% de classificações	(83.3%)	(16.6%)	
Trabalhadores			
n	28	320	348
% de classificações	(8%)	(91.9%)	
Total			
N	328	380	708

Total=85.3%

#### 6.4. Diferenças em função do género

Nesta segunda etapa do estudo pretende-se analisar em que medida existem diferenças de género em cada uma das variáveis dos grupos. São apresentadas no Quadro 17 as médias e desvios-padrão das variáveis cujas diferenças em função do

género foram significativas, separadamente, para o grupo de estudantes de jovens trabalhadores.

Começaremos por comentar as diferenças de género encontradas em ambos os grupos para depois analisarmos as diferenças encontradas num só grupo.

Encontraram-se diferenças significativas entre rapazes e raparigas nas duas dimensões relativas às atitudes perante os papéis de género: atitudes tradicionais dos papéis de género (GENF1) o grupo masculino obtém valores mais elevados do que o grupo feminino, no caso dos estudantes ( $F(1, 701) = -5.906$ ;  $p \leq .001$ ) e no caso dos trabalhadores ( $F(1, 701) = -4.493$ ,  $p \leq .001$ ). Nas atitudes igualitárias em relação aos papéis (GENF2) o grupo feminino obtém valores mais elevados do que o grupo masculino, no caso dos estudantes ( $F(1, 701) = 4.273$ ,  $p \leq .001$ ) e no caso dos trabalhadores ( $F(1, 701) = 4.444$ ,  $p \leq .001$ ). Ao nível da independência emocional (ISPF2) também surgem diferenças significativas de acordo com o género tanto para os estudantes como para os trabalhadores: os sujeitos do sexo feminino apresentam valores mais elevados, para os estudantes ( $F(1, 701) = -.535$ ,  $p = .043$ ) e para os trabalhadores  $F(1, 701) = .585$ ,  $p = .050$ ). O oposto ocorre ao nível da independência conflitual (ISPF4), onde os sujeitos do sexo masculino apresentam diferenças significativas em relação aos sujeitos do sexo feminino tendo valores mais elevados para os estudantes ( $F(1, 701) = 6.531$ ,  $p \leq .001$ ) e para os trabalhadores ( $F(1, 701) = 4.648$ ,  $p \leq .001$ ). Quanto às atitudes perante o trabalho e a carreira profissional há diferenças nas atitudes negativas perante o trabalho e a carreira (TCF1) em ambos os grupos onde tanto para os estudantes como para os trabalhadores os sujeitos do sexo feminino têm valores mais elevados que os sujeitos masculinos: respectivamente ( $F(1, 701) = -2.72$ ,  $p = .007$ ) para os estudantes e ( $F(1, 701) = -2.439$ ,  $p = .015$ ) para os trabalhadores.

Passamos agora a apresentar as diferenças de género que foram encontradas apenas num dos grupos. Iniciando pelo grupo de trabalhadores verificou-se que os sujeitos do sexo feminino apresentam maior sentido de competência para cuidar dos outros do que os sujeitos masculinos (AUTOPF2) ( $F(1, 360) = -2.300$ ,  $p = .022$ ). Os estudantes rapazes apresentam mais uma identidade vicariante (IDENF1) ( $F(1, 360) = -2.130$ ,  $p = .034$ ), do que as raparigas. Por último, as raparigas estudantes apresentam valores mais elevados na estratégia de conciliação: concessão (CONF1) do que os rapazes ( $F(1, 360) = -2.583$ ,  $p = .010$ ).

Nas restantes variáveis FPF1 (atitudes positivas em relação à família e parentalidade), FPF2 (atitudes negativas em relação à família e parentalidade), IDENF2 (identidade moratória e difusão), IDENF3 (identidade construída), AUTOPF1 (auto-conceito global e de competência no trabalho), AUTOPF3 (percepção de competência para gerir as tarefas domésticas), ISPF1 (independência ideológica) e ISPF3 (independência funcional) não foram encontradas diferenças de género significativas.

### Quadro 17

Médias e desvios-padrão para as variáveis dos estudantes e trabalhadores de acordo com o sexo

	Estudantes		Trabalhadores	
	Média	D.P.	Média	D.P.
<b>GENF1. Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género</b>				
Masculino	41.16	5.20	41.63	5.70
Feminino	38.01	4.79	38.85	5.55
<b>GENF2. Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género</b>				
Masculino	12.50	3.35	10.90	2.59
Feminino	13.93	2.94	12.04	2.16
<b>ISPF2. Independência emocional</b>				
Masculino	38.94	6.02	34.00	5.48
Feminino	39.30	6.30	34.56	5.55
<b>ISPF4. Independência conflitual</b>				
Masculino	23.42	3.82	22.93	4.18
Feminino	20.55	4.23	20.71	4.47
<b>AUTOPF2. Competência para cuidar dos outros</b>				
Masculino	17.76	3.25	18.79	3.04
Feminino	18.54	2.71	19.13	2.97
<b>IDENF1. Identidade vicariante</b>				
Masculino	44.90	5.85	44.82	5.59
Feminino	44.67	5.61	44.79	6.10
<b>TCF1. Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional</b>				
Masculino	31.35	1.72	31.86	3.88
Feminino	32.12	1.61	32.82	3.43

**Quadro 17 (continuação)**

Médias e desvios-padrão para as variáveis dos estudantes e trabalhadores de acordo com o sexo

	Estudantes		Trabalhadores	
	Média	D.P.	Média	D.P.
<b>CONF1. Concessão pessoal, familiar e profissional</b>				
Masculino	44.09	4.72	45.78	4.35
Feminino	46.59	4.48	45.36	5.23

**6.5. Análise da Função Discriminante**

Pretendemos agora averiguar, qual o conjunto de variáveis avaliadas que diferencia melhor os sujeitos de acordo com o Género, dentro de cada grupo. Esta análise será efectuada separadamente para o grupo de estudantes e de trabalhadores dado que, como se verificou anteriormente existem diferenças de género que apenas se verificam num dos grupos.

Esta prova estatística efectua uma primeira análise concomitante das variáveis (MANOVA) que permite controlar as relações entre as variáveis independentes e apreciar em que medida, elas são capazes, no seu conjunto, de diferenciar significativamente os grupos masculino e feminino. Começaremos por apresentar os resultados relativos ao grupo de estudantes.

Os resultados desta análise (Coeficiente Lambda de Wilks =.755;  $F(1.359)=14.760$ ;  $p<.000$ ) revelaram que, globalmente, que as variáveis são capazes de diferenciar os sujeitos para o grupo de estudantes de acordo com o género. Por outro lado, o valor de Lambda de Wilks (.755), indica que a percentagem de variância das variáveis que não é explicada pela pertença ao grupo é de 75%. Podemos inferir, assim, que a percentagem da variância que é explicada pela pertença ao grupo será de 25% sendo possível concluir que apesar dos grupos diferirem significativamente entre si, a percentagem de variância explicada pela função é fraca.

A análise dos valores de F univariados, permite identificar as variáveis que discriminam melhor os grupos. Constatamos, assim, através da leitura do Quadro 18 e 19 que ISPF4, GENF2, ISPF2, TCF1 e CONF2 são as variáveis que melhor caracterizam a função discriminante, ou seja que melhor discriminam os sujeitos.

**Quadro 18.**

Análise da função discriminante para o grupo de estudantes, em função do sexo

Variáveis	F(1,359)	P	Lambda
ISPF4 - Independência conflitual	46.62	<.0001	.910
GENF2 - Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	10.91	<.0001	.791
ISPF2 - Independência emocional	8.17	<.0001	.782
TCF1 - Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional	5.49	<.0001	.773
CONF1- Conciliação: concessão	4.39	<.0001	.769

F= 14.760, p=.000 Lambda de Wilks=.755

**Quadro 19.**

Análise da função discriminante para o grupo de estudantes: médias e desvios padrão em função do sexo

Variáveis	Masculino Média	Masculino D.P.	Feminino Média	Feminino D.P.
ISPF4- Independência conflitual	23.42	3.82	20.55	4.23
GENF2- Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	12.50	3.35	13.93	2.94
ISPF2- Independência emocional	38.94	6.02	39.30	6.30
TCF1- Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional	31.35	1.72	32.12	1.61
CONF1- Conciliação: concessão	44.09	4.72	47.78	4.35

Utilizámos, ainda, a análise da função discriminante com objectivos preditivos para avaliar a capacidade do conjunto de variáveis seleccionadas na fase anterior para prever a qual dos grupos (feminino ou masculino) pertencia cada um dos sujeitos da amostra, através da análise da percentagem de casos classificados correctamente, em cada um dos grupos (ver Quadro 20).

Os resultados foram satisfatórios com uma percentagem total de sujeitos classificados correctamente foi de 71.2%, sendo de 73.1% para os sujeitos femininos e de 68.8% para os sujeitos masculinos.



**Quadro 20.**

Análise da função discriminante para o grupo de estudantes: estudo preditivo de pertença ao grupo em função do sexo

Grupo Observado	Grupo Predito Masculino	Grupo Predito Feminino	Total N
Masculino			
n	110	50	160
% de classificações	(68.8%)	(31.3%)	
Feminino			
n	54	147	201
% de classificações	(26.9%)	(73.1%)	
Total			
N	160	201	361

Total=71.2%

Procedemos de modo idêntico para a diferenciação de acordo com o género dos sujeitos do grupo de trabalhadores. O valor de Lambda de Wilks foi de .838, indicando que a percentagem de variância das variáveis discriminantes que não é explicada pela pertença ao grupo é de 84%. Deste modo a percentagem da variância que é explicada pela pertença ao grupo será de 16% o que permite concluir que, apesar dos grupos diferirem significativamente entre si, a percentagem de variância explicada pela função é muito fraca.

A análise dos valores de F univariados, permite identificar as variáveis que discriminam melhor os grupos. Constatamos, assim, através da leitura do Quadro 21 que ISPF4, GENF1 e ISPF2 são as variáveis que melhor caracterizam a função discriminante ( $F(1,358) = 11.154$ ,  $p = .000$  Lambda de Wilks = .838).

**Quadro 21.**

Análise da função discriminante para o grupo de trabalhadores, em função do sexo

Variáveis	F(1,358)	p	Lambda
<b>ISPF4.</b> Independência conflitual	32.538	<.0001	.956
<b>GENF1.</b> Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género	11.149	<.0001	.879
<b>ISPF2.</b> Independência emocional	7.175	<.0001	.864

$F=11.154$ ,  $p=.000$  Lambda de Wilks=.838

**Quadro 22.**

Análise da função discriminante para o grupo de trabalhadores: médias e desvios padrão em função do sexo

Variáveis	Masculino Média	Masculino D.P.	Feminino Média	Feminino D.P.
ISPF4-Independência conflitual	22.93	4.18	20.71	4.47
GENF1-Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género	41.63	5.70	38.85	5.55
ISPF2- Independência emocional	34.00	5.48	34.56	5.55

A análise da função discriminante com objectivos preditivos para avaliar a capacidade do conjunto de variáveis em estudo prever a qual dos grupos (feminino ou masculino) pertencia cada um dos sujeitos da amostra (ver Quadro 23). Os resultados foram satisfatórios com uma percentagem total de sujeitos classificados correctamente foi de 67%, sendo de 68.3% para os sujeitos femininos e de 65.1% para os sujeitos masculinos.

**Quadro 23**

Análise da função discriminante para o grupo de trabalhadores: estudo preditivo de pertença ao grupo em função do sexo

Grupo Observado	Grupo Predito Masculino	Grupo Predito Feminino	Total N
Masculino			
n	95	51	146
% de classificações	(65.1%)	(34.9%)	
Feminino			
n	64	138	202
% de classificações	(31.7%)	(68.3%)	
Total			
N	146	202	348

Total=67%

**6.6. Relações entre variáveis**

Relembrando que as equações estruturais são uma técnica de análise multivariada que pode ser utilizada para testar a plausibilidade de relações causais supostas entre uma variável e outra. Em condições não-experimentais, este procedimento permite formular uma estimação dos coeficientes de um conjunto de

equações estruturais lineares que representam as hipotéticas relações de causa-efeito definidas pelo investigador (Jöreskog & Sörbom, 1989). Como estratégia prévia para a análise de dados começou-se pela definição de um modelo hipotético de relações causais. O nosso modelo, considera as variáveis da conciliação como variáveis dependentes e as variáveis psicológicas como variáveis independentes. Numa primeira fase averiguou-se a adequação global do modelo de análise aos dados a estimando-se as relações causais entre as variáveis a partir do modelo e comparando-as com as relações observadas.

Como se trabalha com dados transversais, estamos conscientes que o ajustamento de um modelo não invalida a plausibilidade de outros modelos concorrentes capazes de explicar as relações observadas entre variáveis. Não assumimos que o nosso modelo é o único plausível mas limitar-nos-emos a ver se este modelo, que nos parece sustentável teórico e empiricamente, é ajustado aos dados recolhidos e que modificações permitem um melhor ajustamento. Para tal testaremos num primeiro momento o modelo na amostra de estudantes para e depois ver se adequa também à amostra de trabalhadores. Em segundo lugar, procuraremos saber se o(s) mesmo(s) modelo(s) permite explicar as estratégias de conciliação de ambos os grupos em função do género. A nossa hipótese é que estes factores (estatuto ocupacional e o género) constituem experiências diferenciadoras como capazes de introduzir alterações nos modelos de relações entre variáveis.

Assim, nas seguintes secções serão apresentados, sucessivamente, as variações dos modelos em função do estatuto profissional e do género.

Apresentam-se, primeiramente os resultados relativos ao ajustamento global do modelo com a amostra de estudantes. O modelo que propusemos, pelo elevado número de variáveis e de relações possíveis entre as mesmas, revelou-se, numa primeira fase, demasiado complexo para se ajustar aos dados sendo necessário começar por simplificá-lo. Para tal, foi decidido simplificar o modelo de acordo com os índices de modificação de modo a puderem melhorar o seu ajustamento aos dados nas amostras que possuímos. Procedeu-se à supressão das variáveis que apresentavam relações nulas ou não significativas com as outras variáveis, seguindo as sugestões apresentadas pelo programa sempre que pertinentes do ponto vista conceptual (índices de modificação). Estas modificações traduziram-se, num primeiro momento, pela supressão das relações causais directas entre as variáveis psicológicas e atitudinais, avaliando exclusivamente as relações entre estas e as

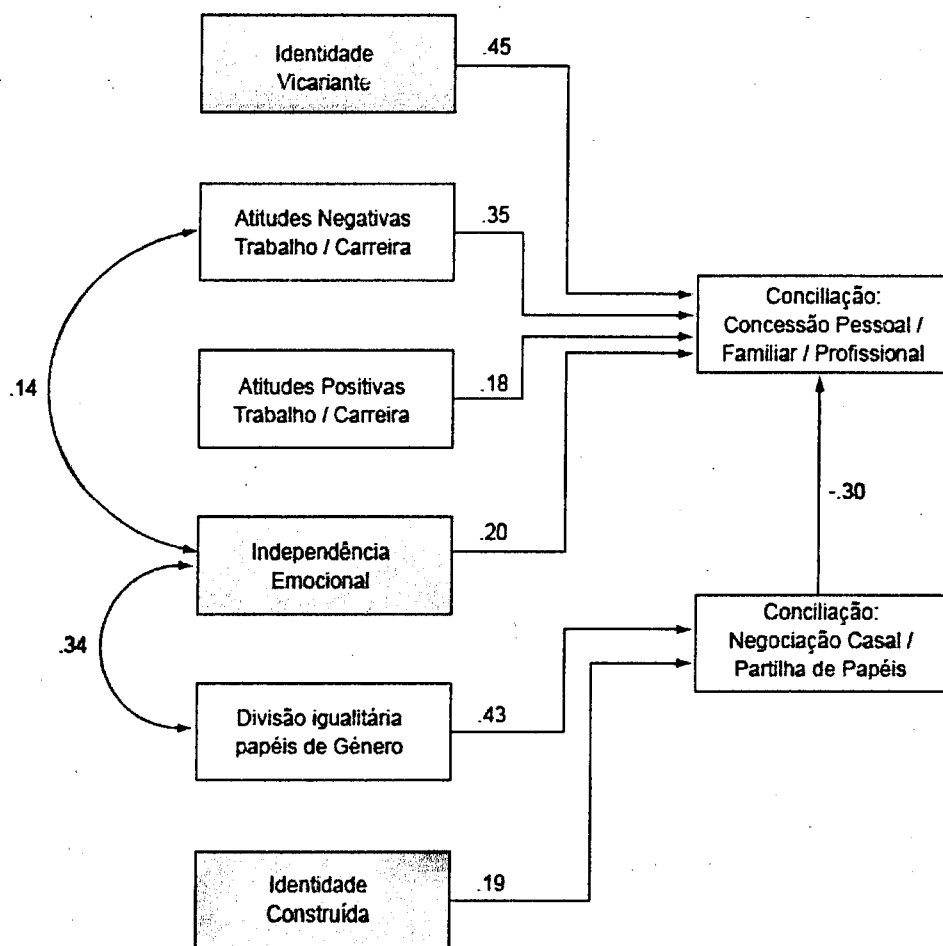
estratégias de conciliação. Num segundo momento, foram ainda suprimidas as outras relações que não se revelaram significativas.

### 6.1.1. Diagramas causais para os estudantes

O modelo final obtido para os estudantes revela um grau de ajustamento global satisfatório: apesar do valor de  $\chi^2$  ser significativo ( $p=.007$ ), o ratio  $\chi^2$  /g.l. é satisfatório (2.20). Os outros índices de ajustamento são também satisfatórios GFI é de .981, AGFi é de .947, CFI é de .960 e o valor dos resíduos relativamente baixo (RMSEA) de .05. No diagrama (Figura 31) estão representadas apenas as relações causais significativas, na medida em que, só quando os parâmetros são significativos é que se pode afirmar que a variável independente influencia efectivamente a dependente.

**Figura 31**

Diagrama causal: modelo de pistas causais para o grupo de estudantes ( $n=361$ )

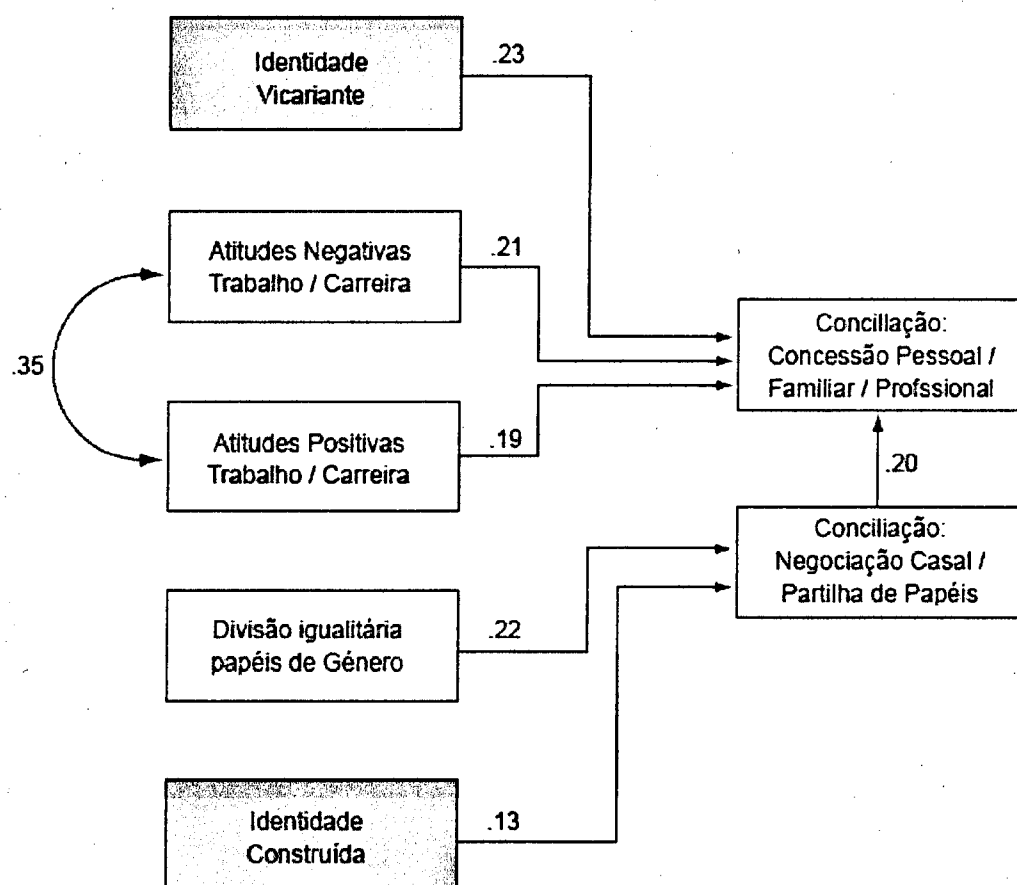


Os coeficientes das pistas causais, idênticos aos coeficientes beta das equações estandarizadas da regressão múltipla, exprimem a importância da variação na variável dependente quando a independente varia uma unidade. Como se pode observar na Figura 31 a conciliação:concessão acima de tudo determinada pela identidade vicariante e pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira com valores de pista causal de .45 e .35, respectivamente, e ainda embora com menos intensidade pelas atitudes positivas em relação ao trabalho (.18) e pela independência emocional (.20). Por sua vez, a conciliação:negociação e partilha é determinada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e pela identidade construída, com valores de pista causal de .43 e .19, respectivamente. Salienta-se, ainda, a influência negativa (-.30) da variável dependente conciliação:negociação e partilha sobre a conciliação: concessão.

Para avaliar o efeito de género na relação entre as variáveis psicológicas e atitudinais e as estratégias de conciliação utilizadas pelos rapazes e raparigas, o modelo dos estudantes foi, testado separadamente junto de raparigas e de rapazes. Assim, e para o grupo feminino o modelo obtido apresenta-se na Figura 32. Num primeiro momento verifica-se que o modelo geral se aplica bem às raparigas. Contudo, há a destacar que a variável independência emocional foi sumprida por não apresentar relação significativa com as variáveis dependentes. No que se refere aos valores de ajustamento do modelo para os raparigas o modelo obtido revela um grau de ajustamento global satisfatório: o valor de  $\chi^2$  é significativo ( $p=.004$ ) e da ratio  $\chi^2$  /g.l. é 2.21. No que se refere aos índices de ajustamento apesar de aceitáveis os valores são um pouco mais fracos do que o modelo global: GFI é de .952, AGFi é de .932, CFI é de .920 embora o valor dos resíduos seja relativamente baixo RMSEA de .05. Verifica-se que a conciliação:concessão é determinada pela identidade vicariante, pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira e pelas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira, com valores de pista causal de .23, .21 e .19, respectivamente. A conciliação: negociação é determinada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e pela identidade construída, com valores de pista causal de .22 e .13, respectivamente. Salienta-se, ainda, uma relação positiva entre as variáveis dependentes com um pista causal de .20 da conciliação: negociação para a conciliação: concessão.

Figura 32

Diagrama causal: modelo de pistas causais para o grupo de estudantes do sexo feminino

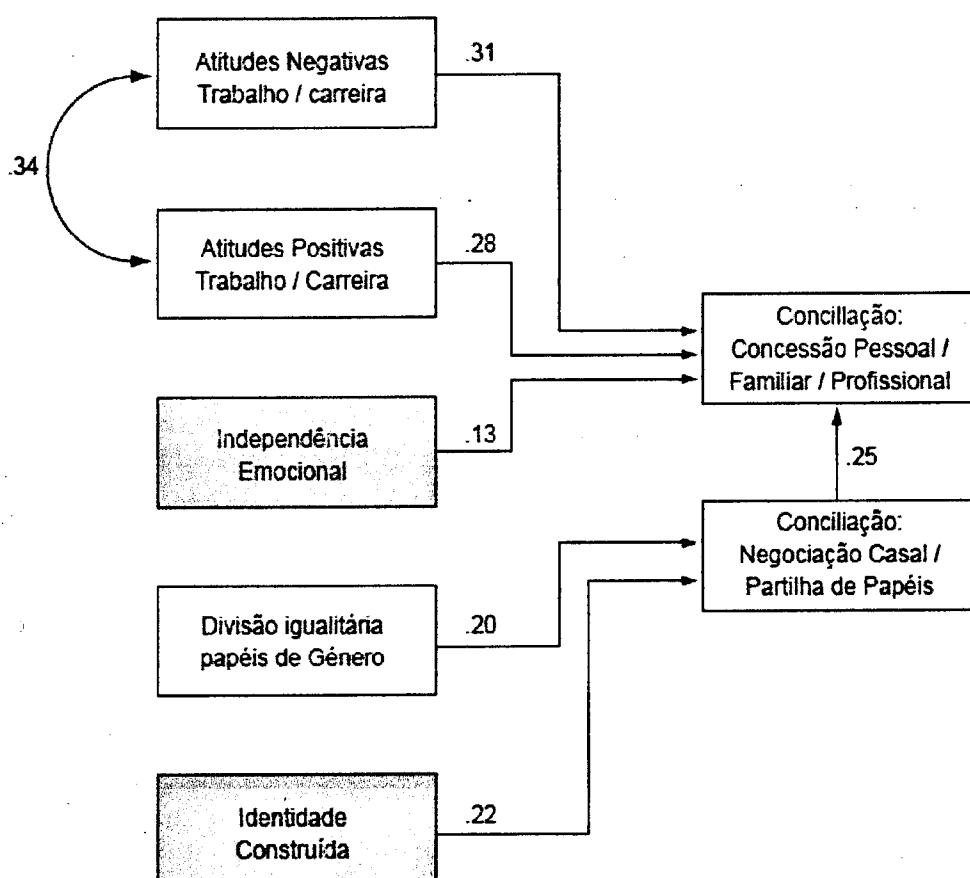


Seguindo o mesmo procedimento o modelo global ajustado para os estudantes em geral foi aplicado aos estudantes rapazes (Figura 33). Num primeiro momento há que destacar que a variável identidade vicariante não apresentou relação significativa pelo que foi retirada do modelo. O modelo obtido para o grupo de estudantes rapazes revela um grau de ajustamento global satisfatório, embora com valores um pouco mais fracos: o valor de  $\chi^2$  é significativo ( $p=.006$ ) e da ratio  $\chi^2$  /g.l. é de 3.07. No que se refere aos índices de ajustamento, apesar de aceitáveis, os valores são relativamente fracos: GFI é de .981, AGFi é de .935, CFI é de .960 e o valor dos resíduos relativamente baixo RMSEA de .04. A conciliação:concessão é determinada com maior expressão pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira, pelas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira e, desta vez, pela independência

emocional, com valores de .31, .28 e .13, respectivamente. A conciliação: negociação é determinada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e pela identidade construída, com valores de pistas de .20 e .22, respectivamente. Salienta-se, ainda, uma relação entre as variáveis dependentes com uma pista causal de .25 da conciliação: negociação e partilha para a conciliação: concessão.

**Figura 33**

Diagrama causal: modelo de pistas causais para o grupo de estudantes do sexo masculino



## 6.2. Diagrama causal para o grupo de trabalhadores

Para avaliar em que medida o exercício de uma actividade profissional seria capaz de introduzir alterações nas estratégias antecipadas de conciliação dos jovens, o modelo teórico inicial foi aplicado ao grupo de trabalhadores. Num primeiro momento e tal como aconteceu no caso dos estudantes, os índices de ajustamento do modelo

inicial foram relativamente fracos, sugerindo o recurso às mesmas estratégias de supressão das variáveis que apresentavam relações nulas ou não significativas com as variáveis.

Contrariamente ao caso dos estudantes, não houve necessidade de suprimir relações causais entre as variáveis psicológicas e atitudinais, mantendo estas últimas o papel de mediadoras na antecipação das estratégias de conciliação. Assim, o modelo adequado para os trabalhadores é bastante diferente do modelo dos estudantes.

O modelo final obtido para este grupo revela um grau de ajustamento global satisfatório: apesar do valor de  $\chi^2$  ser significativo ( $p=.083$ ), a ratio  $\chi^2 / g.l.$  é relativamente baixo (1.95) e os índices de ajustamento são satisfatórios, respectivamente GFI de .992, AGFI de .957, CFI de .989 e o valor dos resíduos relativamente baixo RMSEA de .05.

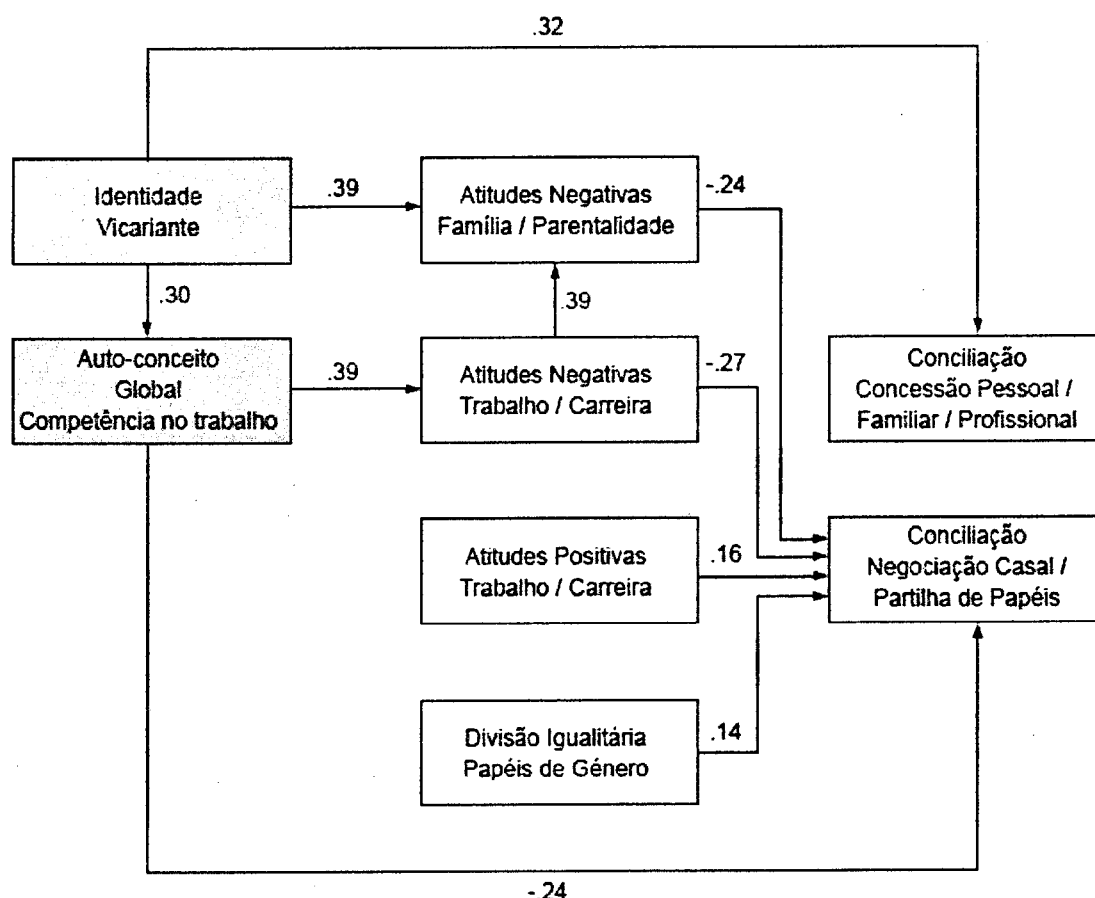
De seguida passamos a analisar as relações de causalidade encontradas. Assim, na Figura 34 estão representadas apenas as relações causais directas e indirectas em que o parâmetro obteve um valor significativo.

Como se pode observar ao nível dos efeitos indirectos relativos a conciliação:negociação verifica-se que a identidade vicariante influencia o auto-conceito e competência no trabalho com um pista de .30 que por sua vez vai influenciar a conciliação:negociação com um pista negativa de -.24. A identidade vicariante influencia também directamente a conciliação:concessão com um pista de .32. Por sua vez a conciliação: negociação é determinada directamente pelas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira com um pista de .16, pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira com um pista de -.27 e pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género (.14). É de realçar que as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira foram influenciadas também pelo auto-conceito de competência no trabalho (.39). As atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira influenciam as atitudes negativas em relação à família/parentalidade (.39) que vão, por sua vez influenciar a conciliação: negociação com um pista negativa de -.24. As atitudes negativas em relação à família/parentalidade foram também influenciadas pela identidade vicariante, com uma pista de .39.



Figura 34

Diagrama causal: modelo de pistas causais para o grupo de trabalhadores (n=348)

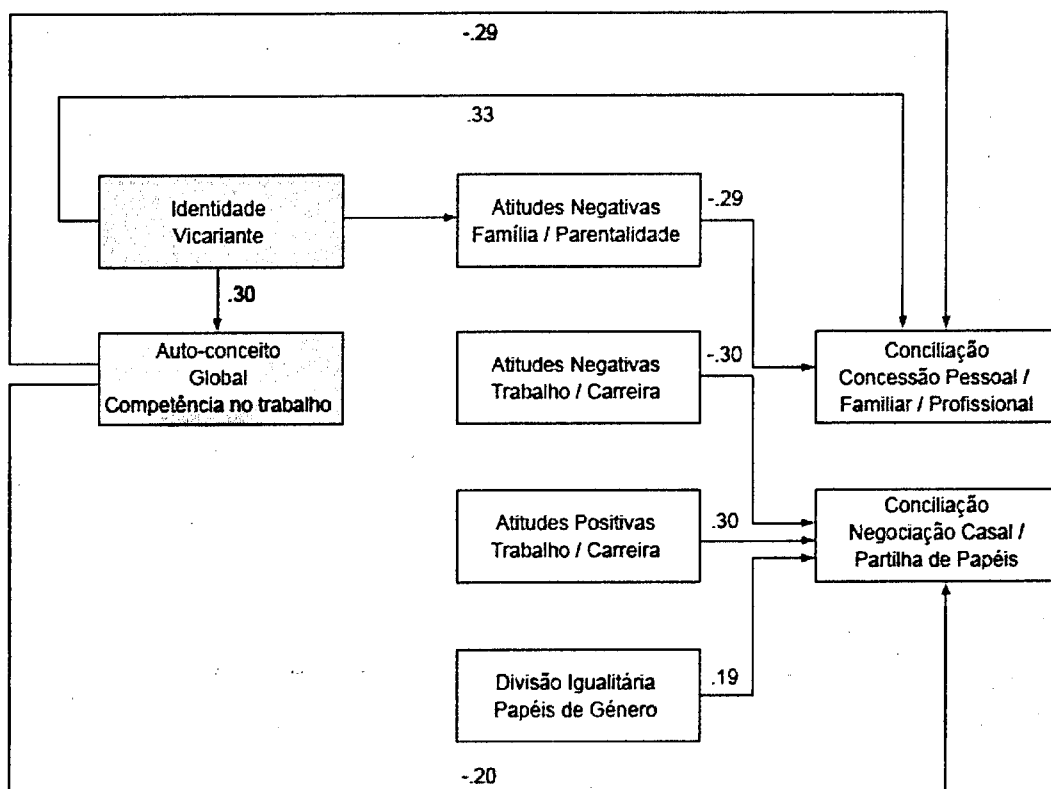


Para avaliar a influência do género, o presente modelo foi testado separadamente para raparigas e rapazes trabalhadores.

Deste modo, passamos a apresentar os níveis de ajustamento para o modelo das raparigas trabalhadoras. O modelo obtido para este grupo revela um grau de ajustamento global bastante satisfatório: o valor de  $\chi^2$  não é significativo ( $p=.323$ ), o valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. é de 1.73. Os índices de ajustamento são satisfatórios GFI é de .978, AGFI é de .967, CFI é de .978 e o valor dos resíduos relativamente baixo RMSEA de .04. De seguida passamos a analisar as relações de causalidade encontradas como se pode observar na Figura 35.

Figura 35

Diagrama causal: modelo de pistas causais do grupo de trabalhadoras do sexo feminino

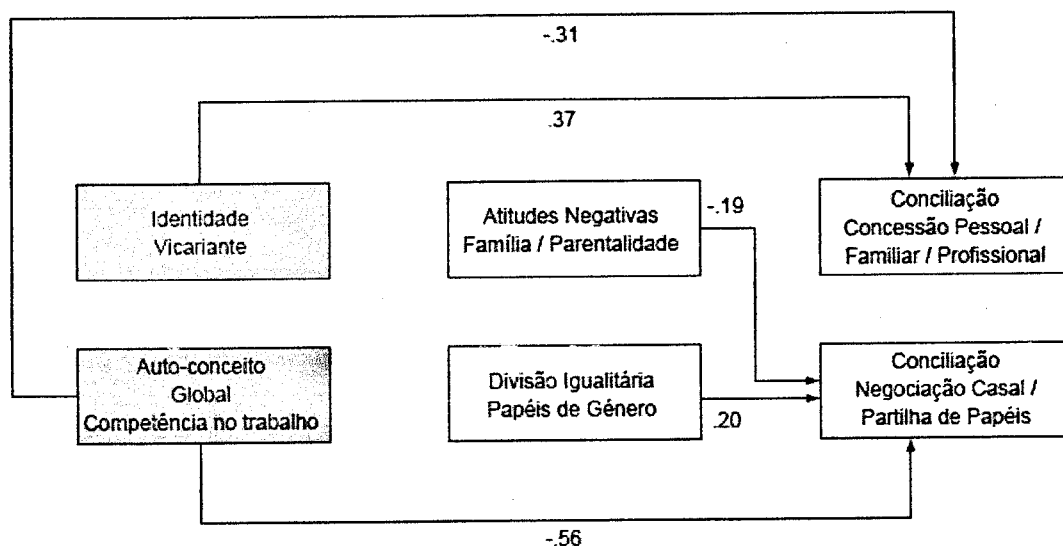


A identidade vicariante influencia directamente a conciliação:concessão quer directamente com um pista de .33, quer indirectamente por via atitudes negativas em relação à família (.35). A identidade vicariante influencia o auto-conceito e competência no trabalho com uma pista de .30 que, por sua vez, vai influenciar a conciliação: concessão com um pista negativa de -.29 e a conciliação:negociação com uma pista de -.20. Por sua vez, a conciliação:negociação é, como no modelo geral, determinada directamente pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira com um pista de -.30 e pela influencia das atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira com um pista de .30. Contudo, as atitudes negativas em relação à família/parentalidade foram influenciadas pela identidade vicariante (.35), e vão influenciar negativamente a conciliação:concessão (-.29). Por último, as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género influenciam a conciliação:negociação com uma pista causal de .19.

Seguidamente apresentamos os níveis de ajustamento do modelo dos trabalhadores para os rapazes trabalhadores como consta da Figura 36. O modelo obtido para este grupo revela um grau de ajustamento global bastante satisfatório. O valor de  $\chi^2$  não é significativo ( $p=.311$ ) embora o valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. seja relativamente baixo (1.59). Os índices de ajustamento são satisfatórios: GFI é de .989, AGFI é de .944, CFI é de .996 e o valor dos resíduos é baixo RMSEA de .036.

**Figura 36**

Diagrama causal: modelo de pistas causais os trabalhadores do sexo masculino



No que se refere às relações de causalidade encontradas constata-se que a conciliação:concessão é influenciada pela identidade vicariante (.37) e pelo auto-conceito e competência no trabalho (-.31) como no caso das raparigas. Esta última variável influencia também fortemente a conciliação:negociação com uma pista negativa de -.56. As atitudes negativas em relação à família e parentalidade influenciam também a conciliação:negociação com uma pista negativo de -.19, como no modelo geral, bem como as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género com uma pista de .20. É de notar ainda o desaparecimento das relações entre as variáveis psicológicas e atitudinais, da influência das atitudes positivas relativas ao trabalho e das atitudes negativas em relação à família/ parentalidade, neste modelo.

Seguidamente, passamos a apresentar a discussão dos resultados deste primeiro estudo.

## **7. Discussão**

Para a discussão dos resultados obtidos no estudo, vamos utilizar uma metodologia sequencial, que permita uma leitura integradora das análises que efectuámos.

Começamos por analisar as variáveis que, simultaneamente, são diferenciadoras dos grupos de acordo com o estatuto (estudantes e trabalhadores), tanto ao nível das diferenças de médias como dos resultados da função discriminante. De seguida, passamos a analisar e discutir as diferenças obtidas, de acordo com o género. Por último, efectuamos a análise das diferenças encontradas de acordo com o estatuto e o género. Finalmente, analisaremos as diferenças nos modelos de relações entre variáveis entre os dois grupos de acordo com o estatuto e com o género.

Em todos os casos os nossos resultados serão confrontados com as hipóteses teóricas previamente formuladas.

### **7.1. Diferenças de acordo com o estatuto: estudantes e trabalhadores**

#### **Independência Emocional**

A independência emocional relativa às figuras parentais apresenta, no grupo de estudantes, valores significativamente mais elevados em comparação com a dos trabalhadores, o que infirma parcialmente a nossa hipótese (H3a).

Para além disso, a independência emocional surge, ao nível da função discriminante, como a variável que melhor permite diferenciar estudantes dos trabalhadores. Ora, a teoria da separação psicológica das figuras parentais defende que a autonomia emocional está associada a uma melhor capacidade de adaptação, em relação às exigências sociais, permitindo que o jovem se afirme ao nível do desempenho dos papéis de adulto. Sendo definida como uma relativa liberdade do jovem adulto em relação à necessidade excessiva de aprovação, proximidade e apoio emocional por parte dos pais, seria, de algum modo, de esperar que, a uma etapa desenvolvimental onde já se exerce um dos papéis de adulto (neste caso o papel profissional) estivesse associado um nível de autonomia emocional mais elevado, por comparação com a situação de estudante universitário.

Contudo, tal não se verificou no presente estudo. Deste modo, torna-se importante reflectir sobre as possíveis explicações para o facto dos trabalhadores se encontrarem menos independentes dos pais, do ponto de vista afectivo e emocional quando comparados com os estudantes.

Duas hipóteses explicativas podem ser avançadas. Por um lado, e relembrando o que tem vindo a ser apontado por alguns autores, as alterações sociais, nomeadamente as dificuldades de encontrar emprego e os elevados custos para garantir uma residência autónoma, têm conduzido a uma maior dependência e permanência dos jovens em regimes de coabitação com os pais, quando terminam a sua formação universitária e mesmo por períodos que ultrapassam o início da actividade profissional (Arnett, 2000; Rossi, 1997). Contudo, surgem também novas questões e opções em relação à vida adulta de que podem beneficiar se forem resolvidas no quadro de apoio emocional por parte dos pais. De facto, muitos jovens que já terminaram a sua formação universitária sentem falta de confiança nas suas próprias capacidades, não se julgam capazes de enfrentar o futuro com autonomia e, frequentemente, indicam que não se sentem suficientemente preparados para encarar os papéis de adulto (Rossi, 1997). Estes jovens afirmam que o apoio emocional que recebem dos pais é fundamental para encararem as opções e ultrapassar os eventuais obstáculos que surgem no início da idade adulta (Cavalli, 1997; Rossi, 1997). Para tal os estudos de Leondari & Kiosseoglou (2000) e Lee & Hughey (2001), encontraram níveis elevados de proximidade afectiva e emocional nas relações familiares, entre jovens adultos e os seus pais. Além disso, e na linha de Cavalli (1997), reportando-se aos jovens adultos profissionais que residem com os pais parece que quanto mais autonomia instrumental os jovens sentem em relação à sua família, mais dependentes ao nível emocional se tornam da mesma, na medida em que têm mais capacidade para dar valor a este apoio que os pais podem dar em momentos de decisão, ou mesmo de instabilidade afectiva e profissional. De facto, os jovens adultos que vivem com os pais não só estão satisfeitos com a sua situação como continuam a considerar os pais como a sua principal fonte de apoio emocional (Chisholm & Hurrelman, 1995; Rossi, 1997). Com efeito, as próprias alterações no contexto da família e da relação pais-filhos, exercidas no sentido da redução de conflitos entre gerações, valorizam cada vez mais o apoio emocional entre pais e filhos (Cavalli, 1997). Deste modo, parece-nos que uma das possíveis explicações para os resultados encontrados pode residir nesta relação entre o prolongamento da estadia em casa dos pais por parte dos jovens profissionais e o consequente apoio por parte destes, que poderá conduzir a

uma valorização do apoio emocional para enfrentar a transição do ensino para o mercado de trabalho. Estes jovens trabalhadores estarão, assim, mais sensíveis à importância do apoio afectivo que é dado pelos pais, o que poderá justificar as diferenças em relação aos universitários.

Por outro lado, a proximidade e necessidade de aprovação, por parte dos pais, no caso dos estudantes universitários, pode, em determinados momentos, colidir com o desejo de independência e de exploração de diferentes oportunidades, que os jovens universitários querem assumir. Isto justificaria uma valorização da independência emocional para os estudantes. Uma vez terminada esta etapa da vida universitária, e uma vez assumido um dos papéis de adulto, a necessidade de afirmação da independência deixa de ser tão relevante dando mais ênfase à independência funcional como veremos mais adiante.

Na sequência dos argumentos expostos e para o contexto nacional, e tal como acontece noutros países, face ao risco e à incerteza no mundo do trabalho, o apoio dos pais às transições para a vida adulta, embora fundamental parece também dar origem também a uma certa dependência, nas situações em que os filhos permanecem até idade avançada na casa dos pais, num estatuto de "semi-dependência" que se reflecte também ao nível emocional (Guerreiro & Abrantes, 2004). Como evidencia Pappámikail (2004) os jovens portugueses, a convivência entre pais e os seus filhos adultos que exercem uma profissão é configurada por cenários de interdependência emocional, que se acentuam em situações de crise, ou seja, existe uma garantia de apoio emocional aos filhos para enfrentarem as situações mais difíceis da sua vida.

Globalmente, parece-nos que os factores de natureza social, nomeadamente para os trabalhadores que vivem com os pais, configuram novas relações entre pais e filhos, que se transformam em interdependências e formas de apoio emocional, bastante relevantes para a transição para a idade adulta sobretudo no período de inserção no mercado de trabalho.

No seu conjunto parece-nos que isto poderá contruibuir para a explicação das diferenças encontradas entre os grupos.

### **Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género**

É de assinalar que se trata da segunda variável que melhor diferencia os estudantes dos trabalhadores. Os trabalhadores apresentam atitudes mais igualitárias

em relação aos papéis de género do que os estudantes. Estes resultados não apoiam a nossa hipótese H4a. Recorde-se que alguns estudos longitudinais, que avaliaram as atitudes perante o género, demonstram que, nos últimos 20 anos, os jovens universitários estão progressivamente mais igualitários (Slevin & Wingrove, 1983; Loo & Thorpe, 1998; Komarovsky & Mayer, 1984; Peters, 1994) e defendem que o contexto universitário parece desempenhar um papel homogeneizador no que se refere aos papéis de género na medida em que no seu seio, rapazes e raparigas competem de igual para igual, tanto em termos académicos como nas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho (Torres, 2004). Apesar desta evidência é necessário, contudo, ter em linha de conta que o contexto universitário é também um contexto de exploração social e relacional. Assim, e como possível explicação para os resultados encontrados pensamos que, a par dos mecanismos de protecção da imagem social individual do jovem, podem actuar no sentido da defesa de atitudes e de comportamentos mais tradicionais para os papéis de género, no domínio do relacionamento interpessoal. Aliás, estas atitudes e comportamentos suscitam, por vezes, uma melhor integração no grupo de pares e no contexto social em geral, garantindo a aprovação social e actuando como protecção da imagem individual. Noutro sentido, o contexto do mercado de trabalho onde se situam agora os trabalhadores, exige, na maioria dos casos, a partilha e cooperação, em termos profissionais, entre homens e mulheres. Esta experiência, associada a uma redução da necessidade de aprovação social por parte dos pares na idade adulta, poderá abrir um espaço de reflexão e de questionamento dos papéis de género. Alguns autores destacam mesmo que o início da idade adulta corresponde a um período onde a flexibilidade das atitudes, em relação aos papéis de género, é maior, sobretudo pela influência do novo tipo de relacionamento com pares no contexto profissional (Leaper *et al.*, 1989). Para além disso, os jovens adultos com formação superior que residem com os pais, vão progressivamente alterando a sua relação com os mesmos, à medida que estes envelhecem; por exemplo, contribuem para a manutenção da casa em termos instrumentais (fazer compras, pagar contas, etc...) mas, acima de tudo, ajudam nas tarefas domésticas e nas deslocações, aprofundando o relacionamento e criando solidariedade para com os pais. Esta nova postura face aos pais acontece tanto nos rapazes como nas raparigas, o que pode também implicar uma nova sensibilidade e mesmo uma prática de papéis de género mais igualitária para os trabalhadores (Tang, 1997). Pode ainda ser um sinal de desenvolvimento progressivo

da igualdade que não termina com a frequência do ensino universitário e que se prolonga para etapas posteriores do ciclo de vida.

### **Atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional**

Dentro das variáveis atitudinais, os estudantes têm atitudes mais positivas do que os trabalhadores, confirmando a hipótese H5a. Tais resultados vão de encontro ao que tem sido defendido por alguns estudos, onde se destaca que as diferentes experiências académicas e profissionais estão associadas a atitudes e representações do trabalho que implicam uma valorização maior ou menor, tanto dos seus aspectos positivos como dos negativos (Arnett, 2000; Hoyt, 1988; Pesquera & Aztlan, 1991; Vasconcelos, 1998). Deste modo, para os estudantes, o investimento actual que estão a efectuar na sua educação/formação gera expectativas positivas, em relação a uma futura concretização da sua vocação no mercado de trabalho. O futuro exercício de uma actividade profissional é encarado por estes no quadro de uma maior autonomia e como promoção da realização pessoal. Assim, desenvolvem atitudes, expectativas e representações positivas do trabalho e da carreira profissional (Arnett, 2000; Vasconcelos, 1998). Estas perspectivas optimistas são reforçadas pelo facto dos estudantes ainda não se terem confrontado nem com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho nem com os aspectos menos agradáveis do trabalho. Além disso, por si só a manutenção de expectativas positivas em relação ao futuro permite-lhes encontrar motivação, e mesmo satisfação, no seu investimento nos estudos (Arnett, 2000). Assim parece que os estudantes universitários podem não valorizar os aspectos de natureza social e económica associados ao trabalho e à carreira, mas valorizam sempre a importância destes como fonte de realização pessoal. Esta é, de novo, uma imagem idealizada e positiva do trabalho, que carece, ainda, do confronto com as experiências menos positivas, associadas aos contextos profissionais. Os trabalhadores, pelo contrário, já se confrontaram com aspectos menos agradáveis da vida profissional, o que poderá tornar as suas atitudes menos idealizadas e mais realistas.

### **Identidade moratória e difusão**

O estatuto de identidade moratória está mais presente nos trabalhadores do que nos estudantes. Os resultados não permitem confirmar parcialmente a nossa



hipótese H1a. Ora, no quadro da adultez emergente de Arnett (2000), seria esperado que os estudantes, por se encontrarem num período de exploração das suas vidas pessoais e profissionais, pudessem apresentar níveis mais elevados no estatuto de moratória. Um dado que se torna relevante na discussão destes resultados está associado ao facto dos estatutos de identidade não serem fixos, mas pressuporem avanços e recuos desenvolvimentais. Assim, ao analisar os contextos de vida dos estudantes, pensamos que, mesmo que estes se questionem e explorem diferentes opções de vida, não necessitam de tomar decisões definitivas nem de assumir compromissos duradouros. Como alguns estudos demonstram, o contexto universitário implica liberdade para o desenvolvimento pessoal, sendo um período voltado para novas experiências, um período para “viver a vida”, ou seja, sem grandes restrições ou responsabilidades ou compromissos embora os estudantes, pelas opções académicas que efectuaram, podem julgar já ter definido as suas opções de vida futura (Danielsen, Lorem & Kroger, 2000).

Se este período pressupõe o desenvolvimento de um projecto de vida adulta, a verdade é que, na maioria dos casos, o investimento neste projecto não toma automaticamente forma, quando se dá início ao exercício do papel profissional. A exploração continua a ser estimulada tanto pelas frequentes alterações na actividade profissional, com a possibilidade de retorno ao sistema educativo para completar a formação julgada necessária, no âmbito de um projecto profissional e pessoal que se define progressivamente (Arnett, 2000). Isto poderá, então, reflectir-se no predomínio de um estatuto de identidade moratória para esta fase da adultez emergente. Em nosso entender, uma das grandes diferenças entre os estudantes e os trabalhadores, é que estes últimos estão imersos num contexto de certa ambiguidade, que pode implicar uma necessidade de reflexão acerca de si mesmos e acerca do futuro e pôr novamente em questão opções anteriores, para poderem comprometer-se com decisões e opções de vida. Com efeito, pelo que foi exposto ao longo do Capítulo 1, parece-nos que esta reflexão é orientada por um certo paradoxo entre o que se deseja, em termos de projectos de vida adulta, e o que poderá ser possível obter, face aos constrangimentos sociais reais. Parece, assim, que são mais os trabalhadores e menos os estudantes quem está a viver “verdadeiramente” a transição para a idade adulta, o que certamente implica um questionamento pessoal activo, característico do estatuto de identidade moratória.

### **Auto-conceito global e competência no trabalho**

O auto-conceito global e competência no trabalho representam a última variável que integrou a função discriminante onde os trabalhadores apresentam valores inferiores aos estudantes, confirmando, deste modo, a nossa Hipótese 2a. Vimos que os trabalhadores apresentam níveis superiores no estatuto de identidade moratória, o que está associado a uma fase intensa de reflexão e questionamento pessoal acerca das suas capacidades e das suas opções em relação à vida adulta. Este período de questionamento que os trabalhadores atravessam pode estar intimamente associado a dúvidas quanto à sua competência, que se traduzem por valores mais baixos no auto-conceito, na medida em que as experiências reais de trabalho desenvolvem um maior sentido crítico dos jovens acerca de si próprios. Destaca-se, também que estas dúvidas englobam a componente da competência no trabalho com consequências evidentes. Conforme temos vindo a destacar o confronto directo, nos primeiros anos de inserção mercado de trabalho, com a realidade laboral, a par de algumas dificuldades ao nível da concretização de expectativas em relação ao trabalho e carreira, pode levar a que estes jovens tenham uma imagem pessoal da sua competência no trabalho inferior à dos estudantes, que estão ainda emersos num contexto em que qualquer expectativa é legítima, face à possibilidade de concretizarem uma actividade profissional. Consequentemente, a imagem de si próprio, ao nível profissional dos trabalhadores, estará mais sujeita a questionamento e a flutuações nesta fase de inserção no mercado de trabalho, do que no caso dos estudantes, o que pode justificar as diferenças significativas encontradas entre os estudantes e eles para este domínio.

### **Atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional**

Mesmo que as atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira profissional não façam parte das variáveis que melhor discriminam os estudantes dos trabalhadores, pela sua associação com as atitudes positivas anteriormente referidas, existem diferenças significativas entre os grupos. Os trabalhadores têm atitudes mais negativas para este domínio do que os estudantes, suportando a nossa hipótese H5a. Como tem sido destacado, as dificuldades de encontrar emprego e as vivências de precariedade laboral tendem a penalizar fortemente os jovens trabalhadores. Por um lado, podem viver num contexto onde as expectativas associadas ao investimento na

formação académica não parecem ter uma correspondência linear no mercado de trabalho; mas por outro lado, existe uma grande pressão social para que encontrem emprego (Arnett, 2000; Elejabeitia, 1997). Esta realidade contribuiu para um período de “ajustamento” ao mercado de trabalho mais longo e, por vezes, alternado com períodos de emprego e de desemprego, até se encontrar uma actividade considerada como gratificante e que permita a manutenção de uma vida autónoma (Arnett, 2000; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997). Estas condicionantes sociais acabam por se traduzir num decréscimo das expectativas em relação ao trabalho e à carreira profissional, onde os aspectos negativos tendem a emergir (Arnett, 2000; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997).

De facto e na linha do que tem sido destacado por diversos autores, o domínio profissional tem um papel fundamental na transição para a vida adulta (Arnett, 2000; Baber & Monaghan, 1988; Vasconcelos, 1998) embora a difícil inserção no mercado de trabalho, a par dos constrangimentos e pressões sociais, podem fazer emergir atitudes negativas em relação ao mesmo.

### **Independência funcional**

Apesar do que se acabou de expor relativamente aos efeitos das dificuldades do mercado de trabalho e o modo como estas podem fazer decrescer as atitudes dos jovens trabalhadores em relação a este domínio parece-nos contudo que a inserção laboral, mesmo que não seja completamente conseguida pode promover a independência funcional destes jovens. De facto, um dos resultados obtidos e que não nos parece surpreendente reside no facto dos trabalhadores obterem valores ao nível da independência funcional significativamente mais elevados do que os estudantes. Os resultados suportam parcialmente a hipótese H3a Na nossa perspectiva e apoiando-nos no que foi evidenciado no Capítulo 1, ponto 2.1.1. os estudantes portugueses tendem a ser bastante dependentes do ponto de vista económico, residencial e mesmo nas suas práticas diárias em relação aos pais. Os trabalhadores, por via das necessidades com se deparam, de encontrar um emprego, tentarem economizar com vista a uma vida autónoma, ou serem capazes de gerir as suas prioridades de vida, ou mesmo pelo facto de já exercerem uma actividade profissional, tornam-se mais independentes do ponto de vista funcional em relação aos pais. Pensamos assim que estes resultados podem ser de facto um reflexo da etapa de vida que cada um dos grupos de jovens está a atravessar.

### **Conciliação: Concessão ao nível pessoal, familiar e profissional**

Os estudantes e os trabalhadores apresentam diferenças significativas nas estratégias em relação à conciliação de papéis: os trabalhadores têm atitudes que favorecem a estratégia da concessão ao nível pessoal, familiar e profissional do que os estudantes. Estes resultados permitem apoiar parcialmente a nossa hipótese H8a. Se como indicam alguns autores, as gerações jovens antecipam o seu futuro integrando os papéis profissionais e familiares (Weitzman, 1994) o exercício do papel de trabalhador permite a estes jovens anteciparem a possibilidade de conciliação desses papéis de modo diferente dos estudantes. Sem dúvida, que o exercício de uma profissão, sobretudo nos primeiros anos, pode exigir uma grande disponibilidade de tempo e de envolvimento pessoal o que poderá implicar alguns ajustamentos na vida pessoal e familiar. Ora, a construção de uma família própria requer, também, alguma disponibilidade por parte do jovem trabalhador, o que poderá levá-lo a efectuar algum ajustamento na sua vida profissional. Parece-nos, então, que os trabalhadores, pelo facto de viverem, embora ainda de um modo parcelar, o problema da conciliação de papéis, terão oportunidade de reflectir de uma forma mais activa sobre a necessidade de efectuar concessões para conciliar os papéis de vida, por contraste com os estudantes para os quais esta temática ainda se afigura como distante e com a qual não têm que lidar no seu dia-a-dia.

### **Competência para a gestão das tarefas domésticas e do cuidar dos outros**

Embora estas variáveis de auto-conceito não permitam discriminar os grupos ao nível da função discriminante, diferenciam para estudantes e trabalhadores no quadro das diferenças de médias.

Assim, os estudantes apresentam valores significativamente menos elevados do que os trabalhadores, na avaliação de competência para a gestão das tarefas domésticas e na avaliação de competência para cuidar dos outros. Estes resultados não permitem confirmar a nossa hipótese H2a. Se o início do exercício do papel profissional se reveste de um conjunto de exigências em termos de disponibilidade de horários e de desgaste pessoal, a sensibilidade para a necessidade de exercer de tarefas domésticas e cuidar dos outros parece também aumentar. Apesar das primeiras tarefas serem, de facto, muitas vezes exigentes em termos de tempo, a

execução de pequenas tarefas domésticas no seio da família de origem, poderá levar os trabalhadores a ter uma perspectiva mais optimista sobre a sua capacidade de gerir este tipo de tarefas. Quanto à percepção de competência para cuidar dos outros, quando comparados com os estudantes, os trabalhadores apresentam valores mais elevados. Para compreender estes resultados, é necessário ter em conta novamente a etapa do ciclo de vida que atravessam. Assim, e mesmo que o adiamento dos papéis familiares possa estar presente nos planos de vida dos jovens trabalhadores, o sentimento de competência para cuidar dos outros pode estar mais presente nos trabalhadores do que nos estudantes. Estes últimos estão mais centrados em si próprios e em tarefas desenvolvimentais, que passam por explorações no domínio vocacional e afectivo, estando, portanto, mais distantes de tarefas que envolvam o cuidado com os outros. Para além disto, tal como foi já destacado no estudo de Tang (1997) dá conta da disponibilidade dos jovens adultos trabalhadores que residem com os pais para cuidar destes, sempre que necessário. No seu conjunto, parece-nos que estes factos poderão contribuir para as diferenças encontradas entre grupos, em relação a estas variáveis.

### **Atitudes em relação ao Conflito de Papéis**

As atitudes em relação ao conflito de papéis também se manifestam, de modo diferente nos dois grupos. Os trabalhadores apresentam valores significativamente mais elevados do que os estudantes, tanto no “conflito trabalho-família-trabalho” como no “conflito família-trabalho”. Estes resultados permitem apoiar a hipótese H7a. Com efeito, vimos que a antecipação do conflito de papéis é frequentemente associado ao nascimento dos filhos (Greenglass & Devins, 1982; Schroeder *et al.*, 1992). Deste modo, e considerando que este cenário se apresenta, para os universitários, como algo longínquo, a antecipação de ocorrência de um conflito de papéis é encarada como algo menos relevante, que acontecerá a longo prazo e num contexto específico. Já para os trabalhadores, e pelo facto de já exercerem o papel profissional, esta realidade não só pode estar mais próxima, se se reportarem à formação da sua própria família, e como pode mesmo ser sentida na actualidade, em relação à família de origem (Guerreiro & Abrantes, 2004). Estas experiências, mesmo que não se traduzam num conflito de papéis real, permitem antecipar este conflito de uma forma mais realista e mais próxima, do que no caso dos estudantes. Para além disso, o facto de ainda viverem com a família de origem nesta fase da sua vida, pode tornar mais

salientes os momentos de conflitualidade, por pressões da parte dos pais. De facto, devemos destacar aqui, de novo, a possibilidade da antecipação dos conflitos entre o trabalho e a família puder estarem a ser vivenciados com base na experiência deste tipo de situação, o que, por certo, tornará mais realistas as suas antecipações para este domínio. Pensamos que estes factores permitem compreender melhor as diferenças encontradas entre os grupos.

Por último, gostaríamos de tecer um breve comentário sobre o facto de algumas das variáveis não permitirem diferenciar os grupos. Começando pelo estatutos de identidade verifica-se que não há diferenças nos grupos em relação ao estatutos de identidade vicariante e construída. De facto estes resultados não confirmam as propostas da literatura que indicam que, à medida que se vai avançando ao longo do ciclo vital, a identidade construída tende a surgir e a identidade vicariante tende a estar presente sobretudo nos jovens mais novos. No nosso estudo parece então que a presença destes tipos de identidade surgem em ambos os grupos o que poderá ser um indicador dos tais avanços e retrocessos na construção da identidade que são documentados por alguns autores. Do mesmo modo, também se verifica que a independência ideológica e conflitual e atitudes tradicionais em relação aos papéis de género podem estar presentes em qualquer um dos grupos, não sendo portanto susceptíveis de se destacar em nenhum deles. Contudo, parece-nos interessante verificar que a inserção no mercado de trabalho que, como vimos anteriormente parece contribuir para uma maior independência funcional mas para os domínios ideológicos e mesmo com a boa gestão das relações com os pais (como é o caso independência conflitual) não parecem ser alteradas. No domínio das atitudes tradicionais em relação aos papéis de género pensamos, que por via da socialização haverá sempre, em qualquer dos grupos, jovens com atitudes mais tradicionais pelo que esta variável, por si, só não é diferenciadora dos mesmos embora possa talvez vir a revelar-se diferenciadora se tivermos em consideração uma análise de género. Por último, e no que diz respeito à estratégia de conciliação: negociação, pensamos que o facto de ser uma cenário hipotético para ambos os grupos e também por ser algo que se antecipa no quadro de uma relação a dois, haverá sempre jovens em ambos os grupos que antecipam esta estratégia para a sua vida futura pelo esta variável também foi capaz de diferencia grupos apenas em função do estatuto.

### **Comparação dos diagramas causais dos estudantes e trabalhadores**

Para ambos os grupos de estudantes e trabalhadores, os resultados obtidos mostram que, para a explicação das estratégias relativas à conciliação de papéis, mais particularmente a estratégia concessão em termos pessoais, familiares e profissionais, contribuem, directamente o estatuto de identidade vicariante. A análise destes resultados permite, desde já, recordar que o estatuto de identidade vicariante se reporta a um tipo de desenvolvimento da identidade que se baseia na lógica da reprodução de modelos sociais. Deste modo, considerando que os modelos de conciliação de papéis de cariz tradicional assumem que a conciliação é algo que deve ser feito com base numa renúncia, estes resultados parecem indicar que seguir os modelos sociais dominantes vai orientar os indivíduos no sentido de considerarem que a conciliação de papéis deve ser resolvida renunciando a certas actividades, benefícios ou investimentos ao nível individual. De facto, esses são os modelos sociais vigentes, sobretudo para as mulheres quando exercem numa actividade profissional embora também possam ser válidos para os homens.

O facto das atitudes positivas e negativas perante o trabalho influenciarem também esta estratégia de conciliação: concessão nos estudantes mas não nos trabalhadores, parece sugerir que os primeiros antecipam que será o trabalho e não a família que irá introduzir dificuldades na conciliação de papéis e levará a concessões. Para além disso, as atitudes positivas e negativas não alterarem o tipo de estratégia de conciliação antecipada, ou seja, quer se valorize ou não o trabalho, isto vai implicar concessões para conciliar os papéis familiares e profissionais. Contudo, as atitudes em relação ao trabalho estão associadas à conciliação: negociação no caso dos trabalhadores. Parece que a experiência de trabalho leva os sujeitos a tomar consciência que os aspectos associados ao trabalho podem ser ultrapassados com a negociação e partilha de papéis.

Note-se, ainda, que o contributo da independência emocional para este tipo de estratégia de conciliação: concessão só se manifesta nos estudantes. Tal como se verificou anteriormente, esta variável é uma das que melhor discriminava os estudantes dos trabalhadores. A sua presença, no âmbito deste modelo, contribuindo para a explicação da conciliação concessão, pode significar, que dado que a independência emocional é definida como uma relativa liberdade do jovem adulto em relação à necessidade excessiva de aprovação, proximidade e apoio emocional por parte dos pais, quanto mais autónomo for o jovem mais está disposto a efectuar

algumas restrições individuais para conciliar papéis, sem recorrer sistematicamente ao apoio da família. Deste modo, um nível mais elevado de independência emocional deverá favorecer soluções individuais na resolução de problemas, em detrimento do apoio de terceiros negociados.

Relativamente à conciliação: negociação, os resultados revelam a importância das atitudes igualitárias em relação aos papéis de género como preditores desta estratégia de conciliação tanto nos estudantes como nos trabalhadores. Por conseguinte, as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género estão, quase que por definição, associadas à partilha de papéis como estratégia de conciliação o que explica certamente o resultado encontrado. No entanto, importa reflectir sobre o papel do estatuto de identidade construída para a escolha da estratégia de concessão: negociação, exclusivamente presente nos estudantes. A identidade construída, relativamente aos papéis sociais, pressupõe a exploração de diferentes papéis possíveis e um investimento nas escolhas, pondo em causa os papéis tradicionais a favor de uma maior equidade na repartição das tarefas.

Parece-nos, a título especulativo, que a definição de objectivos e metas relativas ao exercício dos papéis familiares e profissionais permite que se pense na conciliação como algo que não depende só do indivíduo, mas que está interdependente dos contextos familiares e de trabalho. Contudo, parece-nos que esta estratégia só é considerada quando se desenham, em termos antecipatórios, o conjunto dos papéis de adulto e as suas possíveis relações, no domínio do estabelecimento de uma relação de casal, onde os objectivos de cada um, em termos de expectativas quanto aos papéis familiares e profissionais possam ser negociados e partilhados.

Parece assim que, para os estudantes, a presença deste tipo de identidade prediz a antecipação de um modelo de família, onde a negociação e partilha de papéis deve estar presente.

Assinale-se, também, que exclusivamente para os trabalhadores, aparece uma influência negativa do auto-conceito global e de competência no trabalho na estratégia de conciliação: negociação. Quanto mais competentes se sentem em termos de trabalho menos estão dispostos a negociar e a partilhar as tarefas, preferindo uma estratégia de conciliação mais tradicionais como a conciliação:concessão. De facto, não se pode esquecer que esta variável foi também influenciada pela identidade vicariante. Ora, deste modo, parece haver indicadores que apontam que a influencia da identidade vicariante, ao nível do auto-conceito, vai fazer com que estes se centrem



numa estratégia que favorece a procura de soluções individuais para a conciliação de papéis, ou seja, cada um é que tem que ceder ou resolver o problema.

Para a explicação da conciliação:negociação contribuem negativamente as atitudes negativas em relação à família e à parentalidade no caso dos trabalhadores. Contudo, convém referir que esta variável foi previamente influenciada tanto pela identidade vicariante como pelas atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira. Do mesmo modo que seguir modelos, ver os aspectos negativos da família e do trabalho vai contribuir para a necessidade de se perspectivar uma modalidade de conciliação que assente na negociação e partilha de papéis.

Na análise comparativa destes modelos para os estudantes e trabalhadores não podemos deixar de mencionar uma alteração notória de algumas das variáveis e suas influências ao nível do modelo global, ou seja, das duas estratégias de conciliação de papéis.

Destaca-se, por contraste, que no modelo dos estudantes as atitudes em relação ao trabalho e carreira influenciam sobretudo as estratégias de conciliação: concessão, enquanto para os trabalhadores estas aparecem associadas a estratégias de conciliação:negociação. Parece, então, que estes últimos sentem a necessidade e a importância de uma partilha de papéis, o que, aliás, pode também relacionar-se com a importância que têm demonstrado as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, para este último grupo.

Ao nível das semelhanças, destaca-se a influência do estatuto de identidade vicariante que tanto para um grupo como para o outro influencia as atitudes de conciliação: concessão.

Estes resultados parecem reforçar a ideia de que se os jovens aderem aos modelos sociais baseiam a sua perspectiva de conciliação num modelo de concessão individual, familiar e profissional, mais tradicional em que a renúncia é muitas vezes a solução encontrada para se gerir os múltiplos papéis de vida. Também para ambos os grupos as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género se associam, como seria de esperar, a uma estratégia de conciliação:negociação.

## **7.2. Diferenças de género**

Para a análise das diferenças nas variáveis em função do género, vamos primeiramente debruçar-nos sobre as que são comuns aos estudantes e

trabalhadores, para depois passarmos a analisar os resultados obtidos a partir dos efeitos específicos das relações entre estatuto ocupacional e o género.

Serão também analisados e comparados os modelos de relações encontrados de acordo o género de estudantes e trabalhadores.

### **Independência conflitual**

A independência conflitual surge como uma variável que diferencia as raparigas dos rapazes, tanto para o grupo de estudantes como para o de trabalhadores: os rapazes tendem sempre a apresentar valores significativamente mais elevados do que as raparigas, o que infere a nossa hipótese H3b. Os resultados não correspondem aos encontrados por alguns autores para o contexto nacional que tinham identificado uma melhor capacidade de adaptação aos conflitos por parte das raparigas do que por parte dos rapazes (Dias & Fontaine, 1996). Deste modo, uma possível explicação para estes resultados pode residir na perpetuação de experiências de socialização familiar com a permanência na residência dos pais, que poderá prolongar, de algum modo, um regime de poder parental mais restritivo para com as raparigas. Pensamos que esta realidade poderá ter repercussões ao nível da separação psicológica das figuras parentais, onde as jovens mulheres terão mais dificuldade em não sentir ressentimento ou culpabilidade em relação aos pais quando vivenciam conflitos no quotidiano. De facto, as raparigas podem ter mais dificuldades em não se sentir atingidas pelo conflito no convívio diário quando estão sob a dependência residencial dos pais.

A análise das duas outras variáveis que diferenciam também os rapazes e raparigas nos dois grupos como as atitudes tradicionais e igualitárias em relação aos papéis de género e independência emocional permitirá melhor circunscrever esta questão.

### **Atitudes tradicionais e atitudes igualitárias em relação aos papéis de género**

Outras variáveis que diferenciam os rapazes e as raparigas de ambos os grupos são as atitudes tradicionais e igualitárias perante os papéis de género, onde os

rapazes têm valores mais tradicionais, e as raparigas atitudes mais igualitárias o que permite confirmar a hipótese H4b.

Estes resultados inscrevem-se na linha dos resultados encontrados em estudos efectuados junto de jovens adultos sobre as atitudes em relação aos papéis de género (Covin & Brush, 1991; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Kulik, 1999; Pryor, 1990). A presença mais marcante de atitudes tradicionais em relação aos papéis de género é reforçada pelos resultados obtidos pelos recentes estudos de Macri & Mullet (2003) e Gordon, Holland, Lahelma & Thompson (2005), os quais salientam que, na antecipação dos papéis de género, os rapazes assumem que serão os principais sustentadores económicos da casa, enquanto que as raparigas não se vêem como donas de casa mas como co-sustentadoras do lar, acumulando este papel com a sua função familiar e parental, que é considerada essencial. As raparigas neste estudo surgem sempre como mais igualitárias em relação aos papéis de género. Estes dados apontam ainda para a presença nos papéis de género antecipados de configurações de carácter tradicional, sobretudo nos rapazes. Estes dados são confirmados para Portugal, pelo estudo efectuado por Vasconcelos (1998) que revelou também que a maioria dos jovens tenta reconhecer às mulheres a possibilidade de afirmação social, valorizando os projectos individuais de vida associados à realização profissional. No entanto, quando inquiridos sobre a especialização feminina nas tarefas reprodutivas, os resultados foram claros e vão num sentido tradicional: para a maioria dos jovens, independentemente do género, as mulheres devem dar primazia ao papel de mãe sobre a realização profissional.

Assim, parece que os papéis de género diferenciados podem apresentar algumas características de igualdade ao nível dos contextos sociais em geral, mas quando se aponta especificamente para a sua concretização no domínio familiar e profissional, os rapazes tendem a resistir mais a esta igualdade e a assumir papéis de género mais tradicionais.

Globalmente, os resultados encontrados corroboram a ideia de que os rapazes, provavelmente por via das pressões sociais, reforçam o seu papel masculino ao nível do trabalho, estando menos aptos a questionar este papel, evitando o confronto com o questionamento do papel previsto para o género masculino. Por seu turno, as raparigas, de um modo geral, provavelmente devido ao facto de construírem a sua identidade com base num sentido de competência nos dois domínios (profissional e familiar), estão mais dispostas para questionar os tradicionais papéis de género.

### **Independência Emocional**

Outra variável que diferencia rapazes e raparigas, tanto para os estudantes como para os trabalhadores, é a independência emocional, onde as raparigas apresentam valores mais elevados que os rapazes. Os resultados permitem confirmar parcialmente a hipótese H3b.

Dado que a independência emocional corresponde, em linhas gerais, a uma capacidade de pensar a vida liberta da necessidade de aprovação dos pais, estes resultados merecem alguma atenção, na medida em que simultaneamente as raparigas têm valores inferiores na independência conflitual. Ora o facto de serem mais independentes do ponto de vista emocional, pode traduzir-se na ocorrência de mais conflitos, precisamente para a conquista e manutenção dessa autonomia. Assim, é esta independência emocional que lhes permite argumentar e assumir os seus pontos de vista, com algum distanciamento em relação ao poder parental. Contudo, este processo não as ajuda a relativizar os conflitos pelo que está envolto em momentos de tensão e de ressentimentos por parte das raparigas, por se distanciarem dos modelos sociais tradicionais, o que, na nossa perspectiva pode estar associado às diferenças encontradas ao nível da independência conflitual discutida anteriormente e que aparece como mais fraca para as raparigas, em comparação com os rapazes.

### **Atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira**

Outra variável que diferencia os rapazes e raparigas são as atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira a desfavor das raparigas permitindo confirmar parcialmente a hipótese H5a. A título ilustrativo, alguns autores notam que as raparigas antecipam problemas associados aos horários de trabalho alargados, à necessidade de investimento em termos de tempo profissional e que as leva a considerar a possibilidade de interromper a carreira para cuidar dos filhos o que não acontece para os rapazes (Greenglass & Devins, 1982; Schroeder *et al.*, 1992; Kulik, 2000). Os aspectos negativos do trabalho tornam-se salientes e revelam uma preocupação das universitárias no modo como este poderá interferir com os seus projectos de vida, nomeadamente ao nível da família. Também em alguns estudos nacionais, as jovens mulheres revelam atitudes pouco positivas em relação ao trabalho, quer por acharem que a igualdade no mercado laboral ainda não foi alcançada na sua plenitude, quer por pensarem que mais tarde ou mais cedo, o

trabalho vai impedir ou dificultar a concretização de outros projectos de vida (Guerreiro & Abrantes, 2004; Vasconcelos, 1998), ou ainda por verem que as mulheres, apesar de terem formação universitária, continuam a ter uma inserção mais precária no mercado de trabalho do que a dos homens (Torres, 2004). Contudo, o facto destas diferenças não terem sido só encontradas só em estudantes mas também no grupo dos trabalhadores, leva a ponderar a importância da experiência no contexto de trabalho e de inserção laboral na configuração das atitudes para este domínio. Apesar das trabalhadoras terem sido, de algum modo bem sucedidas no seu intento de encontrar emprego, e algumas estarem mesmo a dar os seus primeiros passos numa carreira profissional antecipam mais do que os rapazes futuros constrangimentos, o que as leva a sentirem os aspectos gerais negativos, associados ao exercício da profissão. Esta vivência, a par do necessário investimento que estarão a efectuar na sua actividade profissional e das suas experiências de sucesso, levará, em nosso entender, a encarar as questões associadas aos papéis de género no contexto profissional com algum pessimismo.

De seguida, iremos comentar as variáveis que apresentam especificidades, ou seja, que apresentam diferenças nos grupos, em função do estatuto ocupacional e do género.

### **Conciliação: Concessão pessoal, familiar e profissional**

Como previsto, as raparigas estudantes esperam vir a efectuar mais renúncias ao nível pessoal, familiar e profissional do que os rapazes estudantes, confirmando parcialmente a hipótese H8b. Estes resultados não se confirmam para o grupo de trabalhadores.

Apesar da escassez de estudos sobre esta temática, os nossos resultados estão em consonância com o que tem sido encontrado por outros autores que verificam que as raparigas estão mais dispostas a fazer ajustamentos no seu tempo livre e na sua actividade profissional, para conciliarem os diversos papéis de vida do que os rapazes (Guerreiro & Abrantes; 2004; Kulik, 2000; Weitzman, 1994).

Os nossos resultados encontram-se nesta linha, ou seja, as universitárias antecipam mais a necessidade de efectuar concessões, porque provavelmente este também é o modelo familiar que lhes está mais presente.

Contudo, é interessante verificar que estas diferenças não surgem em relação ao grupo de trabalhadores, o que contraria os resultados de outros estudos. Estes referem que a problemática da conciliação de papéis é mais relevante para as jovens trabalhadoras, que, contrariamente aos rapazes trabalhadores, se preocupam com o facto de terem de escolher ou de abdicar de algo (Guerreiro & Abrantes, 2004). Enquanto os rapazes pensam que com a chegada de um filho, o seu papel profissional deve ser intensificado no sentido de assegurar melhor o sustento económico do lar, como principais responsáveis deste aspecto, as mulheres pensam em reduzir a sua actividade profissional (Peake & Harris, 2002). Já que o abandono da actividade profissional não constitui uma opção no nosso país, o tipo de renúncias e de opções pode ser diferente entre homens e mulheres. Os jovens homens, podem incluir a possibilidade de ajustamento de papéis (Guerreiro & Abrantes, 2004) e as mulheres podem reduzir o investimento na profissão, comprometendo as suas possibilidades de promoção, por exemplo. Há, assim, diferentes perspectivas no modo como se encara a conciliação de papéis através da necessidade de fazer opções, que implicam limitações ao nível pessoal, familiar e profissional. Assim, podemos compreender que os trabalhadores não diferem das trabalhadoras na necessidade antecipada de fazer concessões para conciliarem os múltiplos papéis de vida.

Em conclusão, podemos antecipar que negociando num quadro geral de atitudes tradicionais relativas aos papéis de género, o tipo de renúncias será diferente e condicionado para homens e para mulheres, pelas heranças de género. Para maior equidade seria necessário desenvolverem estilos de vida que envolvam uma maior flexibilidade e partilha de papéis.

### **Competência para cuidar dos outros**

As raparigas trabalhadoras apresentam valores mais elevados do que os rapazes na percepção de competência para cuidar dos outros (embora estas diferenças só se verifiquem ao nível da comparação de médias não integrando a função discriminante), o que permite confirmar parcialmente a hipótese H2b. Estes resultados não se confirmam para os estudantes. Tradicionalmente, elas tendem a revelar níveis mais elevados de competência social específica para lidar com as questões familiares do que os rapazes (Wylie, 1979; Eccles *et al.*, 1989; Marsh *et al.* 1985; 1989; Cole *et al.* 2001). Estes resultados não são surpreendentes e inscrevem-se no quadro da construção da identidade feminina e dos estereótipos tradicionais da

função da mulher na nossa sociedade. Os valores e o treino de competências, associados à capacidade de cuidar dos outros como preparação para a função materna e a capacidade de realizar as tarefas domésticas são socialmente transmitidos sobretudo às raparigas que são incentivadas a “treinar” tais competências (Dias & Fontaine, 1996; Guerreiro & Abrantes, 2004; Matos *et al.*, 1999; Vasconcelos, 1998). É previsível que, por via da socialização de género as raparigas tenham tendência a apresentar valores mais elevados do que os homens de auto-conceito nos domínios onde adquiriram já uma certa mestria como cuidado dos outros sobretudo, quando são mais velhas e estas questões do “cuidar” como mais próximas.

### **Identidade vicariante**

Os rapazes estudantes apresentam valores mais elevados no estatuto de identidade vicariante do que as raparigas o que infirma parcialmente a hipótese H1b. Estes resultados não se verificaram para o grupo de trabalhadores. Contudo, estas diferenças só se verifiquem ao nível da comparação de médias de uma variável que não integra a função discriminante. Estes dados não se situam na linha de outros estudos, que indicaram uma identidade vicariante para as raparigas quando comparadas com os estudantes rapazes (Archer, 1989; Guerra & Braungart-Rieker, 1999). Pensamos que estes resultados podem, de algum modo, ser indicadores da importância dos factores culturais na construção da identidade. Se contextos de exploração das opções, que contestam ou modificam os valores sociais dominantes, parecem ser especialmente restringidos no caso das raparigas por via da socialização familiar (Matos *et al.*, 1999), as possibilidades de questionamento dos valores, sobretudo para as mulheres mais jovens, como é o caso das estudantes, são importantes. Além disso, os modelos sociais de realização são mais diversificados e mais flexíveis para as mulheres do que para os homens, particularmente no nosso país onde as mulheres tendem a exercer maioritariamente uma actividade profissional a tempo inteiro. Assim, de algum modo poderá estar mais presente o peso relativo da influência dos modelos sociais, o que poderá explicar os níveis menos elevados de identidade vicariante nas raparigas. Pensamos também que o facto de estas diferenças não terem sido encontradas no grupo de trabalhadores corrobora, de alguma maneira, a ideia da liberdade de opção dar lugar a perspectivas mais tradicionais quando toma em consideração os constrangimentos da realidade social. Por seu turno os contextos profissionais oferecem às jovens possibilidades de

exploração diversificada, que pode levá-las a não assumir tão plenamente os modelos sociais que lhes foram transmitidos como sendo os únicos, não se diferenciando, portanto, dos rapazes na presença da identidade vicariante.

### **Comparação dos modelos dos rapazes e das raparigas no grupo de estudantes e trabalhadores**

Na análise dos modelos encontrados para os rapazes e raparigas estudantes, vamos centrar a nossa leitura nas semelhanças e nas diferenças entre ambos. Assim, verifica-se que, para a explicação da conciliação: concessão contribuem, para ambos as atitudes positivas e negativas em relação ao trabalho e carreira profissional. Ao nível das diferenças, verifica-se que, para o grupo de raparigas, contribui também o estatuto de identidade vicariante, enquanto para o grupo de rapazes contribui a independência emocional.

Parece que o estatuto de identidade vicariante, que implica a adesão a modelos das gerações anteriores, é importante para as raparigas que, ao observarem modelos em que a conciliação se baseia, acima de tudo, na capacidade de efectuar concessões ao nível individual, acabam por antecipar que algo parecido lhes pode vir a acontecer no futuro. Já para os rapazes, é a independência emocional que favorece o recurso à conciliação: concessão, ou seja, será a sua independência emocional que contribuirá para que as concessões sejam feitas de um modo menos problemático dado que estão mais libertos para o integrarem nas suas opções de conciliação.

Para a explicação da conciliação: negociação contribuem as mesmas variáveis para ambos os grupos, ou seja, as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e o estatuto de identidade construída. Isto pressupõe uma reflexão profunda e uma tomada de posição pessoal sobre os papéis de género são importantes tanto para as raparigas como para os rapazes quando se antecipa a negociação para conciliar os múltiplos papéis.

Os modelos obtidos para os grupos feminino e masculino, ao nível dos trabalhadores, também permitem efectuar uma análise comparativa. Verifica-se que, para a explicação da conciliação: concessão, aparecem, para ambos os grupos, a identidade vicariante e o auto-conceito global e de competência no trabalho, sendo que esta última variável exerce uma influência negativa sobre as estratégias de conciliação: concessão, que foram influenciadas previamente, de forma negativa, pela identidade vicariante no caso dos rapazes. Estes resultados remetem para a



importância da influência de modelos sociais, que servem de padrão para a formação de uma representação de si e da sua competência positiva, realçando o papel profissional que vai, decerto, levantar dificuldades à conciliação de papéis. Quanto mais competentes os jovens se sentem, menos estão dispostos a fazer concessões em termos individuais. Contudo, se a adesão aos modelos sociais não foi questionada, a concessão será a ordem natural das coisas. Para ser possível gerir os diferentes papéis de vida será então necessário fazer cedências, tanto na vida pessoal como na vida familiar e mesmo no contexto profissional.

Ao nível da explicação da conciliação: negociação aparecem, para ambos os grupos, a influência das atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, como no caso dos estudantes. No caso dos rapazes surgem também as atitudes negativas em relação à família mas com uma influência negativa. Isto pode significar que para estes uma visão menos negativa face à família e à parentalidade, estimula a disponibilidade de ambos os parceiros para negociar a sua participação neste domínio é, reforçada se se partilham atitudes mais igualitárias ao nível dos papéis de género.

Contudo, para o grupo de raparigas surge também a influencia das atitudes negativas e positivas em relação ao trabalho e carreira profissional. Isto pode ser um indicador de que o investimento na vida profissional, por parte das raparigas, que estão conscientes de algumas das suas facetas menos positivas, implica, que os papéis familiares e profissionais sejam alvo de negociação e partilha e no casal, como forma de conseguir responder às exigências de ambos os papéis familiares e profissionais. De facto, para as raparigas as atitudes negativas em relação à família e parentalidade associam-se de forma negativa à estratégia de conciliação: concessão. Logo, para estas valorizar a família implica fazer cedências para conciliar os papéis.

### **Síntese**

No presente capítulo foram levantadas e testadas hipóteses relativas às diferenças de género e de estatuto ocupacional nas atitudes em relação aos papéis de género, ao trabalho, à família, ao conflito e à conciliação de papéis, assim como ao nível do desenvolvimento da identidade, do auto-conceito e da construção da autonomia. Foram ainda apresentados e discutidos os modelos exploratórios de relações causais obtidos para a clarificação da influência das variáveis atitudinais e das variáveis psicológicas, nas estratégias de conciliação de papéis profissionais e familiares, de acordo com o estatuto e o género dos jovens.

Desde logo se evidenciam duas grandes conclusões a partir dos estudos efectuados. Por um lado, no processo de transição para a idade adulta existem etapas com características de desenvolvimento e atitudes diferentes de acordo com a etapa do ciclo de vida do jovem, ou seja, ser estudante ou ser trabalhador. Isto implica, então, que o exercício de um papel de adulto, neste caso o profissional vai modificar o modo como se antecipam os outros papéis e a sua conciliação. Além disto, o exercício deste papel também parece ter alguns efeitos no desenvolvimento psicológico dos jovens. Por outro lado, os resultados ilustram, com alguma clareza, que apesar de existirem algumas semelhanças ao nível das atitudes entre rapazes e raparigas, nomeadamente na valorização da família, para todas as restantes atitudes existem diferenças de género. Verificam-se também diferenças no desenvolvimento psicológico de acordo com o género. Ao nível das especificidades em função do género e do estatuto ocupacional surgem alguns efeitos tanto ao nível do desenvolvimento psicológico como ao nível das atitudes embora estes tenham de longe uma menor expressão do que as diferenças anteriormente encontradas com se analisou o efeito do estatuto e do género analisadas separadamente.

Recordando as principais diferenças encontradas ao nível do desenvolvimento psicológico, verificou-se que os trabalhadores apresentam, com maior frequência, uma identidade em moratória, níveis mais elevados de independência funcional e um maior sentido de competência para cuidar dos outros e gerir as tarefas domésticas. Por seu turno, os estudantes apresentam níveis de independência emocional mais elevado e um auto-conceito global e de trabalho igualmente mais elevado do que os trabalhadores. No domínio das atitudes os estudantes têm atitudes mais positivas em relação ao trabalho e carreira do que os trabalhadores. Estes últimos, por sua vez, têm atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género, têm atitudes mais negativas em relação ao trabalho e carreira e antecipam ainda, mais do que os estudantes, a possibilidade de ocorrência de um conflito de papéis.

Ainda ao nível das diferenças encontradas entre estudantes e trabalhadores em relação às estratégias de conciliação de papéis verificou-se que estes últimos valorizam, mais do que os primeiros, a estratégia de conciliação: concessão.

A comparação dos modelos preditivos da importância das atitudes e das variáveis psicológicas para a antecipação das estratégias de conciliação da vida familiar e profissional permitiu também identificar algumas semelhanças e diferenças em função do estatuto ocupacional. Começando pelas semelhanças, tanto para os estudantes como para os trabalhadores, a estratégia de conciliação baseada na

concessão é predita pela presença do estatuto de identidade vicariante. Para além disto, no caso dos estudantes, o trabalho, na sua faceta negativa e positiva, também influencia a estratégia de conciliação: concessão. Este modelo contrasta claramente com o obtido para os trabalhadores, onde os preditores da estratégia de conciliação concessão sobre apenas a influência da identidade vicariante. Para a predição da estratégia de conciliação: negociação, verificou-se que tanto para os estudantes como para os trabalhadores, ter atitudes igualitárias em relação aos papéis de género permite predizer esta estratégia de conciliação. No caso dos estudantes acresce-se a presença do estatuto de identidade construída que contribui também para a predição desta estratégia de conciliação negociação. Contudo, para os trabalhadores esta estratégia é predita negativamente pelo auto-conceito global e de trabalho, pelas atitudes negativas em relação ao trabalho e em relação à família e, ainda, positivamente pelas atitudes positivas em relação ao trabalho.

Em relação às diferenças de género encontradas em ambos os grupos, as raparigas valores mais elevados na independência emocional, em comparação com os rapazes que apresentam níveis mais elevados de independência conflitual do que as raparigas. No domínio das atitudes, as raparigas têm atitudes mais negativas em relação ao trabalho e carreira do que os rapazes.

Destacou-se, ainda que para ambos os grupos, os papéis de género são vistos de modo diferente, onde os rapazes são sempre mais tradicionais e as raparigas mais igualitárias. Por último, e ao nível das diferenças de género em função do estatuto constatou-se que as raparigas estudantes são o grupo que apresenta as atitudes mais favoráveis em relação à conciliação, baseada na estratégia de concessão pessoal, familiar e profissional e as raparigas trabalhadoras sentem-se mais competentes para cuidar dos outros do que os rapazes. Os rapazes estudantes são o grupo que apresenta valores mais elevados no estatuto de identidade vicariante.

Efectuando, agora um balanço geral sobre os modelos de antecipação da conciliação obtidos de acordo com o estatuto e com o género evidencia-se que a comparação dos modelos de preditores para a conciliação de raparigas e rapazes estudantes indica que, para ambos, a conciliação: concessão é pelas atitudes negativas e positivas em relação ao trabalho. Contudo, enquanto que para os rapazes a independência emocional também contribui para a explicação da conciliação: concessão para as raparigas é a identidade vicariante que contribui para esta estratégia de conciliação. Para ambos, os preditores da estratégia de conciliação: negociação são as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e o estatuto

de identidade construída. No caso dos trabalhadores, tanto para as raparigas como para os rapazes, a estratégia de conciliação: concessão é predita negativamente pelo auto-conceito global e de competência no trabalho e pelo estatuto de identidade vicariante. Para as raparigas, contribuem também as atitudes negativas em relação à família. Já a estratégia de conciliação: negociação é predita, para os rapazes, negativamente pelo auto-conceito global e de trabalho, pelas atitudes negativas em relação à família e parentalidade e, positivamente, pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género. No caso das raparigas para além dos mesmos preditores encontrados para o grupo de rapazes acrescem-se as atitudes negativas e positivas em relação ao trabalho e carreira.

Em resumo, a globalidade dos resultados obtidos neste estudo apontam para dois aspectos centrais: por um lado, as assimetrias entre estudantes e trabalhadores traduzem-se em diferentes dimensões do desenvolvimento psicológico e das atitudes em relação aos domínios dos papéis de adulto. Já no que diz respeito aos modelos antecipados de conciliação de papéis parece que, num primeiro momento do ciclo de vida, que corresponde aos estudantes, haver um modelo que se aproxima dos modelos observados caracterizado pela identidade vicariante e pela valorização da estratégia de conciliação: concessão. Contudo, e num segundo momento, que corresponde aos trabalhadores, surge um modelo de conciliação que integra alguns aspectos observados nos modelos sociais vigentes mas que integra também alguma modernidade especificamente na valorização da estratégia de conciliação: negociação. Estes resultados são ainda discutidos e analisados neste capítulo dando-se ênfase à importância da etapa do ciclo de vida no contexto da adultez emergente enquanto cenário susceptível de produzir diferenças ao nível do desenvolvimento psicológico, das atitudes e das estratégias antecipadas de conciliação de papéis. Para além disso e tal como ficou evidenciado ao longo deste capítulo o género surge como uma variável diferenciadora neste contexto de antecipação das estratégias de conciliação de papéis assim como ao nível das atitudes e do mesmo do desenvolvimento psicológico.

No capítulo que se segue são analisadas as diferenças e as semelhanças entre gerações ao nível das estratégias de conciliação da vida familiar e profissional. São ainda testados modelos de transmissão intergeracional de pais para filhos para o domínio da conciliação de papéis.

## CAPÍTULO 6

### DIFERENÇAS GERACIONAIS E TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DAS ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO DA VIDA FAMILIAR E PROFISSIONAL

#### 1. Objectivos do estudo

As questões a que procurámos dar resposta neste segundo estudo são as seguintes: quais as semelhanças e as diferenças entre gerações de pais e filhos relativas às atitudes para o domínio da família, do trabalho, dos papéis de género, do conflito e da conciliação de papéis? Será que para a mesma geração existem diferenças nestas atitudes de acordo com o género? Em que medida as atitudes dos pais relativas aos papéis familiares, profissionais e de género, ao conflito e às suas estratégias de conciliação de papéis exercem uma influência directa nas mesmas atitudes e estratégias por parte dos filhos? Será que estas influências variam de acordo com o género dos progenitores e dos descendentes?

Para dar resposta a estas questões, serão formuladas hipóteses diferenciais relativas às atitudes para os domínios da família e parentalidade, trabalho e carreira profissional, papéis de género, conflito de papéis e às estratégias de conciliação de papéis salientando em primeiro lugar as diferenças de acordo com a pertença geracional (pais e filhos), e depois as diferenças de acordo com o género. Finalmente, será apresentado o modelo hipotético de relações entre as atitudes e as estratégias de conciliação dos pais e dos filhos.

#### 2. Hipóteses diferenciais

##### **Atitudes em relação ao trabalho e à carreira profissional**

*Hipótese 1: Os filhos têm atitudes mais negativas (H1a) e menos positivas (H1b) em relação ao trabalho e à carreira profissional do que os pais.*

Um conjunto de estudos sobre as influências da profissão dos pais nas relações entre pais e filhos documentam que a tensão associada ao exercício do papel

profissional aumenta o número de conflitos na família contribuindo para representação negativas em relação ao trabalho por parte dos filhos (Almeida, Wethington & Chandier, 1999; Larson & Almeida, 1999). Assim, apesar do exercício do papel profissional ser fundamental para o bem-estar da vida familiar, este pode ser visto pelos filhos como um impedimento para a desejada disponibilidade parental para a vida familiar, o que acaba por se traduzir em atitudes negativas em relação ao trabalho por parte dos filhos, assim como, no desejo de não virem a assumir o mesmo tipo de compromissos profissionais que os seus progenitores (Repetti & Wood, 1997). Para além destes estudos, também actuais dificuldades ao nível do mercado de trabalho levam a que as gerações mais jovens sejam menos optimistas que as anteriores em relação ao papel do trabalho e da actividade profissional nas suas vidas. A corroborar esta perspectiva destaca-se o estudo de Figueiredo (2001) que comparou as atitudes relativas ao trabalho de pais e filhos universitários, tendo encontrado as seguintes diferenças: enquanto que os pais viam o trabalho como um meio de realização pessoal, detendo atitudes muito positivas relativamente ao exercício do papel profissional, os filhos apresentavam atitudes muito menos favoráveis em relação ao trabalho, considerando acima de tudo o seu carácter funcional para a obtenção de rendimentos indispensáveis para a vida de adulto. Assim, considerando os resultados obtidos por estes estudos, pensamos que os pais apresentarão atitudes mais positivas em relação ao trabalho/carreira profissional quando comparados com os filhos que, por sua vez, apresentarão atitudes mais negativas do que os pais para este domínio.

*Hipótese 1: As mulheres (mães e filhas) têm atitudes mais negativas (H1c) e menos positivas (H1d) em relação ao trabalho e à carreira profissional do que os homens (pais e filhos).*

Se as atitudes em relação ao trabalho e à carreira profissional parecem ter uma relação directa com os aspectos de natureza social e cultural, a verdade é que o exercício do papel profissional tem sido ainda encarado como uma actividade acima de tudo masculina numa lógica cultural no “homem provedor de recursos económicos”. Assim, e apesar da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, as assimetrias entre homens e mulheres ao nível do tipo de profissões exercidas permanecem assim como os obstáculos à progressão na carreira para as mulheres. Deste modo, apesar do trabalho também ser descrito como uma forma de emancipação e de realização pessoal para as mulheres, as dificuldades na obtenção

da igualdade no mercado de trabalho parecem persistir. Para além disso, e no contexto da sociedade portuguesa onde a partilha das actividades na família é muito reduzida, as interrupções e desvios que as mulheres têm que efectuar para cuidar da família acabam por contribuir para a não linearidade dos seus percursos profissionais. Deste modo, parece-nos que as mulheres em geral, em ambas as gerações, deverão apresentar que atitudes mais negativas, quer atitudes menos positivas em relação ao trabalho e à carreira profissional do que os homens, em geral.

### **Atitudes em relação à família e à parentalidade**

*Hipótese 2: Os filhos têm atitudes mais negativas (H2a) e menos positivas em relação à família e à parentalidade (H2b) que os pais.*

As alterações nos contextos sociais das gerações mais novas (por exemplo, um maior investimento na educação/formação e a valorização de estilos de vida sem compromissos familiares), por contraste com as gerações dos pais têm levado alguns autores a constatar que as gerações mais jovens apresentam atitudes e representações negativas para o domínio da família e da parentalidade (Rossi, 1997). Do mesmo modo, Figueiredo (2001) encontrou estas mesmas diferenças em famílias de universitários portugueses, ou seja, a geração dos filhos apresentou atitudes menos favoráveis em relação à família e à parentalidade em geral. Na linha destes estudos, prevemos que quando comparados com os pais, os jovens terão atitudes mais negativas em relação à família e à parentalidade enquanto que os pais terão atitudes mais positivas para este domínio.

*Hipótese 2: As mulheres (mães e filhas) têm atitudes mais negativas (H2c) e menos positivas em relação à família e à parentalidade (H2d) que os homens (pais e filhos).*

Se a valorização da família parece ser uma constante nas várias gerações no contexto português, também as tarefas familiares são tarefas essencialmente femininas. Assim, o elevado investimento e o envolvimento permanente das mulheres nestas tarefas familiares, nomeadamente nas tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, é documentado tanto para a geração das mães como para a geração das filhas. Já que não encontramos estudos que permitam antecipar mudanças entre gerações, assumimos que, em ambas as gerações, as mulheres de ambas as gerações deverão

manifestar atitudes mais negativas e atitudes menos positivas em relação à família e à parentalidade em comparação com os homens.

### **Atitudes em relação aos papéis de género**

*Hipótese 3: Os filhos têm atitudes mais igualitárias (H3a) e menos tradicionais (H3b) que os pais em relação aos papéis de género.*

Alguns estudos têm demonstrado que as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género são mais comuns em indivíduos mais novos e com níveis educacionais superiores (Leaper & Valin, 1996). Estes resultados são reforçados quando se comparam gerações de pais e filhos, estes últimos sendo, independentemente do género, menos tradicionais do que os seus pais (McBroom, 1987; Scott, Alwin & Braun, 1996; Zuo, 1997). Para além disto, alguns autores defendem que o facto das gerações mais novas estarem expostas a contextos sociais progressivamente mais igualitários, nomeadamente, o contexto de pares e os contextos escolares e profissionais, estes exerçam também uma influência socializadora, a favor do desenvolvimento de atitudes mais igualitárias nas gerações mais novas quando comparadas com a dos os progenitores (Acock, & Demo, 1984). Face aos resultados encontrados por estes estudos, pensamos que os filhos apresentarão atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género e que os pais apresentarão atitudes mais tradicionais para este domínio.

### **Atitudes em relação aos papéis de género**

*Hipótese 3: Na geração dos pais não existirão diferenças de género em relação às atitudes tradicionais (H3c) e igualitárias em relação aos papéis de género (H3d). Tais diferenças manifestar-se-ão na geração dos filhos, onde as filhas terão atitudes mais igualitárias (H3e) e atitudes menos tradicionais (H3f) do que os filhos.*

Conforme foi documentado as gerações mais jovens tendem a manifestar atitudes mais favoráveis em relação à igualdade em relação aos papéis de género. Contudo, os estudos também revelam que as raparigas aparecem de forma sistemática como mais igualitárias em menos tradicionais do que os rapazes. Será também o que postulamos para o nosso estudo.



Apesar de não se ter encontrado nenhum estudo que versasse especificamente as diferenças para este domínio em mulheres, que em termos etários, se aproximassem das mães pensamos, a título exploratório que não haverão diferenças para este domínio entre mães e pais. Para tal, baseamos-nos no pressuposto que a divisão assimétrica de papéis familiares nas famílias portuguesas devido à manutenção de factores culturais associados a valorização do papel da mulher no lar, mantêm atitudes tradicionais em relação aos papéis de género partilhadas na geração dos pais, tanto por homens como por mulheres.

### **Atitudes em relação ao conflito de papéis familiares e profissionais**

*Hipótese 4: Os filhos apresentam atitudes mais favoráveis em relação à possibilidade de ocorrência de conflitos de papéis trabalho-família-trabalho (H4a) e trabalho-família (H4b) do que os pais.*

As alterações sociológicas têm tido um impacto ao nível da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho e no exercício de carreiras profissionais (Cabral-Cardoso, 2003). Daqui surge a chamada especificidade portuguesa que se caracteriza por uma das mais altas taxa de actividade profissional a tempo inteiro das mães com filhos pequenos e pela acumulação por parte destas, quase em exclusividade, do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças (Torres, 1996). Assim, se a temática do conflito entre papéis profissionais e familiares tem sido bastante visível nas mulheres, no caso dos homens, os jovens pais documentam que o conflito de papéis tende a surgir dados os constrangimentos profissionais e mesmo culturais que fazem com este tema seja visto como da responsabilidade feminina. Isto colide com uma perspectiva social que aponta para a importância do envolvimento masculino nas tarefas domésticas e de cuidado com os filhos (Perista, 2002; Poeschl, 2000). Se, por um lado, na geração anterior a gestão de papéis parecia ser uma preocupação quase que exclusivamente feminina, também a existência de carreiras profissionais menos exigentes, tendencialmente com horários fixos e a existência de redes de solidariedade geracional faziam com que, de algum modo, o problema do conflito de papéis fosse atenuado. Deste modo, e dado que não existem estudos que versem directamente esta temática pensamos, a título exploratório, que as gerações dos filhos tenderão a percepcionar uma maior probabilidade de ocorrência de conflito de papéis em comparação com a geração dos pais.

*Hipótese 4: As mulheres (mães e filhas) prevêem com maior frequência a possibilidade da ocorrência de conflitos de papéis do tipo conflito trabalho-família-trabalho (H4c) e conflito trabalho-família (H4d) do que os homens (pais e filhos).*

O que se acabou de expor em relação às diferenças de geração para este domínio pode também ser visto como um argumento para as diferenças de género entre gerações. De facto, ficou bem patente pelo exposto que mesmo quando é prestado apoio nas suas actividades ao nível da família, a mulher permanece como sendo responsável pelo controlo e supervisão das tarefas para o domínio da família. Parece-nos então, a título exploratório ser possível que as mulheres em ambas as gerações sintam ou antecipem com maior frequência a possibilidade de ocorrência de um conflito de papéis do que os homens.

### **Estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais**

*Hipótese 5: Os filhos têm atitudes mais favoráveis em relação à estratégia de conciliação baseada na negociação e partilha de papéis (H5a) enquanto que os pais têm atitudes favoráveis em relação à estratégia de conciliação de baseada concessão pessoal, familiar e profissional (H5b).*

No que concerne às estratégias de conciliação de papéis, os estudos são escassos e apenas poderão inferir-se algumas conclusões sobre a conciliação de papéis a partir de estudos que versam o exercício de papéis de género na família.

Os dados relativos à geração dos pais apontam para que a divisão assimétrica de papéis ao nível das tarefas familiares conduza, por parte das mulheres, a um modelo de conciliação baseado na necessidade de fazer renúncia a título individual ou familiar. Apesar de tais dados não se reportarem às opções efectuadas pelos homens no domínio da conciliação, acreditamos que, quando houvesse necessidade por parte destes de ter uma intervenção activa ao nível da conciliação, esta também passa por fazer concessões dado ser esta a esta a estratégia mais tradicional para lidar com as questões da conciliação de papéis (Torres, 1996). Deste modo, pensamos que a estratégia de conciliação baseada na concessão deve estar especialmente presente na geração dos pais. Já os estudos efectuados junto de famílias mais jovens indicam que, apesar de existir ainda uma desigualdade na partilha das tarefas domésticas

entre homens e mulheres, os homens tendem a participar mais na vida familiar nomeadamente no cuidado com os filhos, na “ajuda” nas tarefas domésticas (Torres, 1996; Perista, 2002; Poeschl, 2000).

Assim, consideramos a título exploratório que a geração dos filhos, tanto por via das atitudes igualitárias em relação aos papéis de género como por via da socialização em contextos mais igualitários, ou seja, estarão mais disponíveis para negociar e partilhar os papéis no casal, enquanto que os pais terão atitudes mais favoráveis em relação à estratégia de conciliação baseada na concessão.

*Hipótese 5: As mulheres (mães e filhas) têm atitudes mais favoráveis em relação à estratégia de conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional (H5c) enquanto que os homens (pais e filhos) têm atitudes favoráveis em relação à estratégia de conciliação baseada na negociação e partilha de papéis (H5d).*

O que se acabou de expor relativamente aos dados proveinentes de estudos que versam a divisão do trabalho, das famílias portuguesas documenta bem o quanto a divisão permanece assimétrica a desfavor das mulheres, pelo menos no que diz respeito às actividades na família (Torres, 1996; Perista, 2002; Poeschl, 2000). Nesta linha, pensamos que, tanto por falta de opções alternativas como por via dos factores culturais, a conciliação de papéis para as mulheres é feita através do recurso a concessões no seu tempo individual e familiar. Já para os homens, pensamos que as ajudas que vão dando em determinadas tarefas no contexto da família e do cuidado com os filhos aponta para uma disponibilidade, ainda que pontual, para partilhar algumas actividades e negociar a sua realização dentro da família. Deste modo, e embora a título exploratório, pensamos que esta estratégia de conciliação: negociação e partilha deverá estar mais presente nos homens de ambas as gerações por comparação com as mulheres.

### **3. Modelo teórico de relação entre variáveis**

Para além das possíveis diferenças que se podem observar entre a geração dos pais e dos filhos no que diz respeito a atitudes e estratégias de conciliação de papéis também é importante identificar em que medida as atitudes e as estratégias de conciliação a que os pais recorreram podem influenciar as atitudes e estratégias dos filhos.

Assim, numa primeira fase pretende-se efectuar uma análise comparativa das determinantes das estratégias de conciliação de papéis na geração dos pais e dos filhos, de acordo com o género. Além disso, dado que diferentes modelos de conciliação dos pais, podem ter repercussões diferentes no que é transmitido aos filhos de acordo com o género deste últimos, esta será a questão a que pretendemos responder numa segunda etapa do estudo. Deste modo, passamos a apresentar, em linhas gerais, o modelo conceptual que servirá de base à análise das influências das atitudes em relação aos papéis de género, à família e parentalidade, ao trabalho e carreira, ao conflito e às estratégias de conciliação de papéis, para a geração de pais e filhos e de acordo com o género. Por último apresentam-se alguns pressupostos sobre a possibilidade de influência de pais para filhos, para os referidos domínios.

### **3.1. Determinantes das estratégias de conciliação dos filhos**

Dado que alguns dos aspectos que clarificam as relações entre as atitudes em relação aos papéis de género, à família, ao trabalho e ao conflito de papéis e as estratégias de conciliação já foram documentadas, do ponto de vista conceptual no modelo do estudo 1 (Capítulo 5, ponto 3) aqui faremos apenas um breve resumo dos aspectos mais importantes.

A literatura destaca o paradoxo da valorização crescente, por parte jovens, do domínio profissional como uma via de aquisição da autonomia e como fonte de realização pessoal (Arnett, 2000; Baber & Monaghan, 1988; Cavalli, 1997; Elejabeitia, 1997; Vasconcelos, 1998). Contudo, aponta também para que o início da vida profissional esteja frequentemente associada a investimentos significativos em termos de horários, de disponibilidade, de capacidade de mudança, entre outros, que podem, de uma forma mais notória, interferir com a disponibilidade para antecipar e investir no papel familiar (Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998, Torres 1996). Deste modo, os estudos sobre os projectos futuros relativos ao papel familiar e parental indicam que o padrão de família com filhos continua a ser valorizado e desejado pelos jovens, sobretudo nos países de Europa do Sul (Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998, Torres 1996; Macri & Mullet, 2003; Guerreiro & Abrantes, 2004). Contudo, a opção pela constituição de família faz-se cada vez mais tarde em termos etários (Arnett, 2000; Rossi, 1997; Torres, 1997). Estes jovens estão a antecipar um investimento nos papéis profissionais e familiares “a dois tempos”, ou seja, primeiro um investimento no papel

profissional e só depois no papel familiar (Guerreiro & Abrantes, 2004). Esta perspectiva leva que de algum modo o trabalho e a família acarretam um conjunto de responsabilidades que vão desencadear a necessidade de fazer cedências ao nível pessoal ou mesmo familiar profissional para conciliar os papéis de vida. Parece-nos então que, de acordo com exposto, as atitudes negativas em relação à família e ao trabalho estarão associadas a estratégias antecipadas de conciliação que passam pela concessão ao nível pessoal, familiar e profissional. Apesar disto, no que diz respeito às relações entre as atitudes relativas aos papéis de género e as estratégias de conciliação de papéis no quadro de uma sociedade progressivamente mais igualitária, a conciliação de papéis passará certamente pela negociação e partilha de papéis ao nível do casal. Nesta linha, os estudos têm constatado que os jovens estão mais igualitários em relação aos papéis de género que a geração anterior (Slevin & Wingrove, 1983; Loo & Thorpe, 1998) e apontam para a existência de uma relação entre tais atitudes igualitárias e a antecipação de uma conciliação de papéis que passa por uma partilha activa dos papéis familiares e profissionais no casal (Kerpelman & Schvaneveldt, 1999). Assim, pensamos que tanto as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, como a valorização da família e do trabalho, traduzidas em atitudes positivas para estes domínios, estarão associadas a estratégias de conciliação de papéis que passam pela negociação e partilha de papéis. De igual modo, pensamos que as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género estarão associadas à estratégia de conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional.

Por último, no que se refere à antecipação do conflito de papéis, os poucos estudos sobre esta temática indicam que os jovens associam a sua ocorrência ao nascimento dos filhos. Antecipam estratégias para lidar com essa situação que vão desde alterações globais no investimento no papel profissional que passam por alterações pontuais de ajustamento de horários de trabalho, comportamentos associados ao contexto profissional (por exemplo, abdicar de fazer trabalho extraordinário) e alteração de objectivos de vida que passam por uma prioridade para a família (Guerreiro & Abrantes, 2004; Greenglass & Devins, 1982; Schroeder *et al.*, 1992). A partilha de papéis não surge como uma possibilidade para melhorar a conciliação de papéis nestes estudos. Deste modo, pensamos que a antecipação do conflito de papéis estará associada a uma estratégia de conciliação que passa pela concessão pessoal, familiar e profissional. Salienta-se por fim que dadas as diferenças de género encontradas para os modelos de conciliação referidos, tanto pela literatura

como pelos dados que obtivemos ao nível do estudo 1 o modelo será testado separadamente para filhas e filhos.

### **3.2. Determinantes das estratégias de conciliação dos pais**

Tal como foi feito para o estabelecimento das possíveis relações entre atitudes e estratégias de conciliação para o grupo dos filhos, de seguida segue-se uma explicitação semelhante desta vez para os pais. Contudo, dado que as relações entre atitudes e modelos de conciliação de papéis para a geração dos pais e especificamente a realidade portuguesa foram descritas com algum pormenor ao longo do Capítulo 3, ponto 4, aqui apresenta-se apenas alguns aspectos que se destacam como mais importantes.

Salienta-se desde logo que, a partir dos 70, a maioria das famílias de classe média portuguesas assumiram um modelo de duplo emprego com os dois elementos do casal a trabalharem a tempo inteiro (Perista, 2002; Torres, 2004). Os estudos sobre a divisão das tarefas familiares indicam que estas são da responsabilidade quase exclusiva das mulheres com os homens a assumir apenas tarefas pontualmente, em actividades específicas (por exemplo, cuidar do jardim, planear as férias, etc...) (Perista, 2002; Torres, 2004). Estes estudos apontam para a prevalência de atitudes tradicionais e uma acumulação de actividades profissionais e familiares por parte da mulher que é assim responsável pela conciliação dos papéis familiares e profissionais (Perista, 2002). Para os homens, a questão da conciliação está resolvida com ajustamentos pontuais nos horários de trabalho, mas isto ocorre apenas quando existe uma situação excepcional (por exemplo, um filho doente) (Perista, 2002). Nesta linha, e apesar a escassez de estudos específicos a temática dos modos de conciliação da vida familiar e profissional, será construído um modelo hipotético de relações causais que aponta para uma relação entre as atitudes relativas ao trabalho e carreira profissional e família e parentalidade associada a uma conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional, dado ser esta a única opção que é referida pelos estudos (Perista, 2002; Torres, 2004). De mesmo modo, parece-nos que as atitudes tradicionais em relação ao género e o conflito de papéis estarão associadas também a esta forma de conciliação de papéis. Embora não seja susceptível de ser sustentado do ponto de vista empírico parece-nos que dado o exposto anteriormente apenas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género deverão estar

associadas a uma conciliação baseada na negociação e partilha de papéis. Deste modo o modelo de relações entre atitudes e estratégias de conciliação de papéis para o grupo de pais será testado a título exploratório. Apesar disto, e dado que a maioria dos estudos, conforme se viu anteriormente, refere que conciliação de papéis familiares e profissionais não se configura do mesmo modo para homens e mulheres, este modelo exploratório de relações causais deverá ser testado separadamente de acordo com o género.

### 3.3. Estudo das influências dos pais nos filhos

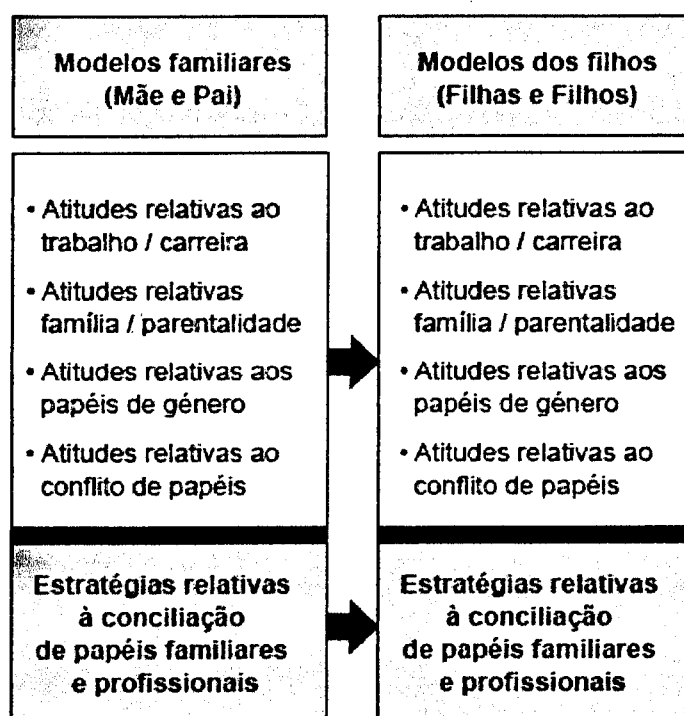
Os pais são uma fonte de influência enquanto modelo para os filhos durante a infância e adolescência, sendo esta influência ainda mais determinante durante a transição para a idade adulta, dado que é nesta fase desenvolvimental que os jovens exploram activamente as suas atitudes relativas aos papéis familiares e profissionais. Estas influências podem ter, na sua origem, um conjunto de mecanismos possíveis que apoiam a perspectiva da transmissão geracional, sendo esta efectuada de modo diferenciado de acordo com o género. Uma apresentação mais detalhada acerca desta temática foi efectuada ao longo do Capítulo 2, mais precisamente nos pontos 2 e 3. Recordamos então aqui alguns dos aspectos que nos parecem mais relevantes para o modelo de transmissão intergeracional que propomos. Como foi destacado, os pais não actuam apenas como modelos mas também como fontes de informação através de discussão ou de partilha das opções dos seus filhos (Kerperman & Schvaneveldt, 1999; Shu & Marini, 1998), facto que permite reforçar e ampliar o processo de transmissão intergeracional durante a transição para a idade adulta. Se a transmissão intergeracional assume que é necessário ter em conta, não só os conteúdos da transmissão ao nível das atitudes relativas aos papéis de adulto, como também os modelos que correspondem ao exercício destes papéis por parte dos pais, então e de acordo com alguns estudos, a transmissão intergeracional pode sofrer influência do género (tanto do progenitor como do descendente) (Glass *et al.*, 1986; Greenberger & Goldberg, 1989; Moen *et al.*, 1997; Smith & Self, 1980). Por outro lado, e mesmo considerando que os filhos estão imersos num contexto social diferente do dos pais, parecem existir mecanismos que permitem dar continuidade às atitudes e práticas relativas aos papéis de género, papéis familiares e profissionais e conciliação dos mesmos nos filhos (Cunningham, 2001; Kulik, 2000; Sabbatini & Leaper, 2004). Seguindo esta perspectiva parece-nos, então, importante analisar a influência da mãe

e do pai separadamente nos filhos e nas filhas. A este nível existe um conjunto de estudos que destaca o papel da mãe como figura central, tanto para os filhos como para as filhas, ao nível da transmissão de atitudes e valores relativos ao papel familiar e, no caso de ter um papel profissional, também para a conciliação de papéis (Knaub, 1986; Tang, 1997; Pryor, 1990). No que se refere às influências vindas do pai, os estudos destacam a sua influência ao nível das atitudes em relação ao domínio académico, tanto ao nível dos filhos como das filhas (Bernadett, Ehrensaft & Shapiro, 1996; Gadsden & Hall, 1996). Contudo, estudos mais recentes indicam que o pai se sente responsável pela socialização ao nível dos papéis de género dos seus filhos, valorizando bastante o papel “sustentadores económicos da família” que pretendem transmitir aos filhos rapazes (Gadsden & Hall, 1996). Já em relação às filhas a sua preocupação está mais centrada na protecção, na valorização do investimento na educação e na valorização do papel profissional (Gadsden & Hall, 1996).

É na linha da análise exploratória das potenciais diferenças nas influências de pais e filhos de acordo com o género que se situa o presente estudo (ver Figura 37).

**Figura 37**

Modelo conceptual do estudo 2





Este modelo global aponta para a possível transmissão intergeracional de atitudes em relação aos papéis de género, à família e parentalidade, trabalho e carreira, e conflito e estratégias de conciliação da vida familiar e profissional. Dado ser um modelo exploratório, não se evidencia o tipo de influências (positivas ou negativas) de pais para filhos.

#### **4. Amostra**

O estudo 2 integra um total de 101 tríades familiares, mãe, pai e filho(a). Em 53 destas famílias, o descendente é estudante universitário e em 48 famílias o descendente é um jovem trabalhador (com licenciatura). Existe um ligeiro predomínio do sexo feminino no grupo dos descendentes: 62.4% sujeitos do sexo feminino (n=63) e 37.6% sujeitos sexo masculino (n=38).

##### **4.1. Características Sócio-demográficas**

Todos os jovens são solteiros e vivem em casa dos pais (embora alguns refiram que passam períodos fora por motivos laborais ou escolares). Todos os pais (pai e mãe) exercem uma actividade profissional. Tal como se pode verificar no Quadro 24, a maioria das famílias é de proveniência urbana (73.1%) e de Classe Média (68.3%). Quanto às habilitações literárias dos pais, o nível educacional predominante é o 3º Ciclo/Ensino Secundário, para 54.4% das mães e 40.5% dos pais. A média das idades dos filhos é de 23.93 anos, das mães é de 51.4 anos e dos pais de 54.6 anos.

Os filhos distribuem-se por áreas de licenciatura diversificadas: Ciências Médias e da Saúde (n=25), Letras e Educação (n=20), Ciências Sociais e Humanas (n=23), Engenharia (n=9), Ciências do Desporto (n=11), Ciências Económicas e Ciências Jurídicas (n=10) e Artes (n=3).

**Quadro 24**  
Características sócio-demográficas das famílias

	N=101 famílias	%
<b>Sexo do Filho(a)</b>		
Masculino	38	37.6
Feminino	63	62.4
<b>Residência da Família</b>		
Urbana	67	73.1
Semi-Urbana	20	15.4
Rural	14	11.5
<b>Nível Sócio-Económico da Família</b>		
Classe Alta	1	0.9
Classe Média Alta	16	15.8
Classe Média	69	68.3
Classe Média Baixa	12	11.8
Classe Baixa	3	2.9
<b>Habilitações Literárias da Mãe</b>		
1º Ciclo	9	8.1
2º Ciclo	5	4.9
3º Ciclo/Ensino Secundário	55	54.4
Bacharelato/Licenciatura	29	28.7
Mestrado/Doutoramento	2	1.9
<b>Habilitações Literárias do Pai</b>		
1º Ciclo	19	18.8
2º Ciclo	4	3.9
3º Ciclo/Ensino Secundário	41	40.5
Bacharelato/Licenciatura	34	33.6
Mestrado/Doutoramento	3	2.9
	<b>Média</b>	<b>D.P.</b>
Idade do Filho(a)	23.93	3.11
Idade da Mãe	51.44	5.14
Idade do Pai	54.60	8.62

## 5. Resultados

Serão apresentadas em primeiro lugar as diferenças nas atitudes e nas estratégias de conciliação entre pais e filhos, para depois se compararem os modelos de relações das atitudes e estratégias de conciliação de papéis para cada geração e de acordo com o género.

Finalmente, serão apresentados os modelos de influências de atitudes e de estratégias de conciliação dos progenitores nos descendentes.

**5.1. Comparação entre pais e filhos: diferenças nas atitudes em relação aos papéis de género, à família e parentalidade, ao trabalho e carreira, ao conflito de papéis e às estratégias de conciliação de papéis**

O primeiro objectivo deste segundo estudo era comparar as atitudes face aos papéis género, à família e ao trabalho, ao conflito e às estratégias conciliação de papéis de pais e de filhos em função da pertença à geração e em função género. Assim, foram analisadas as diferenças de médias, em cada uma das variáveis com recurso a análise de variância (*Anova*, com testes *pos-hoc*, Teste de Scheffé) para cada uma das gerações de acordo com o género. O Quadro 25 apresenta o valor das médias e dos desvios-padrão de cada variável para cada grupo. Conforme se pode observar pela leitura dos Quadros 25 e 26, de um modo geral destaca-se o facto das diferenças de médias entre pais e filhos serem significativas para todas as variáveis.

**Quadro 25**

Médias e desvios-padrão para as variáveis nos dois grupos (filhos e pais) de acordo com o sexo

	Filhos		Pais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	G1	G2	G3	G4
	Média	Média	Média	Média
	(DP)	(DP)	(DP)	(DP)
<b>GENF1.</b> Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género	37.96 (4.15)	32.08 (4.23)	33.14 (6.04)	33.67 (6.46)
<b>GENF2.</b> Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	16.23 (2.58)	16.73 (2.39)	13.77 (2.36)	13.50 (2.58)
<b>FPF1.</b> Atitudes positivas em relação à família/parentalidade	15.78 (3.59)	15.55 (3.20)	14.16 (2.56)	13.06 (3.59)
<b>FPF2.</b> Atitudes negativas em relação à família/parentalidade	23.67 (3.29)	23.60 (3.39)	23.08 (3.24)	23.18 (3.29)
<b>TCF1.</b> Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional	32.08 (4.56)	33.01 (3.51)	31.29 (4.28)	31.18 (4.56)

**Quadro 25 (continuação)**

Médias e desvios-padrão para as variáveis nos dois grupos (filhos e pais) de acordo com o sexo

	Filhos		Pais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	G1	G2	G3	G4
	Média	Média	Média	Média
	(DP)	(DP)	(DP)	(DP)
<b>TCF2.</b> Atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira profissional	14.86 (3.59)	14.72 (2.51)	13.39 (2.93)	13.74 (3.59)
<b>CONF1.</b> Conciliação: concessão pessoal, familiar e profissional	46.46 (4.21)	46.86 (4.44)	45.55 (4.91)	45.16 (4.21)
<b>CONF2.</b> Conciliação: negociação no casal e partilha de papéis	19.29 (2.23)	19.59 (2.25)	18.34 (3.25)	18.26 (2.23)
<b>CTFTF1.</b> Atitudes em relação ao conflito trabalho-família-trabalho	37.96 (4.15)	37.98 (4.23)	37.18 (4.30)	37.86 (4.15)
<b>CTFF2.</b> Atitudes em relação ao conflito trabalho-família	7.99 (2.48)	7.89 (2.24)	7.23 (2.65)	7.78 (2.48)

**Quadro 26**

Análise da variância das escalas para os grupos (mães, pais, filhas e filhos)

	G.L.	F	P	Scheffé
<b>GENF1.</b> Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género	3	5.678	.000	G3,G4>G1>G2
<b>GENF2.</b> Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	3	2.645	.000	G2>G1>G3,G4
<b>FPF1.</b> Atitudes positivas em relação à família/parentalidade	3	2.712	.000	G1,G2>G3,G4
<b>FPF2.</b> Atitudes negativas em relação à família/parentalidade	3	1.876	.000	G1,G2>G3,G4
<b>TCF1.</b> Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional	3	3.845	.000	G1,G2>G3>G4
<b>TCF2.</b> Atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira profissional	3	4.567	.000	G1>G2>G3,G4
<b>CONF1.</b> Conciliação: concessão pessoal, familiar e profissional	3	2.934	.000	G1,G2>G3,G4
<b>CONF2.</b> Conciliação: negociação no casal e partilha de papéis	3	3.456	.000	G1,G2>G3,G4
<b>CTFTF1.</b> Atitudes em relação ao conflito trabalho-família-trabalho	3	2.412	.000	G1,G2,G4>G3
<b>CTFF2.</b> Atitudes em relação ao conflito trabalho-família	3	2.345	.000	G1,G2,G4>G3

Legenda: G1= Filhos; G2= Filhas; G3=Pais; G4=Mães

Assim, no que se refere às atitudes tradicionais perante o género (GENF1) ( $F(3,298) = 5.678$ ;  $p=000$ ) os pais e mães não diferem entre si. Contudo, diferem dos filhos e filhas que diferem entre si: as filhas apresentam valores mais baixos do que os filhos e que os pais para esta variável. Também nas atitudes igualitárias em relação ao género (GENF2) ( $F(3,298) = 2.645$ ;  $p=000$ ), os filhos e filhas diferem entre si: as filhas apresentam atitudes mais igualitárias do que os filhos e ambos diferem significativamente dos pais e das mães (que não se distinguem um do outro). Não há diferença na variável atitudes positivas em relação à família e parentalidade (FPF1) ( $F(3,298) = 2.712$ ;  $p=000$ ) ao nível intrageracional, ou seja, filhos e filhas, ou pais e mães não diferem entre si. Contudo, verificam-se diferenças entre gerações, já que os filhos se distinguem significativamente dos pais, apresentando atitudes mais positivas em relação à família e à parentalidade do que estes. Algo de semelhante ocorre para as atitudes negativas em relação à família e parentalidade (FPF2) onde só se verificam diferenças entre gerações, ou seja, entre filhos e pais ( $F(3,298) = 2.712$ ;  $p=000$ ). Deste modo, os filhos apresentam atitudes mais negativas em relação à família e parentalidade do que os pais. Novamente, ao nível das atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira (TCF1) não se verificam diferenças de género, verificando-se apenas diferenças entre gerações onde os filhos apresentam mais atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira profissional do que os seus pais ( $F(3,298) = 3.845$ ;  $p=000$ ). Nas atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira (TCF2) ( $F(3,298) = 4.567$ ;  $p=000$ ) ocorrem diferenças a dois níveis: de género na geração dos filhos, onde os rapazes têm atitudes mais positivas em relação ao trabalho e à carreira do que as raparigas, de gerações onde os filhos têm atitudes mais positivas em relação ao trabalho e à carreira do que os pais, que não apresentam diferenças de género entre si. Na estratégia de conciliação de papéis, conciliação:concessão (CONF1) ( $F(3,298) = 2.934$ ;  $p=000$ ) não foram encontradas diferenças de género mas foram encontradas diferenças entre filhos e pais, já que os filhos apresentam valores mais elevados na necessidade de fazer concessões ao nível pessoal, familiar e profissional para conciliar os papéis do que os pais. Também na outra estratégia de conciliação: negociação (CONF2) ( $F(3,298) = 3.456$ ;  $p=000$ ) surge algo de semelhante: não ocorrem diferenças de género ao nível da geração mas ocorrem diferenças significativas entre filhos e pais onde os primeiros têm valores mais elevados na negociação e partilha de papéis para conciliar a vida familiar e profissional do que os segundos. No conflito trabalho-família-trabalho (CTFTF1) ( $F(3,298) = 2.412$ ;  $p=000$ ) os filhos, filhas e mães diferem significativamente dos pais

que apresentam valores mais elevados para esta variável. Do mesmo modo também no conflito família-trabalho (CFTF2) ( $F(3,298) = 2.345$ ;  $p=000$ ) os filhos, filhas e mães diferem significativamente dos pais apresentando valores mais elevados para esta variável.

Esta primeira abordagem sugere que existem diferenças nítidas entre a geração de pais e filhos para todas as variáveis, havendo ainda diferenças de género em algumas das variáveis. Esta constatação vai ser confirmada e especificada pela análise da função discriminante que evidencia as variáveis que melhor discriminam os pais dos filhos.

### 5.2. Análise da função discriminante

De seguida pretendeu-se analisar quais as variáveis que melhor diferenciava a geração dos filhos da geração dos pais através da análise da função discriminante.

O valor de Lambda de Wilks obtido foi de .62, indicando que a percentagem de variância dos valores discriminantes que não é explicada pela pertença ao grupo é de 62%. Deste modo, a percentagem da variância que é explicada pela pertença ao grupo será de 38%, o que permite concluir que os grupos diferem significativamente entre si e que a percentagem de variância explicada pela função é razoável.

A análise dos valores de F univariados, permite identificar as variáveis que discriminam melhor os grupos. Constatamos, assim, através da leitura do Quadro 27, que são o GENF2 (Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género) e TCF1 (Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional) que melhor diferenciar filhos e pais. Tanto para GENF2 como para TCF1, o grupo dos filhos apresenta valores mais elevados do que os pais, respectivamente ( $M=16.48$ ;  $DP=4.21$ ) e para os pais ( $M=13.63$ ;  $DP=2.40$ ) para a primeira variável e para os filhos ( $M=31.54$ ;  $DP=4.20$ ) e para os pais ( $M=31.23$ ;  $DP=4.15$ ) no caso da segunda variável.

#### Quadro 27

Análise da função discriminante: filhos e pais

Variáveis	F(1,299)	P	Lambda
GENF2. Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	13.66	<.0001	.720
TCF1. Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional	5.67	<.0001	.561

F= 7.567,  $p=.000$  Lambda de Wilks=.624

**Quadro 28**

Análise da função discriminante: médias nas variáveis de filhos e pais

Variáveis	Filhos		Pais	
	Média	D.P.	Média	D.P.
GENF2. Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género	16.48	4.21	13.63	2.40
TCF1. Atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira profissional	31.54	4.20	31.23	4.15

**5.3. Determinantes das estratégias de conciliação em função das gerações e do género: modelos das mães, pais, filhas e filhos**

Para a análise das possíveis diferenças intergeracionais, propusemos testar o modelo teórico inicial em amostras que se distinguem em função da geração e do género. Novamente se salienta que a razão pela qual o fazemos se prende, por um lado, com o interesse que temos em analisar separadamente efeitos inter e intrageracionais dadas as diferenças significativas encontradas ao nível da comparação de médias.

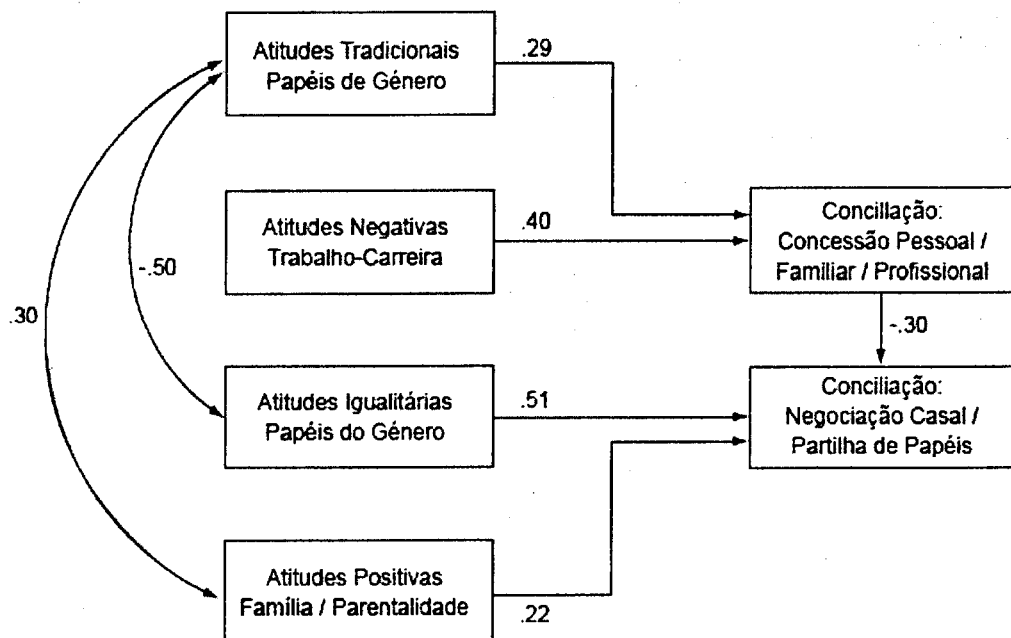
Destaca-se, também, que os resultados têm, contudo, um carácter exploratório devido à dimensão relativamente reduzida das amostras e do número de parâmetros a avaliar. Assim, passamos a analisar cada um dos modelos propostos separadamente para cada grupo, respectivamente mães, pais, filhas e filhos. Começamos por analisar o modelo relativo às mães.

De modo a realçar as semelhanças e as diferenças entre grupos só foram mantidas no modelo as variáveis cujas pistas causais tinham valores significativos.

O modelo obtido para o grupo de mães revela um grau de ajustamento global satisfatório com um valor de  $\chi^2$  não significativo ( $p=.098$ ) e com um valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. é bastante satisfatório (1.61). Os índices de ajustamento são também satisfatórios: o GFI é de .996, o AGFI é de .968, o CFI é de .991 e o valor dos resíduos é muito razoável RMSEA= .03.

**Figura 38**

Diagrama causal: modelo de pistas causais para as mães



Como se pode observar na Figura 38 a conciliação: concessão é determinada pelas atitudes tradicionais em relação aos papéis de género (.29) e pelas atitudes negativas em relação ao trabalho (.40). A conciliação: negociação é determinada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género (.51) e pelas atitudes positivas em relação à família/parentalidade (.22). Não foram observadas influências das atitudes positivas em relação ao trabalho nem das atitudes negativas em relação à família. Existe também uma relação entre as variáveis dependentes onde a conciliação: concessão influencia negativamente a conciliação: negociação (-.30).

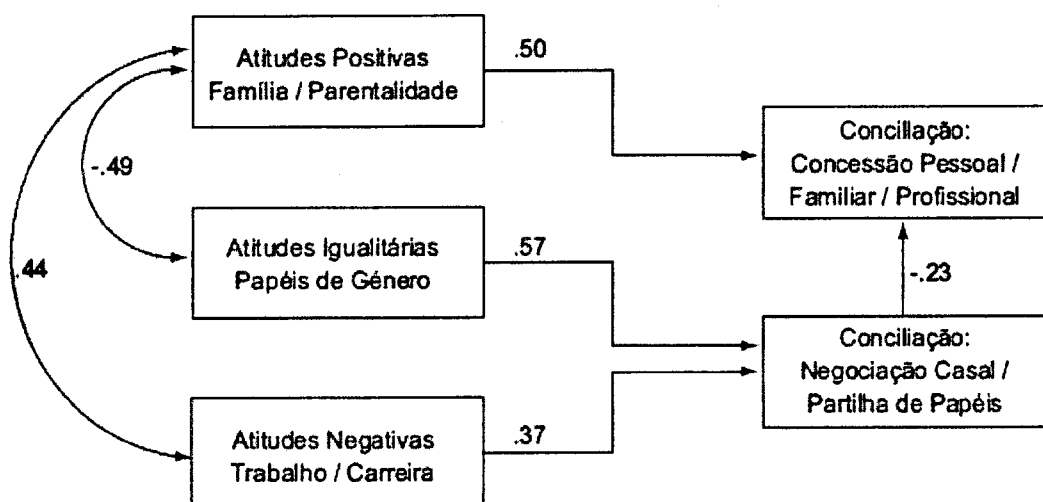
Agora passamos a analisar o modelo obtido para o grupo de pais.

Este revela um grau de ajustamento global também bastante satisfatório. O valor de  $\chi^2$  não é significativo ( $p=.587$ ) e o valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. é bastante favorável (1.72). Os índices de ajustamento são também satisfatórios: o GFI é de .960, o AGFI é de .879, o CFI é de .950 e apenas o valor dos resíduos é um pouco elevado RMSEA=.08.



Figura 39

Diagrama causal: modelo de pistas causais para os pais



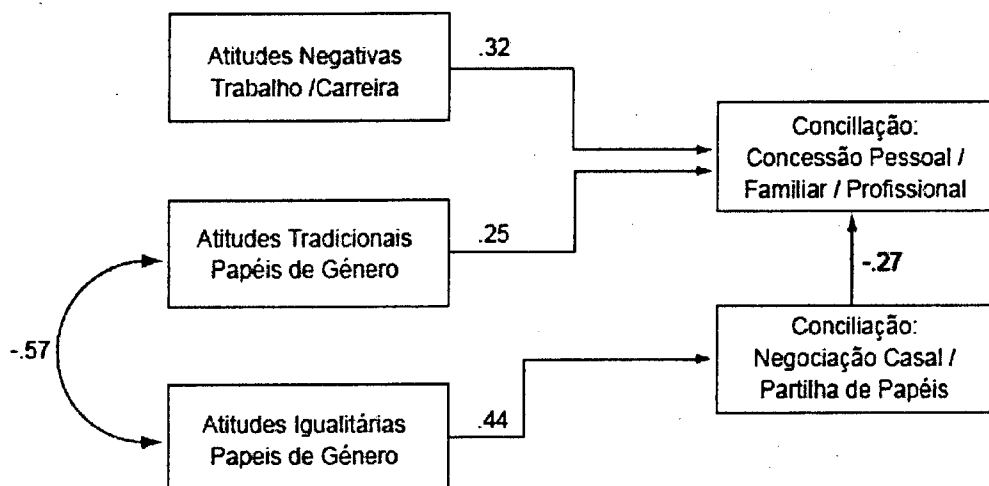
Como se pode observar na Figura 39 a conciliação: concessão é exclusivamente determinada pelas atitudes positivas em relação à família/parentalidade (.50). As atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira determinam somente a conciliação: negociação e partilha, com valores de .57 e .37 respectivamente. Por último, existe também uma relação entre as variáveis dependentes onde a conciliação: negociação influencia negativamente a conciliação: concessão (-.23).

De seguida passamos a apresentar o modelo obtido para o grupo de filhas.

O grau de ajustamento global do modelo obtido é satisfatório com um valor de  $\chi^2$  não significativo ( $p=.069$ ) e ainda um valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. é bastante favorável (1.33). Os índices de ajustamento são igualmente satisfatórios: o GFI é de .995, o AGFI é de .949, o CFI é de .994, apresentando-se apenas um valor para os resíduos um pouco elevado RMSEA=.06.

Figura 40

Diagrama causal: modelo de pistas causais para as filhas

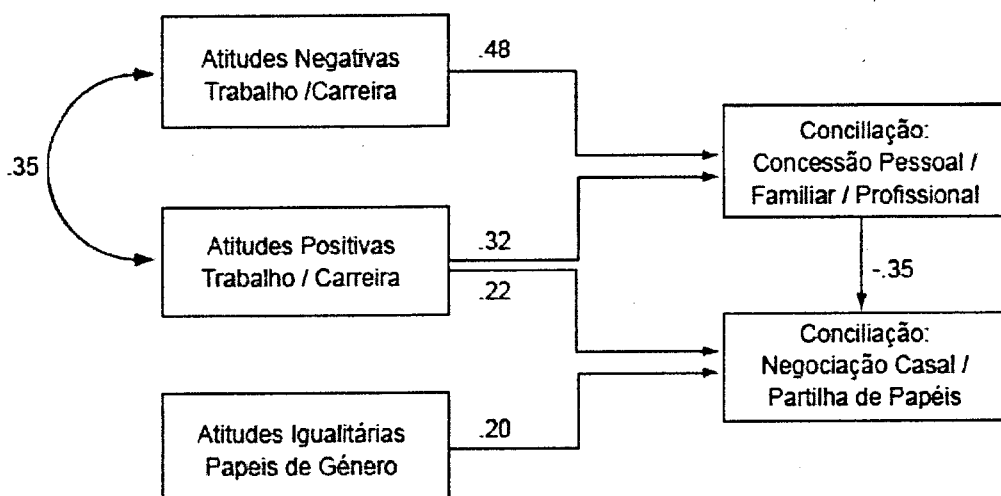


Relativamente às influências e tal como consta da Figura 40 a conciliação: concessão é determinada pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira (.32) e pelas atitudes tradicionais em relação aos papéis de género (.25). A estratégia de conciliação: negociação e partilha é determinada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género (.44). Por último, existe uma relação entre as variáveis dependentes onde a conciliação: negociação influencia negativamente a conciliação: concessão (-.27).

Passando agora a analisar o modelo obtido para os filhos este revelou um grau de ajustamento global do modelo satisfatório, com o valor de  $\chi^2$  não é significativo ( $p=.098$ ) e o valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. de 1.36. Os índices de ajustamento são considerados também como satisfatórios: o GFI é de .976, o AGFI é de .943, o CFI é de .950. O valor obtido para os resíduos é, contudo, um pouco elevado RMSEA=.06.

**Figura 41**

Diagrama causal: modelo de pistas causais para os filhos



A análise das relações de influência indica que, como se pode observar na Figura 41, a conciliação: concessão é determinada pelas atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira (.48) e pelas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira (.32). Já a estratégia de conciliação: negociação e partilha é determinada pelas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira (.22) e pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género (.20). Existe ainda uma relação entre as variáveis dependentes onde a conciliação: concessão influencia negativamente a conciliação: negociação e partilha (-.35).

#### 5.4. Modelos de influência de pais nos filhos

No âmbito do estudo das influências intergeracionais de atitudes e de estratégias de conciliação de papéis o modelo obtido estima um conjunto de relações que permite analisar as influências das atitudes e das estratégias de conciliação dos pais sobre as atitudes dos filhos e as suas estratégias de conciliação (ver Figura 37).

Assim, neste modelo as variáveis dos pais foram todas consideradas como variáveis independentes e as variáveis dos filhos variáveis dependentes na medida em

que se pretende avaliar as possíveis influências de pais. Analisou-se separadamente as influências ao nível das atitudes de cada um dos pais nas atitudes dos filhos (rapazes e raparigas) não se voltando a analisar as determinantes das estratégias de conciliação dos pais.

Nos diagramas de influências obtidos assinala-se que as influências que provêm da mãe estão apresentadas na parte de cima do diagrama enquanto que as influências que provêm do pai estão representadas na parte de baixo desse mesmo diagrama.

Primeiramente são apresentados os resultados relativos ao modelo de influências intergeracionais no caso das filhas e, depois, os resultados referentes aos filhos.

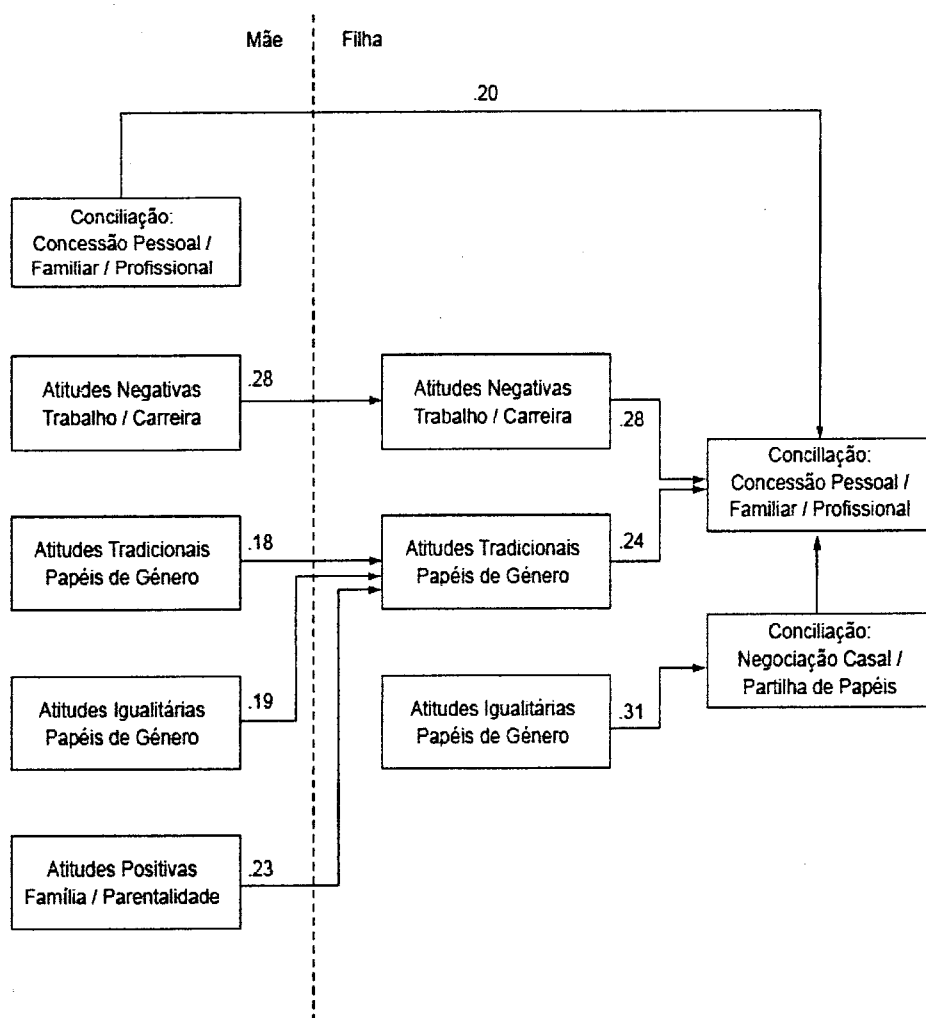
Passa-se a apresentar os resultados relativos ao modelo de influências intergeracionais para o grupo de filhas (ver Figura 42).

Na análise deste modelo só foram integradas no modelo as variáveis selecionadas na etapa anterior tanto para cada um dos pais como para os filhos. Mesmo assim, e pelo seu carácter exploratório, o modelo inicial apresentava um elevado número de possíveis relações entre as variáveis que foi progressivamente simplificado. Esta simplificação traduziu-se pela supressão das variáveis dos pais que apresentavam relações nulas ou não significativas com as variáveis das filhas.

Constatou-se, num primeiro momento que nenhuma variável paterna estava significativamente associada a qualquer variável das filhas. No caso das mães, pelo contrário, só a variável conciliação: negociação foi suprimida por não manter uma relação significativa com outras variáveis das filhas. Relativamente aos parâmetros do modelo obtido para as filhas, o grau de ajustamento global é satisfatório: com um  $\chi^2$  não é significativo ( $p=.175$ ) e um valor da ratio  $\chi^2$  /g.l. é considerado bom (1.22). Os índices de ajustamento são também satisfatórios: o GFI é de .971, o AGFI é de .962, o CFI é de .960 e o valor dos resíduos de RMSEA=.06.

Figura 42

Diagrama causal: modelo de influências dos pais (pai e mãe) nas filhas



Na análise das influências verifica-se que as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira das mães influenciam as atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira das filhas (.28) que irão depois influenciar as estratégias de conciliação: concessão (.28) das filhas. Esta estratégia também é directamente influenciada por essa mesma estratégia por parte das mães (conciliação: concessão) com uma pista causal de .20. As atitudes tradicionais em relação ao género das filhas são influenciadas pelas quer pelas atitudes tradicionais em relação ao género das mães (.18) quer pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género das mães (.19).

(.19), quer pelas atitudes positivas em relação à família/parentalidade das mães (.23). As atitudes tradicionais em relação ao gênero das filhas influenciam as suas estratégias de conciliação: concessão (.24). Por último, as atitudes igualitárias em relação ao gênero das filhas que, curiosamente, não foram influenciadas pelas mesmas atitudes das mães, são a única fonte de influência da estratégia de conciliação: negociação com uma pista de .31.

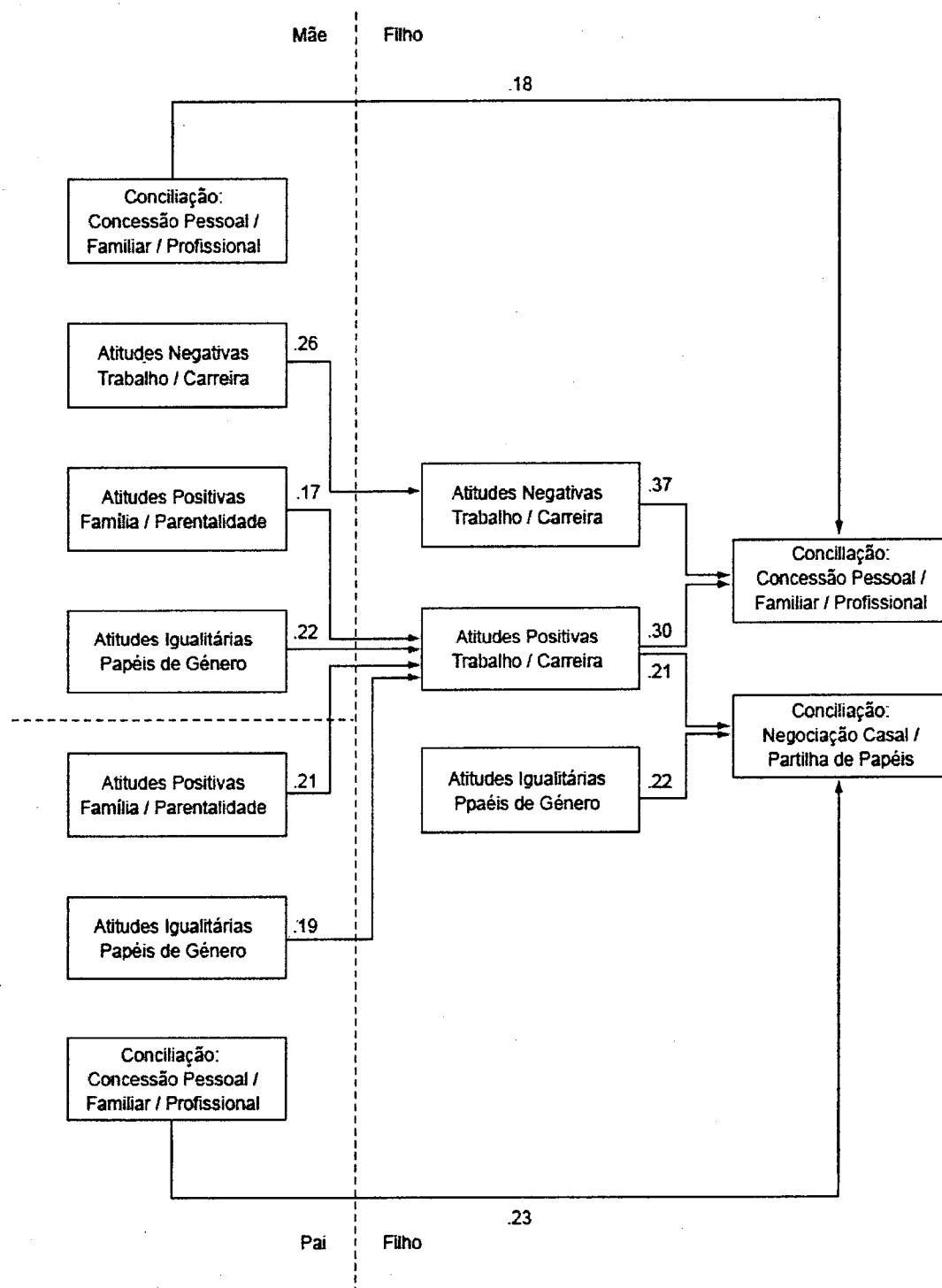
No modelo de influências de pais nos filhos, destaca-se, desde logo, a presença de influências tanto das atitudes como das estratégias de conciliação por parte da mãe e por parte do pai. A análise dos parâmetros obtidos para este modelo relativo aos filhos revela um grau de ajustamento global satisfatório: um valor  $\chi^2$  não é significativo ( $p=.163$ ) e um valor da ratio  $\chi^2 / \text{g.l.}$  considerado bom (1.21). Os índices de ajustamento são também bons: o GFI é de .982, o AGFI é de .971, o CFI é de .980 e o valor dos resíduos é relativamente baixo, RMSEA=.05.

Na análise das relações encontradas constata-se que as atitudes positivas em relação à família/parentalidade das mães (.17) e dos pais (.21) e as atitudes igualitárias em relação ao gênero das mães (.22) e dos pais (.19) influenciam as atitudes positivas em relação ao trabalho/ carreira dos filhos. Estas atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira, vão por sua vez influenciar tanto a estratégia de conciliação:concessão (.30) como a estratégia de conciliação:negociação (.21). Verifica-se ao nível das influências da mãe existe uma influência das atitudes negativas em relação ao trabalho/carreira (.26) nessas mesmas atitudes nos filhos que posteriormente vão influencia a estratégia de conciliação: concessão (.37). Existe também uma influência da estratégia de conciliação: concessão da mãe (.18) nessa mesma estratégia nos filhos. Quanto às influências vindas exclusivamente do pai constata-se que existe uma influência da estratégia de conciliação: concessão (.23) na estratégia de conciliação: negociação dos filhos.

Por último, e tal como aconteceu no modelo das filhas a estratégia de conciliação: negociação é ainda predita pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de gênero (.22) sem que estas atitudes sofram influências por parte dos progenitores.

Figura 43

Diagrama causal: modelo de influências dos pais (pai e mãe) nos filhos



## **6. Discussão**

### **6.1. Diferenças inter e intrageracionais**

Para a discussão dos resultados obtidos, vamos proceder por etapas com o objectivo de efectuar uma leitura integradora das análises efectuadas. Dado que foram encontradas diferenças significativas entre pais e filhos em todas as variáveis, começamos por analisar as variáveis que, melhor discriminam o grupo dos pais do grupo dos filhos. A este nível são também discutidas as diferenças de género encontradas. De seguida, serão analisadas as variáveis que diferenciam as gerações embora não tenham integrado a função discriminante. Sempre que foram observadas diferenças de género estas serão discutidas em simultâneo com as diferenças intergeracionais.

Antes de iniciarmos a discussão dos resultados gostaríamos de relembrar os aspectos mais centrais que esta análise permitiu evidenciar: por um lado, existem diferenças entre gerações para todas as variáveis (embora por vezes se manifestam em relação a um só grupo de uma das gerações) e não existem diferenças de género transversais às duas gerações, mas sim ao nível intrageracionais.

#### **Atitudes igualitárias em relação aos papéis de género**

A variável atitudes igualitárias em relação aos papéis de género apresenta diferenças significativas entre o grupo dos pais e dos filhos e surge, ao nível da função discriminante, como a variável que melhor diferencia as duas gerações o que permite corroborar a nossa hipótese H3a. Contudo, apenas surgem diferenças de género ao nível da geração dos filhos, confirmando a nossa hipótese H3e. Não se verificam diferenças de género entre pais e mães o que confirma a nossa hipóteses H3d.

Para a discussão destes resultados lembramos os argumentos invocados na fundamentação das nossas hipóteses. Apesar de persistirem alguns aspectos de natureza social e cultural, que justificam a presença de atitudes, em relação aos papéis de género que não se afiguram tão igualitárias quanto seria desejado, parece que as modificações sociais, como o acesso progressivo a níveis de formação superior e ao mercado de trabalho, por parte das gerações mais jovens, contribui, de uma forma decisiva, para a promoção de igualdade de género. A sensibilização crescente para esta temática, a par da vivência em contextos sociais e profissionais cada vez



mais igualitários, deve ter contribuído para a integração da igualdade de género nas gerações mais novas. Os nossos resultados confirmam os de estudos longitudinais que constataram que, nos últimos 20 anos, as gerações mais jovens, particularmente as que têm formação universitária, partilham progressivamente uma concepção mais igualitária dos papéis de género (Slevin & Wingrove, 1983; Loo & Thorpe, 1998). Para além da alteração dos contextos sociais, que promovem, de forma activa, a igualdade de género, o início da idade adulta corresponde a um período onde as atitudes em relação aos papéis de género são particularmente flexíveis e sensíveis à influência dos pares nos contextos académico e profissional (Leaper *et al.*, 1989; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999). Tais resultados observam-se tanto ao nível internacional como nacional, e manifestam-se tanto em relação aos papéis de género no domínio familiar como no profissional e social (Figueiredo, 2001). Os jovens apresentam-se como bastante mais igualitários do que os seus progenitores. Nas famílias com 20 anos de casamento que correspondem ao tipo de famílias do nosso estudo, verifica-se que, apesar da notória alteração dos padrões associados aos papéis de género, no trabalho persistem representações e práticas tradicionalistas em relação aos papéis de género que são visíveis ao nível da divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos (Perista, 2002; Torres, 2004). Com efeito, os nossos resultados evidenciam diferenças de género na geração dos filhos e não na geração dos pais, em relação às atitudes referentes aos papéis de género; mães e pais não se distinguem entre si enquanto filhas e filhos apresentam diferenças significativas (as raparigas sendo mais igualitárias do que os rapazes). Parece assim que as modificações sociais pós 25 de Abril, que se centraram na conquista da autonomia económica por parte das mulheres, através da valorização crescente das oportunidades ao nível da formação e de inserção no mercado de trabalho não foram acompanhadas das mesmas reivindicações masculinas ao nível intrafamiliar. Assim, estas alterações acabam por se circunscrever a conquistas específicas e não numa alteração do modo de representar as relações de género, que permaneceu muito tradicional, sobretudo no domínio intra-familiar. Nos jovens a presença de atitudes mais igualitárias das filhas, por comparação com os filhos, foram também encontradas no âmbito do nosso estudo.

1. Estes resultados estão na linha do que tem sido encontrado por diversos autores: os jovens do sexo masculino apresentam atitudes menos igualitárias em relação aos papéis de género, quando comparadas com jovens do sexo feminino (Covin & Brush, 1991; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Kulik, 1999; Macri & Mullet, 2003; Pryor, 1990; Schroeder & Maluso, 1993; Vasconcelos, 1998). Deste modo, parece poder

afirmar-se que, no contexto das relações de género, as representações e as práticas dos papéis ao nível da família parecem ter sido reveladoras de uma forte tradição em relação à geração dos pais. De novo se destaca que os avanços sociais, que se reflectem ao nível da presença de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, apresentam especificidades de género na geração mais jovem, provavelmente por serem as raparigas que se sentem mais penalizadas pelas atitudes tradicionais para este domínio.

No seu conjunto, estas assumpções permitem afirmar que os resultados encontrados não só confirmam o que tem sido encontrado por diversos estudos, como realçam a importância dos contextos sociais que preconizam valores igualitários em relação aos papéis de género, como fontes de influência para as novas gerações.

### **Atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira**

A segunda variável, que diferencia significativamente filhos e pais, ao nível da função discriminante, foram as atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional. Estes dados permitem igualmente apoiar a nossa hipótese H1. Os resultados aqui obtidos são, de algum modo, previsíveis e inscrevem-se no que tem sido encontrado por alguns autores, que destacam que as alterações recentes dos contextos sociais de trabalho e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, levam as gerações mais jovens a serem menos optimistas em relação ao trabalho e ao papel profissional, por comparação com a geração dos pais (Figueiredo, 2001). Estas dificuldades surgem tanto para rapazes e como para as raparigas, o que explica a ausência de diferenças de género para esta variável. É ainda interessante notar que existem diferenças de género que se manifestam na geração de pais não no sentido esperado o que infirma a nossa hipótese H1c. De facto, na geração dos progenitores, os pais têm atitudes mais negativas em relação ao trabalho e à carreira do que as mães. Este resultado parece-nos curioso na medida em que tínhamos esperado que as dificuldades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho as pudesse levar a ter atitudes menos positivas para este domínio em comparação com os homens. É verdade que as dificuldades do mercado de trabalho nos últimos anos têm tido um impacto marcante também nas gerações mais velhas que se confrontam com os cenários negativos de desemprego, baixas reformas e salários, instabilidade laboral, entre outras. Estas dificuldades podem ser vividas mais dramaticamente pelos homens, dado que no caso de perda de emprego, devido à idade têm grande

difficuldade em encontrar uma nova posição no mercado de trabalho perdendo não só recursos económicos como o seu estatuto identitário de “principal sustentador económico da casa”. Contudo, não podemos deixar de salientar que a análise destes resultados beneficiaria em termos futuros de um maior detalhe para explorar o significado destas diferenças na geração dos pais.

As variáveis seguintes não integraram a função discriminante mas apresentaram diferenças significativas entre a geração de filhos e de pais.

### **Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género**

Não é surpreendente que, no que se refere às atitudes tradicionais perante os papéis de género foram observadas diferenças de geração entre filhos e pais, os últimos apresentando valores mais elevados, o que permite confirmar a nossa hipótese H3b. Esta variável não entrou na função discriminante devido à sua associação com as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género analisadas anteriormente. Para além destas diferenças geracionais previsíveis, os filhos apresentam atitudes mais tradicionais em relação aos papéis de género do que as filhas. Não foram observadas diferenças de género entre gerações o que confirma a nossa hipótese H3c. Começando pelas diferenças entre gerações, e tal como já foi discutido para as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, para a variável atitudes tradicionais em relação aos papéis de género, argumentos idênticos poderão ser invocados. Os resultados parecem traduzir a presença de atitudes e representações tradicionalistas em relação aos papéis de género, em ambas as gerações mas mais sentida ao nível das gerações mais velhas, dado que não só não questionaram este aspecto, como os contextos sociais também não favoreceram tal questionamento (Perista, 2002; Torres, 2004). Na realidade, o impacto dos progressos relativos em relação à igualdade nos papéis de género limita-se ao domínio profissional embora vá também alterando a tradição em vigor na esfera da vida privada e familiar. Por outro lado, e tal como também já foi referido, as gerações mais jovens são progressivamente menos tradicionais fruto das modificações estruturais da sociedade (ao nível social, escolar e profissional) assim como da promoção e vivência crescente em contexto igualitários (Leaper *et al.*, 1989) onde as raparigas tendem a ser menos tradicionais em relação aos papéis de género (Covin & Brush, 1991; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Kulik, 1999; Macri & Mullet, 2003; Pryor, 1990;

Vasconcelos, 1998). Mais uma vez a pertinência do questionamento dos papéis tradicionais de género por parte das raparigas parece ser uma realidade na medida em que estes fazem sentir os seus efeitos negativos especialmente para elas. Neste quadro compreende-se que os rapazes surjam de forma sistemática, nos diversos estudos como sendo sempre mais tradicionais em relação aos papéis de género do que as raparigas.

### **Atitudes positivas em relação ao trabalho**

No que se refere às atitudes positivas em relação ao trabalho verifica-se que existem diferenças entre filhos e pais, tendo os primeiros atitudes mais positivas para este domínio, o que não permite confirmar a hipótese H1a. Por sua vez, verificam-se também diferenças de género ao nível da geração dos filhos, com os rapazes a terem atitudes mais positivas em relação ao trabalho do que as raparigas, embora essas diferenças de género não se estendem à geração dos pais (infirmado, parcialmente a hipótese H1d). Contudo, não poderemos esquecer que os filhos também apresentam atitudes mais negativas em relação ao trabalho do que os pais. Assim, o pressuposto das hipóteses que colocámos, segundo a qual as atitudes positivas e negativas em relação ao trabalho e carreira profissional seriam pólos de uma mesma dimensão, está claramente posto em causa pelos resultados que indicam, pelo contrário, que são dimensões independentes. Este resultado parece-nos particularmente interessante na medida em que pode ser revelador não só da importância que o trabalho tem para as gerações mais jovens como integra também uma perspectiva de que este comporta um conjunto de aspectos menos positivos. Não se poderá contudo esquecer que estes jovens estão inseridos há pouco tempo no mercado de trabalho, e de forma mais ou menos bem sucedida, estando muitos deles a investir em pós-graduações. Pensamos, assim, que este contexto faz com que tenham atitudes mais positivas em relação ao trabalho e carreira profissional do que a geração dos pais. Para além disto, deve lembrar-se que alguns estudos apontam para o facto do trabalho ser representado pelos jovens como uma via de aquisição da autonomia económica que dá acesso a uma vida independente, assim como uma oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de anos de formação (Arnett, 2000). De novo, este primeiro impacto, de algum modo bem sucedido no mercado de trabalho pode levar a que estes jovens tenham atitudes mais favoráveis em relação ao trabalho e à carreira do que os pais. Neste estudo, os filhos, apresentam atitudes mais positivas em relação

ao trabalho do que as raparigas e do que os seus pais. Por seu turno, as filhas apresentarem atitudes menos positivas em relação ao trabalho apresentando diferenças significativas em relação aos rapazes para este domínio, o que pode ser justificado pelo facto das raparigas pensarem que as exigências do papel profissional e de carreira poderão colidir com outros aspectos da sua vida. Estes aspectos, e tal como documentam alguns estudos, não constituem problemas para os rapazes, o que poderá traduzir-se em atitudes mais positivas em relação ao trabalho por parte destes (Baber & Monaghan, 1988; Figueiredo, 2001; Guerreiro & Abrantes, 2004).

### **Atitudes em relação à família e à parentalidade**

No que se refere às atitudes em relação à família e à parentalidade novamente, os filhos apresentam tanto atitudes mais positivas como atitudes mais negativas para este domínio, quando comparados com os seus pais, o que permite confirmar a hipótese H2a e H2b. Não foram encontradas diferenças de género entre gerações, o que infirma as nossas hipóteses H1c e H1d. Se bem que, qualquer que seja o contexto social, a vida familiar comporta certos aspectos positivos e também alguns aspectos negativos, não deixa de ser interessante notar que a geração mais jovem, apresenta atitudes mais extremadas no que diz respeito aos aspectos associados à vida em família. De facto, já alguns autores tinham encontrado resultados semelhantes, destacando que, em virtude das alterações nos contextos sociais destas gerações (por exemplo, um maior investimento na educação/formação e a valorização de estilos de vida sem compromissos familiares), os jovens apresentam, por contraste com os seus pais, atitudes e representações tendencialmente negativas para o domínio da família e da parentalidade (Figueiredo, 2001). Por outro lado, parece-nos que, de algum modo, a desejada estabilidade pessoal e conjugal, que são, na opinião dos jovens, condições para dar início a uma unidade familiar, podem ser hoje encaradas como mais dificilmente alcançáveis, o que pode induzir a presença de atitudes mais negativas em relação à família e parentalidade, por comparação com a geração anterior.

Não deixa de ser curioso reflectir sobre o facto de estes mesmos jovens apresentarem também atitudes mais positivas em relação à família quando comparados com os pais. É certo que a valorização da família tem sido documentada por estudos sobre os projectos futuros relativos ao papel familiar e parental dos jovens (Guerreiro e Abrantes, 2004; Macri & Mullet, 2003; Rossi, 1997; Vasconcelos, 1998). Para além disso, a parentalidade é assumida como um projecto importante e

programado, não só em termos do número de filhos, mas também no que se refere à qualidade das condições gerais de vida (investimentos na formação e na actividade profissional que propiciem boas condições sócio-económicas que assegurem recursos para a guarda e os cuidados às crianças) e do ambiente familiar e social, no qual esses filhos vão nascer e crescer (Guerreiro & Abrantes, 2004; Macri & Mullet, 2003). Como projecto a longo prazo é fácil que seja “idealizado”. Estes outros estudos, embora, na sua maioria, não tenham como objectivo a comparação entre gerações em relação às atitudes para com a família e à parentalidade, parecem apontar no sentido de uma valorização destes papéis nas gerações mais novas e da criação de condições necessárias para o seu bom desempenho. Estas passam pela exploração afectiva antes do investimento na conjugalidade/parentalidade, e por assegurar as condições materiais de vida antes de concretizar a parentalidade. Assim, pensamos a etapa do ciclo de vida em que estes jovens se encontram os pode levar a idealizar da família, que ainda não têm, mas que desejam ter. Em qualquer dos casos, estes resultados contrariam algumas ideias, por vezes veiculadas, de que as gerações mais jovens não valorizam a família. Estes jovens destacam tanto os aspectos positivos como os negativos da vida familiar e fazem-no de forma mais acentuada quando comparados com os seus pais.

### **Estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais**

Ao nível das estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais, verificou-se a existência de diferenças entre as gerações de filhos e de pais nas duas dimensões, ou seja, na conciliação: concessão e na conciliação: negociação o que permite confirmar a nossa hipótese H5a, mas não a hipótese H5b. Uma explicação possível para estes resultados pode estar no facto de que para apreciar as estratégias de conciliação os filhos se situam numa situação hipotética. De facto, alguns autores têm apontado que, na antecipação do futuro, os jovens integram sempre os papéis profissionais e familiares mas nem sempre clarificam o modo como o pretendem fazer (Greenhaus & Parasuman, 1999; Weitzman, 1994). Deste modo, e num quadro de antecipação, parece-nos plausível que estes jovens avaliem a conciliação como algo que vai requerer tanto cedências, ou mesmo alterações na vida pessoal, familiar e profissional, como a negociação e partilha de papéis no casal. Na realidade, alguns estudos revelam que as estratégias para conciliar papéis vão desde alterações globais no investimento no papel profissional e familiar, a alterações pontuais de ajustamento

no investimento no papel profissional e familiar, a alterações pontuais de ajustamento de horários, comportamentos, objectivos, entre outros, especialmente quando nasce um filho (Guerreiro & Abrantes, 2004). Estas estratégias reportam-se claramente a uma necessidade de efectuar concessões para conciliar os papéis familiares e profissionais e são referidas de igual modo por rapazes e raparigas. De facto não foram observadas diferenças de género infirmando as nossas hipóteses H5c e H5d. De igual modo, e dado que estes jovens são tendencialmente mais igualitários em relação aos papéis de género, a possibilidade de efectuar negociações no âmbito da vida em casal, assim como partilhar igualmente os papéis, pode ser encarada como outra estratégia igualmente aceitável para esta geração o que não é o caso para a geração dos pais. No seu conjunto pensamos que de facto as diferenças entre a vivência e a antecipação da situação de conciliação da vida familiar e profissional pode explicar as diferenças encontradas entre gerações.

### **Conflito entre papéis familiares e profissionais**

Ao nível do conflito de papéis, as diferenças situam-se do seguinte modo: não existem diferenças entre os filhos, as filhas e as mães, mas estes três grupos diferem significativamente dos pais nas duas dimensões do conflito, ou seja, apresentam valores mais elevados no conflito trabalho-família-trabalho e no conflito família-trabalho. Os resultados não permitem confirmar as nossas hipóteses H5a, H5b, H5c e H5d. Para explicar estes resultados reportamo-nos aos estudos sobre a antecipação de conflito de papéis que indicam, por um lado, que os jovens universitários associam a sua ocorrência ao nascimento dos filhos (Greenglass & Devins, 1982; Schroeder *et al.*, 1992) e que as mulheres o antecipam mais facilmente do que os homens (Greenglass & Devins, 1982; Guerreiro e Abrantes, 2004; Schroeder *et al.*, 1992.). Os jovens rapazes, pelo contrário, afirmam que a possibilidade de vir a existir um conflito de papéis ocorrerá apenas em situações excepcionais (Peake & Harris, 2002) e acreditam que serão capazes de evitar situações de conflitualidade (Guerreiro & Abrantes, 2004). De facto, tal não acontece no nosso estudo, o que poderá ser um indicador de que a conflitualidade de papéis é encarada como algo que pode ocorrer em determinados momentos de vida e que isto poderá ser antecipado, independentemente do género, para as gerações mais novas.

Passamos, agora à discussão dos modelos que permitem analisar as relações das atitudes com as estratégias de conciliação de acordo em cada uma das gerações e de acordo com o género

## **6.2. Modelos de relações causais para as estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais: modelo das mães, filhas, pais e filhos**

Um primeiro aspecto que destacamos desde já é que os preditores das estratégias de conciliação variam em função do género e da geração. De facto o modelo adequado para um dos grupos não se adequa aos dados apresentados pelos outros grupos. Contudo, em todos os grupos, as atitudes igualitárias face aos papéis de género e as atitudes negativas face ao trabalho e carreira são boas preditoras das estratégias de conciliação.

Com efeito, as atitudes em relação à conciliação: negociação, são preditas pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género em todos os grupos, o que indica que, no âmbito da vida em casal e em família, se reconhece a importância tanto da vida em família como da partilha de papéis. Isto parece também implicar que a igualdade ao nível do exercício dos papéis de género é uma condição necessária para que se possa recorrer a esta estratégia de conciliação de papéis mais participada e negociada no âmbito da família.

Para a discussão do modelo obtido para o grupo das mães, destaca-se, desde logo, que a estratégia conciliação: concessão é predita pelas atitudes tradicionais em relação aos papéis de género e pelas atitudes negativas em relação ao trabalho. De facto, na geração destas mães, o modelo de divisão assimétrica das responsabilidades na família e a valorização do papel maternal e de gestão das tarefas domésticas, a par do ingresso no mercado de trabalho em actividades profissionais nem sempre satisfatórias, levaram, por certo, à necessidade das mulheres fazerem concessões a nível pessoal e profissional para lidar com o papel familiar e profissional.

No que se refere ao modelo obtido para o grupo das filhas, e tal como aconteceu para as mães, as atitudes negativas em relação ao trabalho e as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género estão associadas à estratégia de conciliação: concessão. Parece que estas jovens antecipam facilmente uma situação idêntica àquela vivida pelas suas mães: atitudes tradicionais em relação aos papéis de



género irão implicar ajustamentos na sua vida pessoal e familiar, para conciliar os papéis familiares e profissionais. Este resultado sublinha a tendência das mulheres fazerem concessões sempre que existe um quadro de papéis de género tradicionais, dado que neste contexto a responsabilidade da conciliação é essencialmente das mulheres.

O modelo obtido para os filhos revela que, tanto os aspectos positivos como os negativos do trabalho estão associados à estratégia de conciliação baseada na concessão. Parece, então, que o trabalho, nas suas diferentes componentes, vai implicar, na perspectiva dos filhos, a necessidade de efectuar ajustamentos ao nível da vida pessoal e familiar para conciliar os papéis de vida. Para os filhos, o trabalho parece ser, de algum modo, o responsável pelas cedências que têm que ser feitas para conciliar os papéis. Neste quadro surgem também as atitudes positivas em relação ao trabalho como predictor da conciliação: concessão e da conciliação: negociação o que parece indicar que a valorização do trabalho, para os filhos, implica estar mais disponível para partilhar e negociar papéis no domínio da família.

Quanto ao modelo obtido para os pais verifica-se que a valorização da família, com as atitudes positivas para este domínio, aparece como determinante da estratégia de conciliação: concessão. Parece, então, que, para os pais, dar primazia à família gera nestes uma perspectiva de conciliação que poderá implicar a necessidade de efectuar concessões ao nível pessoal e profissional, para conciliar os papéis de vida. Corresponde, assim, a uma definição clara das prioridades no casal.

Curiosamente para os pais a opção de conciliação: negociação é também predita pelas atitudes negativas em relação ao trabalho. Este resultado destaca que para os pais deste estudo, as exigências profissionais vividas como excessivas levam à necessidade de negociar e partilhar papéis no âmbito da família, embora isto não questione a supremacia do papel masculino como sustentador económico principal da família. Não podemos deixar de salientar que esta opção tem, na sua origem, a disponibilidade para o fazer, explicitada pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, e também aspectos negativos do domínio profissional que contribuem para que a partilha de papéis, sobretudo profissionais, seja algo de importante para a vida familiar.

Em conclusão, apesar de existirem claras diferenças entre os modelos obtidos é também possível observar semelhanças. O facto de para todos os grupos as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género serem preditoras da estratégia de conciliação: negociação parece situar estas atitudes como condição para se poder

negociar e partilhar papéis em qualquer uma das duas gerações. Para além disto, destaca-se também que os preditores da estratégia de conciliação: concessão de mães e filhas são os mesmos sendo isto um indicador de que os aspectos negativos da actividade profissional e uma perspectiva tradicional em relação aos papéis de género parecem ser transmissíveis se mantêm para a geração das filhas e levar as mulheres a perspectivar a necessidade de fazer renúncias para conciliar os papéis familiares e profissionais. Uma diferença notória entre gerações diz respeito ao facto das atitudes em relação à família e parentalidade nunca aparecerem nos modelos dos filhos, o que parece ser um indicador da distância que estes revelam em relação a estes temas.

Uma vez efectuada a análise da relação entre atitudes e estratégias de conciliação no seio de cada um dos grupos passamos, de seguida, a apresentar os modelos de influências intergeracionais de pais para filhos.

### **6.3. Influência dos pais (mãe e pai) nas filhas**

Na análise dos modelos de influências entre pais e filhos, começamos por destacar que, se certas variáveis das mães influenciam as estratégias de conciliação de ambos os filhos e filhas, enquanto que as variáveis paternas só influenciam as estratégias de conciliação dos filhos e não das filhas. Contudo, relativamente ao filho, o papel do pai é bastante relevante.

Iniciamos a nossa análise com as influências das mães nas filhas. Posteriormente, discutimos a influência das mães e dos pais nos filhos.

A estratégia de conciliação: concessão das mães, influencia directamente a antecipação da mesma estratégia de conciliação nas filhas. Dado que a concessão é o modelo social mais presente para a conciliação de papéis familiares e profissionais por parte das mulheres, parece plausível que as filhas imitem as suas mães. Com efeito, se nos socorrermos da perspectiva da socialização de género, que defende que as mães tendem a transmitir o seu modelo de conciliação aos descendentes, esta opção de conciliação de papéis parece ser particularmente relevante para estas, na medida em que foi tendencialmente aquele que observaram nas suas mães. Aliás, quando as mães conciliam o papel profissional e familiar recorrendo a um determinado modelo, que avaliam como satisfatório e eficaz em termos de conciliação, as filhas apresentam expectativas semelhantes no que diz respeito à futura conciliação de papéis (Vollebergh, Iedema & Raaijmakers, 2001). Este poderá ser também o caso no

presente estudo embora os nossos dados não permitam fazer inferências acerca do sucesso no recurso à utilização desta estratégia de conciliação de papéis. Também as atitudes negativas relativas ao trabalho e à carreira das mães influenciam as atitudes negativas trabalho e à carreira das filhas. Diversos estudos têm observado que os jovens apresentam grandes semelhanças com os seus pais nas atitudes perante o trabalho (Aquilino, 1997; Vollebergh, Iedema & Raaijmakers, 2001), e nas expectativas quanto à futura concretização dos papéis profissionais (Smith & Self, 1980; Starrels, 1992; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999) sendo consensuais no apoio à hipótese da transmissão intergeracional para a domínio do trabalho. Deste modo, constata-se que os aspectos negativos do exercício de uma actividade profissional são directamente transmitidos e veiculados às filhas pelas mães. É interessante notar que as atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira se associam a estratégias de conciliação, por parte das filhas, que passam também pela concessão. Parece, então, que as filhas estão conscientes de que, para fazer face ao peso de determinadas exigências profissionais, será necessário fazer concessões pessoais e familiares.

As atitudes tradicionais e igualitárias em relação aos papéis de género das mães influenciam as atitudes tradicionais das filhas, em relação aos papéis de género. Se por um lado, neste caso estamos perante uma herança socializadora que marca uma continuidade nas atitudes tradicionais em relação aos papéis de género entre mães e filhas não é o caso quando se trata de atitudes igualitárias. Os primeiros resultados enquadram-se na linha de alguns estudos que têm demonstrado que, quando as mães têm atitudes tradicionais em relação aos papéis de género as suas filhas tendem a ter atitudes muito semelhantes (Feree, 1990; Shu & Marini, 1998; Spitze, 1988; Thorn & Gilbert, 1998; Tuck, Rolfe & Adair, 1994). Os segundos são de mais difícil interpretação. Verifica-se que atitudes igualitárias em relação aos papéis de género das filhas devem resultar de influências sociais mais amplas ou de outras influências familiares que não entram no âmbito deste estudo, como por exemplo, o ambiente igualitário defendido para a sociedade em geral. É certo que tais atitudes por parte das mães estão associadas a atitudes tradicionais das filhas. De facto, e apesar da estranheza aparente deste resultado deve recordar-se que as por vezes aquilo que é visto como igualitário numa geração já não tem o mesmo significado na geração seguinte. Assim, e dado que as mães apresentavam valores relativamente baixos nas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, para as filhas parece que esta postura a par dos modelos que provavelmente observam apenas influencia as suas atitudes no sentido tradicional. De facto na actualidade as questões da igualdade

reportam-se a domínios mais vastos na sociedade em geral distanciando-se assim das atitudes igualitárias em relação aos papéis das mães. Constata-se, também, que as atitudes positivas em relação à família e parentalidade das mães influencia o desenvolvimento de atitudes tradicionais em relação aos papéis de género das filhas. Novamente, parece que o modelo de valorização da família que é transmitido pelas mães vai, no caso das filhas, ser interpretado como um modelo de papel tradicional da mulher na família. Estes resultados coincidem com o que foi encontrado por Vollebergh, Iedema & Raaijmakers (2001) que encontraram semelhanças notórias entre mães-filhas no domínio da valorização da família. Pensamos que algo de semelhante poderá acontecer com estas jovens, na medida em que quando se invocam aspectos positivos relativos à constituição de uma família e da vida em família se está de algum modo a invocar a importância social da maternidade e do papel da mulher ao nível da gestão do espaço doméstico, o que está associado para as filhas a atitudes tradicionais em relação aos papéis de género.

Não surpreendente é verificar que as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género das filhas se relacionam com a estratégia de conciliação: concessão. Atitudes tradicionais em relação aos papéis de género se associam a uma divisão menos equilibrada, sobretudo ao nível dos papéis familiares, o que implicará, por certo, a necessidade de efectuar concessões para gerir os múltiplos papéis de vida por parte das filhas.

Para finalizar a análise das influências das mães nas filhas, destaca-se que a estratégias de conciliação: negociação, é predita, no caso das filhas, exclusivamente pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género que, por sua vez, não são influenciadas por qualquer das atitudes observadas nas mães ou nos pais no âmbito deste estudo. Pensamos que tal pode corresponder a uma nova maneira de ver as relações de casal, por parte das mulheres, mais equilibradas e partilhadas.

Apesar de diversos autores destacarem que os pais tendem, por um lado a socializar as filhas para o exercício de actividade profissional (Leaper & Valin, 1996), ou a centrar a sua atenção na protecção e na valorização do investimento na educação (Larson & Almeida, 1999), no presente estudo verifica-se que as atitudes dos pais não têm qualquer influência nas atitudes das filhas, nem mesmo no domínio profissional. De facto, os resultados, que obtivemos parecem poder inscreverem-se no quadro da centralidade da figura materna, ao nível da transmissão de atitudes relativas ao exercício dos papéis de género, nos papéis familiares, profissionais, e na conciliação dos mesmos. Mesmo considerando que a temática da conciliação de

papéis, assim como as atitudes em relação aos papéis de género, possam sofrer uma influência mais marcante por parte do progenitor do mesmo género, o tradicional papel paternal de socialização para o domínio do trabalho não aparece como relevante no presente estudo. Este resultado deveria suscitar para uma reflexão aprofundada sobre o papel do pai na transmissão intergeracional de atitudes e estratégias de conciliação de papéis, em relação às filhas. Este facto leva-nos à necessidade de equacionar a importância do papel paternal na socialização das raparigas e abre um caminho para uma exploração mais aprofundada desta temática em estudos futuros.

#### **6.4. Influência dos pais (mãe e pai) nos filhos**

Para a discussão das influências parentais (pai e mãe) nos filhos, começamos por destacar que a estratégia de conciliação: concessão das mães influencia, directamente, esta mesma estratégia nos filhos. Esta influência, que aliás também tinha sido encontrada para as filhas é resultado da exposição a modelos familiares, já que as mães para se conciliar os diferentes papéis de vida efectuem um conjunto de ajustamentos, que passaram por efectuar concessões ao nível pessoal, familiar e profissional. Este modelo vai servir de exemplo para os filhos, que acabarão por antecipar a possibilidade de isto também vir a acontecer consigo no futuro. Para além disto, as atitudes negativas em relação ao trabalho e à carreira das mães vão influenciar essas mesmas atitudes nos filhos. Estes resultados foram também encontrados para o grupo das filhas. Novamente, parece os resultados que obtivemos se inscrevem no quadro das semelhanças entre pais e filhos, nas atitudes em relação ao trabalho assentes em processos de transmissão intergeracional (Aquilino, 1997; Vollebergh, Iedema e Raaijmakers, 2001). Contudo, convém destacar que são os aspectos menos positivos do trabalho que as mães transmitem aos seus filhos e que, para estes últimos, vão posteriormente associar-se a uma estratégia de conciliação: concessão. Estes resultados confirmam a constatação de alguns autores que, em outros contextos culturais, observaram a transmissão de pais para filhos dos valores e atitudes relativas ao mundo trabalho (Schroeder, Blood & Maluso, 1992; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Vollebergh, Iedema & Raaijmakers, 2001). Assim, os filhos antecipam, deste modo, que a valorização do papel profissional, os poderá, também levar a ter que efectuar algumas concessões ao nível pessoal e familiar para conciliar os papéis. Contudo, as atitudes positivas em relação ao trabalho também se associam à estratégia de conciliação: negociação. De novo, para os filhos, a valorização do

papel profissional também poderá traduzir-se numa perspectiva de conciliação baseada na negociação e partilha de papéis no casal, caso tal seja possível. A valorização da família e da igualdade de género manifesta nas atitudes da mãe e do pai, vão influenciar as atitudes positivas em relação ao trabalho/carreira dos filhos o que implica necessariamente que, para estes domínios os filhos recebem influências de ambos os progenitores. Estes dados não se inscrevem no quadro dos estudos que defendem que os pais se sentem mais responsáveis pela socialização dos seus filhos, numa espécie de partilha do mundo masculino (Gilbert & Brownson, 1998). Se tal até se poderá verificar, de facto, não podemos, esquecer que, no presente estudo estas influências têm também a sua origem na mãe o que permite questionar se a partilha de um "mundo-masculino" como fonte principal de socialização dos filhos. Em nosso entender, o facto dos filhos sofrerem influências das atitudes do pai e da mãe pode ser um indicador que estes vão buscar um modelo relativo que está mais adaptado ao actual contexto social.

Por último, a estratégia de conciliação: concessão dos pais vai influenciar a estratégia de conciliação: negociação nos filhos. Este resultado parece sugerir que a disponibilidade para negociar papéis e partilhá-los vai ser um modelo de conciliação para os filhos embora o modelo dos seus pais seja o de concessão. De facto neste contexto há uma influência mas não uma transmissão intergeracional. Em qualquer dos casos, e tendo em consideração que nas famílias portuguesas da geração dos pais, a estratégia de negociação não parece ser muito comum, isto poderá suscitar nos filhos a importância de adoptarem uma estratégia de conciliação mais adaptada à realidade actual. Este resultado pela sua importância deverá ser alvo de estudos futuros que permitam clarificar, de uma forma mais completa, a origem desta influência de pais para filhos.

Fazendo agora um balanço global dos modelos de influência obtidos, os nossos resultados apontam para que no caso das filhas, a figura materna seja a única figura de influência nas atitudes e estratégias para a conciliação de papéis. Contudo, para os filhos tanto a figura paterna como a figura materna são importantes. De um modo geral, e apesar destas diferenças os nossos resultados salientam a importância também da transmissão intergeracional em geral tal como tem sido defendida por alguns autores (Blair, 1992; Cunningham, 2001); e, particularmente, realçam o modo diferenciado como esta transmissão se manifesta de acordo com o género de pais e filhos (Glass *et al.*, 1986; Greenberger & Goldberg, 1989; Moen *et al.*, 1997).

De seguida, são delineadas as principais conclusões obtidas ao longo dos estudos efectuados num quadro de análise integrativa, que permite simultaneamente integrar o quadro teórico de referência destes estudos, perspectivando-se, também, os limites do mesmo e questões que nos permitem remeter para estudos futuros.

## Síntese

Este capítulo pretendeu analisar, por um lado, as possíveis semelhanças e diferenças entre gerações relativas aos modelos de conciliação de papéis. Para além disso procurou-se analisar os possíveis efeitos da transmissão intergeracional de pais para filhos de atitudes em relação aos papéis de género, ao trabalho, à família, ao conflito e à conciliação de papéis. Em ambas as análises foram averiguados os possíveis efeitos do género. Deste modo, passamos a referir as principais conclusões deste capítulo. Começando pelas diferenças encontradas entre gerações, salienta-se, desde logo, que estas são influenciadas pelo género embora sejam notórias também as semelhanças entre mães e filhas e entre mães e filhos em geral. Contudo, começando por recordar as principais diferenças geracionais encontradas, verifica-se que os pais são mais tradicionais e os filhos mais igualitários em relação aos papéis de género. Porém, na geração dos filhos, as raparigas são mais igualitárias em relação aos papéis de género do que os rapazes. Na geração dos filhos surgem atitudes mais negativas e mais positivas em relação ao trabalho e à carreira profissional, do que na geração dos pais. Contudo, nestas variáveis surgem diferenças de género na geração, ou seja, os pais têm atitudes mais negativas em relação ao trabalho e carreira do que as mães e os filhos rapazes têm atitudes mais positivas em relação ao trabalho e carreira do que as filhas. Ainda ao nível das diferenças geracionais os filhos têm tanto atitudes mais positivas como mais negativas em relação à família e à parentalidade do que os pais.

Comparativamente com os pais e no que se refere às estratégias para a conciliação de papéis, os filhos esperam ter que efectuar mais concessões para conciliá-los, mas também esperam também vir a conciliá-los, posteriormente, mais com base na negociação e partilha por comparação com a geração dos pais. Por último, destaca-se ainda que a geração dos filhos em geral e as mães apresentam valores mais elevados nas atitudes em relação à possibilidade de ocorrência de conflitos entre papéis por comparação com os pais.

Já a comparação de modelos dos modelos de conciliação nas duas gerações, tendo em conta o género, permite verificar que para a geração dos pais as principais diferenças entre homens e mulheres, residem no facto de, para os homens, a valorização da família se associar à conciliação: concessão, enquanto que uma “desvalorização” do trabalho e as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género se associam a uma conciliação: negociação e partilha. Para as mulheres, são os aspectos negativos do trabalho e dos papéis de género que se associam à conciliação: concessão, enquanto a valorização da família e as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género se associam ao negociar e partilhar para a conciliação de papéis.

A comparação dos modelos dos filhos de acordo com o género indica que, para as filhas, as atitudes negativas em relação ao trabalho e as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género se associam à conciliação: concessão, enquanto que para a conciliação: negociação contribuem apenas as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género. No caso dos filhos, são as atitudes negativas e positivas em relação ao trabalho e à carreira que se associam à conciliação: concessão, enquanto para a conciliação: negociação contribuem as atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira e as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género.

Em termos de conclusão geral relativa às diferenças geracionais o possível recurso a ambas as estratégias conciliação e a possibilidade é mais evidentes nas gerações mais jovens. Também a possibilidade de ocorrer um conflito de papéis é mais notório para a geração mais jovem e para as mulheres no caso da geração anterior. A geração mais nova é também mais igualitária em relação aos papéis de género, tem atitudes mais positivas e mais negativas, tanto para o domínio da família, como para o domínio do trabalho.

Ao nível dos modelos de relação entre atitudes e estratégias de conciliação de papéis, e destacando os aspectos comuns, destaca-se que, para ambas as gerações, e independentemente do género, ter atitudes igualitárias em relação aos papéis de género é imprescindível para adoptar uma estratégia de conciliação baseada na negociação e partilha de papéis. Outro aspecto que se destaca para ambas as gerações é a ausência de relação entre as atitudes em relação ao conflito de papéis e as estratégias de conciliação de papéis reforçando a ideia de que se tratam de domínios independentes.



Na análise das influências de pais para filhos destaca-se, que as influências das mães nas filhas onde existe um conjunto de atitudes das mães que influencia directamente essas mesmas atitudes nas filhas: a estratégia de conciliação: concessão das mães influencia directamente essa mesma estratégia nas filhas. O mesmo acontece em relação às atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira, e as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género. Também as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género das mães influenciam as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género das filhas, assim como as atitudes positivas em relação à família e parentalidade. Neste quadro de influências, sobressai, ainda que a estratégia de conciliação: negociação das filhas é predita pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género que, por sua vez, não sofre qualquer influência por parte das mães. Parece, assim, que a estratégia de conciliação: negociação, aparece como um modelo que depende apenas de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, que foram desenvolvidas longe das influências maternas. Esta é, portanto, uma opção ou modelo que não é transmitida pela via da transmissão intergeracional.

Os resultados apontam também para uma transmissão intergeracional de mães para filhos ao nível da estratégia de conciliação: concessão, das atitudes negativas em relação ao trabalho se vão associar à estratégia de conciliação: concessão. Isto implica que os aspectos negativos do trabalho, como, por exemplo, os horários, as exigências da carreira, a falta de motivação, entre outras, a par da ausência de partilha de papéis, vão conduzir à necessidade de fazer cedências ao nível pessoal e familiar para conciliar os papéis. Esta parece ser a influência da mãe nos filhos. Por outro lado, a valorização da família por parte da mãe e as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género vão influenciar as atitudes positivas em relação ao trabalho dos filhos.

No que diz respeito às influências dos pais, salienta-se, desde logo, que as filhas não sofrem qualquer influencia por parte deste. No respeitante às influências dos pais nos rapazes, o pai influencia tanto as estratégias de conciliação: concessão como a conciliação: negociação. É ainda interessante notar que tanto para as atitudes positivas em relação à família como para as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género dos pais vão influenciar as atitudes positivas dos filhos em relação ao trabalho. Para além disto verifica-se também que a estratégia de conciliação: concessão dos pais influencia a estratégia de conciliação: negociação.

De um modo geral, os resultados obtidos permitem, por um lado, evidenciar diferenças ao nível das gerações no modo como a conciliação é encarada sendo encontradas algumas semelhanças dentro de cada geração. Para além disso, ficou claro que o processo de transmissão intergeracional se efectua num quadro diferencial de acordo com género tanto do descendente como do progenitor. Os resultados obtidos foram analisados e discutidos à luz tanto dos modelos que destacam as diferenças geracionais como dos modelos que perspectivam a transmissão intergeracional de pais para filhos.

As questões levantadas neste e no estudo anterior são retomadas na secção seguinte na qual se efectua a conclusão geral do presente trabalho.

## CONCLUSÃO GERAL

Ao dar por concluído o nosso estudo sobre a antecipação da conciliação da vida familiar e profissional, no contexto da transição para a idade adulta, parece-nos importante fazer um regresso às questões levantadas aquando do seu início, bem como aos resultados obtidos. Pretende-se, assim, rever as várias etapas percorridas para a concretização do estudo, desde a definição de objectivos até à avaliação do interesse e pertinência dos resultados. Procura-se, ainda, apresentar algumas pistas para futuros estudos no sentido de esclarecer e aprofundar algumas das questões abordadas que continuam em aberto.

O estudo desenvolvido baseou-se na constatação de que no quadro das mudanças sociais dos últimos anos, as modalidades de transição para a idade adulta, sofreram profundas modificações. Os aspectos que tradicionalmente eram considerados como marcadores da entrada na idade adulta de acordo com uma perspectiva cronológica e sequencial, têm vindo a perder importância a favor de percursos de vida mais diversificados e imprevisíveis por parte dos jovens, que apontam para o seu adiamento. Assim, o período do ciclo de vida que se situa entre o final dos estudos secundários e a inserção no mercado de trabalho torna-se cada vez mais um tempo de moratória em relação às opções para a vida adulta. Do ponto de vista do desenvolvimento psicológico, certos autores assumem que esta fase de moratória apresenta algumas especificidades que justificam que se fale de uma etapa desenvolvimental própria. A adultez emergente, enquanto quadro conceptual designa do ponto de vista social e psicológico esta nova etapa de desenvolvimento do jovem adulto. Duas tarefas desenvolvimentais parecem dominar esta fase: a primeira reporta-se ao afastamento progressivo em relação às figuras parentais a fim de permitir a construção de uma vida autónoma; a segunda diz respeito ao desenvolvimento da identidade, associada, nomeadamente, à escolha dos futuros papéis de adulto. Para além disto, a articulação de múltiplos papéis, em termos futuros, surge como temática de relevo para estes jovens. Deste modo, para além da antecipação de cada um dos papéis de adulto, foi também alvo do nosso interesse o modo como os jovens pretendem conciliá-los em termos futuros, pois isto será determinante para o planeamento da sua vida de adulto e para a mobilização dos recursos pessoais e sociais em torno da mesma.

O estudo aqui apresentado centrou-se, assim, na transição para a idade adulta no quadro conceptual da adultez emergente. Analisou certas características

## CONCLUSÃO GERAL

psicológicas e sociais desta fase de um ponto de vista psicossocial e o modo como elas se reflectem ao nível das atitudes e da antecipação de estratégias de conciliação dos papéis familiares e profissionais. Procurou ainda analisar em que medida a antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais varia de acordo com o estatuto dos jovens (estudante ou profissional) e de acordo com o seu género.

Este estudo pretendeu também fazer uma comparação intergeracional das atitudes em relação aos papéis de género, à família, ao trabalho e ao conflito e à conciliação de papéis, comparando pais e filhos e tendo em conta as diferenças de género em cada geração. Antecipou-se a variação geracional das atitudes subjacentes às estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais, já que correspondem a uma experiência real para uns, e a antecipação da experiência, para outros. Para além disso, procurou-se saber em que medida a antecipação das estratégias de conciliação dos papéis familiares e profissionais dos jovens é influenciada pelas atitudes e pelas estratégias dos seus progenitores, e até que ponto esta transmissão intergeracional varia em função do género quer do progenitor e quer do descendente. Para tal, foram elaborados modelos teóricos a fim de comparar a influência das atitudes nas estratégias de conciliação de papéis em gerações de pais e filhos e analisou-se as eventuais influências transgeracionais.

Este trabalho é formado por duas partes: a primeira apresenta o quadro teórico do estudo e a segunda diz respeito aos estudos empíricos, aos quais se seguem as conclusões. A primeira parte reuniu um conjunto de 3 capítulos e contextualizou o problema da transição para a idade adulta na sociedade actual, sistematizando e analisando criticamente os princípios gerais e os conceitos que organizam esta transição no quadro da adultez emergente e salientando a importância da antecipação da conciliação dos papéis de adulto.

O Capítulo 1, referiu as alterações que, nas últimas décadas, se fizeram sentir em todas as esferas da vida social e que aproximaram a sociedade portuguesa dos padrões europeus ao nível da educação, do emprego e das transformações na família. Exemplo destas transformações é a valorização académica por parte dos jovens, sendo cada vez maior e mais diversificado o número de actividades e de carreiras profissionais às quais apenas se tem acesso após a obtenção de um diploma universitário (Guerreiro & Abrantes, 2004). A vida universitária e os primeiros anos de inserção no mercado de trabalho podem também

ser, para muitos jovens, uma etapa de transformação das atitudes em relação aos futuros papéis de adulto, bem como um período de ensaios de estilos de vida, proporcionando-lhe uma abertura de perspectivas face aos mesmos (Costa *et al.*, 1990; Lewis *et al.*, 1999; Guerreiro & Abrantes, 2004). O número crescente de jovens no ensino superior tem contribuído para uma alteração das modalidades dominantes de transição para a vida adulta, associado ao aumento do período de dependência económica da família de origem, em termos temporais (Cavalli, 1995; Pais, 2001; Guerreiro & Abrantes, 2004). Observam-se transições entre a educação e o mercado de trabalho marcadas por “trajectórias yô-yô”, onde se alternam períodos de desemprego, emprego precário e formação (Pais, 2001). Deste modo, e também por via de factores de natureza cultural, a família de origem mantém-se disponível para apoiar os filhos, em termos económicos e residenciais, não apenas durante a formação universitária, mas também após o ingresso no mercado de trabalho. Ora as duas tarefas desenvolvimentais centrais clássicas deste período são a aquisição da autonomia e a construção da identidade. Estas permitirão aos jovens vir a assumir compromissos para com o trabalho e carreira, para com as relações afectivas e de casal, com objectivos de conjugalidade e parentalidade. Contudo, a realidade social pode condicionar o seu desenvolvimento. Apesar de uma das características da adultez emergente ser o optimismo feito de expectativas positivas face ao futuro, estas podem ver-se frustradas pelas dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, ou pela instabilidade de emprego. Deste modo, os planos relativos à constituição de uma carreira profissional, assim como ao estabelecimento de uma vida independente e de uma família, podem ter que ser adiados. Assiste-se, deste modo, a um prolongar, muitas vezes involuntário, da estadia dos jovens em regime de coabitação com os pais, prolongando também a influência socializadora da família de origem.

As potencialidades desta influência foram estudadas no Capítulo 2, que analisou em que medida as atitudes dos pais, em relação aos papéis de adulto e à sua conciliação, podem influenciar a antecipação desses mesmos papéis por parte dos filhos. Assim, uma das principais funções da família consiste na transmissão de valores e atitudes, através do processo de socialização das gerações mais jovens. Ora a exposição dos filhos aos modelos parentais é uma das poderosas formas de aprendizagem dos papéis de adulto. O processo de transmissão intergeracional de valores e atitudes, nomeadamente para o exercício dos papéis de adulto, é acentuado pela dependência dos jovens relativamente aos pais até idades avançadas. Tanto no que diz respeito às atitudes subjacentes ao estabelecimento de objectivos de vida,

## CONCLUSÃO GERAL

como ao planeamento dos papéis característicos da idade adulta, podem surgir novas opções, sabendo que algumas delas podem resultar da interacção das dinâmicas sociais com os níveis de desenvolvimento psicológico do próprio jovem e da interacção deste com a sua família de origem. Assim, apesar da influência da família nos seus descendentes poder ser encarada de acordo com diferentes perspectivas, é praticamente inquestionável o facto da família permitir, nas suas práticas diárias e ao longo do seu ciclo vital, enfrentar tarefas de construção de perspectivas próprias face às temáticas da família, profissão e da conciliação de papéis, por meio da transmissão aos seus membros. Esta deve ser enquadrada na contextualização social das normas, dos valores e das atitudes, que promove o estabelecimento de uma integração satisfatória das imagens individuais na família e nos modelos sociais mais valorizados. Existem, desta maneira, particularidades nos modelos de transmissão intergeracional no contexto das famílias com filhos adultos. A constituição das atitudes está intimamente ligada a processos de regulação social no exercício dos papéis, onde o género do progenitor e do descendente tem um papel determinante. Deste modo, ao nível dos processos de transmissão familiar, convém destacar que os modelos não são nunca repetíveis entre progenitores e descendentes. Contudo, pode existir uma maior ou menor proximidade com os modelos parentais, se esta análise for efectuada no quadro das relações mãe-filha e pai-filho. Assim, a possibilidade da manutenção de valores-âncora, que permitem uma continuidade cultural entre gerações, poderia estar assegurada por este processo, também analisado ao longo do Capítulo 2.

Por último, o Capítulo 3 apresenta e discute um conjunto de abordagens conceptuais sobre a conciliação da vida familiar e profissional, particularizando a sua importância para o contexto nacional. O interesse pela temática surgiu como consequência do facto das mulheres começarem a aliar ao seu papel na família um papel activo no mercado de trabalho. Esta realidade alterou o funcionamento da família, dando lugar a um modelo familiar onde ambos os elementos do casal são sustentadores económicos da casa. Esta mudança levou os cientistas sociais, numa primeira fase, a evidenciarem com as possíveis consequências negativas, para as mulheres, da competição entre o exercício de uma actividade profissional e a organização da vida familiar, no domínio da execução das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos. Surge, de seguida, uma nova vaga de estudos que se centra na identificação das influências culturais que orientam tanto a vida familiar como os contextos de trabalho. Estes estudos tipificam as relações entre estes dois contextos de vida e, de um modo geral, confirmam a influência dos estereótipos de género que



identificam a mulher com o seu papel na família e no lar. Estes estereótipos geram assimetrias na participação de homens e mulheres na vida familiar e tendem a sobrecarregar estas últimas em virtude da acumulação dos papéis familiares e profissionais. Esses papéis são conflituais dada a existência de interferências negativas entre o exercício do papel familiar e profissional. Esta perspectiva continua a ser de grande actualidade, nomeadamente na cultura portuguesa. Mais recentemente, contudo, foi inaugurada uma nova linha de investigação que versa, em especial, a análise das relações positivas entre os papéis familiares e profissionais, dos quais se destacam os processos de facilitação. A partir destes estudos assume-se que o exercício de um dos papéis pode beneficiar o exercício do outro papel de vida, visto que as competências específicas adquiridas num deles podem ser transferidas para o outro.

Contudo, as transformações na família e no mercado laboral configuram realidades muito específicas para cada país e cultura. Com efeito, em alguns países é possível encontrar famílias onde a conciliação de papéis assenta em pressupostos de igualdade na divisão do trabalho familiar e profissional, e noutros não.

No caso de Portugal, a participação feminina no mercado de trabalho, muito elevada, assemelha-se às taxas registadas nos países do norte da Europa. Ora a perpetuação social de assimetrias de género, tanto no âmbito das actividades familiares como ao nível do mercado laboral, contribuem para a constituição de modelos familiares onde a sobrecarga feminina é notória. Para além disso, a escassez de estruturas sociais de apoio à família, compensada pela ajuda da família de origem ou pelo recurso a serviços de apoio pagos, quando o factor económico o permite, dá às famílias portuguesas uma configuração específica. O modelo parece perpetuar-se também ao nível das famílias mais jovens onde o envolvimento dos dois elementos do casal no mercado de trabalho se faz a tempo inteiro mas o trabalho doméstico e o cuidar dos filhos continua a ser da responsabilidade feminina, com a eventual ajuda de terceiros. Assim, e apesar das mudanças sociais, a conciliação de papéis familiares e profissionais apresentará desafios diferentes para homens e mulheres. Ora a análise do modo como as gerações mais novas formam as suas atitudes e estratégias de conciliação de papéis, não pode ser analisada fora do quadro social de vivência desta temática pelas suas famílias de origem.

A Parte I deste trabalho permitiu, reflectir sobre as oportunidades e os constrangimentos que se colocam aos jovens quando antecipam o seu envolvimento

## CONCLUSÃO GERAL

nos papéis familiares e profissionais e na conciliação dos mesmos, num quadro de transição para a idade adulta fortemente marcado pelos modelos sociais vigentes. Permitiu antever a importância dos modelos parentais para o desenvolvimento de atitudes em relação aos papéis de adulto, e as suas variações de acordo com o género dos progenitores e dos descendentes. Estas influências entre pais e filhos abrangem também as estratégias de conciliação da vida familiar e profissional. Procurou-se reflectir sobre a importância dos vários modelos de conciliação de papéis, tendo a preocupação de os enquadrar geracionalmente e de acordo com uma perspectiva de género no contexto português.

Gostaríamos de salientar que a abordagem da temática da antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais, por si só e num quadro de transmissão intergeracional entre pais e filhos, constitui-se como inovadora em termos de domínio de investigação no contexto português. Deste modo, a avaliação das atitudes em relação aos papéis de género, família, trabalho, conflito e conciliação de papéis requereu a construção e adaptação de instrumentos adequados ao contexto nacional. Uma revisão dos instrumentos existentes para a avaliação da autonomia e da identidade no quadro da transição para a idade adulta permitiu seleccionar medidas cujas qualidades psicométricas foram reavaliadas no quadro deste estudo junto de jovens estudantes e profissionais licenciados.

Assim, a Parte II deste trabalho corresponde aos estudos empíricos e compreende 3 capítulos (Capítulo 4 a 6) que, respectivamente, apresentaram os estudos de construção, adaptação e validação dos instrumentos de avaliação das variáveis seleccionadas para o estudo; analisaram a antecipação diferencial da conciliação da vida familiar e profissional e as suas consequências em jovens adultos e testaram modelos exploratórios de influência de atitudes em relação aos papéis de adulto de pais para filhos.

No Capítulo 4, optou-se por reavaliar as qualidades psicométricas dos instrumentos escolhidos, apesar de alguns deles já terem sido utilizados em amostras portuguesas. Esta opção foi efectuada com base no pressuposto de que, por um lado, alguns destes instrumentos haviam sido estudados em populações de jovens adolescentes, que não corresponde às características dos sujeitos deste estudo, e, por outro lado, na convicção de que o processo de validação de instrumentos é um processo contínuo e, como tal, deve ser reavaliado periodicamente. Para a avaliação



das dimensões da autonomia em relação aos pais e para a construção da identidade foram seleccionados, respectivamente, o Inventário de separação psicológica das figuras parentais e a Escala de avaliação dos estatutos de identidade. As suas qualidades psicométricas foram reavaliadas através da análise factorial exploratória e confirmatória e a análise da consistência interna apreciada através do *alpha* de Cronbach. Para o Inventário de separação psicológica das figuras parentais, a análise conjunta nos dois momentos de avaliação revelou uma estrutura em quatro factores (independência ideológica, independência funcional, independência emocional e independência conflitual) com índices de consistência interna satisfatórios, demonstrando ter este instrumento boas capacidades para a avaliação dos constructos em causa. Para a Escala de avaliação dos estatutos de identidade, foram também conduzidas análises factoriais exploratórias e confirmatórias, que evidenciaram uma estrutura organizada em três factores. Esta configuração não corresponde à configuração original da escala, que se organizava em quatro factores, respectivamente, identidade construída, vicariante, moratória e difusão. A nossa versão apresentou um factor misto que integra itens do estatuto de identidade de moratória e de difusão, talvez devido à dificuldade e à volatilidade das escolhas e das opções em relação à vida adulta, típicas desta faixa etária, tal como foi documentado ao longo do Capítulo 1 do presente trabalho. Para além deste factor, foram evidenciados, de forma clara, os dois outros factores que correspondem ao estatuto de identidade construída e vicariante, tal como na versão original do instrumento. A análise da consistência interna dos três factores foi obtida através do *alpha* de Cronbach, com resultados considerados satisfatórios pelo que se considerou pertinente o recurso ao instrumento no presente trabalho.

Foram ainda escolhidos, através da revisão bibliográfica sobre as medidas de atitudes em relação aos papéis de género e de conflito entre papéis familiares e profissionais, dois instrumentos que pareciam adequados aos propósitos do presente estudo. O mesmo se verificou para a escolha de um instrumento para a avaliação do auto-conceito. Assim, o estudo da validação e adaptação do Perfil de auto-percepção para adultos, da Escala de atitudes em relação aos papéis de género e da Escala de conflito trabalho-família envolveu, inicialmente, uma reflexão falada, bem como uma primeira administração colectiva dos instrumentos, junto de 385 universitários. O estudo das qualidades psicométricas das escalas foi realizado a partir das análises factoriais exploratórias e confirmatórias e da análise de consistência interna, através do *alpha* de Cronbach. Os resultados do estudo revelaram, globalmente, uma

estrutura para o Perfil de auto-percepção para adultos, que engloba três factores, respectivamente, auto-conceito global e de competência no trabalho, auto-conceito de competência para a gestão das tarefas domésticas e de competência para cuidar dos outros, com índices de consistência interna aceitáveis para cada um dos factores. A Escala de atitudes em relação aos papéis de género, revelou ser constituída por dois factores que correspondem a atitudes igualitárias e a atitudes tradicionais em relação aos papéis de género. Estes factores são independentes e com bons índices de consistência interna. Por último, a Escala de conflito trabalho-família revelou ser constituída também por dois factores, com bons índices de consistência interna, que correspondem ao conflito trabalho-família-trabalho e ao conflito trabalho-família. Na sua globalidade, e devido à pertinência das temáticas avaliadas pelos referidos instrumentos em conjunto com as boas qualidades psicométricas encontradas, optou-se pela sua utilização, no presente trabalho, dos referidos instrumentos.

Finalmente, e dado não terem sido encontrados, através da revisão da literatura, instrumentos que permitissem avaliar, de forma satisfatória, junto de jovens adultos as atitudes em relação ao trabalho, família e estratégias de conciliação de papéis familiares e profissionais optou-se pela construção dos mesmos. Para tal, foram inicialmente conduzidas um conjunto de entrevistas que, a par da revisão bibliográfica, permitiram construir um primeiro *pool* de itens. De seguida, foi efectuada uma reflexão falada, bem como uma administração colectiva junto de 385 universitários que permitiu seleccionar os itens mais relevantes e avaliados como discriminativos para os sujeitos. O estudo das qualidades psicométricas envolveu, para cada um dos três instrumentos, duas análises factoriais de natureza exploratória e confirmatória e a análise da consistência interna com recurso ao *alpha* de Cronbach. Os três instrumentos construídos visaram a avaliação das Atitudes em relação à família e parentalidade, Atitudes face ao trabalho e carreira profissional e Estratégias de conciliação da vida familiar e profissional sendo cada um deles constituído por dois factores. Para o primeiro dizem respeito a Atitudes positivas e negativas em relação à família e parentalidade, para o segundo, Atitudes positivas e negativas em relação ao trabalho e carreira profissional e para o terceiro duas estratégias de conciliação, respectivamente, conciliação de papéis baseada na concessão pessoal, familiar e profissional e conciliação de papéis baseada na negociação e na partilha de papéis no casal.

Os valores de consistência interna obtidos para cada um desses factores revelaram-se satisfatórios.

Uma vez garantidas os instrumentos capazes de avaliar, de modo fiel e válido, as variáveis em estudo, o Capítulo 5 levantou e testou hipóteses relativas às diferenças de género e de estatuto ocupacional nas atitudes em relação aos papéis de género, ao trabalho, à família, ao conflito e à conciliação de papéis, assim como ao nível do desenvolvimento da identidade, auto-conceito e autonomia em relação aos pais. São ainda apresentados e discutidos neste capítulo os modelos exploratórios de relações causais obtidos para a clarificação da influência das variáveis atitudinais e das variáveis psicológicas, nas estratégias de conciliação de papéis profissionais e familiares, de acordo com o estatuto e o género dos jovens. A este primeiro estudo, sucedeu um segundo, que consta do Capítulo 6. Este teve como objectivo comparar os modelos de conciliação de duas gerações (pais e filhos) e analisar as influências das atitudes dos pais, nas atitudes dos filhos em domínios correspondentes e de acordo com o género de pais e filhos. Para ambos os estudos, foram conduzidas análises estatísticas que englobam a verificação das diferenças de médias, análises da função discriminante e análise de pistas causais com recurso a modelos de equações estruturais, sendo discutidos os resultados e suas implicações para a temática em estudo.

Retomemos as principais conclusões decorrentes dos resultados dos estudos dos Capítulos 5 e 6.

Desde logo se evidenciam duas grandes conclusões a partir dos resultados do primeiro estudo efectuado. Por um lado, no processo de transição para a idade adulta existem etapas com características de desenvolvimento e atitudes diferentes de acordo com o facto de se ser estudante ou trabalhador. Isto implica que o exercício de um papel de adulto, neste caso o profissional vai modificar o modo como se antecipam os outros papéis e a sua conciliação acarretando também alguns efeitos para o desenvolvimento psicológico. Por outro lado, os resultados ilustram com alguma clareza que apesar de existirem algumas semelhanças ao nível das atitudes entre rapazes e raparigas, nomeadamente a valorização da família, para todas as restantes atitudes existem diferenças de género. Do mesmo modo, também existem diferenças no desenvolvimento psicológico de acordo com o género. Ao nível das especificidades para cada género em função do estatuto ocupacional, também surgem algumas diferenças tanto ao nível do desenvolvimento psicológico, como ao nível das atitudes. Estes têm de longe uma menor expressão do que as anteriores diferenças de estatuto e de género, quando analisadas separadamente. O segundo estudo, evidenciou as

esperadas diferenças entre gerações de pais e filhos, havendo também diferenças de género ao nível intrageracional. Ao nível das influências dos pais nos filhos, comparando as influências do pai e da mãe, uma análise mais fina aponta não só para uma maior proximidade nas atitudes entre mães e filhos (filhos e filhas) em geral, mas também entre mães e filhas em particular. Podemos concluir que o processo de transmissão intergeracional é menos marcado para o caso dos filhos, dado que estes sofrem influências tanto da mãe como do pai do que para as filhas que são, exclusivamente, influenciadas pelas atitudes das mães. Assim, os resultados obtidos realçam a importância da figura materna como modelo de socialização dos filhos e das filhas, sublinhando a ausência de influência do pai nas filhas.

Em suma, há um claro efeito de género em ambos os estudos, embora os efeitos da socialização diferencial no caso dos filhos levante algumas questões como veremos mais adiante.

Dada a especificidade dos resultados obtidos em cada estudo, assim como a particularidade das questões que cada um coloca, prosseguimos com uma apresentação mais detalhada de cada deles. Concluimos, evidenciando algumas das limitações decorrentes das análises e das opções metodológicas que foram seguidas, e identificando pistas para investigação futura.

### **1. A antecipação da conciliação da vida familiar e profissional na adultez emergente: diferenças de acordo com o estatuto ocupacional e o género**

Passamos agora a recordar os resultados obtidos na comparação dos jovens que frequentam o ensino universitário e dos que já desempenham o papel profissional. Relembre-se que a maioria destes trabalhadores se mantêm em regime de coabitação com os pais e, por conseguinte podem ser considerados tais como os estudantes, adultos emergentes. Analisámos, em primeiro lugar, as diferenças no desenvolvimento psicológico e das atitudes entre os adultos emergentes que estudam e os que trabalham para posteriormente, analisar as diferenças encontradas de acordo com o género.

Dando início à reflexão em torno das diferenças encontradas ao nível do desenvolvimento psicológico, verificou-se que os trabalhadores apresentam, com maior frequência, uma identidade em moratória, níveis mais elevados de independência funcional e um maior sentido de competência para cuidar dos outros e

gerir as tarefas domésticas. Por seu turno, os estudantes apresentam níveis de independência emocional mais elevados em relação aos pais e um auto-conceito global e de trabalho igualmente mais elevado do que os trabalhadores. Embora uma identidade de moratória, e um auto-conceito sujeito a flutuações, numa tentativa de construção da autonomia em relação às figuras parentais, sejam características da adultez emergente, existem especificidades nos contextos de vida dos estudantes e dos trabalhadores que se reflectem, de forma diferenciada, no seu desenvolvimento psicológico.

Globalmente, do ponto de vista do desenvolvimento psicológico, a adultez emergente, no contexto universitário ou na etapa de inserção no mercado de trabalho, tem efeitos diferenciais: para os universitários, permite a extensão de uma adolescência de contornos bem conhecidos, enquanto que para os trabalhadores surge como uma fase crucial de moratória para a posterior tomada de decisão em relação às opções de vida adulta. Nos estudantes, a independência emocional e o auto-conceito orientam o comportamento para alcançar objectivos de formação académica com uma visão optimista das futuras competências profissionais. Nos trabalhadores, o contacto com a realidade do trabalho exige um reajustamento das expectativas e estimula a exploração com vista ao futuro compromisso, isto é, o exercício do papel profissional parece introduzir diferenças. Para os jovens que trabalham, o processo de desenvolvimento que se iniciou na vida universitária vai corresponder à definição de um projecto de vida adulta. Este pode ser entendido na ligação entre características psicológicas, que dão lugar a uma escolha orientada para objectivos de vida e de representação da vida adulta, correspondendo ao que alguns autores chamam "processo de individuação". Este processo requer a capacidade de auto-avaliação das competências próprias, um sentido de disciplina pessoal e a capacidade de estabelecer planos para o futuro, tanto nos domínios afectivo, como no interpessoal e profissional, sem precisar de apoio constante por parte dos pais (Côté, 2006; Dias & Fontaine, 2001). Será, então, nesta era das possibilidades e das explorações que a identidade se irá, por certo, consolidar em torno de um conjunto de atitudes e de papéis sociais, que ocorrerá uma passagem de uma identidade de moratória e de níveis de independência emocional fracos em relação aos pais, para uma identidade construída, um auto-conceito estável e uma autonomia plena em relação aqueles. Progressivamente, irá deste modo dando lugar ao estabelecimento de compromissos em relação aos papéis de adulto (Tanner, 2006). De facto, uma síntese geral da literatura aponta para que os estudantes estejam centrados na

## CONCLUSÃO GERAL

conquista da autonomia em relação aos pais e no investimento na formação, nos contactos sociais e no lazer que este estatuto lhes proporciona. Neste sentido, verifica-se uma certa distância em relação à reflexão em torno de temas como os papéis de género e os futuros cenários de conflito e conciliação de papéis. Uma das questões que tem sido levantada na literatura prende-se com o facto de que o apoio crescente, por parte dos pais, aos jovens na transição para a idade adulta, transmite uma imagem “ideal” de vida e os torna pouco reflexivos sobre o mundo que está à sua volta e pouco participativos. Parece-nos ter sido isso que, dado os resultados encontrados poderá ter acontecido com os estudantes que participaram neste estudo. Apesar das atitudes positivas em relação ao trabalho dos estudantes parece-nos que, de algum modo, a vivência universitária se traduz numa etapa do ciclo de vida em que a reflexão e antecipação do futuro é ainda muito precária. Existe mais uma atitude centrada no presente com uma idealização do trabalho. Por outro lado, os resultados sugerem também que estes estudantes se sentem autónomos emocionalmente em relação aos pais. Nesta linha, os estudantes estariam a viver uma espécie de “extensão da adolescência”, onde a presença das características mais representativas que constituem a chamada adultez emergente ainda pouco se fazem sentir. Tal como defende Côté (2006), embora se possa pensar *à priori* que o contexto universitário deveria acelerar o processo de desenvolvimento da identidade, parece que o modo como a vivência da vida universitária está estruturada, em termos de objectivos de formação e de exploração ao nível das relações interpessoais, apenas contribuiu para o estabelecimento de uma fase de latência que não estimula uma reflexão aprofundada sobre projectos de vida adulta.

Num contexto onde os valores e a realidade do mundo laboral mudam, também as atitudes e as expectativas dos jovens deverão mudar. Parece, então, que o desenvolvimento económico e social pode provocar uma mudança nos valores e atitudes das gerações mais jovens em relação ao trabalho e à carreira profissional e que pode ser apelidada de “novo individualismo”. Neste quadro, quando os jovens se confrontam com estruturas de oportunidades que não acompanham as suas expectativas desenvolvem perspectivas contraditórias acerca do eu. Coexistem assim imagens idealizadas e expectativas positivas, tal como se verificou para os estudantes, com questionamento e dúvidas que estimulam reajustamentos identitários (Côté, 2006). A reflexão que os trabalhadores efectuem acerca do que esperam da sua actividade nesse campo, nomeadamente em termos de satisfação pessoal e possibilidades da actividade profissional lhes garantir isto, pode levar a uma

reavaliação dos seus compromissos nesse domínio. Assim, se por uma lado os trabalhadores do nosso estudo apresentam atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género, que podem ser fruto destas mudanças sociais, a verdade é que também apresentam atitudes mais negativas em relação ao trabalho e à carreira profissional por comparação com os estudantes. Estes jovens estarão, à partida, mais disponíveis para alterar o seu percurso profissional e de carreira: esta perspectiva e as atitudes negativas encontradas em relação a este domínio podem apenas traduzir uma busca de realização e satisfação no trabalho que ainda não foram alcançados. Assim se compreende que os trabalhadores valorizem mais do que os estudantes a estratégia de conciliação: concessão, mas também a possibilidade de ocorrência de conflito de papéis, corroborando a ideia de que a gestão de múltiplos papéis de vida pode ser difícil e vai implicar sacrifícios nos vários domínios de vida.

A comparação dos modelos relativos ao poder predictivo das atitudes para a antecipação das estratégias de conciliação da vida familiar e profissional leva-nos, também, a evidenciar as semelhanças e as diferenças encontradas para os dois grupos. Tanto para os estudantes como para os trabalhadores, a estratégia de conciliação baseada na concessão é predita pela presença de um estatuto de identidade vicariante. No seu conjunto, parece que os jovens antecipam que seguir os modelos sociais vigentes os levará a efectuar cedências para que a conciliação de papéis seja possível. Para além disto, no caso dos estudantes, a par de ser capaz de decidir sem o apoio emocional dos pais, o trabalho, na sua faceta negativa e positiva, irá também influenciar a necessidade de efectuar concessões. Esta perspectiva contrasta com a que é apresentada pelos trabalhadores para os quais a presença de uma identidade vicariante é preditora da estratégia de conciliação: concessão. Esta implica que para os trabalhadores não questionar ou reformular os modelos vigentes que incentivam a efectuar cedências para que a conciliação de papéis tornam esta opção como a única possível.

Ao nível dos preditores da estratégia de conciliação: negociação, também se verificam diferenças muito significativas entre grupos. Contudo e começando pelas semelhanças para ambos, estudantes e trabalhadores, ter atitudes igualitárias em relação aos papéis de género permite predizer o recurso à estratégia de conciliação: negociação. É compreensível que perspectivar as relações de género numa base de igualdade é um pressuposto para ser capaz de negociar e partilhar os papéis na família e no trabalho, com vista à conciliação dos mesmos. No caso dos estudantes, acresce-se a presença de um estatuto de identidade construída que os levou a

## CONCLUSÃO GERAL

questionar a divisão tradicional dos papéis de género e a assumir opções próprias, o que permite predizer a pertinência para a estratégia de conciliação negociação. O facto de ter reflectido sobre os seus objectivos de vida bem delineados (característica do estatuto de identidade construída) permite antever a utilização da negociação para conciliar os papéis de vida. No que se refere aos trabalhadores, o ponto de vista é bastante diferente: os preditores desta estratégia de conciliação passam, ao nível psicológico, pela presença de um auto-conceito global e profissional pouco elevado, mas acompanhado pela valorização da família e pela integração de atitudes positivas face ao trabalho. Não só se destaca a presença notória de um maior número de preditores desta estratégia de conciliação nos trabalhadores, como o facto desta pressupor a integração de aspectos referentes à família, ao trabalho, além da igualdade no exercício dos papéis de género. Parece ainda que um auto-conceito muito elevado para o trabalho, poderia colidir com a possibilidade de negociação e partilha de papéis na família, enquanto que a estratégia de conciliação: concessão exigiria apenas a aceitação da manutenção dos modelos tradicionais dominantes na sociedade, sem os questionar. A orientação dos trabalhadores para adoptar estratégias de conciliação de papéis baseadas na negociação implica não só a aceitação de questionar os papéis de género tradicionais mas também a valorização dos diferentes papéis de adulto (trabalho e família), o que nos parece uma perspectiva mais realista do que implica a conciliação de papéis.

Foram também observadas importantes diferenças de género. As raparigas de ambos os grupos apresentam valores mais elevados na independência emocional, em comparação com os rapazes enquanto que estes últimos apresentam níveis mais elevados de independência conflitual. Retomando a ideia de que, na adultez emergente, se efectua uma progressão de um estatuto de dependência para um estatuto de independência na relação com os pais, com objectivos de promoção da independência emocional e económica (Tanner, 2006) parece que as raparigas são mais bem sucedidas a este nível do que os rapazes. Contudo, não podemos esquecer que os rapazes têm valores de independência conflitual mais elevados o que é também importante quando se analisam as diferenças em relação à construção de autonomia entre raparigas e rapazes. Destaca-se, ainda, que as raparigas têm atitudes mais negativas em relação ao trabalho e carreira e têm atitudes mais igualitárias em relação aos papéis de género por comparação com os rapazes que são mais tradicionais para este domínio. Isto poderá implicar que dado que a dimensão social e tradicional associada à identidade feminina se situa no domínio familiar, elas



estarão de algum modo a questionar este papel através das suas atitudes em relação aos papéis de género mas estão também conscientes das dificuldades que irão sentir no mercado de trabalho por via, precisamente, da precária igualdade neste domínio, pelo menos para algumas actividades profissionais. Contudo, se uma das principais vantagens do desenvolvimento de atitudes em relação ao trabalho e à carreira profissional reside na possibilidade de esta ser planeada e, no caso das atitudes negativas, se ter mais facilidade em encontrar novas opções, quando as inicialmente previstas não se concretizam (Hamilton & Hamilton, 2006), então as raparigas apresentam algumas vantagens em relação a este aspecto, quando comparadas com os rapazes, que antecipam menos os aspectos negativos do trabalho. Parece também que as raparigas assumem um modelo social onde é importante ser-se competente em todos os papéis de vida mas isto terá certamente um custo se a igualdade de género não estiver assumida. Já os rapazes embora possam questionar os seus objectivos de vida também assumem compromissos a este nível, o que se revela pelo predomínio do estatuto de identidade construída. Contudo, mantêm-se tradicionais no que respeita aos papéis de género o que poderá, de algum modo, ser um domínio de vida para o qual a reflexão não é tão marcante para os rapazes como para as raparigas dado que, como foi visto anteriormente, tem menos repercussões negativas para eles do que para elas. Para além disto, e ao nível das diferenças de género num só grupo verifica-se que os rapazes estudantes apresentam valores mais elevados no estatuto de identidade vicariante, ou seja, estes jovens são aqueles que menos questionaram, pelo menos para já os modelos sociais vigentes. Contudo, são as raparigas estudantes que antecipam mais a necessidade de fazer concessões para conciliar papéis. Isto poderá significar que antecipam, entre outras, as dificuldades em conciliar papéis de vida sem ter que abdicar de algo ao nível pessoal, familiar ou mesmo profissional. Por outro lado, são as raparigas trabalhadoras que mais se sentam capazes de cuidar dos outros, numa perspectiva de exercício de um futuro papel tipicamente feminino que associa as mulheres ao "cuidar" antecipando, talvez o seu futuro envolvimento nesta tarefa. Como defende Nogueira (2001), as construções de feminilidade estão imersas na perspectiva tradicional, que dota as raparigas de uma capacidade "natural" para cuidar dos outros. Por último destaca-se que para ambos os grupos, os papéis de género são vistos de modo diferente, os rapazes sendo sempre mais tradicionais e as raparigas mais igualitárias. Estes resultados enquadram-se no que tem sido apontado pela literatura, destacando que as consequências menos positivas dos papéis de género nos domínios familiares e

## CONCLUSÃO GERAL

profissionais tem levado as raparigas a favorecer mais as atitudes igualitárias do que rapazes.

Destaca-se, ainda, que não surgiram diferenças de género nas atitudes em relação à família e parentalidade. Estes resultados podem ser explicados pelo desejo antecipado de formar a sua própria família, conforme o modelo transmitido pela família de origem.

Os modelos de antecipação da conciliação obtidos de acordo com o estatuto e com o género destacam que para ambos raparigas e rapazes estudantes a conciliação: concessão é predita pelas atitudes positivas e negativas em relação ao trabalho. Para os rapazes é ainda predita pela independência emocional e para as raparigas pela identidade vicariante. Pensamos que uma possível explicação para estes resultados pode estar associada, de novo, à transmissão dos valores tradicionais, que assumem que cada um deve fazer tudo para assegurar o desempenho do seu papel tradicional. Se, além disso, as raparigas querem investir noutro papel, é visto como imprescindível fazer algum sacrifício e renúncia para não descuidar o primeiro. Além disso, para as raparigas, o peso relativo dos modelos de conciliação observados, que passam por cedências individuais, parecem prefigurar a sua situação futura. Para os rapazes, a capacidade de seguir modelos diferentes exige independência emocional que irá implicar que conciliação de papéis passe também pela efectivação de concessões. De facto, se para as raparigas repetir os modelos com que foram socializadas não parece um problema, para os rapazes o mesmo não parece acontecer, na medida em que, para estes, não seguir os modelos irá implicar fazerem eles próprios concessões para lidar com os múltiplos papéis de vida. Constata-se ainda que para ambos ter atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e ter definido objectivos de vida, que se revelam na presença de uma identidade construída são os predizem a estratégia de conciliação: negociação.

No que se refere a esta mesma estratégia de conciliação: negociação e retomando as diferenças de género obtidas para os trabalhadores verificou-se que nas raparigas trabalhadoras, contribuem, para esta estratégia negativamente tanto as atitudes negativas em relação à família, como o auto-conceito global e de trabalho e as atitudes negativas em relação ao trabalho. De forma positiva, contribuem as atitudes positivas em relação ao trabalho e as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género. Parece clara a importância do trabalho, na medida em que este as poderá levar à necessidade de negociar e partilhar papéis, uma vez que o papel na

família deve estar assegurado e apresenta também aspectos negativos. Para os rapazes, contribuem negativamente tanto o auto-conceito global e de trabalho, como as atitudes negativas em relação à família. Parece, então, que a valorização da vida em família, a par de um sentido de competência não muito elevado para o trabalho, se associam à disponibilidade para negociar e partilhar papéis. Serão a importância da vida em família, a par de uma fraca avaliação das suas competências pessoais, a par da presença de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género que geram as condições para que a negociação seja possível no caso dos rapazes trabalhadores.

Na sua globalidade os resultados encontrados apontam para dois aspectos centrais: por um lado, as assimetrias entre estudantes e trabalhadores traduzem-se em diferentes dimensões do desenvolvimento psicológico e das atitudes em relação aos domínios dos papéis de adulto. No que diz respeito aos modelos antecipados de conciliação de papéis parece, num primeiro momento do ciclo de vida, que corresponde aos estudantes, haver um modelo dominante que se aproxima dos modelos tradicionais que valorizam a estratégia de conciliação: concessão. Contudo, num segundo momento que corresponde aos trabalhadores surge um modelo de conciliação que integra alguns aspectos observados nos modelos sociais vigentes mas que integra também alguma modernidade, na valorização da estratégia de conciliação: negociação. Destaca-se ainda que para todos as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género são bons preditores da estratégia de conciliação: negociação. Assim, se os espaços de construção da igualdade de género são crescentes nas gerações mais novas, também ficou patente que o género permanece como uma variável diferenciadora ao nível das atitudes e das estratégias antecipadas de conciliação de papéis.

## **2. Mudanças geracionais**

Em primeiro lugar destaca-se que as diferenças encontradas entre gerações são fortemente influenciadas pelo género. Contudo, apesar destas são também notórias as semelhanças entre mães e filhas, sendo ainda observadas algumas semelhanças entre mães e filhos em geral. Ao nível das diferenças geracionais, verifica-se que, para o domínio das atitudes em relação aos papéis de género, os pais são mais tradicionais e os filhos mais igualitários e, na geração dos filhos, as raparigas são mais igualitárias do que os rapazes. Parece que as jovens mulheres são as que

melhor percebem a importância e melhor integram os valores da igualdade nas suas atitudes.

Também as gerações mais jovens vêem, mais do que os pais, os aspectos positivos e negativos da família, o que é indicador do lugar que ela ocupa nas suas vidas. Estes resultados contrariam o discurso que aponta para o declínio da importância da família nas gerações mais jovens. As gerações mais jovens têm atitudes mais negativas e positivas em relação ao trabalho e carreira profissional, por comparação com a geração dos pais, embora, na geração dos filhos, os rapazes tenham atitudes mais positivas em relação ao trabalho do que as raparigas e na geração dos pais estes tenham atitudes mais negativas do que as mães. Estes resultados parecem estar associados às alterações do mercado social de emprego, onde os constrangimentos em relação aos investimentos e às expectativas se fazem sentir junto dos mais jovens e simultaneamente, o reflexo da socialização dos papéis tradicionais transmitidos, que assumem que o investimento no trabalho e no sucesso profissional deve ser mais importante para os homens. Do lado dos pais, decerto que as dificuldades de manutenção do posto de trabalho, a par da insatisfação relativa com o emprego os leva a ter atitudes pouco favoráveis em relação a este domínio. Comparativamente com os pais, e em relação às estratégias para a conciliação de papéis, os filhos esperam simultaneamente ter que efectuar mais concessões mas também esperam vir a recorrer mais à negociação e partilha para os conciliar.

Este último ponto é particularmente interessante, na medida em que denota uma diferença em relação à geração anterior, sobretudo na disponibilidade para efectuar concessões por parte dos rapazes e para negociar e partilhar papéis, por parte dos jovens em geral. Este resultado também parece-nos curioso, sobretudo na ausência de diferenças entre pais e mães, sendo pouco consistente com a literatura, que aponta para uma sobrecarga feminina no exercício da conciliação de papéis, que, por certo, implica efectuar concessões. Persiste a questão de saber se, de facto, estas mulheres efectuaram concessões, tal como estão definidas no instrumento de avaliação de estratégias de conciliação, ou se simplesmente acumularam os dois papéis. Este seria um aspecto a explorar num próximo estudo.

Por último, destaca-se também que a geração dos filhos e as mães apresentam valores mais elevados nas atitudes em relação à possibilidade de ocorrência de conflitos entre papéis do que os pais. Para o grupo das mães, os valores igualmente elevados que ocorreram não apresentam grandes dificuldades de interpretação, na medida em que se sabe, pela revisão de estudos apresentada

acerca do tema, que são as mulheres que sofrem a maior sobrecarga na conciliação de papéis. Contudo, como se viu, tanto os rapazes como as raparigas também apresentam valores elevados nestas atitudes. Se para as raparigas estes valores parecem poder ter sido influenciados pelos modelos a que estão expostas e que antecipam que poderão vir a se concretizar no seu caso, já para os rapazes podem ser um indicador de que a temática da conciliação de papéis também começa a ser encarada como um problema igualmente seu.

Tecendo agora alguns comentários sobre a comparação dos modelos de conciliação nas duas gerações, de acordo com o género, verifica-se que como principais diferenças entre homens e mulheres da geração dos pais, o facto de, para os homens, a valorização da família se associar à conciliação: concessão, enquanto que uma “desvalorização” do trabalho se associa a uma conciliação: negociação e partilha. Para as mulheres, são os aspectos negativos do trabalho e as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género que se associam à conciliação: concessão, enquanto a valorização da família se associa ao negociar e partilhar para a conciliação de papéis. Um breve comentário a estes resultados permite fazer alusão às raízes dos movimentos dos anos 70 e 80, em que a luta se travava pelo esclarecimento das posições masculinas mais rígidas. De facto, as mulheres, hoje em dia, estão preocupadas com aspectos centrais das suas vivências, por exemplo, como conjugar os papéis de mãe e de profissional e como modificar “as mentalidades” e criar condições para que tal seja possível (Matlár, 2002). Contudo, por muito meritórios que tenham sido esses movimentos que permitiram notáveis progressos ao nível da igualdade, para Matlár (2002) “as mulheres aceitaram que a igualdade fosse equivalente a ser como os homens, ou seja, a imitá-los” (p.17). Deste modo, a autora enfatiza que esta postura levou a que as mulheres “nunca aprofundaram as implicações da sua diferença relativamente aos homens, em termos de direitos e condições que lhes permitissem desempenhar o seu papel de mães, a par com o de profissionais” (Matlár, 2002, p.17). De facto, as diferenças entre homens e mulheres, no quadro da conciliação, não só estão presentes em ambas as gerações como, para mães e filhas, o trabalho e os papéis de género tradicionais são parece os factores mais determinantes para que se façam concessões no âmbito da conciliação de papéis.

Para além disto, a comparação dos modelos dos filhos de acordo com o género indica que, para as filhas, as atitudes negativas em relação ao trabalho e as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género se associam à conciliação: concessão,

enquanto que para a conciliação: negociação contribuem as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género. No caso dos filhos, são as atitudes negativas e positivas em relação ao trabalho e à carreira que se associam à conciliação: concessão, enquanto para a conciliação: negociação contribuem as atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira e também as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género.

Em resumo, e no que diz respeito aos aspectos comuns, destaca-se que, para ambas as gerações, e independentemente do género, ter atitudes igualitárias em relação aos papéis de género é imprescindível para adoptar uma estratégia de conciliação baseada na negociação e partilha de papéis. Outro aspecto que se destaca para ambas as gerações é a ausência de relação entre as atitudes em relação ao conflito de papéis e as estratégias de conciliação de papéis. Estes resultados reforçam a ideia de que se tratam de domínios independentes.

Ao nível das semelhanças entre gerações em função do género, verifica-se que, tanto para as mães como para as filhas, as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género e as atitudes negativas em relação ao trabalho predizem a estratégia de concessão. Estas são as condições nas quais as mulheres acreditam que vão ter que ceder, para conciliar os papéis de vida.

É sempre interessante efectuar comparações entre modelos de pais e filhos, pelas diferenças nas experiências e tempos de vida. Os pais tiveram experiência real de conciliação, desde que os filhos eram pequenos; os filhos baseiam-se em cenários hipotéticos. Torna-se difícil separar os efeitos da experiência do efeito de coorte. Seria interessante, em estudos futuros, seguir longitudinalmente a coorte dos filhos e avaliar as semelhanças e diferenças entre pais e filhos, quando estes últimos já exercerem tanto o papel profissional, como o papel parental. Contudo, a reduzida dimensão da amostra deste estudo também constitui uma limitação e será um aspecto a ter em consideração em estudos futuros, por forma a avaliar a consistência destes resultados e, porque não, tornar as amostras mais representativas das famílias portuguesas.

### 3. Influências dos pais nos filhos

Para efectuar a análise das influências dos pais nos filhos efectuamos uma breve alusão a alguns aspectos que enquadram o processo de transmissão intergeracional. Na perspectiva de Aquilino (2006), os pais servem de “professores da vida”, ou seja, transmitem aos filhos um conhecimento prático que lhes permite tomar

decisões para a sua vida. Os modelos educacionais que permitem observar semelhanças entre pais e filhos, ao nível das atitudes e das práticas, têm sido identificados sobretudo em famílias de nível sócio-económico mais elevado e em famílias com menos filhos. Nestas, o investimento na transmissão do capital cultural, no qual se inscrevem as atitudes e as práticas em relação aos papéis de adulto, é reforçado pela presença de um património cultural e educacional semelhante (Aquilino, 2006; Arnett, 2006). Todavia, convém lembrar que, na adultez emergente, os jovens, por um lado, já não dependem tanto dos pais como durante a adolescência, e, por outro lado, as relações pais-filhos nesta etapa alteram-se em termos hierárquicos, tornando-se mais igualitárias e dando lugar a uma maior reciprocidade entre ambos (Aquilino, 2006).

Iniciamos a análise do quadro das influências de pais para filhos com as influências das mães nas filhas e nos filhos. Constatou-se, que existe um conjunto de atitudes das mães influencia directamente as mesmas atitudes nas filhas: a estratégia de conciliação: concessão das mães influencia directamente essa mesma estratégia nas filhas. O mesmo acontece em relação às atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira, e às atitudes tradicionais em relação aos papéis de género. Curiosamente, as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género das mães influenciam as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género das filhas. Além disso, relações foram também observadas entre atitudes positivas em relação à família e parentalidade das mães e as atitudes tradicionais em relação aos papéis de género das filhas. Ora, neste quadro de influências, a estratégia de conciliação: negociação das filhas é predita pelas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género que, por sua vez, não sofrem qualquer influência por parte das mães. Parece, assim, que a estratégia de conciliação: negociação, aparece como um modelo que depende apenas de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género, que foram desenvolvidas independentemente das influências maternas. Esta atitude não parece ter sido herdada pela via da transmissão intergeracional, podendo, portanto, ser fruto espelho de uma mudança social mais geral. De facto, aquilo que é transmitido de mães para filhas é a estratégia de conciliação: concessão, assim como atitudes tradicionais em relação ao género e as atitudes negativas em relação ao trabalho.

Destaca-se que as atitudes dos pais não parecem exercer influências sobre as suas filhas, nas variáveis aqui analisadas. Poderão, assim, efectuar-se duas considerações sobre o facto das filhas não sofrerem qualquer influência nas suas atitudes por parte das atitudes dos seus pais. Sem negar a possibilidade desta

influência se pode fazer ao nível de outras variáveis que não fizeram parte deste estudo, duas questões em torno destes resultados poderão ser colocadas: estiveram os pais ausentes na educação das filhas? Será que o modelo actualizado pelos pais na sua família deixou de ter impacto sobre as filhas porque estas o situam numa realidade social e cultural diferente? Em qualquer dos casos, porque será que os pais não influenciam as filhas? Contrariamente ao apontado pela literatura, nem sequer os pais as influenciaram ao nível das atitudes em relação ao trabalho? Estas são questões que nos parecem merecer um aprofundamento em estudos futuros.

No caso da transmissão intergeracional de mães para os filhos verificou-se que a estratégia de conciliação: concessão e as atitudes negativas em relação ao trabalho das mães influenciam essas mesmas variáveis nos filhos. Isto implica que os aspectos negativos do trabalho, como, por exemplo, os horários, as exigências da carreira, a falta de motivação, entre outras, vão conduzir à necessidade de fazer cedências ao nível pessoal e familiar para conciliar os papéis. Esta parece ser a mensagem da mãe para os filhos reforçada pelo modelo materno de concessão. Por outro lado, a valorização da família por parte da mãe e as suas atitudes igualitárias em relação aos papéis de género vão as atitudes positivas em relação ao trabalho dos filhos, que por sua vez favorecem a adopção do modelo familiar onde a concessão e negociação são solução para a conciliação de papéis.

No que respeita às influências dos pais nos rapazes, o pai influencia as estratégias de conciliação: negociação e concessão. É ainda interessante notar que tanto as atitudes positivas em relação à família, como as atitudes igualitárias em relação aos papéis de género dos pais vão influenciar as atitudes positivas dos filhos em relação ao trabalho. Como possível interpretação deste resultado, apontamos para um efeito de socialização selectiva nos rapazes, onde tudo reforça o seu investimento no trabalho, ou seja, para eles o seu papel de trabalhador é fundamental para formar uma família, sem deixar de aderir a valores da igualdade. Como defende Mintz & Mahalik (1996), a socialização de género nos rapazes efectua-se através do reforço do papel de género masculino, que passa necessariamente pela valorização do papel profissional. Assim, a preservação do papel profissional leva a que os rapazes antecipem estratégias de conciliação, que passam tanto pela concessão, como pela partilha e pela negociação de papéis. Contudo, verifica-se também que a estratégia de conciliação: negociação e partilha de papéis sofre uma influência directa da estratégia de conciliação: concessão presente nos pais. De facto, se entendermos que a



negociação é assumida na família como uma tarefa essencialmente masculina e que a partilha de papéis passa essencialmente pela disponibilidade, por parte do homem, de dar um contributo para as tarefas domésticas (atitude tipicamente masculina que consiste em “dar uma ajuda pontual” nas tarefas domésticas em geral), parece-nos que este modelo vai influenciar os filhos no sentido de fazerem o mesmo e irem ainda mais longe estando disponíveis para negociar e dividir papéis. No entanto, devemos acrescentar que, para os filhos, as suas próprias atitudes de igualdade em relação aos papéis de género podem também conduzir a esta estratégia de conciliação de papéis. Deste modo, estes poderão ter uma disponibilidade maior para partilhar algumas das tarefas domésticas do que tiveram os seus pais, o que, aliás, tem vindo a ser documentado por diversos estudos, sobretudo no que se refere à participação no cuidado com as crianças.

Na verdade, apesar da tradição histórico-social da divisão dos papéis familiares, nas sociedades ocidentais, ter levado a que o trabalho doméstico e do cuidado dos filhos fosse um trabalho silenciado, por não se traduzir em produção de riqueza, ele é hoje reconhecido como de extrema importância em termos económicos, tanto por homens como por mulheres. Esta mudança de atitudes em relação à conciliação de papéis familiares e profissionais é particularmente importante, sobretudo nos casais mais jovens, dado que “com muita frequência, se verifica uma situação de concorrência entre progenitores: ambos acabaram de completar os estudos, estão ansiosos por fazer carreira e ambos pensam que o outro devia ser mais compreensivo (...) e com excepção dos casos em que os cônjuges põem os interesses do outro e dos filhos à frente dos seus, as pressões sobre a família tornam-se quase insuperáveis” (Matlár, 2002, p. 39).

Mesmo considerando que ambas as estratégias de conciliação de papéis podem ser importantes num determinado momento da vida, verifica-se que, de uma forma geral, as principais influências parentais nos filhos incidem sobre a estratégia de conciliação baseada na concessão, que foi provavelmente aquela que adoptaram nos seus modelos familiares. Apesar disto, parece que as influências da transmissão intergeracional de atitudes e estratégias de conciliação se fazem sentir tanto nos filhos como nas filhas, mas a estratégia de conciliação baseada na negociação e partilha de papéis surge por via da influência de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e não sofre influências parentais. Assim, se ambas as opções são possíveis, a primeira é aquela que é tendencialmente mais facilmente transmitida por via familiar.

### Algumas implicações

Na globalidade, estes resultados conduzem-nos a uma reflexão de carácter mais abrangente acerca da conciliação de papéis no contexto actual. Nos últimos anos, verificou-se um crescimento dos níveis gerais de instrução da população, de particular revelo na frequência do ensino superior, que hoje é, para o nosso país, maioritariamente feminina. Esta alteração nos padrões sócio-culturais tem repercussões no âmbito da igualdade de oportunidades, designadamente no acesso ao emprego, entre homens e mulheres (sobretudo naqueles que requerem uma qualificação superior). Contudo, não deixa de ser importante reflectir sobre o facto de que, apesar de uma educação de nível superior ser frequentemente associada à possibilidade de acesso a uma actividade profissional mais gratificante, a conjugação dos domínios familiares e profissionais nem sempre permite que esta gratificação seja plenamente antecipada. Como refere Matlárý (2002) “a presunção de que os homens e as mulheres se encontram em perpétuo conflito exclui qualquer espécie de consideração sobre a importância da família (...) a harmonia familiar prepara e sustenta os indivíduos no ambiente de trabalho. A conceptualização de família assenta num pressuposto de complementaridade entre os seus elementos, para que esta funcione, constituindo-se como um lugar de desenvolvimento harmonioso das pessoas que a compõem (...) dois empregos fora de casa mais um doméstico somam três empregos” (p.38). Acrescenta ainda que “a menos que os cônjuges se complementem verdadeiramente e sejam realmente solidários, é quase sempre a mulher quem acaba por acumular dois destes três empregos” (p. 38). É assim que surge o popularizado conceito de “segundo turno”, que aparece após o horário normal de trabalho e que normalmente é preenchido com actividades de manutenção do lar e cuidado das crianças, sendo que a sua duração não é certamente tão previsível como a do primeiro turno. Todavia, e para fugir um pouco a este pessimismo, também se constata que existe um envolvimento cada vez maior dos homens no cuidado dos filhos e no acompanhamento dos mesmos na sua vida escolar.

No que concerne ao futuro, pensamos que, de algum modo a leitura de dados do passado que se revelavam como mais pessimistas, pode ter constituído, no seu tempo, um espaço de mudança numa óptica que se acredita cada vez mais igualitária. Por um lado, as qualificações das mulheres tendem a crescer e o exercício de uma actividade profissional que as acompanha tenderá também para uma alteração dos perfis profissionais femininos dos diferentes sectores de actividade. Sem esquecer que

a conciliação da vida profissional e familiar continuará a ser uma esfera de domínio particularmente relevante para as mulheres, de algum modo as soluções e representações que se afiguram parecem ser promissoras, numa linha de equidade e de harmonia, para o desenvolvimento pessoal nos dois domínios. Sem esquecer alguns factores que contribuem para as assimetrias de género, podemos subscrever as palavras de Amâncio (1994), ao afirmar que "a interiorização do modo de ser feminino como uma natureza, confrontada com os valores dominantes do mundo de trabalho, leva as mulheres (...) a moderarem as suas aspirações, identificando-se com as mulheres de baixo estatuto e vendo, nas mulheres de estatuto elevado, a libertação da marca da sua categoria de pertença, através da assimilação do simbólico masculino e da perda dos atributos femininos" (p.181).

Em qualquer dos casos, parece-nos que um incremento na formação e educação no domínio da conciliação de papéis e nas relações deste domínio com o futuro exercício de papéis de adulto, poderia beneficiar os jovens. Tal como se verificou, de acordo com a perspectiva manifestada pelos estudantes, será o papel profissional que vai colidir com a vida familiar e levar à necessidade de fazer concessões. Esta perspectiva poderá ser verdadeira, mas não é certamente a única. Seria importante que estes jovens percebessem que a vida familiar também poderá, em certos momentos, colidir com a vida profissional e que convém antecipar essa possibilidade. No caso dos trabalhadores, verifica-se uma notória diferença de perspectiva do modo como a família e o trabalho podem levar a diferentes estratégias de conciliação de papéis: para as raparigas, a família e o trabalho levam a uma estratégia de concessão, enquanto para os rapazes, a valorização família leva a uma estratégia de negociação e partilha. Parece que, para estes, o papel profissional deve estar salvaguardado, logo, não é um domínio susceptível de ajustamentos, enquanto que as raparigas, tanto por motivos profissionais como por motivos familiares, estão mais disponíveis para efectuar concessões. Esta última integra-se claramente numa perspectiva clássica de conciliação, mediada pelo factor género, onde as mulheres se apresentam como mais disponíveis para ceder para conciliar papéis, do que os homens.

Para além disto, antever a possibilidade de conflito e de conciliação de papéis seria importante para ambos os grupos. Contudo, não só tal não se verifica como existe uma clara ausência de ligação entre a avaliação de competências específicas (no domínio da gestão de tarefas domésticas e de cuidado dos outros) e as atitudes em relação à família. Esta traduz-se em situações mais pontuais, de gestão das

## CONCLUSÃO GERAL

tarefas domésticas, num contexto de ajuda pontual à família ou na co-residência entre estudantes. O mesmo se verifica em relação à competência de cuidar dos outros, que também não aparece associada a atitudes face à família. De novo, persiste a questão da importância da ligação entre estas competências e o futuro exercício de papéis profissionais. Afigura-se que, de algum modo, a avaliação de competências, por estes adultos emergentes no domínio familiar, não se associa depois às atitudes para esse domínio. Este seria, em nosso entender, um ponto que deveria ser alvo de exploração em futuros estudos.

Pensamos, ainda, que seria igualmente importante chamar a atenção dos jovens para a existência de diferentes modelos de conciliação, e não apenas para aqueles em que foram socializados, ou com os quais convivem. Da mesma maneira, e dado que o trabalho aparece como um dos factores que, de forma antecipada, se associa a estratégias de conciliação baseadas na concessão, seria importante o desenvolvimento, ao nível laboral, de estratégias que apoiem a conciliação, para que os rapazes não sintam que trabalho exige sempre concessão. Tal como ficou evidenciado, o exercício de uma actividade profissional vai influenciar não apenas as atitudes em relação ao trabalho e à família, como em relação à conciliação. Deste modo, julgamos que a transição para um regime de residência autónoma, ou com um parceiro, poderá também permitir uma visão e uma experiência mais próximas do que significa ser adulto e poderá contribuir para uma perspectiva mais realista e reflectida sobre a conciliação da vida familiar. Se bem que, por constrangimentos de natureza cultural e económica, possa não ser facilmente aceite, parece que constitui um cenário que, se for devidamente apoiado, pode facilitar não apenas a aprendizagem da conciliação da vida familiar e profissional, como pode determinar o desenvolvimento de opções e estratégias que a fomentem.

Por último, seria importante chamar a atenção dos adultos emergentes sobretudo dos mais jovens, para a importância da conciliação na vida adulta e para a necessidade de se pensar nela. Paralelamente, criar estruturas de apoio à transição para a idade adulta, gerando independência, experiências profissionais, espaços de reflexão, sobretudo para os mais novos. Não esperar que a conciliação vá acontecer espontaneamente ou que bastaria só pensar no assunto depois. Ela faz parte da vida de todos e, apesar deste trabalho versar a temática da conciliação da vida familiar e profissional, será também importante considerá-la de uma forma mais alargada, ou seja, da vida profissional e pessoal, independentemente da vida familiar com a lógica da constituição de uma família própria. A nossa opção prendeu-se com o facto de que

a maioria dos estudos revela que os jovens portugueses manifestam o desejo de constituir a sua própria família com filhos. Para além disso, parece ser esta a etapa do ciclo de vida, onde a temática da conciliação se coloca com maior pertinência. Contudo, e apesar da opção efectuada, pensamos que esta temática não se esgota nesta perspectiva e deveria ser alargada a outras opções de vida, que não contemplem unicamente a vida em família com filhos, mas destaquem o papel da vida conjugal e dos espaços individuais, que também colocam a questão da conciliação entre papéis.

Ao nível da intervenção e dos programas de sensibilização para a conciliação da vida familiar e profissional, pensamos que, mais do que abordar as diferenças de género, poderá ser interessante analisar as especificidades individuais para a construção de um modelo de conciliação que seja satisfatório para ambos os elementos do casal.

Seria desejável, também, aproveitar o período de moratória social para responsabilizar os adultos emergentes, como cidadãos activos, pelas suas escolhas e pelos seus percursos, e através de programas de desenvolvimento para estas faixas etárias, promover o desenvolvimento de competências e da participação activa dos jovens na sociedade. Se, por um lado, o hedonismo dos tempos modernos contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade de consumo, por outro lado, nem sempre permite o desenvolvimento de escolhas e percursos pessoais claros, dado que tudo fica imerso num processo transitório e pouco definido, que pode estender a moratória por longos anos e evitar a responsabilização a todo o custo. Esta situação pode levar não só a dinâmicas de precariedade e desresponsabilização constante, em termos de inserção laboral, como a dificuldade no estabelecimento de relacionamentos afectivos e na construção de uma identidade segura. Nesta óptica, as políticas de apoio ao emprego, arrendamento e flexibilidade (não precariedade) do mercado de trabalho poderiam dar um contributo importante para uma transição mais activa para a idade adulta. Por outro lado, se os tempos mudaram, também as formas de conciliação devem ter mudado, esperando-se por isso mais apoio por parte do mercado de trabalho e mais envolvimento dos jovens nesta questão. Também as opções marginais, ou seja, não querer assumir ou adiar a constituição da família, a parentalidade e a conciliação de papéis, tal como foi verificado, acarreta alguns custos do ponto de vista social. Estes são jovens que nunca estão preparados para nada e que vivem num quadro de hedonismo e expectativas passivas face ao futuro. Podem mesmo estar imersos numa cultura de "entitlements", ou seja, de direitos sem deveres,

e isto poderá levar a uma desresponsabilização ou de vinculação precária com os papéis de adulto, gerando níveis elevados de insatisfação e mal-estar. Parece-nos, novamente, que a sensibilização para esta temática poderá ter efeitos positivos e contrariar estes cenários menos optimistas.

Por último, note-se que as raparigas e os rapazes não se sentem especialmente diferentes nas suas avaliações de competências familiares e profissionais. Esta realidade leva, então, à questão de se saber se serão pressões sociais para a divisão dos papéis, assim como o casamento e o nascimento dos filhos, que vão precipitar a divisão assimétrica dos papéis de género. Este poderá ser também um tema a ser analisado futuramente.

Convém ainda destacar que a adultez emergente é um fenómeno das classes urbanas e escolarizadas, e não se poderá esquecer que ele apresenta características específicas, quando se trata de jovens que já efectuaram ou estão a efectuar a sua formação num contexto universitário e que têm acesso a recursos e apoios constantes por parte dos pais (Arnett, 2006; Côté, 2006). Contudo, observar a adultez emergente junto de jovens que não frequentam o contexto universitário, ou que provêm de meios sociais menos favorecidos, permitirá chegar, por certo, a uma visão mais abrangente do que pode representar esta etapa do ciclo vital e do modo como esta vai determinar o exercício futuro dos papéis de adulto. Nesta perspectiva, uma das vantagens que se nos afigura evidente prende-se com o facto de aliar aspectos de natureza sociológica, como as modificações nas estruturas sociais e o modo como estas se reflectem ao nível das características psicológicas dos jovens e na sua relação com o futuro exercício dos papéis de adulto. Por outro lado, e dada a sua modernidade, permite simultaneamente reenquadrar, do ponto de vista conceptual e interdisciplinar, algumas das teorias e das suposições àcerca do desenvolvimento psicológico, na transição para a idade adulta. Além disto, o facto de ser um fenómeno social localizado na interface com aspectos de natureza psicológica e sociológica permite analisar, de forma diferenciada, o processo da adultez emergente, de acordo com características específicas, como o género. Uma das questões que poderá ser então colocada prende-se com uma possível avaliação dos custos e dos benefícios da adultez emergente, na antecipação e na futura concretização dos papéis de adulto, com vista a encontrar estruturas de apoio social e de apoio ao desenvolvimento psicológico dos jovens, que evitem que alguns prolonguem, de forma indefinida, a sua moratória, podendo instalar-se num processo de adultez incompleta ou inacabada, que aparece associada a comportamentos de risco. Contudo, e como defende Arnett (2000), o facto

da adultez emergente se caracterizar pela exploração e ausência de certezas em relação ao futuro implica que as decisões ainda não estão formadas, logo, pode ter expressões diferentes para os diferentes domínios de vida do indivíduo.

Em estudos futuros, sugere-se para além da análise de variáveis psicológicas como o auto-conceito e o estatuto de identidade, o estudo de variáveis de contexto e de relação que também possam estar associadas à conciliação da vida familiar e profissional. Também se podem categorizar os sujeitos em função do seu desenvolvimento psicológico e analisar em que medida perspectivam diferentes modos de conciliação de papéis familiares e profissionais, sendo ainda útil replicar o estudo com amostras maiores e mais diversificadas, sem se limitar necessariamente com adultos emergentes com formação universitária.

No quadro das relações entre gerações, algumas implicações para a dinâmica familiar podem também ser inferidas a partir destes resultados. Assim, parece-nos importante investir na formação do papel familiar por parte dos pais em relação aos filhos, por exemplo, levando os filhos a participarem nas tarefas familiares e responsabilizando-o evitando, por isso, uma sobreprotecção em relação aos aspectos familiares, o que os levaria a assumir o trabalho como única preocupação na vida. Isto poderá permitir não só o desenvolvimento de competências neste domínio, como também os tornará mais aptos a lidar com a conciliação de papéis familiares e profissionais. Acresce ainda que este envolvimento na vida familiar poderá ser especialmente importante para os rapazes, dado que, por via da socialização diferencial de género, este envolvimento tende a ser valorizado apenas para as filhas.

Também nos parece interessante ter constatado que a estratégia de negociação para a conciliação de papéis depende apenas nos jovens de atitudes igualitárias em relação aos papéis de género e que não foram transmitidas pela família. Pensamos que, em estudos futuros, esta questão deveria ser explorada, com o objectivo de analisarmos em que medida a opção por esta estratégia se deve a um distanciamento dos modelos parentais, que poderão ter sido avaliados como pouco satisfatórios ou pouco adequados à vida actual e por isso implicar uma reconstrução de modelos pessoais.

Muito interessante foi também verificar que o conflito de papéis não é transmitido por via geracional de pais para filhos, o que nos parece bastante positivo e contraria alguns dos estudos sobre os efeitos nefastos do conflito de papéis na transmissão intergeracional de atitudes e comportamentos entre pais e filhos. Apesar disto, verifica-se que as mães se aproximam dos filhos e das filhas nesse sentido e

que elas lhes transmitem os aspectos negativos do trabalho e a importância de efectuar concessões para conciliar os papéis de vida. Destaca-se que esta é a perspectiva tradicional: que o trabalho é a causa da necessidade de concessões por parte das mulheres que dizem estar disponíveis para a família. De igual modo e para os filhos, também são os aspectos negativos do trabalho que vão implicar fazer uso da estratégia de conciliação baseada na concessão. Parece, assim, que a família deve ser preservada das influências negativas do trabalho, sendo esta uma perspectiva de carácter tradicional, na medida em que as influências recíprocas entre papéis parecem não serem contempladas. Outra explicação possível para estes resultados pode ainda residir no facto destes jovens contarem com o apoio familiar e não com apoio institucional para a conciliação de papéis. Neste caso, seria, de facto, o trabalho que dificultaria a vida familiar. De novo, a importância de políticas e medidas de apoio à conciliação da vida familiar e profissional, parecem ser fundamentais para minimizar estes efeitos. Ainda ao nível de futuros estudos neste domínio, pensamos que, de algum modo, poderiam incidir sobre o período de transição para a parentalidade que dá um maior relevo à temática da conciliação de papéis. Para além disto, valorizar a família reflecte-se numa valorização do trabalho, porque é este que permite a sobrevivência de uma família. Estudos que integrem o valor atribuído ao exercício do papel familiar e profissional em jovens adultos que já exercem estes papéis, poderiam contribuir para um melhor esclarecimento deste tema.

Se este estudo apresenta um carácter inovador na medida em que compara as influências dos pais e das mães separadamente nos filhos sugere-se que, ainda que em futuros estudos, de natureza longitudinal, se avaliem as influências de pais para filhos em situação de exercício de papéis, ou seja, quando os filhos já exercem ambos os papéis profissionais e familiares e sendo provenientes de meios sócio-culturais mais diversificados. Para além disso, não existe um modelo único de conciliação de papéis; portanto, categorizar as famílias por modalidades de conciliação e avaliar a importância destes modelos para os filhos seria, também, um tema a ser alvo de estudo no futuro. Saliencia-se assim como possível limitação do estudo aqui apresentado que o facto de ter um carácter transversal implica que as relações causais nos modelos de hipóteses só representem uma das possibilidades de relações que são compatíveis com os dados o que significa que outros modelos são passíveis de ser encontrados para além dos que aqui foram apresentados e discutidos.

Por último, não podemos deixar de destacar, como possível limitação conceptual deste estudo, a persistência do problema da relação entre teoria e prática,



ou seja, mesmo considerando que as atitudes são o melhor preditor dos comportamentos, muitos aspectos da dinâmica social e familiar ficam por explicar. Acreditamos, contudo, que pode contribuir, de forma decisiva, tanto para a antecipação como para a futura conciliação de papéis familiares e profissionais e daí ter sido esta a nossa opção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acock, A. & Demo, D. H. (1984). *Family diversity and well-being*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Adamson, L. & Lyxell, B. (1996). Self-concept and questions of life: identity development during late adolescence. *Journal of Adolescence*, 19, 569-582.
- Allen, S. F. & Stoltenberg, C. D. (1995). Psychological separation of older adolescents and young adults from their parents: an investigation of gender differences. *Journal of Counselling & Development*, 73, 542-546.
- Almeida, D. M., Wethington, E. & Chandler, A. L. (1999). Daily transmission of tensions between marital dyads and parent-child dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 49-61.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (2004). *Aprender a ser homem: construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amatea, E. S., Cross, E. G., Clark, J. E., & Bobby, C. L. (1986). Assessing the work and family expectations of career-oriented men and women: The Life Role Saliency scales. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 831-838.
- Andrade, C. & Fontaine, A. M. (2005). University students' attitudes towards expected roles in work, career and family. In G. Rott; G.F. Dias & J-P Broome (Eds) *Cognition, motivation and emotion: Dynamics in academic environment*. [URL: [elpub/bib.Uniwuppertal.de/edocs/dokumente/zsb/fedora/conf2002/fedora02.pdf](http://elpub/bib.Uniwuppertal.de/edocs/dokumente/zsb/fedora/conf2002/fedora02.pdf)]
- Apparala, M., Reifman, A. & Munsch, J. (2003). Cross-national comparison of attitudes toward fathers' and mothers' participation in household tasks and childcare. *Sex Roles*, 48, 189-203.
- Aquilino, W. (1991). Predicting parents' experiences with coresident adult children. *Journal of Family Issues*, 12, 323-342.
- Aquilino, W. (1997). From adolescence to young adulthood: a prospective study of parent-child relations during the transition to adulthood. *Journal of Marriage and the Family*, 59, 670-686.
- Aquilino, W. (2006). Family relationships and support systems in emerging adulthood. In Arnett & Tanner (org.) *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st Century*. Washington: American Psychological Association. pp 193-217.
- Archer, S. (1985). Career and/or family: the identity process for adolescent girls. *Youth and Society*, 16, 289-314.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Archer, S. (1989). Gender differences in identity development issues of process, domain and timing. *Journal of Adolescence*, 12, 117-138.
- Arditti, J. A., Godwin, D. D., & Scanzoni, J. (1991). Perceptions of parenting behavior and young women's gender role traits and preferences. *Sex Roles*, 25, 195-211.
- Arnett, J. J. (1998). Learning to stand alone: the contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development*, 41, 295-315.
- Arnett, J. J. (1999). Adolescent storm and stress, reconsidered. *American Psychologist*, 54, 317-326.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging Adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Arnett, J. J. (2001). Conceptions of the transition to adulthood: perspectives from adolescence through midlife. *Journal of Adult Development*, 8, 133-143.
- Arnett, J. J., Ramos, K. D. & Jensen, A. (2001). Ideological views in emerging adulthood: Balancing autonomy and community. *Journal of Adult Development*, 8, 69-79.
- Arnett, J. J. & Tanner, J. (2006) *Emerging adults in America: coming of the age in the 21st century*. Washington: American Psychological Association.
- Aronson, R., Kimberly, M. & Schaler B. E. (2001). The post-feminist era: still striving for equality in relationships. *American Journal of Family Therapy*, 29, 109-124.
- Arrighi, B. & Maume, D. (2000). Workplace subordination and men's avoidance of housework. *Journal of Family Issues*, 21, 464-487.
- Ashmore, R. D. & del Boca, F. K. (1979). Sex stereotypes and implicit personality theory: toward a cognitive-social psychological conceptualization. *Sex Roles*, 5, 219-248.
- Baber, K. M. & Monaghan, P. (1988). College women's career and motherhood expectations: new options, old dilemmas. *Sex Roles*, 19, 189-203.
- Bailey, W. T. (1994). A longitudinal study of fathers' involvement with young children: Infancy to age 5 years. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.
- Bandura, A. (1977a). *Social learning theory*. Oxford, England: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1977b). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bandura, A. & Adams, N. E (1977). Analysis of self-efficacy theory of behavioral change. *Cognitive Therapy and Research*, 1, 287-310.
- Bandura, A. (1986). The explanatory and predictive scope of self-efficacy theory. *Journal of Social & Clinical Psychology*, 4, 359-373.

- Barak, A., Feldman, S., & Noy, A. (1991). Traditionality of children's interests as related to their parents' gender stereotypes and traditionality of occupations. *Sex Roles*, 24, 511-524.
- Barling, J., Kelloway, E. K., & Bremermann, E. H. (1991). Pre-employment predictors of union attitudes: the role of family socialization and work beliefs. *Journal of Applied Psychology*, 76, 725-731.
- Barling, J., Dupre, K. E. & Hepburn, C. G. (1998). Effects of parents' job insecurity on children's work beliefs and attitudes. *Journal of Applied Psychology*, 83, 112-118.
- Barnett, R. C., Kibria, N. & Baruch, G. K. (1991). Adult daughter-parent relationships and their associations with daughters' subjective well-being and psychological distress. *Journal of Marriage & the Family*, 53, 29-42.
- Barnett, K., Del Campo, R., L. Del Campo, D. S., & Steiner, R. L. (2003). Work-family balance among dual-earners working-class mexican-americans: implications for therapists. *Contemporary Family Therapy*, 25, 353-366.
- Barnett, R. C. & Hyde, J. S. (2001). Women, men, work, and family: an expansionist theory. *American Psychologist*, 56, 781-796.
- Barnett, R. C., Garies, K. C., James, J. & Steele, J. (2003). Planning ahead: college senior's concerns about career-marriage conflict. *Journal of Vocational Behavior*, 62, 305-319.
- Bartley, D. & Robitschek, C. (2000). Career exploration: a multivariate analysis of predictors. *Journal of Vocational Behavior*, 56, 63-81.
- Baruch, G., & Barnett, R. (1983). Adult daughters' relationships with their mothers. *Journal of Marriage and the Family*, 45, 601-606.
- Baruch, G. K. & Barnett, R. C. (1986). Consequences of fathers' participation in family work : parents' role strain and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 983-992.
- Batalova, J. & Cohen, P. (2002). Premarital cohabitation and housework: couples in cross-national perspective. *Journal of Marriage and Family*, 64, 743-755.
- Baxter, J. (2000). The joys and justice of housework. *Sociology*, 34, 609-631
- Baydar, N. & Brooks-Gunn, J. (1998). Profiles of grandmothers who help care for their grandchildren in the United States. *Family Relations*, 47, 385-393.
- Bernadett-Shapiro, S., Ehrensaft, D. & Shapiro, J. L. (1996). Father participation in childcare and the development of empathy in sons: an empirical study. *Family Therapy*, 23, 77-93.
- Bernard, H. (1981). Identity formation during late adolescence: a review of some empirical findings. *Adolescence*, 16, 349-358.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Betz, N. E. & Fitzgerald, L. F. (1987). *The career psychology of women*. San Diego, CA, US: Academic Press.
- Bielby, W.T. & Bielby, D.D. (1989). Family ties: balancing commitments to work and family in dual earner households. *American Sociological Review*, 54, 776-789.
- Biller, H. B. & Weiss, S. D. (1970). The father-daughter relationship and the personality development of the female. *Journal of Genetic Psychology*, 116,79-93.
- Blair, S. L. (1992).The sex-typing of children's household labor: parental influence on daughters' and sons' housework. *Youth & Society*, 24,178-203.
- Blos, P. (1979). Modifications in the classical psychoanalytical model of adolescence. *Adolescent Psychiatry*, 7, 6-25
- Blustein, D. L., Devenis, L. E. & Kidney, B. A. (1989). Relationship between the identity formation process and career development. *Journal of Counseling Psychology*, 36,196-202.
- Bolger, N., DeLongis, A., Kessler, R. C, & Welhington, E. (1989). The contagion of stress across multiple roles. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 175-183.
- Booth, A. & Amato, P (1994). Parental gender role nontraditionalism and offspring outcomes. *Journal of Marriage and the Family*, 56, 865-877.
- Botkin, D. A, Weeks, M. O. & Morris, J. E. (2000). Changing marriage role expectations: 1961-1996. *Sex Roles*, 42, 933-942.
- Boyd, C. J. (1989). Mothers and daughters: a discussion of theory and research. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 291-301.
- Brannen, J. & Smitson, J. (1998). Conciliação entre o trabalho e os filhos: Perspectivas de futuro para jovens de cinco países. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 27,11-25.
- Brannen, J., Kugelberg, C., Guerreiro, M.D. & Smithson, J. (2001). Imagining parenthood and employment. In Brannen, Lewis & Nilsen (Eds), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*. (pp.116-136). London: Routledge.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742
- Brown, D. & Crace, R. K. (1996). Values in life role choices and outcomes: A conceptual model. *Career Development Quarterly*, 44, 211-223.
- Cabral-Cardoso, C. (2003). *A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em contexto empresarial*. Braga: Escola de Gestão da Universidade do Minho.
- Campbell-Clark, S. (2000). Work/family border theory: a new theory of work/family balance. *Human Relations*, 53, 747-770.

- Carlson, D.S. (1999). Personality and role variables as predictors of tree forms of work-family conflict. *Journal of Vocational Behaviour*, 55, 236-253.
- Carlson, D. S., & Kacmar, K. M. (2000). Work-family conflict in the organization: do life roles values make a difference? *Journal of Management*, 26, 1031-1054.
- Carlson, D. S.; Kacmar, K. M. & Williams, L. J. (2000). Construction and initial validation of a multidimensional measure of work-family conflict. *Journal of Vocational Behaviour*, 52, 249-276.
- Carlson, D. S. & Frone, M. R. (2003). Relation of behavioral and psychological involvement to a new four-factor conceptualization of work-family interference. *Journal of Business & Psychology*, 17, 515-535.
- Carreiras, H. (1997). *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Carson, J. L. & Parke, R. D. (1996). Reciprocal negative affect in parent-child interactions and children's peer competency. *Child Development*, 67, 2217-2226.
- Cavalli, A. (1997). The delayed entry into adulthood: is it good or bad for society? *Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery*. Lisbon: Instituto de Ciências Sociais.
- Cella, D., DeWolfe & Fitzgibbon, M. (1987). Ego-identity status, identification and decision-making style in late adolescents. *Adolescence*, 12, 848-861.
- Chase-Lansdale, P. L., Brooks-Gunn, J. & Paikoff, R. L. (1991). Research and programs for adolescent mothers: missing links and future promises. *Family Relations*, 40, 396-403.
- Chen, Z. & Kaplan, H. B. (2001). Intergenerational transmission of constructive parenting. *Journal of Marriage & the Family*, 63, 17-31.
- Chisholm, L. & Hurrelmann, K. (1995). Adolescence in modern Europe: pluralized transition patterns and their implications for personal and social risks. *Journal of Adolescence*, 18, 129-158.
- Chisholm, L. (1997) *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery. Lisboa: Instituto de Ciências, 11-15.
- Chow, E. N. & Berheide, C. W. (1988). The interdependence of family and work: a framework for family life education, policy, and practice. *Family Relations*, 37, 23-28.
- Cinamon, R. G. & Rich, Y. (2002a). Profiles of attribution of importance to life roles and their implications for the work-family conflict. *Journal of Counseling Psychology*, 49, 212-220.
- Cinamon, R. G. & Rich, Y. (2002b). Gender differences in attribution of importance to life roles: Implications for work-family conflict. *Sex Roles*, 47, 531-541.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cinamon, R. G. (2006). Anticipated work-family conflict: effects of gender, self-efficacy and family background. *The Career Development Quarterly*, 54, 202-215.
- Cohen, L. H., Burt, C. E. & Bjorck, J. P. (1987). Life stress and adjustment : effects of life events experienced by young adolescents and their parents. *Developmental Psychology*, 23, 583-592.
- Cohen, N. J., Coyne, J. C. & Duvall, J. D. (1996). Parents' sense of 'entitlement' in adoptive and nonadoptive families. *Family Process*, 35, 441-456.
- Cole, D. A., Maxwell, S. E., Martin, J. M., Peeke, L. G., Seroczyynski, A. D., Tram, J.M., Hoffman, K. B., Ruiz., M. D., Jacquez, F. & Maschman, T. (2001). The developmental of multiple domains of child and adolescent self-concept: a cohort sequential longitudinal design. *Child Development*, 72, 1723-1746.
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1208-1233.
- Cook, E. P. (1999). The gendered context of life: implications for women's and men's career-life plans. *The Career Development Quarterly*, 41, 227-237.
- Cooper, C. & Grotevant, H. (1987). Gender issues in the interface of family experience and adolescents' friendship and dating identity. *Journal of Youth and Adolescence*, 16, 247-264.
- Corder, J., & Stephan, C. (1984). Females' combination of work and family roles: adolescent aspirations. *Journal of Marriage and the Family*, 46, 391-402.
- Cordon, J. (1997). Youth residential independence and autonomy: A comparative study. *Journal of Family Issues*, 18, 576-607.
- Costa. M. E. (1991). *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Lisboa: INIC.
- Costa, A (1992). *Representações sociais de homens e mulheres em Portugal*. Lisboa: CIDM.
- Côté, J. E. (1996). Sociological perspectives on identity formation: the culture-identity link and identity capital. *Journal of Adolescence*, 19, 417-428.
- Côté, J. E. & Schwartz, S. J. (2002). Comparing psychological and sociological approaches to identity: identity status, identity capital, and the individualization process. *Journal of Adolescence*, 25, 571-586.
- Côté, J. E. (2002). The role of identity capital in the transition to adulthood: the individualization thesis examined. *Journal of Youth Studies*, 5, 117-134.
- Côté, J. E. (2006). Emerging adulthood as an institutionalized moratorium: risks and benefits to identity formation. In Arnett & Tanner (org.) *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st Century*. Washington: American Psychological Association, pp. 85-116.

- Covin, T. J. & Brush, C. C. (1991). An examination of male and female attitudes toward career and family issues. *Sex Roles*, 25, 393-415.
- Craig-Bray, L., Adams, G. & Dobson, W. (1988). Identity formation and social relations during late adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 17, 173-187.
- Crisholm, L. & Hurrelmann, K. (1995). Adolescence in modern Europe: pluralized transition patterns and their implications for personal and social risks. *Journal of Adolescence*, 18, 129-158.
- Crouter, A. & Manke B. (1997). Development of a typology of dual-earner families: a window into differences between and within families in relationships, roles and activities. *Journal of Family Psychology*, 11, 62-75.
- Crouter, A., Bumpus, M., Maguire, M. & McHale, S. (1999). Linking parents' work pressure and adolescents' well-being: Insights into dynamics in dual-earner families. *Developmental Psychology*, 35, 1453-1461.
- Cunningham, M. (2001). The influence of parental attitudes and behaviors on children's attitudes toward gender and household labor in early adulthood. *Journal of Marriage and the Family*, 63, 111-122.
- Cunningham, M. (2005). Gender in cohabitation and marriage: the influence of gender ideology on housework allocation over the life course. *Journal of Family Issues*, 26, 1037-1061.
- Curtis, A. (1991). Perceived similarity of mothers and their early adolescent daughters and relationship to behavior. *Journal of Youth and Adolescence*, 20, 381-395.
- Dancer, L. S. & Glibert, L. A. (1993). Spouses' family work participation and its relation to wives' occupational level. *Sex Roles*, 28, 127-145.
- Danielsen, L., Lorem, A. & Kroger, J. (2000). The impact of social context on the identity-formation process of Norwegian late adolescents. *Youth and Society*, 31, 332-362.
- Davey, F. H. (1998). Young women's expected and preferred patterns of employment and child care. *Sex Roles*, 38, 95-102.
- Deaux, K. & Kite, M. E. (1985). Gender stereotypes: Some thoughts on the cognitive organization of gender-related information. *Academic Psychology Bulletin*, 7, 123-144.
- Debats, D. (1999). Sources of meaning: an investigation of significant commitments in life. *Journal of Humanistic Psychology*, 39, 30-58.
- Deutsch, F., Lussier, J. B. & Servis, L. (1993). Husbands at home: predictors of paternal participation in childcare and housework. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 1154-1166.
- Deutsch, F. & Saxon, S. (1998). Traditional ideologies, non-traditional lives. *Sex Roles*, 38, 331-362.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Deutsch, F. (1999). *Having it all: How couples share parenting*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Dias, G. F. (1996). *Tarefas desenvolvimentais e bem-estar psicológico dos jovens*. Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Manuscrito não publicado.
- Dias, G. & Fontaine, A. M. (1996). Tarefas desenvolvimentais e bem-estar dos jovens: algumas implicações para o aconselhamento psicológico. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 103-114.
- Dubas, J. S. & Petersen, A. C. (1996). Geographical distance from parents and adjustment during adolescence and young adulthood. *New Directions for Child Development*, 71, 3-19.
- Eagly, A & Wood (1991). Explaining sex differences in social behavior: a meta-analytic perspective. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17, 306-315.
- Eccles, J. S., Wigfield, A., Flanagan, C. A., Miller, C., Reuman, D. A. & Yee, D. (1989). Self-concepts, domain, values, and self-esteem: relations and changes at early adolescence. *Journal of Personality*, 57, 283-310.
- Eccles, J. S. (1994). Understanding women's educational and occupational choices. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 585-610.
- Edwards, J. & Rothbard, N. (2000). Mechanisms linking work and family: clarifying the relationship between work and family constructs. *The Academy of Management Review*, 25, 178-199.
- Edwards, M. (2001). Uncertainty and the rise of work-family dilemma. *Journal of Marriage and Family*, 63, 183-196.
- Engel, D. J.; Snyder, A. R. & Manning, W. D. (1996). Children in single-father families in demographic perspective. *Journal of Family Issues*, 17, 441-465.
- Elejabertia, C. (1997). El desafío de la modernidad. *Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery*. Lisbon: Instituto de Ciências Sociais.
- Erel, O. & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108-132.
- Etaugh, C. & Moss, C. (2001). Attitudes of employed women toward parents who choose full-time or part-time employment following their child's birth. *Sex Roles*, 44, 611-619.
- Facio, A. & Micocci, F. (2003). Emerging Adulthood in Argentina. *New Directions for Child & Adolescent Development*, 203, 21-32.
- Famwork Project (2004). *Famwork Milestone Report 1: household labour, work-family linkages, and family life: a state-of-the-art report*. Manuscrito não publicado.
- Ferree, M. M. (1990). Beyond separate spheres: feminism and family research. *Journal of Marriage & Family*, 52, 866-884.

- Ferreira, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego. In B. S. Santos (Org.) *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, Vi. & Tavares, T. (2000). Políticas de igualdade: Perspectivas e Paradoxos-Apresentação. *Ex-Aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 2/3, 7-12.
- Figueiredo, E. (2001). *Valores e Gerações: Anos 80 Anos 90*. Lisboa: ISPA.
- Fine, M. A.; Voydanoff, P. & Donnelly, B. W. (1993). Relations between parental control and warmth and child well-being in stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 7, 222-232.
- Floyd, K. & Morman, M. T. (2000). Affection received from fathers as a predictor of men's affection with their own sons: tests of the modeling and compensation hypotheses. *Communication Monographs*, 67, 347-362.
- Fontaine, A.M., Andrade, C., Matias, M., Gato, J & Mendonça, M. (2004). Reflexões acerca da conciliação da vida familiar e profissional: o Projecto Famwork. *Ex-Aequo*, 11, 97-108.
- Fontaine, A. M. & Matias, M. (2003). Familismo e Individualismo em Jovens Adultos: construção de um instrumento e estudos exploratórios. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, 10, 2348-2362.
- Franco, J., Sabatinni, L., & Crosby, F. (2004). Anticipating work and family: exploring the associations among gender-related ideologies, values, and behaviours in Latino and White families in the United States. *Journal of Social Issues*, 60, 755-766.
- Franks, S. (1999). *Having none of it: women, men and future of work*. London: Granta Publications.
- Friedman, S. & Weissbrod, C. (2005). Work and family commitment and decision-making status among emerging adults. *Sex Roles*, 53, 317-325.
- Frone, M.R., Russell, M. & Cooper, M. L. (1992). Antecedents and outcomes of work-family conflict: testing a model of work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77, 65-78.
- Frone, M. R., Yardley, J. K. & Markel, K.S. (1997). Developing and testing an integrative model of the work-family interface. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 145-167.
- Frone, M. R.; Russel, M. & Cooper, M. L. (1997). Relation of work-family conflict to health outcomes: a four-year longitudinal study of employed parents. *Journal of Occupational & Organizational Psychology*, 70, 325-335.
- Frone, M. R. (2000a). Interpersonal conflict at work and psychological outcomes: testing a model among young workers. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 246-255.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Frone, M.R. (2000b). Work-family conflict and employee psychiatric disorders: the national comorbidity survey. *Journal of Applied Psychology*, 85, 888-895.
- Furstenberg, F., Kennedy, S., McCloyd, V., Rumbaut, R. & Settersten, R. (2003). *Between Adolescence and Adulthood: Expectations about the Timing of Adulthood*. Network on Transitions to Adulthood and Public Policy, Research Network Working Paper No. 1.
- Gadsden, V. & Hall, M. (1996). *Intergenerational Learning: a review of the literature*. Pennsylvania University: National Center on Fathers and Families.
- Galejs, I. & King, A. (1983). Sex role perceptions of traditional and nontraditional college women. *Journal of Psychology*, 113, 257-263.
- Gecas, V. & Seff, M. A. (1990). Families and Adolescents: a review of the 1980s. *Journal of Marriage & Family*, 52, 941-958.
- Gianakos, I. (2000). Gender roles and coping with work stress. *Sex roles*, 42, 1059-1079.
- Gilbert, L. A. (1998). Current perspectives on women's multiple roles. *Journal of Career Assessment*, 6, 395-410.
- Giddens, A (1991). *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press.
- Giesbrecht, N. (1998). Gender patterns of psychosocial development. *Sex Roles*, 39, 463-478.
- Glass, J., Bengtson, V. & Duham, C. (1986). Attitude similarities in three-generation families: socialization, status inheritance, or reciprocal influence? *American Sociological Review*, 5, 685-698.
- Goldscheider, F. K. & Goldscheider, C. (1992). Gender roles, marriage and residential independence. *Sociological Forum*, 7, 679-696.
- Gordon, T., Holland, J., Lahelma, E. & Thomson, R. (2005). Imagining gendered adulthood: anxiety, ambivalence, avoidance and anticipation. *European Journal of Women's Studies*, 12, 83-103.
- Granrose, C. S. (1985). Plans for work careers among college women who expect to have families. *Vocational Guidance Quarterly*, 33, 284-295.
- Greenberger, E., Steinberg, L. D., Vaux, A. & McAuliffe, S. (1980). Adolescents who work: effects of part-time employment on family and peer relations. *Journal of Youth and Adolescence*, 9, 189-202.
- Greenberger, E. & Goldberg, W (1989). Work, parenting, and the socialization of children. *Developmental Psychology*, 25, 23-35.
- Greene, A. L. & Wheatley, S. M. (1992). "I've got a lot to do and I don't think I'll have the time": gender differences in late adolescents' narratives of the future. *Journal of Youth and Adolescence*, 21, 667-686.

- Greenglass, E. R. & Devins, R. (1982). Factors related to marriage and career plans in unmarried women. *Sex Roles*, 8, 57-71.
- Greenhaus, J. H. & Beutell, N.J. (1985). Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review*, 10, 76-88.
- Grzywacz, J, Almeida, D. & McDonald, D. (2002). Work-family spillover and daily reports of work and family stress in the adult labor force. *Family Relations*, 47, 255-266.
- Grzywacz, J. G. & Bass, B. L. (2003). Work, family, and mental health: testing different models of work-family fit. *Journal of Marriage & Family*, 65, 248-261.
- Guerra, A. & Braungart-Rieker, J. (1999). Predicting career indecision in college students : the roles of identity formation and parental relationship factors. *The Career Development Quarterly*, 51, 28-36.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2004). Moving into adulthood in southern European country: transitions in Portugal. *Portuguese Journal of Social Sciences*.3 (3), 191-209.
- Gupta, S. (1999). The effects of transitions in marital status on men's performance of housework. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 700-711.
- Gutek, B., Nakamura, C., & Nieva, V. (1981). The independence of work and family roles. *Journal of Occupational Behavior*, 2,1-16.
- Gutek, B.A., Searle, S. & Klepa, L. (1991). Rational versus gender role explanations for work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*, 76, 560-568.
- Haber, S. (1980). Cognitive support for the career choices of college women. *Sex Roles*, 6,129-138.
- Haddock, S, Ziembra, Zimmerman, T. & Current, L. (2001). Ten adaptative strategies for family and work balance: advice from successful families. *Journal of Marital and Family Therapy*, 27, 445-458.
- Hair, J. F., Anderson, R., Tatham, R., L. & Black, W. (1995). *Multivariate data analysis with readings*. New Jersey: Prentice Hall.
- Hallet, M. B., & Gilbert, L. A. (1997). Variables differentiating university women considering role sharing and conventional dual-career marriage. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 308-322.
- Hamilton, S. & Hamilton, M. (2006). School, work and emerging adulthood. In Arnett & Tanner (org.) *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st Century*. Washington: American Psychological Association. pp 257-277.
- Hare-Mustin, R.T. & Marecek, J. (1989). Thinking about postmodernism and gender theory. *American Psychologist*, 44,1333-1334.
- Harter, S. (1983). *Developmental perspectives on self-system*. In E. M. Hetherington (Ed.) *Handbook of Child Psychology*, N. Y.: Wiley, 275-385.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Hartung, P. J., & Rogers, J. R. (2000). Work-family commitment and attitudes towards feminism in medical students. *Career Development Quarterly*, 48, 264-275.
- Helms-Erikson, H. (2001). Marital quality ten years after the transition to parenthood: implications of the timing of parenthood and the division of housework. *Journal of Marriage and Family*, 63, 1099-1110.
- Helwig, A. (1998). Gender-role stereotyping: testing theory with a longitudinal sample. *Sex roles*, 38, 403-423.
- Hill, C. & Holzer, H. (2006). *Labor market experiences and the transition to adulthood*. Network on Transitions to Adulthood, Research Network Working Paper.
- Hoffman, J. A. (1984). Psychological separation of late adolescents from their parents. *Journal of Counseling Psychology*, 31, 170-178.
- Hoffman, R & Pasley (1998). Thinking about the sexes: the relation between cognitions and gender stereotypes. *The American Journal of Family Therapy*, 26, 189-202.
- Holland, J. J., Gottfredson, D. C. & Power, P. G. (1980) Some diagnostic scales for research in decision making and personality: identity, information, and barriers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 1191-1200.
- Hoyt, K. B. (1988). The changing workforce: a review of projections from 1986 to 2000. *The Career Development Quarterly*, 37, 31-38.
- Hughes, D. & Galinsky, E. (1988). Balancing work and family lives: Research and corporate applications. In A. E. Gottfried & A. W. Gottfried (Eds), *Maternal employment and children's development* (pp. 233-268). New York: Plenum.
- Hughes, D. L. & Galinsky, E. (1994). Work experiences and marital interactions: elaborating the complexity of work. *Journal of Organizational Behavior*, 15, 423-438.
- Ikkink, K. Tilburg, T. & Knipscheer, K (1999). Perceived instrumental support exchanges in relationships between elderly parents and their adult children. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 831-844.
- Ingersoll-Dayton, B., Neal, M. & Hammer, L. (2001). Aging parents helping adult children: the experience of the sandwiched generation. *Family Relations*, 50, 262-271.
- Inglez, S. (1997). Proposta de indicadores para a avaliação da discriminação de género na família. In D. Canço e T. Joaquim (Coord.) *Indicadores para a Igualdade* (pp. 17-19). Lisboa: CIDM.
- Inman-Amos, J. C. (1993). Similarities of love attitudes held by parents and their children. *Dissertation Abstracts International*, 54, 2204.
- Joreskog, K. & Sorbon, D. (1989). *LISREL 7- User's Reference Guide*. Chicago: Scientific Software International.

- Juhasz, A. (1982). Youth, identity and values: Erikson's historical perspective. *Adolescence*, 17, 443-450.
- Keltikangas-Jarvinen, L. (1990). The stability of self-concept during adolescence and early adulthood: A six-year follow-up study. *Journal of General Psychology*, 117, 361-369.
- Kerpelman, J. L. & Schvaneveldt, P. L. (1999). Young adults' anticipated identity importance of career, marital, and parental roles. *Sex Roles*, 41, 189-218.
- Kerpelman, J. L. & Smith, S. L. (1999). Adjudicated adolescent girls and their mothers: examining identity perceptions and processes. *Youth & Society*, 30, 313-347.
- Kiecolt, K. J. & Acock, A. C. (1988). The long-term effects of family structure on gender-role attitudes. *Journal of Marriage & Family*, 50, 709-717.
- Kirchmeyer, C. (1992). Nonwork participation and work attitudes: a test of scarcity versus expansion models of personal resources. *Human Relations*, 45, 775-795.
- Klute, M. M.; Crouter, A. C. & Sayer, A. G. (2002). Occupational self-direction, values, and egalitarian relationships: a study of dual-earner couples. *Journal of Marriage and Family*, 64, 139-151.
- Kluwer, E. & Mikula, G. (2002). Gender related inequalities in the division of family work in close relationships: a social psychological perspective. *European Review of Social Psychology*, 13, 185-216.
- Knaub, P. K. (1986). Growing up in a dual-career family: the children's perceptions. *Family Relations*, 15, 431-437.
- Komarovsky, M. & Mayer, E. (1984). Consistency of female gender attitudes: a research note. *Social Forces*, 62, 1020-1025.
- Kossek, E. E., & Ozeki, C. (1998). Work-family conflict, policies, and job-life satisfaction relationship: a review and directions for organizational behaviour-human resources research. *Journal of Applied Psychology*, 83, 139-149.
- Kroger, J. & Haslett, S. J. (1988). Separation-individuation and ego identity status in late adolescence: a two-year longitudinal study. *Journal of Youth and Adolescence*, 17, 59-79.
- Kulik, L. (1998). Inter and intra-gender differences in life orientations and work attitudes in Israel: a comparative analysis. *International Journal for the Advancement of Counseling*, 20, 95-111.
- Kulik, L. (1999). Gendered personality disposition and gender role attitudes among Israeli students. *Journal of Social Psychology*, 139, 736-747.
- Kulik, L. (2000). Jobless men and women: a comparative analysis of job search intensity, attitudes toward unemployment, and related responses. *Journal of Occupational & Organizational Psychology*, 73, 487-500.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kulik, L. & Rayyan, F. (2003). Wage-earning patterns, perceived division of domestic labor, and social support: a comparative analysis of educated Jewish and Arab-Muslim Israelis, *Sex Roles*, 48, 53-66.
- Larson, R. W. & Almeida, D. M. (1999). Emotional transmission in the daily lives of families: a new paradigm for studying family process. *Journal of Marriage & Family*, 61, 5-20.
- Lavee, Y. & Katz, R. (2003). Wage-earning patterns, perceived division of domestic labor, and social support: a comparative analysis of educated Jewish and Arab-Muslim Israelis. *Sex Roles*, 48, 53-66.
- Lima, M. L. (1993). Atitudes. In Vala e Monteiro (Org.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leaper, C. & Valin, D. (1996). Predictors of Mexican American mothers' and fathers' attitudes toward gender equality. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 18, 343-356.
- Leaper, C., Hauser, S. T. & Kremen, A. (1989). Adolescent-parent interactions in relation to adolescents' gender and ego development pathway: a longitudinal study. *Journal of Early Adolescence*, 9, 335-361.
- Lee, H., & Hughey, K. F. (2001). The relationship of psychological separation and parental attachment to the career maturity of college freshmen from the intact families. *Journal of Career Development*, 27, 279-293.
- Leondari, A. & Kiosseoglou, G. (2000). The relationship of parental attachment and psychological separation to the psychological functioning of young adults. *The Journal of Social Psychology*, 140, 451-464.
- Leslie, L. (1986). The impact of adolescent females' assessments of parenthood and employment on plans for the future. *Journal of Youth and Adolescence*, 15, 29-49.
- Levitz-Jones, E. M. & Orlofsky, J. L. (1985). Separation-individuation and intimacy capacity in college women. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 156-169.
- Lewis, S. & Cooper, C. L. (1983). The stress of combining occupational and parental roles: a review of the literature. *Bulletin of the British Psychological Society*, 36, 341-345.
- Lewis, S., Smithson, J. & Guerreiro, M. D. (2001). Into parenthood. In J. Brannen, S. Lewis & A. Nilsen (Eds), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*. (pp.140-161). London: Routledge.
- Loo, R & Thorpe, K. (1998). Attitudes toward women's roles in society: a replication after 20 years. *Sex roles*, 39, 903-911.
- Lopez, F. G., Campbell, V. L. & Watkins, C. E. (1988). Family structure, psychological separation, and college adjustment: a canonical analysis and cross-validation. *Journal of Counseling Psychology*, 35, 402-409.

- Lopez, F. G., Campbell, V. L. & Watkins, C. E. (1989). Effects of marital conflict and family coalition patterns on college student adjustment. *Journal of College Student Development*, 30, 46-52.
- Lucas, M. (1997). Identity development, career development and psychological separation from parents: similarities and differences between men and women. *Journal of Counseling Psychology*, 44, 123-132.
- Lytle, L., Bakken, L. & Romig, C. (1997). Adolescent female identity development. *Sex Roles*, 37, 175-185.
- Macri, D. & Mullet, E. (2003). Employment and family as determinants of anticipated life satisfaction among young Greek adults. *Community, Work & Family*, 6, 183-202.
- Mayseless, O. & Scharf, M. (2003). From authoritative parenting practices to an authoritarian context: exploring the person-environment. *Journal of Research on Adolescence*, 13, 427-457.
- Major, B. (1993). Gender, entitlement and the distribution of family labor. *Journal of Social Issues*, 49, 141-159.
- Malmberg, L.E. & Trempala, J. (1998). Future planning both at school and in other contexts: the case of Finnish and Polish general-secondary and vocational-school students. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 42, 207-226.
- Marcia, J. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558.
- Marcia, J. (1986). Clinical implications of the identity status approach within psychosocial developmental theory. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 23-34.
- Marks, S. & MacDermid (1996). Multiple roles and the self: a theory of role balance. *Journal of Marriage and Family*, 58, 417-430.
- Marks, S., Huston, T., Johnson, E. & MacDermid (2001). Role balance among White married couples. *Journal of Marriage and Family*, 63, 1083-1098.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marsh, H. W., Smith, I. D., & Barnes, J. (1985). Multidimensional self-concepts: relations with sex and academic achievement. *Journal of Educational Psychology*, 77, 581-596.
- Marsh, H. W. (1989). Age and sex effects in multiple dimensions of self-concept: preadolescence to early adulthood. *Journal of Educational Psychology*, 81, 417-430.
- Matlár, J. H. (2002). *Para um Novo Feminismo*. Cascais: Principia Publicações Universitárias e Científicas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Matos, P. M., Barbosa, S. Almeida, H. M. & Costa, M. E. (1999). Parental attachment and identity in Portuguese late adolescents. *Journal of Adolescence*, 22, 805-818.
- Matos, P. M. (2002). *(Des) Continuidades da vinculação aos pais e ao par amoroso em adolescentes. Dissertação de Doutoramento* (não publicada).
- Matsui, T., Tsuzuki, Y. & Onglatco, M. L. (1999). Some motivational bases for work and home orientation among Japanese college women: a rewards/costs analysis. *Journal of Vocational Behavior*, 54, 114-126.
- Mauritti, R. (2002). Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a idade adulta. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 85-116.
- McBroom, W. H. (1987). Longitudinal change in sex role orientations: differences between men and women. *Sex Roles*, 16, 439-452.
- McDermott, J. F., Robillard, A. B., Char, W. F., Hsu, J., Tseng, W. S. & Aston, G. C. (1983). Re-examining the concept of adolescence: differences between adolescent boys and girls in the context of their families. *American Journal of Psychiatry*, 140, 1318-1322.
- Menaghan, E. G. & Parcel, T. L. (1995). Social sources of change in children's environments: the effects of parental occupational experiences and family conditions. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 69-84.
- Mereder, H. J. (1993). Division of labor in two-earner homes: task accomplishment versus household management as critical variables in perceptions about family work. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 133-145.
- Michaels, J. W., Edwards, J. N. & Acock, A. C. (1994). Satisfaction in intimate relationships as a function of inequality, inequity, and outcomes. *Social Psychology Quarterly*, 47, 347-357.
- Mikula, G. & Freudenthaler, H. H. (2002). Division of tasks and duties and the perception of injustice: the case of household cores. *Psychologische Beiträge*, 44, 567-584.
- Mikula, G. (1998). Division of household labor and perceived justice: a growing field of research. *Social Justice Research*, 11, 215-241.
- Milkie, M. & Peltola, P. (1999). Playing all the roles: gender and the work-family balancing act. *Journal of Marriage and Family*, 61, 476-490.
- Mintz, R. D. & Mahalik, J. R. (1996). Gender role orientation and conflict as predictors of family roles for men. *Sex Roles*, 34, 805-822.
- Moen, P. & Dempster-McClain, D. (1987). Employed parents: role strain, work time, and preferences for working less. *Journal of Marriage and the Family*, 49, 579-590.

- Moen, P.; Erickson, M. A. & Dempster-McClain, D. (1997). Their mother's and Daughters? The intergenerational transmission of gender attitudes in a world of changing roles. *Journal of Marriage & Family*, 59, 281-293.
- Morais, M. & Carvalho, J. (1993). *A presença das mulheres no ensino superior em Portugal*. Lisboa: CIDM.
- Myers, S. & Booth, A. (2002). Forerunners in nontraditional gender ideology. *Social Psychology Quarterly*, 65, 18-37.
- Nilsen, A. (1998) Representações dos jovens acerca da vida adulta. In Guerreiro, Maria das Dores (Coord.) *Trabalho, Família e Gerações: conciliação e solidariedade*, Lisboa, Celta Editora, 139-143.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género – Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Novack, L. L., & Novack, D. R. (1996). Being a female in the eighties and nineties: Conflicts between new opportunities and traditional expectations among white, middle-class, heterosexual college women. *Sex Roles*, 35, 57-78.
- Nurmi, J.-E. & Poole, M. E. (1994). Age difference in adolescent future-oriented goals, concerns, and related temporal extension. *Journal of Youth & Adolescence*, 23, 471-488.
- Nydegger, C. N. & Mitteness, L. S. (1991). Fathers and their adult sons and daughters. *Marriage & Family Review*, 16, 249-256.
- O'Connell, L., Betz, M., & Kurth, S. (1989). Plans for balancing work and family life: do women pursuing nontraditional and traditional occupations differ? *Sex Roles*, 20, 35-45.
- O'Connor, P., Smithson, J. & Guerreiro, M.D. (2001). Young people's awareness of gendered realities. In J. Brannen, S. Lewis & A. Nilsen (Eds), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*. (pp.89-115). London: Routledge.
- O'Neil, R., Greenberg, E. & Marks, S. (1994). Patterns of commitment to work and parenting: implications for role strain – Comment/reply. *Journal of Marriage and the Family*, 56, 101-110.
- Orthner, D. K. & Pittman, J. F. (1986). Family contributions to work commitment. *Journal of Marriage & the Family*, 48, 573-581.
- Padavic, I. & Reskin, B. F. (1990). Men's behavior and women's interest in blue-collar jobs. *Social Problems*, 37, 613-628.
- Pais, J. M. (1991). Emprego juvenil e mudanças sociais: velhas teses e novos modos de vida. *Análise Social*, 114, 945-987.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Pais, J. M. (1996). A geração yô-yô, em *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces Outros Olhares: As Ciências Sociais nos Países de Língua Portuguesa e os Desafios Contemporâneos*, Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Fundação.
- Pais, J. M. (1998a). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pais, J. M. & Cabral, M. V. (1998b). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta Editora.
- Pais, J. M. (2003). The multiple faces of the future in the labyrinth of life. *Journal of Youth Studies*, 6, 115-126.
- Pais, M.P., Cairns & Pappamikail, L. (2005). Jovens europeus: retratos da diversidade. *Tempo Social* 17(2), 109-140.
- Pappamikail, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116.
- Parry, G. (1987). Sex-role beliefs, work attitudes and mental health in employed and non-employed mothers. *British Journal of Social Psychology*, 26, 47-58.
- Peake, A. & Harris, K. L. (2002) Young adults' attitudes towards multiple role planning: the influence of gender, career traditionality, and marriage plans. *Journal of Vocational Behavior*, 60, 405-421.
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 37, 447-474.
- Perry-Jenkins, M. (1988). Future directions for research on dual-earner families: a young professional's perspective. *Family Relations*, 3, 226-228.
- Perry-Jenkins, M. & Seery, B. (1992). Linkages between women's provider-role attitudes, psychological well-being, and family. *Psychology of Women Quarterly*, 16, 311-330.
- Pesquera, B. M. & Aztlan, A. (1991). Work gave me a lot of confianza: Chicanas' work commitment and work identity. *A Journal of Chicano Studies*, 20, 97-118.
- Peters, J. (1994). Gender socialization of adolescents in the home: research and discussion. *Adolescence*, 29, 913-934.
- Peterson, R. R. & Gerson, K. (1993). A social-structural explanation of men's and women's domestic responsibility: a reply to Hawkins and Olsen. *Journal of Marriage & Family*, 55, 508-510.
- Phalet, K. & Schonpflug, U. (2001) Intergenerational transmission in Turkish immigrant families: parental collectivism, achievement values and gender differences. *Journal of Comparative Family Studies*, 32, 490-500.

- Pittman, J., Kerpelman, J. L., Solheim, C. & Wei, T. (1999). Satisfaction with performance of housework. *Journal of Family Issues*, 20, 746-770.
- Pleck, J. H. (1976). Male threat from female competence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44, 608-613.
- Poeschl, G. & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial : représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Education Familiale*, 2, 5-23.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. *Análise Social*, 156, 695-719.
- Poeschl, G. & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, 15, 93-113.
- Pryor, B. (1990). Predicting and explaining intentions to participate in continuing education: an application of the theory of reasoned action. *Adult Education Quarterly*, 40, 146-157.
- Rachlin, V. C. (1987). Fair versus equal role relations in dual-career and dual-earner families: Implications for family interventions. *Family Relations*, 36, 187-192.
- Read, D., Adams, G. & Dobson, W. (1984). Ego-identity status, personality and social-influence style. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 169-177.
- Reis, E. (1997). *Estatística multivariada aplicada*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Reis, E. & Ferreira, M. A. (2000). *Temas em métodos quantitativos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Reitzle, M. (2006). The connections between adulthood transitions and the self-perception of being adult in the changing contexts of East and West Germany. *European Psychologist*, 11, 25-38.
- Repetti, R. L. & Wood, J. (1997) Effects of daily stress at work on mothers' interactions with preschoolers. *Journal of Family Psychology*, 11, 90-108.
- Ridgeway, C. & Smith-Loven, L. (1999). The gender system and interaction. *Annual Review of Sociology*, 25, 191-216.
- Riele, K. (2004). Youth transitions in Austrália: challenging assumptions of linearity and choice. *Journal of Youth Studies*, 7, 243-257.
- Riley, L. A. & Glass, J. L. (2002). You can't always get what you want-infant care preferences and use among employed mothers. *Journal of Marriage & Family*, 64, 2-15.
- Risman, B. J. & Ferree, M. M. (1995). Making gender visible. *American Sociological Review*, 60, 775-782.
- Risman, B. J. & Johnson-Sumerford, D. (1998). Doing it fairly: a study of postgender marriages. *Journal of Marriage & Family*, 60, 23-40.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Robinson, B. & Post, P. (1995). Work addiction as a function of origin and its influences on current family functioning. *Family Journal*, 3, 200-206.
- Robinson, L. (2000). Interpersonal relationship quality in young adulthood: a gender analysis. [http://www.findarticles.com/cf\\_0/m2248/140\\_35/70777838/print.html](http://www.findarticles.com/cf_0/m2248/140_35/70777838/print.html) (Consultado em 15 de Maio de 2003).
- Roeske, N. C. & Pleck, J. (1983). Towards the new psychology of women and men: Patterns of sex discrimination in education and employment. *Journal of Psychiatric Education*, 7, 23-31.
- Rogers, S. J. & May, D. (2003). Spillover between marital quality and job satisfaction: long-term patterns and gender differences. *Journal of Marriage & Family*, 65, 482-495.
- Rollins, J. & White, P. (1982). The relationship between mothers' and daughters' sex role attitudes and self-concepts in three types of family environment. *Sex Roles*, 8, 1141-1155.
- Rosenbaum, M. & Cohen, E. (1999). Equalitarian marriages, spousal support, resourcefulness and psychological distress among Israeli working women, *Journal of Vocational Behavior*, 54, 102-113.
- Rosenberg, F. & Simmons, R. G. (1975). Sex differences in the self-concept in adolescence. *Sex Roles*, 1, 147-159.
- Rossi, G. (1997). The nestlings – Why young adults stay at home longer: The Italian case. *Journal of Family Issues*, 18, 627-644.
- Sabattini, L. & Leaper, C. (2004). The relation between mothers' and fathers' parenting styles and their division of labor in the home: young adults' retrospective reports. *Sex Roles*, 50, 217-225.
- Salgueiro, M. F. (1995). *Modelos de Equações Estruturais: aplicação do LISREL a um estudo de socialização no trabalho*. Tese de Mestrado, ISCTE.
- Salgueiro, M. & Reis, E. (2000). Socialização dos jovens no trabalho: aplicação de um modelo de equações estruturais. In Reis e Ferreira. *Temas em Métodos Quantitativos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Schonpflug, U. (1997). Acculturation: adaptation or development? *Applied Psychology: An International Review*, 46, 52-55.
- Scanzoni, J., & Fox, G. (1980). Sex roles, family and society: the young professional's perspective. *Family Relations*, 37, 226-228.
- Schroeder, K., Blood, L., & Maluso, D. (1992). An intergenerational analysis of expectations for women's career and family roles. *Sex Roles*, 26, 273-291.
- Scott, J., Alwin, D. F. & Braun, M. (1996). Generational changes in gender-role attitudes: Britain in a cross-national perspective. *Sociology*, 30, 471-492.

- Shapiro, D. & Crowley, J. E. (1982). Aspirations and expectations of youth in the United States. *Youth and Society*, 14, 33-58.
- Shavelson, R. J. (1976). Self-Concept: validation of construct interpretations. *Review of Educational Research*, 46, 407-411.
- Shelton, B. & John, D. (1996). The division of household labor. *Annual Review of Sociology*, 22, 299-322.
- Shu, X. & Marini, M. M. (1998). Gender-related change in occupational aspirations. *Sociology of Education*, 71, 43-67.
- Siebert, J. E. (1974). Effects of decision importance on ability to generate warranted subjective uncertainty. *Journal of Personality and Social Psychology*, 30, 688-694.
- Silverberg, S. B. & Steinberg, L. (1990). Psychological well-being of parents with early adolescent children. *Developmental Psychology*, 26, 658-666.
- Slevin, K. F. & Wingrove, C. R. (1983). Similarities and differences among three generations of women in attitudes towards the female role in contemporary society. *Sex roles*, 9, 609-624.
- Smith, M., & Self, G. (1980). The congruence between mothers' and daughters' sex role attitudes: a research note. *Journal of Marriage and the Family*, 42, 105-109.
- South, S. & Spitze, G. (1994). Housework in marital and nonmarital households. *American Sociological Review*, 59, 327-347.
- Spitze, G. (1988). Women's employment and family relations: a review. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 595-618.
- Starrels, M. (1992). Attitude similarity between mothers and children regarding maternal employment. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 91-103.
- Steffy, B. D., & Jones, J. W. (1988). The impact of family and career planning variables on the organizational, career, and community commitment of professional women. *Journal of Vocational Behavior*, 32, 196-212.
- Stier, H. & Lewin-Epstein. (2000). Woman's part-time employment and gender inequality in the family. *Journal of Family Issues*, 21, 390-410.
- Stohs, J. H. (2000). Multicultural women's experience of household labor, conflicts, and equity. *Sex roles*, 42, 339-361.
- Surrey, J. L. (1985). *Self-in-relation: A theory of women's development*. Wellesley, MA: Stone Center Working Papers.
- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (1989). *Using multivariate statistics*. New York: Collins Publishers.
- Tang, S. (1997). The timing of home leaving: a comparison of early, on-time and late home leavers. *Journal of Youth and Adolescence*, 26, 13-23.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Tanner, J. (2006). Recentering during emerging adulthood: a critical turning point in life span human development. ( pp 21-55.) In Arnett & Tanner (org.) *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st Century*. Washington: American Psychological Association.
- Tenenbaum, H. R. & Leaper, C. (2002). Are parent's gender schemas related to their children's gender-related cognitions? A meta-analysis. *Developmental Psychology*, 38, 615-630.
- Terenzini, P. T. & Pascarella, E. T. (1991). Twenty years of research on college students: lessons for future research. *Research in Higher Education*, 32, 83-92.
- Thompson, L. (1991). Family work: women's sense of fairness. *Journal of Family Issues*, 12, 81-196.
- Thorn, B. L. & Gilbert, L. A. (1998). Antecedents of work and family expectations of college men. *Journal of Family Psychology*, 12, 259-267.
- Tolson, A. (1983). *Os limites da masculinidade*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Torres, A. C. (1996). Casar? Por que não? Práticas e perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e família. In *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional growing up between center and periphery, Lisboa, Instituto de Ciências, 201-221.
- Torres, A. C. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho: Uma perspectiva Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Trempala, J. & Malmberg, L. E. (1998). The anticipated transition to adulthood: effects of culture. *Journal of Psychology*, 132, 255-267.
- Tuck, B., Roife, J., & Adair, V. (1994). Adolescents' attitude toward gender roles within work and its relationship to gender, personality type, and parental occupation. *Sex Roles*, 31, 547-558.
- Unger, R. (1998). *Resisting Gender: twenty-five years of feminist psychology*. London: Sage Publications
- Vasconcelos, P. (1998). Práticas e discursos de conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses. In M. V. Cabral e J. M. Pais (coord). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta Editora.
- Vaz, S. (1986). A importância do auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7, 57-66.
- Vicente, A (1998). *As mulheres em Portugal na transição do milénio: Valores, vivências, poderes nas relações sociais entre os dois sexos*. Lisboa: Multinova.
- Vollebergh, W., Iedema, J. & Raaijmakers, Q. (2001). Intergenerational transmission and the formation of cultural orientations in adolescence and young adulthood. *Journal of Marriage and Family*, 63, 1185-1198.

- Voydanoff, P. (1999). Work and family issues: policies, programs and approaches. *Family Relations*, 48, 215-217.
- Wait, L. J., Frances, K. G. & Witsberger, C. (1986). Non-family living and the erosion of traditional family orientations among young adults. *American Sociological Review*, 51, 541-554.
- Wall, K. (1995). Apontamentos sobre a família na política social portuguesa. *Análise Social*, 30, 431-458.
- Wall, K., Vasconcelos, P., Aboim, S. e Cunha, V. (2001). Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality. *Journal of European Social Policy*, 2, 213-233.
- Weeks, M. O. & Botkin, D. R. (1987). A longitudinal study of the marriage role expectations of college women: 1961-1984. *Sex Roles*, 77, 49-58.
- Weitzman, L. M. (1994). Multiple-role realism: a theoretical framework for the process of planning to combine career and family roles. *Applied and Preventive Psychology*, 3, 15-25.
- West, C. & Zimmerman, D. (1987). Doing Gender. *Gender and Society*, 1, 125-151.
- Wiletts-Bloom, M. C., & Nock, S. I. (1994). The influence of maternal employment on gender role attitudes of men and women. *Sex Roles*, 30, 371-389.
- Wilkie, J. R. (1993). Changes in U.S. attitudes toward the family provider role, 1972-1989. *Gender and Society*, 7, 261-279.
- Wylie, R. C. (1979). *The self-concept: theory and research on selected topics*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Wyn, J. & White, R. (2000). Negotiating social change: the paradox of youth. *Youth and Society*, 32, 165-183.
- Yount, K. R. (1986). A theory of productive activity: the relationships among self-concept, gender, sex roles stereotypes, and work-emergent traits. *Psychology of Women Quarterly*, 10, 63-88.
- Zimmerman, T., Haddock, S., Current, L. & Ziemba, S. (2003). Intimate partnership: foundation to the successful balance of family and work. *American Sociological Review*, 59, 327-347.
- Zuckerman, D. (1981). Family background, sex role attitudes, and life goals of technical college and university students. *Sex Roles*, 7, 1109-1126.
- Zuo, J. (1997). The effect of men's breadwinner status on their changing gender beliefs. *Sex Roles*, 37, 799-816.



**Anexo 1.**

**Resumo das Entrevistas**

## Síntese das Entrevistas

Esta síntese corresponde aos aspectos que mais se destacaram no decurso da realização de várias entrevistas semi – estruturadas de carácter exploratório.

Quando questionadas sobre a distinção entre os conceitos de trabalho, profissão, emprego e carreira profissional as respostas revelaram invariavelmente que os conceitos estavam associados entre si, distinguindo-se ligeiramente o conceito de carreira que é indicado como sendo um sistema que pode estar definido para algumas profissões e que depende da capacidade de aprendizagem de cada um ou que se constrói de forma individual também através de capacidades de aprendizagem e de desenvolvimento. Os restantes conceitos remetem para o tipo de actividade exercida e para as contrapartidas de natureza económica que lhe estão associadas.

[A] O trabalho é uma actividade remunerada.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[B] O emprego é uma actividade remunerada.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[C] Uma carreira é poder subir na hierarquia profissional.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*

[C] Para se ter uma carreira é fundamental haver investimento.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

No que se refere à importância atribuída ao trabalho as opiniões dos jovens que já trabalham orientam-se pelos benefícios pessoais e sociais do trabalho, tais como a possibilidade de lidar com novas realidades e pessoas, a possibilidade de aprender e de crescer psicologicamente, de ter uma autonomia financeira, de fazer uma actividade que contribui para o desenvolvimento social do país, etc.. e indicam que este não era muito valorizado quando eram estudantes centrando-se as preocupações na possibilidade ou não de encontrar um emprego compatível com a formação académica.

[A] Para além da subsistência faz parte do meu projecto de vida.

*(Sociólogo, 25 anos, solteiro)*

[B] Gosto do que faço...trabalhar é um prazer.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[C] É fundamental para a sociedade e para a realização pessoal de cada um.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[D] Não tinha a noção do que era trabalhar quando era estudante; às vezes, se iria ou não arranjar emprego.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

Quando questionados sobre os factores que mais influenciam o acesso ao mundo de trabalho as opiniões confluem relativamente a dimensões como conhecimentos, capacidade de adaptação, flexibilidade, esforço e empenhamento, ou seja características tipicamente pertencentes ao modo como cada um está disponível para enfrentar o mundo de trabalho. Contudo são também mencionados factores de natureza sociológica como redes de apoio social (grupos de influência, "conhecimentos") e factores de contexto como a sorte ou oportunidade.

[A] A formação e a competência são os factores mais importantes.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] Não há critérios fixos...mas tem que haver responsabilidade e flexibilidade.

*(Psicólogo, 29 anos, solteiro)*

[C] Muito esforço e ..."conhecer as pessoas certas".

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[D] Ser competente na área, mas também ter sorte ou conhecer a "pessoa certa".

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

Relativamente às perspectivas e imagens que tem de si mesmos no futuro e termos profissionais os aspectos que mais foram destacados relacionam-se com a estabilidade e segurança no emprego, a manutenção de objectivos e melhorar o desempenho profissional.

[A] Penso ficar estável no emprego.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] É ter objectivos em evolução, investir em novos objectivos.

*(Sociólogo, 25 anos, solteiro)*

[C] Obter um grau académico superior para desenvolver os conhecimentos e ser melhor profissional.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

Considerando que a temática da carreira é dos aspectos que foi directamente associado ao conceito de trabalho foi colocada uma questão sobre o que significa ter uma carreira profissional. As respostas apontaram acima de tudo factores de construção pessoal da mesma com dedicação, esforço e conhecimentos e aspectos associados à estabilidade do emprego.

[A] Penso que me pode proporcionar estabilidade e segurança.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] Significa um trabalho diário de construção em função de objectivos.

*(Sociólogo, 25 anos, solteiro)*

[C] Temos que mostrar "o que valemos" e fazer grandes esforços.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

Para estes jovens o acesso e o sucesso na carreira profissional dependem igualmente de factores de natureza pessoal (esforço, dedicação, estabelecimento de prioridades, capacidades) mas também de factores de natureza institucional, que podem determinar ou não a existência do modelo clássico de carreira profissional.

[A] Acho que é uma opção, optei por uma actividade e profissão onde está estabelecida uma carreira ... agora tenho que ser bom profissional e estar disposto a aprender.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[B] O sucesso e o acesso a uma carreira é determinada pelo gosto pelo trabalho, a competência e a perseverança.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[C] A carreira profissional é uma forma de afirmação e de reconhecimento social do nosso valor.

*(Estudante de Gestão, 29 anos, solteiro)*

Quando questionados sobre as alterações que pensam ter ocorrido no conceito de trabalho nos últimos 20 anos, as opiniões convergem no sentido da necessidade de maior investimento (formação, flexibilidade, conhecimentos específicos associados às novas tecnologias) mas também de maior instabilidade, maiores dificuldades de acesso e menor satisfação pessoal.

[A] As pessoas fazem qualquer coisa para sobreviver e não gostam do que fazem. O mundo do trabalho é muitas vezes diferente do que idealizou, é mais competitivo e menos sensível à realidade humana.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[B] Cada vez à mais necessidade de mobilidade, cada vez se entra mais tarde no mundo de trabalho porque cada vez se estuda durante mais tempo e cada vez as pessoas estão menos satisfeitas quando não fazem o que gostam.

*(Estudante de Gestão, 29 anos, solteiro)*

[C] Hoje não há horários rígidos, fala-se mais em formação mas cada vez se exige mais do trabalhador porque mercado está cheio logo existe muita competição.

*(Sociólogo, 25 anos, solteiro)*

[D] Maior mobilidade e maior exigência ao nível de conhecimentos.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[E] Mais formação, capacidade de actualização e disponibilidade para fazer tarefas que nem sempre estão de acordo com a formação, ou seja, capacidade de adaptação.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

Relativamente à família as primeiras questões pretendiam abordar a definição e o significado da família, assim como a intenção de vir a constituir uma família no futuro, aproximadamente me que idade e com ou sem filhos. No que diz respeito à definição de família está é unanimemente classificada como um espaço afectivo, onde os elementos que se destacam pertencem na maioria dos casos aos elementos da família nuclear, como o pai, a mãe, irmãos e o cônjuge no caso dos jovens casados. Num segundo plano são referidos outros elementos como avós, tios e primos e no caso de jovens já casados é referido a família do cônjuge. No que se refere à intenção de constituir família, no caso de ainda não o terem feito, surgem algumas respostas que não reflectem essa intenção, embora a maioria revele que gostaria de o fazer, incluindo a possibilidade de ter filhos por volta dos 30 anos e em alguns casos um pouco mais tarde.

[A] A família é um apoio incondicional, é um espaço de amor e onde encontramos sempre o que precisamos emocionalmente.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*

[B] A família, mesmo, é o meu pai, mãe, irmã e avó.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[C] Os meus pais e irmãos. A minha mulher e os pais e irmão dela.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[D] Os meus pais e irmã. Também os avós, primos, tios, etc...

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[E] Sim gostava de constituir família, com filhos. Lá para os 29-30 anos.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[F] É importante ter uma família nossa e se puder com filhos ...mas lá para os trinta e cinco anos.

*(Estudante de Gestão, 29 anos, solteiro)*

Considerando a intenção de vir a constituir família, os jovens foram questionados sobre os investimentos que consideram importantes para a constituição de uma família própria. As respostas centram-se na importância da afectividade e do investimento emocional com o/a parceiro(a) assim como aspectos de natureza material do qual se destaca um espaço próprio para a coabitação (apartamento).

[A] Comprar uma casa, ser fiel, ter valores para transmitir aos descendentes, estabilidade emocional e financeira.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] Ter tempo, gostar de crianças, ter encontrado a estabilidade afectiva.

*(Sociólogo, 25 anos, solteiro)*

[C] Tomar uma decisão relativamente ao parceiro, ter uma casa e ter um emprego estável.

*(Estudante de Gestão, 29 anos, solteiro)*

[D] Primeiro é preciso ter encontrado a estabilidade afectiva, depois é preciso dedicação, depois é preciso ter disponibilidade sobretudo para ter crianças e por último ter trabalho.

*(Psicólogo, 29 anos, solteiro)*

Ainda sob a temática da família perguntámos aos jovens como descreviam a sua relação com a família de origem e quais as alterações que pensam que têm ocorrido no conceito de família nos últimos 20 anos. Todos revelaram que a sua relação com a família de origem era boa ou muito boa. Relativamente ao segundo ponto as opiniões destacaram as alterações no próprio conceito de família e evidenciaram como principal dificuldade para a estabilidade familiar a vulnerabilidade das relações afectivas acompanhada da perda de valores.

[A] As famílias mono-parentais, por exemplo. As mudanças sociais provocaram uma alteração no núcleo básico com perda de valores como o respeito.

*(Psicólogo, 29 anos, solteiro)*

[B] Mais variedade de famílias (divórcios, madrastas e padrastos) e as pessoas pensam mais antes de casarem e de terem filhos. Primeiro é preciso ter trabalho, a família vem depois se for possível.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[C] Cada um pensa em si (em "gozar" a vida) e só mais tarde é que se fala em responsabilidades. Mesmo assim hoje já não pensa em casamento para a vida toda.

*(Estudante de Gestão, 29 anos, solteiro)*

[D] As pessoas são mais ambiciosas, querem ter tudo e perdem os valores fundamentais. Muitas vezes estão permanentemente insatisfeitos o que torna as relações muito frágeis.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

A conciliação da família-trabalho-carreira constitui a temática central deste trabalho. Deste modo procurou-se também auscultar a opinião dos jovens a este respeito. A primeira questão incidia sobre como é que os jovens antecipavam esta temática para as suas vidas ou

como o fazem efectivamente no caso de já a estarem a vivenciar. As opiniões foram maioritariamente favoráveis relativamente à possibilidade de haver conciliação sobretudo contando com o apoio da família, abdicando um pouco do trabalho, com o estabelecimento de prioridades e de objectivos e com algum esforço pessoal.

[A] É possível se trabalhar menos e contar com o apoio da família.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[B] Sim, é possível se cada um abdicar um pouco do trabalho.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[C] Uma boa gestão do tempo, partilhando os papeis ao nível da gestão familiar e estabelecendo prioridades.

*(Psicólogo, 29 anos, solteiro)*

[D] Não será difícil. A família pode ajudar e é possível ter horários flexíveis, fazer compras ao Domingo... a sociedade está mais preparada para responder às diferentes necessidades das pessoas.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[E] Nós partilhamos algumas tarefas em casa. Com crianças será necessário outro tipo de apoio como uma empregada para ficar com elas.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*

Nesta sequência questionamos os jovens sobre o tipo de apoio que pensam poder vir a ter pôr parte de instituições, da família ou dos amigos para conciliarmos seus papeis familiares e profissionais. No que diz respeito às Instituições estas parecem ser pertinentes apenas no caso de se ter filhos (Jardins de Infância, Creches, e também horários de trabalho flexíveis ou dias de folga no local onde se exerce a actividade profissional), no que diz respeito ao apoio prestado pelos pais as opiniões divergem, em alguns casos pelo facto do local de residência ser distante do que é habituado pelo jovem, noutros casos é indicado como sempre um apoio emocional e económico acrescido pela disponibilidade para efectuar pequenas tarefas e tomar conta dos filhos. Existem ainda alguns casos em que é referido que é necessário independência e desenvolvimento de estratégias por parte do casal para lidar com as prioridades que estabelece. No caso dos amigos as opiniões são consensuais e indicam que os amigos constituem um espaço de sociabilidade relacionada com o convívio e lazer e não são considerados como rede de apoio social para lidar com questões que devem ser respondidas pelo casal ou pelo casal em conjunto com a família.

[A] Todos as instituições que estejam relacionados com a educação (jardins de infância, centros de tempos livre, escolas). Também centros desportivos e recreativos.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] Podemos ter horários de trabalho flexíveis e as crianças podem ir para as creches.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[C] Instituições com creches e jardins de infância facilitam a vida de quem tem filhos.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[D] Quando os pais estão longe não podem apoiar em nada a conciliação de papeis na família e no trabalho.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*

[E] Os pais são importantes em qualquer idade, dão-nos conselhos e podem ajudar na educação das crianças.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[F] Os amigos podem dar-nos alguns conselhos e servir de exemplo mais não têm como função interferir em questões que têm que ser resolvidas pelo casal.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[G] Os amigos são para conviver e dar opiniões, mas não devem ter nada a ver com assuntos relacionados com a família.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*

Comparativamente com a geração dos pais destes jovens colocamos a questão que pretendia explorar se estes jovens pensam que será mais fácil, igual ou mais difícil conciliar os papeis na família e no trabalho. Globalmente afirmam ser ligeiramente mais difícil sobretudo dadas as crescentes exigências ao nível profissional, contudo pensam que existem redes de apoio como a família e algumas instituições educativas que permitem no seu conjunto colmatar estas dificuldades, sobretudo quando têm filhos. No caso de não haver filhos as estratégias passam pela divisão de tarefas e apoio de alguém (empregada).

[A] Essencialmente acho que a conciliação vai ser como a que os meus pais fizeram. A diferença estará mais no caso das crianças que hoje precisam de mais apoio (por exemplo a ocupação de tempos livres) já não podem brincar sózinhas na rua como eu fazia.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[B] Acho que será igual...eu também ficava com os meus avós.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[C] Talvez mais fácil com a flexibilidade de horários no caso de haver crianças e ajuda de alguém em casa (empregada).

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[D] Partilhando as tarefas em casa, estabelecendo prioridades no trabalho, abdicando um pouco das preocupações do trabalho e tendo alguma ajuda (empregada). Depois para as crianças há escolas e jardins de infância onde podem ficar.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*



Ainda considerando a temática da conciliação família/trabalho, questionamos os jovens sobre que espaço dedicam ou pensam dedicar no futuro à família, à carreira e ao trabalho. A variabilidade de respostas foi grande na medida em que foi possível encontrar todo o tipo de preferências. Contudo a longo prazo parece existir uma tendência generalizada para que a família venha a ocupar um lugar de primazia ou em equilíbrio com o trabalho.

[A] No caso de ter uma família talvez venha a não dar tanto valor ao trabalho como dou agora. Seria mais ou menos equilibrado o trabalho e família.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] Acho que o espaço da família é diferente ...mas talvez tenha até menos espaço que o trabalho.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[C] Acho que são iguais antes de se ter filhos...depois terá que a maior parte do tempo tem que ser para a família.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

Foi ainda abordada uma última temática que se prendeu com a "utilização" do tempo individual e de lazer. Assim, foram colocadas questões sobre a ocupação de tempos livres, com quem são ocupados esses tempos livres e que valor atribuem ao lazer. Foi ainda colocada uma questão sobre o espaço que tem ou pensa vir a ter para o lazer comparativamente com o espaço a dedicar ao trabalho, carreira e família.

O tempo individual ou de lazer é para a maioria dos jovens inquiridos passado com actividades que preenchem os interesses de cada um (ler, ouvir música, ver TV), com tarefas associadas à casa ou ao trabalho (limpar, fazer compras, fazer reparações, estudar, fazer trabalhos de cariz profissional) ou em actividades de convívio familiar ou com amigos. Deste modo o tempo lazer é maioritariamente passado em família ou com amigos. Quando questionados sobre a importância do lazer as respostas tendem a considerar este espaço como sendo importante para a realização pessoal e para o equilíbrio emocional. Por último os entrevistados responderam que de um modo geral o espaço que dedicam ao lazer é menor quando comparado com o tempo dedicado ao trabalho é à família. Contudo como pudemos observar pelos exemplos seguintes de facto existem actividades familiares e de trabalho que são efectuadas no espaço que definiram como sendo de lazer ou de tempos livres. Mais especificamente pensamos que existe alguma dificuldade de diferenciação de espaço de família e espaço de tempos livres na sua vertente mais individual ou social.

[A] Nos tempos livres leio, vejo TV, vou ao cinema, vou às compras, estou com os amigos, viajo, etc....

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[B] Faço coisas em casa (arrumar, limpar, faço compras) e faço trabalhos para a formação que estou a fazer.

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[C] As tarefas domésticas, tarefas relacionadas com meu trabalho que não tenho que fazer em casa e passeio de vez em quando.

*(Bioquímica, 30 anos, casada)*

[D] O tempo livre é passado com a família e amigos.

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[E] O lazer pode ser importante para a nossa formação e para termos equilíbrio emocional.

*(Educadora de Infância, 29 anos, solteira)*

[F] Para estudar, passear e descansar.

*(Estudante de Gestão, 24 anos, solteira)*

[G] Para descontrair do trabalho e para fazer coisas que gostamos (ver TV, conversar, passear, pintar, etc..)

*(Médica Dentista, 28 anos, solteira)*

[H] Primeiro vem o espaço para a família, depois o lazer (passear, estar com os amigos) e depois vem o trabalho. Este último é uma obrigação.

*(Estudante de Gestão, 29 anos, solteiro)*

[I] O lazer tem menos espaço que a família e o trabalho. É um tempo em que estou só a fazer o que gosto (ouvir música ou ler).

*(Docente do Ensino Superior, 26 anos, casado)*

[J] Espero que a família seja o meu maior lazer e que seja mais importante que o trabalho.

*(Sociólogo, 25 anos, solteiro)*

**Anexo 2.**  
**Questionários**

Quest. n° □□□-□□

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

O presente questionário tem por objectivo conhecer as opiniões e expectativas dos relativamente à conciliação dos papéis familiares e profissionais. As questões incidem sobre características pessoais, aspectos familiares e aspectos relacionados com o trabalho.

Responda sempre de acordo com aquilo que pensa, sente ou faz, pois não existem respostas certas ou erradas.

É garantido o anonimato e a confidencialidade das suas respostas. Leia com atenção as instruções e afirmações específicas para cada parte do questionário, certificando-se que compreendeu correctamente o modo como deve responder.

**A sua colaboração é da máxima importância para o prosseguimento do nosso estudo pelo que desde já lhe agradecemos a sua disponibilidade.**

Começamos por lhe pedir que nos forneça alguns elementos sobre Si Próprio(a).  
(Todos os dados são confidenciais)

1. Sexo: Masculino ☐  
Feminino ☐

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Licenciatura: \_\_\_\_\_

4. Ano: \_\_\_\_\_

5. Situação conjugal: Solteiro(a) ☐  
Casado(a) pela Igreja e/ou pelo Civil ☐ Há quantos anos? \_\_\_\_\_  
União "de facto" ☐ Há quantos anos? \_\_\_\_\_  
Separado(a)/Divorciado(a)/Viúvo(a) ☐

6. Tem filhos? Sim ☐  
Não ☐

7. Se respondeu Sim: Quantos? \_\_\_\_\_ De que idades? \_\_\_\_\_

8. Residência

Urbana ☐  
Semi-urbana ☐  
Rural ☐

9. Com quem vive habitualmente (a maior parte do tempo)?

Cônjuge ☐ Namorado(a) ☐ Pais ☐  
Amigos (as) ☐ Sózinho(a) ☐ Outros Familiares ☐

10. A que classe social diria que pertence  
a sua família de origem

Classe Alta ☐  
Classe Média Alta ☐  
Classe Média ☐  
Classe Média Baixa ☐  
Classe Baixa ☐

11. Profissão do Pai \_\_\_\_\_

12. Habilitações literárias do Pai \_\_\_\_\_

13. Profissão da Mãe \_\_\_\_\_

14. Habilitações literárias da Mãe \_\_\_\_\_

(No caso de ser Casado(a) ou viver em União "de facto")

15. Profissão do Cônjuge \_\_\_\_\_

16. Habilitações literárias do Cônjuge \_\_\_\_\_

17. Relativamente a questões religiosas considera-se:

Indiferente ☐  
Ateu (não acredita em nenhum Deus) ☐  
Agnóstico (não sabe se existe Deus) ☐  
Católico praticante ☐  
Católico não praticante ☐  
Outra religião ☐

18. No que diz respeito à sua orientação política:

Direita ☐  
Centro Direita ☐  
Centro Esquerda ☐  
Esquerda ☐  
Outro ☐

Nesta 1ª Parte assinale a alternativa que lhe parece que traduz melhor a Sua opinião para cada afirmação.

Assinale com uma cruz apenas UMA das alternativas de acordo com a

**LEGENDA**

**Concordo Totalmente; Concordo; Discordo e Discordo Totalmente**

	Concordo Totalm.!	Concordo	Discordo	Discordo Totalm.!
1. Gosto de estabelecer prioridades para as coisas que preciso de fazer antes de começar a fazê-las.				
2. Quando estou a falar ou a escrever ideias, centro-me na ideia principal.				
3. Quando, no início de um trabalho, há aspectos em competição em termos da sua importância, tento de alguma forma abordá-los simultaneamente.				
4. Posso saltar de uma tarefa para outra facilmente, porque todas as tarefas parecem ser igualmente importantes.				
5. Antes de iniciar um projecto, gosto de saber as coisas que devo fazer e em que ordem devo fazê-las.				
6. Gosto de tocar todos os tipos de problemas, mesmo que pareçam triviais.				
7. Ao lidar com dificuldades, tenho a noção clara do grau de importância de cada uma delas e da ordem em que devo tentar resolvê-las.				
8. Tento ter várias coisas a acontecer ao mesmo tempo, para que possa alternar entre elas (andar de trás para a frente).				
9. Quando discuto ou escrevo ideias, uso aquilo que me vem à cabeça.				
10. A maior parte das vezes, eu faço várias coisas ao mesmo tempo.				
11. Acho que resolver um problema geralmente leva a muitos outros, que são tão importantes como ele.				
12. Quando começo alguma coisa, gosto de fazer uma lista das coisas que há para fazer e ordenar as coisas consoante a sua importância.				
13. Geralmente, sei as coisas que devem ser feitas mas tenho problemas a decidir em que ordem devo fazê-las.				
14. Gosto de me concentra numa tarefa de cada vez.				
15. Quando estou a discutir ou a escrever ideias, acentuo a ideia principal e como é que as coisas se encaixam no conjunto.				
16. Usualmente, quando estou a trabalhar num projecto, tendo a ver quase todos os seus aspectos como igualmente importantes.				
17. Quando começo uma tarefa, gosto de considerar todas as formas possíveis de a fazer, mesmo as mais ridículas.				
18. Tenho que acabar um projecto antes de iniciar outro.				

	Concordo Totalm /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm /
1. Gosto de mostrar a fotografia da minha mãe aos meus amigos.				
2. As minhas ideias acerca da igualdade racial são semelhantes às da minha mãe.				
3. Os desejos da minha mãe têm influenciado a minha escolha de amigos.				
4. Tenho saudades se estou muito tempo longe da minha mãe.				
5. A minha atitude em relação à obscenidade é semelhante à da minha mãe.				
6. Por vezes a minha mãe é um peso para mim.				
7. A minha mãe é a pessoa mais importante do mundo para mim.				
8. As minhas opiniões acerca do papel das mulheres são semelhantes às da minha mãe.				
9. Estar longe da minha mãe faz-me sentir só.				
10. As minhas opiniões acerca do papel dos homens são semelhantes às da minha mãe.				
11. Gostava que a minha não fosse excessivamente protectora.				
12. Quando estou longe de casa, às vezes telefono só para ouvir a voz da minha mãe.				
13. As minhas convicções religiosas são semelhantes às da minha mãe.				
14. Gostava que a minha mãe não tentasse manipular-me.				
15. As minhas crenças acerca do começo do universo são semelhantes às da minha mãe.				
16. Desejo muitas vezes que a minha mãe me trate mais como um adulto(a).				
17. As minhas crenças sobre o que acontece às pessoas quando morrem são semelhantes às da minha mãe.				
18. A minha mãe é a minha melhor amiga.				
19. A minha atitude para com o sexo é semelhante à da minha mãe.				
20. Desejava que a minha mãe não tentasse que eu tomasse o partido dela.				
21. Julgo ter uma relação mais próxima com a minha mãe do que a maioria das pessoas da minha idade.				
22. Por vezes a minha mãe é para mim origem de embaraço.				
23. Fico irritado(a) quando a minha mãe me critica.				
24. As minhas ideias acerca da igualdade racial são semelhantes às do meu pai.				
25. Os desejos do meu pai têm influenciado a minha escolha de amigos.				

	Concordo Totalm /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm /
26. A minha atitude em relação à obscenidade é semelhante à do meu pai.				
27. Por vezes o meu pai é um peso para mim.				
28. Quando estou em dificuldade, em geral peço ajuda ao meu pai para me livrar de sarilhos.				
29. As minhas opiniões acerca do papel das mulheres são semelhantes às do meu pai.				
30. Culpo o meu pai de muitos problemas que tenho.				
31. Peço frequentemente ao meu pai que me ajude a resolver os meus problemas pessoais.				
32. As minhas opiniões acerca do papel dos homens são semelhantes às do meu pai.				
33. Gostava que o meu pai não fosse excessivamente protector.				
34. Não faria uma compra importante sem a aprovação do meu pai.				
35. As minhas convicções religiosas são semelhantes às do meu pai.				
36. Gostava que o meu pai não tentasse manipular-me.				
37. Em geral, consulto o meu pai quando faço planos para um fim-de-semana fora.				
38. As minhas ideias sobre a educação das crianças são semelhantes à do meu pai.				
39. Sinto que tenho obrigações para com o meu pai que não gostava de ter.				
40. Consulto o meu pai quando decido sobre um emprego em <i>part-time</i> .				
41. As minhas crenças acerca do começo do universo são semelhantes às do meu pai.				
42. As minhas crenças sobre o que acontece às pessoas quando morrem são semelhantes às do meu pai.				
43. Pergunto ao meu pai o que hei-de fazer quando me encontro numa situação difícil.				
44. A minha atitude para com o sexo é semelhante à do meu pai.				
45. Peço conselhos ao meu pai quando planeio as minhas férias.				
46. A minha atitude em relação à política nacional é semelhante à do meu pai.				
47. Por vezes o meu pai é para mim origem de embaraço.				
48. Gosto que o meu pai me ajude a escolher a roupa que compro para ocasiões especiais.				
49. Fico irritado(a) quando o meu pai me critica.				
50. Às vezes, penso que sou demasiado dependente do meu pai.				



	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
1. É mais adequado para ama ou educador de infância uma mulher do que um homem.				
2. O marido deve ter a principal responsabilidade no que diz respeito ao suporte económico da família.				
3. Usar linguagem obscena é pior numa rapariga do que num rapaz.				
4. As mulheres ofendem-se muito facilmente com algum tipo de brincadeiras.				
5. As feministas fazem questões adequadas aos homens.				
6. Só homens deveriam poder participar em combates militares.				
7. Deve ser o homem a pagar as despesas quando tem um encontro com uma mulher.				
8. O assédio sexual no local de trabalho é um problema grave.				
9. Deveria ser igualmente aceitável para as raparigas e para os rapazes jogar desportos duros como o hóquei em patins ou o futebol.				
10. É aceitável ser a mulher a tomar a iniciativa para começar uma relação afectiva com um homem.				
11. Quando a mulher trabalha fora de casa pode estabelecer uma relação com os filhos igualmente afectiva e segura como a mulher que não trabalha fora de casa.				
12. A discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho já não é um problema.				
13. Deveria ser igualmente aceitável para uma mulher ou para um homem ficar em casa a tomar conta das crianças enquanto o cônjuge trabalha.				
14. Deve ser igualmente aceitável para os mulheres e para os homens terem relações sexuais em relações casuais.				
15. É errado os rapazes brincarem com bonecas.				
16. A mulher deve ter cuidado para não parecer mais inteligente do que o homem quando estão a namorar.				
17. Existem alguns empregos que não são adequados para as mulheres.				
18. As raparigas devem ter mais limites quando saem de casa do que os rapazes.				
19. No mercado de trabalho as mulheres estão a tirar o lugar aos homens que precisam mais de emprego.				
20. Quando os homens demonstram cortêsias às mulheres (como abrir a porta), isto reforça a ideia de que as mulheres são inferiores.				
21. É mais difícil para uma mulher arranjar trabalho do que para um homem.				
22. Os homens e as mulheres deveriam poder fazer escolhas sobre a sua vida sem serem limitados pelo seu sexo.				
23. As mulheres devem preocupar-se mais com a maneira de vestir e a aparência do que os homens.				
24. É igualmente aceitável para os homens e para as mulheres chorar à frente de outras pessoas.				
25. Quando ambos os pais estão empregados e quando o seu filho adoece na escola, esta deve primeiro chamar a mãe e só depois o pai.				
26. É igualmente aceitável para a mulher e para o homem ir a um bar sózinho(a).				
27. A sociedade chegou a um ponto onde as mulheres e os homens têm as mesmas oportunidades de sucesso.				

Por favor responda a todas as questões

de acordo com a **LEGENDA**

**Concordo fortemente; Concordo; Concordo moderadamente; Discordo moderadamente; Discordo e Discordo fortemente.**

	Concordo fortem /	Concordo	Concordo moderad /	Discordo moderad /	Discordo	Discordo fortem /
1. Eu ainda não escolhi o que quero fazer na vida em termos profissionais, nem estou muito preocupado(a) com isso.						
2. Não há nenhuma religião com que me identifique, mas também não estou muito preocupado(a) com isso.						
3. As ideias que eu tenho sobre as diferenças entre os homens e as mulheres são fortemente influenciadas pelos meus pais.						
4. Não me identifico com nenhum estilo de vida em particular.						
5. Tenho tido diferentes tipos de amigos e ainda não sei bem com qual deles me sinto melhor.						
6. Não costumo tomar a iniciativa de fazer qualquer coisa nos tempos livres. Vou para onde me levam.						
7. Namorar é um assunto com o qual não me preocupo muito.						
8. Apesar de poder ter poucas certezas acerca da política, acho importante ter as minhas opções.						
9. Tenho pensado acerca das minhas escolhas vocacionais e ainda estou a tentar definir o meu projecto vocacional.						
10. Preocupo-me pouco com questões que tenham a ver com a religião.						
11. Há diferentes maneiras de dividir responsabilidades e tarefas no casamento. Tenho pensado acerca disso e ainda não sei bem como gostaria que acontecesse comigo.						
12. Tenho pensado no estilo de vida que gostaria de ter, mas ainda não cheguei a uma conclusão.						
13. Sei bem quais são os amigos com me sinto melhor.						
14. Tenho experimentado várias actividades de tempos livres, mas ainda não me decidi por nenhuma em particular.						
15. Como já tive vários(as) namorados(as), sei o que procuro numa relação de namoro.						
16. Nunca pensei verdadeiramente em política. Simplesmente não me interessa muito.						
17. Eu podia ter pensado numa série de profissões para o meu futuro mas, realmente, os meus pais tiveram um papel decisivo na minha escolha.						
18. A fé é algo único. Eu próprio(a) penso várias vezes sobre a questão e tenho uma posição acerca dela.						

	Concordo fortem /	Concordo	Concordo moderad /	Discordo moderad /	Discordo	Discordo fortem /
19. Na verdade, eu nunca pensei seriamente na distribuição dos papéis masculinos e femininos no casamento. É um assunto que não me preocupa.						
20. Tenho pensado bastante acerca do estilo de vida que gostaria de ter. Já cheguei a algumas conclusões.						
21. Os meus pais sabem bem o que é melhor para mim no que refere à escolha dos meus amigos.						
22. Pensei em várias alternativas e escolhi uma (ou mais) actividades(s) que gosto de fazer nos tempos livres.						
23. Eu não penso muito em namorar. Aproveito as oportunidades que me surgem.						
24. Os meus pais tiveram uma influência decisiva nas minhas opções políticas.						
25. Não estou muito preocupado(a) com o meu futuro profissional.						
26. Tenho-me interrogado acerca do significado da religião para mim, mas ainda não me defini.						
27. A minha ideia acerca do que é ser homem e do que é ser mulher foi-me transmitida pelos meus pais e não tenho necessidade de a pôr em causa.						
28. O estilo de vida que eu desejo para mim é aquele que os meus pais sempre valorizaram.						
29. Não tenho grandes amigos e não sinto necessidade de nenhum neste momento.						
30. Tenho tido várias relações de namoro, mas ainda não estou seguro(a) do que quero para mim.						
31. Há tantos partidos e ideias políticas diferentes. Não consigo optar por nenhum até ter uma ideia mais clara acerca de cada um deles.						
32. Demorei algum tempo a decidir, mas agora sei que rumo dar à minha vida em termos profissionais.						
33. Actualmente a religião é um tema confuso para mim. Estou sempre a mudar as minhas opiniões acerca dele.						
34. Tenho pensado sobre os papéis do homem e da mulher no casamento e acho que sei como gostaria que acontecesse comigo.						
35. Tenho-me interrogado acerca do que espero da vida, mas ainda não tenho nenhuma posição.						
36. É muito importante que os meus pais aprovelem os amigos com quem ando.						
37. Nos tempos livres sinto-me bem a fazer o que os meus pais costumam fazer.						
38. É muito importante para mim que os meus pais aceitem o(a) meu (minha) namorado(a).						
39. No que respeita à política, em alguns aspectos concordo com os meus pais, em outros discordo.						
40. Os meus pais sempre tiveram projectos para mim em termos profissionais e eu penso seguir os planos deles.						
41. Não tenho ainda uma opinião formada acerca de como marido e mulher devem distribuir responsabilidades no casamento, mas tenho pensado acerca disso.						
42. A visão dos meus pais sobre a vida parece-me suficientemente boa para mim. Não preciso de mais nenhuma.						
43. Tive várias amizades diferentes e agora tenho uma ideia mais clara do tipo de pessoas com quem gosto mais de estar.						
44. Experimentei várias actividades de tempos livres e acabei por escolher uma que pratico regularmente.						

	Concordo fortem /	Concordo	Concordo moderad /	Discordo moderad /	Discordo	Discordo fortem /
45. Tenho vindo a pensar acerca do que espero de uma relação de namoro, embora ainda não tenha uma ideia clara.						
46. Estou a tentar definir-me politicamente.						
47. Demorei bastante tempo a decidir, mas agora estou bastante certo(a) da direcção a tomar em relação ao meu futuro profissional.						
48. Pratico a mesma religião que a minha família. Nunca me questioneei verdadeiramente porque.						
49. Há muitas formas de uma casal dividir as responsabilidades familiares. Tenho pensado em muitas delas e acho que sei o que desejo para mim.						
50. Não tenho grandes amigos. Prefiro andar por aí com as pessoas e divertir-me.						
51. Tenho experimentado várias actividades recreativas na esperança de encontrar uma (ou mais) que realmente me agrade(m).						
52. Eu namorei com diferentes tipos de pessoas e sei melhor o que espero de uma relação e de um(uma) namorado(a).						
53. Nunca me envolvi suficientemente em política para ter uma opinião formada sobre o assunto.						
54. Não consigo decidir que curso ou que profissão escolher. Existem tantas alternativas que me atraem.						
55. Nunca senti necessidade de questionar verdadeiramente a minha religião. Se está bem para os meus pais, também está bem para mim.						
56. Hoje me dá, os papeis do homem e da mulher parecem bastante confusos. Por isso, não penso muito nesta questão.						
57. Depois de reflectir bastante, tenho uma ideia mais clara de como gostaria que fosse o meu estilo de vida.						
58. Tenho-me interrogado acerca do valor da amizade, e ainda não estou certo(a) do seu papel na minha vida.						
59. Os meus pais têm um papel decisivo na escolha das minhas actividades de tempos livres.						
60. Só me sinto bem a namorar com pessoas que os meus pais aprovem.						
61. A minha família tem convicções morais e políticas sobre determinados temas, que têm sido decisivas na formação das minhas opiniões.						

Este questionário contém afirmações que lhe permitem descrever-se a Si próprio(a), tanto em relação à forma com se vê no presente, como em relação à forma como imagina que as coisas se passarão num futuro. Cada frase refere-se a dois tipos de pessoas: queremos saber qual é a mais parecida consigo, na situação actual, ou que, atendendo ao tipo de pessoa que é, pensa ser mais provável vir a ser num futuro. Primeiro decida qual das duas partes da afirmação o descreve melhor, depois vá para esse lado da afirmação e verifique se ela é só parcialmente verdadeira para si ou completamente verdadeira. Deve apenas assinalar UMA das quatro opções para cada afirmação.

	Completam / verdade para mim	Parcialm / verdade para mim				Parcialm / verdade para mim	Completam / verdade para mim
1			Alguns adultos gostam do tipo de pessoa que são	MAS	Outros adultos gostavam de ser outra pessoa.		
2			Alguns adultos não estão satisfeitos com a forma como trabalham	MAS	Outros adultos estão satisfeitos com a forma como fazem o seu trabalho.		
3			Alguns adultos vêm o cuidado e atenção pelos outros como uma forma de contribuição para o futuro.	MAS	Outros adultos não vêm nenhum sentimento de contribuição para o futuro através do cuidado dos outros.		
4			Alguns adultos sentem que não estão a sustentar-se muito bem a si mesmos e àqueles que são importantes para eles.	MAS	Outros adultos sentem que estão a sustentar-se adequadamente a si mesmos e aos outros.		
5			Alguns adultos não são muito organizados na realização das tarefas domésticas.	MAS	Outros adultos são muito organizados na realização das tarefas domésticas.		
6			Alguns adultos têm a capacidade de desenvolver relacionamentos íntimos.	MAS	Outros adultos não acham fácil desenvolver relacionamentos íntimos.		
7			Alguns adultos gostam da forma como estão a conduzir as suas vidas.	MAS	Outros adultos não gostam da forma como estão a conduzir as suas vidas.		
8			Alguns adultos sentem que são muito bons no seu trabalho.	MAS	Outros adultos preocupam-se se conseguem ou não fazer o seu trabalho.		
9			Alguns adultos não gostam de proteger/auxiliar os outros.	MAS	Outros adultos gostam de proteger/auxiliar os outros.		
10			Alguns adultos estão satisfeitos com a forma como sustentam as pessoas importantes na sua vida.	MAS	Outros adultos estão insatisfeitos com a forma como sustentam essas pessoas.		
11			Alguns adultos conseguem manter a gestão das tarefas domésticas a correr sem dificuldades.	MAS	Outros adultos têm problemas a manter a gestão das tarefas domésticas a correr sem dificuldades.		
12			Alguns adultos acham difícil estabelecer relacionamentos íntimos.	MAS	Outros adultos não têm dificuldade em estabelecer relacionamentos íntimos.		
13			Alguns adultos estão felizes de ser como são.	MAS	Outros adultos gostariam de ser diferentes.		
14			Alguns adultos não são muito produtivos no seu trabalho.	MAS	Outros adultos são muito produtivos no seu trabalho.		
15			Alguns adultos sentem que são bons a cuidar dos outros.	MAS	Outros adultos não têm muito jeito para cuidar dos outros.		
16			Alguns adultos que não podem sustentar adequadamente as necessidades materiais da vida.	MAS	Outros adultos sentem que podem sustentar adequadamente as necessidades materiais da vida		
17			Alguns adultos não são muito eficazes na gestão das actividades em casa.	MAS	Outros adultos são muito eficazes na gestão das actividades em casa.		
18			Algumas pessoas procuram relações próximas/chegadas.	MAS	Outras pessoas evitam relações próximas/chegadas.		
19			Alguns adultos, às vezes, questionam-se se serão pessoas com valor	MAS	Outros adultos sentem que são pessoas com valor.		
20			Alguns adultos estão orgulhosos do seu trabalho.	MAS	Outros adultos não estão muito orgulhosos daquilo que fazem		
21			Alguns adultos não gostam de cuidar de outras pessoas.	MAS	Outros adultos gostam de cuidar dos outros.		
22			Alguns adultos sentem que podem sustentar adequadamente as necessidades daqueles que são importantes para eles.	MAS	Outros adultos sentem que não podem sustentar adequadamente essas necessidades.		

	Completam / verdade para mim	Parcialm / verdade para mim			Parcialm / verdade para mim	Completam / verdade para mim
23			Alguns adultos usam o seu tempo de forma eficiente nas actividades domésticas.	MAS	Outros adultos não usam o seu tempo eficientemente nas actividades domésticas.	
24			Alguns adultos, em relacionamentos próximos, têm muitas dificuldades em comunicar abertamente.	MAS	Outros adultos, em relacionamentos próximos, sentem que é fácil comunicar abertamente.	
25			Alguns adultos estão decepcionados com eles próprios.	MAS	Outros adultos estão satisfeitos com eles próprios.	

Nesta 2ª parte procuramos conhecer o seu conceito de família e o seu conceito de trabalho e carreira profissional e em que medida pensa que actualmente ou no futuro pode ou poderá conciliar estes dois aspectos da sua vida.

Por favor responda a todas as questões

de acordo com a **LEGENDA**

**Concordo Totalmente; Concordo; Discordo e Discordo Totalmente**

	Concordo Totalm /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm /
1. Os filhos são indispensáveis para a felicidade do casal.				
2. Os filhos prolongam a vida do casal e da família.				
3. Os filhos devem ser uma prioridade para a vida de qualquer casal.				
4. O casal só está completo quando gera a sua própria família, ou seja, quando tem filhos.				
5. Quando se pensa constituir família (casar e ter filhos) deve-se pensar que é para toda a vida.				
6. A família é um apoio económico.				
7. Não ter filhos pode ser uma opção correcta.				
8. A família de origem é um lugar de realização pessoal.				
9. Constituir família permite que se seja considerado(a) adulto.				
10. A família pode ser substituída pelos amigos.				
11. É na família que se a educação para se enfrentar a sociedade.				
12. A família é um lugar de disputa de bens económicos.				
13. Os filhos são muitas vezes fonte de mal-estar entre os elementos do casal.				
14. Nem sempre podemos contar com a nossa família.				

	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
15. Nem sempre nos identificamos com a nossa família.				
16. Os filhos tiram muito tempo ao casal.				
17. As pessoas que não constituem família são menos felizes.				
18. A família é uma fonte de pressão quando se têm que tomar decisões importantes.				
19. A família traz-nos preocupações e aborrecimentos.				
20. A família corresponde a um casal com filhos.				
21. A realização pessoal não passa por ter filhos.				
22. Os filhos são uma responsabilidade acrescida para o casal.				

	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
1. O trabalho deve ocupar a maior parte da vida de cada pessoa.				
2. Os objectivos de vida devem ser orientados pelos objectivos do trabalho.				
3. A vida é melhor quando estamos muito ocupados com o trabalho.				
6. O trabalho deve ser considerado como um aspecto central na vida de cada pessoa.				
7. De um modo geral o trabalho serve apenas para nos mantermos ocupados.				
8. O trabalho não é a única forma de tornar cada indivíduo útil à sociedade.				
9. A maioria das pessoas se tivesse possibilidades económicas nunca trabalharia.				
10. Para se ter uma carreira profissional é preciso fazer sacrifícios ao nível pessoal e familiar.				
11. Existem trabalhos que não promovem a realização pessoal.				
12. É normal as pessoas não gostarem de trabalhar.				
13. As coisas mais importantes que acontecem na vida estão relacionadas com o trabalho.				
14. Perante as várias alternativas de trabalho é difícil escolher uma carreira profissional.				
15. A carreira profissional não pode ser decidida por nós porque não se sabe o que o mundo de trabalho nos reserva.				
16. É difícil trabalhar ter sempre trabalho ao longo da vida.				
17. Para se ter uma carreira profissional é preciso conhecer as pessoas certas.				
18. A carreira profissional é para as pessoas que querem dedicar a sua vida apenas ao trabalho.				
19. A carreira é um investimento que nem sempre permite ter tempo para a família.				

	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
20. O trabalho é muitas vezes fonte de mal-estar.				
21. O trabalho em geral não proporciona realização pessoal.				
22. A carreira profissional só existe para algumas profissões.				
23. Só é importante trabalhar se este proporcionar bem-estar financeiro.				
24. O trabalho impede as pessoas de fazerem muitas coisas interessantes.				

**Para a conciliar dos papeis na familia, no trabalho e na carreira profissional é importante:**

	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
1. Que exista uma boa relação entre os elementos do casal.				
2. Que os elementos do casal não dediquem muito tempo à família de origem.				
3. Que a mulher tenha um trabalho que não a ocupe a tempo inteiro.				
4. Considerar que esta só se torna complexa quando o casal tem filhos.				
5. Haver disponibilidade para cada elemento do casal mudar os hábitos de vida anteriores.				
6. Ter um horário de trabalho flexível.				
7. Que o homem abdique da carreira profissional.				
8. Abdicar de ter filhos.				
9. Que existam instituições de apoio social para as crianças e para os idosos.				
10. Que a família de origem dê apoio ao casal.				
11. Ser responsável e não deixar nada por fazer nem em casa nem no trabalho.				
12. O apoio do cônjuge ou parceiro para as tarefas domésticas.				
13. Que a mulher abdique da carreira profissional.				
14. Abdicar dos tempos livres passados em hobbies ou em lazer.				
15. Que exista no casal uma definição constante do papel de cada elemento do casal no lar.				
16. Organizar o tempo que se dedica ao trabalho e à família.				
17. Que um dos elementos do casal não trabalhe a tempo inteiro.				
18. Pedir a ajuda de amigos para as tarefas domésticas.				



	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
19. Que o homem organize bem as tarefas domésticas.				
20. Que se passe pouco tempo com os amigos.				
21. Que haja negociação com o parceiro as tarefas que cada um deve fazer no lar.				
22. Que se estabeleçam prioridades em cada momento da vida da família.				
23. Que cada um dos elementos do casal dedique pouco tempo ao trabalho.				
24. A existência de alguém no lar (empregada doméstica) que faz algumas tarefas ou que pode cuidar das crianças.				
25. Ter amigos para apoiar o casal sobretudo quando têm filhos.				
26. Que um dos cônjuges/parceiros não trabalhe.				
27. Que seja considerado como algo que é natural e que deve ser dividido igualmente pelos dois elementos do casal.				
28. Evitar que a carreira profissional interfira com os deveres familiares.				
29. Que o casal decida sobre o tempo que quer dedicar à família e ao trabalho.				
30. Que não se seja muito exigente em relação ao trabalho e à carreira profissional.				
31. Que se aproveite a vida sem grandes compromissos familiares ou profissionais dando pouca importância a este assunto.				
32. Que os horários de trabalho de cada elemento do casal sejam flexíveis.				
33. Que a família de origem dê apoio ao casal sobretudo na educação e cuidado com os filhos.				
34. Que no caso de haver dificuldades nos recursos económicos o casal dê prioridade ao trabalho tendo filhos mais tarde.				

Nesta 3ª parte as questões dizem referem-se às interferências dos papéis na família, no trabalho e na carreira profissional. Assim, estas questões podem reportar-se ao modo como actualmente vive esta situação ou ao modo como pensa que poderá a viver esta problemática.

Por favor responda a todas as questões  
de acordo com a **LEGENDA**

**Concordo Totalmente; Concordo; Discordo e Discordo Totalmente**

	Concordo Totalm. /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm. /
1. O meu trabalho afasta-me das minhas actividades familiares mais do que eu gostaria.				
2. O tempo que tenho que dedicar ao trabalho impede-me de participar de forma igualitária nas tarefas e responsabilidades domésticas.				

	Concordo Totalm /	Concordo	Discordo	Discordo Totalm /
3. Tenho que faltar a actividades familiares devido ao tempo que tenho que despende com as minhas responsabilidades no trabalho.				
4. O tempo que gasto nas minhas responsabilidades familiares interfere com as minhas responsabilidades no trabalho.				
5. O tempo que passo com a família impede-me de ter tempo para actividades de trabalho que poderiam ser úteis para a minha carreira.				
6. Tenho que faltar a actividades no trabalho devido ao tempo que tenho que despende com as responsabilidades familiares.				
7. Quando chego a casa do trabalho estou habitualmente demasiado cansado(a) para participar nas actividades/responsabilidades familiares.				
8. Estou frequentemente tão cansado(a) quando chego a casa do trabalho que isso me impedirá de estar bem com a minha família.				
9. Devido às pressões do trabalho, às vezes chego a casa com demasiado stress para fazer as coisas que realmente gosto.				
10. Devido ao stress em casa, estou frequentemente preocupado(a) com assuntos de família no trabalho.				
11. Porque estou frequentemente com stress devido às responsabilidades familiares, tenho dificuldade em concentrar-me no trabalho.				
12. A tensão da vida familiar deixa as minhas capacidades de trabalho enfraquecidas.				
13. As maneiras para resolver problemas que uso no meu trabalho não são eficazes para resolver problemas em casa.				
14. Os comportamentos que são eficazes e necessários no trabalho não devem ser usados em casa.				
15. Os comportamentos que tenho e que me tornam eficaz no trabalho não me ajudam a ser um(a) melhor mãe (pai) ou esposa (o).				
16. Os comportamentos que parecem resultar em casa não parecem resultar no trabalho.				
17. O comportamento que é eficaz e necessário para mim em casa não o será no trabalho.				
18. O modo de resolver os problemas que funciona para mim em casa não parece ser útil no trabalho.				
19. Penso muitas vezes no trabalho quando estou em casa.				
20. Penso que gostaria de ter mais tempo para passar no meu trabalho.				
21. Para mim as coisas mais importantes da vida acontecem no trabalho.				
22. Penso muitas vezes na família quando estou no trabalho.				
23. Penso que gostaria de ter mais tempo para passar com a minha família.				
24. Para mim as coisas mais importantes da vida acontecem na família.				

Por último, solicitamos-lhe que, para efeitos nos forneça as seguintes informações.

1) Na sua opinião e também relativamente a si próprio qual é a idade "ideal" para:

	Mulheres (idade)	Homens (idade)	Eu Próprio(a) (idade)
Casar.			
Ter filhos.			
Ter o primeiro emprego a tempo inteiro.			
Viver numa habitação paga por si próprio.			
Ser completamente independente economicamente dos pais.			
Acabar a educação.			

2) No futuro gostaria de:

(Assinale com um X apenas uma resposta)

- Trabalhar a tempo inteiro e por conta própria (exercendo uma profissão liberal) ☐
- Trabalhar a tempo inteiro e por conta de outrem (instituição pública ou privada) ☐
- Trabalhar a tempo parcial e por conta própria (exercendo uma profissão liberal) ☐
- Trabalhar a tempo parcial e por conta de outrem (instituição pública ou privada) ☐

3) No caso de ter filhos ou de pensar ter filhos gostaria de:

(Assinale com um X apenas uma resposta)

- Deixar de trabalhar ☐
- Interromper o trabalho e retomar mais tarde ☐
- Trabalhar sempre (logo que tenha sido gozado o tempo legal de maternidade/paternidade) ☐

4) Pensa que no futuro será:

(Assinale com um X apenas uma resposta)

- Uma pessoa de família ☐
- Uma pessoa de família e de trabalho, mas mais de família ☐
- Uma pessoa de trabalho e de família ☐
- Uma pessoa de família e de trabalho, mas mais de trabalho ☐
- Uma pessoa de trabalho ☐

5) Indique por favor, aqueles que são para si os aspectos da vida que mais valoriza

(Numere por ordem decrescente de importância, considerando 1º o mais importante e o 11º o menos importante)

	Grau de importância
Ser sucedido(a) no trabalho.	
Encontrar a pessoa certa para casar.	
Ter uma relação matrimonial forte.	
Ter muito dinheiro.	
Ter amigos verdadeiros.	
Viver perto de amigos ou familiares.	
Formar uma família com filhos.	
Trabalhar para combater as desigualdades sociais e/ou económicas.	
Ter tempo de lazer para usufruir.	
Perseguir valores espirituais ou políticos.	
Obter um grau académico.	

Verifique, por favor, se respondeu a todas as questões.

Obrigado pela sua importante colaboração!

O presente estudo tem também como objectivo analisar as atitudes perante a família, o trabalho e a carreira profissional em diferentes gerações. Deste modo, estamos igualmente interessados em entrevistar os seus pais.

No caso de ser possível, por favor, deixe-nos os dados que de seguida lhe solicitamos. Todos os dados servirão apenas para fins de investigação.

O seu Nome: \_\_\_\_\_ O seu Contacto Telefónico: \_\_\_\_\_

O Contacto Telefónico dos seus Pais: \_\_\_\_\_ Melhor horário para contacto telefónico: \_\_\_\_\_

Morada dos seus Pais: \_\_\_\_\_

**Muito Obrigado.**

Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O presente questionário tem por objectivo conhecer o modo como pensa que se pode conciliar os papéis familiares e profissionais. Existem questões sobre características pessoais e familiares e outras relacionadas com o trabalho relativas a Si próprio e ao Seu Filho(a) ou a um dos Seus Filhos(as).

Responda sempre de acordo com aquilo que pensa, sente ou faz, pois não existem respostas certas ou erradas.

É garantido o anonimato e a confidencialidade das suas respostas. Leia com atenção as instruções e afirmações específicas para cada parte do questionário, certificando-se que compreendeu correctamente o modo como deve responder.

A sua colaboração é da máxima importância para o prosseguimento do nosso estudo pelo que desde já lhe agradecemos a sua disponibilidade.

1. Sexo: Masculino ☐  
Feminino ☐

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Profissão: \_\_\_\_\_

4. Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

5. Situação conjugal: Solteiro(a) ☐  
Casado(a) pela Igreja e/ou pelo Civil ☐  
União "de facto" ☐  
Separado(a)/Divorciado(a)/Viúvo(a) ☐

Há quantos anos? \_\_\_\_\_  
Há quantos anos? \_\_\_\_\_

6. Tem filhos? Sim ☐  
Quantos rapazes? \_\_\_\_\_  
Quantas raparigas? \_\_\_\_\_

De que idades? \_\_\_\_\_  
De que idades? \_\_\_\_\_

7. Residência Urbana ☐  
Semi-urbana ☐  
Rural ☐

8. A que classe social pertence a sua família  
Classe Alta ☐  
Classe Média Alta ☐  
Classe Média ☐  
Classe Média Baixa ☐  
Classe Baixa ☐

Por favor assinale a alternativa que lhe parece que mais se adequa à Sua opinião e ao modo com acha que o Seu Filho(a) pensa relativamente a cada uma das afirmações.

1) Na sua opinião e em relação ao que acha que o seu filho(a) pode pensar qual é a idade "ideal" para:

	Mãe(s) (idade)	Pai(s) (idade)	Eu Próprio(a) (idade)	O meu Filho(s) (idade)
Casar.				
Ter filhos.				
Ter o primeiro emprego a tempo inteiro.				
Viver numa habitação paga por si próprio.				
Ser completamente independente economicamente dos pais.				
Acabar a educação.				

2) Indique por favor, aqueles que são para si os aspectos da vida que mais valoriza. Do mesmo modo preencha a coluna para o seu Filho(a)  
(Número por ordem decrescente de importância, considerando 1º o mais importante e o 11º o menos importante)

**Anexo 3.**

**Matriz de intercorrelações das variáveis para os grupos de Estudantes,  
Trabalhadores, Mães e Pais**



Tabela de intercorrelações para o grupo de Estudantes

	SPF1	SPF2	SPF3	SPF4	COF1	COF2	TFF1	TFF2	TCF1	TCF2	FPF1	FPF2	AUTPF1	AUTPF2	AUTPF3	IDENF1	IDENF2	IDENF3	GENF1	GENF2	CTTF1	CTTF2
SPF2	.345																					
SPF3	.479**	-.086																				
SPF4	.461**	-.130	.262**																			
COF1	-.050	.300**	.065	.091																		
COF2	-.028	.112	-.020	-.037	-.403**																	
TFF1	-.142	.416**	-.040	-.049	.388**	.026																
TFF2	-.087	.118	-.011	-.021	.091	-.021	.238															
TCF1	-.081	.268	-.063	.026	.486**	-.025	.497**	.166														
TCF2	.086	.156	-.042	.076	.369**	-.156	.323**	-.045	.248**													
FPF1	.193**	.013	.119**	.268	.183	.038	.222**	-.069	.135	.045												
FPF2	-.238**	.460	-.170	-.116	.185	.040	.391**	.145	.289**	-.101	-.007											
AUTPF1	.206**	-.171	.030	-.020	-.123	-.066	-.283**	-.171	-.227*	.035	-.099	-.266**										
AUTPF2	.022	.067	-.038	-.028	.337**	-.138	.231**	.142	.307**	.220	.144	.211**	-.435**									
AUTPF3	-.010	.168	-.091	-.156	-.031	.066	.198**	.098	.050	.077	.020	.197	-.362**	.240**								
IDENF1	.400**	-.019	.363	.398**	.380**	-.220	.253**	.095	.198**	.197	.353**	-.127	.022	.143	-.091							
IDENF2	.010	.257	.028	-.026	.487**	-.269	.410**	.105	.382**	-.185	.122	.193**	-.282**	.355**	.128	.301**						
IDENF3	-.025	.082	-.060	.061	-.056	.339**	.127	.046	.091	-.066	.138	-.016	.155	-.137	-.050	.073	-.240**					
GENF1	-.030	.242	.018	.018	.481**	-.312**	.299**	.166	.308**	.018	.377**	.062	-.006	.132	-.072	.382**	.364**	.028				
GENF2	.062	-.098	.028	.028	-.455**	.445**	-.195**	-.023	-.219*	.013	-.047	-.052	-.052	-.145	.086	-.297**	-.334**	.132	-.575**			
CTTF1	.123	.078	.023	.167	.145	.035	.167	.275	.256	.290	.120	.278	.156	.167	.189	.034	.007	.261	.217	.213		
CTTF2	.178	.089	.234	.213	.219	.218	.159	.176	.023	.034	.098	.261	.273	.128	.127	.213	.034	.098	.045	.123	.234	

Nota: \*\* p < 0.01

**Legenda:** Identidade vicariante (IDENF1); identidade moratória e difusão (IDENF2); identidade construída (IDENF3); auto-conceito global e de competência no trabalho (AUTPF1); percepção de competência para cuidar dos outros (AUTPF2); percepção de competência na gestão das tarefas domésticas (AUTPF3); independência ideológica (ISPF1); independência emocional (ISPF2); independência funcional (ISPF3) e independência conflitual (ISPF4); atitudes tradicionais em relação aos papéis de género (GENF1); atitudes igualitárias em relação aos papéis de género (GENF2); atitudes positivas em relação à família e parentalidade (FPF1); atitudes negativas em relação à família e parentalidade (FPF2); atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF1); atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF2); conflito trabalho-família-trabalho (CTTF1); conflito família-trabalho: exigências comportamentais (CFT2); conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional (CONF1), conciliação baseada negociação no casal e na partilha dos papéis (CONF2).

Tabela de intercorrelações para o grupo de Trabalhadores

	SPF1	SPF2	SPF3	SPF4	COF1	COF2	TFF1	TFF2	TCF1	TCF2	FPF1	FPF2	AUTPF1	AUTPF2	AUTPF3	IDENF1	IDENF2	IDENF3	GENF1	GENF2	CTTF1	CTTF2
SPF2	-.246																					
SPF3	.341**	-.164																				
SPF4	.526**	-.292**	.438**																			
COF1	.130	.125	.217	.197																		
COF2	.088	.035	.058	.279	-.040																	
TFF1	-.204	.249	.046	-.141	.431**	-.057																
TFF2	-.049	-.082	.347**	-.027	.142	.008	-.153															
TCF1	.063	.026	.102	-.178	.291*	-.151	.196	.297*														
TCF2	.001	.235	.035	.009	.437**	.060	.297*	.207	.279													
FPF1	-.027	.318**	.115	-.074	.199	.305**	.207	-.069	.029	.207												
FPF2	-.069	.200	-.114	-.191	.048	-.285*	.235	.235	.302*	.252	-.218											
AUTPF1	-.126	-.074	.045	-.116	-.071	-.076	-.346*	-.346*	-.457*	-.387**	-.045	-.358*										
AUTPF2	.138	.136	.026	-.137	.084	-.246	.104	.104	.354*	.085	.045	.050	-.377*									
AUTPF3	-.062	-.001	-.106	-.160	.042	-.197	.093	.093	.130	-.077	-.123	.036	-.085	.448**								
IDENF1	.616**	-.010	.479**	.491**	.315**	.169	-.062	-.062	.054	.314*	-.287	-.255	-.221	.317*	.011							
IDENF2	-.023	.214	.065	-.170	.403**	-.232	.257	.257	.418**	.245	.281	.084	.318*	.203	.143	.201						
IDENF3	-.023	.015	.070	.035	.056	.279	-.047	-.047	-.178	-.183	.092	-.163	.155	-.162	.075	-.087	.201					
GENF1	.145	.123	.128	-.037	.016	.045	-.061	-.061	.291*	.103	.377**	-.013	.010	.375*	-.024	.313*	.148*	-.015				
GENF2	.062	.045	-.047	.206	-.222**	.258	-.082	-.082	-.151	-.173	-.047	.007	.173	-.287	.108	-.146	-.612**	.292	-.372*			
CTTF1	.256	.245	.169	.059	.023	.132	.217	.218	.169	.129	.028	.093	.167	.165	.081	.238	.278	.156	.123	.213		
CTTF2	.216	.234	.293	.278	.167	.034	.028	.016	.231	.076	.012	.017	.230	.282	.217	.213	.231	.193	.153	.248	.324*	

Nota: \*\* p< 0.01

**Legenda:** Identidade vicariante (IDENF1); identidade moratória e difusão (IDENF2); identidade construída (IDENF3); auto-conceito global e de competência no trabalho (AUTPF1); percepção de competência para cuidar dos outros (AUTPF2); percepção de competência na gestão das tarefas domésticas (AUTPF3); independência ideológica (ISPF1); independência emocional (ISPF2); independência funcional (ISPF3) e independência conflitual (ISPF4); atitudes tradicionais em relação aos papéis de gênero (GENF1); atitudes igualitárias em relação aos papéis de gênero (GENF2); atitudes positivas em relação à família e parentalidade (FPF1); atitudes negativas em relação à família e parentalidade (FPF2); atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF1); atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF2); conflito trabalho-família-trabalho (CTTF1); conflito família-trabalho: exigências comportamentais (CFT2); conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional (CONF1), conciliação baseada negociação no casal e na partilha dos papéis (CONF2).

**Tabela de intercorrelações para o grupo de Mães**

	GENF1	GENF2	FPF1	FPF2	TCF1	TCF2	CONF1	CONF2	CTFTF1
GENF2	-.167								
FPF1	.470**	.028							
FPF2	.332**	.038	.030						
TCF1	.178	.061	.303*	.251					
TCF2	.207	-.076	-.058	.459	.067				
CONF1	.429**	-.121	.319*	.304	.457**	.203			
CONF2	.465**	.297*	.341*	.159	.105	.113	.197		
CTFTF1	.275	-.199	.150	.281	.446**	-.008	.356*	.278	
CTFTF2	.232	-.107	.167	.299*	.475**	.034	.476*	.351*	.601**

**Nota:** \*\*  $p < 0.01$

**Legenda:** atitudes tradicionais em relação aos papéis de gênero (GENF1); atitudes igualitárias em relação aos papéis de gênero (GENF2); atitudes positivas em relação à família e parentalidade (FPF1); atitudes negativas em relação à família e parentalidade (FPF2); atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF1); atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF2); conflito trabalho-família-trabalho (CTFTF1); conflito família-trabalho: exigências comportamentais (CFT2); conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional (CONF1), conciliação baseada negociação no casal e na partilha dos papéis (CONF2).

**Tabela de intercorrelações para o grupo de Pais**

	GENF1	GENF2	FPF1	FPF2	TCF1	TCF2	CONF1	CONF2	CTFTF1
GENF2	-.109								
FPF1	.204	.078							
FPF2	.417**	-.088	-.127						
TCF1	.506**	-.281	.097	.242					
TCF2	.257	-.152	-.085	.390**	.242				
CONF1	.344**	-.316*	.167	.373**	.645**	.236			
CONF2	.110	-.089	.216	.173	.244	.373**	.239		
CTFTF1	.058	-.103	.237	.218	.110	.324*	.228	.256	
CTFTF2	.194	-.131	.071	.341*	.433**	.527**	.469**	.433**	.289

**Nota:** \*\*  $p < 0.01$

**Legenda:** atitudes tradicionais em relação aos papéis de gênero (GENF1); atitudes igualitárias em relação aos papéis de gênero (GENF2); atitudes positivas em relação à família e parentalidade (FPF1); atitudes negativas em relação à família e parentalidade (FPF2); atitudes negativas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF1); atitudes positivas em relação ao trabalho e carreira profissional (TCF2); conflito trabalho-família-trabalho (CTFTF1); conflito família-trabalho: exigências comportamentais (CFT2); conciliação baseada na concessão pessoal, familiar e profissional (CONF1), conciliação baseada negociação no casal e na partilha dos papéis (CONF2).